



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**O DISCURSO POLÍTICO DA LEGITIMAÇÃO DA CORRUP-  
ÇÃO PARLAMENTAR NAS CRISES POLÍTICAS DA ERA  
LULA.**

VALNEY VERAS DA SILVA

FORTALEZA-CE  
2011

VALNEY VERAS DA SILVA

O DISCURSO POLÍTICO DA LEGITIMAÇÃO DA CORRUPÇÃO PARLAMENTAR NAS  
CRISES POLÍTICAS DA ERA LULA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Livia Márcia Tiba Rádis  
Baptista.

FORTALEZA - CE  
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

S584d Silva, Valney Veras da.  
O discurso político da legitimação da corrupção parlamentar nas crises políticas da era Lula /  
Valney Veras da Silva. – 2011.  
470 f. : il. ; 31 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento  
de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2011.

Orientação: Profa. Dra. Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista.

1. Análise linguística. 2. Análise crítica do discurso. 3. Corrupção na política. I. Título.

---

CDD 469.8

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho da dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

---

Valney Veras da Silva

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Livia Márcia Tiba Rádis Baptista – UFC  
(Orientadora)

---

Prof.Dr. Nelson Barros da Costa – UFC  
(1º Examinador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira – UECE  
(2º Examinadora)

Soli Deo gloria.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Propag, pelo incentivo à pesquisa a partir do apoio financeiro para a realização deste trabalho.

A professora Dra. Livia Márcia Tiba Rádis Baptista, pelas orientações pacientes e correção laboriosa deste trabalho.

A Daniela Veras, minha esposa, pelo apoio incondicional, proporcionando o tempo e as condições de estudo e pesquisa. Sem ela não conseguiria.

A Sofia e Estevão Veras, meus filhos, que perderam noites de lazer e conversas em família para que este estudo tomasse forma.

Ao Senhor, Deus eterno e pessoal, Soberano em seus atos, que permitiu a conclusão desta dissertação, que supriu os recursos intelectuais e materiais, além do tempo necessário para sua produção.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os discursos políticos do Senado Federal, nos pronunciamentos ordinários, com o fim de constatar a legitimação do discurso da corrupção, nos períodos de crise do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Como os períodos de crise política são períodos de crise de legitimação, torna-se viável observar como o discurso em favor da corrupção política é legitimado nestas crises. Duas principais crises políticas são analisadas: a “Máfia dos Sanguessugas” e o “projeto Ficha Limpa”. O corpus da análise é composto por setenta e sete pronunciamentos cuja temática são as duas crises anteriormente mencionadas e a corrupção política. A dissertação é dividida em quatro seções, das quais a primeira é a de conteúdo teórico. A perspectiva teórica de van Dijk (2003, 2006, 2008) fundamenta a pesquisa com sua abordagem dos Estudos Críticos do Discurso e sua proposta multidisciplinar que relaciona a cognição, a sociedade e o discurso. A segunda seção apresenta uma contextualização histórico-política da corrupção política no Brasil, a partir das representações sociais, segundo a perspectiva de Moscovici (2009) e Jovchelovitch (2010). A terceira seção apresenta a metodologia da pesquisa, que é qualitativa de cunho subjetivo-interpretativa. A retórica e os topoi são as categorias de análise, baseadas na teoria da retórica argumentativa de Billig (2008), que serão construídos a partir da teoria das metáforas conceituais, devido seu aspecto sócio-cognitivo (Lakoff; Johnson, 1980; Kovecses, 2002). A quarta seção é a análise dos discursos políticos que legitimam o discurso em favor da corrupção, apontando como resultado a legitimação velada por meio de atores/redatores políticos, que buscam exercer o abuso de poder no campo político. Os topois construídos pelos pronunciamentos dos Senadores confirmam o discurso político de legitimação da corrupção parlamentar, e a relação de abuso de poder entre grupos sociais.

**Palavras-chave:** Legitimação. Discurso Político. Corrupção. Estudos Críticos do Discurso.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the political discourse of the Senate, in the ordinary pronouncements with in order to verify the legitimacy of the discourse of corruption, in times of crisis the government of President Luis Inacio Lula da Silva. As the crisis periods are periods of political crisis of legitimacy, it becomes possible to observe how the speech in favor of political corruption is legitimized these crises. Two major political crises are examined: the "Mafia Leeches" and "Project Clean Record." The corpus of the analysis consists of seventy-seven statements whose themes are the two aforementioned crises and political corruption. The dissertation is divided into four sections, the first of which is the theoretical content. The perspective of van Dijk (2003, 2006, 2008) fundamental research with its approach of Critical Studies in Discourse and its proposed multi-tidisciplinary that relates cognition, society and discourse. The second section presents a historical-political context of political corruption in Brazil, as of social representations, from the perspective of Moscovici (2009) and Jovchelovitch (2010). The third section presents the research methodology, which is qualitative, subjective nature of interpretation. The rhetoric and topoi are categories of analysis, based on the theory of argumentative rhetoric of Billig (2008), which will build on the theory of conceptual metaphors, due to their socio-cognitive aspects (Lakoff, Johnson, 1980; Kovecses, 2002 ). The fourth section is the analysis of the discourses that legitimate political speech in support of corruption, pointing as a result veiled by the legitimacy of actors / writers politicians who seek to exercise the abuse of power in politics. The topoi built by the pronouncements of the Senate confirm the legitimacy of political discourseparliamentary corruption, and the relationship of abuse of power among social groups.

**Keywords:** Legitimation. Political Discourse. Corruption. Critical Discourse Studies.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>2</b>	<b>CORRUPÇÃO: UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR</b>	22
2.1	Definição de corrupção	23
2.2	A relação sociedade, cognição, ideologia, discurso e corrupção política	32
2.2.1	Ideologia: uma definição	38
2.2.2	Sócio-cognição: um viés interpretativo	38
2.2.3	Discurso: o aspecto da reprodução	41
2.2.4	Corrupção e o triângulo multidisciplinar	46
2.2.5	Legitimação e discurso	48
<b>3</b>	<b>O CONTEXTO POLÍTICO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL</b>	56
3.1	Contexto histórico-político da corrupção política no Brasil	56
3.2	Corrupção e sócio-cognição: Representação social da corrupção política	63
3.2.1	Mito fundador – período colonial; símbolos – carnaval, futebol, verdeamarelismo	69
3.2.2	Estado, nação e nacionalismo no Brasil	72
3.2.3	As representações sociais e o aspecto cognitivo de van Dijk	74
3.3	Crises políticas da era Lula	82
<b>4</b>	<b>A LEGITIMAÇÃO DA CORRUPÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO - METODOLOGIA</b>	88
4.1	Legitimação e discurso: Natureza da pesquisa/objeto	88
4.2	Corpus de análise – discurso parlamentar. (descrição, critérios de procedimento)	89
4.3	Categorias de análise – retórica e topoi	90
4.4	Metáforas conceituais	98
<b>5</b>	<b>ABORDAGEM ANALÍTICA DA LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO DA CORRUPÇÃO</b>	101
5.1	Crise 1 – “Máfia dos Sanguessugas”	101
5.2	Crise 2 – “Ficha limpa”	114
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	148
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	151
	ANEXO A – Discursos Parlamentares referentes a crise 1 - “Máfia dos Sanguessuga”	156
	ANEXO B – Discursos Parlamentares referentes a crise 2 - “Ficha limpa”	217

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação *O discurso político de legitimação da corrupção parlamentar nas crises políticas da era Lula* objetiva analisar o discurso político, com foco naquele produzido no parlamento brasileiro (Senado Federal), a fim de observar as estratégias discursivas de legitimação reproduzidas em crises políticas do período do governo Lula. Em caráter específico, este trabalho se propõe a definir o discurso político em torno da temática da corrupção, assim, como as estratégias discursivas que o legitimam, com base no proposto por van Dijk (2003, 2006, 2008); bem, como, analisar as estratégias discursivas que legitimam o discurso político em torno da corrupção, a saber: a retórica argumentativa e os topoi, construídos sob a teoria das metáforas conceituais; e, relacionar as estratégias discursivas aos seus atores/enunciadores, de modo a revelar as representações e ideologias do grupo dominante.

Este estudo sobre o discurso político de legitimação da corrupção se justifica porque a corrupção política, encarada como prática social, é sistêmica na política nacional, e se reproduz nos pronunciamentos políticos, cuja autoridade repousa em instituições políticas que reforçam a legitimação discursiva, como o Senado Federal, a fonte dos discursos políticos desta análise.

Segundo a perspectiva da ciência política proposta por Filgueiras (2008), a corrupção política é um problema generalizado, que mesmo com a ampliação da democracia nas duas últimas décadas, tornou-se um tipo de prática corriqueira na política contemporânea. A prática da corrupção política tornou-se um *lugar comum* na democracia, afetando países centrais e periféricos, acarretando escândalos que põe em descrédito as instituições políticas. Essa corrupção contemporânea e global coloca em crise a legitimidade do Estado político, bem como de suas instituições, e até mesmo da democracia representativa diante do povo (p. 145).

O problema da corrupção política é histórico no Brasil. Há mais corrupção hoje do que em outras épocas, e o político é quase sinônimo de contraventor. Os protestos contra a corrupção remontam há cem anos, com os clamores dos republicanos contra a corrupção do Império, e vem se repetindo em 1930, em 1945, em 1964 (CARVALHO, 2008, p. 69-70). Problematicar a corrupção política ainda é um tema atual e importante para o cenário sócio-político da nação, pois a prática corruptora ainda está presente no Estado e em suas instituições como antes, e tende a se perpetuar com novos rótulos.

Problematicar o discurso de legitimação da corrupção política no parlamento brasileiro é investigar um evento extremamente corriqueiro para a sociedade. Pessoas e instituições

transpõem a barreira da moralidade, na política, e nada acontece. Por isso, discutir a corrupção traz desconforto, como se não mais houvesse solução para essa mazela. Segundo DaMatta (2008), combater a corrupção é atacar seus atores e instituições políticas (p. 104-105), pois, no Brasil, criou-se a cultura de que roubar do Estado é menos vergonhoso e menos criminoso do que roubar de um amigo ou de um parente próximo. Por isso se torna legítimo o topoi que diz: “roubo, mas faço”, “é ilegal, e daí?”; ou se defendem com a seguinte assertiva: “eu não sabia” (p. 108).

As crises políticas devido à corrupção são cada vez mais frequentes, como, por exemplo, o que recebeu o título de “Máfia das Sanguessugas: a lista da vergonha”. Segundo Cláudio Weber Abramo, presidente da Transparência Brasil, a corrupção de uma sociedade tem relação com a eficácia do governo e da lei, entre outros fatores (p. 135), logo, um governo corrupto, ou políticos corruptores reduzirão a eficiência do Estado em atender as demandas de suas responsabilidades para com a nação. A análise do discurso político da legitimação da corrupção nos pronunciamentos do Senado Federal é relevante e oportuna em vista dos prejuízos que um governo corrupto causa à sociedade.

Para Patrícia Barcelos N. M. Rocha (2008) a corrupção representa uma das principais causas das desigualdades sociais e da miséria que afetam maior parte da população brasileira, desde tempos remotos, sendo desta forma, diretamente ligada ao esfacelamento do Estado. Tal prática está ligada ao início da história do Brasil, de modo que, logo no princípio da colonização, as autoridades públicas buscaram tirar proveito de seus cargos, passando a planejar formas de burlar a Lei e de se apoderar do bem público, traindo a população (p. 52-53). Muitos presidentes passaram pelo Brasil que trouxeram promessas de melhora no governo, como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, porém nada de concreto demonstrou a redução dos casos de corrupção (p. 56).

Os efeitos da corrupção justificam a análise do discurso político de legitimação da corrupção política no parlamento. Dentre estes efeitos, Rocha (2008) destaca aqueles que são visíveis e invisíveis. Um dos efeitos visíveis é o afastamento dos investidores honestos no país, pois há um combate mundial contra a corrupção, comprometendo seu desenvolvimento econômico e social. Outro efeito visível da corrupção é o desperdício e a ineficiência dos serviços públicos, por causa das irregularidades na alocação dos recursos disponíveis, comprometendo a qualidade de vida da população. Um terceiro efeito visível da corrupção é consequência do comprometimento dos recursos naturais em escala indesejada, por causa da redução dos investimentos. Pois, se os investimentos públicos são destinados para áreas inúteis e há um afastamento dos investidores externos do país, a ciência e a tecnologia ficam compro-

metidas. Se não há desenvolvimento tecnológico, o Estado precisa suprir suas necessidades de outra forma para atender as demandas. Desta forma, usa e abusa dos recursos naturais, não o fazendo de modo sustentável (p. 91).

Ainda dentro das consequências invisíveis da corrupção está a perspectiva econômica, que provoca uma perda do nível de crescimento econômico, já que recursos que se destinam às políticas de desenvolvimento são desvirtuados. Como consequência, o povo sofre pela miséria, devido o comprometimento dos recursos financeiros internos utilizados para a prática da corrupção, como lavagem de dinheiro ou remessas ilegais para o exterior (p. 92).

Além das consequências visíveis, Rocha (2008) destaca as invisíveis, tais como a própria visualização da realidade da corrupção, que gera a miséria da população, através da negação da saúde pública e de uma boa educação. O círculo vicioso da corrupção atinge seu ápice: “alimenta o enriquecimento de alguns e estabelece a definitiva dependência de todos” (p. 92). Outro efeito invisível da corrupção é a queda do comprometimento da democracia e a consequente perda da credibilidade do Estado, ou seja, a população passa a acreditar que todos os políticos são corruptos, há a perda da moralidade estatal. O descrédito do Estado gera ilegitimidade do poder, que resulta na desestabilização de um governo e consequentemente problemas de governabilidade. Um último efeito invisível da corrupção, semelhante ao anterior, é a imobilidade do Estado ao realizar suas ações por incapacidade financeira ou administrativa (p. 93).

Estes efeitos da corrupção e a sua história, desde a gênese do Brasil, justificam os atos de perscrutar, através de categorias linguísticas de análise, os pronunciamentos parlamentares que discursivamente legitimam a corrupção política. A partir dessa análise, sendo comprovada a corrupção no parlamento, a investigação desses pronunciamentos poderá evidenciar quais são as representações, ideologias e grupos ideológicos interessados na dominação do povo brasileiro, e poderá levar à compreensão de como o fazem discursivamente, proporcionando dados empíricos para futuras pesquisas sobre o contexto político nacional.

O desvelamento do discurso da legitimação da corrupção política, além de atestar a prática da corrupção, contribui com a análise da mitigação dessa prática em uma instituição pública, marcando os atores/enunciadores e as ideologias e representações envolvidas. O resultado proporcionará uma visão discursiva da corrupção política no parlamento brasileiro.

Esta análise caracteriza-se por um viés multidisciplinar, para o qual a linguística possui um local singular na análise das ideologias que alicerçam a prática da corrupção política no Brasil, contribuindo de modo diferenciado para este campo de estudo. A corrupção política entendida como uma prática social é fundamentada por uma ou mais ideologias, como propõe

van Dijk, ao apresentar a relação da ideologia como fundamento das práticas sociais (2003, p. 16). O uso da linguagem e do discurso, portanto, é uma prática social das mais importantes para a reprodução das ideologias, haja vista que simultaneamente influencia na forma de adquirir, aprender e modificá-las (2003, p. 17). O estudo da corrupção política, com foco no discurso político da legitimação produzido pelo parlamento brasileiro, contribuirá para aprofundar a análise discursiva de uma prática social que corrói a sociedade, e elucidará quanto aos atores/redatores e grupos ideológicos que perpetuam tal prática na nação.

Este estudo também é relevante porque corrobora com a solidificação da Análise Crítica do Discurso, ainda frágil no Brasil, pois devido o seu caráter multidisciplinar, não se expandiu tanto quanto os estudos linguísticos, sociológicos, psicológicos, antropológicos e políticos individualmente. A Análise Crítica do Discurso (ACD) define os seus objetivos em termos políticos, sociais e culturais, olhando para a linguagem como prática social e ideológica, e para a relação entre os interlocutores como contextualizada por relações de poder, dominação e resistência institucionalmente constituídas. A ACD interessa a diferentes disciplinas diretamente tais como a Sociologia, a Psicologia, as Ciências da Comunicação e da Informação, a Antropologia, a História, os Estudos Literários e a Educação; fornecendo material teórico e analítico que contribui com o Direito, a Medicina, o Jornalismo e a Política (PEDRO, 1997, p. 15).

Segundo a ACD, as escolhas linguísticas feitas em cada ato comunicativo resultam da consciência dos falantes de uma língua em particular, que também são sujeitos sociais. Que escolhem o significado das palavras a partir do conjunto de convenções sociais institucionalizadas. Assim, a pesquisa sobre o discurso político que legitima a corrupção revela ideologias e representações, assim como seus atores/enunciadores (PEDRO, 1997, p. 15).

No aspecto linguístico, ainda em conformidade com a ACD, este trabalho contribui com a aplicação de categorias pouco exploradas na análise do discurso político, como a retórica, os topoi e as metáforas cognitivas. Além de ampliar, no contexto brasileiro, a análise semântica do discurso, cujo foco é a polarização e o quadrado ideológico proposto por van Dijk (2003). A proposta de análise do discurso político, segundo van Dijk (2008), é inovadora porque postula uma cognição política subjacente às práticas. Desta perspectiva, o contexto político em que foi produzido o discurso é tão importante quanto a análise por meio das próprias características linguísticas. Pois, o discurso político é principalmente definido por quem fala com quem, como, em que ocasião e com que objetivos, do que pelas categorias textuais somente.

A relação entre política, cognição e discurso, proposta por van Dijk (2008), ainda é pouco explorada no contexto das pesquisas linguísticas nacionais. A cognição política trata das

representações mentais compartilhadas pelos atores políticos. A forma de pensar sobre os políticos, os partidos, o Presidente e o parlamento é adquirida, modificada ou confirmada através da fala e da escrita durante o processo de socialização. Além do que, boa parte da ação e da participação política é realizada pelo discurso e pela comunicação (p. 197). Essa perspectiva cognitiva associada à análise do discurso político de legitimação da corrupção, além de ser uma contribuição teórica e analítica, observa uma das práticas de dominação que tem corroído a nação brasileira, com a proposta de contribuir para o seu combate.

Van Dijk (2008) propõe três níveis e dimensões do domínio político. O nível básico se refere aos atores políticos individuais, suas crenças, discursos e interações em situações políticas. O nível intermediário é constituído pelo nível mais básico somado aos grupos e instituições políticas, e suas representações compartilhadas. O nível mais alto é composto do intermediário mais os sistemas políticos abstratos e suas representações abstratas, ordem de discurso e processos sociopolítico, cultural e histórico (p. 198). A cognição política contribui para o entendimento da ideologia e de suas representações, assim como também elucida as práticas políticas, como a corrupção, temática tratada nesta pesquisa. Com relação ao discurso, a cognição política “serve como a interface teórica indispensável entre a dimensão pessoal e coletiva da política e do discurso político” (p. 199). Dessa forma, uma proposta teórica multidisciplinar como a de van Dijk aborda a temática da corrupção política de modo mais completo e profundo.

A análise sobre o discurso político da legitimação da corrupção é oportuna devido ao fato de serem poucos os estudos linguísticos destinados ao tema corrupção política, especificamente no período entre 2003 e 2010. Esta asserção deverá ser comprovada por meio de fontes sociológicas e pelos discursos parlamentares, porém confere um caráter de pertinência à pesquisa. Observar o comportamento discursivo do parlamento acerca da corrupção política, através dos seus discursos em meio às crises políticas, revela a tônica do cenário político brasileiro. Sua atualidade também confere relevância, visto que o período de governo do ex-presidente Lula merece atenção das pesquisas, dado sua importância política para a nação.

Analisar o discurso político da legitimação da corrupção nos pronunciamentos do Senado é necessário porque dentre as pesquisas na ACD o discurso de legitimação da corrupção ainda não foi profundamente explorado no cenário acadêmico brasileiro. A Análise Crítica do Discurso é pouco conhecida no país, assim como a corrupção política é pouco analisada por esta vertente multidisciplinar. É certo que há vários trabalhos publicados sobre corrupção dentro da perspectiva econômica, social e da ciência política, porém, não através da proposta multidisciplinar da ACD.

A temática corrupção política, no cenário acadêmico nacional, surge principalmente nas teses da área da ciência política, sendo ínfima a abordagem da corrupção parlamentar no Senado Federal. Trabalhos escritos sobre essa prática focalizam mais os partidos políticos do que o parlamento em si. Aliado a isso, uma área pouco explorada no âmbito nacional acadêmico é a multidisciplinaridade da ACD. Os poucos trabalhos escritos em português, da vertente brasileira, baseiam-se na abordagem de Fairclough; uma pesquisa contemplando a ACD da perspectiva multidisciplinar de van Dijk (2006), com sua proposta de sócio-cognição aliada à política é um reforço nos Estudos Críticos do Discurso (ECD) em âmbito nacional.

Quando se propõe o estudo do discurso político da legitimação da corrupção na política brasileira, o histórico das pesquisas é inexpressivo. Uma proposta de estudo em ACD sobre a legitimação foi escrita por Rojo e van Dijk (1997), sobre o racismo na imigração. O artigo intitulado “*Había un problema y se ha solucionado*”: *la legitimación de la expulsión de inmigrantes “ilegales” en el discurso parlamentario español*, aborda a legitimação do discurso parlamentar espanhol da ilegalidade da expulsão dos imigrantes no país. Os elementos comuns com esta pesquisa são: a metodologia da ACD e a legitimação do discurso parlamentar. O elemento que distingue o artigo de Rojo e van Dijk da presente análise é a natureza do discurso político, que no contexto espanhol é o racismo na imigração e no contexto brasileiro é a corrupção política. Estas duas práticas sociais são nocivas a cada país, respectivamente, por causa do abuso de poder exercido pelas elites políticas formadoras dos grupos dominantes. Desta forma, com esse contexto em mente, a necessidade de uma pesquisa em ACD sobre a prática da corrupção política no Brasil é pertinente.

Uma pesquisa multidisciplinar, com ênfase no discurso político da legitimação da corrupção, é inovadora no cenário nacional, configurando a necessidade de um trabalho como este. Na própria Universidade Federal do Ceará (UFC), onde este estudo está sendo desenvolvido, somente há uma dissertação de mestrado sobre a temática da corrupção intitulada *Corrupção e crescimento econômico na América Latina*, de Felipe do Oliveira Gordin (2008), que não observa especificamente a corrupção no Brasil, e que está direcionada para a área da economia.

Há, porém, trabalhos sobre o parlamento brasileiro e a corrupção, da perspectiva das ciências políticas. A tese de Mayla Di Martino Ferreira Oliveira, *A política como profissão. Uma análise da circulação parlamentar na Câmara de Deputados (1946-2007)*, propõe que a circulação parlamentar na Câmara para candidaturas nas eleições municipais, tem como objetivo maximizar as oportunidades políticas para uma nova reeleição ao Legislativo. Isso com o objetivo de manter uma elite política que goza de benefícios públicos para sua aplicação no

meio privado. Os deputados brasileiros são os que mais consomem verba pública dentre as doze maiores democracias, perdendo somente para os EUA (p. 126-127). A corrupção não é observada diretamente nesse estudo, no entanto, é fomentado o questionamento de uma elite política que detém o poder por meio de sua permanência no Legislativo.

Outra tese sobre o parlamento brasileiro é *A democracia federativa brasileira e o papel do Senado no ajuste fiscal dos anos 90*, de Marcello Simão Branco (2007), que não aborda diretamente o tema da corrupção, e se dá no campo da ciência política. Sua ênfase está na verificação em como o Senado Federal atuaria em defesa dos estados que representa ou na cooperaria com os interesses do governo, por meio dos partidos políticos (p. 6). É uma pesquisa sobre o Senado que tangencia a temática da corrupção, porém, muito distante de uma proposta multidisciplinar.

A tese de doutoramento de Sérgio Praça (2010), pela Universidade de São Paulo, *A evolução das instituições orçamentárias no Brasil, 1987-2008*, não possui como palavra chave a corrupção, mas busca elucidar como esta se deu a partir dos interesses por certas instituições orçamentárias brasileiras depois de 1987, em detrimento de outras, e como estas instituições orçamentárias beneficiaram o Legislativo brasileiro. Praça apresenta diversos trabalhos feitos sobre os efeitos das instituições orçamentárias para a barganha política, e ressalta que sua pesquisa destaca especificamente a dinâmica da escolha das regras orçamentárias. Falar de orçamento ligado à política brasileira implica em corrupção, tema destacado pelo autor ao citar os escândalos políticos dos “anões do orçamento” (1993-1994) e os “Sanguessugas” (2005-2006). Ambos os escândalos envolveram corrupção orçamentária, porém o que se torna relevante para a legitimação da corrupção é o dos “Sanguessugas”, visto que foram um grupo de parlamentares que destinavam emendas orçamentárias à área da saúde, com fins corruptores, e compartilhavam os ganhos obtidos com prefeitos e burocratas do Ministério da Saúde, a partir de licitações municipais irregulares ligadas as emendas. Embora a tese de Praça aborde a corrupção, seu campo é a ciência política, não apresentando contribuição para a lingüística.

A tese de doutoramento de Pedro Rubez Jehá (2009), ainda dentro do campo das ciências políticas, contribui para a temática da corrupção ao abordar o tema *O processo de degeneração dos partidos políticos no Brasil*. Esta pesquisa também não trata a corrupção diretamente, mas o está fazendo pelo viés do direito constitucional, que embasa sua tese sobre a dinâmica partidária. Jehá enumera algumas das principais características degeneradas do sistema partidário brasileiro, aponta as causas normativas para as deficiências encontradas, propondo ajustes à regulamentação partidária, eleitoral e institucional. A instituição parlamentar do Senado não é analisada, mas, uma análise dos partidos acaba elucidando-o, ao menos por



via do contexto. Esta é uma pesquisa sobre a política partidária nacional, que contribui para o estudo da corrupção, mas não aprofunda o conhecimento cognitivo e linguístico no contexto político brasileiro.

Ainda dentro da área de ciência política, uma tese de doutoramento que contribui com a temática de corrupção é *A barganha federativa e o processo decisório na Nova República*, de André Ricardo Nogueira (2009). Ele pesquisa o processo de representação partidária na Câmara dos Deputados, afirmando que os maiores partidos nacionais apresentam expressiva concentração regional de suas bancadas na Câmara. Seguindo esta lógica, os parlamentares conseguem aprovar qualquer legislação. Esse sistema não deixa de ser uma forma de beneficiar a dominação dos maiores partidos do Brasil, como PT, PMDB, PSDB.

Essas teses de doutoramento, defendidas na Universidade de São Paulo, são resultado de um levantamento sobre a corrupção na política. O cenário acadêmico está voltado para a ciência política e para o direito constitucional nessa temática. Não há pesquisas sobre o discurso político da legitimação da corrupção política, ou, em como ele se expressa. Por isso, é relevante, pertinente e oportuno o levantamento dessa análise sobre os pronunciamentos do Senado Federal.

Acerca da instituição do Senado, dos trabalhos anteriores, somente um preocupou-se em estudá-lo. Embora Nogueira (2009) ressalte a extensa gama de poderes do Senado Federal (p. 6), pouco se tem feito, em termos de pesquisa, sobre essa instituição política. A análise dos discursos oficiais dos senadores desvela as ideologias de dominação que reproduzem a corrupção como uma prática legítima dos atores políticos, de modo que o povo acaba por acostumar-se com a presente situação.

Há, porém, trabalhos científicos mais específicos sobre corrupção política, embora poucos, e direcionados a Ciência Política e ao Direito. Santos (1998), Mestre em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, publicou o artigo intitulado *Excesso de poder no exercício da função legislativa*, cujo foco é a liberdade atribuída pela Constituição ao legislador. O autor se propõe a estudar a aplicação do desvio de poder à atividade legislativa (p. 284). Mesmo sendo um artigo da área do direito, Santos contribui com a constatação do abuso de poder por parte do legislativo, através da falta do equilíbrio em sua função.

Filgueiras (2004), doutor em ciência política, também, escreve sobre corrupção no sentido de conceituá-la, no artigo *Notas críticas sobre o conceito de corrupção – um debate com juristas, sociólogos e economistas*. Seu propósito é expor criticamente as teorias vigentes sobre a corrupção na política e observar como esta prática traz prejuízo ao bem comum. O argumento fundamental de Filgueiras é que a corrupção política deve ser posta em relação à

capacidade dos indivíduos de uma dada comunidade empreender uma ação coletiva mediante laços comuns ligados por uma ética, que modere os interesses a partir da *civitas* (p. 125). Sua contribuição para esta pesquisa está em abordar a legitimação da corrupção por meio das instituições políticas (p. 126). Porém, sua análise está no campo da ciência política, argumentando que a corrupção decorre da deslegitimação da ordem jurídica e da ineficácia das leis (p. 126); o autor não observa a legitimação de uma perspectiva linguística.

Cortez (2009), em sua tese de doutoramento, *Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário eleitoral brasileiro (1989-2006)*, corrobora para o entendimento dos mecanismos que garantiram a dominância do PT e PSDB nas eleições presidenciais a partir de 1994. Embora não seja dito explicitamente pelo autor, infere-se que a corrupção caracteriza-se pela criação de mercados eleitorais distintos no interior do sistema partidário brasileiro. Ou seja, o sistema partidário colabora para a manipulação do poder através desses dois grandes partidos.

A corrupção entre os partidos políticos, normalmente, é observada no contexto das eleições, como se observa na tese de Cortez (2009) e na de Sakurai (2007). Este último elaborou o trabalho intitulado *Ciclos eleitorais, reeleição e déficit fiscal nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel*, onde, também não transcorre diretamente sobre a corrupção política, mas destaca os ciclos políticos e o crescimento das finanças municipais nos períodos de eleição. Seu objetivo é verificar se em anos eleitorais existem evidências de maiores execuções fiscais e se a postura política do Executivo municipal apresenta influência sobre a composição dos gastos municipais (p. 6). Embora a conclusão não tenha comprovado empiricamente essa forma de corrupção política, em meio às eleições municipais, ao menos ele levantou a questão. Sua pesquisa sobre a política dos gastos públicos é mais uma tese que alude à corrupção política dentro do campo da Ciência Política, não explorando essa temática sob o aspecto linguístico.

A corrupção política é pouco explorada na linguística, especificamente no campo da Análise do Discurso, e muito menos na Análise Crítica do Discurso. Alves (2004) escreveu a tese *Discurso e reforma do Estado no Governo Collor*, através da Análise do Discurso dos pronunciamentos proferidos pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo. Seu objetivo foi verificar como o discurso estrutura um campo de disputas em torno da reforma do Estado. O início de seu trabalho elucida a ideologia neoliberal que foi o pilar da reforma do Estado no período Collor. Alves também retratou a crise política na década de 80, e a participação dos atores políticos em meio à reforma. Ao analisar os discursos de Collor, o autor observou que seu governo desqualificou o Estado precedente, ligando-o a problemas enfrentados durante a

transição. Concluiu que os pronunciamentos do ex-presidente expressavam o combate a corrupção do antigo Estado, e o estabelecimento de um novo Estado, de ideologia neoliberal.

Outra pesquisa que liga corrupção política e Análise do Discurso é *A palavra questionada em entrevistas do programa Roda Viva: o ato de fala pergunta como instaurador de identidades*, proposta como tese de doutoramento de Arão (2008), para a Universidade Federal de Minas Gerais. Embora, o objetivo do trabalho seja empreender uma análise do ato de fala pergunta numa perspectiva discursiva interacional, a pesquisa analisa o corpus linguístico relacionado a um esquema político de corrupção, selecionado a partir das entrevistas de Roberto Jefferson, José Dirceu e José Genoíno, veiculadas pelo programa Roda Viva, transmitidas pela Rede Cultura de televisão. Este trabalho não aborda a legitimação da corrupção política através do discurso, mas tange esta temática.

No cenário nacional, como já foi dito, poucas são as pesquisas sobre Análise do Discurso e corrupção política, e menor ainda é o quadro dos estudos feitos em Análise Crítica do Discurso (ACD) e corrupção política. As teses a serem mencionadas a seguir estão estruturadas sobre a ACD, na vertente de Fairclough, e como as anteriores, também, não analisam o discurso político da legitimação da corrupção.

A primeira delas, escrita por Costa (2007), intitula-se *Charges eletrônicas das eleições 2006: uma análise de discurso crítica*. Como o próprio título da tese enuncia, a pesquisa se propõe a realizar uma análise de discurso crítica de charges eletrônicas do primeiro turno das eleições presidenciais de 2006. Para isso foram selecionados cinco textos desse gênero discursivo publicados em agosto e setembro no site [www.charges.com.br](http://www.charges.com.br). Os discursos são analisados segundo os pressupostos metodológicos da ACD, sendo estes compreendidos como um elemento das práticas sociais. A ideologia proposta para o corpus do trabalho é a de Thompson (1995), a qual van Dijk (2006) também se utiliza. Para favorecer a análise, foi desenvolvido um estudo sobre charge eletrônica, mídia e política. Costa constatou que “por mais que as charges eletrônicas utilizem formas simbólicas que seriam contestatórias da ideologia, o modo como a corrupção é apresentada nos textos pode colaborar para a manutenção da mesma”.

A outra tese de doutoramento sobre ACD e corrupção política, ainda sob a teoria de Fairclough, é *Veja, os olhos do Brasil? O “mensalão” e a imagem pública de Lula e do PT nas páginas da revista veja*, escrita por Ramos (2008). A atualidade desta pesquisa tende a torná-la mais relevante e próxima da proposta do presente estudo. Seu objetivo é analisar “o discurso de (des)construção da imagem pública do presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores, durante o escândalo político/midiático do chamado Mensalão na cobertura jornalística da re-

vista Veja”. O aporte teórico desta pesquisa foi o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, tendo como corpus de análise as reportagens investigativas e as manchetes da revista Veja, que abordaram a crise política do “mensalão”. A hipótese comprovada é que a revista em questão desqualifica o discurso do PT mostrando que a defesa da ética proposta pelo partido possui fins eleitoreiros; também, relaciona a crise no governo Lula àquela que houve no governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo que levou ao seu impeachment; e, por fim, argumenta que o PT é um partido atrasado e anacrônico.

A tese de doutorado de Azevedo (2008), *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*, é a que mais se aproxima desta pesquisa, pois trabalha o discurso de legitimação sob a proposta multidisciplinar dos Estudos Críticos do Discurso de van Dijk (2006). No entanto, seu corpus de análise está no discurso midiático sobre o Movimento Sem Terra.

O *Discurso político de legitimação da corrupção parlamentar nas crises políticas da era Lula* apresenta sua relevância ao tentar preencher uma lacuna nos Estudos Críticos do Discurso, primeiramente, propondo uma análise do discurso político da legitimação da corrupção no Brasil a partir da teoria de van Dijk (2003, 2006), com sua ênfase sócio-cognitiva na multidisciplinaridade da ACD. Além de desvelar os atores e grupos dominantes por trás do discurso político de legitimação da corrupção, a pesquisa observa a sócio-cognição e a teoria das representações sociais de Moscovici (2009) e Jovchelovitch (2000). Para van Dijk (1997, p. 12), os problemas da ciência política, como a corrupção, são mais adequadamente estudados pela dimensão discursiva do que somente pela análise da ciência política.

O tema “O discurso político da legitimação da corrupção parlamentar nas crises políticas da era Lula”, pressupõe a seguinte questão: “Como parlamento brasileiro legitima a corrupção política a partir dos seus discursos oficiais?”. Essa é a problemática geral a ser perseguida neste trabalho.

Dois conceitos presentes na questão principal necessitam ser elucidados. O primeiro deles é a corrupção política. Um dos maiores problemas encontrados quando se analisa a corrupção está na sua conceituação, visto que cada autor a define de acordo com sua perspectiva ou ângulo científico, como, por exemplo: pela perspectiva jurista, teológica, sociológica ou política. Por isso, Rocha (2008, p. 40) entende que a corrupção deve ser analisada de uma perspectiva multidisciplinar, embora em sua obra a análise de uma perspectiva sociológica.

Filho (1991, p. 6) define corrupção como a traição do homem para com os valores fundamentais da comunidade a que pertence, especificamente a honestidade. Já Rocha (2008, p. 44) conceitua corrupção como:

uma espécie de conduta através da qual o indivíduo, motivado por alguma vantagem, age desvirtuando a natureza de um determinado objeto, contrariando aquilo que coletivamente é visto como certo e justo, ou seja, padrões de conduta estabelecidas por nossa sociedade e denominados normas jurídicas (sic), que tem por finalidade a satisfação do interesse coletivo. Desse modo, a corrupção se caracterizará quando houver a deturpação de um objeto, através de um comportamento que despreze àquela norma, motivado pelo desejo de obter vantagens indevidas.

De modo sucinto, Jesus (2008, p. 61) define corrupção como “um comportamento desonesto ou ilegal, cometido por alguém que possui determinado nível de autoridade, com o objetivo de obtenção de vantagens financeira ou de algum outro privilégio que resulte em ganho individual ou grupal”. Esse “alguém” quando está na esfera política torna-se um ator da corrupção política nacional.

Silva (2001, p. 22) apresenta a corrupção como o ato ilegal de dois agentes, um corrupto e um corruptor, que desenvolvem uma relação ilegal envolvendo propina. Apesar de muitas definições sobre corrupção, o denominador comum que caracteriza a corrupção política é a interação entre indivíduos ou grupos, que corrompem ou são corrompidos, havendo nessa relação transferência de renda de modo ilícito (p. 23).

A corrupção política, não somente envolve questões econômicas ilegais como a propina, mas, também, em sua base, as questões morais. Filgueiras (2008, p. 67), em sua obra *Corrupção, democracia e legitimidade*, defende que a corrupção política é fruto da separação entre moral e lei na vida política. Segundo ao autor, o problema da corrupção foi desvinculado do problema moral das virtudes, gerando uma nova conceituação da corrupção na modernidade, onde surgiu uma nova moral política atrelada ao papel da economia, moralizando a representação do eu mediante seus interesses (p. 69). Em um mundo moderno, a supremacia do interesse está acima da manutenção das virtudes, num mundo que busca a acumulação do capital (p. 70).

Filgueiras (2008, p. 74) define, então, um governo corrupto da seguinte forma:

O governo corrompido é aquele que se esvai de seus princípios, configurando uma institucionalidade marcada pela violência e pela usurpação, sem qualquer tipo de normatividade que dê sustentação ao aparato institucional [...] Dessa forma, a República Democrática é corrompida quando as *virtudes cívicas* dão lugar aos interesses privados.

Um dos fatores da conceituação da corrupção política é a presença de um mercado, local de satisfação dos interesses individuais. O pensamento político moderno assenta-se na presença de sociedades mercantis. Logo, o interesse não depende da comunidade nem das virtudes, mas da distinção artificial e naturalizada entre o público e o privado, de onde procede a corrupção política (FILGUEIRAS, 2008, p. 80). A lógica dos interesses de onde procede a corrupção é a reprodução de uma ordem sem a dependência de uma virtude moral. Desta

forma, os atores políticos não são caracterizados pelas virtudes diante do ambiente público, mas pela simpatia a qual buscam construir.

O conceito de corrupção política nessa pesquisa não somente contempla o aspecto econômico e legal, mas vai além, observando sua base, o interesse pessoal em detrimento do público, devido o apagamento das virtudes morais do contexto político brasileiro. Rocha (2008, p. 45) define corrupção de modo apropriado aos interesses da presente pesquisa, como a “variedade de condutas e práticas nocivas, situadas em âmbito político-administrativo, que se caracteriza por um desvio de conduta de ordem criminosa ou não, que objetiva determinada vantagem indevida em detrimento do interesse coletivo”.

O segundo conceito presente na questão central da pesquisa é o de discurso político, visto que a pesquisa se propõe a analisar os pronunciamentos oficiais do parlamento brasileiro naquilo que se refere ao discurso político de legitimação da corrupção. Van Dijk (2008, p. 222) apresenta o seguinte conceito de discurso político, a ser devidamente estendido e adotado neste trabalho: “o discurso político é especialmente “político” devido a suas funções no processo político”. O autor assim propõe porque entende que os gêneros do discurso político são amplamente definidos mais em termos contextuais do que textuais. O contexto político é compreendido em termos de modelos mentais de eventos comunicativos dos participantes; os discursos oficiais do parlamento brasileiro foram produzidos dentro de um determinado contexto político. Os gêneros do discurso político mencionados são: debates parlamentares, leis, propagandas, *slogans*, tratados internacionais, negociações de paz, etc (p. 221). O gênero escolhido nesta pesquisa foram os pronunciamentos oficiais do parlamento brasileiro, especificamente, do Senado Federal.

Van Dijk (2008, p. 212) afirma que os gêneros do discurso político são:

definidos essencialmente pelas suas funções no processo político representado pelas suas categorias do modelo de contexto político”, ou seja, “o que quer que seja que um político diga é, por definição, uma forma de discurso político; e o que quer que seja dito por alguém com um objetivo político [...] é também uma forma de discurso político.

Porém, para completar a proposta teórica de van Dijk sobre o discurso político, deve-se ressaltar o *abuso de poder* exercido através do discurso político. Essa forma de análise do discurso político pelo eixo do *poder, abuso de poder e dominação* é característico da Análise Crítica do Discurso (ACD), que se apresenta como uma metodologia de análise multidisciplinar. A ACD possui um caráter multidisciplinar, em van Dijk porque contribui, não somente, para os estudos do discurso, como também para a ciência política e para as ciências sociais (VAN DIJK, 1997, p. 11). Isso significa que a Análise do Discurso Político deve responder a

questões relevantes que são discutidas na ciência política, como é o caso da corrupção nessa pesquisa.

A corrupção pode ser compreendida como “abuso de poder”, e quando exercida por uma elite pressupõe uma forma de dominação. Nessa pesquisa, o grupo dominado é o povo pobre do Brasil, como mais adiante será conceituado, pois é oprimida pelos seus representantes eleitos, segundo um sistema de democracia representativa.

Algumas questões secundárias que corroboram para o entendimento da questão principal são: “Qual a definição de discurso político da legitimação em torno da temática da corrupção, assim, como as estratégias discursivas que o legitimam, segundo a vertente da ACD de van Dijk (2003, 2006)?”. “Como se procede à análise das estratégias discursivas (retórica e topoi [VAN DIJK, 2003, 2006]) que legitimam o discurso político em torno da corrupção?”. Por fim, “Qual a relação entre as estratégias discursivas e seus atores/enunciadores, que produzem as representações e ideologias de dominação?” (VAN DIJK, 2006).

Essas questões, a principal e as secundárias, estão baseadas em certos pressupostos linguísticos que as justificam. A intencionalidade do discurso faz com que os Senadores sejam responsáveis pelo que transmitiram, não incorrendo na falácia da ingenuidade e da ignorância naquilo que se escreve. O aspecto sócio-interacionista do discurso que ressalta sua importância para os estudos críticos. O contexto em que o discurso foi produzido, também, apresenta a relação com suas motivações ideológicas.

A problematização deste estudo se responde a partir de quatro seções. A primeira objetiva suprir o arcabouço teórico que suporta a análise do discurso político de legitimação. A segunda seção é uma descrição do contexto político da corrupção de uma perspectiva histórica e sociológica, para que o discurso político de legitimação da corrupção seja devidamente analisado. A terceira seção contempla os aspectos metodológicos deste estudo, seu objeto: o discurso político de legitimação da corrupção, a natureza da pesquisa, os procedimentos e categorias de análise, e a delimitação do corpus. A quarta e última seção, antes das considerações finais, apresenta a análise dos pronunciamentos dos Senadores sob a ótica da retórica e dos topoi, a partir das metáforas conceituais. Mediante estas informações iniciais, cumpre, então, observar o arcabouço teórico de fundamentação deste estudo.

## 2 CORRUPÇÃO: UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

A corrupção é uma prática social disseminada no Brasil e como tal passível de ser observada e analisada de várias perspectivas como, por exemplo, à luz das ciências sociais. Optamos, porém, por uma abordagem multidisciplinar devido a complexidade de sua constituição. O objetivo, portanto, desta seção será o de detalhar em que consiste essa abordagem e em que medida é tributária das ciências sociais e do discurso.

Vale observar que, a priori, a corrupção a ser analisada aqui será aquela de ordem política, exercida por atores políticos no contexto político nacional e que servirá de contraponto para a compreensão do que definimos como o discurso de legitimação da corrupção. Como o estudo é de natureza linguística, a temática da corrupção política expressa nos pronunciamentos do grupo político do Senado Federal forma o corpus de análise a ser observado nas seções subsequentes. Visto que no discurso político a ideologia de determinado grupo é produzida, reproduzida e compartilhada, interessa-nos examinar como se processa a relação de abuso de poder a partir desta ideologia reportando-nos aos pronunciamentos políticos do Senado Federal. Assumimos como pressuposto que existe uma espécie de conhecimento, de natureza sócio-cognitiva sobre a corrupção na política. O conhecimento social sobre a corrupção política, relacionado ao grupo social composto por atores políticos, pode ser mais bem entendido a partir do que desvela a ideologia deste grupo social. Com esse fim pretendemos por meio de uma análise discursiva e sócio-cognitiva, tendo como suporte as suas representações e crenças sociais, definir em que consiste e como se estrutura discursivamente.

Sendo assim, um enfoque multidisciplinar resulta em um dos mais adequados à proposta deste estudo, dado o papel fundamental do discurso na produção e reprodução da ideologia como cognição social e na reprodução das ideologias na sociedade (VAN DIJK, 2006, p. 11). Desta perspectiva, a corrupção política como prática social será analisada a partir de sua ideologia, como sócio-cognição, no discurso político, que também funciona como uma prática social.

O resumo que se segue introduz os subpontos elucidativos e explanatórios da corrupção política de uma perspectiva multidisciplinar. O primeiro destes almeja suprir, para este estudo, uma definição apropriada de corrupção política.



## 2.1 Definição de corrupção.

A corrupção, de modo geral, sempre esteve presente na história do homem, porém, com o advento da globalização esta prática social se disseminou no mundo com o aumento das transações comerciais internacionais e o fluxo de capitais entre países. Os atos de corrupção, inerentes a natureza humana, se disseminaram por todo o organismo social, por isso sua relação estreita com as estruturas sociais (ROCHA, 2008, p. 26).

Uma das grandes dificuldades de se analisar a corrupção é sua conceituação (BOTE-LHO, 2010, p. 23). Como a corrupção é um termo por demais amplo, observar-se-á o conceito de corrupção política no contexto do Brasil. Além de extensa a sua conceituação, a corrupção é definida de acordo com a perspectiva do autor ou do ângulo científico em que é observada. Ou seja, o sociólogo, o teólogo e o jurista possuem uma definição particular desta prática social. Os cientistas sociais modernos apontam, ao menos, três tipos de definições para a corrupção: 1) a definição legalista, 2) a mercantilista, 3) a definição publicista, que se refere à idéia do bem público. Uma quarta definição, inserida por Bezerra (1995), é baseada na opinião pública, visto que nesta perspectiva a corrupção tem dimensões definíveis que são reconhecidas pelo público. Outra forma de conceituar a corrupção também pode ser a partir de três critérios: 1) legalista, 2) interesse público e 3) opinião pública (ROCHA, 2008, p. 41-42).

Segundo José Arthur Rios (1987, p. 85), acerca da definição da corrupção, o teólogo destaca a natureza humana decaída, o moralista a questão das paixões, e o jurista define a corrupção pela lógica do delito segundo os artigos do Código Penal. Van Klaveren (WAQUET, 1984, p. 10) considera a corrupção como a exploração das funções públicas a partir das leis do mercado; enquanto sociólogos e antropólogos, discípulos de Weber (1946), a caracterizam-na como traço cultural, concentrando-se em sua função social.

Etimologicamente, o termo corrupção vem do latim *corruptio*, que significa “a mudança que vai de algo ao não-ser desse algo” (ABAGNANO, 1998, p. 215). Dessa perspectiva linguística, Rocha define corrupção, no seu sentido mais geral, como “um desvio de conduta quando se trata das relações humanas, indicando uma decadência moral e espiritual” (ROCHA, 2008, p. 43). O significado latino de corrupção, além de *corruptio*, também vem de *corrumpere*, o verbo, que traz a carga semântica de *estragar, destruir e depravar* (BOTE-LHO, 2010, p. 30).

A corrupção, então, é o que modifica a natureza de determinada situação ou objeto, contrariando o que é culturalmente visto como certo e justo. É uma espécie de

conduta através do qual o indivíduo, motivado por uma vantagem, age desvirtuando a natureza de um determinado objeto, contrariando aquilo que coletivamente é visto como certo e justo, ou seja, segundo o que é estabelecido como padrões de conduta por uma sociedade” (ROCHA, 2008, p. 43-44).

De modo mais específico e sintético, “a corrupção se caracterizará quando houver a deturpação de um objeto, através de um comportamento que desrespeite àquela norma, motivado pelo desejo de obter vantagens indevidas” (ROCHA, 2008, p. 44). Essas conceituações sobre a corrupção ainda são bem gerais, necessitando uma definição mais específica para este trabalho.

Uma forma específica de compreender e definir corrupção envolve a prática da sobreposição do interesse privado sobre o público. Discorrer sobre corrupção antes da emergência do Estado-nação não faz sentido, visto que o privado e o público eram pertencentes ao Rei. O conceito de corrupção política era destituído de sentido, pois não havia distinção entre o privado e o público. Somente com a separação entre estas duas esferas é que se começa a tratar de corrupção. No século XVII, com o surgimento do Estado Moderno, Estado-nação, houve a defesa do interesse geral ou a transcendência do interesse público, com um corpo de funcionários preparados para esse fim, separados do rei, configurando-se então um novo modelo de organização política, onde ficava nítida a diferença entre o interesse público e o privado. O Estado começou a administrar o interesse público punindo os atos corruptores, que se caracterizavam pelo desejo de se utilizar dos recursos públicos em favor de interesses privados (ROCHA, 2008, p. 39-40).

Segundo a perspectiva do interesse privado sobre a administração pública, destaca-se a definição que Schilling (1999, p. 15) apresenta sobre corrupção: “Corrupção é um conjunto variável de práticas que implica em trocas entre quem detém o poder decisório na política e na administração e quem detém poder econômico, visando à obtenção de vantagens ilícitas, ilegais e ilegítimas para os indivíduos ou grupos envolvidos”.

Para Andreski (1966, p. 62), os teóricos ao referirem-se a corrupção apresentam três elementos básicos para explicá-la: primeiro, o poder público, cristalizado na figura do agente público; segundo, a ilegalidade, que é a violação das normas; e terceiro, o benefício individual, que é o recurso adquirido pelo agente corruptor. Então, corrupção é a atuação ilegal de agentes do Estado buscando beneficiar-se. De modo semelhante, O’Donnell (1998, p. 46) afirma que a corrupção consiste de vantagens ilícitas que uma autoridade pública obtém para si ou para aqueles que de alguma forma estão associados a ela. A Definição de Nye (1967, p. 416) sobre a prática social da corrupção qualifica-a como uma “conduta que se desvia dos deveres formais de um cargo público (eletivo ou de nomeação) por motivo de ganhos materi-

ais ou de posição de sentido privado (pessoais, para parentes chegados, para amigos); ou viola normas contrárias ao exercício de certos tipos de influência de sentido privado”.

Rocha (2008, p. 45) define corrupção como:

a variedade de condutas e práticas nocivas, situadas em âmbito político-administrativo, que se caracteriza por um desvio de conduta de ordem criminosa ou não, que objetiva determinada vantagem indevida em detrimento do interesse coletivo.

Consoante com essa definição, a corrupção política, como uma prática social, se processa no âmbito dos interesses privados sobre os bens públicos, configurando uma quebra da lei ou das normas socialmente estabelecidas como corretas.

Segundo Rios (1987, p. 89), o “que há de perverso nessa antiética é o fato de a retribuição ser ao mesmo tempo uma lesão a um patrimônio comum de bens ou serviços”. A corrupção é descrita como uma antiética, que se torna funcional a uma sociedade clientelista, como a do Brasil, na qual e para a qual o favoritismo não se somente é operado pelo indivíduo, mas também pelos grupos organizados a fim de obter bens do Estado, em detrimento do patrimônio público.

Percebe-se, então, que a corrupção surge quando o interesse privado se sobrepõe sobre o público. As causas da incidência da corrupção se devem a dois fatores: a crença na impunidade e a cultura do enriquecimento a qualquer preço. Importante salientar que há várias causas para a corrupção e que essas podem ser divididas em: culturais, econômico-sociais, políticas e jurídicas. Essas atuam de forma interligada, umas influenciando e produzindo efeitos sobre as outras (ROCHA, 2008, p. 48-49).

Para Johnston (1987, p. 141), a corrupção é empregada “por pessoas e grupos para obter do governo coisas que desejam, ou para impedir ações que não desejam, e de que com frequência ela utiliza muito dos mesmos recursos utilizados por modalidades mais convencionais de influência”. Ele continua seu argumento asseverando que o grosso da corrupção constitui parte integrante da política, ou seja, não é algo isolado no cenário político brasileiro.

Se “a corrupção é a deterioração dos bens públicos para satisfação dos interesses privados, significa dizer que o agente público propicia uma vantagem indevida para ele mesmo e também traz o benefício para o particular que condescendeu com sua prática corrupta” (ROCHA, 2008, p. 101). Esta descrição exemplifica a relação entre as empresas privadas e a corrupção, definida como a apropriação do bem público em favor do privado.

A relação entre o público e o privado estabelece o sentido do que veio a ser o termo *política*, do grego *politiké*, isto é, “a ciência e a arte de bem governar um povo, constituído em Estado” (SILVA, 2006, p. 1055). De outra perspectiva, o significado prático e moderno de

política está estreitamente ligado ao de poder, que pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem (BOTELHO, 2010, p. 33). A política, historicamente, tem definido as condições para que o controle da sociedade se faça mediante o Poder (BOTELHO, 2010, p. 39). Van Dijk (2006) entende a ideologia sob uma perspectiva de grupos sociais que possuem uma relação de poder e dominação. Ao observar grupos ideológicos, ele estuda as representações sociais desses grupos e o *abuso de poder*. A política em si, como forma do exercício do poder social, não constitui campo de estudo ideológico para van Dijk (2006). No entanto, o *abuso do poder* no contexto político por parte de um grupo social se enquadra no seu referencial teórico e, por isso, buscamos embasar este estudo sobre a legitimação da corrupção política no que postula esse autor. O abuso de poder no campo político engloba a prática social da corrupção política. Esta ligação entre a abordagem multidisciplinar de van Dijk (2006, 2008) e a corrupção política será esmiuçada no tópico seguinte.

A corrupção política e administrativa está presente nas instituições políticas e burocráticas, caracterizada pela troca de favores, por privilégios e interesses particulares e é atuante na máquina do Estado. A corrupção política abrange o processo eleitoral, o processo de recrutamento para algumas funções estatais elementares, o funcionamento dos partidos políticos e a forma de desempenho dos agentes políticos (ROCHA, 2008, p. 59). Apenas a última modalidade da corrupção política anteriormente descrita interessará nesse estudo, visto que o corpus de análise limita-se aos pronunciamentos do Senado Federal. Embora essa seja tangenciada por outros aspectos da corrupção, como sua expressão nos partidos políticos e nas estatais, não é propriamente objeto deste estudo abordar a natureza e constituição da corrupção como sistema.

Outra forma de definir corrupção política, esta bem específica, é:

A corrupção política também pode ser denominada como a dos agentes políticos, ou seja, é aquela em que os homens e as mulheres munidos de mandatos temporários ou de cargos vitalícios atuam em atenção a seus interesses particulares, sem se importar com os interesses públicos (ROCHA, 2008, p. 61).

Segundo Botelho (2010, p. 31), a corrupção política é praticada especificamente por agentes políticos, e se dissemina por toda a atividade política, penetrando no próprio sistema político.

Percebe-se que nas definições sobre corrupção política acima elencadas, o que se caracteriza é o interesse do privado sobre o bem público, sendo que o elemento privado é o agente político. Rios (1987, p. 84-85), em *A fraude social da corrupção*, também conceitua corrupção nesta mesma ótica: “o uso do Poder Público para proveito, promoção ou prestígio particular, ou em benefício de um grupo ou classe, de forma que constitua violação da lei ou de pa-

drões de elevada conduta moral”. Os agentes políticos são os funcionários de todos os Poderes Estatais: parlamentares, juízes, promotores, e chefes do executivo. Estes agentes que cometem a corrupção abusam dos seus poderes administrativos e violam a finalidade de sua atuação através da troca de favores e do enriquecimento ilícito (ROCHA, 2008, p. 61). Esta corrupção pode ser ativa ou passiva. No primeiro caso, um determinado sujeito oferece vantagens ao agente público (ofertas, promessas, propinas), com o objetivo de retardar, praticar ou omitir ato de ofício, de modo a trazer benefícios ao subornante. No segundo caso, o agente público solicita ou recebe para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem, desde que tais fatos ocorram em razão da função, ainda que fora dela, ou, antes de assumi-la (Código Penal, arts 317, 333; BOTELHO, 2010, p. 31).

Várias são as formas de corrupção política, desde a fraude eleitoral até a falsificação de registros públicos, do desvio de dinheiro do erário à venda de terras públicas ou de recursos naturais, a parcialidade na concessão de licenças ou patentes, o empreguismo, o favoritismo na elaboração de contratos, a concessão de benefícios e isenções fiscais que fraudam os padrões públicos de boa conduta. Os tipos penais clássicos são: a prevaricação, a malversação, o peculato e o tráfico de influências (RIOS, 1987, p. 86-87).

A corrupção política como apropriação do bem público em detrimento do privado, também, pode ser entendida através de certas práticas delimitadas por Rios (1987, p. 87):

É o depósito de dinheiro público em instituições bancárias de amigos, ainda que sólidas; a filtragem de informações confidenciais a sócios e compadres, habilitando-os a auferir grandes lucros em operações financeiras; ou a supervalorização de imóveis adquiridos por entidades públicas a fim de canalizar parte do lucro para ‘caixinhas’ diversas. É a própria ‘caixinha’, de uso generalizado e dimensões variadas. É ainda a proteção mútua de certas classes funcionais ou categorias profissionais, que ultrapassa o dever natural de solidariedade. É a distribuição de cargos ou vantagens a parentes, agregados, clientes, amigos.

A corrupção é uma prática contrária à democracia, o que causa a desorganização política do país, pois por meio dela surge a Constituição se torna ineficaz e se impõem a ilegalidade, o autoritarismo, o exercício discricionário do poder, a injustiça e a impunidade (ROCHA, 2008, p. 58).

Por motivos óbvios, a corrupção política é uma quebra a normas éticas no contexto político. Embora, não se pretenda estender o tópico de ética política, para não fugir do foco, cabem algumas considerações. Um erro comum é dissociar a ética da política, como se os valores morais não tivessem relação com o exercício da política, como se não fosse necessário ao ator político ter virtudes morais para exercer o bom governo, entendido segundo os critérios culturais de determinada sociedade. Por causa da separação entre ética e política, alguns ato-

res políticos justificam certas ações corruptoras com a célebre frase de Maquiavel: “Os fins justificam os meios”. Segundo Botelho (2010, p. 42):

a Política não pode ser autônoma com relação à Ética, pois isso provoca uma constante instabilidade social e uma perversão dos valores morais, de forma que tudo pode ser feito e até os mais escabrosos casos de corrupção passam a serem (sic!) vistos com certo ar de normalidade não só no meio político como também pela própria coletividade que, em última análise, é a maior prejudicada pela corrupção política. Daí o dizer popular: “rouba, mas faz”.

Esta quebra nas normas éticas e a dissociação entre ética e política foram construídas ao longo da história do pensamento político. Com o advento da ciência moderna, houve uma virada no sentido linguístico da corrupção, quando se desvinculou o problema da corrupção do problema moral das virtudes. A modernidade erigiu uma nova moral política, caracterizada pelo crescente pluralismo (FILGUEIRAS, 2008, p. 67-68).

De acordo com esta nova concepção moderna de política, segundo Montesquieu, o princípio do governo é a paixão, e não mais a virtude, que orienta as ações dos homens em relação à instituição do Estado. Montesquieu criou uma nova linguagem para a temática da corrupção, atrelada ao aspecto econômico, onde o indivíduo se pautava pelos seus interesses (FILGUEIRAS, 2008, p. 69). Não mais era possível na modernidade a manutenção das virtudes morais, pois a supremacia dos interesses dominava o mundo (FILGUEIRAS, 2008, p. 70). Sua solução foi estabelecer leis positivas decorrentes de relações políticas, que fizessem a mediação entre os homens e suas necessidades, com a finalidade de organizar a paz social e a liberdade (FILGUEIRAS, 2008, p. 71). Como resultado dessa dinâmica no curso histórico da corrupção política, posto de modo sintético, a república democrática se corrompe quando as virtudes cívicas dão lugar aos interesses privados, resultando na desordem como ocorreu em Roma (FILGUEIRAS, 2008, p. 74). A corrupção, então, é conceituada como qualquer forma de uso arbitrário do poder, destacando mais os aspectos jurídicos que os aspectos morais. Corrupção confunde-se com ilegalidade (FILGUEIRAS, 2008, p. 77).

Rios (1987, p. 88-89) conceitua a corrupção como o produto de uma ética invertida, que se organiza em torno do presente, do agrado e do suborno, que não deixa de ser uma forma de barganha. Desta forma o “serviço, ainda que público, prestação formalmente obrigatória, torna-se dádiva pessoal e exige uma retribuição”. Fagundes (1987, p. 157) amplia o entendimento acerca da ética da função pública contaminada pela corrupção:

A propósito da ética da função pública, não de entender-se como aspectos de corrupção, além daquilo que se traduz em suborno, apropriação de bens, dilapidação deles, etc., quaisquer modalidades de ação que representem a utilização indevida, isto é, sem motivo ou título hábil, de bens do patrimônio público, ou o custeio, direto ou indireto, de despesas não impostas pela função exercida, senão por gozo de agente público de qualquer categoria.

Segundo Rousseau, inspirado em Montesquieu, com a separação entre república e Estado, a corrupção é definida quando o governo não o administra mais conforme o conjunto de leis definido deliberadamente (FILGUEIRAS, 2008, p. 77). Quando isso ocorre, para Rousseau, forma-se outro Estado dentro dele. Desta forma, a corrupção não mais é compreendida através do conceito de virtudes, mas do conceito de interesses individuais. A linguagem do pensamento político moderno considera a corrupção como um problema da arbitrariedade dos governos, de onde resulta toda forma de opressão e desordem. A corrupção política na modernidade está ligada a interesses individuais e não a quebra das virtudes morais (FILGUEIRAS, 2008, p. 79). Como consequência da lógica do pensamento político moderno, “a corrupção ocorre apenas numa distinção artificial e naturalizada entre público e privado” (FILGUEIRAS, 2008, p. 80). O mecanismo funciona a partir da reprodução de uma ordem sem a dependência de virtudes morais, como a honestidade. O mecanismo da política para conquistar o interesse público torna-se a simpatia, e não mais os valores morais. Filgueiras (2008, p. 81) resume o conceito de corrupção na política moderna, assim:

Pela linguagem do pensamento político moderno, o conceito de corrupção é concebido através do artifício, próprio dos modernos, dos interesses, sobretudo quando se considera a necessidade de uma simpatia e não de uma virtude por parte do corpo político.

Mais outro teórico do pensamento político, assim como os anteriormente alistados, define corrupção na base dos interesses privados sobre os bens públicos, por meio dos atores políticos.

A corrupção, também, pode ser entendida como uma prática política, que precisa ser legitimada dentro de um determinado contexto sócio-político. O entendimento de legitimação e corrupção pode ser observado nas palavras de Filgueiras (2008, p. 15):

A economia, ao colonizar o discurso político, nas democracias contemporâneas, promove uma despolitização do político e uma naturalização do conceito de corrupção, conforme uma linguagem que se define no liberalismo de mercado.

A naturalização do conceito de corrupção a que Filgueiras se refere é a legitimação desta no discurso político, quando considerada linguisticamente: “Foi produzido um discurso que tende a perceber que a corrupção é um fenômeno natural à política” (FILGUEIRAS, 2008, p. 15).

Esse discurso político que legitima a corrupção, segundo Filgueiras (2008, p. 20), é oriundo de uma compreensão econômica da política, característica das democracias contemporâneas. A ideologia que embasa o discurso que legitima a corrupção tem como base uma ideologia liberal de mercado. Ao demonstrar que a corrupção política está somente, e diretamente, ligada ao aspecto econômico, despreza-se o aspecto dos valores e das normas. O discurso e-

conômico sobre a corrupção destaca mais o aspecto mercantil do que a discussão de valores e normas. A perda dos valores éticos fortaleceu a prática de ações corruptoras, visto que a ordem entre o público e o privado é baseada em interesses.

Dentro dos estudos de teoria política há um discurso hegemônico em que a corrupção é vista pela lógica dos interesses mercantis. Porém, o conceito de corrupção somente é compreensível se forem pressupostos os valores e as normas. Corrupção implica uma norma transgredida, logo, a corrupção é mais bem entendida por meio de uma crítica moral da política e de suas instituições (FILGUEIRAS, 2008, p. 21).

Ser corrupto no Brasil implica em roubar o dinheiro público para fins pessoais, privados. Nesse sentido, deve-se concordar com Filgueiras que a “corrupção na política ocorre justamente na interface dos setores público e privado” (2008, p. 17). Porém, os aspectos dos valores e da moral são bem mais abrangentes para o entendimento da corrupção. Então, quando um parlamentar direciona seu discurso para a corrupção num conceito mercantil, está mitigando a corrupção dos valores ligados a lei da nação e a lei moral da cidadania.

O discurso de legitimação da corrupção busca moldar os modelos mentais do povo no que se refere ao conceito de corrupção, definindo-a pelo viés da ideologia liberal de mercado, construindo uma representação social que entende a corrupção como algo natural, quando, não, culpabiliza a massa pobre da sociedade por ter uma herança corruptora. O que Filgueiras (2008, p. 19-20) considera mais próximo de uma sócio-cognição da corrupção política é o que chama de endemia social da corrupção:

Essa abordagem econômica da corrupção e da política colonizou o discurso político, de forma a criar um atual contexto de endemia social da corrupção, que denuncia a ineficiência estatal para produzir bens públicos. O resultado é uma crescente despolitização do Estado, que modifica a relação entre corrupção e democracia.

Acerca da construção de uma Memória Social sobre a corrupção, van Dijk (2002, p. 211) afirma que a legitimação da corrupção ocorre por meio do discurso político que influencia as relações entre crenças compartilhadas e crenças pessoais. O senso comum de que todo político é corrupto no Brasil aponta para essas representações sociais, que geram a memória social sobre a corrupção (BOTELHO, 2008, p. 40, 46).

Sobre a memória social van Dijk (2002, p. 217) afirma que ela “é constituída pelo conhecimento, atitudes, ideologias, valores e normas. Algumas dessas representações podem ser esquematicamente organizadas sobre a arquitetura da mente social”. O discurso de legitimação da corrupção atinge os indivíduos por meio das representações sociais com a finalidade de naturalizá-la e representá-la como uma prática mercantil comum na sociedade, a partir dos processos de ancoragem e objetivação.



A legitimação busca a naturalização da corrupção, como se esta fosse somente uma “natural” ineficiência do Estado, ou como se a política fosse naturalmente o espaço da corrupção, que é corriqueira e normal (FILGUEIRAS, 2008, p. 19, 21), no entanto, deveria ser vista como uma patologia política. Filgueiras (2008) defende que uma ideologia liberal de mercado busca legitimar seu poder sobre o domínio público alegando que o estado é corrupto e ineficiente, e que tal prática é normal na sociedade. Embora não negue a presença da corrupção no Estado, e apresente informações valiosas para a definição e o entendimento da corrupção na política, seu objetivo investigativo se limita a questões éticas e legais, deixando de observar o processo da legitimação da corrupção pelos atores políticos e instituições políticas no discurso político.

Este estudo investiga a legitimação da corrupção em meio às crises políticas no Brasil, entre 2003 e 2010, visto que em meio às crises políticas a legitimação é mais notória. Filgueiras (2008, p. 22) afirma que “a corrupção na política se torna mais evidente em cenários de crises políticas, em que as concepções consensuais de valores e normas eclodem em função de contextos de mudanças sociais”.

Quando as crises políticas anunciam as mudanças sociais, elas revelam as instituições envolvidas na legitimação do discurso corruptor. As situações de crise política contextualizam as questões de legitimidade da corrupção, como ocorre nos discursos políticos. Os atores políticos de instituições federais buscam legitimar suas ações corruptoras em seus pronunciamentos antes e em meio à crise. Outras instituições que também buscam essa legitimação são os partidos políticos, que possuem fortes interesses a serem defendidos nos momentos de crise política. Uma definição de crise política será apresentada na seção em que o corpus de análise for mais precisamente observado, por motivos metodológicos.

Rojo, em artigo escrito conjuntamente com van Dijk, sobre a legitimação da imigração no parlamento espanhol, diz que os atos de legitimação são fundamentais em uma crise (ROJO, 1998, p. 170). Ligada a crise estão as instituições políticas, o que combina com o que Filgueiras (2008) abordou sobre a corrupção ser institucional.

Segundo Rojo, a legitimação discursiva funciona dentro de um processo mais geral de legitimação social e política, no qual estão em jogo as instituições que buscam o poder, o Estado, a lei, os valores compartilhados e a ordem social (1998, p. 171). Van Dijk (2006, p. 320) afirma que em momentos de crise o discurso de legitimação torna-se imperativo, principalmente quando se trata do Estado, ou alguma instituição política que está em jogo. Isto ocorre porque a legitimação se torna parte da estratégia para o manejo das crises, quando membros do grupo precisam de auto-legitimação, e ao mesmo tempo, deslegitimar os outros.

Por isso Filgueiras (2008, p. 23) destaca a importância da legitimação nas democracias contemporâneas em meio às crises políticas, visto que se torna necessária a aceitação racional e consensual de valores e normas, como consequência da corrupção política. Martins (2008 p. 111), de uma perspectiva filosófica, também entende a corrupção no Brasil como um problema institucional. Ao analisar, sucintamente, a crise do Mensalão no governo Lula, em 2003, ele afirma que a corrupção se tornou institucional no Brasil, não importando somente os atores políticos, como, também, e principalmente, as instituições políticas, como no caso deste estudo: o Senado Federal.

De uma perspectiva da teoria política, a corrupção está associada à decadência das instituições (FILGUEIRAS, 2008, p. 22), por isso é necessário o discurso de legitimação por parte dessas instituições, principalmente porque a legitimação reproduz o poder estatal (ROJO, 1998, p. 172).

Como a proposta do estudo é a análise da legitimação da corrupção no discurso político do Senado Federal, este tópico observou o entendimento sobre corrupção política e sua relação com a prática social da legitimação. A ligação destes eixos temáticos apenas inicia um entendimento multidisciplinar sobre a corrupção política, que será expandida ao longo deste trabalho.

A legitimação como ato discursivo é uma prática social eficaz para reproduzir o poder estatal em meio às crises de legitimidade política. Definida a corrupção política e estabelecida sua relação com a categoria discursiva da legitimação, a sequência argumentativa para a configuração do marco teórico, segundo a perspectiva multidisciplinar de van Dijk (2006) é abordar a corrupção política na sócio-cognição e na sociedade, aprofundando mais adiante sua relação com o discurso como foi iniciado aqui.

## 2.2 A relação sociedade, cognição, ideologia, discurso e corrupção política.

Como a corrupção política é uma prática social, a sua legitimação discursiva será observada pela Análise Crítica do Discurso, especificamente segundo Teun A. van Dijk (2003, 2006, 2008), com foco na cognição social, e em sua relação com o discurso político e a ideologia, como apresentado anteriormente. Como já foi mencionada, a proposta é analisar o discurso parlamentar do Senado Federal no período de crises políticas entre 2003 e 2010, a ser delimitado posteriormente. Entende-se que a legitimação da corrupção política no discurso parlamentar é uma prática discursiva que representa socialmente as práticas institucionais de corrupção no parlamento brasileiro. No entanto, para proceder a esta análise da legitimação da

corrupção no discurso político cumpre apresentar o que vem a ser Análise Crítica do Discurso, assim, como, a vertente de van Dijk (2003, 2006), e estabelecer este marco teórico em relação à corrupção política, definida de acordo com os propósitos adequados deste estudo.

Resende (2009a, p. 7) define a Análise de Discurso Crítica (ADC) “sobretudo por estabelecer relações interdisciplinares voltadas para as ciências sociais, a fim de contemplar reflexões acerca da relação entre linguagem e sociedade que não poderiam ser logradas no interior das fronteiras da Linguística”.

Resende pesquisa a partir de um dos teóricos da Análise Crítica do Discurso, a saber, Fairclough; e procede a uma descrição dos outros teóricos dessa linha de pesquisa: “Fairclough propõe uma articulação entre Linguística Sistêmica Funcional e Sociologia (Fairclough, 2003); van Dijk (1989) estabelece diálogo entre Linguística Textual e Psicologia Social; enquanto Ruth Wodak volta-se para a Sociolinguística e a História (Wodak, 1996)” (RESENDE, 2009a, p. 12). Não serão observadas as teorias de Fairclough e Wodak nesse estudo, devido ao propósito dessa produção científica estar ligada a temáticas pertinentes a sócio-cognição e as representações sociais.

Do comentário de Resende (2009a), constata-se, porém, que a abordagem de van Dijk é muito mais do que somente Linguística Textual e Psicologia Social. A Linguística Textual foi uma das áreas do início de sua vida acadêmica, e a Psicologia Social, que engloba as representações sociais, é a base para o desenvolvimento de sua abordagem sócio-cognitiva, que não se resume somente a esta descrição simplista.

Segundo Pedrosa (2005), a publicação que se tornou um marco para a ACD foi a revista “*Discourse and Society*”, de van Dijk, como também obras de Fairclough e de Wodak:

Um marco para o estabelecimento dessa nova corrente na Linguística foi a publicação da revista de Van Dijk, “*Discourse and Society*”, em 1990. Entretanto, é importante acrescentar publicações anteriores, como os livros: “*Language and power*”, de Norman Fairclough, em 1989; “*Language, power and ideology*”, de Ruth Wodak, em 1989; e a obra de Teun van Dijk sobre racismo, “*Prejudice in discourse*”, em 1984.

Resende (2009b, p. 20), em sua obra *Análise de discurso crítica*, em parceria com Rammalho, define ACD como “uma abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas que tem atraído cada vez mais pesquisadores (as), não só da Linguagem Crítica mas também das Ciências Sociais” (2009b, p. 7). Ela considera a ACD como uma abordagem transdisciplinar e multidisciplinar, e atribui o termo “Análise de Discurso Crítica” a Fairclough, em 1985, em um artigo publicado no periódico *Journal of Pragmatics*.

Segundo a mesma autora, a ACD se consolidou em um simpósio, em Amsterdã, em Janeiro de 1991, com a reunião de van Dijk, Fairclough, Kress, van Leeuwen e Wodak (RESENDE, 2009b, p. 21). A obra da autora portuguesa Pedro (1998), *Análise Crítica do Discurso*, elenca artigos dos principais nomes da ACD anteriormente apresentados.

Van Dijk (2008, p. 10), porém, ao contrário da terminologia cunhada e difundida como *Análise Crítica do Discurso*, ou *Análise do Discurso Crítica*, prefere a expressão *Estudos Críticos do Discurso*. A razão para essa mudança terminológica está na natureza da disciplina, que, segundo van Dijk, não é um método de análise do discurso, como frequentemente se presume, e como o fazem as ciências sociais. Os Estudos Críticos do Discurso (ECD) “usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos do discurso em geral” (VAN DIJK, 2008, p. 10). Da mesma forma, ele define a Análise do Discurso (AD) não como um método em si, mas como um domínio de práticas acadêmicas, e por isso uma “transdisciplinaridade distribuída por todas as ciências humanas e sociais” (VAN DIJK, 2008, p. 11) denominada de *Estudos do Discurso* (ED), que possui várias “maneiras de análise”, e que podem ser tradicionalmente chamadas de métodos, de acordo com a necessidade da pesquisa empreendida. Por isso, van Dijk afirma que o “discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2008, p. 12).

Entre os objetivos de van Dijk (2008, p. 9) em seus estudos está a análise da “reprodução discursiva de abuso de poder e desigualdade social”. O *abuso de poder* norteia seu conceito de ECD de modo especial sobre as condições sociais da escrita e da fala. Dessa forma “as pesquisas em ECD, em geral, preferem métodos que não infringem os direitos das pessoas estudadas e que são compatíveis com os interesses de grupos sociais que são o foco das pesquisas” (VAN DIJK, 2008, p. 13).

Ainda, “os métodos dos ECD concentram-se de forma específica nas complexas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, bem como as estruturas discursivas podem variar ou ser influenciadas pela estrutura social” (VAN DIJK, 2008, p. 13). O abuso de poder vai se manifestar na língua onde existe a variação ou escolha, dependendo da posição ou da ideologia do falante (VAN DIJK, 2008, p. 13). Por isso, os “ECD se concentrarão nos sistemas e estruturas de fala ou da escrita que podem variar em função de condições sociais relevantes do uso linguístico, ou que podem contribuir para consequências sociais específicas

do discurso, tais como influenciar as crenças e ações sociais dos ouvintes e leitores” (VAN DIJK, 2008, p. 14).

Van Dijk define “dominação” como “abuso de poder social por um grupo social” (2008, p. 15). Esse conceito vai justificar suas pesquisas nos ECD, de modo que ele alista os critérios para se proceder a uma pesquisa nessa área:

- Relações de dominação são estudadas principalmente da perspectiva do grupo dominado e do seu interesse.
- As experiências dos (membros de) grupos dominados são também usadas como evidências para avaliar o discurso dominante.
- Pode ser mostrado que as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas.
- Podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados.

Segundo esses critérios, os ECD não são “neutros”, mas se comprometem com um “engajamento em favor dos grupos dominados” (VAN DIJK, 2008, p. 15). Por esse motivo, van Dijk (2008, p. 16) entende que os ECD são um *movimento social* e não, somente, um aparato teórico-metodológico, como afirma:

Eles não meramente estudam os problemas ou formas sociais de desigualdade porque são coisas ‘interessantes’ para estudar, mas também estudam com o propósito explícito de contribuir para uma mudança social específica em favor dos grupos dominados.

Os ECD somente se justificam se a pesquisa for relevante para os grupos dominados. O estudo da desigualdade entre os grupos leva ao conhecimento de suas ideologias reproduzidas no discurso, tema axial da teoria de van Dijk (1995).

A abordagem teórica de van Dijk (2003, 2006), nos ECD, embora se caracterize pelo aspecto sócio-cognitivo, não se limita somente a ele, por isso é chamada de *Uma aproximação multidisciplinar*. É multidisciplinar porque o marco teórico geral do seu enfoque da ideologia é composto por um triângulo formado pelos conceitos: Cognição, Sociedade e Discurso (2006, p. 9). Van Dijk trabalha a ideologia nesses três eixos, porém, antes de se proceder uma empreitada teórica sobre a proposta de van Dijk e aliada a prática social da corrupção política, deve-se estabelecer o conceito dele acerca de ideologia, a fim de proceder a investigação de seu marco teórico.

### 2.2.1 Ideologia: uma definição.

Alguns elementos estão interligados ao entendimento de ideologia segundo van Dijk (2003, 2006): (1) uma ideologia de grupos, e não de “classes”; (2) o abuso de poder por meio da ideologia dominante; (3) a existência de grupos dominados e dominantes, com suas respectivas ideologias conflitantes; (4) a ideologia vista de uma perspectiva negativa e positiva, e não somente negativa.

Thompson (2009, p. 75) foi a base para esse conceito de ideologia: “A análise da ideologia, de acordo com a concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder”. Complementando, ele faz a ligação da ideologia com as relações de dominação: “Deixe-me definir este enfoque mais detalhadamente: *estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação*” (THOMPSON, 2009, p. 76). Van Dijk (2006), no entanto, não desconsidera o que já foi escrito sobre ideologia ao longo do estudo desta disciplina, pois entende ser fundamental o exercício crítico acerca da ideologia para se chegar a sua proposta.

Van Dijk (2006, p. 21) propõe a ideologia de modo que sirva de interface entre a estrutura social e a cognição social: “*a base das representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo*”. Dessa forma, ele apresenta uma definição ampla, que engloba as relações de dominação e como elas são estabelecidas e sustentadas pelo sentido. Thompson (2009, p. 76) mostra que estudar a ideologia é estudar as formas simbólicas, pois elas não são somente representações que servem para articular e obscurecer as relações sociais, como estão implicadas na constituição das relações sociais. Ele apresenta as bases para uma nova concepção de ideologia, proposta por van Dijk (2006), que contempla as relações de dominação entre grupos e as formas simbólicas, que são fenômenos ideológicos (THOMPSON, 2009, p. 76).

A definição de ideologia segundo van Dijk (2006, p. 21) é:

As ideologias são a base das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo. Isto significa que as ideologias permitem as pessoas, como membros de um grupo, organizar a multidão de crenças sociais acerca do que sucede de bom ou mal, correto ou incorreto, segundo eles, e a atuarem em consequência disso.

Desta forma, as ideologias não são somente e simplesmente uma “visão de mundo” de um determinado grupo, ou somente suas “crenças”, mas os princípios que formam as bases dessas mesmas crenças. Na maioria dos casos, mas não em todos, as ideologias servem a seus próprios fins, e são uma função dos interesses materiais e simbólicos de determinado grupo (VAN DIJK, 2006, p. 21-22).

Algumas considerações de van Dijk sobre ideologia são úteis para conceituá-la em seu arcabouço teórico. As ideologias são consideradas como um tipo de “sistemas de idéias”, e por isso, pertencem ao campo simbólico do pensamento e da crença, isto é, o que os psicólogos chamam de “cognição”. Elas são indubitavelmente de caráter social e com frequência estão associados com interesses, conflitos e lutas de grupos. Podem ser utilizadas para legitimar ou se opor ao poder e a dominação, ou simbolizam problemas sociais e contradições. As ideologias estão presentes em coletividades sociais tais como classes e outros grupos, assim como instituições, organizações e outros aspectos da estrutura social (VAN DIJK, 2006, p. 18). Tais considerações axiomáticas estruturam o triângulo metodológico de van Dijk em: cognição, sociedade e discurso, numa relação com a ideologia.

Van Dijk (2006, p. 24-25), no entanto, não considera que a definição de ideologia se limita somente a um conceito de instrumento de dominação. Segundo ele, há boas razões, teóricas e empíricas para supor que também existem ideologias de oposição ou resistência, ou ideologias de competência entre grupos igualmente poderosos, ou ideologias que somente promovem a coesão interna de um grupo, ou ideologias sobre a sobrevivência da humanidade. Em seu enfoque, as ideologias não são inerentemente negativas, nem se limitam a estruturas sociais de dominação.

A AD francesa não supre, metodologicamente, os recursos para uma análise abrangente e complexa da ideologia por causa do seu entendimento, compartilhado por vários teóricos (ALTHUSSER, 2010; FOUCAULT, 2004), de poder relacionado as relações de classe social somente, de acordo com uma visão ideológica cunhada no marxismo, que é inerentemente negativa. Thompson (2009, p. 77) explica esta limitação da AD francesa como disciplina: “é importante enfatizar que relações de classe são apenas *uma* forma de dominação e subordinação, constituem apenas *um* eixo da desigualdade e exploração; as relações de classe não são, de modo algum, a única forma de dominação e subordinação”. O conceito de ideologia de van Dijk (2003, p. 16), a semelhança do de Thompson, reflete um conjunto de crenças de um grupo, e não somente de uma classe social específica. Por isso, as ideologias surgem da luta e do conflito entre grupos, situando a macrocategoria da polarização “Nós” contra “Eles” (Outros), característica da proposta multidisciplinar de van Dijk (2003, 2006).

As relações entre cognição, sociedade e discurso com a ideologia perfazem um caminho coeso. Em primeiro lugar, encontra-se a cognição social com o estudo do estatuto, da organização interna e das funções mentais da ideologia. Neste momento toma lugar a análise das representações sociais. Em segundo lugar, considera-se que as condições e funções das ideologias não são somente cognitivas, mas são também sociais, políticas, culturais e históricas;

por isso a necessidade do entendimento do contexto político para o processo da investigação do discurso político. Em terceiro lugar, o discurso, a terceira faceta metodológica, forma, transmite e reproduz as ideologias em grande medida através da comunicação social situada (VAN DIJK, 2006, p. 9).

Nesse aspecto, acima observado, a ideologia se expressa, também, através do aspecto sócio-cognitivo. Por meio das representações sociais, que são as formas simbólicas, formula-se a compreensão sociocognitiva da ideologia, resultando nas práticas sociais, das quais a linguagem e o discurso são simultaneamente usados para influenciar na forma de aquisição, apreensão, reprodução e modificação das ideologias (VAN DIJK, 2003, p. 17). Este enfoque resulta em um dos mais adequados, dado o papel fundamental do discurso na formação e expressão da ideologia como cognição social e na reprodução das ideologias na sociedade (VAN DIJK, 2006, p. 11). Com esse breve esboço da teoria de van Dijk (2003, 2006, 2008), e da sua proposta inovadora de ideologia, cabe, então, observar cada elemento do triângulo multidisciplinar, e posteriormente como este perscruta a corrupção política.

#### 2.2.2 Sócio-cognição: um viés interpretativo.

O primeiro eixo do triângulo multidisciplinar de van Dijk é a “cognição”, que, deve ser melhor observado como “sócio-cognição”. O conceito de “sócio-cognição” comporta os aspectos mentais das ideologias, a natureza das ideias ou das crenças, a relação com as opiniões, o conhecimento e o *status* como representação socialmente compartilhada (VAN DIJK, 2003, p. 18). Os trabalhos clássicos sobre ideologia raramente contemplam as dimensões cognitivas e discursivas das ideologias. Estes não observam detalhadamente as “idéias”, “as crenças”, ou a “consciência” que supostamente constituem a ideologia (VAN DIJK, 2006, p. 10).

Segundo van Dijk (2006, p. 18), o argumento que envolve as relações entre cognição, sociedade e discurso é fundamental em uma teoria explícita da ideologia. Dizer que as ideologias são sistemas de idéias, e por isso necessitam de um enfoque psicológico, será uma sugestão interessante somente com a compreensão de que estas “idéias” também são sociais (políticas e culturais), e que como consequência torna-se necessário descrevê-las em termos do estudo das representações sociais e de suas funções para a cognição social.

As representações são formas simbólicas, em que as formações ideológicas são compartilhadas (Thompson, 2009). Com esse embasamento teórico, van Dijk formula o aspecto cognitivo de sua proposta ao descrever as representações mentais. Essas não são



individuais porque a concepção de ideologia é grupal, por isso, as representações mentais não se referem a indivíduos, mas são crenças sociais compartilhadas por um determinado grupo.

A representação mental das ideologias encontra-se associada, segundo a psicologia social, à memória a longo prazo, e não na memória episódica, onde estão as crenças individuais e as experiências diárias. As ideologias são a base da memória social compartilhada pelos grupos (VAN DIJK, 2003, p. 23). Elas não são socioculturais, e não se deve supor que todos a aceitam, pois, ao contrário, as ideologias surgem das diferenças de opiniões, de conflitos e lutas entre grupos sociais. Os grupos ideológicos se definem por compartilhar as mesmas ideologias.

No entanto, os modelos mentais não representam somente informações pessoais, subjetivas e possivelmente enganosas dos acontecimentos que são experimentados na vida cotidiana. Os modelos mentais também apresentam “afirmações” (especificações, exemplos) de crenças mais gerais e abstratas, incluídas nas cognições sociais (VAN DIJK, 2003, p. 32).

Uma característica principal do modelo proposto por van Dijk (2010, p. 24) é a pressuposição de que a compreensão de discurso envolve não somente a representação de uma base textual na memória, mas também, ao mesmo tempo, a ativação, atualização e outros usos do chamado modelo situacional na memória episódica; isto é, a representação cognitiva dos acontecimentos, ações, pessoas e, de forma geral, a situação sobre a qual o texto se baseia.

Van Dijk (2003, p. 31) define modelos mentais como “as representações episódicas dos acontecimentos em que participamos a cada dia, os que atestamos (na vida real ou pela televisão) ou sobre aqueles que lemos”. Os modelos mentais são subjetivos porque o modo de compreender a realidade cotidiana está diretamente relacionado a construção ou desconstrução desses modelos mentais. Eles representam a maneira de ver e entender os acontecimentos.

O conhecimento, as atitudes e indiretamente as ideologias podem afetar as estruturas e os conteúdos dos modelos mentais que construímos a partir dos acontecimentos concretos. Isso indica que as ideologias gerais podem ser traduzidas em experiências específicas, que formam parte dos modelos mentais (VAN DIJK, 2003, p. 33).

Moscovici (2009, p. 8) foi pioneiro no estudo do conceito das representações sociais, e base para o aspecto sócio-cognitivo de van Dijk (2003, 2006), com os modelos mentais. Moscovici, frequentemente, faz uma ligação entre essas representações sociais e a comunicação, como forma de influenciar a vida cotidiana do indivíduo: “as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas

cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros”.

Moscovici (2009, p. 9), também, adota a noção de grupo e do conhecimento que não é desinteressado, onde estão as ideologias: “O conhecimento surge das paixões humanas e, como tal, nunca é desinteressado; ao contrário, ele é sempre produto de um grupo específico de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais elas estão engajadas em projetos definidos”.

As representações sociais baseadas nos modelos mentais da teoria de van Dijk (2006) culminam no conceito de “sociedade”, quando se percebe que essas representações são reproduzidas socialmente. Moscovici (2009, p. 16) faz essa mesma relação por meio da psicologia social: “O fenômeno das representações está, por isso, ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade”. Essas diferenças são os conflitos e lutas entre os grupos sociais, onde estão implicadas as ideologias e suas representações, por meio das reproduções mentais.

Se as ideologias são parte da estrutura social e de alguma maneira controlam as relações de poder e dominação entre os grupos (classes, formações sociais, organizações, etc), da mesma forma tal enfoque sociológico será relevante somente com a compreensão de que as ideologias caracterizam a dimensão “mental” da sociedade, dos grupos ou das instituições. Estas relações dirigem a teoria de van Dijk para uma descrição psicológico-sociológica da mente social em seu contexto social, político e cultural (VAN DIJK, 2006, p. 18-19).

As ideologias não são definidas somente em termos cognitivos, mas também em termos de grupos sociais, relações de grupo e instituições, em um macronível, e em termos de práticas sociais, em um micronível. Segundo van Dijk (2006, p. 23), as ideologias são construídas, utilizadas e modificadas pelos atores sociais como membros de um grupo, em práticas sociais e específicas, frequentemente discursivas. Não são construtos individuais, idealistas, mas construtos sociais compartilhados por um grupo.

Van Dijk (2003, p. 18), então, conceitua “sociedade” de modo a englobar os aspectos históricos, sociais, políticos e culturais das ideologias, sua natureza baseada no grupo e especialmente seu papel na reprodução ou resistência ao domínio. Nesse segundo ângulo do triângulo multidisciplinar da ideologia, o teórico elabora sua compreensão sobre os grupos, especificamente dominados e dominantes, sobre os atores ideológicos e as instituições que reproduzem as ideologias das elites.

As ideologias são formadas pelas elites ideológicas como políticos, eruditos, e aqueles que detém os meios de comunicação de massa. Porém, essas mesmas ideologias precisam ser

compartilhadas por um grupo, para que se tornem um movimento social e não somente parte da iniciativa de um só indivíduo. Esse compartilhamento envolve criar o sentimento de pertencimento a um grupo, que é desenvolvido a partir do discurso veiculado pelas mídias (VAN DIJK, 2006, p. 218-220).

As mídias de massa são a principal instituição de reprodução das ideologias (VAN DIJK, 2006, p. 237-238), pois elas organizam, manejam ou propagam as cognições, ações, interações e relações de grupo (p. 235). As ideologias reproduzidas estão no campo do “cinza”, visto que para uma ideologia dominante ser compartilhada por um grupo dominado é necessário que tenha alguns fragmentos ideológicos comuns, às vezes até mais voltados para a ideologia dos dominados do que dos dominantes. Por isso, se torna difícil perceber as ideologias dominantes dos grupos de elite no discurso, sendo necessário categorias de análise para desvelá-las.

### 2.2.3 Discurso: o aspecto da reprodução.

O terceiro elemento do triângulo multidisciplinar de van Dijk (2006, p. 18-19) é o discurso, entendido como uma prática social que produz e reproduz a ideologia. Como o objetivo deste trabalho é analisar o discurso da legitimação da corrupção no cenário político brasileiro, na instituição do Senado Federal, através das categorias de análise do discurso propostas por van Dijk, numa perspectiva crítica aliada a sócio-cognição, para proceder a tal análise deve-se observar o conceito de legitimação como recurso de uma estratégia discursiva para se justificar um ato. Este recurso discursivo e sua relação com o contexto político em que está inserido elucidam a cognição política, a fim de se observar a reprodução do discurso de legitimação da corrupção no indivíduo e nos grupos sociais, a partir de atores políticos.

Segundo van Dijk (2006, p. 10) entre os numerosos estudos sobre ideologia, alguns dos quais também tratam sobre a linguagem ou o discurso, não há nenhum que detalhe de que forma exatamente a ideologia modela o texto e a conversação, e, inversamente, como a mesma se forma, adquire ou transmite por meio do discurso e da comunicação. Por isso, o teórico se propõe, nessa empreitada, a tecer o caminho de ida e volta da relação discurso e ideologia.

Os discursos explicam, defendem, legitimam, motivam, ou, de algum outro modo, “formulam” fragmentos das ideologias “subjacentes”. Para van Dijk (2006, p. 19-20), os discursos não são as únicas práticas sociais baseadas na ideologia, porém são efetivamente fundamentais em sua formulação e, portanto, em sua reprodução social. Os discursos são formas de ação e interação social, situados em contextos sociais nos quais os participantes não são

somente falantes/escritores e ouvintes/leitores, mas, também são atores sociais, membros de grupos e culturas. O discurso e suas representações mentais (tais como seus significados) estão inseridos em situações e estruturas sociais. Ao inverso, as representações sociais, as relações sociais e as estruturas sociais com frequência se constituem, constroem, validam, normalizam, avaliam e legitimam pelo texto e fala.

A legitimação, segundo van Dijk, é uma função importante do uso da língua e do discurso. Mas, também, é um ato social e político, que se consuma por meio do texto e da conversação. De um enfoque pragmático, a legitimação se relaciona com o ato de fala de auto-defesa, ou seja, o ator político, ou social, provar por razões, fundamentos ou motivações aceitáveis que suas práticas outrora criticadas são pertinentes a um contexto legal (VAN DIJK, 2006, p. 318). O ocultamento, a legitimação, a manipulação e outras noções relacionadas são consideradas como as funções primordiais das ideologias na sociedade, são práticas sociais discursivas (ou semióticas, em um sentido mais amplo) (VAN DIJK, 2006, p. 18).

Segundo Moscovici (2009), legitimação é tornar algo não-natural em natural, algo não-familiar em familiar, e reflete o processo de ancoragem, que produz as representações sociais em uma comunidade. Ela se processa por meio de um ato comunicativo complexo, que envolve um conjunto de discursos inter-relacionados (VAN DIJK, 2006, p. 318-319).

Van Dijk (2006, p. 21), também, define ideologia como a crença de um grupo nas seguintes palavras: “*a base das representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo*”. Nesta mesma base ele afirma que o discurso legitimador se processa em contextos institucionais (VAN DIJK, 2006, p. 319). Tais instituições que organizam e reproduzem uma ideologia dominante o fazem através das representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação, pois estas constituem a realidade da vida cotidiana dos indivíduos e servem para estabelecer relações de grupo, e o sentimento de pertencimento (MOSCOVICI, 2009, p. 8). Segundo van Dijk, as ideologias se desenvolvem para legitimar o poder e a desigualdade social (VAN DIJK, 2006, p. 21).

A legitimação é uma justificação pela via institucional, é um discurso que justifica a ação “oficial” em termos de direitos e obrigações, associado com os aspectos políticos, sociais ou legais. O ato de legitimar, então, implica que um ator institucional crê ou diz respeitar as normas oficiais, mesmo que esteja agindo contra essas mesmas normas, demonstrando estar dentro da ordem moral prevalecente. Fica pressuposto que há restrições institucionais de poder social, como as definidas pela lei, que estabelecem o limite das ações institucionais. No entanto, ao serem quebrados esses limites legais torna-se necessário um discurso que naturali-

ze estas práticas, o qual as legitima. Por isso, quem não possui poder absoluto precisa legitimar suas práticas (VAN DIJK, 2006, p. 319).

Porém, necessariamente, nem sempre a “legitimação” é de ordem negativa, assim como a ideologia. As ideologias (injustamente) legitimam o abuso de poder ou a dominação, porém, isto não significa que toda legitimação faça o mesmo, pois há a legitimação da resistência contra a dominação, que pode ser encarada de modo positivo (VAN DIJK, 2006, p. 25). Porém, neste estudo a legitimação é observada na perspectiva do grupo dominante, que tem como objetivo tornar natural o ato corruptor no contexto político.

A legitimação por ser de natureza institucional pode ser praticada por atores políticos e sociais pertencentes à determinada instituição. Por isso, as acusações de ilegitimidade se referem às ações do ator político, ou sobre sua posição em dada instituição (VAN DIJK, 2006, p. 319). Os discursos legitimadores pressupõem normas e valores. Explícita ou implicitamente eles determinam o que é “correto” dentro do contexto político e social em geral (VAN DIJK, 2006, p. 320).

Van Dijk (2006, p. 320) aponta a direção de atuação do discurso de legitimação, como um círculo vicioso: “Dadas as relações entre a legitimação e o poder institucional, o discurso de legitimação é prototipicamente político. Os que se legitimam a si mesmos, como é de se esperar, são aqueles que ocupam ou são designados para cargos públicos, e que exercem o poder em razão desse cargo”.

A ideologia é a base para a legitimação relacionada com o grupo, visto que as ideologias são, também, a base das representações sociais dos grupos e de seus membros, pressupondo normas e valores, onde o discurso de legitimação vai atuar (VAN DIJK, 2006, p. 321). Para Moscovici (2009, p. 16, 17), as representações sociais são a forma de criação coletiva, em condições de modernidade. A legitimação está relacionada ao cerne do seu argumento, pois transforma as formas da criação coletiva, por onde estão as ideologias dos grupos. Por isso, van Dijk (2006, p. 321) afirma que “as ideologias formam os princípios básicos da legitimação interna do grupo”.

O exercício da legitimação de um grupo na definição de van Dijk é assim descrito:

Para legitimar a ação de um grupo, não somente para propósitos internos do grupo, mas para propósitos intergrupais, um grupo precisa mostrar que seus princípios básicos são justos, e que, possivelmente, os de outros grupos são incorretos. Ou precisam afirmar que seus princípios básicos são gerais, universais, e por tanto se aplicam a todos (VAN DIJK, 2006, p. 322).

Como já dito anteriormente, o discurso de legitimação nunca é desinteressado, pois surge das paixões humanas; é sempre produto de um grupo específico que possui um projeto

definido (MOSCOVICI, 2009, p. 9). Como a definição de ideologia de van Dijk (2006) está diretamente ligada ao abuso de poder e à dominação, o discurso de legitimação está diretamente proporcional à ideologia, pois os centros de poder exigem autoridade e legitimação (MOSCOVICI, 2009, p. 17).

O discurso de legitimação de um grupo dominante visa afetar um grupo dominado, ou vários, através de um discurso hegemônico, de modo que suas práticas não sejam contestadas. Quando se torna natural, ou familiar, uma ação não legal de um grupo dominante diz-se que tal ato foi legitimado, e com ele a ideologia dominante que o acompanha. A teoria das representações sociais considera este fenômeno como a ancoragem de uma determinada prática social, e que por meio do discurso se procede à objetivação, o segundo processo da teoria das representações sociais.

Segundo a teoria de van Dijk (2006), o discurso de legitimação política de um grupo dominante, de uma elite institucional, envolve a compreensão da cognição política, que implica o entendimento do processo da representação mental e social do indivíduo e de seu grupo, por meio das ideologias reproduzidas.

O conhecimento sobre política é modificado ou confirmado por várias formas de texto durante o processo de socialização, da educação formal e da conversação (VAN DIJK, 2002, p. 203). Para o melhor entendimento do macro-nível da análise política ao longo de uma aproximação de micro-nível é necessário uma teoria da cognição política, que conecta o indivíduo com o discurso político e a interação com as representações sociais dos grupos e instituições políticas.

A compreensão da cognição política requer a consideração de níveis do domínio político. O nível básico consiste da política individual dos atores, assim como suas crenças, discursos e interações nas situações políticas. O nível intermediário é constituído pelo nível de base mais os grupos e instituições políticas e suas representações, discurso coletivo, relações e interações. O nível mais elevado, baseado no intermediário, é constituído pelo sistema político e suas representações abstratas, ordens de discurso, e processos sócio-políticos, culturais e históricos (VAN DIJK, 2002, p. 204).

Com esses três níveis em mente, o discurso político é descrito de duas formas: (1) uma descrição do nível sócio-político, onde processos e estruturas políticas são constituídos por eventos situados, interações e discursos de atores políticos em contextos políticos; (2) e uma descrição do nível sócio-cognitivo, onde as representações políticas são relatadas pelas representações individuais desses discursos, interações e contextos. Desta forma, entende-se que a

cognição política é a interface teórica entre as dimensões pessoal e coletiva da política e do discurso político (VAN DIJK, 2002, p. 204-205).

O estudo da cognição política focaliza no uso e nas estruturas das representações mentais sobre situações, eventos, atores e grupos políticos. Tópicos típicos da pesquisa em cognição política são: a organização das crenças políticas, a percepção dos candidatos políticos, atitudes sociopolíticas, identidade política de grupo, opinião pública, e outros tópicos que envolvem a representação na memória e processo mental envolvendo o entendimento e a interação política (VAN DIJK, 2002, p. 206-207).

A importância teórica da cognição política é que serve como a interface entre a cognição social e política e as crenças pessoais. O modelo proposto por van Dijk (2002, p. 207) funciona como base cognitiva do discurso político e da ação política, relacionando as macroestruturas das representações dos grupos e instituições, com as microestruturas políticas das ações dos atores políticos.

A cognição política proposta por van Dijk (2002, p. 208) pode ser aqui resumida em alguns aspectos. Primeiramente, o processo cognitivo e as representações são definidos em relação à memória. A estrutura mental e abstrata chamada memória pode ser entendida de duas formas: Memória de Curto Prazo e Memória de Longo Prazo. O processamento da informação, que envolve a percepção e a produção e compreensão do discurso é elaborado na Memória de Curto Prazo, que faz uso da informação estocada na Memória de Longo Prazo.

Outra distinção é feita na Memória de Longo Prazo, entre Memória Episódica e Memória Semântica. A primeira armazena as informações processadas na Memória de Curto Prazo; e a Memória Semântica acumula informações mais gerais e abstratas, referentes ao conhecimento da linguagem e de mundo. Van Dijk (2002, p. 208), então, chama a Memória Semântica de “Memória Social”, em contraste com a Memória Episódica.

A Memória de Longo Prazo é organizada em vários tipos de representações mentais, com sua própria estrutura esquemática. O conhecimento social é organizado nessas estruturas por meio de “scripts” (Frames) que possuem números fixos de categorias. Parte desse conhecimento social é o conhecimento político geral que o povo possui sobre políticos, debates parlamentares, eleições, propaganda política ou demonstrações políticas. O conhecimento é definido por van Dijk (2002, p. 208) como uma estrutura mental organizada que consiste de crenças factíveis de um grupo ou cultura, que podem ser verificadas pelo critério de verdade de um grupo ou cultura. Segundo van Dijk (2002), o conhecimento de um grupo pode ser julgado como mera “crença” ou “opinião” por outro grupo. Assim como as crenças são organiza-

das, as atitudes e ideologias também o são, por meio das características do discurso político e da cognição política, por meio dos grupos e de seus relacionamentos.

A estrutura da Memória Social ainda não é muito conhecida. Porém, pode-se afirmar que ela é constituída pelo Senso Comum das crenças sócio-culturais, formadas pelo conhecimento cultural e pelas opiniões. O Senso Comum cultural pode mudar historicamente; desta forma, cada grupo social pode desenvolver seu próprio conhecimento de grupo, que é organizado em torno da ideologia subjacente. Essa mudança ocorre através do discurso veiculado pelas mídias de massa, de modo geral, principalmente no que se refere ao discurso político. Dessa forma, fragmentos especializados de crenças de grupos, às vezes, podem penetrar no Senso Comum, e vice-versa (VAN DIJK, 2002, p. 209).

Ao lado das crenças dos grupos, os indivíduos também tem experiências e conhecimentos pessoais, representados em sua Memória Episódica. Essas experiências pessoais são representadas em modelos mentais, que também possuem uma estrutura formada por um número fixo de categorias, como: contexto, ações e participantes e seus papéis. Ao contrário das crenças socialmente compartilhadas, os modelos representam eventos específicos que são usados como exemplo (discurso parlamentar). Os modelos mentais são a interpretação (conhecimento e opinião) de cada evento, por isso são subjetivos (VAN DIJK, 2002, p. 209).

Os modelos mentais formam a base cognitiva de toda interação e discurso individual. As pessoas constroem um modelo de um evento ou ação, que serve como base referencial do discurso, ajudando a definir a coerência local e global. Os modelos mentais integram novas informações, corporificando pessoas e informações sociais, servindo como o núcleo da interface entre o social e o individual. Desta forma, podem constituir a base da experiência social e do conhecimento político. Isto significa que as representações gerais e abstratas das representações sociais da memória social são, em primeiro lugar, derivadas da experiência pessoal como representadas na memória episódica de cada indivíduo. O conhecimento social e político pode ser mais bem adquirido pelo geral, o discurso abstrato, do que por tratados e propagandas políticas (VAN DIJK, 2002, p. 210).

#### 2.2.4 Corrupção e o triângulo multidisciplinar.

Estabelecida a base teórica a partir da teoria multidisciplinar de Teun A. van Dijk (2002, 2003, 2006), cabe ler a corrupção nesse arcabouço. A corrupção política se encaixa com o objetivo dos estudos discursivos van Dijk (2006, 2008), porque é uma forma de reprodução discursiva do abuso de poder. A corrupção política é uma forma de abuso de poder e de do-



minação. Esta prática social enquadra-se nos métodos de análise dos ECD devido a sua relação com as estruturas sociais e as estruturas discursivas. A priori, a corrupção é uma prática social, assim como o discurso. Nesse sentido, ela é uma prática vigente na sociedade, especificamente, no contexto do Brasil, que contextualiza a proposta do trabalho. Como prática social, a corrupção está na mesma categoria do discurso.

A corrupção política, de modo sintético, entendida como a apropriação do bem público em favor do interesse privado, está em um contexto social. A corrupção política é uma prática de um grupo dominante, de difícil identificação, mas que se caracteriza pelo seu aspecto corruptor dos bens públicos. Não se está afirmando que todos os políticos são corruptos, nem que é possível circunscrever especificamente este grupo de políticos corruptos, mas que existem, e estão atuando em favor dos seus interesses individuais. Normalmente, van Dijk (2006) apresenta grupos dominantes e dominados. Um grupo busca influenciar o outro com sua ideologia, por meio das representações sociais e do discurso. Porém, no caso da corrupção política, o grupo afetado é tão grande, talvez toda a sociedade, que descaracteriza o formato de grupo social apresentado por van Dijk (2006). No entanto, pelo fato de um grupo desejar exercer uma dominação a partir da corrupção e de sua legitimação, destaca-se um grupo que se coloca em posição de superioridade, como se estivesse acima da própria lei constitucional.

A delimitação do grupo dominado (talvez vários grupos sofram dessa forma de dominação) pelos atores corruptores torna-se difícil, por isso, a análise deve ser feita a partir do grupo dominante, e do efeito nocivo causado à sociedade. Porém, uma sugestão (que não busca ser dogmática) para a delimitação do grupo social que mais sofre com o abuso de poder dos políticos corruptos é dada por Leite (1987, p. 12): “a corrupção costuma prejudicar sobretudo os pobres, ou seja, a parcela da população para a qual se voltavam mais diretamente minhas atividades e cogitações”. Johnston (1987, p. 150) corrobora com o entendimento de que o povo pobre é o mais atingido pela dominação da corrupção política: “A corrupção, nesse sentido, parece ter muito maior probabilidade de servir para controlar os pobres do que para mobilizá-los ou conseguir para eles benefícios políticos verdadeiramente significativos”. O mesmo autor estabelece uma polarização na relação de dominação exercida através da corrupção política: “o qual a corrupção ajuda os que ‘têm’, em prejuízo dos que ‘não-têm’” (JOHNSTON, 1987, p. 151). Jovchelovitch (2000, p. 112) considera que os pobres e miseráveis não tem espaço nem voz para apresentar sua interpretação das práticas corruptoras, que de modo geral geram a miséria:

Quando se trata de investigar realidades pobres e miseráveis, os sujeitos destas realidades simplesmente não estão lá. Eles desaparecem em meio aos índices de criminalidade, de mortalidade infantil, de pobreza absoluta e fome. É verdade que existem

interpretações várias sobre suas vidas e sobre as razões de sua situação. Mas a sua voz, sua experiência e suas narrativas são muito menos frequentes.

Não há espaço para definir se os pobres da sociedade, a massa de miseráveis e economicamente desprovidos, são o grupo que diretamente sofre o abuso de poder por parte dos políticos corruptos, porém, as indicações feitas anteriormente sugere que, embora toda a sociedade sofra com tal prática, o povo pobre é uma porção que não possui voz sobre as mazelas que enfrenta, e as enfrenta em maior proporção.

A corrupção política necessita ser legitimada pelo grupo político corruptor, visto não ser de ordem natural, mas contra a natureza da política do Estado moderno. Entendendo a afirmação de van Dijk (2006) que uma prática social, de abuso de poder, possui uma ideologia como base, assim como também o discurso de legitimação da dominação, tanto o discurso legitimador da corrupção política como a prática social da corrupção política possuem uma ideologia, que é produzida por um grupo social com interesses de dominação. A corrupção política como prática social, então, possui uma ideologia, ou ideologias, formadora das bases das crenças corruptoras. Esta ideologia corruptora é observada de uma perspectiva negativa, pois o grupo social dominante busca legitimar a corrupção política. Esse grupo social, formado por atores políticos, será denominado de “grupo corruptor”, nos estudos subsequentes, assim como van Dijk (2006) denominou os grupos sociais que citou como exemplo: racista, anti-racista, sexista, feminista, ecologista.

A corrupção política deve estar inserida no meio de um conflito social, pois grupos sociais organizados lutam contra a prática social corruptora. Ela possui uma ideologia corruptora e a elite ideológica que forma esta ideologia corruptora é formada pelos políticos, que são atores/redatores, ligados a atos de corrupção política.

A corrupção política como prática social possui uma interface sócio-cognitiva, por meio da ideologia que a fundamenta. Como consequência dessa argumentação, deve ser analisada uma cognição política da corrupção. Se há uma sócio-cognição da corrupção política no Brasil, e há, existe também uma representação social da corrupção no país, que, consequentemente, faz parte do, e indica o, contexto político que fundamenta o discurso político que legitima a corrupção.

#### 2.2.5 Legitimação e Discurso.

A legitimação nesta pesquisa é observada como um processo que tem sido mais pesquisado como fenômeno nos estudos das Ciências Sociais e na psicologia, sendo pouco observa-

do na Linguística. A partir de Habermas (2002[1973]) o fenômeno da legitimação como processo é analisado de uma perspectiva discursiva. Rojo e van Dijk (1997) investigam o discurso de legitimação política sob a temática da imigração na Espanha; e van Dijk (2008) apresenta um capítulo sobre legitimação e sua proposta teórica multidisciplinar sob a ótica da ACD. Azevedo (2008), em sua tese de doutoramento, também se propõe a analisar o discurso da legitimação política, sendo, porém, no corpus de notícias sobre episódios referente Movimento sem Terra. Estas obras suprem o aspecto teórico acerca do discurso de legitimação política observado neste trabalho.

A legitimação existe como fenômeno social, como um processo, mas também como fenômeno discursivo. Rojo e van Dijk (1997, p. 176) assumem que pelo fato de os atos de legitimação serem quase sempre discursivos, seus estudos devem considerar suas características linguísticas, discursivas e comunicativas.

A legitimação ocorre através de atores e grupos sociais, imersos em complexas relações sociais, guiadas por modelos cognitivos, tendo o discurso como meio de reprodução ideológica destes grupos (AZEVEDO, 2008, p. 78). Mesmo sendo um processo social, a legitimação se expressa no discurso por meio de processos cognitivos ligados às relações sociais entre os grupos em questão. Neste sentido, Azevedo (2008, p. 78) observa que:

A (des)legitimação é um processo que se realiza a partir de distintas práticas sociais, sejam elas as mais cotidianas, tais quais as conversas entre vizinhos; nas relações familiares, quando a mulher assume papéis tradicionalmente machistas; em notícias publicadas em jornais; em uma sentença judicial; ou em um pronunciamento do Presidente da República. Isso quer dizer que a legitimação não é ditada por uma instituição única, mas resulta de uma complexa rede de relações sociocognitivas.

O processo de legitimação envolve atividades sociocognitivas entre atores e grupos sociais que são categorizados e particularizados, por meio de representações sociais, e de modo contínuo. Este processo revela uma tensão, de modo que os grupos podem ser legitimados e deslegitimados dentro de um dado momento histórico, através do discurso. A legitimação como processo pode ser entendida como uma leitura da sociedade sobre ações políticas referentes a atores e grupos políticos. Estas ações são o “texto” que, como categorização, legitima as atividades políticas como a da corrupção, por meio de modelos cognitivos (AZEVEDO, 2008). Azevedo (2008, p. 80) define legitimação assim:

[...] uma ação resultante das ‘leituras de mundo’, compartilhada e construída por atores críticos, que, a partir das suas habilidades sócio-cognitivas, interagem em um complexo ‘texto social’, elaborado continuamente, por uma vastidão de autores/leitores, sendo que estes papéis também estão em constante alternância [...]

A legitimação como “leitura de mundo” é construída, também, por atores políticos. Neste sentido, observar-se-á que os parlamentares do Senado Federal construíram, de modo só-

cio-cognitivo e discursivo, um texto que se reproduz na malha social, em favor da corrupção política, porém, de modo velado, mitigando a seriedade desta mazela social. Segundo Habermas (2002[1973]), nas práticas discursivas se processa a construção da legitimação. Este texto de legitimação, no aspecto da corrupção política, revela aspectos de imposição e opressão dos outros. A construção do discurso de legitimação da corrupção é um processo de conflito entre grupos sociais (AZEVEDO, 2008).

A legitimação está atrelada a prática discursiva, por meio de um viés sócio-cognitivo (AZEVEDO, 2008, p. 81). Por isso, a legitimação é consequência de uma interpretação que presume consenso; é “uma visão do mundo que legitima a autoridade” (HABERMAS, 2002 [1973], p. 129). Esta “leitura de mundo” se processa por meio de processos sócio-cognitivos, que envolvem tanto atores e grupos políticos, como o próprio povo brasileiro que pode vir a reconhecer o discurso mitigador da corrupção como legítimo.

“A legitimação é construída discursivamente a partir de atividades retóricas/argumentativas, e consolidada no meio sociocognitivo” (AZEVEDO, 2008, p. 84). Por isso, a análise a ser observada posteriormente, está fundamentada em categorias da retórica argumentativa (BILLIG, 2008). A legitimação que era observada apenas sob a ótica do Direito, visando questões referentes a aspectos legislativos, com Habermas (2002 [1973]), passou a ser estudada discursivamente, através do aspecto argumentativo da justificação e crítica, ao menos inicialmente. O processo se dava a partir do *consenso* e do *acordo*; que viabilizava a legitimidade de uma determinada lei, para o direito, mas, que, em Habermas, passou, também, a legitimar o discurso ideológico.

O conceito de consenso, segundo Habermas, é algo socialmente construído a fim de que haja o acordo, através de ações racionais, de modo que estabelece ou quebra hegemonias. Com relação ao discurso de legitimação da corrupção, os atores/redatores políticos, especificamente no caso deste trabalho no Senado Federal, argumentam na justificativa de atos corruptores mediante as críticas levantadas, construindo um consenso, de modo que haja acordo que a corrupção política não é tão grave quanto a representam. É neste sentido que se justifica a análise retórica a partir dos topoi como categoria argumentativa. Visto que estão envolvidos no processo de legitimação o discurso e a sócio-cognição, em meio às relações de poder e dominação, como na corrupção política, a teoria da comunicação de Habermas coaduna com o quadro teórico da ACD, segundo a proposta de van Dijk (2003, 2008) acerca da ideologia e da legitimação. Van Dijk (2008) define legitimação como um ato social, e político, que se materializa no discurso; e apresenta, também, o caráter sócio-cognitivo da legitimação, visto que o discurso argumentativo apresenta atitudes responsivas a questionamentos sobre a legitimação

de grupos e atores políticos, o que Billig (2008) chama de justificação e crítica/logos e antilogos.

A legitimação está ligada a afirmação de Uns em detrimento, ou negação, de Outros. Neste sentido, a legitimação é um processo de construção de representações sociais, ideologicamente orientados, que promove o abuso de poder. No contexto da corrupção política no Brasil, o discurso de legitimação de atores e grupos políticos tem como objetivo mitigar a prática corruptora institucionalizada, através de um discurso velado, de modo que o povo reproduza tal representação ao perceber a corrupção com familiaridade, e até como uma questão cultural.

Esta pesquisa se propõe a analisar as crises de legitimação. Segundo Azevedo, “historicamente instituições do poder também têm passado por ‘crises de legitimação’” (AZEVEDO, 2008, p. 87). Quando atores e instituições políticas percebem a perda, ou abalo, do seu poder político e social, eles entram nestas chamadas “crises de legitimação”, pois necessitam novamente justificá-lo, mediante as críticas, a partir de um discurso argumentativo (BILLIG, 2008).

Segundo Rojo e van Dijk (1997, p. 196), o elemento fundamental na maioria das formas de legitimação social e política é a busca de aprovação normativa para as ações políticas de um grupo ou instituição que detém o poder (frequentemente as elites, o parlamento, ou o Estado). De modo que a legitimação ocorre mediante estratégias discursivas de persuasão, ou manipulação, a fim de justificar suas ações diante da sociedade. Nesta pesquisa a legitimação a ser analisada se dá por meio do discurso persuasivo. No discurso de legitimação, a prática da corrupção política é ignorada, distorcida ou reinterpretada, de modo a ser percebida como aceitável ou normal.

Rojo e van Dijk (1997, p. 176-177) observam que ações políticas se justificam moral e politicamente durante períodos de “crises”. Filgueiras (2008, p. 83) faz a ligação entre a prática social e política da corrupção e a legitimação discursiva, a partir das “crises de legitimação”: “o conceito de corrupção aparece nos momentos de crise de legitimidade das instituições [...] a história do conceito de corrupção revela o fato de que ela está associada aos ciclos de crises de legitimação que assolaram a política em diferentes momentos”. Neste estudo a instituição política que busca a legitimação é o Congresso Nacional, especificamente o Senado, em meio a duas crises selecionadas para análise: 1. A “Máfia dos sanguessugas”, e 2. O projeto “Ficha Limpa”. (FILGUEIRAS, 2008, p. 83).

Uma definição de crise de legitimação política, segundo a orientação das Ciências Políticas, assume a relação entre corrupção, legitimação e abuso de poder:

Essas crises [de legitimação] significam a erosão das bases consensuais dos valores e normas que organizam a política. A erosão dessas bases consensuais demonstra que a corrupção está além do aspecto meramente mercantil [...] Pensar a corrupção a partir da dimensão dos valores e normas, consensuais e pressupostos, possibilita uma crítica moral da política em que pesem os ciclos de crises de legitimação. Dessa forma, a corrupção está correlacionada a processos de patogênese institucional, de acordo com as transformações sociais e suas correlações de formas do poder político (FILGUEIRAS, 2008, p. 83-84).

As crises de legitimação política geram a erosão das “bases consensuais” dos valores e normas que organizam a política. Pensando no conceito de consenso de Habermas (2002 [1973]), não havendo consenso, também, não haverá acordo, conseqüentemente o poder político não se perpetuará. Aplicando à corrupção política: se não há consenso sobre a familiaridade e naturalidade da corrupção política, ou se o povo não mais se perceber como responsável e causador da corrupção política, não mais haverá acordo entre o povo e os atores e instituições políticas que exercem a corrupção. Neste sentido, instala-se uma crise de legitimação. Não havendo acordo, determinado ator ou instituição política pode deixar de exercer a dominação. Por isso, Filgueiras (2008) afirma que a corrupção está correlacionada a processos de patogênese institucional, o que conduz este estudo a análise de uma instituição política: o Senado Federal.

Segundo Filgueiras (2008), a dinâmica da corrupção está centrada em uma hermenêutica das crises de legitimação, que conduz a análise da corrupção a partir da dimensão do discurso político. Mesmo que o autor seja do campo das Ciências políticas, ele apóia um estudo da corrupção política a partir de categorias discursivas, visto que seu objetivo é demonstrar que a corrupção não é uma questão somente econômica e monetária, mas que está centrada no ato de pensar valores e normas. O processo de análise discursiva contempla este aspecto de valores e normas no seu arcabouço sociocognitivo. Filgueiras (2008, p. 84) faz estas relações entre corrupção, legitimação e discurso neste trecho:

A corrupção está relacionada a valores e normas pressupostos, em função do aspecto moral que envolve seu conceito e sua história. [...] Dessa forma, se procurarmos as significações morais da corrupção, temos que perceber que eles estão relacionados a discursos empregados pelos atores para qualificar a ordem política.

Filgueiras (2008, p. 87) apresenta como tese da relação entre corrupção e legitimação: “a compreensão da legitimidade só é possível através da justificativa da ordem política”. Nessas linhas o teórico contempla o aspecto argumentativo que faz a ligação entre corrupção política e legitimação, a fim de justificar a ordem política. Esta argumentação é necessária à legitimação porque a compreensão do significado da corrupção apenas pode ocorrer através dos juízos emitidos pelos atores políticos, que mobilizam valores e necessidades. Para que isso ocorra são necessários os conceitos de consenso e acordo em Habermas (2002 [1973]), a fim

de justificar a ordem política. Filgueiras (2008, p. 88), a partir desta dinâmica das crises de legitimação política define corrupção da seguinte forma: “A corrupção na ordem política significa um juízo emitido pelos atores em contextos de interação, sendo ela um qualificativo moral que denota os termos em relação à boa conduta por parte do corpo político”. Isto é, no contexto de interação, o ator ou instituição política manipula o discurso em favor da prática corruptora, de modo velado, mitigando sua ação na sociedade.

Segundo Rojo e van Dijk (1997), há uma relação complexa entre as dimensões discursivas e sociopolíticas de legitimação. O discurso somente terá função legitimadora com a presença de certos fatores contextuais, como o poder e a autoridade do falante, assim como sua instituição. Então, o autor define o discurso da legitimação como “legitimação sociopolítica realizada pelo discurso”. Esta complexidade ocorre devido aos dois movimentos das ações das atividades de legitimação. O primeiro destes movimentos, segundo Rojo e van Dijk (1997) é chamado *top-down*, pois, tem como objetivo estabelecer, manter ou restaurar uma posição social e uma autoridade aceitável de um grupo ou uma instituição, usualmente o Estado. O segundo movimento de ação legitimadora é nomeado *bottom-up*, pois, contempla o aceitar passiva ou ativamente de grupos dominados a hierarquia e autoridade de grupos dominantes (elites, governos, parlamentos). Estes dois movimentos ocorrem simultaneamente no processo de legitimação. Eles são descritos sinteticamente assim:

a legitimação se orienta em uma direção ascendente e outra descendente: o grupo ou instituição (dominante) que pretende legitimar-se mediante a aprovação do dominado e o grupo dominado que legitima o grupo ou instituição dominante mediante diferentes formas de acordo, aceitação, conformidade, ou, consentimento tácito. (ROJO; VAN DIJK, 1997, p. 177).

“Crise de legitimação”, segundo Habermas (2002 [1973]), ocorre quando o processo de o movimento *bottom-up* não funciona, ou seja, quando os interesses das elites ou instituições políticas são questionados, quer seja pela mídia, instituições de oposição, ou pelo próprio povo. Neste momento de crise, o discurso de legitimação é importante para restabelecer o poder de atores e instituições políticas; por isso, o discurso de legitimação é argumentativo e contempla estratégias de persuasão. Rojo e van Dijk (1997, p. 181) apresentam a crise de legitimação no momento em que o discurso de legitimação no contexto local não é capaz de realizar sua função, comprometendo a eficácia simbólica do discurso institucional. Neste sentido, observa-se que a legitimação sempre é vulnerável.

Segundo Azevedo (2008, p. 87-88), pensar a legitimação como um processo de movimentação social em dois sentidos (*top-down*; *bottom-up*) contempla não somente as instituições de poder, como, também, a força popular na consumação desse fenômeno. Em meio a

esta dinâmica, o discurso de legitimação funciona a partir de efeitos persuasivos e manipuladores, com a finalidade de construir modelos mentais preferidos, que se tornem atitudes favoráveis às instituições de poder.

A legitimação é mais necessária no contexto de ações controvertidas, acusações, dúvidas, críticas, ou conflitos sobre as relações entre grupos (ROJO; DIJK, 1997, p. 177). As crises da “Máfia dos Sanguessugas” e do projeto “Ficha Limpa” são contexto de ações controvertidas, de modo a suscitar o discurso de legitimação política, que interpreta os fatos de modo favorável a legalidade, de modo a apresentar o ato corruptor como algo normal dentro da ordem moral.

Os critérios estabelecidos para interpretar um ato corruptor são estabelecidos pelas elites, como, por exemplo, governantes, políticos, ou autoridades. Estes critérios, provavelmente, favorecem aos interesses destas mesmas elites. Por isso, apesar da oposição a corrupção política por parte dos grupos dominados, como ocorre com a CPI dos Sanguessugas e o projeto Ficha Limpa, é possível ocorrer a legitimação, tanto no sentido ascendente quanto descendente, através de estratégias de hegemonia e de outros meios de manipulação, por meio do discurso (ROJO; VAN DIJK, 1997, p. 178).

A manipulação e a persuasão ocorrem no discurso de legitimação através da semântica discursiva, por meio da representação cognitivodiscursiva dos fatos da corrupção política como sendo legítimos e verdadeiros, com a finalidade de neutralizar as versões que apresentam tais fatos como reprováveis (ROJO; VAN DIJK, 1997, p. 179). O discurso de legitimação da corrupção, também, se justifica e ganha força por meio da fonte de autoridade pelo qual é expresso, no caso deste estudo, o Senado Federal. Pois se trata de um discurso oficial, pronunciado em uma instituição e por atores/redatores políticos autorizados. Esta propriedade do contexto político institucional define a autoridade deste discurso, que por sua vez influencia em sua eficácia política, social e simbólica (ROJO; VAN DIJK, 1997, p. 180).

O discurso de legitimação, de uma perspectiva social, é o resultado de acusações ou dúvidas sobre se as normas sociais ou culturais, os valores, ou em termos mais gerais, a ordem moral, tem sido transgredidas por ações. As acusações expressam opiniões e afirmações sobre os fatos. As respostas a estas opiniões com a finalidade de legitimidade, também, se expressam na forma de opiniões. A legitimação implica que os atores/redatores se consideram membros competentes e moralmente retos da ordem social (ROJO; VAN DIJK, 1997, p. 183). No contexto da corrupção política no Brasil, os atores/redatores políticos, nesta pesquisa os Senadores, apresentam suas opiniões diante das acusações de corrupção nas duas crises a ser anali-



sadas: Máfia dos Sanguessugas e Ficha Limpa; com a finalidade de legitimar ações corruptoras.

O contexto político em que ocorre a prática da corrupção é fundamental para a interpretação do discurso legitimador da corrupção política. Dependendo do contexto político o discurso pode alterar seu sentido. Van Dijk (2008) considera tão importante o contexto quanto o próprio discurso político, pois sem o primeiro a análise fica comprometida. Esse contexto político sobre a corrupção é captado a partir da Memória Social, ou da representação social de um determinado grupo. A sócio-cognição encontra a corrupção política, também, nesse aspecto da análise, pois é por meio da representação social da corrupção que o contexto político pode ser mais bem considerado.

A corrupção política deve ser analisada da perspectiva cognitiva, social, política, cultural, histórica e discursiva, visto que a ideologia, que fundamenta esta prática social, considera todos estes elementos.

A corrupção política pode ser compreendida no aspecto discursivo, pois busca legitimar-se a partir do discurso político. Porém, assim como o discurso é formador da ideologia corruptora, este também a reproduz, revelando esta ideologia de dominação e as estratégias discursivas que a legitimam. A corrupção política analisada no discurso político, tendo como base as representações sociais sobre a corrupção política, desvelará atores e instituições políticas que exercem essa forma de abuso de poder. A linguagem está ampla e ainda não focalizada, visto ser esta uma parte teórica e preparatória para a análise que se sucederá. A cada capítulo, o contexto político, as representações sociais, os atores políticos e o discurso político ligado a corrupção política serão especificamente determinados e delimitados, deixando de lado o aspecto mais geral desta abordagem.

Visto que o marco teórico está delimitado, o passo seguinte é investigar o contexto político no Brasil, tendo em mente a corrupção política, a fim de que, na sequência, o discurso legitimador da corrupção sofra a perscrutação analítica, a partir das categorias de análise a ser elencadas: retórica e topoi. O contexto político nacional será observado de uma perspectiva histórica, política e sócio-cognitiva; esta última através das representações sociais.

### 3 O CONTEXTO POLÍTICO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL.

A investigação do contexto político da corrupção no Brasil ocorre em três perspectivas: 1) o aspecto histórico da formação política no Brasil; 2) a representação social da corrupção construída a partir da história política; e 3) as crises política na era Lula. O contexto político da corrupção se fundamentará na definição de corrupção construída na seção anterior, no qual o eixo está entre o público e o privado, a apropriação de um em favor do outro. Como a corrupção política é o aspecto empírico da representação social da esfera pública brasileira, para o entendimento da representação social da corrupção política torna-se fundamental a compreensão da representação social da esfera pública no Brasil. Por isso, o objetivo deste capítulo é traçar o contexto histórico-político da corrupção no Brasil de uma perspectiva das representações sociais, tendo como guia a representação social da esfera pública, onde a corrupção é representada e reproduzida, e como referência a definição que comporta a apropriação dos bens públicos (erário) em favor dos atores políticos (privado).

#### 3.1 Contexto histórico-político da corrupção política no Brasil.

A história e as estruturas da história são construídas (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 15), representadas socialmente; isso justifica a tentativa da reconstrução da história política do Brasil para o entendimento da corrupção política. A história é construída no sentido em que um conceito é formatado a fim de tornar-se natural, como é o caso da corrupção no Brasil. Jovchelovitch (2000) apresenta a representação social da esfera pública, e começa sua argumentação a partir a construção histórica da América Latina até a realidade brasileira, embora, esta última, analisada de modo resumido. A corrupção política está imersa no contexto representacional da esfera pública nacional, por isso, esta seção oportunamente fará menção a esta obra. Outros autores também se utilizam da história do Brasil, e de suas representações, para explicar o contexto atual da corrupção política.

Para Habib (1994, p. 9-11), o período colonial no Brasil, quando a terra foi ocupada, sem dúvida foi um grande fator de estímulo à corrupção. Embora, a imagem que se tem do Brasil é o de um país corrupto, ao contrário das nações européias, a corrupção aqui surgiu a partir do modelo português que se instalou. Segundo Figueiredo (2008, p. 209): “A incidência da corrupção ao longo da formação do país e sua recorrência na vida contemporânea cristali-

zaram a idéia de que ela resulta de uma espécie de destino atávico que finca raízes na tradição portuguesa, como a sementeira dos males atuais”.

Percebe-se que a corrupção, embora contrária aos bons costumes, é uma prática social antiga na história brasileira. As autoridades públicas buscaram tirar proveito de seus cargos, passando a vida planejando maneiras de burlar a Lei e se apoderar de bens públicos, traindo assim a confiança da população (ROCHA, 2008, p. 53).

O mercantilismo do mundo antigo, exercido pelas nações Européias dos séculos XVI e XVII, foi um importante fator para o desenvolvimento da corrupção política, visto que chegou à América Latina através da colonização. Um dos resultados do mercantilismo nas colônias foi o patrimonialismo, uma relação em que o cidadão considera a coisa pública como mera extensão do seu patrimônio particular. Já nesse contexto de colonização, o funcionário público sentia-se no direito de uso e gozo do que é público (RIOS, 1987, p. 96).

Max Weber (1921, 1922), em *Economia e Sociedade*, teoriza sobre o patrimonialismo de modo a descrevê-lo como um sistema em que não havia a separação entre o privado e o público, onde os administradores, funcionários e governantes se beneficiavam dos seus cargos, promovendo uma livre exploração dos recursos do povo. Embora no Estado moderno, o público tenha sido separado do privado, desde o pensamento liberal oriundo da Europa ocidental, na América Latina esta realidade ainda parece opaca.

Segundo Domingues (2008, p. 188):

A tradição absolutista do período colonial implicava clara mistura do tesouro do Estado espanhol e português com o do rei e da nobreza [...] Com as independências, Estados de feição formal moderna se estabeleceram, separando-se público e privado. Isso não implicou o desaparecimento absoluto das características patrimonialistas desses Estados, mas transformou-as de forma decisiva.

É normal entre pesquisadores explicar o traço de corrupção política na sociedade brasileira moderna desde o colonialismo português (RIOS, 1987; DOMINGUES, 2008; FAORO, 1975; FRANCO, 1997). Domingues (2008) destaca o patrimonialismo como institucionalizado em países da América Latina, onde o patrimonialismo contemporâneo do Estado se conecta aos agentes societários. Mais adiante, observar-se-á que o Brasil não vive na doutrina liberal, mas em um neopatrimonialismo.

O cenário de corrupção no Brasil colônia, além de marcado pelo patrimonialismo, era caracterizado pela má remuneração dos seus funcionários, o que favorecia a tal prática:

Oficiais servindo ao rei constituíam um conjunto variado e desigual apresentando situações nos quais se exigia para o cargo formação específica ou não, salários pagos pelo erário régio, propinas ou remuneração advinda do próprio cargo, duração vitalícia ou temporária, exercícios comissionados ou eletivos. [...] A política régia de remunerar mal seus servidores tornava tácita a possibilidade de complementação com

ganhos relacionados à sua atividade, especialmente nas colônias. (FIGUEIREDO, 2008, p. 211)

A colônia ensejava um enriquecimento rápido e seus funcionários possuíam ganhos paralelos. A moral era a do ganho, sem preocupação alguma com as futuras gerações, refletindo tais costumes até a contemporaneidade (RIOS, 1987, p. 99). No entanto, não foi somente no período colonial que o patriarcalismo dominou o cenário nacional, e conseqüentemente a corrupção política. Esta prática se estendeu ao longo da história, como, por exemplo, no período imperial.

O conceito de corrupção no período do Brasil Império, também, reflete a interferência do privado sobre o público, embora de modo bastante camuflado. A lógica da época era a de um Estado que prezava pela idéia de igualdade de direitos, porém, no Brasil, havia um poder maior: o do monarca. Este era visto como um “monarca divino”, que não era julgado pelos seus atos entre os homens, mas por uma justiça não terrena. O conceito de corrupção no período imperial não era claro, pouco aparecia nos jornais, mas, havia corrupção política, e estava vinculada ao Imperador. Schwarcz (2008, p. 228-229) comenta a sobriedade da corrupção no império brasileiro:

Já durante o Primeiro Reinado, a despeito da situação política conturbada – o fechamento da Assembléia Constituinte e mesmo a crise que resultaria na partida de D. Pedro I para Portugal -, nos jornais e atas da Câmara, a noção de corrupção pouco aparece ou mesmo qualquer outro termo de significado semelhante. Com efeito, instalada uma monarquia constitucional em meio à América republicana, questões do dia-a-dia eram debatidas em termos acalorados, mas preservava-se o Estado e seu governante. [...] Tal construção torna-se ainda mais evidente durante o Segundo Reinado, e, sobretudo, nos momentos de maior popularidade do império, quando D. Pedro II passou a ser lembrado como um monarca de direito divino e um mecenas das artes.

Apesar do caráter divino do imperador, a partir de 1880 o regime seria solapado por acusações feitas ao monarca, em um momento de fragilidade do governo. Havia corrupção no império, mas era mascarada diante da figura do imperador. Porém, neste contexto o privado ganhava o público. Pela primeira vez, começou a se questionar o poder do monarca, e a imprensa noticiava sua vida privada. Foi a fragilidade pública do imperador que transpareceu a corrupção política do Brasil imperial.

A noção de corrupção no Brasil imperial possuía algumas características, como por exemplo, atacar o imperador era o mesmo que atacar o Estado, uma vez que ele o personificava. Por isso, a imprensa também era utilizada para preservar a imagem do governo, apesar deste ser corrupto. Matérias jornalísticas eram pagas para zelar pela boa imagem do governo sempre envolvido em escândalos de corrupção (ROCHA, 2008, p. 55). Foi essa artimanha que

fez a imagem de D. Pedro II chegar até hoje como a de um homem íntegro, que fez uma administração com probidade (ROCHA, 2008, p. 54).

Segundo Fagundes (1982, p. 16), o governo deveria ter uma boa conduta moral a qualquer custo:

A administração pública fosse poupada a escândalos, não somente a grandeza moral dos estadistas que fizeram a independência e consolidaram o Estado brasileiro, como a presença austera do segundo Imperador, a impor, mediante atos oficiais, comportamento probo na gestão de coisas públicas, e a oferecer exemplo pessoal de comedimento nas próprias despesas da Coroa.

Porém, há vários casos de corrupção no Segundo Reinado, como descreve Marcos Antônio Vila (1996, p. 104): “Em 1866, José Rodrigues, que exercia uma função de confiança no Ministério da Fazenda, falsificou a assinatura do ministro Conselheiro Carrão. Depois que foi descoberto, foi condenado a vinte anos de prisão”. Schwarcz (2008) destaca o caso do “roubo das jóias da coroa”, em 1882, como um fato emblemático da corrupção no império. Percebe-se, então, que a corrupção era parte da cultura administrativa dessa época (ROCHA, 2008).

A fase seguinte na história do Brasil onde a corrupção política aparece é a República. Assim, como ocorria com o Império, a primeira república era corrupta no que se referia ao sistema, e não a pessoas especificamente. “Corruptos eram os sistemas monárquico ou republicano, por serem, na visão dos acusadores despóticos, oligárquicos, e não promoverem o bem público” (CARVALHO, 2008, p. 238).

Além de o sentido da corrupção mudar, do império para a fase república, também mudou sua dimensão. Quanto mais despótico é o Estado, maior é o nível de corrupção devido a dificuldade de combatê-la. E, quanto maior a dimensão da natureza e do tamanho do Estado mais difícil fica o controle de atos corruptores. Desde 1930, a máquina estatal tem crescido bastante, ampliando, assim, as oportunidades para o clientelismo e patrimonialismo no poder Executivo e Legislativo (CARVALHO, 2008, p. 239).

Outras considerações no âmbito político da república brasileira explicam e revelam fatores que levaram ao crescimento da corrupção política no país. A constituição de 1934 revela um avanço importante contra a corrupção, quando destaca a ação popular: “Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou a anulação de atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados ou dos Municípios” (Constituição Federativa do Brasil de 1934, p. 1). A partir desta lei os cidadãos poderiam combater, juridicamente, os políticos desonestos. Porém, com a Ditadura de 1937, Getúlio Vargas fortaleceu os cargos públicos, por meio da Lei Máxima de 1937. Esta promoveu a centralização política, o fortalecimento do poder do presidente; a extinção do legislativo, cujas funções seriam exercidas pelo executivo;

e a subordinação do judiciário ao executivo. A centralização do poder no executivo foi outro fator de favorecimento ao crescimento da corrupção (ROCHA, 2008, p. 55).

Segundo Rocha (2008, p. 56), dentre os vários presidentes que passaram pelo Brasil, muitos trouxeram promessas de moralização da Administração, tais como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, porém, de modo concretamente não houve redução da corrupção. Quando os militares tomaram o poder em 1964, a promessa era de acabar com os subversivos e com a corrupção. Porém, hoje se sabe que os subversivos eram aqueles com opinião ideológica contrária ao governo, e que o combate a corrupção foi apenas um pretexto para o enrijecimento do sistema.

A corrupção foi um tema recorrente dos anos 1950 a 1960, principalmente através da imprensa. A temática acentuou-se principalmente com as denúncias contra o Governo Vargas, o que levou ao suicídio do presidente em 1954. “Acusou-se Vargas e seus auxiliares de se aproveitarem de verbas públicas em benefício próprio, enriquecendo à custa do tesouro nacional” (MOTTA, 2008, p. 243).

Juscelino Kubitschek foi considerado pela oposição conservadora e liberal como continuador do varguismo, inclusive no que se referia ao uso do poder público. A construção de Brasília forneceu a oposição argumentos para denunciá-lo. Brasília não somente foi fator de acusação a corrupção do Executivo, como, fator de incentivo a corrupção política de modo geral, como diária Carvalho (2008, p. 239): “Outro fator agravante foi a construção de Brasília. A nova capital libertou congressistas e executivos do controle das ruas, ampliando a sensação e a realidade da impunidade. Brasília tornou-se uma corte corrupta e corruptora”.

Jânio Quadros estruturou sua campanha eleitoral de 1960 sobre o signo da “vassoura”, com o seguinte slogan: “varrer do Estado a corrupção e seus participantes” (MOTTA, 2008, p. 245). Porém, suas promessas não se concretizaram, visto que renunciou ao mandato. Seu sucessor, João Goulart foi acusado de tolerância a corrupção: “De acordo com seus adversários, a corrupção seria prática corriqueira na gestão Goulart e esse foi argumento importante na mobilização liberal-conservadora responsável pelo golpe de 1964” (MOTTA, 2008, p. 245).

A corrupção política esteve bem presente no período da ditadura militar, embora a proposta dos militares fora por fim a corrupção no país. O golpe que derrubou o Governo João Goulart, em março de 1964, possuía dois propósitos: combater a corrupção e o comunismo. Em determinado momento, comunistas e corruptos eram sinônimos na ideologia militar da ditadura, embora a corrupção nas forças armadas estivesse vinculada a idéia de uma desonestidade específica: o mau trato do dinheiro público (STARLING, 2008, p. 251). Motta (2008, p. 245) descreve o entendimento de corrupção na ditadura:

A temática da corrupção adquiriu centralidade no discurso dos líderes do golpe somente após o sucesso do movimento militar, quando ficou evidente que a ameaça comunista havia sido superestimada. É no período imediatamente posterior ao 31 de março de 1964 que se consolida o discurso de que o golpe visava a um inimigo duplo, subversão-corrupção, e as ações repressivas são apontadas nessa direção. E o aparato repressivo encontrou aí tanto a motivação para operar quanto a necessária justificativa para seus atos. Os militares e aliados civis que se empenharam na chamada operação limpeza tinham em mira expurgar do país esse mal duplo e, é importante referir, para alguns deles tratava-se do mesmo problema, pois enxergavam comunismo e corrupção imbricados um no outros.

Devido à proposta de combate a corrupção pelos militares, a imagem que transpareceu foi a de que não houve corrupção na ditadura. No entanto, a ditadura militar no Brasil foi marcada pela corrupção, e contribuiu extremamente para sua instalação na contemporaneidade. Segundo Habib (1994, p. 38), em um regime ditatorial as denúncias de corrupção não são apuradas, pois a censura imposta pelo sistema facilmente as suprime. Sobre o cenário nacional em 1964, ele afirma que “o país ingressa no ciclo supremo de corrupção. Jamais tantos casos afloraram e de forma seguida nos governos que sucederam ao golpe militar, passando pela Nova República e indo desaguar no primeiro governo eleito democraticamente pelo voto direto” (HABIB, 1994, p. 42). Esta constatação se dá pelos resultados dos governos desse período: o inchamento do Estado pelo excessivo aumento do funcionalismo e da criação de empresas estatais, a realização de obras faraônicas de custos elevadíssimos, a instalação do governo secreto, a administração camuflada gerida por mais de dois mil decretos-lei e por decretos secretos (ROCHA, 2008, p. 56).

O marechal Castelo Branco prometeu a publicação do *livro branco da corrupção*, promessa esta que jamais cumpriu devido ao envolvimento dos militares em episódios de corrupção. O regime militar fracassou no combate a corrupção por causa de uma visão errada da corrupção, como um ato estritamente moral, desprezando seu aspecto político. Segundo Starling (2008, p. 253) a concepção da ditadura sobre a corrupção era a seguinte: “mantido o ponto de vista moral, o vício é sempre público, a virtude sempre privada e nada chega à política”.

Os líderes militares, moldados somente por esta ótica moral da corrupção, valorizaram ao extremo a “decência pessoal”, evitando gastos e investimentos altos a fim de não trazer escândalo à nação. Por exemplo, “o general Geisel recusou-se a comprar um apartamento, embora tivesse economias suficientes, porque ‘estou indo para a Petrobrás, e se eu comprar esse apartamento, vão logo dizer que estou roubando’” (STARLING, 2008, p. 253). No entanto, muitos foram os episódios de corrupção no período da ditadura, tais como: o escândalo do Instituto Brasileiro do Café; o caso Hanna Mining Company; o caso Delfin; o projeto Jari; a construção da ponte Rio-Niterói e da Transamazônica (STARLING, 2008, p. 253). O próprio

presidente Castelo Branco reconheceu que o maior problema do Brasil não era a subversão, mas, sim, a corrupção (STARLING, 2008, p. 254).

Morais Filho (1987, p. 24) compara os militares da ditadura do Brasil em relação a outras ditaduras na América Latina, e conclui que embora alguns prezassem por uma ética contrária a corrupção, outros militares envolveram-se nela:

Ao contrário do que se deu em outros regimes castrenses latino-americanos (Perez Jiménez, Somoza, Batista), constituiu exceção, em nosso país, o envolvimento de militares da ativa em episódios de corrupção. Apesar de terem criado, involuntariamente, as condições para o êxito da venalidade alheia, os homens de farda continuaram levando existência quase espartana, sustentando-se com seus apertados soldos e ilusórias vantagens, que não criam qualquer possibilidade de acumular fortuna ao longo da vida.

O surgimento da “linha-dura” veio das suspeitas de facilitação da corrupção pelo Governo Castelo Branco, o primeiro dos generais presidentes. Um dos fatos marcantes que o mostram flexível a corrupção, além da declaração do parágrafo anterior, foi sua proteção a Ademar de Barros, governador de São Paulo, em 1964. Os militares de “linha-dura” se viram na necessidade de aprofundar a revolução, que foi uma das motivações do AI-5: “aumentar o poder do Estado para retirar os entraves à desejada limpeza do país” (MOTTA, 2008, p. 249). O artigo 8 do AI-5 dava ao Presidente da República poder suficiente para confiscar os bens de “todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública” (STARLING, 2008, p. 255). Por isso, Rocha (2008, p. 57) apresenta o Ato Institucional 5 como um fator motivador da corrupção política, por ter aumentado os poderes do Presidente e reduzido a influência dos outros Poderes sobre ele. Segundo Moraes Filho (1987, p. 23), o AI-5 institucionalizou a corrupção, tornando-a um subproduto, um legado negativo da ditadura militar, dentre outros, para o sistema que se seguia.

A ditadura militar fracassou em coibir a corrupção porque a própria corrupção estava na natureza deste regime, como argumenta Starling (2008, p. 257): “se o sentido político da corrupção está associado diretamente à incapacidade institucional de permitir a participação dos indivíduos na vida pública, numa ditadura onde governar é reprimir, não há jeito de evitar que a corrupção se inscreva como desagregação do espaço público e conseqüente degradação da idéia de interesse público”. A corrupção não foi problema para a ditadura porque estava na essência da ditadura, esvaziando o corpo político do significado do que era público. Nas ditaduras, a corrupção serve para garantir a dissipação da vida pública (STARLING, 2008, p. 259).

Após a ditadura, a relação entre Presidentes e coronéis propiciava o ambiente para a corrupção política. Segundo Sérgio Habib (1994, p. 28), o que predominava no Brasil era o



coronelismo, um pacto entre Presidentes e os “coronéis” locais. Esta aliança configurava-se como uma troca de favores, onde os coronéis garantiam os votos e o reconhecimento político dos Presidentes, e estes, por sua vez, lhes concediam as nomeações regionais (polícia, justiça, educação, etc). Nesta época houve um crescimento do número de funcionários públicos, que eram considerados como moeda de troca. Esta dinâmica do coronelismo foi um fator decisivo de aumento da corrupção (ROCHA, 2008, p. 55).

Na década de 80, Tancredo Neves foi eleito, mas faleceu antes de assumir. José Sarney governou em seu lugar e criou as CPI's, a fim de apurar as denúncias de corrupção política que surgiam. Fernando Collor de Melo, que assumiu o governo em seguida, prometeu erradicar as mordomias de funcionários públicos e moralizar o Governo, porém, ficou marcado na história política do Brasil pelo seu impeachment, devido a crimes de improbidade administrativa. Após estes eventos, muitos outros escândalos sobre corrupção política e administrativa começaram a vir a público. Com isso a população ficou mais atenta aos diversos casos de corrupção nos vários setores do Estado, com a formação de quadrilhas de corruptos usufruindo dos bens públicos (ROCHA, 2008, p. 57).

Como consequência da história de corrupção política acima elencada, a Constituição de 1988 prezou pelo princípio da probidade administrativa, do Presidente e dos outros governantes. A probidade administrativa é:

uma administração voltada para ações que beneficiam o erário. Todos os agentes públicos deveriam governar com probidade administrativa, com uma conduta íntegra e honesta para atingir o bem comum, que é o desenvolvimento da sociedade e do País (ROCHA, 2008, p. 58).

A história do Brasil foi marcada pela corrupção política, e, sobre os relatos anteriormente observados resumidamente, pois não cabe a este trabalho traçar uma história completa da corrupção política do Brasil, cumpre a tentativa de apresentar uma perspectiva atual das Representações Sociais sobre a corrupção política no Brasil, antes de proceder à análise das categorias linguísticas dos discursos parlamentares que legitimam a corrupção política nesta nação. Este não é um mero exercício expositivo, mas tem a função de traçar o contexto político da nação, a fim de fundamentar a análise subsequente, segundo os moldes da teoria de van Dijk (2006, 2008).

### 3.2 Corrupção e sócio-cognição: Representação social da corrupção política.

Apesar de a linha histórica mostrar o traçado da corrupção no Brasil, de uma perspectiva positivista, este tópico tem o objetivo de investigar como a corrupção foi representada, a

fim de expor um contexto político sobre a corrupção, o mais completo possível. Por isso, faz-se necessário definir Representações Sociais, bem como seus processos e sua importância. Fundamental, também, a esta seção é observar as Representações Sociais da esfera pública e privada, visto que a corrupção política é representada nesse contexto.

Segundo Moscovici (2009, p. 49) representações sociais são “fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum”. Sandra Jovchelovitch (2000, p. 33) define-as assim:

As representações sociais são saberes sociais construídos em relação a um objeto social, que elas também ajudam a formar. Nesse sentido, o problema é de como representações sociais e a vida pública se relacionam, ou seja, como a vida pública dá origem a representações que se tornam, elas mesmas, constitutivas do objeto que originalmente as formou.

Esta investigação repousa sobre o fenômeno de como a corrupção política foi, e está sendo, construída a partir de saberes sociais. Como Jovchelovitch (2000) pesquisa as representações sociais na esfera pública, seu objeto social é a própria esfera pública; enquanto que este estudo é sobre a corrupção, o objeto social a ser analisado é a própria corrupção política como prática social. Pensando como Moscovici (2009), busca-se entender como a corrupção política é compreendida e compartilhada, de modo a criar uma realidade que a simboliza, dentro da esfera pública.

Moscovici (2009, p. 46) também descreve as representações sociais como “uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos”. Segundo ele, representação é igual a imagem/significação, ou seja, “a representação iguala toda imagem a uma idéia e toda idéia a uma imagem”. Jovchelovitch (2000, p. 39-40) explica as representações sociais como fenômenos simbólicos construídos na esfera pública, onde agentes sociais se engajam nas práticas comunicativas quotidianas de modo a produzi-las e compartilhá-las.

Acerca da esfera pública do Brasil, Jovchelovitch (2000, p. 16) considera: “Do começo ao final dos anos 90 o Brasil mudou, não há dúvida. Mas em que medida mudaram as representações sobre a vida pública brasileira que, de fato, têm uma origem tão antiga quanto a história oficial do Brasil?”. Sua análise da esfera pública observa a representação da corrupção política, especificamente o episódio do Governo Collor e o impeachment desse presidente. O Brasil mudou nos anos 1990 até a atualidade, mas como simbolicamente foi representada a esfera pública e o interesse privado é o questionamento do seu estudo. De semelhante modo, a corrupção, elemento que faz parte da esfera pública e privada, também foi simbolicamente representado ao longo da história do Brasil. Como foi observado acima, o período

colonial refletia a corrupção da metrópole portuguesa; o período imperial camuflava a corrupção, pois estava diretamente ligada ao monarca, porém revelava a corrupção no sistema; na fase republicana a corrupção foi denunciada pela imprensa, mas, na ditadura militar parecia não haver corrupção, por causa da censura, embora ela estivesse sendo gerada pelo esfacelamento do entendimento do conceito de público na sociedade a partir da visão estreita de corrupção por parte dos militares.

Rios (1987, p. 93) assevera que a corrupção política no Brasil contemporâneo refletiu o período de colonização da América Latina pelos europeus:

Foi de fato o padrão europeu de corrupção que a América Latina herdou, e particularmente o Brasil, através do vínculo colonial. Esclareça-se que o herdaria de toda forma, fosse qual fosse o colonizador, porque o vício se prendia não a uma contingência étnica, mas a uma fase de desenvolvimento econômico e à mentalidade correspondente.

Jovchelovitch (2000, p. 35) advoga que muitas das representações de hoje são oriundas do período colonial da América Latina, inclusive a corrupção:

Muitas das questões que ainda hoje estão presentes na América Latina têm sua origem no período colonial. A ênfase no dogma e na hierarquia que caracterizavam a cultura do catolicismo ibérico ainda são visíveis hoje. A confusão patrimonial entre direitos públicos e privados e a corrupção praticada por chefes de famílias importantes são tão antigas quanto os rituais de magia e dança praticados pelos índios e trazidos pelos escravos africanos.

Uma destas questões que ela salienta é sobre o patrimonialismo, ou seja, a mistura entre o público e o privado, que favorece a corrupção. Em outro momento, de modo sucinto, o patrimonialismo foi abordado como uma faceta da corrupção política, oriundo do período colonial. Jovchelovitch (2000, p. 38) refere-se ao patrimonialismo como uma rede extensiva de relações de patronagem e clientelismo entre atores que possuem *status e poder*. Segundo ela, as origens do patrimonialismo são dos regimes semifeudais espanhol e português.

Segundo Domingues (2008), originalmente, o patrimonialismo no período colonial e na realeza dos países da América Latina era aberto e explícito, porém, na contemporaneidade destes mesmos países, com o advento da separação entre o público e o privado, essa prática segue oculta e com cada vez mais dificuldade de se legitimar. Esta modalidade de patrimonialismo é denominada por Domingues (2008, p. 190) de neopatrimonialismo, onde a corrupção se configura: “a corrupção se desenha como elemento perverso do neopatrimonialismo contemporâneo, instituição que não pode se revelar, mas continua informalmente operando em toda a extensão do aparelho estatal e através de seus vínculos vários com a sociedade”.

A corrupção política é caracterizada pelo patrimonialismo que se expressa na modernidade através do símbolo das emoções do laço familiar que permeiam os espaços públicos e

encontram expressão na cultura popular. A ênfase está no parentesco como forma básica da existência social, de modo que a responsabilidade com o bem público perde importância (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 37).

Aliado ao patrimonialismo está o populismo, que se tornou a ferramenta para atrair o interesse do povo, visto que, de modo geral, este se percebe como corrupto também, a semelhança dos políticos corruptores. “O populismo, por sua vez, pode ser considerado como a instituição que, na América Latina do século XX, unifica vários elementos com o objetivo expresso de controle social” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 38). O populismo, no contexto político nacional do século XX, ergue-se sobre emoções e personalismo, de acordo com as seguintes características: 1) a emergência de um líder que apela para as emoções da maioria dos cidadãos; 2) a recusa em assumir a noção de conflito social e 3) a defesa dos direitos de um estado corporativo para governar a família nacional hierarquicamente (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 38). É neste entendimento que os políticos são eleitos, não através do critério competência ou capacidade, mas por meio do populismo.

Quando se estabelece a noção igualitária entre povo, família e nação, concomitantemente, nega-se a existência de conflitos entre grupos e classes sociais. “Já que todos pertencem à mesma família nacional, qualquer problema de competição entre grupos deve encontrar uma solução em termos fraternais e filiais” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 38).

A modificação do entendimento da corrupção do período colonial ocorreu por causa da emergência da esfera pública liberal, que em tese deveria por fim ao laço patrimonialista, o que na prática não ocorreu no Brasil. A partir dela a representação social do que era público mudou em relação ao conceito colonial imposto por Portugal. A distinção entre o público e o privado, como a lei romana tomou emprestada dos gregos, não era conhecida no período colonial ou nas sociedades européias da Idade Média (HABERMAS, 1984, p. 17). Não havia conceito do que era público distinto do privado nas sociedades feudais européias, pois o governo estava centrado na figura do senhor, atribuído a traços pessoais que derivavam da propriedade da terra ou de linhagem aristocrática (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 53). Somente por volta do século XVIII que as autoridades feudais se dividem no público e no privado. O elemento público passa a ser o Estado, que possuía existência objetiva em relação ao governante. Esta fase se deu concomitante ao desenvolvimento da imprensa e da consolidação do capitalismo (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 54).

A esfera pública, no período liberal, não mais era representada pelo poder na pessoa do monarca, mas por uma instituição, o Estado, regulado por competências. Em contraste, o elemento privado não possuía conexão com o Estado, desenvolvendo a esfera da “sociedade ci-

vil”, que se tornara uma forma de oposição ao Estado. As categorias públicas e privadas definem e são definidas historicamente (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 54-55).

A classe burguesa forma a esfera pública, constituída de indivíduos privados que se reúnem para discutir questões de interesse público. Habermas (1984), em sua obra *Mudança estrutural na esfera pública*, apresenta seu conceito de esfera pública baseado no modelo dos ingleses dos cafés do início da imprensa e dos franceses dos salões do século XVIII, que questionavam acerca de assuntos políticos. Leonardo Avritzer (2008, p. 134) resume o aspecto central de Habermas sobre a esfera pública: “A idéia central que está por trás dos dois tipos de públicos é a formação de um grupo de indivíduos privados que questionam o poder e o dinheiro enquanto geradores de propostas políticas ou do melhor argumento”. A esfera pública burguesa, então, passa a ter uma função nova: a mediação da relação entre o Estado e a sociedade, por meio da prestação de contas promovida por este grupo. A partir dos trabalhos da esfera pública burguesa, os procedimentos do Estado deveriam ser tornados públicos (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 56-57). Com a esfera pública fica aberto um espaço para o diálogo na vida comum. Esse diálogo aborda assuntos referentes à desigualdade e a distribuição do poder nas sociedades ocidentais (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 60).

Toda a história acima apresentada sobre a corrupção e a relação entre o público e o privado são tentativas de compreender o contexto presente da prática da corrupção política. No entanto, há elementos que contribuem para a formação de um imaginário social subjacente às construções simbólicas do presente (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 39). Segundo Moscovici (2009, p. 32), as representações são tudo o que se tem para a percepção da realidade, aquilo que ajusta os sistemas cognitivos dos indivíduos. Consequentemente, toda informação é distorcida por representações “superimpostas” aos objetos e às pessoas. Logicamente, a corrupção política também é representada socialmente no contexto da esfera pública e privada. Por isso, Jovchelovitch (2000, p. 39) perscruta as representações da esfera pública ao longo da história do Brasil: “Aqui, trata-se de indagar de que forma sujeitos sociais apropriam essa história, dão sentido a ela, a redefinem e eventualmente a transformam?”.

Na fabricação da história e na construção da realidade social acerca da corrupção política há uma dimensão cognitiva, que envolve os saberes simbólicos produzidos e reproduzidos na vida cotidiana, através das práticas comunicativas da esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 39). O público e o privado sempre mudaram de acordo com as épocas históricas e as necessidades dos grupos dominantes; o mesmo ocorreu com relação à corrupção política (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 40).

Segundo a teoria das representações sociais, os processos que formam as construções simbólicas na sociedade são a ancoragem e a objetivação. Segundo Moscovici (2009, p. 60-61), o primeiro processo para a construção simbólica de uma representação visa ancorar idéias estranhas e reduzi-las a categorias e imagens comuns, pondo-as em um contexto familiar. O segundo mecanismo visa objetivar a idéia, ou seja, transformá-la de algo abstrato em concreto, transferindo o que estava na mente para algo existente no mundo físico. Moscovici (2009, p. 61) apresenta a utilidade destes processos para as representações sociais: “Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo, e depois reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlar”.

Para Jovchelovitch (2000, p. 41), os mecanismos de ancoragem e objetivação mostram claramente que as representações sociais são construídas sobre estruturas sociais e históricas. Estes processos são descritos pela autora através das características de permanência e diversidade na história e realidade atual. A permanência caracteriza-se pela resistência à mudança que se expressa no peso da história e pela tradição. A diversidade expressa mudança que pode ser promovida pela conversação, onde as representações sociais se compartilham. “A fala é precisamente o produto de um processo contínuo de diálogo, conflito e confrontação entre o novo e o velho, de idéias que se formam precisamente enquanto são faladas. Neste sentido, as representações sociais são móveis, versáteis e estão continuamente mudando”.

A tese aqui observada é que a corrupção política no Brasil sofre a ação do processo da ancoragem quando são formadas imagens simbólicas, no contexto social, que a naturaliza como prática social comum, natural e corriqueira. No caso da objetivação, as imagens e símbolos da corrupção política no Brasil ganham espaço no meio empírico através da comunicação oral e escrita, dos atores políticos e instituições e da mídia de massa que veicula tais informações.

A ancoragem e a objetivação encaixam-se com o fato de as representações sociais serem sempre a representação de um objeto. Elas ocupam o lugar de alguma coisa e rerepresentam-na. Segundo Jovchelovitch (2000, p. 41) as representações sociais ativamente constroem, ou ativamente reconstroem, a realidade de uma forma autônoma e criativa. Produzem imagens que representam “o espaço do sujeito social, lutando para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que ele se encontra”. O sujeito social vai compreender a corrupção política, no Brasil, a partir das imagens que formou em sua mente sobre a corrupção. Conseqüentemente as reproduzirá por meio da conversação, moldando toda uma cultura, de acordo com a intensidade com que uma representação é instalada na sociedade.

A ancoragem e a objetivação elevam a um nível material a produção simbólica de uma comunidade. Segundo Jovchelovitch (2000, p. 81-82), objetivar “é condensar significados diferentes – que podem ser ameaçadores, ou indizíveis – para fazê-los familiares, domesticados”. Os sujeitos sociais, então, ancoram o desconhecido em uma realidade institucionalizada. Estes dois processos reproduzem e ajudam a formar a vida social de uma comunidade. A corrupção política sofreu esse processo do simbólico para o material, do estranho para o natural e familiar, através da ancoragem e da objetivação, formando assim representações sociais sobre a corrupção política que, por sua vez, compõem o contexto político brasileiro. As representações sociais sobre a corrupção estão radicadas nas estruturas sociais da modernidade, por isso, o estudo do simbólico acerca da corrupção é fundamental para o entendimento do contexto político nacional.

Jovchelovitch considera a representação do povo brasileiro a partir de estudos sobre a representação social e a esfera pública na mídia, focalizando a temática das “ruas”. Neste contexto, a autora apresenta a corrupção política, dentro da estrutura da esfera pública e privada, construída a partir de símbolos, ao longo da história nacional:

A lacuna entre um conjunto de valores éticos e morais e uma auto-interpretação que considera o brasileiro como corrupto e incapaz de cumprir a lei permite o reforço e a perpetuação de uma identidade social deteriorada. Ao mesmo tempo em que há um forte vínculo com o país e a necessidade de melhorar sua situação, há um processo de desvalorização do país e de seu povo (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 101).

Muitos foram os símbolos construídos para representar o povo brasileiro como corrupto, retirando a atenção da opinião pública dos políticos corruptos. A legitimação da corrupção política envolve criar um contexto em que o grupo de políticos corruptores somente faz o que é normal, enquanto o povo, especialmente a massa pobre da população, é que vive na prática da corrupção, herdada pelo sangue dos seus ancestrais. Jovchelovitch (2000, p. 101) alicerça esta idéia: “A vida política e a situação nas ruas se unem na representação de um ser brasileiro que é essencialmente corrupto e responsável por todos os problemas da nação”.

### 3.2.1 Mito fundador – período colonial; símbolos – carnaval, futebol, verdeamarelismo, etc.

Chauí (2000, p. 6,7), em sua obra *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*, apresenta uma pesquisa de opinião, datada de 1995, promovida pelo Instituto Vox Populi e pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, com o objetivo de avaliar se o brasileiro possui orgulho de sua nacionalidade e porquê. Como resultado, 60% dos brasileiros responderam ter orgulho da sua nação, enquanto, apenas 4% disseram sentir vergonha

dela. Esta pesquisa também avaliou os motivos que formam: a Natureza, o caráter do povo, as características do país, esporte, música e o carnaval. Com relação a característica que os brasileiros sentem mais orgulho em si mesmos, como indivíduos da nação, foram alistadas as seguintes: trabalhador/lutador, alegre/divertido, conformado/solidário e sofredor. Esta pesquisa apresenta resultados óbvios decorrentes de uma construção simbólica promovida ao longo da história da nação.

Jovchelovitch (2000) destaca a representação social da figura do povo na sociedade construída pela imprensa, segundo sua pesquisa baseada sobre a representação social da esfera pública: “Estas noções, entretanto, se unificam em torno da principal razão dos males da sociedade brasileira: o caráter do brasileiro, o ser do brasileiro” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 108). “Estas noções estão organizadas ao redor de um núcleo central que dá unidade ao campo representacional: o caráter do brasileiro. Este caráter contém as noções de declínio moral e de corrupção generalizada na sociedade” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 109). A representação foi construída a fim de por a responsabilidade das mazelas sociais da esfera pública, inclusive a corrupção, na pessoa do povo brasileiro. Ressaltando que o vocábulo “povo”, aqui, não se refere a toda a sociedade, mas, especificamente ao grupo pobre da sociedade, que são os mais atingidos com a corrupção política.

Chauí (2000, p. 8) argumenta em toda a sua obra, acima anunciada, que o povo brasileiro é representado de modo a ter uma sensação positiva de si mesmo, embora vários males sociais corrompam sua concepção de cidadania. A filósofa assim expõe esta sua tese:

É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças.

A autora sintetiza sua argumentação da seguinte forma: “Em suma, essa representação permite que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o *apartheid* social possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna” (CHAUI, 2000, p. 8). Esta representação social do povo brasileiro foi historicamente construída através de símbolos, tais como: o carnaval e o futebol, com a finalidade de criar uma imagem, uma representação, unificadora do país (BACKES, 2000, p. 32).

Chauí (2000) destaca o “mito fundador” como a explicação imaginária para tensões, conflitos e contradições que não são resolvidos na esfera da realidade. Este mito é considerado fundador porque mantém relação interna com o passado como origem, socialmente construído. De modo que, é como se o passado não cessasse nunca, conservando-se perene no pre-



sente. No caso do Brasil, a nação representada na figura do povo se vê até hoje como colonizados. Jovchelovitch (2000, p. 16) argumenta que a imagem do brasileiro como colonizado foi construída a partir da sua relação com o europeu, e que vem sendo reproduzida até a contemporaneidade: “pensamos sobre nossa condição brasileira a partir dos elementos centrais que deram forma, sob o disfarce de teoria, aos medos e fantasias de europeus sobre a mistura das raças, a preguiça endêmica dos povos não ocidentais, e o perigo de uma sensualidade desenfreada exposta ao calor dos trópicos”.

O Brasil do século XIX possuía relações sociais baseadas no escravismo, porém incorporara idéias liberais vindas da Europa como se fossem suas. Havia mercado de escravos, o latifúndio e o clientelismo, ou seja, a antítese dos princípios burgueses do universalismo perante a lei, da dignidade do trabalho e da separação entre o público e o privado. Apesar dessa contradição, os intelectuais dessa época adotavam as idéias liberais europeias como seu esquema principal de referência. O Brasil adotou como referência um sistema ideológico que não correspondia à realidade escravista do país. A idéia era soberana em relação ao fato social, o discurso autônomo da realidade social. Estes são elementos identificáveis nas sociedades latino-americanas desde o seu início. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 29-30).

A questão da incompatibilidade entre a esfera pública e a privada resulta desta formação história onde o discurso está dissociado da realidade social. Esta dissociação histórica na formação do Brasil como nação afeta a experiência humana em domínios múltiplos. Formou-se uma lacuna entre o que é dito e o que é feito, aumentando a importância do estudo dos elementos simbólicos na esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 27).

A perspectiva de um povo “atrasado” e de “terceiro-mundo” tem sido reproduzida ao longo da história, a fim de perpetuar uma ideologia de dominação, onde a corrupção política entra como prática social corriqueira. Chauí (2000, p. 10) sustenta: “as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente”.

Chauí (2000) usa a figura de semióforo para explicar o conceito de “mito fundador” e o modo como ele é reproduzido. Este conceito corrobora com o argumento, pois elucida a reprodução simbólica que caracteriza as representações sociais sobre a corrupção. A autora descreve semióforo assim:

Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todo espaço) ou o passado ou o futuro

distantes (um tempo sem tempo ou eternidade), e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência.

O semióforo, encarregado de promover uma simbologia a partir de um dado objeto, é um recurso daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que permite dominar um meio social (CHAUI, 2000, p. 13). No contexto da corrupção política, alguns semióforos foram e são utilizados para a dominação de grupos políticos corruptos sobre o povo pobre que somente aceita seu destino, como bem destacou Jovchelovitch (2000, p. 27): “sem memória histórica ou um projeto de vida, pouco há a fazer a não ser a aceitação fatal do destino”.

Um símbolo muito utilizado na história do Brasil para legitimar o que restara do sistema colonial e da hegemonia dos proprietários de terra durante o império e o início da República (1889) foi o “verdeamarelismo” (CHAUI, 2000, p. 32). Esse símbolo foi desenvolvido no período da copa do mundo de 1958 a 1970, mantendo-se como representação interiorizada da população brasileira. Em 1958, os cânticos de motivação para a copa afirmavam “a copa do mundo é nossa” porque “com brasileiro não há quem possa”. Já em 1970, o hino celebratório da vitória foi: “Noventa milhões em ação/Pra frente, Brasil, do meu coração”. Em 1958, vivia-se a ideologia desenvolvimentista do período de Juscelino Kubitschek; em 1970, assolou a fase da ditadura militar, com o AI-5, anteriormente observado, com a ideologia do “Brasil Grande”, a chamada “integração nacional”. O verde-amarelo eram as cores da nação, em 1958 a festa era popular; porém, somente em 1970 a bandeira nacional começou a aparecer de modo hegemônico nas festividades, caracterizando a vitória com o Estado, em uma festa cívica (CHAUI, 2000, p. 32).

O verdeamarelismo opera em uma dualidade ambígua, pois, representa o Brasil como algo “pronto”, criado por Deus e pela Natureza, e, por outro lado, algo que precisa ser desenvolvido, como foi construído nos anos 50, com o Brasil desenvolvido; o Brasil Grande, nos anos 70; e o Brasil moderno, dos anos 80 e 90. Na perspectiva verdeamarela, o sujeito da ação no Brasil é tríplice: Deus, a Natureza, que remontam ao mito fundador, e o Estado (CHAUI, 2000, p. 42). Conclui-se que, por meio desta ótica, o povo não conta como elemento de formação e desenvolvimento da nação brasileira.

### 3.2.2 Estado, nação e nacionalismo no Brasil.

O Estado, então, passa a ser representado de modo semelhante a Deus e a Natureza, conferindo-lhe a mesma autoridade que no período colonial a metrópole sustentava. O objeti-

vo da construção simbólica do Estado é a dominação, visto que o este foi formado a partir dos governos absolutistas que, percebendo o rumo da política em direção a democratização, a uma maior conscientização do povo em prol dos seus direitos, buscou lograr a atenção e o favor do povo de modo manipulador. De uma perspectiva teórica, e em um contexto político europeu, Hobsbawn (2008, p. 19) considera a “nação” como pertencente a um período particular da história recente. “Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalismo fora desta relação”. Ele conclui esta asseveração dizendo: “As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBSBAWN, 2008, p. 19). Nessa perspectiva, Hobsbawn (2008) mostra que a idéia de “nação” foi uma construção do Estado político para manipular o povo. No Brasil, a manipulação ocorreu através da simbologia do “mito fundador” e de semi-óforos, como o verdeamarelismo.

A imagem do Estado foi construída ao longo da história do Brasil, assim, também, como o conceito de “povo”. Jovchelovitch (2000) salienta esta observação, ao trazer a carga histórica e cultural da formação da América Latina para a compreensão das representações da esfera pública, a qual o elemento “povo” faz parte: “Tais explicações estão ancoradas em antigas representações sobre o povo e a questão social na América Latina. O povo, por exemplo, é uma construção simbólica crucial na história do Brasil” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 97). Na construção do conceito de nação e nacionalismo no Brasil, o povo não possui um papel central, mas, sim, o Estado, pois necessita legitimar sua prática governamental.

Em sua pesquisa sobre esfera pública nos grupos focais de discussão, Jovchelovitch (2000, p. 138) trabalha o tema *A corrupção política jorra no sangue nacional*. Sua argumentação destaca a imagem da corrupção como uma doença nacional, representada a partir da voz dos parlamentares e das discussões de grupos focais. O problema da corrupção é o ser humano, especificamente o ser brasileiro. As metáforas apontam para o problema da doença e da degeneração do povo.

Ferreira (2003, p. 69) observa como a imagem do povo brasileiro foi construída a partir do Outro, o europeu: “há espaços e condições para que uma ética estrangeira apareça definindo os contornos de nossa própria identidade. Assimilamos os sentidos assim produzidos pelas ‘muitas vozes que nos definem’ e os incorporamos ao funcionamento imaginário da sociedade”. Ferreira (2003) analisa a identidade do brasileiro a partir de clichês como: “todo brasileiro gosta de levar vantagem em tudo” e “o jeitinho brasileiro”, sob o olhar discursivo e estereotipado a respeito do brasileiro, de modo a formar a sua brasilidade a partir do discurso fundador. Neste processo, a autora faz a contraposição entre uma sociedade civil fraca e um estado

forte ao longo da história nacional: “A ausência de uma sociedade civil organizada resulta numa cidadania fraca, à qual se contrapõe um Estado forte, poderoso. Assim é que toda nossa história enquanto nação, está marcada, de modo abundante, por acontecimentos que atestam essa realidade” (FERREIRA, 2003, p. 74).

### 3.2.3 As representações sociais e o aspecto cognitivo de van Dijk.

Os traços de culpabilidade do povo são marcantes nos dois clichês acima elencados, que comportam uma carga semântica representativa da história nacional. Jovchelovitch (2000) advoga que a imagem que representa o povo brasileiro foi construída a partir do Outro europeu, como foi o caso da América Latina colonizada. A figura européia sobre o brasileiro era a de uma preguiça estéril, de seres que viviam em um ambiente primitivo e tropical, e suas relações sociais eram marcadas pelo parasitismo. “Estes temas, proclamados em um contexto biomédico nas décadas de 1880 e 1890, mantiveram-se presentes de forma mais atenuada até os 1930” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 138). Destes temas o mais importante foi a síndrome do caráter preguiçoso do brasileiro, que até o final do século XX continua sendo expressa por brasileiros para representar a esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 138).

Desde a colonização, a representação do povo brasileiro a partir do europeu, o Outro, culpabiliza o pobre, mitigando a responsabilidade do poder público, especificamente do grupo de políticos corruptos. O uso metafórico da corrupção como uma doença que não tem cura ancora duas representações, segundo Jovchelovitch (2000, p. 137): “A primeira é a analogia orgânica entre uma vida pública corrupta e um sangue corrupto. A outra é o fatalismo, a perda de um sentido para o tempo histórico, a idéia de algo sem cura, algo que não tem remédio” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 137). O deslocamento dos significados, a objetificação de práticas sociais corruptas, a exclusão e separação de imagens de um sangue corrupto e a ancoragem destes sentidos em imagens de fatalidade e messianismo contribuem para fazer do estranho algo familiar. Importante considerar que as conclusões de Jovchelovitch (2000) são fruto de sua pesquisa em grupos focais sobre a esfera pública e privada, e especificamente, a corrupção política como tema de conversas nas ruas. Nesta perspectiva, suas conclusões elucidam a representação social da corrupção política ancorada e objetivada no povo brasileiro, especificamente a massa pobre, e mitigada dos políticos corruptos.

As tentativas de culpabilizar a massa pobre do Brasil pelos males sociais é histórica. Estas tendências ainda são vivas, não somente no Brasil, mas em toda América Latina, nas representações da esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 189). Em sua pesquisa sobre

as representações sociais da esfera pública e privada, Jovchelovitch (2000) observa pertinentemente a relação do Eu e do Outro na construção dos símbolos que constituem o imaginário da esfera pública. Como foi anteriormente argumentado, a massa pobre, historicamente, carregou a imagem de um sangue corrupto. Pretende-se observar, então, que esta simbologia foi ancorada a partir da relação de alteridade com o Outro europeu, desde o período da colonização até o início da República.

O Outro define quem é o Eu, individuo social, pertencente a uma comunidade:

o Outro generalizado que dá ao sujeito sua possível unidade enquanto Eu, e não há possibilidade de desenvolvimento do Eu sem a internalização de Outros. A importância de uma comunidade segue daí: ela evidencia um ‘nós’ necessário para a constituição de cada ser humano individual, processo que dá testemunho ao fato de que vidas individuais não se formam a partir de dentro, mas a partir de fora, ou seja, em público (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 61).

Jovchelovitch (2000) mostra a relação dialética entre o Eu e o Outro na formação de uma comunidade, e como as representações sociais corroboram para a formação identitária e ao mesmo tempo para o desenvolvimento psicossocial de uma comunidade. Apropriando-se desse marco teórico, onde, não há o desenvolvimento do Eu sem a participação do Outro, e, logicamente, o “nós” torna-se necessário para a constituição de cada ser humano, as representações sociais da corrupção política foram construídas na relação entre o Eu, povo pobre, e o Outro, europeus colonizadores. Sendo historicamente construída, esta relação trouxe para a modernidade a representação de que o problema da corrupção está no povo e não nos atores políticos corruptores.

Jovchelovitch (2000, p. 61, 62) argumenta que o Brasil não possui uma esfera pública, porque não há espaço para o diálogo transparente e a prestação de contas. No contexto da modernidade, os agentes políticos corruptores são o Outro, e não mais os europeus da colonização, porém, a representação da colônia ainda repousa na esfera pública, impedindo a transparência. Como bem sintetizou Jovchelovitch (2000, p. 62): “Porque quem sou Eu se não o Eu que Outros apresentam a mim?”.

Indivíduos isolados não bastam para produzir, sustentar e transmitir as representações sociais, mas, devem encontrar-se de forma pública e engajar-se nas interações comunicativas da esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 63). Através da esfera pública, que atores sociais produzem atos que são denominados de um Outro generalizado. Nesta esfera, é que uma comunidade, como um todo, pode desenvolver e sustentar um conhecimento sobre si mesma (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 64). No contexto da corrupção política, os atores sociais são os políticos corruptos, que reproduzem a imagem do povo no meio da esfera pública, de modo que essa imagem se reproduz entre a massa pobre que se percebe como um reflexo

dos políticos corruptos. Jovchelovitch (2000, p. 132) desenvolve o seguinte tema: *A política é como nós*, ao estudar as representações sociais nas ruas brasileiras: “os grupos introduzem uma outra forte noção na sua maneira de representar a vida pública: ‘nós somos uns como os outros’. Os grupos produziram uma metáfora constante: espelhos. Espelho uns dos outros – o povo e os políticos e as ruas e a vida política”.

A imagem representada apresenta todos como iguais, o povo e os políticos corruptos, no que se refere à corrupção política. São todos culpados, tanto políticos como o povo pobre que não possui condição de perscrutar a realidade dos fatos representados. Nesta perspectiva, os “políticos são o modelo e os grupos dão voz ao que o modelo espera: as ações dos poderosos tornam-se a identidade e a culpa dos sem-poder” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 133). Os “sem-poder” são o povo, a massa pobre, que é representada como essencialmente “corrupta”, “impura”, “desunida” e “preguiçosa”. A corrupção é caracterizada como a realidade maior da vida política, “um espelho das ruas”, e, como consequência, representa a idéia onde “cada povo tem o que merece”, ou, “temos aquilo que merecemos”. Estas são conclusões extraídas da pesquisa sobre as representações sociais da esfera pública, nas ruas, em grupos focais, especificamente sobre a corrupção política. O povo se representa como um “sangue corrupto” porque desde o início da história do Brasil foi socialmente representado assim (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 135).

O problema está em como uma sociedade representa a si mesma e descobre em sua própria imagem uma fonte de ameaça, contaminação e perigo. “O problema então é de como a alteridade, na maior parte das vezes cuidadosamente mantida à distância, torna-se o centro das representações que uma sociedade desenvolve sobre si mesma” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 136).

Estas representações sociais do povo de si mesmo, a partir do Outro, são os ecos psicossociais da aculturação, da mestiçagem e do sincretismo, figuras centrais da cultura latino-americana (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 190). As representações não são distorções da realidade, nem autônomas a elas, mas possuem uma relação com a realidade das esferas públicas (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 192). A corrupção política está ancorada nas metáforas, acima descritas, de um sangue corrupto e de um corpo social contaminado e doente, porque “a *persona* brasileira que é utilizada para colonizar a esfera pública já foi contaminada pelo público, e o público, ele mesmo, está imerso no pessoal” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 187-188).

Dessa forma, a pobreza, a miséria e os baixos salários são postos como responsabilidade da construção social de uma massa mal dirigida, desordeira, que ameaça a estabilidade da sociedade (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 97). Esta representação do povo retrata a população

como maleável e incapaz de assumir responsabilidades por suas próprias ações (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 98).

Além da representação que o povo fez de si mesmo, há também a representação que a população faz da corrupção. Segundo Jovchelovitch (2000, p. 128), a corrupção representada na esfera pública, nas ruas, a partir da pesquisa em grupos focais, reproduziu os seguintes conceitos: interesses próprios, individualismo e interesses ocultos. Juntamente a estas representações, perpetua-se uma forte idéia de impunidade, onde o cidadão não tem controle sobre a política (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 129). O passo seguinte à impunidade é a fatalidade. A corrupção, também, é representada como fatalidade quando a “corrupção e a permanência dos poderosos no poder são explicados como uma realidade imutável” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 130).

A teoria das representações sociais é formulada a partir do simbólico construído pelo indivíduo social, que por sua vez ganha espaço na comunidade que se desenvolve sobre estas representações. Estes mesmos significados sociais de uma determinada comunidade modificam a representação mental do sujeito social. Esta dinâmica se dá nos processos de ancoragem e objetivação, construindo e reproduzindo o aspecto sócio-cognitivo de uma determinada sociedade. Teun A. van Dijk (2003, 2006) constrói sua teoria multidisciplinar sobre ideologia nesta perspectiva da sócio-cognição, fundamentado-se em Moscovici (2009).

A representação social da corrupção política no Brasil, acima descrita, formulada a partir de dados histórico-críticos e da teoria e pesquisa de Jovchelovitch (2000), acerca da esfera pública, e da teoria de Moscovici (2009), embasam a atividade que se segue de pensar a corrupção política a partir da metodologia multidisciplinar de van Dijk (2003).

Na seção anterior, um breve resumo da teoria de van Dijk (2003, 2006, 2010) introduziu o aspecto cognitivo e ideológico que norteará a análise da legitimação da corrupção política nos discursos parlamentares, a serem delimitados em capítulos subsequentes. Nesta seção, sobre o contexto da corrupção política no Brasil, cumpre perceber este contexto numa perspectiva cognitiva e social, deixando o aspecto discursivo do seu argumento múltiplo para os capítulos finais.

Segundo van Dijk (2006, p. 31), as ideologias sempre estão associadas com idéias socialmente compartilhadas. Estas “idéias” são abstrações e construções sociais, que deveriam ser adequadamente observadas pela psicologia cognitiva, mas, segundo van Dijk, não o são. Alguns dos significados correntes acerca da “idéia” são: as idéias como objetos e processos na/da mente; as idéias como produto do pensamento; as idéias como parte do conhecimento; as idéias são pessoais ou socialmente compartilhadas; e, mais especificamente, as idéias são

pensamentos originais, novos e interessantes, sobre questões importantes (VAN DIJK, 2006, p. 32).

As “idéias”, de acordo com essa abordagem, podem ser expressas pelas pessoas que as formulam, podem ser transmitidas a outros, como, também, compartilhadas por outros e por todo um grupo. São elaboradas mais extensamente, influenciadas e manipuladas. Uma vez compartilhadas, as “idéias” podem converter-se em parte do domínio público, adquirindo uma dimensão de caráter mais social ou cultural (VAN DIJK, 2006, p. 33).

Van Dijk (2006) abandonou a noção de “idéia”, embora a considere perfeitamente aceitável, para trabalhar com o conceito de “crenças”, por serem mais específicas e por não trazer o sentido de algo novo ou original, como era o caso de “idéias”. O conceito de “crenças” envolve o que foi descrito anteriormente para o conceito de “idéias”, pois também está associado com a mente. A relação entre crença e conhecimento é de contraste. Enquanto, crenças são subjetivas, e podem ser errôneas, infundadas ou desviadas, o conhecimento, ao contrário, é o produto do pensamento que se considera verdadeiro. O conhecimento é somente uma categoria específica das crenças, aquelas crenças que “nós” consideramos “crenças verdadeiras”, de acordo com certos fundamentos e critérios de verdade (VAN DIJK, 2006, p. 35).

O conceito de crenças de van Dijk (2006, p. 38), formulado sobre a teoria das representações sociais de Moscovici (2009), como arcabouço teórico, pode perscrutar as representações sobre a corrupção política no contexto brasileiro. As crenças são unidades ou representações derivadas do processamento da informação que tem lugar na memória. A mente, ou a memória, é um depósito de crenças, e ao mesmo tempo se define pelos mecanismos que procedem e processam essas crenças. Por isso, as crenças podem ser construídas, armazenadas, reativadas ou organizadas em unidades maiores. É comum as unidades mentais, como as crenças, serem descritas em termos de proposições. Este é o viés que van Dijk (2006) usa para fazer a ligação da sócio-cognição com o discurso, pois é o discurso que materializa as crenças na sociedade. Moscovici (2009) e Jovchelovitsch (2000) também fazem a relação entre o discurso e as representações sociais quando observam o processo da objetivação.

Uma visão mais ativa das crenças, adotado por van Dijk (2006, p. 43), define-as em termos de construtos mentais baseados no social que constituem os fatos característicos da realidade social e cultural. Nessa perspectiva, as crenças representam o mundo, incluindo a interpretação e compreensão desse mundo em termos de categorias conceituais socialmente adquiridas. Nesse sentido, as crenças constituem o mundo segundos os “Outros”. Segundo Moscovici (2009, p. 71), ao definir o processo da objetivação, as representações sociais são a transformação de uma idéia de não-familiar em realidade, a verdadeira essência da realidade.



Observa-se que as crenças, a semelhança das idéias, constroem a realidade. As duas teorias apontam na mesma direção de um entendimento cognitivo, embora van Dijk seja mais específico ao usar o conceito de “crenças”, e, posteriormente, proceder a análise a partir de grupos, e não de toda a sociedade.

A teoria de van Dijk (2006, p.48) afigura-se mais específica quando se propõe a trabalhar com o conceito de “crenças sociais”. Estas são crenças compartilhadas entre membros de um grupo, organização ou cultura. As ideologias são, então, essencialmente sociais, compartilhadas por membros de grupos, e pertencentes à esfera das crenças sociais, porque estão armazenadas na memória social.

Van Dijk (2006, p. 69) considera as representações sociais como conjuntos organizados de crenças socialmente compartilhadas. As crenças sociais fazem parte das representações sociais como elementos constitutivos. É neste sentido que a abordagem de van Dijk é mais específica do que a da teoria das representações sociais. A perspectiva cognitiva de Jovchelovitch (2000) acerca das representações sociais da esfera pública, observando alguns tópicos sobre a corrupção política, por fazer parte desta esfera, é por demais geral, pois considera toda a dimensão de uma sociedade, e não somente grupos sociais. A proposta teórica e metodológica de van Dijk (2006) é pertinente a este estudo porque ao se tratar de corrupção política, deve-se observar seus atores sociais, que compõe um grupo social específico: o dos políticos corruptos. A análise, então, deve ser mais específica do que a proposta pelas representações sociais.

Como van Dijk (2006, p. 71) se propõe a trabalhar o conceito de ideologia, ele o faz inicialmente de uma perspectiva cognitiva, fazendo a relação com as crenças sociais. Então, define ideologia como as crenças sociais compartilhadas por coletividades sociais específicas, os grupos sociais. Ou seja, ideologia é um conjunto de crenças fáticas e avaliativas de um grupo. Mas, as ideologias são também a base das crenças sociais compartilhadas por um grupo social. Elas organizam e controlam o conhecimento e as opiniões (atitudes) mais específicas de um determinado grupo social. Isto significa que as proposições que constituem uma ideologia deveriam derivar-se do conhecimento e das opiniões variáveis acerca de distintas esferas da vida social.

Se as crenças sociais de um grupo são crescentemente adotadas por uma sociedade como um todo, se perde a especificidade de grupo em relação a tais crenças sociais, de modo que não há mais sentido ideológico no conceito estrito de ideologia de van Dijk (2006, p. 73), tornando-se simplesmente parte da base cultural comum daquela sociedade.

Van Dijk (2006, p. 74) ao definir ideologia a partir do entendimento de crenças compartilhadas entre membros de um grupo social, também, coloca a relação da ideologia entre grupos sociais. Esta relação é de dominação, e ocorre quando as crenças específicas de terreno comum, na realidade, são do interesse de um grupo dominante particular. Estas crenças assentadas são aceitas e não questionadas por outros grupos, fazendo uma clara distinção entre os grupos sociais. Desta forma, as crenças de base comum são realmente crenças de um grupo, impostas na sociedade ou cultura como um todo. No contexto da corrupção política no Brasil, o grupo em estudo são os políticos corruptos que por meio desta prática social exercem dominação sobre a massa pobre da sociedade, os mais afetados com a prática da corrupção.

O argumento sócio-cognitivo de van Dijk (2006, p. 107) para teorizar a ideologia é construído sobre a teoria dos modelos mentais. Teoricamente faz-se necessário uma interface entre as representações socialmente compartilhadas e as práticas pessoais, um dispositivo teórico que conecte a memória social, semântica, com a memória pessoal, episódica, e suas respectivas representações. Os modelos mentais são representações de acontecimentos de episódios na memória pessoal. Em uma teoria sobre a produção e compreensão do discurso a noção de modelo explica a interpretação, pessoal e subjetiva, do discurso por parte dos seus usuários. Compreender um discurso consiste finalmente na construção de um modelo mental. E, de modo inverso, na produção do discurso, o modelo é precisamente o ponto inicial para o texto e a conversação. Estes modelos são essencialmente pessoais e subjetivos. Eles compreendem as interpretações pessoais e as experiências das ações, dos acontecimentos e dos discursos sobre tais episódios; isto é válido para todas as práticas sociais. Esta dimensão pessoal pode ser o resultado de experiências prévias, através de modelos a serem ativados, e que constituem a história de cada indivíduo, do mesmo modo que outras representações pessoais mais gerais ou abstratas.

Segundo van Dijk (2006, p. 113), estes modelos individuais e pessoais são unidos as representações sociais para que a ideologia seja socialmente compartilhada. Esta relação está estabelecida no fato em que os modelos não consistem somente de crenças puramente pessoais e individuais, mas também em instâncias situadas nas crenças sociais. Por isso, os elementos relevantes das representações sociais são ativados e atualizados com o modelo presente. Este é o caso das representações sociais sobre a corrupção política descrita anteriormente, que como contexto mais amplo colabora para a ativação da memória episódica, e conseqüentemente, dos modelos individuais, construindo o modelo de contexto da legitimação da corrupção no discurso político.

Esta relação de atualização, aplicação e adaptação contextuais entre as representações sociais e os modelos também podem ser definidas em outra direção, e assim explicar a aquisição e a transferência de conhecimento, atitudes e ideologia. Se estes modelos foram construídos para acontecimentos específicos, podem ser abstraídos e generalizados, e desta maneira, transformados em representações socialmente compartilhadas. Este processo consiste na transferência de elementos constantes por variáveis, nas proposições que representam as crenças nos modelos e representações sociais. Quando um membro de um grupo social observa repetidamente, por meio da leitura, ou escutando sobre acontecimentos específicos, ele pode efetuar inferências generalizadas e, desta forma, construir crenças que são relevantes para muitas situações diferentes, de modo que as crenças tornam-se úteis para o status social como conhecimento compartilhado. Esses processos não são realizados somente mentalmente, o discurso tem a propriedade de fazer tais afirmações generalizadas (VAN DIJK, 2006, p. 114).

Os modelos não incluem somente o conhecimento pessoal sobre acontecimentos, mas também as opiniões sobre estes mesmos acontecimentos. Estas são as crenças avaliativas, que incluem opiniões pessoais sobre as pessoas, os objetos ou os acontecimentos representados no modelo. Estas crenças também podem exemplificar as crenças socialmente compartilhadas, passando pelo mesmo processo das crenças pessoais, a ativação, a atualização e a adaptação.

Van Dijk (2006, p. 115) considera que os modelos de contexto explicam as formas em que as ideologias indiretamente se projetam nos eventos comunicativos. Os indivíduos, membros de vários grupos sociais, tem uma ideologia e compartilham-na em cada contexto. Desta forma, várias são as ideologias compartilhadas pelos vários membros de um grupo social. Eles constroem seus modelos, aplicando nas crenças gerais mais de uma ideologia. Sendo assim, é o modelo de contexto que direciona certa ideologia a um determinado evento comunicativo. O mesmo ocorre com um discurso baseado em tal modelo.

Na sequência da argumentação, van Dijk (2006, p. 111) desenvolve o conceito de modelos de contexto, fundamentais para a análise de discurso político, e a tentativa desta seção. Os modelos de contexto são os modelos mentais de eventos comunicativos. Possuem a estrutura dos modelos de experiência, referindo-se a circunstâncias, participantes e seus papéis variados, e a uma ação comunicativa. O fato de os modelos de contexto atuarem como interface entre modelos de acontecimento e discurso justifica a necessidade da construção desta seção.

Os modelos de contexto apresentam quem são os participantes do discurso, em que caráter participam deste evento, apresentando outras informações e opiniões pertinentes a situação social presente na conversação ou no texto. Neste modelo estão representadas as restrições pragmáticas que influem no significado e na forma do discurso, tais como as condições

para os atos de fala, o status social do poder, as circunstâncias institucionais, a pertinência do grupo, o conhecimento mútuo, as opiniões de um a respeito do outro, os objetivos e intenções do evento comunicativo, etc.

As ideologias estão ligadas ao discurso, segundo van Dijk (2006, p. 117), pelo modelo de contexto, que, como outros modelos mentais, funciona como a interface entre o social e o individual, entre o geral e o particular, e entre as representações sociais compartilhadas e as práticas reais que as geram ou manifestam em situações sociais e pessoais concretas.

Parte do modelo de contexto sobre a corrupção política no Brasil foi acima elucidado, de uma perspectiva mais geral, principalmente por meio da teoria das representações sociais. Alguns elementos mais específicos deste modelo de contexto foram apenas considerados, tais como grupo social a ser analisado, que são os políticos corruptos; a instituição política a ser observada, que é o Senado Federal, e a forma de evento comunicativo, o pronunciamento oficial nas seções parlamentares.

### 3.3 Crises políticas da era Lula.

Todo o contexto histórico da corrupção política do Brasil, desde o período colônia até a redemocratização, prepara para a compreensão das crises políticas no governo Lula, especificamente no âmbito da corrupção. O patriarcalismo e o clientelismo ainda permanecem como características de um sistema corrupto que se apresenta em novos formatos. Pela história, percebeu-se que a corrupção política não é um demérito somente da gestão do governo em questão, mas de todos os outros, em maior ou menor proporção. O objetivo de perscrutar os traços de corrupção política no governo Lula se deve a sua importância social para o povo brasileiro e no contexto político atual.

A importância política e social do governo Lula aparece ao ser contraste com os eventos do *Impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Jovchelovitch (2000, p. 149) analisou o governo Collor de uma perspectiva das representações sociais, o que contribui para a construção deste contraste. O ex-presidente em questão foi importante no processo de democratização do país por ter sido o primeiro presidente eleito pelo povo brasileiro em uma eleição direta e democrática, após quase 30 anos de ditadura militar. Collor foi eleito em 1990 e sofreu seu impedimento de exercer os direitos presidenciais em 1992. Em setembro deste ano, 441 deputados federais votaram a favor do impeachment, e somente 38 foram contra. O Senado Federal se pronunciou em votação em dezembro, com 76 dos 81 senadores a favor do

impeachment. Collor foi o primeiro presidente brasileiro a sofrer um processo de impeachment.

O ambiente político na década de oitenta não era esperançoso. Após a ditadura militar, esperava-se um momento de crescimento e prosperidade no país, com o advento da democracia, porém, não foi isso que ocorreu. Houve um período de recessão econômica que terminou com uma hiperinflação de 70% ao mês. O sistema político continuava caracterizado pelo clientelismo, patriarcalismo e oportunismo. Parecia que nada havia mudado do regime militar para a democracia. Foi neste contexto que o ex-presidente Collor se apresentou como uma espécie de “salvador da pátria” (O’DONNEL, 1992).

Ele utilizou-se do discurso, já batido na história política do Brasil, de “caça aos corruptos”, que foi o slogan de sua campanha. Prometeu um “novo” Brasil; e foi apoiado pela mídia, especificamente a Rede Globo, que o retratava como “Sr. Limpeza”. Collor não se ligou a nenhum partido tradicional, mas fundou o PRN que foi um partido de conveniência para veicular sua eleição. Sua estratégia era a de distanciamento dos partidos políticos tradicionais para, conseqüentemente, apresentar ao povo brasileiro uma posição de não comprometimento com as políticas até então vigentes na nação. O ex-presidente recebeu um forte apoio das elites, que não queriam o candidato opositor Luis Inácio da Silva no poder. Collor passou a imagem de jovem, bom e bonito salvador da nação, separado dos sujos feios e malvados que estavam no comando da política tradicional (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 151).

No entanto, a corrupção foi descoberta. Inicialmente através de uma briga familiar, onde Pedro Collor de Mello acusa o irmão e, então, Presidente, de comandar um enorme esquema de corrupção junto com seu chefe de campanha Paulo César Farias. Centenas de milhares de pessoas foram às ruas para se posicionar contra a corrupção presidencial. Collor, ainda na condição de Presidente pede que o povo lute pela democracia, indo às ruas de verde e amarelo. Porém, a nação foi pintada de preto para representar sua indignação contra a corrupção. Este é mais um dos vários episódios da história política brasileira onde a corrupção surge como um traço característico da vida pública (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 153).

Após o impeachment do ex-presidente Collor, somente se esperaria do povo a decepção e desconfiança para com a classe política. O presidente Fernando Henrique Cardoso sucedeu em dois mandatos o presidente deposto, procedendo de forma linear em seu governo sem grandes mudanças. Obteve sucesso na área de transparência fiscal, mas na gestão de despesas foi um fracasso (CAVALCANTI, 2005, p. 61). Porém, com a eleição do presidente Lula parece que o povo novamente nutriu uma esperança com relação à política nacional.

Lula, um metalúrgico, ex-sindicalista, era o que o povo queria para alavancar uma mudança política no Brasil. Ele foi derrotado em três eleições nos anos 1989, 1994 e 1998. Somente após estas derrotas percebeu que lhe faltava o apoio da classe média. Lula então contratou um marqueteiro e abrandou o discurso; sendo eleito, em 2002, Presidente da República (CAVALCANTI, 2005, p. 61). Porém, no primeiro mandato uma das maiores crises sobre corrupção ameaçou sua integridade ética, conseqüentemente a do seu governo, e a do seu partido, o episódio chamado: “mensalão”.

O “mensalão” foi o termo usado para uma mesada oferecida a deputados, com a finalidade de votarem a favor de projetos de lei do governo, encaminhados a Câmara de Deputados para aprovação. Este escândalo político começou pela entrevista do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB – Rio de Janeiro), em 6 de junho de 2005, que afirmou haver parlamentares do Partido Popular (PP) e do Partido Liberal (PL) no esquema de recebimento do mensalão (CAVALCANTI, 2005, p. 7). Este foi o início da crise, que se desenrolou em outras facetas.

Uma das facetas da crise foi a participação do ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, que recebera poderes em demasia do presidente, no mensalão, com a determinação de financiar campanhas políticas de candidatos do PT, além da aprovação de projetos na Câmara. O deputado Roberto Jefferson o acusou de prometer apoio financeiro, no valor de R\$ 20 milhões, ao deputado que na época era presidente do PTB, para ajudar na campanha eleitoral de 2004.

A entrevista do deputado Roberto Jefferson revelou um dos mais engenhosos esquemas de desvio de verba pública no Brasil. Luiz Otávio Cavalcante (2005, p. 9) resume o esquema:

O esquema funcionaria da seguinte forma: as agências de publicidade do empresário Marcos Valério, de Belo Horizonte, a SMPB e a DNA, concentrariam recursos decorrentes de várias fontes. Tais fontes envolveriam contratos superfaturados de empresas públicas, empréstimos feitos pelas agências de publicidade e suposta lavagem de dinheiro. [...] Esses recursos serviriam para cobrir dois tipos de despesa. Primeiro, financiar contribuições financeiras destinadas a parlamentares da base aliada do governo, compreendendo PT, PL, PP, PTB, um parlamentar do PFL e um parlamentar do PMDB. Com essa manobra, os parlamentares votariam a favor de projetos oriundos do governo. Segundo, financiar gastos de campanhas eleitorais.

A crise do governo Collor e do governo Lula possui semelhanças e diferenças. Ambas envolveram desvio de verba pública para interesses privados. No primeiro governo, a corrupção foi operada por Paulo César Farias, de fora para dentro de Estado e lá se instalou. “Funcionou por meio de cobrança de propina a empresas privadas, envolvendo recursos particulares e tráfico de influência para transacionar recursos públicos” (CAVALCANTI, 2005, p. 14).

O Presidente da República foi enquadrado no crime de responsabilidade, pois não só sabia do esquema como, também, participava dele.

A crise do mensalão no governo Lula foi um esquema de uso de recursos públicos e privados, mais elaborado que o anterior porque foi operado de fora para dentro do Estado, por meio de Marcos Valério, a partir de empréstimos bancários para financiar atividades do PT, e, supostamente o pagamento do mensalão. Foi, também, operado de dentro para fora do Estado, por meio de contratos fraudulentos com empresas governamentais.

No caso do governo Collor a corrupção partiu da estrutura do governo; na gestão Lula a estrutura usada para a utilização do bem público foi o partido político PT. Uma das marcas desse partido era a defesa da ética com relação ao fazer política. Após este episódio o partido precisou de uma reestruturação, visto que muitos dos seus afiliados estavam envolvidos no esquema (CAVALCANTI, 2005). O ex-presidente Collor sofreu o impedimento de suas funções presidenciais porque ficou comprovada sua participação no esquema de corrupção; enquanto, que o ex-presidente Lula não foi afetado devido a sua suposta falta de conhecimento do esquema do mensalão.

Esta foi uma das principais crises políticas na primeira gestão do ex-presidente Lula. Outras, porém, se sucederam. Uma delas, que ganhou ampla divulgação na mídia, foi a chamada “Máfia dos Sanguessugas”. Em um artigo na revista *Veja*, de Marcelo Carneiro (2006), apresenta o esquema do que foi este episódio de corrupção política no país. Cerca de um ano após o escândalo do mensalão aparece outro, talvez, maior que o anterior. Carneiro descreve a “Máfia dos Sanguessuga” como um dos maiores escândalos de corrupção descobertos no país. Um número de 57 parlamentares estava sob suspeita de receber suborno da Planam, uma empresa de ambulância, com a finalidade de destinar recursos do orçamento federal às prefeituras compradoras dos veículos. No entanto, à medida que se aprofundavam as investigações, descobriu-se que o número de parlamentares chegara a 112. O esquema de corrupção chegou até o poder executivo na pessoa do ex-ministro da saúde Humberto Costa. Estas informações foram descobertas a partir de depoimentos sigilosos dados por Luiz Antônio Vedoin, um dos sócios da Planam (CARNEIRO, 2006, p. 56, 57).

O esquema da Máfia dos Sanguessugas funcionava no Congresso, no ministério e nas prefeituras, como descreve Carneiro (2006, p. 57; BOTELHO, 2010, p. 125):

Em troca de propina oferecida pelos Vedoin, donos da Planam, parlamentares apresentavam emendas ao Orçamento da União, requisitando verbas para a compra de ambulâncias. Aprovada a emenda, os parlamentares e a Planam entravam em contato com seus cúmplices no Ministério da Saúde, para acelerar a liberação dos recursos. Em conluio com os prefeitos das cidades beneficiadas, a Planam fraudava as licitações de compra de ambulâncias. Muitas vezes o próprio parlamentar se encarregava

de contatar os prefeitos para combinar a compra dirigida. Com o dinheiro recebido pela venda dos veículos, a Planam pagava aos prefeitos e parlamentares a propina combinada – em torno de 10% do valor da emenda. Em alguns casos, os envolvidos exigiam pagamento antecipado.

De acordo com o depoimento dado por Luiz Antônio Vedoin, o número de parlamentares suspeitos de participar da “Máfia dos sanguessugas” chegou a movimentar quase 20% do Congresso. Segundo a Polícia Federal movimentaram 110 milhões de reais desde 2001 (CARNEIRO, 2006, p. 60). Esta crise política leva a constatação de que a corrupção está instalada no Congresso (CARNEIRO, 2006, p. 63).

Segundo a denúncia do ministério público (BOTELHO, 2010, p. 124), esquema criminoso da Máfia dos Sanguessugas agiu de forma linear durante vários anos objetivando a percução e a apropriação de recursos públicos em larga escala. Botelho (2010, p. 124) comenta o ocorrido no escândalo das ambulâncias a partir do Relatório Final da Comissão de inquérito:

O citado esquema foi beneficiado com elevadas somas de recursos públicos provenientes de emendas parlamentares apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO) direcionadas à compra de veículos e equipamentos hospitalares. O esquema criminoso beneficiou-se das deficiências legais e administrativas, que permitiram as ações lesivas ao patrimônio público, ora dolosas, ora culposas.

Outras foram as crises de corrupção política durante o período do governo Lula. A reportagem de Diego Escosteguy (2006, p. 54), da revista veja, tem como título *Museu vivo do Código Penal*, e apresenta a cifra de 22% dos parlamentares, até a data de 12 de julho de 2006, sob suspeita de ter cometido algum crime, do tipo seqüestro, extorsão, estelionato, peculato, lavagem de dinheiro, crime eleitoral, falsidade ideológica, corrupção passiva, improbidade administrativa, etc. Essa percentagem implica dizer que dos 594 parlamentares cerca de 130 estavam sob investigação de cometer cerca de mais de vinte crimes cada. A entrevista apresenta a foto de cada parlamentar investigados por estes crimes e o tipo de crime que está sendo acusado pelo ministério público. Um caso de corrupção que ficou conhecido em todo o país foi o do Governador do Distrito Federal José Roberto Arruda que recebeu R\$ 50.000,00 de Durval Barbosa, um delegado aposentado e um de seus caixas de campanha, para financiar sua campanha eleitoral. O próprio Durval filmou o ocorrido e delatou às autoridades (ESCOSTEGUY, 2009, p. 76,77). A justificativa de Arruda sobre o dinheiro foi o desejo natalino de comprar panetone para os pobres do Distrito Federal.

A reportagem de Marcelo Carneiro e Camila Pereira (2007, p. 49), intitulada “*Desonestos, insensíveis e mentirosos*”, apresenta uma pesquisa encomendada ao Ibope, pela revista Veja, sobre o pensamento do povo brasileiro sobre o Congresso Nacional. Segundo a pesquisa “apenas 3% dos brasileiros ouvidos pela pesquisa afirmam acreditar que os congressistas re-



presentam e defendem os interesses da sociedade, uma imensa parcela de brasileiros (84%) acha que os parlamentares trabalham pouco e 52% consideram que não passa de 10% o número de bons deputados e senadores do país”. Nesta mesma pesquisa, também, foram levantados adjetivos para os parlamentares, dos quais os três mais expressivos foram: “desonestos (55%); insensíveis aos interesses da sociedade (52%); e mentirosos (49%)”. A nota atribuída pelos entrevistados aos parlamentares, de 0 a 10, foi 3,9. O Ibope entrevistou 1400 brasileiros, por telefone, moradores de capitais, periferias e interior das cinco capitais brasileiras.

O projeto Ficha Limpa, que ganhou projeção em 2010, representa outra crise política de legitimação. Por meio da CNBB e da OAB, uma parcela da população mobilizou-se através de mais de 1.700 assinaturas, sem contar as manifestações on-line, em favor do projeto de Lei chamado Ficha Limpa. Este propunha a não elegibilidade de candidatos a cargos políticos no Congresso e no Governo que fossem condenados por certos crimes, garantindo, também, a preferência no julgamento de políticos, a fim de acelerar o processo. O projeto ganhou expressão, e foi votado no Congresso. Visto que muitos são políticos com problemas judiciais, como apresentam os relatos da mídia na crise da Máfia dos Sanguessugas, o Ficha Limpa tornou-se um assunto indesejado na Câmara e no Senado Federal. Estas duas últimas crises políticas de legitimação serão mais bem observadas nas análises.

Estes são alguns dos escândalos de corrupção mais notórios no Brasil no período do governo Lula. Percebe-se que os parlamentares, normalmente, estão envolvidos, no que se considera uma crise política. Daí a relevância do estudo das representações sociais a partir dos discursos parlamentares sobre algumas crises políticas. Os discursos parlamentares a serem analisados serão delimitados no capítulo seguinte, assim como as categorias de análise. Por isso, os aspectos mais particulares do modelo de contexto precederão imediatamente a análise, compondo a seção seguinte que justificará a escolha do corpus de análise e as circunstâncias sócio-políticas que o envolvem.

## 4 A LEGITIMAÇÃO DA CORRUPÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO - METODOLOGIA.

### 4.1 Legitimação e discurso: Natureza da pesquisa/objeto.

Nesta seção e na seguinte trataremos da natureza da pesquisa bem como de seu objeto. A pesquisa segue o método qualitativo, e identifica-se com a vertente da Análise Crítica do Discurso proposta por van Dijk (2003, 2006, 2008). Constitui-se um estudo de natureza interpretativa em conformidade com a proposta da análise semântica do discurso (VAN DIJK 2010). Sendo assim, tem como características as seguintes: 1. volta-se para um ambiente natural como fonte direta dos dados, no caso, os discursos políticos dos senadores; 2. é descritiva, especificamente, propõe-se uma análise descritiva do discurso político e do seu contexto; 3. é intuitiva na análise dos dados, na qual entra sua característica interpretativa e subjetiva e 4. enfatiza o sentido atribuído aos discursos políticos a serem estudados.

Quanto à metodologia, neste seguimento de pesquisa, as amostras serão reduzidas e analisadas no seu conteúdo cognitivo, social e discursivo. Nas seções anteriores, os aspectos cognitivo e social foram observados mais intensamente, relegando a última porção o aspecto discursivo.

Os aspectos interpretativo, intuitivo e subjetivo estão bem presentes na legitimação da corrupção nos discursos dos senadores. Por meio de estratégias discursivas, como um discurso velado sobre atos corruptores, alguns políticos tornam a corrupção natural e comum no âmbito político; em muitos momentos culpabilizando o povo.

Van Leeuwen (2007 [1995]) estabeleceu certos elementos que chama de “gramática da legitimação”, em seu artigo intitulado *Legitimation in Discourse and Communication*, baseada em quatro elementos fundamentais da legitimação: 1. Autorização (baseada na autoridade da tradição, do costume, da lei ou das pessoas com autoridade); 2. Racionalização (a utilidade da ação institucional e sua validade cognitiva no conhecimento a ser aceito); 3. Avaliação moral (baseada em normas); 4. Mitopoética (legitimação expressa na forma de narrativa). Rojo e van Dijk (1997) se utilizaram destas categorias no artigo sobre a legitimação da expulsão de imigrantes “ilegais” no discurso parlamentar espanhol.

O discurso de legitimação pode ser observado de quatro perspectivas em sua análise: 1. pragmática, 2. semântica, 3. esquemática (superestruturalmente), e 4. estilística e retórica. Esta pesquisa centra-se em uma análise do discurso de legitimação a partir da retórica. Segun-

do Rojo e van Dijk (1997, p. 182-183), estilística e retórica são a descrição das ações questionadas, e suas razões, com a finalidade de reforçar a opinião do falante para que aceite-as como legais. Mesmo que ações corruptoras tenham sido descritas como negativas, o discurso de legitimação as apresentará em termos neutros ou positivos, mediante recursos retóricos que promovem a aceitabilidade da corrupção e atenuam a natureza problemática das ações corruptoras. O discurso de legitimação, através da retórica, pode se utilizar de eufemismos e metáforas positivas. Neste trabalho, especificamente, analizaremos os pronunciamentos políticos dos parlamentares por meio dos topoi construídos a partir de metáforas conceituais.

A legitimação somente é empregada como resposta à críticas explícitas ou acusações de outros, como observado na seção 1. Uma das funções sociocognitivas do discurso de legitimação é persuadir os coparticipante, ou observadores, que a ação corruptora é aceitável. Por isso, Rojo e van Dijk (1997, p.183) apresentam somente duas direções para o discurso de legitimação: 1. prevenir, responder ou desacreditar opiniões negativas sobre alguma ação, e 2. fazer com que esta ação que se apresenta de forma negativa passe a ser positiva.

O objeto da pesquisa é o discurso de legitimação da corrupção política, especificamente, como se dá a sua legitimação no Senado Federal, tendo em vista os discursos políticos ali pronunciados. A legitimação desta prática é a estratégia discursiva usada por atores/redatores políticos, em muitos momentos envolvidos em corrupção política, com a finalidade de dominação. Este objeto será analisado nos pronunciamentos oficiais dos senadores, sobre temáticas referentes à corrupção política. Como o tema é amplo, cumpre então se fazer uma delimitação deste corpus.

#### 4.2 Corpus de análise – discurso parlamentar (descrição, critérios de procedimento).

O corpus de análise é composto pelos pronunciamentos oficiais dos senadores eleitos no período entre os dois mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010. Como são muitos os pronunciamentos, as crises políticas limitarão aqueles que foram produzidos nesse contexto conturbado, já que a legitimação da corrupção ocorre nesses períodos de crise, como enuncia Filgueiras (2008, p. 82-83): “A corrupção é um fenômeno estrutural dos momentos de mudança social, à medida que esteja correlacionada às crises de legitimação. [...] o conceito de corrupção aparece nos momentos de crise de legitimidade das instituições”.

Várias foram as crises políticas durante a gestão do governo Lula, nos seus dois mandatos, e discutidas no Senado Federal. Porém, decidiu-se analisar dois momentos de crise política: a “Máfia dos Sanguessugas” e a “Ficha Limpa”. Houve outras de, talvez, maior expressão,

como o Mensalão, porém, optou-se por estas duas em virtude de estarem mais ligadas ao poder Legislativo do que ao Executivo, como é a proposta deste trabalho. Também devido o aspecto de legitimação exigido por cada uma das crises. Os políticos acusados de participar da Máfia dos Sanguessugas buscavam se justificar a partir de um discurso de legitimação; enquanto, os políticos responsáveis por votar o projeto Ficha Limpa tentavam desqualificá-lo, ou culpabilizar o povo, de modo a legitimar o discurso da corrupção.

Os pronunciamentos dos senadores a serem analisados, referentes a estas crises políticas, estão em formato digital no site oficial do Senado Federal, todos transcritos na íntegra. São um total de setenta e sete pronunciamentos coletados a partir da ferramenta de busca do site do Senado Federal, que alista os pronunciamentos por assunto. Os discursos foram selecionados a partir das temáticas: corrupção, Máfia dos Sanguessugas, Operação Sanguessuga, CPI das ambulâncias, Ficha Limpa. Dois parâmetros foram, então, utilizados para selecionar o corpus textual da pesquisa: primeiro, o pronunciamento situado no período de uma crise política, em um dos dois mandatos do ex-presidente Lula; segundo, a seleção por assunto do site do Senado Federal, por meio das palavras-chaves elencadas.

Os pronunciamentos são nomeados por letras maiúsculas do alfabeto português (exemplo: A, B, C, etc). Quando mais de um pronunciamento pertencer ao mesmo Senador, as letras maiúsculas receberão números cardinais de acordo com o número de pronunciamentos do mesmo Senador (exemplo: A1, A2, A3). Isso significa que, ao mudar a letra inicia-se outro pronunciamento. Quando findarem as letras do alfabeto, o pronunciamento será nomeado pela duplicação da letra do alfabeto, em sua respectiva ordem (AA, BB, CC); levando em consideração o mesmo critério numérico de referente ao número de pronunciamentos por Senador. Os nomes dos parlamentares serão codificados, a fim de não fugir do propósito do trabalho que é linguístico. O parlamentar que estiver se pronunciando no Senado receberá a nomeação segundo a letra do pronunciamento (exemplo: pronunciamento A – Senador A). Os Senadores apartantes em discurso receberão nomes fictícios (exemplo: João, José, Barnabé, Judas, etc).

#### 4.3 Categorias de análise – retórica e topoi.

As categorias linguísticas que orientarão a análise do corpus são a retórica e o topoi. Essas categorias foram selecionadas em virtude de sua maior adequação ao gênero a ser analisado, a saber, o discurso político. Como ao discurso político está inerente a argumentação a fim de persuadir, as categorias assinaladas permitem observar este processo elocucionário. A legitimação, como estratégia discursiva central nesta pesquisa, requer da argumentação os

meios para persuadir a platéia que critica a corrupção política. A intenção de justificar a corrupção, um artifício retórico, é o argumento principal para a legitimação desta prática social.

Van Dijk (2006, 2008) apresenta macro-categorias para a análise do discurso político úteis à análise da legitimação da corrupção no discurso político dos parlamentares. Estas macro-categorias de análise possuem características comuns a teoria da retórica argumentativa proposta por Billig (2008). A combinação das sugestões de categorias de análise do discurso político de van Dijk (2006, 2008) com as categorias da retórica argumentativa de Billig (2008) conduzirão a análise. Estas categorias serão detalhadas a seguir.

- a) *Tópicos*. Com relação à topicalização, as características positivas são ignoradas, minimizadas ou mencionadas apenas *en passant*, enquanto as informações negativas sobre eles, os Outros são topicalizadas. Os principais tópicos do discurso expressam o modelo mental. “Pesquisas empíricas mostram que em geral os tópicos, as definições de questões ou ‘enquadres’ fornecidos pelas elites podem ter um efeito significativo sobre a interpretação e a opinião públicas” (VAN DIJK, 2008, p. 225). A categorização, como proposta por Billig (2008) também se apresenta como parcial em sua análise, favorecendo uns em detrimentos de Outros, a polarização.
- b) *Esquemas*. Os discursos políticos, de modo geral, possuem a mesma forma padrão. O que pode alterar de modo especial é a ordem, a proeminência, o tipo e a extensão da informação incluída nessas categorias que podem variar e, desse modo, ser destacados ou mitigados como uma função de auto-apresentação positiva e da outro-apresentação negativa. A conclusão que se aplica ao modelo de contexto corrente é, ao mesmo tempo, um modelo de ação futura no contexto político (VAN DIJK, 2008, p. 225).
- c) *Semântica local*. Os modelos de contexto político definem que a informação vinda dos modelos de eventos correntes será incluída, ou não, de forma relevante no discurso. Uma categoria importante que controla essa seleção é a ideologia política do falante e dos receptores, que também podem influenciar a complexidade dos significados locais. As específicas estruturas semânticas construídas dessa forma podem influenciar os modelos “preferidos” dos receptores que não possuem fontes alternativas de conhecimento (VAN DIJK, 2008, p. 227). Van Dijk (2008, p. 228) descreve a semântica local em termos da relação dos modelos de contexto e evento com as representações compartilhadas socialmente:

Mais geralmente, então, uma análise política cognitivamente fundada de significados locais tentará relacionar a seleção de proposições expressas na fala e na escrita com modelos de contexto e evento subjacentes e com as representações (grupo) compartilhadas socialmente, tais como: conhecimentos, atitudes e ideologias. Assim,

se o significado local está explícito ou implícito, asseverado ou pressuposto, detalhado ou global, se é geral ou específico, direto ou indireto, espalhafatoso ou reprimido, será tipicamente uma função dos modelos de evento ideologicamente embasados.

- d) *Estilo e retórica*. Van Dijk (2008, p. 228-229) apresenta a retórica como estruturas variadas de superfície, na qual as representações semânticas são expressas. A retórica é então “a lexicalização específica, de estruturas sintáticas e de elementos específicos de som, de tipografia ou de imagem”. Os mecanismos retóricos levam à ênfase ou à não-ênfase dos significados. Neste aspecto, a retórica abrange a topicalização, os esquemas e a semântica local, pois abrange o aspecto da forma onde as outras macro-categorias vão atuar.

Van Dijk (2008, p. 229) demonstra que as variantes lexicais podem ser usadas pelas elites, no discurso político, para influenciar a opinião pública:

O uso de variantes lexicais específicas pode também ter efeitos de ‘enquadre’ muito diferentes na ativação de atitudes e ideologias políticas e, portanto, na construção de modelos de eventos. As elites podem, então, usar termos específicos no discurso da mídia ou da política para influenciar a opinião pública.

Van Dijk (2008, p. 229) também recomenda que muitas das propriedades de estilo e retórica não são expressões de opiniões ou estruturas subjacentes de modelos ou representações políticas. No entanto, são monitoradas pelas várias categorias de modelos de contexto, que lhe atribuem o sentido. A seção anterior possui a finalidade de esboçar o contexto político da corrupção no Brasil, para que as estruturas retóricas sejam compreendidas a partir de sua influência.

Van Dijk (2006, p. 262) ao tratar da retórica, como macro-categoria de análise do discurso político, que geralmente se denomina “figuras de estilo”, ele apresenta-a como “estruturas retóricas”. Estas estruturas aparecem em todos os níveis do discurso e são assinaladas através de uma organização especial: repetição, supressão, substituição. No nível dos sons, a retórica é observada por meio das rimas e aliterações; no nível da sintaxe, por meio do paralelismo; e no nível semântico do discurso, através da comparação, metáfora, ironia, etc. Estas categorias do discurso são opcionais e servem especialmente em contextos persuasivos, com a finalidade de atrair e manejar a atenção dos receptores. Em uma análise ideológica, as estruturas retóricas são estudadas como meios de dar ênfase aos significados em função de opiniões ideológicas (VAN DIJK, 2006, p. 263). A análise discursiva dos pronunciamentos parlamentares procederá a partir de categorias retóricas a serem alistadas.

As categorias retóricas usadas na análise serão extraídas da proposta de Michael Billig (2008), cuja retórica não é somente observada a partir de aspectos formais, mas, também, e

principalmente de aspectos argumentativos. A distinção entre forma e conteúdo é importante em sua proposta retórica. Segundo Billig (2008, p. 117), grande parte da ênfase na retórica foi direcionada na tentativa de descobrir, ou formular, regras sobre a forma. Porém, não eram observadas as regras quanto ao conteúdo, as regras acerca da argumentação. Estas, referentes ao conteúdo, são categorias retóricas a ser usadas na análise.

Billig (2008) rejeita os modelos sociopsicológicos da representação da vida como um teatro e como um jogo, pois percebe em sua análise que são modelos falhos para a análise de uma perspectiva retórica, devido à parcialidade das visões. Tanto a teoria psicológica dos papéis como a das regras apresentam a realidade social apenas de uma perspectiva, enquanto que a retórica argumentativa apresenta os dois lados de uma questão, que estão exatamente em oposição entre si. O modelo de Billig (2008) remonta ao período clássico da Grécia, baseado na retórica de Protágoras. Seu interesse teórico não está nos aspectos existenciais da filosofia de Protágoras, mas na importância da contradição na retórica. “Se sempre existem dois lados possíveis em todas as questões, então há sempre a possibilidade de contradição” (BILLIG, 2008, p. 100). A contradição potencial é expressa pela ambiguidade da palavra “argumento”, pois, esta possui tanto um sentido “individual” quanto “social”. Segundo Billig (2008, p. 101), “qualquer argumento individual é, na realidade ou potencialmente, parte de um argumento social”. Isto aplicado na legitimação da corrupção política indica que os argumentos de políticos corruptos, também, são argumentos para um contexto social.

Ao traçar seu marco teórico Billig (2008) observa certas categorias, tais como:

a) Logos e antílogos.

O que Billig (2008, p. 102) resgata da retórica de Protágoras é a importância da contradição na retórica. O logos e o antílogos são categorias que expressam esta contradição. Segundo Billig, ao interpretar Protágoras, qualquer discurso pode ser oposto por um contra discurso. “A premissa de Protágoras era que qualquer *logos* poderia ser contraposto por uma contra afirmação, ou aquilo que aqui será chamado de *antílogo*” (p. 102). Para Protágoras a arte da contradição era importante na retórica. Os mestres da retórica na antiguidade clássica, como Górgias, ao ensinarem seus alunos como apresentar um caso persuasivamente, eles os estavam ensinando sobre o *logos*. Billig (2008) resgata essa terminologia clássica, aplicando-a aos estudos da psicologia social contemporânea, como uma metodologia de análise. Esta contradição entre logos e antílogos não significa somente apresentar ambos os lados de uma questão, mas, sim, ser capaz de expor um dos lados de uma maneira tão convincente, que o outro

lado sairá perdendo. Este método é bem adequado aos debates políticos travados no Senado Federal, especificamente os que abordam o projeto Ficha Limpa, que foi visto como motivo de debate.

b) Justificação e crítica.

Dois conteúdos estão retoricamente ligados entre si quando há justificação e crítica (BILLIG, 2008, p. 152). Esta observação prepara para o entendimento do contexto da argumentação, que pressupõe a justificação e a crítica, ou seja, um contexto de debate. A retórica argumentativa se estabelece nessa contradição, ou oposição. “Toda justificação pressupõe a existência ou a eventualidade de uma avaliação desfavorável daquilo que justificamos” (PERELMAN, 1979, p. 138), e “uma questão de justificação normalmente surge apenas em uma situação que provocou crítica” (PERELMAN, 1979, p. 33). Todas as justificativas devem ser consideradas em um contexto argumentativo, que segundo Perelman é um contexto social. A crítica, por sua vez, não possui nenhum sentido “a não ser que alguma norma, fim ou valor aceito tenha sido infringido ou violado” (PERELMAN, 1979, p. 33). Decisões ou ações são criticadas com relação a regras ou valores aceitos; e, portanto, a crítica “sempre ocorre em um contexto social; ela está sempre ‘situada’” (PERELMAN, 1979, p. 33). Por implicação, o mesmo se aplica à justificação.

Este contexto argumentativo aplica-se muito bem ao contexto político onde debates são travados. A crítica é feita aos atos corruptores de agentes políticos, que, por sua vez, buscam a justificação do que fazem; que neste estudo é nomeado como legitimação. Um contexto da retórica argumentativa pode ser chamado de contexto social, pois, os temas da argumentação são questões sociais. Estas são abordadas em instituições políticas como o Senado Federal.

Billig (2008, p. 152) aborda a justificação e a crítica da seguinte forma: “O contexto da retórica, como um contexto argumentativo, não está limitado às relações entre o orador e o público. O contexto pode incluir as opiniões que o orador está tentando justificar diante do público, mas também inclui as contra-opiniões que implícita ou explicitamente estão sendo criticadas”. O contexto político em si é um contexto argumentativo, devendo ser estudado pela retórica argumentativa.

c) Categorização e particularização.



A categorização é o processo específico em que se concentram os psicólogos sociais que trabalham o pensamento. Ao se basearem somente neste, os psicólogos acabaram por construir uma teoria unilateral (BILLIG, 2008, p. 191). Segundo Billig (2008), a categorização é “uma posição unilateral”, isso implica sugerir que, como humanos, tudo que podemos fazer em nossos pensamentos é categorizar informações. Que necessariamente não é assim. A particularização é, também, um processo importante para o entendimento do pensamento. Para Billig (2008, p. 191), o “conceito de categorização precisa ser invertido a fim de mostrar que o processo conflitante – o da particularização – é tão psicologicamente importante. O pensamento será considerado em termos dos conflitos entre esses dois processos”. Embora a categorização e a particularização, na psicologia social, sejam consideradas processos, para a retórica argumentativa elas são estratégias para pensar e argumentar (BILLIG, 2008, p. 191).

A categorização é presumida como uma unidade básica de pensamento. Ela pode ser definida assim: “Em seu nível mais simples, a categorização envolve colocar um objeto ou entidade específicos em uma categoria geral” (BILLIG, 2008, p. 192). O problema desta estratégia é partir de premissas unilaterais para criar imagens unilaterais das pessoas (BILLIG, 2008, p. 204).

A particularização é a inversão da categorização, assim, como a inversão de suas premissas (BILLIG, 2008, p. 204). Com a categorização, um estímulo específico é colocado em uma categoria geral, ele perde a sua particularidade para tornar-se um caso daquela categoria geral. Na particularização, como processo inverso, um estímulo não precisa ser tratado como equivalente a outros estímulos e sim considerado em sua particularidade. Billig exemplifica esta dicotomia: “Por exemplo, um estímulo assim pode ser extraído da categoria em que tinha sido colocado anteriormente ou pode ser mantido separado daquela categoria e de todos os outros estímulos desde o princípio. Nos dois casos, podemos dizer que o estímulo foi particularizado” (BILLIG, 2008, p. 205).

Os mesmos argumentos a favor do processo de categorização na cognição podem ser aplicados em benefício da importância da particularização. Da mesma forma que o ser humano, como ser pensante, necessita classificar particulares em categorias também é capaz de selecionar particulares (BILLIG, 2008, p. 207). É necessário examinar a cognição em termo dos dois processos opostos: categorização e particularização (BILLIG, 2008, p. 208). “Os dois processos estão inter-relacionados, pelo menos no que diz respeito às categorias e às particularidades lingüísticas” (BILLIG, 2008, p. 209).

As estratégias de categorização e particularização representam formas de argumentos, e são estratégias que alegam a presença de contradições e repelem as acusações de incoerência.

Essas estratégias podem ser aplicadas a todos os argumentos e pensamentos, de uma perspectiva linguística, expressos no discurso, independente do seu conteúdo.

Na política há a categorização da crença do povo como culpado pela instalação da corrupção, e a particularização da crença de que, somente, uma minoria irrisória de políticos que praticam a corrupção. Estas constatações serão observadas a partir da análise dos pronunciamentos no Senado Federal.

#### d) Essência.

A linguagem possui uma estreita relação com categorização, pois com a habilidade da linguagem é possível categorizar. A linguagem permite que seus falantes se expressem sobre a realidade de várias formas, não sendo esta nem rígida, nem pobre. Por meio da linguagem a retórica é possível, através da capacidade de negação. É possível aprovar ou negar determinada categoria. É nesse momento da teoria que a oposição entre categorias pode ser tema de justificação e crítica. O contexto retórico das categorias indica o quanto ela é controversa. Há uma hierarquia de categorias, de modo que um único objeto pode ser categorizado em níveis diferentes de generalidade. A questão é perceber qual a categoria de base, a mais importante dentre as outras (BILLIG, 2008, p. 211).

Enquanto a categorização está discutindo um conjunto essencial de diferenças, a particularização considera este conjunto menos crucial. Segundo Billig (2008, p. 214), a discussão não é sobre essências, mas sim de argumentos sobre a essência do assunto. Ele postula essa essência como o cerne da argumentação:

Ao selecionar uma forma de discurso ou um esquema, em lugar de outro, estamos afirmando, implicitamente, que essa forma captura melhor a essência daquele assunto. Se formos questionados e outro conjunto de categorias for lançado sobre nós, podemos então fazer a implicação explícita e encontrar-nos argumentando sobre a localização do cerne da questão. Por conseguinte, não se trata de uma questão de essências propriamente ditas, mas sim de argumentos sobre a essência do assunto.

Os argumentos sobre essências estão nos “lugares de argumentação”. O uso dos lugares de argumentação implica uma preferência por uma forma argumentativa, rejeitando sua forma contrária como inadequada. Esses lugares de argumentação são formas básicas de pensamentos, que estão presentes na linguagem.

#### e) Topoi: “lugares comuns”.

Os conteúdos ou temas dos argumentos, na retórica clássica, eram tidos como “lugares-comuns” da retórica, que são os mesmos “lugares de argumentação”. Estes “lugares-comuns” argumentativos são aspectos importantes do senso comum. Billig (2008, p. 280) define-o assim:

o senso comum pode não ser um depósito unitário de sabedoria popular; ao contrário, ele pode fornecer nossos dilemas para deliberação e nossas controvérsias para argumentação. Os aspectos dilemáticos do senso comum, em suma, podem encher nossas mentes com as coisas polêmicas que possibilitam grande parte de nosso pensamento e de nossos argumentos.

O senso comum é importante na retórica porque o orador deve atingir seu público, com argumentos persuasivos, de modo que a categorização, ou particularização, seja efetiva, segundo seus propósitos ligados a dominação. Para que os oradores se identifiquem com seu público, devem acentuar conexões em comum, das quais as mais importantes são as crenças e os valores compartilhados. O senso comum é útil na identificação desse conteúdo comum. Quando o orador identifica-se com as crenças do público, ele está tratando-os como uma comunidade unida por meio de opiniões compartilhadas (BILLIG, 2008, p. 286).

Os *topoi* refletem este senso comum no discurso argumentativo. Os “lugares dos argumentos” eram descritos, no grego, pelo vocábulo *topoi* ou *loci*. Os tópicos ou temas dos argumentos eram o lugar onde as crenças seriam percebidas. Estes *topoi*, “tópicos argumentativos” ou “crenças atitudinais” são organizados na memória individual, mesmo que reflitam uma Memória Social (BILLIG, 2008, p. 287). Estes *topoi* são “as formas universais em que os argumentos podem ser expressos” (BILLIG, 2008, p. 288).

Billig (2008, p. 288) descreve a relação entre *topoi*, senso comum e retórica:

A palavra “tópico” era usada de uma maneira que se relaciona diretamente com o senso comum. Ao falar do conteúdo dos argumentos, os livros de retórica muitas vezes se referiam aos “lugares comuns” (*loci communes*) dos argumentos. [...] o conceito de lugares comuns é interessante no sentido de que ele representa os valores e noções do senso comum que idealmente devem ser compartilhados pelo orador e pelo público simultaneamente. Dessa forma, a própria noção de “lugar comum” salienta a natureza social da retórica e, [...] a própria natureza retórica dos lugares comuns, por sua vez, aponta para a natureza contrária do senso comum.

O *topoi* possui uma estreita relação com a retórica argumentativa, de modo a ser a categoria de análise linguística adequada ao discurso de legitimação da corrupção política. Da perspectiva da semântica argumentativa, para a compreensão da língua é necessário observar os *topos*, que se expressam através dos operadores em geral (não apenas os conectivos, mas também nomes substantivos, adjetivos e advérbios). Esses operadores funcionam como partículas da língua que remetem aos *topoi*, implícitos na enunciação do enunciado. Os *topos* são o princípio do encadeamento argumentativo, por isso para encontrar a orientação argumentativa

de um texto é preciso explorar os *topoi*. “Ducrot tende a ver nos *topoi* ‘conjuntos sem limites precisos’ de relações complexas (entre palavras)” (FURLANETTO, 2006; DUCROT, 1987), assim é que as palavras passam a ser encaradas como “feixes de *topoi*”. “As estruturas frásticas e os elementos lexicais exercem coerção sobre os encadeamentos argumentativos na medida em que é ali que estão os *topoi*: entre a língua e o discurso” (FURLANETTO, 2006).

Visto que os *topoi* não possuem limites bem definidos, optou-se neste estudo construir os *topoi* sobre as metáforas conceituais presentes no discurso de legitimação, visto que, as metáforas são elementos presentes na retórica, especificamente as metáforas conceituais por estarem ligadas as teorias da sócio-cognição, ao campo semântico, e podem ser observadas em textos do cotidiano, como os pronunciamentos políticos. As metáforas conceituais também são relevantes para a construção dos *topoi* devido seu caráter persuasivo, como é próprio do discurso argumentativo.

#### 4.4 Metáforas conceituais.

A metáfora conceitual segundo Lima, Feltes e Macedo (2008, p. 128) é um fenômeno que penetra nos processos cognitivos experiencialmente orientados, que geram estruturas conceituais várias. Carvalho (2003) apresenta a metáfora em duas vertentes principais: a metáfora linguística e a conceitual. A metáfora linguística se materializa verbalmente pelo falante de uma língua, enquanto a metáfora conceitual é estruturada no pensamento humano. A partir das teorias de Lakoff e Johnson (1980, 1999), Ortony (1993) e Kövecses (2003), a metáfora deixa de ser observada somente como um ornamento do discurso e passa a ser vista como um elemento importante no processo de entendimento da própria compreensão humana.

Para Lakoff e Turner (1989) a metáfora é uma ponte que liga domínios semânticos diferentes, promovendo novos caminhos para a compreensão do sujeito. Segundo Carvalho (2003), a metáfora é uma forma de expandir significados de palavras além do literal, e uma maneira de expressar o pensamento abstrato em termos simbólicos.

A teoria primária acerca das metáforas conceituais está fundamentada em Lakoff (1985, 1987, 1988), Johnson (1989), Lakoff e Johnson (1980, 1999), Lakoff e Turner (1989), Kövecses (1986, 1988, 1991). Porém, ela surge principalmente a partir de obra de Lakoff e Johnson (1980), *Metaphors we live by*. A metáfora conceitual será parte da análise dos dados, por isso, observar-se-á neste tópico um detalhamento teórico deste assunto. No entanto, somente, está sendo afirmada a natureza, a justificativa e a forma de análise a partir da teoria das metáforas conceituais.

A função da metáfora segundo Carvalho (2003) é estender as capacidades de comunicação e conceitualização do ser humano; é um elo entre o lógico e o emocional do ser humano. Estas se encontram em toda experiência humana e em diversas formas de discurso. A metáfora conceitual é uma construção cognitiva, baseada nas experiências socioculturais vividas. A geração das metáforas conceituais se dá a partir da relação da razão humana com sua experiência corporal; esse processo é inconsciente e automático em sua origem. (LIMA; FELTES; MACEDO, 2008, p. 128-129).

Analisar os pronunciamentos políticos a partir das metáforas conceituais é justificável devido o caráter cognitivo, em meio a um contexto sociocultural. Visto serem as metáforas conceituais geradas de modo inconsciente e automático, no discurso de legitimação elas se tornam elementos desveladores de crenças e ideologias, dentro de um processo interpretativo-subjetivo de análise. Ainda por meio do seu caráter cognitivo, as metáforas conceituais embasam os topoi que, por sua vez, são a base argumentativa do discurso de legitimação da corrupção política. Por meio desses fatores, optou-se por trabalhar com a metáfora conceitual, que faz parte do macrocategoria de análise da retórica argumentativa, observada anteriormente.

A análise a partir da metáfora conceitual se processa por meio do mapeamento da metáfora a partir de domínios. O mapeamento devidamente interpretado leva aos acarretamentos, que são inferências derivadas e motivadas pelas projeções de origem. As metáforas conceituais são “um modo de construção do conhecimento na forma de um mapeamento entre domínios de conhecimentos” (LIMA; FELTES; MACEDO, 2008, p. 128). Não se está observando a metáfora como figura de linguagem, mas “como um mecanismo imaginativo da razão que se configura como um modo fundamental de compreender e fazer emergir sentidos” (LIMA; FELTES; MACEDO, 2008, p. 130). Segundo Carvalho (2003), em sua leitura de Lakoff (1993), na teoria da metáfora conceitual, a língua é secundária, no sentido em que o mapeamento é que sanciona o uso da linguagem e dos padrões de inferência do domínio fonte para o domínio alvo.

As metáforas conceituais podem guiar os processos mentais, conduzir processos inferenciais, facilitar ou criar obstáculos para o autoconhecimento e para o conhecimento dos outros (LIMA; FELTES; MACEDO, 2008, p. 131). Neste sentido, as metáforas como processos cognitivos, ancoradas em um contexto sociocultural, possuem uma carga ideológica que é reproduzida e compartilhada. Estudar o discurso de legitimação da corrupção a partir das metáforas conceituais permite perceber tanto o aspecto argumentativo do discurso, como o abuso de poder a partir de uma ideologia de dominação.

O mapeamento conceitual se processa a partir dos domínios “fonte” e “alvo”. O domínio fonte é bem-estruturado, diretamente significativo. O domínio alvo carece de estruturação para efeito de compreensão. Um exemplo deste mapeamento conceitual é o de Lakoff (1987) sobre a raiva. Seu estudo propôs do seguinte mapeamento conceitual sobre a raiva: RAIVA É CALOR. O domínio fonte é “calor”, enquanto o domínio alvo é “raiva”. O domínio alvo sempre é uma categoria ou conceito mais abstrato que se busca entender. O domínio fonte se refere a categorias e conceitos compreensíveis por meio de uma experiência direta, em geral de base perceptual (LIMA; FELTES; MACEDO, 2008, p. 130).

Dentro da teoria das metáforas conceituais são elencados três tipos de metáforas: 1. orientacionais, 2. ontológicas, e 3. estruturais. As metáforas orientacionais remetem à experiência do ser humano com seu corpo no aspecto da orientação espacial (cima-embaixo, dentro-fora, frente-trás, centro-periferia). As metáforas ontológicas emergem da experiência do homem com objetos e substâncias físicas (exemplo: “meu campo de visão”, “entrei neste ramo”). As metáforas estruturais recebem esta nomenclatura porque estruturam um tipo de experiência ou atividade em termos de um outro tipo de experiência ou atividade, como, por exemplo na metáfora COMPREENDER É VER, em *ver os problemas*, e *vejo esta decisão*. Nas análises da quarta seção deste trabalho observar-se-ão estes três modelos de metáfora conceitual (LIMA; FELTES; MACEDO, 2008, p. 139-140).

A teoria da metáfora conceitual desdobrou-se em sua complexidade a partir de Lakoff e Johnson (1999), retomando Grady (1997a, 1997b), ao desenvolver o conceito de metáfora primária e metáfora complexa, que remetem à analogia de átomos que agrupados formam moléculas. No entanto, esta abordagem foi contestada visto que a própria metáfora primária já revela um aspecto molecular em sua constituição, a partir dos relacionamentos dos domínios conceituais (LIMA; FELTES; MACEDO, 2008, p. 145). Então, as metáforas primárias foram caracterizadas por serem altamente corpóreas e diretamente dependentes da interação dos seres humanos com seu ambiente e com a forma do seu corpo. As metáforas complexas são compostas pelas metáforas primárias, mesmo que estas não mais sejam observadas como atômicas (LIMA; FELTES; MACEDO, 2008, p. 146).

O mapeamento conceitual das metáforas nos pronunciamentos políticos dos parlamentares será feito em caixa alta, assim como se apresenta na metodologia desta teoria. Os domínios fonte e alvo das metáforas serão destacados por meio de aspas para a melhor compreensão. Os acarretamentos apresentar-se-ão à medida que surgirem interpretações referentes ao contexto político em torno da corrupção.

## **5 ABORDAGEM ANALÍTICA DA LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO DA CORRUPÇÃO.**

Pretende-se por meio desta análise dos pronunciamentos parlamentares dos Senadores da era Lula, sobre as crises políticas que envolveram o episódio chamado “Máfia dos Sanguessugas” e o projeto “Ficha Limpa”, observar como se dá a legitimação do discurso da corrupção política. Serão analisados os topois, categorias argumentativas do discurso, construídos a partir das metáforas conceituais presentes nos pronunciamentos dos Senadores.

O corpus de análise consta dos pronunciamentos presentes no site oficial do Senado Federal. A pesquisa apresentou apenas quinze pronunciamentos dos Senadores sobre a crise intitulada “Máfia dos Sanguessugas”; enquanto, a mesma consulta sobre o projeto “Ficha Limpa” elencou sessenta e dois pronunciamentos. Partindo do entendimento do contexto político da corrupção no Brasil desde sua fundação e das representações sociais sobre a esfera pública, que incluem a corrupção política, analisadas por Sandra Jovchelovitch (2000), entende-se o motivo de menos discursos sobre a Máfia dos Sanguessugas e mais sobre o Ficha limpa. Há uma polarização nestes dois momentos políticos, que tratam de corrupção. O primeiro se apresenta de uma perspectiva negativa, pois nenhum político quer ser enquadrado neste esquema de corrupção. Vários dos pronunciamentos são as justificativas de parlamentares esclarecendo a não participação neste esquema. O segundo possui um caráter positivo, pois todos os políticos que se pronunciam sobre o assunto apóiam o projeto Ficha Limpa. Os pronunciamentos, de modo geral, rumam no sentido determinado pela motivação do benefício da ideologia de dominação de um grupo político corruptor, legitimando o discurso em favor da corrupção de modo velado. Vale notar que, não se pretende nesta análise acusar de corrupção os parlamentares cujos pronunciamentos foram observados, mas, sim, analisar as estratégias discursivas que legitimam uma prática de dominação que causa instabilidade social na nação, a saber: o discurso legitimador da corrupção política. Prioriza-se uma análise retórica e, de modo concreto os topoi e as metáforas conceituais presentes nesses pronunciamentos. Neste sentido, proceder-se-á a análise da primeira crise.

### **5.1 Crise 1: A Máfia dos Sanguessugas.**

O primeiro momento político, que apresenta a crise política do período do governo Lula a ser analisado neste trabalho é o da “Máfia dos Sanguessugas”. Como observado na seção anterior, foi um escândalo político de ampla proporção, de modo que, cerca de 22% dos parlamentares estavam envolvidos com corrupção nesta crise, isto é, dos 594 parlamentares, 130 estavam sob investigação, de cometer mais de vinte crimes cada. Esta crise apresenta um contexto de corrupção política generalizada, propiciando um cenário para a produção da legitimação do discurso em favor da corrupção.

Em relação ao episódio do projeto Ficha Limpa, que ocorre cerca de quatro anos depois, poucos são os discursos dos senadores sobre a Máfia dos Sanguessugas, também conhecida como “Operação Sanguessuga” e “Máfia das ambulâncias”. O pouco número de pronunciamentos reflete o ato velado de fazer esquecida essa crise.

Dos quinze discursos a ser analisados, o discurso A, do dia 05 de junho de 2006, é o primeiro. Seu pronunciamento resume-se a basicamente um parágrafo significativo:

No referido editorial, o jornal avalia a Operação Sanguessuga: “Há duas maneiras de interpretar a ação da PF. A primeira delas, pessimista, é a de que nunca houve um esquema tão amplo de corrupção, envolvendo tantos agentes públicos. A leitura otimista da Operação Sanguessuga reconhece que houve, nos últimos anos, inegável profissionalização da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério Público, e que a criação da Controladoria Geral da União, em 1991, compôs com as outras instituições uma estrutura mais sólida de controle de crimes contra o erário, que incluem tanto a corrupção quanto a sonegação”.

O jornal a que o Senador se refere é intitulado *Valor Econômico*, do dia 10 de maio de 2006. O pronunciamento argumenta a favor dos aspectos positivos da Operação Sanguessuga, direcionando o foco da crise da corrupção política para a eficiência de instituições federais: Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público. Van Dijk (2003, p. 75) ao expor a retórica como estrutura ideológica do discurso, elucida acerca da dinâmica argumentativa. Segundo ele, o discurso se centra em figuras de estilo que põem ênfase em “nossos aspectos positivos” e nos “aspectos negativos dos outros”. Embora, reconheça a dimensão da corrupção a partir do advérbio “amplo”, o centro da matéria é o aspecto positivo das instituições federais. O argumento do discurso A justifica as críticas que os políticos sofreram da mídia e da opinião pública, mitigando as reais causas da crise política da “Máfia dos Sanguessugas”. Este pronunciamento, embora, não apresente metáforas significativas para a análise, reforça o discurso de legitimação em favor da corrupção política.

O segundo pronunciamento a ser analisado, o discurso B, do dia 10 de setembro de 2008, não aborda de modo direto a corrupção política como um problema amplamente assinalado pela crise. O teor do seu discurso é a justificativa da acusação sofrida pelo ex-Deputado



“José”, de participar da Máfia dos Sanguessugas. A princípio o Senador traça o histórico político do colega:

Trata-se do ex-Deputado *José* (grifo meu), que foi Deputado por vários mandatos, Deputado Estadual de Minas Gerais, Deputado Federal também pelo Estado de Minas. Foi Secretário de Assuntos Municipais no meu período de governo no Estado e sempre teve uma ligação muito grande com os servidores públicos do Estado de Minas, fiscal da Fazenda que é.

Em seguida, o parlamentar seleciona palavras do ex-Deputado sobre a temática da acusação de ter ele participado do esquema da Máfia dos Sanguessugas:

Na sua carta aos amigos, ele diz que foi condenado pela imprensa como membro da Máfia das Ambulâncias. A condenação é implacável [...]. Dói na alma, envergonha os amigos, afugenta correligionários e é motivo de euforia para os adversários. Só tem uma vantagem: espanta os falsos amigos.

Por duas vezes o vocábulo “condenado” aparece referindo-se ao político. A condenação foi imposta pela imprensa. Fica o ataque velado à imprensa como a instituição que julga e condena, até injustamente, os políticos. O sintagma adjetival “implacável” caracteriza a injustiça sofrida pelo político diante da condenação da imprensa. As emoções do ex-Deputado diante da acusação são descritas pela figura hiperbólica “Dói na alma”, acentuando a injustiça promovida. A metáfora “Dói na alma” tem como domínio fonte “dor” e domínio alvo “sofrimento”. O campo conceitual é DOR É SOFRIMENTO. A “alma” figura como o elemento mais profundo do ser humano, sendo o domínio-fonte “alma” referente ao domínio-alvo “profundidade” ou “intensidade”. A metáfora pode ser mapeada como ALMA É INTENSIDADE. A metáfora composta “Dor na alma” reflete o juízo do Senador sobre o nível de injustiça em que o ex-Deputado José foi posto, por causa das acusações de fazer parte da Máfia dos Sanguessugas.

O argumento do discurso B é o de justificar as injustiças cometidas a partir de denúncias descabidas, para tal, ele se utilizou do exemplo do ex-Deputado José. Nas palavras do Senador, evitar a injustiça contra um político precede em importância a transparência na administração pública:

Portanto, que esse seja mais um exemplo de que se deve, realmente, lutar pela transparência na administração pública, mas deve-se lutar muito para evitar injustiças como essa que foi executada contra um homem de bem, de grandes serviços prestados ao Estado de Minas Gerais, como o Deputado José [...].

Por meio dessa construção argumentativa, o interesse dos políticos tem preeminência em relação aos do povo. A metáfora construída a partir do verbo “lutar” se repete duas vezes neste trecho, porém, um deles é qualificado por meio do modificador “muito”, que funciona como adjunto adverbial de intensidade. O argumento pode ser sintetizado da seguinte forma: lutar pela transparência é importante, mas lutar pela injustiça contra os políticos é muito mais

importante. O verbo “lutar” remete à metáfora da guerra, onde o domínio fonte é “lutar” e o domínio alvo é a “ação de obter a vitória”. Neste sentido, o mapeamento conceitual da metáfora é LUTA É A AÇÃO DE OBTER A VITÓRIA.

Observando a macrocategoria da polarização em van Dijk (2003, 2006), o parágrafo do discurso B destaca a metáfora da luta de dois grupos: 1. o povo que luta pela transparência da administração pública; 2. o político que luta para evitar a injustiça contra um homem de bem. Além da vitimização (VAN DIJK, 2003, p. 127), o discurso aponta para o que é importante, para o que é vitória, segundo a metáfora. Vitória na luta empreendida é defender o político que é um homem de bem. Vale ressaltar que, o discurso se utiliza da categoria do exemplo ou ilustração (VAN DIJK, 2003, p. 106), em que o ex-Deputado José é usado como figura de político probo no discurso B para legitimar o discurso da corrupção. De modo que, a “luta pela transparência da administração política”, a temática da crise da “Máfia dos sanguessugas” ficou em segundo plano.

O terceiro pronunciamento, o discurso E1, datado de 09 de agosto de 2006, cujo teor, assim como os outros alistados sobre a Máfia dos Sanguessugas, é uma justificativa diante das críticas, porém, escrito em primeira pessoa. Após ser comprovada sua não participação no esquema de corrupção, o Senador agradece ao povo pelo apoio:

Quero agradecer a solidariedade de milhões de brasileiros e reiterar que confio (sic!) um homem que confia em Deus, como eu confio e é dessa forma que eu tenho vivido e pautado a minha vida de forma digna, honrada e honesta no senso de justiça das pessoas que, neste momento, trabalham e examinam documentos para dar uma resposta à Nação brasileira. [...]

Por isso, eu agradeço a este País imenso, às pessoas de todos os lugares, de todos os credos, de todas as idades, o carinho que têm dispensado a minha pessoa.

O próprio Senador apela a Deus para confirmar sua virtude de honestidade. Ele se reporta ao povo para se justificar das críticas que sofrera na CPI dos Sanguessugas. O Senador E busca ganhar prestígio do povo brasileiro com o discurso de ser honesto dentro do grupo dos políticos. Este é mais um dos discursos em que o senador se posiciona como honesto diante do quadro dos políticos corruptos.

O Senador E se pronunciou mais três vezes sobre a CPI dos Sanguessugas. Um destes pronunciamentos, o discurso E3, foi no dia 01 de agosto de 2006, cujo resumo oficial é: “Manifestação em defesa própria, diante das acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sanguessugas”. Este pronunciamento possui dezesseis páginas sobre sua defesa diante das acusações de fazer parte da Máfia dos Sanguessugas. Os outros dois pronunciamentos, dos dias 04 e 16 de agosto de 2006, os discursos E2 e E4, respectivamente, também versam sobre a mesma temática, a sua defesa diante do Senado das acusações feitas a ele pela CPI das ambulâncias.

Não cabe a esta pesquisa julgar a culpabilidade dos políticos envolvidos, mas, sim, analisar os argumentos utilizados em seus pronunciamentos a partir dos elementos retóricos e dos topói, tendo a metáfora como base de análise. No discurso E3, então, o Senador demonstra indignação por ter sido acusado injustamente:

Neste momento, estou tomado de um misto de revolta, a revolta dos justos, e de tristeza. De tristeza, porque fico me perguntando a respeito da vida, da história que construí com dificuldades desde a minha infância, e, por um momento, de longe, como espectador, vejo-a sendo jogada no lixo por um canalha fraudador de orçamento público.

O Senador constrói a metáfora da “sujeira”, uma metáfora complexa, pois se forma a partir das metáforas primárias “jogar” e “lixo”. O verbo “jogar” aponta para uma metáfora orientacional, onde o sentido primário é “lançar para longe”. O mapeamento conceitual aponta que o domínio fonte é “jogar” e o domínio alvo é “lançar para longe”, isto é, JOGAR É LANÇAR PARA LONGE. Enquanto, que “lixo” é o domínio fonte e a “corrupção” é o domínio alvo. Neste sentido, LIXO É SUJEIRA e SUJEIRA É CORRUPÇÃO. A metáfora da sujeira indica que a vida honesta do político foi desqualificada, visto que lixo é sujeira, e esta é corrupção política.

Sua indignação partiu das acusações da CPI dos sanguessugas que foram veiculadas na mídia:

Sr. Presidente, tomei conhecimento de que fui citado por um Sr. *Valdo* (grifo meu), que eu não conheço, pelo filho, que também nunca vi, a não ser nos jornais e na televisão, depois do episódio de terem sido apanhados, carcomendo, roendo, roubando de forma indigna o Orçamento público, fazendo falcatruas no chamado esquema das ambulâncias, que eu não conheço.

A ligação do Senador E com a CPI das ambulâncias se deu a partir do uso de um carro que estava envolvido nas investigações. Essa acusação partiu do depoimento do principal acusado o Sr. Valdo, como relatado pelo Senador: “Disse ele que me deu um carro, mas que, mesmo, assim, eu os trai e que nunca apresentei uma emenda para eles. Senador Simão, passarei para a história como o homem que traiu a máfia dos sanguessugas, porque nunca apresentei nenhuma emenda para eles”.

O Senador E apresenta sua defesa no Senado com os documentos exigidos pela CPI que comprovam a não participação em emendas a favor da máfia das ambulâncias, com seu testemunho de integridade e com sua fé evangélica. No entanto, as investigações da CPI ainda estavam em andamento.

No discurso E3, dois apartes apresentam argumentos sobre a corrupção política. Vale ressaltar que, vários foram os apartes concedidos nesse pronunciamento, todos de solidarieda-

de ao Senador acusado, porém, os dois a serem destacados revelam argumentos que legitimam e deslegitimam a corrupção política.

O primeiro aparte é o do Senador “João”. O excerto em destaque é:

O que não consigo saber, Senador E, é por que vivemos hoje este momento difícil de tantas acusações, tiroteio para tudo quanto é lado, envolvendo os mais diversos Parlamentares. [...] Há alguém por trás querendo enfraquecer o Poder Legislativo. Há alguém que quer misturar os bons com os maus. Até hoje nada colou no Presidente da República. O cidadão brasileiro está dizendo que todo mundo é bandido.

O Senador “João” se utiliza da metáfora complexa do “crime”. Há um “tiroteio” contra os parlamentares e todos são “bandidos”. Na metáfora complexa “tiroteio para tudo quanto é lado”, “tiroteio” deriva de “tiro” que é o domínio fonte, enquanto que o domínio alvo é “ataque”. No mapeamento conceitual TIRO É ATAQUE, neste sentido o ambiente político é um meio de ataques. A metáfora orientacional “lado” reforça que o político está sozinho neste contexto de violência, além de estar sendo traído por alguém, como elucidada por meio de outra metáfora orientacional “por trás”. Esta metáfora levanta o significado da traição. O que “vem de trás” é mal e sorrateiro, vem com um golpe traiçoeiro e indefensável. Esta metáfora do “crime” liga-se ao campo semântico da metáfora da “luta”, anteriormente observada.

O ataque, observado na metáfora do crime, é “misturar os bons e os maus”. O Senador categoriza os políticos bons e os políticos maus, que se confundem devido as acusações da CPI dos sanguessugas. Este ataque é proferido de todos os lados. Parece que os parlamentares estão se atacando, porém, há alguém por trás. Não está do lado, mas por trás, em uma posição de traição. Pelo fluxo do discurso do Senador é possível perceber que este traidor é o cidadão brasileiro:

- (1) Há alguém por trás querendo enfraquecer o Poder Legislativo.
- (2) Há alguém que quer misturar os bons com os maus.
- (3) O cidadão brasileiro está dizendo que todo mundo é bandido.

O argumento do Senador culpabiliza o povo por generalizar o grupo de políticos. A polarização se estabelece entre o grupo de políticos acusados de corrupção (Nós) e o povo pobre do Brasil (Outros). O objetivo das acusações não é lutar contra a corrupção, mas enfraquecer o “Poder Legislativo”. A macrocategoria “nós” e “outros” é estabelecida, em que o primeiro se refere ao grupo de políticos e os “outros” aos cidadãos, mesmo considerando que nem todos os políticos agregam ao grupo dos corruptores. Após categorizar, o Senador particulariza em defesa própria, mesmo não sendo o acusado em questão:

Existem bandidos, mas nem todos o são. Eu, por exemplo, nunca fui, Senador *E* (grifo meu). Não participo de nada disso, nunca participei dessas coisas. E vários colegas, a maioria desta Casa, são homens sérios, homens honestos. [...] Não acredito

que as acusações contra a Senadora [...], assim como contra V. Ex<sup>a</sup>, não tenham um fundamento político, específico, para que alguém permaneça no poder.

A metáfora “bandido” se repete neste parágrafo do discurso E3. No texto anterior “todo mundo é bandido”, há uma metáfora complexa em que MUNDO É UM GRUPO CATEGORIZADO e BANDIDO É UM GRUPO PARTICULARIZADO. O grupo categorizado é o grupo de parlamentares, enquanto, que, o grupo particularizado é o grupo de parlamentares corruptos. No parágrafo seguinte, em que novamente aparece a metáfora “bandido”, o Senador utiliza a negação (van Dijk, 2003, p. 64) para justificar sua postura de idoneidade diante das acusações de corrupção pela CPI das sanguessugas: “Existem bandidos, mas nem todos são. Eu, por exemplo, nunca fui, Senador *E*. Não participo de nada disso, nunca participei dessas coisas”. Este aparte do Senador João, no discurso E3, também, utiliza a figura do Senador *E* como exemplo de honestidade (VAN DIJK, 2003, p. 106).

O pronunciamento F, de 19 de julho de 2006, também, busca a justificativa no processo da CPI dos Sanguessugas. O Senador que profere este discurso argumenta sobre o fato de ninguém poder ser interrogado, naquele momento, porque o processo estava em segredo de justiça. Segundo ele, a mídia que divulgara os participantes da Máfia dos Sanguessugas estava se precipitando. Neste contexto é construída a metáfora da “vitrine”: “No entanto, quando optamos pela vida pública, na mesma hora, estamos assinando um certificado de que queremos virar vitrine. Todos nós somos uma vitrine, em que é sempre possível receber uma pedra, isso faz parte”.

Esta metáfora composta tem como domínio fonte a “vitrine”, a “transparência”, e como domínio alvo a “honestidade”: os políticos devem ser honestos, transparentes, nos seus atos. Neste sentido, VITRINE É TRANSPARÊNCIA e TRANSPARÊNCIA É HONESTIDADE. A metáfora é ontológica porque apresenta a identificação do conceito do domínio fonte para o domínio alvo. A vitrine remete a algo que não pode ser escondido, a transparência, àquilo que deve estar à vista dos que passam. O político deve ser como uma vitrine, ou seja, honesto em sua vida.

Outra metáfora apresentada no mesmo parágrafo, e que está ligada a da “vitrine”, é: “receber uma pedra”. Esta metáfora complexa apresenta como domínio fonte “pedra” e como domínio alvo “ataque”, sendo então: PEDRA É ATAQUE. A metáfora da vitrine que recebe uma pedra apresenta o significado que a “honestidade é atacada”. A “pedra” poderia simbolizar a base ou a sustentação, assim, como, o verbo “receber” remete a um conceito positivo, como o de receber um presente. No entanto, as metáforas combinadas apontam o domínio alvo como o “receber uma afronta” ou “receber uma injustiça”. Receber uma pedra remete ao

contexto bíblico, no Evangelho de João 8.7, onde Jesus afirma que: “Aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire pedra”. Este versículo faz parte da história da mulher adúltera que deveria ser apedrejada. O ato de “atirar uma pedra” significa nesta história praticar uma injustiça, ou, punição. A combinação desta metáfora com a da “vitrine” esboça um campo conceitual em que uma pessoa honesta, transparente, está sendo atacada.

O pronunciamento G1, de 25 de julho de 2006, possui a mesma característica retórica de justificação em meio às críticas. O Senador inicia o discurso da seguinte forma:

Há dois meses, mais ou menos, tentam envolver-me com essa turma de mafiosos, de bandidos: a turma dos sanguessugas. Em primeiro lugar, quero limpar terreno e dizer que sou superfavorável a essa CPMI. Ela, que tem o objetivo de desvendar a corrupção nessa área, é da maior importância. Então, que se limpe o terreno! Aqui, ninguém é contra isso.

O político coloca-se a parte da situação de corrupção. Utiliza uma metáfora do mesmo campo conceitual da metáfora do “lixo”, a da “limpeza”: “limpar terreno”; “limpe o terreno”. O terreno está sujo é preciso ser limpo. O domínio fonte é a “limpeza”, purificação, enquanto o domínio alvo é “honestidade”. O “terreno” é o domínio fonte, enquanto o domínio alvo é “abrangência”. Neste sentido LIMPEZA É HONESTIDADE e TERRENO É ABRANGÊNCIA. A metáfora do terreno se refere à abrangência do contexto político nacional. Fazer a limpeza do terreno é fazer com que o contexto político nacional seja honesto, ou seja, sem corrupção. A corrupção é conceitualizada pela metáfora da sujeira que precisa ser limpa, enquanto o terreno corresponde ao grupo de políticos contaminados pela sujeira.

Em outro momento o Senador, no mesmo pronunciamento, volta à metáfora da “limpeza”, na seguinte construção: “estão querendo passar minha vida a limpo como um todo”. “Passar a vida a limpo” apresenta os mesmos conceitos de “limpar o terreno”. O domínio fonte é “limpo” e o domínio alvo é “honesto”, logo, LIMPO É HONESTO. O verbo “passar” destaca a complexidade da metáfora. “Passar” é o domínio fonte, enquanto o domínio alvo é “ver”, então, PASSAR É VER; “ver” no contexto é investigar. Dentro do sistema conceitual humano, assim como o corpo deve estar limpo para ser saudável, a vida também deve estar limpa, e, de modo específico a vida política. A metáfora refere-se à vida política que não deve estar contaminada pela corrupção.

Dentro do mesmo campo conceitual, porém, de forma antagônica, o ator/redator do pronunciamento G1, apresenta outra metáfora: “Não vou mais negar minha participação ou não nessa coisa imunda”. Em meio às críticas que o Senador considerou infundadas e absurdas, a respeito de sua participação na Máfia dos Sanguessugas, ele também se coloca em uma relação absurdamente estática ante as acusações. A metáfora “coisa imunda” tem como domínio

fonte a “imundice”, sujeira, ou como mencionado anteriormente o “lixo”. O domínio alvo é a “corrupção”. Logo, SUJEIRA É CORRUPÇÃO.

Em outro momento, o Senador afirma: “Eu já disse: se for para limpar o País, que seja com minha dor, mas que se limpe!” A metáfora da limpeza do terreno é evocada novamente, sendo que o país é o “terreno”. Essa limpeza somente poderá ser feita através da “dor”, outra metáfora conceitual, só que desta feita primária.

O domínio fonte é a “dor” enquanto o domínio alvo se refere ao sofrimento produzido pelas acusações de corrupção, que o Senador vem sofrendo, referente à participação da Máfia dos Sanguessugas, como anteriormente foi mapeada, a metáfora se apresenta na conceituação DOR É SOFRIMENTO. Nos dois momentos em que aparece a metáfora da dor nos pronunciamentos, a preocupação não é o sofrimento do povo por causa da corrupção dos sanguessugas, mas é o sofrimento pela acusação de corrupção. A metáfora da limpeza aliada à metáfora da dor destaca a mensagem em que “sofrer é ser acusado de corrupção” e não a mensagem “sofrer é ser atingido pela corrupção”.

No mesmo discurso, o Senador Marcos faz o seguinte aparte: “É preciso examinar toda a infra-estrutura de baixo para cima para sabermos até onde se espalhou a sujeira dos sanguessugas”. A metáfora da limpeza é evocada no seu aspecto antitético: “a sujeira”. Esta metáfora complexa refere-se à corrupção política que se expandiu entre o grupo de políticos. O Senador propõe uma investigação “de baixo para cima”, utilizando-se de uma metáfora orientacional. Em “baixo” estão os de menor importância no esquema de corrupção, em “cima” os de maior importância no esquema de corrupção. O mapeamento da metáfora da limpeza indica que: LIMPO É HONESTO e SUJO É CORRUPTO.

Ainda no pronunciamento G1, o Senador Paulo faz um aparte:

No entanto, diz que esse projeto é do Governo de V. Ex<sup>a</sup>, que é do PT, para permanecer no poder, para tirar o foco dos verdadeiros ladrões, dos verdadeiros bandidos, e para espalhar a lama em todos os Parlamentares. É lógico que há bandidos e ladrões em qualquer esfera da nossa sociedade, inclusive dentro do Congresso Nacional. Mas será que há 100, 200 Parlamentares envolvidos? Acredito que não. Quantos inocentes poderão estar em condição de igualdade com V. Ex<sup>a</sup>, mas o projeto de fazer mal a nossa democracia e ao nosso País está fazendo com que incluam também alguns aliados para despistar o interesse e o objetivo dessa gente que não tem pudor nem respeito pelo ser humano, muito menos pelo seu semelhante.

A “lama” remete novamente a metáfora da sujeira, cujo mapeamento conceitual aponta que SUJEIRA É CORRUPÇÃO. A “lama” é sujeira que foi espalhada pelos parlamentares. Então, lama é sujeira que é corrupção. O argumento de justificativa indica que a “lama” foi espalhada, mas que os sujos não são 100 ou 200 parlamentares citados pela mídia na Máfia dos Sanguessugas. Outra metáfora apresentada foi “tirar o foco”, onde o domínio fonte é o

“foco” e o domínio alvo é a “atenção”. O mapeamento conceitual indica que FOCO É ATENÇÃO. Neste sentido, o parlamentar destaca que a estratégia usada foi acusar todo o congresso, ou o maior número de parlamentares, para retirar a atenção dos que são corruptos.

Mais adiante no pronunciamento, o Senador afirmou: “Quer dizer, há uma necessidade ímpar de colocar todo mundo na mesma sacola”. A metáfora da “sacola” indica que o domínio-fonte “sacola” está ligado ao domínio-alvo “generalização”, ou seja, SACOLA É GENERALIZAÇÃO. Neste sentido, a estratégia de legitimação da corrupção na crise da Máfia dos Sanguessugas é acusar como generalização a prática da corrupção, apontando um grande número de parlamentares como “sujos”, de modo que não se perceba quem realmente são os honestos.

A metáfora da corrupção como sujeira que precisa ser limpa foi utilizada no percurso da história da corrupção política no país. Como demonstrado na seção anterior acerca da história da corrupção política, os que se utilizaram dessa metáfora também estavam envolvidos em atos corruptores.

No final do pronunciamento, o Senador volta à metáfora do “crime”, ao usar o vocábulo “tiroteio”: “Isso tudo nos coloca em situação de enfrentarmos todo esse tiroteio, para desmascarmos esse propósito de envolver o PT e o nome de V. Ex<sup>a</sup>, que está muito acima de tudo isso que pretendem imputar-lhe”.

No mapeamento conceitual, o domínio-fonte “tiroteio” remete ao domínio-alvo “conflito”, logo, TIROTEIO É CONFLITO; e, como observado anteriormente: TIRO É ATAQUE. O “conflito” é uma metáfora primária que remete ao traço semântico da “luta” ocasionada pela crise política do episódio da Máfia dos Sanguessugas. O “tiroteio” está no campo semântico da metáfora do “crime”, como bem descreve a metáfora de “desmascarar o propósito”. O mapeamento conceitual indica que o domínio-fonte é “desmascarar” enquanto o domínio-alvo é “revelar”. Então, a metáfora indica que DESMASCARAR É REVELAR. Estas metáforas sugerem que, o real propósito de o Senador estar sendo acusado é um estratagema para esconder os verdadeiros políticos corruptos.

No pronunciamento G2, do dia 12 de julho de 2006, o Senador justifica a acusação feita a sua pessoa com a metáfora de “arrastar para a fogueira”: “Primeiro, em 17 de maio deste ano, um mês depois de o escândalo vir à tona, tentaram me arrastar para a fogueira quando relacionaram possíveis emendas minhas no ano de 2001, quando eu nem pensava em ser candidata ao Senado da República”.

A metáfora “tentaram me arrastar para a fogueira” é complexa porque apresenta outras metáforas primárias: ARRASTAR É MOVER ALGO QUE NÃO QUER IR e FOGUEIRA É



PUNIÇÃO. O Senador justifica sua inocência por meio destas metáforas, e culpabiliza outros políticos de o acusarem junto a Máfia dos Sanguessugas, porque possuem interesses eleitorais.

Ainda neste discurso, o Senador repete a metáfora: “quando eu me vejo no meio de uma fogueira”, no contexto em que foi interpelado pela mídia a respeito das acusações. Se o mapeamento conceitual da metáfora é FOGUEIRA É PUNIÇÃO, o Senador considera uma punição responder a mídia acerca das acusações que lhe foram feitas. Esta punição pode ser entendida como “injustiça”. Por isso, mais adiante o Senador se utiliza de outra metáfora para justificar sua idoneidade diante das acusações feitas:

Minha vida é construída às claras. Não me vergarei a denúncias caluniosas, nunca me verguei. Isso é costumeiro. Há quatro anos, às vésperas da minha eleição, em Mato Grosso, as denúncias foram muito piores, muito mais graves do que essas contra a minha pessoa, mas felizmente o povo de Mato Grosso tem consciência, tem consequência e me conhece e conhece a minha história.

A metáfora “Minha vida é construída às claras” é complexa. O mapeamento conceitual indica que VIDA É EDIFÍCIO e TRANSPARÊNCIA É HONESTIDADE. Anteriormente a honestidade foi observada através da metáfora da “vitrine”, agora é descrita como algo “claro”. O domínio fonte é “claro” enquanto o domínio alvo é “honestidade”. O verbo “construir” remete a imagem do edifício, que requer esforço e trabalha para ser terminado. A vida é como um edifício que precisa ser construído.

Na continuação do pronunciamento G2, o Senador F fez a seguinte referência em seu aparte: “Mas, infelizmente, estamos vivendo num País em que basta alguém que nunca vimos na vida dizer alguma coisa contra um político, que pega, em político pega tudo. É algo incrível”.

A metáfora “em político pega tudo” é constituída principalmente pelo verbo “pegar”. O domínio fonte “pegar” remete ao domínio alvo “fixar”. Então, PEGAR É FIXAR e AFIRMAÇÃO É CERTEZA. O político legitima o discurso da corrupção quando desqualifica as acusações feitas a sua pessoa, com o argumento de que foram consideradas certeza, mesmo antes de serem julgadas. Também desqualifica o acusador como “alguém que nunca vimos na vida”, ou seja, “um desconhecido”. O povo enquadra-se nesta configuração de desconhecido, visto que os empresários e políticos envolvidos na Máfia dos Sanguessugas são bem conhecidos através da mídia.

No final do pronunciamento G2, o Senador Tobias em seu aparte retorna à metáfora da guerra:

V. Ex<sup>a</sup> está no meio do tiroteio, como dizemos, no campo político, no meio do campo de batalha, portanto, seguramente, sujeita a esse tipo de situação. [...] No mais,

está sendo vítima de um linchamento precipitado, porque alguém pode ter insinuado o nome de V. Ex<sup>a</sup>, o que poderia ocorrer com qualquer um de nós aqui. V. Ex<sup>a</sup> tem que usar todas as armas, porque se trata da sua honra, estão expondo a sua honra.

O “campo político” é comparado a um “campo de batalha”, onde o Senador que proferiu o pronunciamento G2 está “no meio”. A metáfora para descrever que o político está “no meio da batalha” é “ser vítima de um linchamento precipitado” ou “estar no meio do tiroteio”. Estas metáforas remetem ao conceito ALVO É VÍTIMA. O “tiroteio” e a “batalha” apontam para o domínio-alvo do CONFLITO. A política é TIROTEIO e BATALHA, que por sua vez são o CONFLITO.

Neste “campo de batalha” alguém “está no meio”. Esta metáfora orientacional indica que o domínio fonte é “alvo” e o domínio alvo é “vítima”. O mapeamento conceitual indica que o ALVO É VÍTIMA. O Senador Tobias coloca o senador G como uma vítima do conflito político gerado pela crise da Máfia dos Sanguessugas. Os congressistas no discurso buscam legitimar o poder que está ameaçado pelas acusações de improbidade administrativa, corrupção ativa e passiva, veiculadas na mídia. Então, o conselho dado pelo Senador Tobias é “use todas as suas armas”. O domínio fonte “armas” refere-se ao domínio alvo “defesa”, produzindo a metáfora em que ARMA É DEFESA. A vítima precisa defender-se dos ataques injustos.

A Senadora Marta apresenta outro aparte neste pronunciamento, que colabora para a construção da metáfora da “guerra”: “O que tem a fazer, a não ser comprovadamente continuar atuando na lógica da guerra política partidária, e não na lógica dos que se propõem a participar de uma CPI, que é a de investigação?”. O mapeamento conceitual notoriamente indica que GUERRA É POLÍTICA.

Os pronunciamentos C1 a C5 são discursos em que não ocorre a legitimação da corrupção política, pois, atacam a crise da Máfia dos Sanguessugas com a postura investigativa, sem justificar nenhum parlamentar, mas, ao contrário, apresenta críticas contra os políticos corruptos. As metáforas nestes pronunciamentos mostram a corrupção política como um ato criminoso e injustificável. O Senador que pronunciou estes discursos não usa as metáforas da dor, da guerra, nem da transparência, mas condena a prática corruptora e busca os culpados.

O pronunciamento C4, do dia 01 de junho de 2006, apresenta a metáfora mais significativa para os quinze discursos sobre esta crise: a “sanguessuga”. O Senador afirma que:

Tenho certeza de que estão todas e todos felizes, até porque conseguimos, há pouco, entregar as assinaturas, em 48 horas, apesar de toda a alucinada e revoltante articulação do Governo Lula com a sua Base de bajulação aqui no Congresso Nacional em liquidar a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as sanguessugas. Foi um exercício cansativo. Conseguimos todas as assinaturas necessárias para rerepresentar a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os sanguessugas e, portanto, o povo brasileiro ter a oportunidade de identificar quais as personalidades políticas, Senadores e Deputados, membros do Ministério da Saúde ou do Ministério da Fa-

zenda, que, de alguma forma, são parte dessa articulação maldita e perversa de roubar até ambulâncias. Realmente, é preciso o cabra ser muito safado para roubar até ambulâncias!

A metáfora da “sanguessuga” não legitima o discurso da corrupção, mas descreve o caráter da crise política nacional. No mapeamento conceitual, o domínio fonte é “sanguessuga” e o domínio alvo é “retirar a vida”. O animal sanguessuga, pela onomástica, indica um ser que “suga o sangue”, ou seja, que “retira a vida” ou “causa a morte”. Da mesma forma, o político corrupto retira a vida do povo brasileiro. A metáfora conceitual pode ser compreendida como SANGUESSUGA É RETIRAR A VIDA, enquanto que a corrupção política é causar a morte.

A crise política da “Máfia dos Sanguessugas” também foi apresentada como Operação Ambulância, ou CPI das ambulâncias, tendo em vista que o objeto do ato corruptor foram as ambulâncias. Porém, esta denominação à crise ameniza o grau de complexidade da corrupção. Por isso, o traço semântico entre a “sanguessuga” e os “políticos corruptos” define adequadamente o contexto em que estes pronunciamentos foram observados.

Em sínteses, as metáforas observadas mais relevantes para o discurso político de legitimação da corrupção foram:

1. a metáfora da dor;
2. a metáfora da guerra;
3. a metáfora da limpeza;
4. a metáfora da transparência.

Estas metáforas formam dois topois que legitimam o discurso em favor da corrupção; topois que perfazem estes discursos. A metáfora da dor, “dói na alma”, indica a insatisfação diante da injustiça sofrida pelo parlamentar ao ser acusado de corrupção na Máfia dos Sanguessugas. Neste ponto, o parlamentar se apresenta como vítima, estratégia que perfaz os dez pronunciamentos analisados sobre a Máfia dos sanguessugas. Van Dijk (2003, p. 127) destaca esta estratégia por parte do grupo dominante como “vitimização”.

A metáfora da guerra remete ao sentido de que “LUTA É A AÇÃO DE OBTER A VITÓRIA”, sendo que “vitória” no discurso de legitimação é evitar a injustiça de o político ser considerado corrupto. Esta é uma vitória maior do que a transparência na administração pública. Ainda figuram conceitos como TIROTEIO É CONFLITO / TIRO É ATAQUE, em que o ataque não é contra a corrupção política em si, mas do povo contra os políticos acusados de corrupção. Mostra-se um ataque por motivos pessoais e não por questões éticas e institucionais. Outra metáfora dentro do contexto da guerra: ALVO É VÍTIMA, indica que as vítimas deste ataque são os políticos acusados de corrupção, e não o povo que sofre com as conse-

quências da corrupção política. Estas metáforas são a base para o topoi: “A política é uma guerra, em que os políticos são as vítimas”.

Outra metáfora analisada nos pronunciamentos foi a metáfora da limpeza, onde, a princípio figuram conceitos como SUJEIRA É LIXO que é CORRUPÇÃO, característica dos políticos “sanguessugas”. Ainda nesta metáfora está o conceito de transparência: VITRINE É TRANSPARÊNCIA / TRANSPARÊNCIA É HONESTIDADE, semelhante a CLARO É HONESTIDADE. O político se utilizava destas metáforas para caracterizar sua vida, conceituada por meio da metáfora VIDA É EDIFÍCIO. Neste sentido uma vida honesta é difícil de ser construída, mas fácil de ser destruída, como uma pedra pode esfaquear uma vitrine. Neste momento o discurso político legitimador apresenta a metáfora PEDRA É ATAQUE, onde a “honestidade do político é atacada, e sua vida destruída” por meio de acusações como as promovidas pela CPI das Sanguessugas.

Uma última metáfora acerca da limpeza é a de “limpar o terreno”, onde, LIMPEZA É HONESTIDADE e TERRENO É ABRANGÊNCIA. O sentido da metáfora é por fim a sujeira da corrupção, porém, considerando que os políticos são “arrastados para a fogueira” no momento das denúncias da CPI das Sanguessugas, a autojustificação pessoal se coloca de modo velado no discurso. Tendo o “cidadão brasileiro” como o acusador dos políticos, por meio da metáfora “bandidos”, o discurso se caracteriza pela vitimação do político e a culpabilização do povo. Por conseguinte, estas metáforas reforçam o topoi: “A corrupção política deve ser combatida, mas, sem que o político seja acusado pelo povo”.

Dois topois são estruturados nos pronunciamentos da crise Máfia dos Sanguessugas:

1. “A política é uma guerra, em que os políticos são as vítimas”.
2. “A corrupção política deve ser combatida, mas, sem que o político seja acusado pelo povo”.

Estes topois, fundamentados pelas metáforas conceituais, legitimam o discurso em favor da corrupção, a partir de categorias ideológicas, propostas por van Dijk (2003,2008), como a vitimação, a culpabilização, a mitigação da corrupção política e o aspecto velado em que os atores/redatores políticos discursam sobre esta prática corruptora.

## 5.2 Crise 1: Ficha Limpa.

A segunda crise política da era Lula a ser analisada é intitulada “Ficha Limpa”. Os 62 discursos referentes ao projeto Ficha Limpa contêm estratégias de legitimação do discurso

político a favor da corrupção. Os pronunciamentos sobre o projeto Ficha Limpa destacam duas linhas de abordagem da legitimação do discurso em favor da corrupção: 1. a culpabilização do povo; e 2. a desqualificação do projeto Ficha Limpa. Uma informação de extrema relevância acerca destes discursos é seu contexto, pois, fica patente que nenhum ator/redator político iria diretamente discordar da proposta de um projeto que chegou ao Congresso Nacional por meio da iniciativa popular, através de mais de 1.700.000 assinaturas, veiculadas e organizadas pela OAB e pela CNBB, como ocorreu com o Ficha Limpa. Logo, este contexto imprimiu significado às categorias retóricas dos pronunciamentos e aos topoi, de modo a legitimar o discurso em favor da corrupção política (BILLIG, 2008). Estas duas linhas argumentativas resultam dos topoi presentes nos pronunciamentos do Senado Federal sobre o projeto Ficha Limpa, que por sua vez são estruturados a partir das metáforas conceituais.

O fato de o projeto Ficha Limpa ser encarado como “debate” no discurso de alguns parlamentares reforça o estudo argumentativo e retórico destes pronunciamentos. Como debate, os pronunciamentos enquadram-se na proposta retórica de Billig (2008), onde há justificativa e crítica, categorização e particularização, e o processo de argumentação através das estruturas retóricas (VAN DIJK, 2006).

Os topoi enunciados a seguir são observados a partir da análise das estratégias retóricas dos discursos dos parlamentares sobre o projeto Ficha Limpa. Dentre as várias categorias de análise da retórica, as metáforas conceituais formam a base dos topoi. Estes expressarão as crenças acerca da legitimação do discurso político da corrupção, entendendo que o projeto, de iniciativa popular, busca combater a prática da corrupção política.

**a)** O povo é culpado pelos políticos corruptos no poder.

O pronunciamento H4, de 26 de agosto de 2010, tem como objetivo principal elogiar o Tribunal Superior Eleitoral por decidir aplicar a Lei da Ficha Limpa já nas eleições de 2010, correspondendo ao anseio popular. O Senador H, então, faz a distinção dentre os políticos que possuem uma história política que os qualifica à eleição, e outro grupo de políticos que possuem uma história de corrupção que os desqualifica. Ele assim se posiciona: “Se é esse o princípio e a função não há como prejudicar a coletividade para garantir um direito questionável de alguém que não se enquadra nas condições mais básicas para ser candidato a um cargo público. Essas condições básicas são realmente básicas, basta ter a ficha limpa”. Esse grupo de políticos desqualificados pelo Ficha Limpa são denominados neste trecho do discurso pelo pronome indefinido “alguém”, e não como um político corrupto.

Em outro momento, o Senador chama os políticos corruptos que serão atingidos pela Lei da Ficha Limpa de “candidatos”:

É simples, nós precisamos fazer uma avaliação. Temos que analisar o passado dos candidatos para saber o que vai ser do futuro. Por meio dessa análise, desse estudo é que vamos saber e poderemos prever o que esses candidatos podem fazer com relação ao futuro, com relação a suas promessas, com relação a suas propostas.

Os “candidatos” necessariamente não são “políticos”. O substantivo esvazia a idéia de um político corrupto, visto que o espírito da Lei que foi aprovada não se coloca contra um determinado candidato qualquer, mas, principalmente aquele que já é político de carreira e que possui processos legais tramitando contra si. O Senador não destaca claramente a quem é dirigida a Lei da Ficha Limpa.

O Senador Barnabé fez um aparte no pronunciamento do Senador H, onde argumenta a partir da justificação da crítica feita aos políticos corruptos pela Lei da Ficha Limpa:

Então, eu penso assim: a legislação eleitoral tem evoluído muito. Tivemos a lei que proíbe a captação de sufrágio, que é a compra de votos, que redundou em cassação de alguns Senadores, de alguns governadores. Temos agora essa Lei da Ficha Limpa. Mas, enquanto o eleitor não tiver consciência de que uma pessoa que faz uma campanha milionária, que gasta um dinheiro que ela não tem no bolso ou que tenha vindo de doações legais, lícitas, limpas, ele não vai mudar essa realidade. Não adianta Polícia Federal, Ministério Público, Justiça Eleitoral.

A Lei da Ficha Limpa foi proposta pelo povo por causa da insatisfação contra políticos envolvidos em processos judiciais por envolvimento em esquemas de corrupção, como foi levantado na análise dos pronunciamentos da “Máfia dos Sanguessugas”. Este é o aspecto argumentativo da crítica, por parte do apelo popular; a justificativa, que visa legitimar o discurso sobre a corrupção, contida no discurso político, responsabiliza o eleitor, ou seja, o próprio povo brasileiro.

Há leis que combatem a corrupção, como o Senador destaca em seu discurso. Não somente a Ficha Limpa, como também leis sancionadas pelo Senado, no caso: a lei que proíbe a captação de sufrágio. O Senador Barnabé mostra que a “Casa”, o Senado Federal, também está preocupada com a corrupção. Porém, em sua argumentação há um “mas” adversativo que demonstra que algo vai mal. A essência é que não bastam somente as leis, o “eleitor” tem que saber votar. O mesmo Senador desconsidera mais adiante todos os órgãos de combate a corrupção: “Não adianta Polícia Federal, Ministério Público, Justiça Eleitoral”; se o “eleitor” não souber votar. O Senador não categoriza o Outro como “povo”, mas sim como “eleitor”, porque vela o aspecto da polarização (VAN DIJK, 2003, 2006). Até porque a Lei da Ficha Limpa está ligada diretamente a vontade popular. Como mencionado anteriormente, nenhum

Senador se coloca contra a Lei da Ficha Limpa diretamente, pois, implica ir contra o povo que os elege.

O Senador Barnabé continua sua argumentação de justificação a partir da responsabilização do povo pelo problema da corrupção política:

Na Medicina a gente aprende o seguinte: tem que saber a causa, como você pode corrigir. A prevenção é o voto do eleitor. O eleitor tem que saber que ele é responsável por ter um Deputado Estadual corrupto, um Governador corrupto, um Deputado Federal, um Senador ou um Presidente da República corruptos.

Nesta citação de parte do seu discurso, o Senador usa da metáfora da doença, que Jovchelovitch (2000), em sua pesquisa sobre as representações sociais da esfera pública, alista como uma das representações sobre o povo brasileiro ancoradas no contexto da corrupção política: um povo que possui um “sangue doente”. De modo positivo, o senador afirma que “A prevenção é o voto do eleitor”, e que na medicina “tem que saber a causa, como você pode corrigir”. Na metáfora da medicina, do Senador Barnabé, a “doença é a corrupção”, como fica subentendido. A “causa” da doença tem que ser conhecida para que haja “correção”. O Senador aponta o “eleitor” como o responsável para prevenir a doença, e desta forma a falta de prevenção “causa” a doença. Logo, a causa do problema é o povo, que pode corrigir o problema da corrupção com seu voto, mas não o faz.

No mapeamento conceitual, na metáfora da medicina, o domínio fonte é “doença” e o domínio alvo é “corrupção”, logo, DOENÇA É CORRUPÇÃO. Outro domínio fonte é “prevenção” e o domínio alvo é “voto do povo”, resultando em que PREVENÇÃO É VOTO DO POVO. Por fim, a “causa da doença” é o domínio fonte, cujo domínio alvo é o “povo”, de modo que A CAUSA DA DOENÇA É O POVO. Enquanto o Senador aborda a corrupção como uma doença, ele, também, apresenta a atitude do povo como prevenção desta doença e como causa dela. Assim como a prevenção deve vir antes da doença, sua causa também o deve. Deste modo um conceito arrasta o outro, legitimando o discurso da corrupção. A metáfora de um “sangue doente” percorreu a história da corrupção do Brasil a fim de legitimar o seu discurso no contexto político, e mais uma vez surge, pondo o povo como responsável pelos atos corruptores dos políticos.

No pronunciamento HH2, o Senador também se utiliza da metáfora da “medicina” ao tratar da temática do projeto Ficha Limpa, após ter sido aprovado no Senado Federal. Antes mesmo do uso da metáfora, o Senador desqualifica a participação popular na iniciativa do projeto Ficha Limpa:

Aliás, é bom que se coloquem os fatos históricos para não parecer, sem demérito a nenhuma das iniciativas, que esse projeto só foi votado porque partiu de um movimento da sociedade. É lógico que os movimentos da sociedade são

fundamentais, estão acima das iniciativas de qualquer Parlamentar, mas é preciso fazer justiça aqui.

Segundo o Senador HH, o projeto não foi votado somente “porque partiu de um movimento da sociedade”, mas por outras iniciativas também. Desta forma o discurso político desqualifica a iniciativa popular contra a corrupção política, mesmo que em seguida afirme: “É lógico que os movimentos da sociedade são fundamentais, [...], mas é preciso fazer justiça”. Este “mas” indica uma negação do povo como força motivadora do projeto Ficha Limpa, legitimando o discurso da corrupção ao representar o projeto como não sendo genuinamente popular.

Então, o pronunciamento HH2 prossegue com a metáfora da “medicina” legitimando o discurso sobre a corrupção política:

A mesma coisa dizem os outros jornais. Peço ao Presidente que, depois, autorize a transcrição como parte do meu pronunciamento, pois, com este pronunciamento, quero chamar a sociedade à reflexão, não só os cerca de dois milhões que se mobilizaram para assinar o projeto, mas todo eleitor e eleitora brasileira, para essas próximas eleições. Porque, acima da lei, no meu entender é o remédio, e aqui tenho sempre o meu cacoete de médico, pois melhor do que a prevenção, do que a vacina. [...] Eu acho que a melhor conduta é a prevenção e a vacina nessa questão das eleições que ocorrerão daqui a poucos dias, 3 de outubro.

O propósito do Senador HH é levar a reflexão os eleitores, inclusive os dois milhões que se mobilizaram para assinar o projeto Ficha Limpa, que o “remédio” contra a corrupção é o voto do povo brasileiro. O Senador destaca que a “prevenção” e a “vacina” são o voto do eleitor; o remédio contra a corrupção. Deste modo, no mapeamento conceitual da metáfora, como observado anteriormente, DOENÇA É CORRUPÇÃO e PREVENÇÃO É VOTO DO POVO. O inovador e esclarecedor na metáfora da medicina é o “remédio”, ou seja, a cura e solução para a doença. O domínio fonte é “remédio” e “vacina”, enquanto o domínio alvo é o “voto”. Neste sentido, REMÉDIO É VOTO e VACINA É VOTO. Através desta metáfora o Senador ratifica que a estratégia para o combate contra a corrupção está no voto do povo, e não no projeto Ficha Limpa. Visto que este projeto atinge políticos corruptos ao privá-los de concorrer em eleições, desqualificá-lo é a melhor estratégia discursiva. Isto é feito ao responsabilizar o povo pela corrupção política, ao categorizá-lo como um ator político inapto ao voto. Por meio desta argumentação através das metáforas o Senador legitima o discurso da corrupção.

No pronunciamento HH2, o Senador continua sua argumentação sobre o projeto Ficha Limpa ao resignificar a metáfora da limpeza, anteriormente observada, no seguinte trecho:

O importante, agora, é que realmente se faça o trabalho. Aí vou repetir: a CNBB, a OAB, a Associação dos Magistrados Brasileiros e outras instituições respeitáveis pelo Brasil afora, como a ABI - Associação Brasileira de Imprensa, a Maçonaria, o



Rotary, o Lions, as igrejas de um modo geral, todas deveriam se mobilizar para fazer uma campanha ferrenha, esclarecendo o eleitor da importância de votar de maneira limpa”.

Neste excerto, “limpo” não qualifica o político, mas o voto do povo. Assim como a metáfora “Ficha Limpa” refere-se a condenação dos que são “ficha suja”, o “voto limpo” serve para destacar, ou realçar, o “voto sujo”. O “voto sujo” é aquele que é inconsciente, ou seja, o que promove a corrupção. Além de culpabilizar os eleitores brasileiros pela prática corruptora dos políticos, de modo velado, o Senador ressalta a importância de que o povo precisa ser ensinado a votar. As instituições apresentadas tem essa função de ensinar o eleitor a combater a corrupção. A argumentação nestas linhas reforça a idéia de que o projeto Ficha Limpa não funcionará no combate a corrupção, mas, sim, o voto do povo.

Então, o Senador HH justifica a presença de políticos corruptos através da inaptidão do eleitor ao votar:

Portanto, é importante que a sociedade toda, cada cidadão, cada cidadã seja fiscal desta eleição. Antigamente era muito complexo para um cidadão que via um candidato cometer um delito fazer uma denúncia. Hoje em dia, não. Quem é que não tem um celular hoje em dia no Brasil? E um celular, mesmo o mais simples, tem no mínimo uma câmara fotográfica, portanto, pode-se fotografar um ato ilícito, e a maioria deles também filma e grava. Então, o cidadão deve estar atento e fiscalizar, sim, a ação dos candidatos nessa eleição, porque, se nós fizermos isso, o eleitor terá consciência de que os fichas-sujas que estão na política hoje, seja nas assembleias estaduais, seja na Câmara dos Deputados, seja aqui no Senado, seja na Presidência da República ou nos governos dos Estados, estão lá porque foram eleitos. Lamentavelmente, foram eleitos. Quem elegeu? O eleitor.

Os “fichas sujas” estão na política porque foram eleitos. O Senador pergunta: “Quem os elegeu?” A resposta é automática: “O eleitor”. Logo, se o eleitor, o povo, tem a função e todas as ferramentas para fiscalizar e eleger os políticos corruptos, e o faz de modo errado, a “culpa” repousa sobre eles. Ou seja, o projeto Ficha Limpa não é o mais importante no combate a corrupção, mas o voto do povo. O povo tem o “remédio” contra a corrupção, mas não o usa, por isso é culpado. A metáfora da “medicina” culpabiliza o povo e vitimiza o político; categorias de análise ideológica apresentadas por van Dijk (2003, p. 64,127).

O Senador HH encerra seu pronunciamento reforçando a legitimação do discurso sobre a corrupção com a metáfora da medicina:

Mas o que vale é que nós estamos há cento e poucos dias da eleição. Aí, Senador *André* (grifo meu), nós, que somos médicos, sabemos que é preciso agir agora, nesta eleição, fazendo a prevenção e a vacina. E eu repito: prevenção e vacina equivalem a voto consciente, a promover eleições limpas, porque, com eleições limpas, fichas-sujas não serão eleitos. [...] E é bom que se diga o seguinte: infelizmente, é uma minoria que é ficha-suja ou corrupta e mancha a atividade política. A política não é suja; a política é uma atividade pública.

Novamente ele afirma, e de modo mais claro que “prevenção e vacina equivalem a voto consciente”. O Senador coloca uma nova metáfora: “eleições limpas”. Este pronunciamento é sobre o projeto Ficha Limpa, já aprovado pelo Senado Federal, porém, seu foco ficou em torno do “voto limpo” e das “eleições limpas”. Se segundo a metáfora da limpeza, observada na seção sobre a Máfia dos sanguessuga, SUJEIRA É CORRUPÇÃO, a responsabilidade de “sanear” foi posta sobre o povo; de modo que, se o povo não cumpre seu papel torna-se também responsável pela permanência de políticos corruptos no Governo. De modo enfático o Senador HH diz: “com eleições limpas fichas sujas não serão eleitos”, e com estas metáforas o discurso sobre a corrupção política é legitimado.

No pronunciamento HH1, o mesmo Senador continua a culpabilizar o povo pelo problema da corrupção política.

Estamos discutindo muito, ultimamente, inclusive, ontem, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que o projeto aprovado pela Câmara e pelo Senado, o chamado Projeto Ficha Limpa, vai valer para estas eleições, o Ficha Limpa. Mas quero dizer que, muito mais do que leis, muito mais do que a ação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, da Justiça Eleitoral, para que a gente possa realmente passar a limpo a política brasileira, muito mais do que tudo isso está a decisão do eleitor, está o voto do eleitor, que é secreto, hoje praticado em uma urna eletrônica, que nem sequer tem como identificar como a pessoa votou.

Após a aprovação do projeto Ficha Limpa pelo TSE, no contexto da discussão desse projeto, o Senador HH usa a metáfora “passar a limpo a política brasileira”, remetendo novamente ao campo conceitual da metáfora da limpeza. O voto do eleitor é o que tem maior poder de “sanear” a política brasileira, mais do que o projeto Ficha Limpa. Se SUJEIRA É CORRUPÇÃO, limpeza implica em combate a corrupção. Mais uma vez o Senador desqualifica o projeto Ficha Limpa, ao por a maior responsabilidade do combate a corrupção no povo brasileiro, através de sua condição de eleitor.

O Senador HH reafirma a metáfora de “passar a limpo a política brasileira” nesta seção do seu pronunciamento:

Gosto sempre de citar, Senadora *Maria* (grifo meu), que essa questão, por exemplo, de vermos Governadores praticando corrupção, de, no Poder o Executivo Federal do Governo Lula, acontecerem tantos escândalos, não é coisa de agora não, é algo que começou, dizem os historiadores, com Pero Vaz de Caminha quando fez a carta ao rei de Portugal comunicando como era a terra chamada, naquela época, Santa Cruz, que é o nosso atual Brasil. Descrevendo ao rei como era a terra, ao final, usou aquele famoso tráfico de influência para pedir um favor para um parente. Portanto, se arrasta há muito tempo a corrupção, o erro, o pecado, que começou com o homem desde o início do mundo. Lembro-me de sempre mencionar aqui uma frase do discurso de Rui Barbosa, cujo busto encima a mesa dos trabalhos. Foi em 1914. Disse, como parte de seu pronunciamento: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. Sr<sup>a</sup>

Presidente, isso em 1914. Por que essa coisa ainda não acabou? Não acabou justamente porque o eleitor, ao votar, não leva em conta que ele é o grande modificador dessa realidade. Não são os órgãos, a Polícia Federal, o Ministério Público, a Justiça Eleitoral, que vão resolver essa questão. A questão de coibir tem que haver também, porque os malfeitores, apesar de saberem que estão fazendo uma coisa errada, fazem e se aproveitam, Senadora *Maria* (grifo meu), dos mais diversos tipos de eleitor. Dizem: “Ah, o eleitor pobre é vulnerável a que se compre o voto dele”. Mas eu conheço muito eleitor rico que nem se dá ao trabalho de esperar que venham tentar comprá-lo, ele vai se oferecer para que os outros comprem e vai oferecer uma mercadoria que às vezes ele nem tem. Vai dizer que tem não sei quantos mil votos, que é líder disso, líder daquilo, ou vai oferecer uma contribuição de campanha para depois da eleição ele se ressarcir dessa coisa”.

O Senador toma a história como justificativa para a prática comum da corrupção política, que se arrasta a muito no cenário político nacional, desde o período da monarquia, como em seções anteriores foi observado. O político evoca o discurso de Rui Barbosa para demonstrar a natureza comum da corrupção no Brasil. Então, utiliza-se de uma questão argumentativa para levar o ouvinte a pensar no “remédio” para a corrupção: “Por que essa coisa ainda não acabou?” A resposta para o problema histórico da corrupção política está no voto popular, e não no projeto Ficha Limpa. Esta é a argumentação do Senador que busca legitimar o discurso sobre a corrupção, mesmo em um contexto em que um projeto contra a corrupção foi aprovado e se tornou lei para as eleições de 2010. Na perspectiva da retórica argumentativa de Billig (2010), o Senador justifica a prática da corrupção, por meio da história, e critica aqueles que podem solucionar o problema: o povo por meio do voto. De modo velado, o projeto Ficha Limpa é posto em segundo plano, relegado a ineficiência.

O pronunciamento K5 utiliza a metáfora da medicina, porém, de modo que não legitima o discurso da corrupção. Esta comparação exemplifica como uma metáfora pode legitimar ou não o discurso em favor da corrupção.

Um milhão e seiscentos mil assinaram aquele papel, mas tenho certeza de que mais de 70% ou 80% dos brasileiros são favoráveis a isso, porque todos são pessoas honestas, a maioria dos brasileiros é honesta. E essa permissividade de assumir cargos pessoas processadas dá a impressão de que esta é uma Casa para esconder contraventor, porque tem imunidade parlamentar. Então, há pessoas que ficam só mesmo se protegendo dentro da Casa. É muito injusto que um trabalhador aprovado num concurso público não possa assumir se estiver sendo processado, se tiver alguma coisa, e que nós aqui possamos assumir enquanto não haja trânsito em julgado. Então, sou favorável também que sejam condenados numa decisão colegiada, de várias pessoas realmente, pois pode um juiz não gostar da gente e criar um problema. Mas, quando for um conjunto de juizes, acho que a pessoa deverá ser impedida de se candidatar. É melhor cortarmos o mal sempre pela raiz. Na medicina, a prevenção é o melhor tratamento; aqui também será o melhor tratamento. E é um clamor popular, como V. Ex<sup>a</sup> falou. Todo mundo quer que se faça isso. E a maioria das pessoas, a maioria dos eleitores são pessoas honestas, graças a Deus. Nós precisamos acabar com essa história de as pessoas dizerem, principalmente lá na nossa região, falo pelo meu Estado de Roraima, que fulano é bonzinho, rouba mas faz. Já meteram isso na cabeça das pessoas. Não existe ladrão bom, não existe bandido bom. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso”.

O Senador neste discurso vai contra a imunidade parlamentar em casos de corrupção e aprova o projeto Ficha Limpa como essencial para o Senado Federal. Ao usar a metáfora da medicina, o político apresenta o “tratamento”, a “prevenção”, como o projeto Ficha Limpa. Neste sentido, segundo o mapeamento conceitual, o domínio fonte é “prevenção” ou “tratamento”, enquanto o domínio alvo é o “Ficha Limpa”. A “prevenção” e o “tratamento” remetem ao conceito de “remédio”, como visto anteriormente na metáfora da medicina. Logo, REMÉDIO É FICHA LIMPA. Sendo o Ficha Limpa uma lei contra a corrupção política, REMÉDIO É LEGISLAÇÃO CONTRA A CORRUPÇÃO. Este mapeamento conceitual é diferente de REMÉDIO É VOTO, metáfora que colocava a responsabilidade pela corrupção política somente nas mãos do eleitor, retirando a participação do político de combater a corrupção em seu próprio meio. No momento em que a metáfora da medicina é utilizada para legitimar a Lei da Ficha Limpa, forma-se uma antítese que serve de padrão para demonstrar a legitimação do discurso político a partir desta metáfora, no contexto do Ficha Limpa.

Ainda no pronunciamento K5, o Senador antes de utilizar a metáfora da medicina para legitimar a Lei Ficha Limpa, faz menção de uma metáfora bucólica conhecida: “É melhor cortarmos o mal sempre pela raiz”. Este “mal” refere-se a corrupção política, que também é representada pela imagem de uma “árvore”. Neste sentido o “cortar pela raiz” significa eliminar o mal definitivamente. Esta metáfora ligada ao Ficha Limpa mostra que o projeto é relevante e funcional no combate a corrupção política, da mesma forma que foi exemplificado pela metáfora da medicina neste pronunciamento.

**b)** O povo não sabe votar.

O Senador Barnabé faz um aparte no pronunciamento H4, do dia 26 de agosto de 2010, iniciando este novo *topoi*:

Eu acho que é importante que todas as organizações permanentemente, em ano de eleição ou não, façam este trabalho de persuasão do eleitorado, porque senão nós vamos aqui produzir legislações que coíbem apenas em parte os abusos. E nós avançamos muito. Proibimos os showmícios; proibimos doações de camisetas; proibimos doações de canetas; enfim, aqueles brindes fabulosos. Isso já se conseguiu igualar mais ou menos à competição na campanha. Mas ainda falta muito por fazer, depende do eleitor.

Neste trecho o Senador mostra que o eleitor precisa ser “persuadido” a votar corretamente, porque somente as leis não resolverão a candidatura de políticos corruptos. Mais uma vez, o político justifica sua postura contra a corrupção quando, no mesmo trecho, apresenta o progresso das leis criadas contra a corrupção nas eleições, em contraste com a inabilidade do

povo para votar. O projeto Ficha Limpa que figura como uma proposta de lei contra a corrupção é enfraquecido, diante da inabilidade do povo quanto ao ato de votar. Ele fecha sua argumentação pondo a responsabilidade do combate contra a corrupção no eleitor quando afirma: “Mas ainda falta muito por fazer, depende do eleitor”. O Senador H retoma a palavra e ratifica a argumentação de seu colega: “É exatamente isto: as leis são importantes, mas nós precisamos da conscientização do nosso eleitor”.

Pensando ainda na metáfora da medicina, anteriormente citada, o político põe o povo na condição de um doente que precisa de cura, isto é, no papel de alguém inapto que precisa ser persuadido a votar corretamente. Surge, porém, a seguinte questão: “Se o projeto Ficha Limpa partiu do povo, como pode o povo ser inapto a votar?” Se o projeto Ficha Limpa partisse do Senado Federal observar-se-ia um caso de discurso político-ideológico positivo, que combateria o discurso a favor da corrupção, e não o legitimaria. No entanto, um povo que se mobiliza ideologicamente através de um projeto de Lei desta envergadura demonstra aptidão.

No pronunciamento HH2, o Senador põe sobre o eleitor a responsabilidade do combate contra a corrupção:

Eu quero aqui relembrar um assunto que já abordei tratando desse assunto. É uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, que entrevistou eleitores em todo o Brasil. Quais foram os dados? Os dados foram estarecedores: 79% do eleitorado do Brasil entrevistado disseram que não é possível fazer política sem um certo grau de corrupção. Ora, se o eleitor tem isso na cabeça, se ele acha que é preciso ter um grau de corrupção pra fazer uma campanha eleitoral, então, não vai alterar, não vai mudar essa realidade. Nós temos que convencer o eleitor de que não pode haver corrupção. Quem estiver fazendo corrupção, portanto, será um político que depois vai roubar e se ressarcir da corrupção que fez. E, aliás, quando faz corrupção, geralmente é com dinheiro já roubado, já desviado.

Com base em uma estatística veiculada pelo Datafolha, o Senador argumenta que a Lei Ficha Limpa não vai mudar o quadro de corrupção se o eleitor não entender que é possível haver uma campanha eleitoral sem corrupção: “Nós temos que convencer o eleitor de que não pode haver corrupção”. O fato de o eleitor crer que em toda eleição há corrupção não promove a mudança. Visto que este pronunciamento está no contexto do Ficha Limpa, se o eleitor não estiver persuadido que, necessariamente, não precisa haver corrupção em eleições, a Lei Ficha Limpa não terá aplicabilidade. O problema está na inabilidade do povo ao votar, e não na falta de leis contra a corrupção.

No pronunciamento Z1, o Senador Barnabé apresenta um aparte que, mais uma vez, põe sobre o eleitor a irrestrita responsabilidade de erradicar a corrupção do meio político por meio do seu voto:

Então, é por isso que é importante que o povo saiba que o voto que ele dá sozinho, na frente da urna, individualmente, é muito importante para mudar essa realidade de alguns setores da política do Brasil. Infelizmente, é a minoria, mas uma minoria que

contamina todos, porque dificilmente alguém diz: “Ah, é o Senador A, B ou C que é corrupto”, mas dizem: “Os Senadores são corruptos; o Senado é corrupto!”, como dizem da Câmara, como dizem das assembleias. Agora, os governadores que têm o poder na mão, a caneta na mão, como se diz, fazem como esse meu Governador de Roraima atual, meu, não; infelizmente, o Governador de plantão”, que disse: “Quem tem poder e dinheiro não perde eleição”. Isso só o povo pode mudar. Não vai ser legislação, não vai ser Polícia Federal, não vai ser Ministério Público Federal, não vai ser Justiça Eleitoral que conseguirá mudar essa coisa que ele próprio já acha que é a mentalidade do povo. Então, eu confio no povo de Roraima, como eu confio no povo brasileiro como um todo, que nós poderemos dar uma grande mudança nesta eleição, daqui a 103 dias.

O Senador Barnabé destaca que o voto do povo é importante, porque somente isto pode mudar a realidade da corrupção. Ressalta, também, que a legislação não poderá modificar o quadro de corrupção nas eleições: “Isso só o povo pode mudar. Não vai ser legislação, não vai ser Polícia Federal, não vai ser Ministério Público Federal, não vai ser Justiça Eleitoral que conseguirá mudar essa coisa”. Toda a responsabilidade foi posta sobre o povo, que segundo o Senador precisa crer mais nos políticos. Desta forma, o parlamentar transfere a responsabilidade da causa da corrupção para o eleitor, o povo, mitigando o papel do político na solução da corrupção política. Ao direcionar o foco para o eleitor, o tema do pronunciamento, a Lei Ficha Limpa, perde sua importância. Neste aspecto, o discurso legitima o discurso em favor da corrupção.

O Senador Z, ainda no pronunciamento Z1, em um trecho anterior ao pronunciamento do Senador Barnabé, apresenta um discurso ideológico positivo que deslegitima a corrupção política ao ressaltar a importância da Lei Ficha Limpa vigorar no ano de 2010, em razão das eleições deste período:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, o movimento popular pela moralização da política, de que resultou a proposição conhecida como Ficha Limpa, acaba de nos dar uma lição, a nós Parlamentares, principalmente, e de apontar uma nova direção na participação ativa dos eleitores na política. Mais que somente comparecer, a cada pleito, às sessões eleitorais, o brasileiro começa a manifestar ativamente sua preocupação com a lisura de comportamento de seus representantes. A importância dessa mobilização, enfim vitoriosa com a aprovação da lei no Congresso Nacional e com a decisão do TSE de fazê-la vigorar já para o pleito deste ano, não deve ser diminuída pela atitude cínica dos que pensam que, no fundo, nada mudará. Foi vencida a interpretação, aliás reacionária, segundo a qual se está a perpetrar uma violação do princípio jurídico da não retroação da lei contra o réu. Não somente se trata de legislação eleitoral, e não penal: a possibilidade da busca de abrigo na imunidade parlamentar, muitas vezes disfarce da impunidade parlamentar, e do foro especial constitui, na verdade, um abuso do direito de plena defesa, uma forma espúria de protelar condenações e achincalhar a moral política. É até lugar-comum, Sr. Presidente, a noção de que o brasileiro “não sabe votar”, na expressão infeliz de famoso atleta, e de que somente participa na urna, esquecendo-se, em seguida, até dos nomes que acabou de sufragar. De fato, por inúmeras razões, ligadas à nossa legislação eleitoral, à nossa ainda incipiente experiência democrática e ao nível de informação de parte de nossa população, a atividade política parece distanciada do cidadão-eleitor. Políticos se afiguram, para muitos brasileiros, como existindo apenas durante as campanhas eleitorais, quando fazem promessas e concedem pequenas benesses em troca dos votos. No interregno entre eleições, ao

longo das legislaturas, quando são notícia, é de caráter negativo: corrupção, defesa de interesses pessoais ou corporativos, nepotismo, enfim, só notícias negativas. [...] Por isso, é saudável que iniciativas como a do Ficha Limpa partam dos eleitores, dos cidadãos cujos impostos sustentam o Estado e cujos interesses maiores somos trazidos até aqui para defender. Entretanto, Sr. Presidente, a população não deve, agora, dormir sobre os louros dessa conquista. Ao contrário, é necessário que se mantenha mobilizada para fiscalizar tanto nossa atuação no Congresso quanto a lisura do processo eleitoral. Cobrar dos partidos o cumprimento da lei e dos tribunais eleitorais a punição de seus eventuais violadores. [...] Democracia significa a prevalência da vontade da maioria do povo. Por isso, o eleitor é, em princípio, o elo mais forte do Estado de Direito. Mas, para exercer a soberania, o povo precisa se manifestar continuamente, cobrando de governantes e parlamentares uma atuação condizente com o seu papel de gestores da coisa pública e de representantes da população; dos tribunais, o processo expedido deve ser sempre a favor do povo. Não pode permanecer alheio ao que acontece nos gabinetes, plenários e salas de juízo.

O Senador reconhece a lição dada pelo povo brasileiro ao se mobilizar em favor do projeto Ficha Limpa que virou lei. Neste trecho a responsabilidade pelo problema da corrupção política na sociedade brasileira não foi posto sobre o voto popular, mas, sim, houve um reconhecimento de que os parlamentares precisaram aprender.

A atitude de muitos parlamentares na Câmara de Deputados, no Senado Federal e no STF, foi de vetar o projeto. Porém, quando ele passou por todas as etapas, a ação foi de invalidá-lo nas eleições de 2010. Várias foram as razões para este impedimento ao projeto de lei contra a corrupção, que mais posteriormente serão observados. O Senador Z, porém, desvela as intenções políticas que circundam o Ficha Limpa: “A importância dessa mobilização, enfim vitoriosa com a aprovação da lei no Congresso Nacional e com a decisão do TSE de fazê-la vigorar já para o pleito deste ano, não deve ser diminuída pela atitude cínica dos que pensam que, no fundo, nada mudará”. Uma atitude cínica que revela o desejo pela perpetuação da corrupção política, expresso na rejeição deste projeto.

Este topoi que está sendo observado o foi também pelo próprio Senador deste pronunciamento: “É até lugar-comum, Sr. Presidente, a noção de que o brasileiro ‘não sabe votar’”. Ao se pronunciar assim, o parlamentar não somente ratifica a existência do topoi, como, também, não transfere a responsabilidade pela corrupção dos políticos para o povo, através da inabilidade do voto. No contexto amplo destes pronunciamentos, a Lei Ficha Limpa recebe validade e importância no combate a corrupção política. Desta forma, este pronunciamento possui um caráter deslegitimador do discurso político em favor da corrupção.

c) O povo é ingênuo e nada sabe sobre corrupção e política.

O pronunciamento I2, do dia 13 de maio de 2010, contempla a Lei Ficha Limpa ainda na sua fase de projeto. Observa-se uma tentativa de legitimar o discurso sobre a corrupção

política a partir da desqualificação do projeto, como ineficaz de resolver as questões sobre eleição de possíveis políticos corruptos. Como o projeto de Lei foi elaborado pela iniciativa popular, é possível que este se frustrasse com a ineficácia do projeto; ineficácia esta fruto da insolubilidade da corrupção. O Senador apresenta três argumentos velados para que o projeto não se torne lei aplicável às eleições de 2010.

O primeiro destes argumentos velados considera o projeto Ficha Limpa como um elemento de frustração para o povo, e não de solução, levando ao entendimento de ponderação sobre ele. Este projeto não vai resolver todos os problemas sobre a corrupção política. Deve-se ter cuidado para não frustrar a população, gerando falsas expectativas. Esta é a primeira argumentação velada do Senador para não por o projeto Ficha Limpa em situação de urgência para votação, a fim de vigorar nas eleições de 2010.

No momento deste pronunciamento o projeto Ficha Limpa havia sido aprovado na Câmara de Deputados e estava para ser aprovado no Senado Federal para tornar-se Lei Ficha Limpa. O Senador I inicia seu pronunciamento com o seguinte trecho:

É exatamente sobre o respeito que nós devemos devotar à sociedade brasileira que pretendo falar hoje. Temos de ter esse cuidado de não gerar falsa expectativa, passar a ideia de que, com um projeto dessa natureza, nós estamos eliminando a corrupção da face da Terra. Eu temo que essa expectativa exagerada possa redundar em enorme frustração este é o primeiro ponto da abordagem que faço hoje.

O cuidado do Senador de não gerar falsa expectativa é fruto do “respeito” para com a sociedade. A falsa expectativa se constitui na metáfora de que o projeto Ficha Limpa tem o potencial de “eliminar a corrupção da face da Terra”. Dessa perspectiva, parece que o Senado estava lançando o projeto e não o povo, como o mesmo senador aponta linhas acima no seu discurso: “O projeto é de origem popular, é o primeiro projeto dessa natureza que chega nesta legislatura para apreciação do Congresso Nacional, gerando uma enorme expectativa”. No mapeamento conceitual é possível afirmar que o domínio fonte “face da Terra” tem como domínio alvo “totalidade”. Neste sentido FACE DA TERRA É TOTALIDADE. Outra metáfora está contida em “eliminar a corrupção”, onde, o domínio fonte é “eliminar” e o domínio alvo é “extinguir”, resultando no mapeamento conceitual ELIMINAR É EXTINGUIR. O parlamentar, por meio desta metáfora, ao se aprovar o projeto Ficha Limpa, demonstra não querer a responsabilidade de erradicar a corrupção do ambiente político de modo completo. O projeto é bom, mas, o discurso do Senador reflete o entendimento de que o povo é inapto às questões políticas, e por isso vai se frustrar. É neste sentido que o político legitima o discurso em favor da corrupção, ao diminuir a eficácia de uma lei contra esta prática, na justificativa da inabilidade popular.



O segundo argumento, que corrobora com o primeiro, critica a eficácia do projeto nos candidatos à eleição, a fim de justificar de modo velado o discurso em favor da corrupção política, por meio da influência da mídia jornalística:

Na edição de hoje, a *Folha de S.Paulo* apresenta um levantamento feito entre 110 políticos do Estado de São Paulo que disputarão eleição neste ano. De 110, apenas um seria alcançado pela lei denominada de Ficha Limpa. Portanto, nós não podemos gerar essa expectativa falsa e exagerada, sob pena de promovermos uma decepção enorme ao final, em razão das consequências da aprovação desse projeto.

O exemplo dado mostra que o projeto é uma frustração porque poucos são os políticos inelegíveis pelo Ficha Limpa em São Paulo, segundo a matéria da Folha de São Paulo. Este segundo argumento chama a atenção para a ineficácia do projeto. Logo, se não é eficiente porque aprová-lo. Porém, o universo proposto pelo Senador foi limitado somente ao Estado de São Paulo. O argumento ao criticar a eficácia do projeto, reforça a permanência da corrupção como algo que não pode ser resolvido “na Terra”; legitimando assim o discurso em favor da corrupção política. Quando o Senador afirma: “nós não podemos gerar essa expectativa falsa e exagerada”, ele está utilizando a metáfora no verbo “gerar”. O domínio fonte “gerar” está para o domínio alvo “produzir”, resultando no mapeamento conceitual GERAR É PRODUZIR. Desta forma, o Senador alega que aprovando o Ficha Limpa como lei vai produzir no povo uma expectativa falsa e exagerada, logo, melhor é não aprová-lo, porque o povo é inapto e engênuo em questões políticas. A legitimação do discurso em favor da corrupção se dá sob o argumento que o projeto vai causar mais frustração em lugar de produzir benefícios ao povo, no caso do combate a corrupção, devido a inabilidade deste em questões políticas.

O terceiro argumento velado do Senador, para não aprovar o projeto Ficha Limpa para as eleições de 2010, é a urgência de outras votações no Senado. Ele introduz o argumento desta forma: “mas, antes, devo relatar também as dificuldades que existem para a sua aprovação célere no Senado Federal”. Então, o Senador I alista várias Medidas Provisórias que precisam ser votadas com mais urgência que o Ficha Limpa:

É por essa razão que há um pleito para que se vote, em primeiro lugar, a medida provisória que diz respeito à aposentadoria e ao Fator Previdenciário temos a expectativa, inclusive, de votar, na próxima terça-feira, esta Medida Provisória de nº 475, para atender às expectativas dos aposentados brasileiros. [...] Além dessas Medidas Provisórias que, prioritariamente, estão na pauta à frente das demais proposições, temos os quatro projetos do pré-sal em regime de urgência constitucional e, portanto, com preferência.

O Senador também apresenta as dificuldades regimentais para a aprovação do projeto Ficha Limpa:

Com o apoio de dois terços das lideranças do Senado Federal, podemos também adotar o regime de urgência regimental para o Projeto Ficha Limpa. Ocorre, no entanto, que os projetos que estão em regime de urgência constitucional têm preferência ao projeto em regime de urgência regimental. A Constituição está acima do Regimento, se sobrepõe ao Regimento. Essas são as dificuldades regimentais.

Não aprovar o Ficha Limpa, segundo o Senador, para as eleições de 2010, causará frustração no povo. Sua conclusão é lógica: é melhor não aprová-lo agora. No entanto, o Senador não iria se posicionar contra o projeto, pois quem o fizesse se colocaria a favor da corrupção política, ao permitir políticos com “ficha suja” se candidatando novamente. Então, por ser do partido de oposição, o Senador põe a responsabilidade da aprovação do projeto na situação:

Estamos, portanto, nas mãos do Governo. Se o Presidente Lula desejar, votaremos o Projeto Ficha Limpa como prioridade; se não desejar, não o votaremos. Não haverá tempo. Há a necessidade de o Governo retirar o regime de urgência constitucional dos Projetos do Pré-Sal, mesmo que seja provisoriamente, para restabelecê-los logo após a deliberação do Projeto Ficha Limpa. Se o Governo deseja que a sociedade seja atendida e que vigore já nas eleições de 2010, o Governo deve proceder desta forma. Certamente, o povo brasileiro não vai entender a ausência de um acordo político para que se vote esse projeto como prioridade. Será decepção.

Mais uma vez o Senador volta à temática da frustração do povo, sob o vocábulo “decepção”. Seu argumento é que somente o Governo pode dar prioridade ao projeto Ficha Limpa, e se não o fizer, não haverá tempo para sua aprovação. A metáfora na expressão “nas mãos do governo”, possui o vocábulo “mãos” como domínio fonte e como domínio alvo “poder”. Sendo assim MÃOS É PODER. Além de defender a inabilidade do povo brasileiro em questões políticas, e, por isso, para não frustrá-lo é melhor não aprovar o projeto Ficha Limpa para as eleições de 2010, o Senador põe o poder decisório da aprovação do projeto sobre o poder Executivo, configurando uma disputa ideológico partidária, entre partidos de centro-direita e de esquerda.

De toda forma, segundo o Senador, o povo será frustrado, pois “o povo brasileiro não vai entender”. A conclusão a que seus argumentos levam é: “Precisamos proteger o povo de uma frustração, pois ele é muito frágil”. A partir daí o político representa o povo brasileiro de acordo com sua história de imersão na corrupção política, como uma massa ingênua que nada sabe sobre questões políticas.

Ainda no pronunciamento I2, o Senador continua o ataque ao Governo pondo o poder decisório da aprovação do projeto Ficha Limpa sobre o poder executivo, principalmente na pessoa do Presidente da República:

O Líder *Natanael* (grifo meu) disse que o projeto não é do interesse do Governo foi o que afirmou. Mas o que é do interesse da sociedade não é do interesse do Governo? Esse projeto é da sociedade: mais de dois milhões de brasileiros o subscreveram e, certamente, a população brasileira, de forma absoluta, deseja a sua

aprovação, porque é óbvio que o cidadão que trabalha duro e paga impostos não gosta da corrupção. Gosta da corrupção aquele que se aproveita dela, que é cúmplice e beneficiário dela. O povo trabalhador não gosta da corrupção. Fico com receio também, porque o Presidente Lula, ainda ontem, em entrevista concedida ao jornalista Carlos Nascimento, do SBT, criticou o projeto e demonstrou inclusive desconhecimento. Porque afirmou, incorretamente, que o projeto torna inelegíveis pessoas, políticos ou candidatos que sequer foram julgados. Não é isso o que institui o projeto, não é isso o que estabelece a proposição de origem popular. Estabelece, sim, que o político condenado em primeira instância se torna inelegível.

No pronunciamento K1, o Senador usa uma metáfora antropomórfica, como ocorreu com a metáfora “mãos do Governo”, com a finalidade de categorizar o povo brasileiro como inapto às decisões políticas importantes:

Dizem os autores que a lei de origem popular muda a face política País. Muda mesmo. E não muda apenas pelo fato de estabelecer condições de elegibilidade que estabelecem uma barreira para quem tenha a ficha suja. Muda pelo fato de a sociedade ter dado forte demonstração de que está decidida a agir. Mais de 1 milhão e 700 mil eleitores assinaram inicialmente essa iniciativa, que teve à frente, entre tantas entidades, a OAB e a CNBB. E o número de assinantes foi subindo, até passar dos 7 milhões. [...] Na Câmara dos Deputados, a proposição, como se sabe, encontrou certa resistência, que no entanto foi-se desvanecendo à medida que crescia a pressão por parte da OAB, da CNBB, de várias outras entidades e da imprensa. Quando aqui chegou, já estávamos sintonizados com a vontade do eleitorado. Suprimimos prazos e a aprovamos com facilidade e rapidez até surpreendentes. [...] Não podemos, porém, nós, políticos, ficar de braços cruzados, sob pena de novamente o Congresso vir a ser atropelado pela iniciativa popular.

O Senador K concorda em seu pronunciamento, no excerto em questão, que o projeto Ficha Limpa muda a face política do Brasil. Ele assume que os Senadores, quando da chegada do projeto ao Senado Federal para apreciação, estavam “sintonizados com a vontade do eleitorado”. Novamente uma metáfora surge no discurso político: “sintonizar”. O domínio fonte é “sintonia”, enquanto o domínio alvo é “entendimento”. O vocábulo sintonizar é utilizado no campo semântico da tecnologia. Algo está sintonizado quando estabelece comunicação, que por sua vez gera entedimento. Logo, SINTONIA É ENTENDIMENTO. Com esta metáfora, o Senador advoga pensar como o povo pensa: a expurgação da corrupção política através da Lei Ficha Limpa, que impede políticos com condenação judicial de participar de eleições, por oito anos.

Embora o Senador K assuma que o Senado Federal compartilha os ideais anti-corrupção com o povo, ele utiliza outras metáforas que reforçam o topos de que o povo é ingênuo e inapto sobre questões políticas: “Não podemos, porém, nós, políticos, ficar de braços cruzados, sob pena de novamente o Congresso vir a ser atropelado pela iniciativa popular”.

A metáfora “o Congresso ser atropelado pela iniciativa popular” revela a percepção de que os políticos constituem um grupo social que se coloca em relação de superioridade ao povo. O verbo “atropelar”, neste contexto, revela uma metáfora conceitual que possui como

domínio fonte “atropelar” e domínio alvo “ser superior”. No mapeamento conceitual a metáfora pode ser entendida como ATROPELAR É SER SUPERIOR. O povo foi superior ao grupo de políticos do Senado Federal porque chegou primeiro com a iniciativa do Ficha Limpa. O argumento de crítica, segundo a teoria retórica de Billig (2010), está em representar o povo como inaptos as questões políticos. A relação estabelecida pelo Senador é “Se eles que são inaptos chegaram ao Ficha Limpa e nós não, significa que estamos nos tornando equiparáveis”.

Mediante esta constatação, o Senador convoca seu grupo a não ficar de braços cruzados: “Não podemos, porém, nós, políticos, ficar de braços cruzados”. A metáfora dos “braços cruzados” é de ordem primária pois está diretamente ligada a constituição do corpo humano. O domínio fonte “braços cruzados” remete a o domínio alvo “inércia”. Logo, BRAÇOS CRUZADOS É INÉRCIA. Os Senadores necessitavam tomar alguma atitude para sair da inércia, caso contrário o povo os superaria nas questões políticas.

Para finalizar a argumentação sobre as metáforas que suportam este topoi, analisar-se-a a metáfora “pena” utilizada pelo Senador. Visto que o vocábulo “pena” no seu sentido denotativo refere-se a condenação judicial a partir de um crime, o político usou o vocábulo referindo-se a possibilidade de novamente o grupo político do Senado Federal ser superado por uma iniciativa política do povo. Ou seja, a população se movimentar politicamente em prol dos seus direitos de não ser afetada pela corrupção política é uma “penalidade”. Desta forma, no mapeamento conceitual, o domínio fonte “pena” se refere ao domínio alvo “ser superado pelo popular”. Logo, PENALIDADE É SER SUPERADO PELO POVO.

As metáforas que reforçam a inabilidade do povo diante das questões políticas, como as que reforçam a frustração do povo, reduzem a importância do projeto Ficha Limpa como uma lei de combate a corrupção política. As figuras utilizadas para ressaltar a superioridade do político enfatizam a inferioridade do povo nas questões políticas da nação. O topoi “o povo é ingênuo e nada sabe sobre corrupção e política” legitima do discurso em favor da corrupção política.

**d)** O projeto Ficha Limpa não vai resolver a corrupção no país.

Outro topoi que constrói a legitimação do discurso em favor da corrupção política é: “O projeto Ficha Limpa não vai resolver a corrupção no país”. Esta é uma tentativa, por meio do discurso, de desacreditar o projeto Ficha Limpa.

O pronunciamento I2, anteriormente observado, apresenta a metáfora “eliminando a corrupção da face da Terra” como uma insuficiência do projeto. É certo que sempre haverá corrupção, no entanto, este não é um argumento válido para o enfraquecimento de um projeto contra a corrupção política.

No pronunciamento MM1, o Senador faz uso da metáfora conceitual do “saneamento”, que possui os mesmos traços semânticos da metáfora da limpeza, analisada na seção anterior.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a Lei da Ficha Limpa gerou a expectativa de que um amplo saneamento poderia ser feito no universo político já a partir desta eleição. É exatamente isso o que pretendo analisar depois de reflexões que fiz sobre os termos desse novo diploma legal. De fato, a sanção de inelegibilidade tornou-se mais ameaçadora para quem cometeu deslizes com o Erário e foi responsabilizado por isso. [...] À primeira vista, o que se vislumbra é que a lei é abrangente e implacável, podendo suspender direitos políticos de um simples funcionário público ao mais influente Senador da República. No entanto, quem imagina que a nova regra vai promover todo esse saneamento poderá desapontar-se.

Segundo o Senador, o projeto Ficha Limpa gerou a expectativa de um “saneamento”. No mapeamento conceitual, “sanear” significa “limpar”, e como já foi observado anteriormente, LIMPEZA É HONESTIDADE e SUJEIRA É CORRUPÇÃO. Dentro deste campo semântico, entende-se que o projeto promete retirar os políticos corruptos de futuras candidaturas. No entanto, o Senador se utiliza da mesma metáfora no seguinte contexto: “No entanto, quem imagina que a nova regra vai promover todo esse saneamento poderá desapontar-se”. Neste sentido, a crítica do político em seu argumento retórico é acerca da eficiência do projeto contra a corrupção política.

Na sequência do seu pronunciamento, o ator/redator políticos argumenta sobre aspectos gramaticais do projeto a fim de desqualificá-lo como resposta a questão da corrupção política:

Meu objetivo, neste momento, é mostrar que a redação da lei está distante da perfeição. Apesar da legitimidade que lhe fora dada por quase dois milhões de assinaturas, o projeto deixou brechas pelas quais alguns poderão escapar. É o caso de governadores de Estado, por exemplo, que respondem a ação penal. Acontece que as Constituições estaduais os contemplaram com uma espécie de imunidade funcional. Pela norma, eles só podem ser processados criminalmente mediante prévia autorização das respectivas Assembleias Legislativas. Ora, para quem conhece a relação estabelecida entre Executivo e Legislativo estadual, não sobra dúvida de que esse consentimento raia à ficção. Assim, se as Assembleias negam autorização prévia, os governadores não podem sequer ser investigados. Não sendo processados, jamais poderão ser condenados, quer provisória, quer definitivamente. Livres de processos, livres de condenação, pelo menos enquanto exercerem o mandato. Conclusão: estão todos eles imunizados contra a chamada Lei da Ficha Limpa.

Segundo o Senador o projeto Ficha Limpa deixou brechas, devido à imperfeição de sua redação, de modo que não contempla os Governadores, visto que possuem imunidade. Sua conclusão fica evidente no excerto: “Conclusão: estão todos eles imunizados contra a chamada Lei da Ficha Limpa”. A metáfora da imunização remete ao campo semântico da

medicina novamente. Estar “imunizado” significa ter proteção contra uma doença, como se fosse uma vacina ou remédio. Neste caso, o domínio fonte é “imunizar”, enquanto o domínio alvo é “proteger”. Desta forma, IMUNIZAR É PROTEGER. No entanto, embora o conceito de imunizar seja positivo no contexto da medicina, na metáfora utilizada pelo Senador, seu aspecto é negativo. O político fica protegido contra as sanções da Lei da Ficha Limpa. Mais negativo ainda é a conclusão da argumentação retórica veiculada por meio do discurso: o projeto Ficha Limpa não é eficiente porque não contempla todos os casos de corrupção política, sendo falho no combate a corrupção.

O Senador, no mesmo pronunciamento MM1, fundamenta sua crítica sobre a suposta falha do projeto na eficácia de atingir os Governadores:

Graças a essa blindagem, governadores podem concorrer à reeleição ou à eleição para cargo diferente sem ser molestado pelo Poder Judiciário. E o eleitor nem fica sabendo de nada, já que tais processos ensejam outra regalia, que também não é a regra geral, mas é concedida, sim: o chamado segredo de justiça! Assim, nem a mais peluda das denúncias terá o condão de macular a ficha protegida pela imunidade concedida pela Assembleia Legislativa. [...] Manter governadores imunes é transformar o poder num alvará para a rapinagem; a isonomia, num deboche; e a lei, em ficção do direito. Nossa lei estrutural já reserva aos governadores uma relevante prerrogativa de função: o foro privilegiado, está no § 1º do art. 105 da Carta Magna. [...] Enquanto governadores não forem tratados como os demais mortais, a busca por essa tarefa saneadora será incompleta.

A imunidade dos Governadores é reforçada com metáforas como: “blindagem”, “rapinagem” e dos “imortais”. A metáfora da blindagem remete a “proteção impenetrável”. A “rapinagem” categoriza os Governadores como aqueles que tem o “alvará”, a permissão livre para exercer o poder, assim como as aves de rapina fazem no mundo selvagem. Os Governadores são também categorizados como “imortais”, por não serem tratados como os demais mortais. Neste sentido, o Senador argumenta que o projeto é ineficaz no combate a corrupção.

Ainda no pronunciamento MM1, o Senador supervalorizou seu grupo político, enquanto atingiu os Governadores devido a imunidade parlamentar:

A iniciativa merece aplauso não só do Congresso, mas de toda a sociedade organizada, já que vai na trilha da transparência e do respeito à coisa pública. No passado, o próprio Congresso já foi beneficiário da imunidade parlamentar. Em momento de grande lucidez, Deputados e Senadores cortaram a própria carne e acabaram com o privilégio. Foi através da Emenda Constitucional nº 35, de dezembro de 2001, que o Parlamentar deixou de ser intangível. O mesmo destino precisa ser dado a idênticas regalias que ainda beneficiam uns poucos príncipes recalitrantes”.

O Senador apresenta o aspecto positivo do Congresso Nacional, após ter descrito o negativo do grupo político dos Governadores. Enquanto os Governadores possuem imunidade, o Congresso decidiu não mais tê-la. O político fundamenta sua argumentação a partir da metá-

fora “Deputados e Senadores cortaram a própria carne”. Esta metáfora remete à idéia de “sacrifício”. Neste sentido, os políticos do Congresso sacrificam-se pela transparência, enquanto os Governadores optam pela obscuridade da imunidade que pode levar a corrupção política. A partir destas metáforas o Senador desqualifica o projeto Ficha Limpa, como uma estratégia eficiente do combate a corrupção.

No pronunciamento II, o Senador apresenta outras metáforas que enfraquecem o projeto Ficha Limpa no combate a corrupção política:

“A ficha é limpa, o jogo é sujo” Jean-Jacques Rousseau dizia já no século XVIII que os seres humanos tendem a defender seus interesses privados acima da vontade coletiva, um fenômeno humano que se repete (e como se repete) nas assembleias. O espaço de discussão onde os interesses individuais são postos em conflito e as vontades particulares deveriam ser eliminadas em proveito do interesse comum tem produzido (para além da imaginação do filósofo) peças legais eivadas de brechas por meio das quais se esvai o ideal coletivo e prosperam os mecanismos de proteção do eu. E é mais uma destas peças, e com essas motivações, que pode estar sendo gestado o projeto com o qual se pretende(?) barrar das disputas políticas os agentes condenados em tribunais de segunda instância.

A ficha é limpa, porém o jogo é sujo. A Câmara Federal, por exemplo, jogou para a plateia aprovando a matéria de forma célere. Também atentos ao ruído das ruas (ou urnas), os partidos se apressaram em garantias de que não acolherão em suas siglas as fichas sujas, declarações que, pelo menos no ninho tucano paraibano, não são ouvidas ou consideradas. [...] À população, que vive este momento de expectativa, sugiro questionamentos importantes: a lei, se sancionada, estará em vigor já nesta eleição? Mais: a punição prevista será mesmo de oito anos? Tenho defendido que, se esta é uma lei séria, que seja aprovada do jeito que está e tenha o poder de barrar as fichas sujas já neste pleito. Do contrário, estaremos diante de mais um engodo, um simulado, onde os legisladores fingem concordar com os seus representados, mas atuam nos bastidores no sentido de ganhar tempo e condições de se defenderem da lei. [...] A legislação brasileira, aliás, é pródiga em autoproteção. A inelegibilidade, por exemplo, tem punição prevista de três anos, o que credencia o gestor cassado a estar de volta à cena já na próxima eleição [as eleições são de quatro em quatro anos]. Por estes e outros exemplos é que proponho, desde já, uma faxina nesta ficha, para que de fato chegue limpa ao Código Eleitoral.

O Senador usa a metáfora “A ficha é limpa, o jogo é sujo” para justificar a intenção de outros políticos em não sancionar a lei para o ano de 2010. O político também se utiliza da metáfora “engodo” para descrever a atitude de certos políticos diante da Lei Ficha Limpa. No mapeamento conceitual é possível propor o domínio fonte “jogo” e o domínio alvo “disputa”, resultando em JOGO É DISPUTA. Retomando a metáfora da limpeza, SUJEIRA É CORRUPÇÃO. Esta metáfora complexa remete ao contexto em que os políticos retardam o projeto Ficha Limpa com pretestos de manter suas práticas corruptoras. Porém, ao mesmo tempo, o Senador do pronunciamento II mostra que o próprio projeto está aberto à corrupção política. Ele propõe “uma faxina nesta ficha”, retornando ao campo conceitual da limpeza. A metáfora “faxina” remete a “limpeza”, que tem como domínio alvo neste contexto do discurso político a “honestidade”, ou uma postura anti-corrupção. O Senador continua sua argumentação na metáfora da limpeza ao colocar que a Lei Ficha Limpa “de fato chegue

limpa ao Código Eleitoral”. Por meio das metáforas, o político suporta o topoi em que o projeto Ficha Limpa é ineficiente no combate a corrupção política.

Ainda no pronunciamento II, o Senador Mateus faz o seguinte aparte que reforça a metáfora do “jogo sujo”:

Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por fazer esta observação: a ficha vai ser limpa, mas o jogo continuará sujo. Como fazer com que o jogo se torne limpo? Parece até... Às vezes, eu gosto de dar este exemplo, pode não estar muito adequado, mas vou compartilhar o exemplo com V. Ex<sup>as</sup>: no jogo de futebol, todos nós sabemos que uma cotovelada ou uma puxada na camisa do adversário não são corretas. Desde que o juiz não as veja. Se o juiz não viu a cotovelada, está valendo; se o juiz não viu puxar o cabelo do adversário, o jogo está valendo. A torcida está vendo. Então, infelizmente, na política, muitas coisas acontecem assim.

O Senador Mateus compara a disputa política ao jogo de futebol. Nesta metáfora, o político apresenta detalhes que figuram no ambiente da corrupção política. O Senador reprova as “cotoveladas” e “puxões de camisa”, que são os atos corruptores, porém, demonstra aceitar a normalidade do fato de haver corrupção política. Seguindo esta vertente argumentativa da “ficha limpa, mas o jogo é sujo”, a conclusão lógica que o discurso político do Senador reproduz é a do topoi da ineficiência do projeto Ficha Limpa, visto que apesar de o projeto ser aprovado o jogo da corrupção vai continuar.

No pronunciamento M, o Senador argumenta sobre a ineficiência do projeto Ficha Limpa no combate a corrupção política, a partir de supostas falhas gramaticais no projeto, que não especificam o grau de abrangência na sua atuação contra o político “ficha suja”.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Presidente André, mais uma vez, obrigado pela sua generosidade. Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, hoje eu gostaria de falar apenas de um tema, que é a melhor maneira de a gente deixar marcado o discurso, mas não posso deixar de fazer uma pequena introdução sobre o problema que, hoje, está dominando a mídia, está dominando os nossos contatos nas chamadas redes sociais. Refiro-me à mudança do tempo do verbo na Lei Ficha Limpa. Estou de acordo com o Senador Tiago, com o Senador Filipe, de que essa mudança não pode, não deve e nem servirá para passar a mão na cabeça de ninguém. A lei, seja “foram”, seja “forem”, vai, sim, impedir a continuação de fichas sujas. Estou de acordo com eles, de que a gente não pode fazer um golpe linguístico, depois de termos feito os golpes militares neste País. Eu quero deixar claro isso aqui. Mas quero também trazer um outro assunto: como é que nós, 81 Senadores, com centenas de assessores, não percebemos que essa mudança geraria dúvidas, Senador Paulo Duque? Como foi possível isso? Como é que cochilamos ao ponto de não perceber que, mesmo com a convicção do Senador Filipe, do Senador Tiago, de todos nós, eu acredito, essa mudança no tempo do verbo não iria macular a Lei Ficha Limpa? Como é que deixamos passar sem perceber os riscos que isso traria, não apenas do ponto de vista legal, que eu creio que não haverá, mas do ponto de vista da imagem da Casa, que ganhou um destaque tão positivo naquela noite ao aprovar por 76 votos a zero a Lei Ficha Limpa? Depois, no outro dia, já se levantaria a suspeita de que houve um golpe linguístico e que, em vez de armas, usou-se o português? Quero deixar registrado isso”.



O Senador M a priori apóia o projeto Ficha Limpa, apesar das acusações feitas a sua aplicabilidade aos “fichas sujas”, devido a questões gramaticais, especificamente o tempo verbal para a atuação da lei, no passado ou futuro. As críticas gramaticais são apresentadas assim: “Refiro-me à mudança do tempo do verbo na Lei Ficha Limpa”. No decorrer do pronunciamento, o político levanta questões que comprometem a integridade do projeto: “Como é que cochilamos ao ponto de não perceber que, mesmo com a convicção do Senador Filipe, do Senador Tiago, de todos nós, eu acredito, essa mudança no tempo do verbo não iria macular a Lei Ficha Limpa?” Por fim, neste trecho do pronunciamento, o Senador se ampara na metáfora “golpe linguístico”, que faz referência a expressão “golpes militares” que anteriormente foram feitos. Mapeando esta metáfora complexa, é possível observar que o domínio fonte é “golpe” e o domínio alvo é “traição”, resultando em GOLPE É TRAIÇÃO. O aspecto linguístico identifica como se deu esta “traição”, que é considerada assim porque não supre o desejo popular de estirpar a corrupção das camadas políticas do Estado. Nesta perspectiva, a metáfora do “golpe linguístico”, inserida neste contexto discursivo, reforça o topoi em que o projeto Ficha Limpa é inapto para o combate a corrupção, logo, não vai resolver a questão dos “ficha sujas”.

O pronunciamento S apresenta outro argumento que desqualifica o projeto apoiado pelo movimento popular:

Sr. Presidente, Senador *Isaias* (grifo meu), Senador *Pedro* (grifo meu), senhoras e senhores, estou hoje aqui para me perfilar junto àqueles que defendem ardorosamente uma tramitação célere do projeto que já recebeu a denominação de Ficha Limpa, ou Ficha Suja, dependendo do ponto de vista, aqui, no Senado Federal. Há notícia de que ele poderá ser apreciado quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça, e há notícia também de parlamentares que se comprometeram a pedir urgência para que ele possa vir, na quarta-feira ainda, ao plenário do Senado. E, quem sabe, poderemos apreciar tão importante matéria. Eu, coincidentemente, trago ao Senado Federal uma proposta, vou protocolar ainda hoje, que, ao lado do Ficha Limpa, eu denomino de Projeto da Conta Limpa. Ele se refere, Senador *Isaias*, à questão das doações para campanha eleitoral. O Ficha Limpa, o que objetiva? Impedir que pessoas, com mandato ou não, possam ser candidatas tendo sido condenadas por colegiados do Judiciário, digamos. Esse projeto alcançará muito pouca gente, acredito, mas já é um avanço. Hoje eu trago aqui, Senador *Isaias*, uma proposta da Conta Limpa, se é que a gente pode tratar assim da questão. É a questão das doações para campanha eleitoral, uma coisa terrível no nosso País. É terrível para os partidos, os candidatos, os doadores. É algo ainda nebuloso. E trago aqui uma sugestão, uma proposta que vou protocolar ainda hoje no Senado Federal. Eu vou ler o dispositivo e depois comentá-lo.

O Senador S destaca o objetivo e a utilidade do projeto Ficha Limpa: “Esse projeto alcançará muito pouca gente, acredito, mas já é um avanço”. Visto que poucos são os políticos corruptos a tentar a eleição, o projeto não terá tanta importância no quadro político nacional. Concomitantemente, o político propõe outro projeto intitulado “Conta Limpa”. Esta metáfora, que figura como nome deste suposto projeto, promove o enfraquecimento do Ficha

Limpa. Além de estabelecer uma polarização velada entre o projeto do povo e o projeto do político; dos quais, neste pronunciamento o do político é apresentado como mais eficiente e necessário. O projeto “Conta Limpa” refere-se a honestidade de futuros candidatos diante de doações para as campanhas eleitorais. Esse projeto está focado em beneficiar o grupo de políticos e não o povo em geral.

Na sequência do pronunciamento S, o mesmo político pede o apoio do Senador Gamaliel, um dos defensores do Ficha Limpa. Este se pronuncia, de modo sutil, contra o futuro projeto “Conta Limpa”:

É sensacional. Eu felicito V. Ex<sup>a</sup>, mas acho que nem milagre faz um projeto desse passar. Ele é bom demais. Ele é puro. Ele é excepcionalmente bom demais. É a perfeição. Realmente, se nós quisermos algo de correto, de concreto, buscar a verdadeira democracia, o verdadeiro debate, vamos proporcionar. Quer dizer, o cidadão dá uma contribuição para uma espécie de Fundo Partidário. Todo mundo ficaria sabendo que a empresa tal deu tal dinheiro para o Fundo Partidário, para abrir o debate para que todo mundo conheça o pensamento de todo mundo. São 180 graus de diferença do que está acontecendo. Quer dizer, o que está acontecendo é que estão liberando para darem dinheiro, diretamente das empresas, ao cidadão, ao candidato... O que estão liberando são os fundos de pensão das grandes empresas, que estão... Os partidos estão feito doidos em cima deles para pegar o comando deles. Olha, seu projeto é a perfeição. Não existe em lugar nenhum do mundo. Eu voto com ele, mas acho difícil. Sinceramente, acho sensacional seu projeto, mas não é fácil.

Então, o Senador S, proponente deste discurso, enfatiza a necessidade do “Conta Limpa”, tanto quanto o “Ficha Limpa”:

Eu acho que nós deveríamos conversar mais sobre ele, Senador Gamaliel, porque, sinceramente, eu tinha a expectativa da sua empolgação com relação a esse projeto, assim como V. Ex<sup>a</sup> se empolgou com o projeto Ficha Limpa.

Desta forma o Senador argumenta discursivamente que o projeto Ficha Limpa não é tão necessário quanto o projeto Conta Limpa. A desqualificação velada do projeto apoiado pelo povo reforça o topoi que diz: “O projeto Ficha Limpa não vai resolver a corrupção no país”.

Em meio a estes discursos que constroem o topoi que legitima o discurso em favor da corrupção, há pronunciamentos que desvelam a intenção de certo grupo de políticos que deseja ver o projeto Ficha Limpa desvalorizado. O pronunciamento Z1 é um destes, que no excerto sugere o contexto de reprovação do projeto anti-corrupção por parte de alguns políticos, mesmo que suas identidades não são nomeadas:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, o movimento popular pela moralização da política, de que resultou a proposição conhecida como Ficha Limpa, acaba de nos dar uma lição, a nós Parlamentares, principalmente, e de apontar uma nova direção na participação ativa dos eleitores na política. Mais que somente comparecer, a cada pleito, às sessões eleitorais, o brasileiro começa a manifestar ativamente sua preocupação com a lisura de comportamento de seus representantes. A importância dessa mobilização, enfim vitoriosa com a aprovação da lei no Congresso Nacional e com a decisão do TSE de fazê-la vigorar já para o pleito deste

ano, não deve ser diminuída pela atitude cínica dos que pensam que, no fundo, nada mudará. Foi vencida a interpretação, aliás reacionária, segundo a qual se está a perpetrar uma violação do princípio jurídico da não retroação da lei contra o réu. Não somente se trata de legislação eleitoral, e não penal: a possibilidade da busca de abrigo na imunidade parlamentar, muitas vezes disfarce da impunidade parlamentar, e do foro especial constitui, na verdade, um abuso do direito de plena defesa, uma forma espúria de protelar condenações e achincalhar a moral política. [...] Por isso, é saudável que iniciativas como a do Ficha Limpa partam dos eleitores, dos cidadãos cujos impostos sustentam o Estado e cujos interesses maiores somos trazidos até aqui para defender. Entretanto, Sr. Presidente, a população não deve, agora, dormir sobre os louros dessa conquista. Ao contrário, é necessário que se mantenha mobilizada para fiscalizar tanto nossa atuação no Congresso quanto a lisura do processo eleitoral. Cobrar dos partidos o cumprimento da lei e dos tribunais eleitorais a punição de seus eventuais violadores.

O Senador apresenta a vitória do povo ao propor e conseguir a aprovação deste projeto. Ao mesmo tempo, porém, reprovava a atitude de políticos, seus colegas, que tentam diminuir o valor do Ficha Limpa: “não deve ser diminuída pela atitude cínica dos que pensam que, no fundo, nada mudará”. Outros pronunciamento que se posicionam contra a corrupção política e a favor do Ficha Limpa, utilizam a metáfora “milagre” para remeter ao fato de que a atitude de muitos congressistas era a de não aprovação deste projeto, como se observa nos trechos a seguir, do pronunciamento AA5 e AA8 respectivamente:

Projeto de iniciativa popular. No início, um milhão e duzentas mil assinaturas, mais a internet, mais de três milhões de assinaturas. Um milagre. Não mais do que um milagre, na minha opinião. O projeto foi aprovado na Câmara por imensa maioria e foi aprovado nesta Casa por unanimidade.

No pronunciamento AA5, o Senador usa a metáfora “milagre” para se referir às milhares de assinaturas em favor do projeto Ficha Limpa. No discurso AA8, a mesma metáfora é usada com relação à aprovação do projeto pelo Congresso:

Eu disse e repito: na minha opinião, foi um verdadeiro milagre o que aconteceu no Congresso Nacional. V. Ex<sup>a</sup>, como eu, como todos nós, sabe que não passava pela nossa cabeça que votaríamos o Ficha Limpa nesse espaço de tempo. O processo já estava praticamente arquivado na Câmara dos Deputados. [...] E, mais uma vez, aconteceu um milagre: o projeto passou por unanimidade, por unanimidade!

Segundo a teoria da metáfora conceitual (LAKOFF; JOHNSON, 1980), um determinado símbolo vai além do seu significado literal, ligando domínios semânticos diferentes. No mapeamento conceitual, o domínio fonte “milagre” remete ao domínio alvo de “sobrenatural” ou “algo impensável”. Neste sentido, MILAGRE É ALGO IMPENSÁVEL. A aprovação do projeto Ficha Limpa era impensável porque o grupo de políticos no congresso, a favor da perpetuação da corrupção política, possuía uma atitude hostil a sua aprovação. Por isso, através de seus pronunciamentos, buscavam de forma velada desqualificar o projeto, legitimando, assim, o discurso em favor da corrupção política através deste topoi: “O projeto Ficha Limpa não vai resolver a corrupção no país”.

- e) A Lei Ficha Limpa não vai ter muito efeito porque a maioria esmagadora dos congressistas não é corrupta, mas apenas uma minoria.

Um novo topoi é formulado, ainda a partir do entendimento de desqualificar o projeto Ficha Limpa, porém, com um diferencial em relação ao topoi anteriormente observado: a escassez de políticos corruptos. Este novo topoi se apresenta em vários trechos dos discursos do Senado Federal apontando a realidade de apenas uma minoria de políticos serem corruptos. Deste modo o projeto Ficha Limpa torna-se irrelevante como lei anti-corrupção, visto que a corrupção política não é um grave problema porque são pouquíssimos os políticos corruptos. Este é o argumento reforçado por este topoi.

No pronunciamento HH2, o Senador apresenta metáforas conceituais que embasam o topoi:

Mas o que vale é que nós estamos há cento e poucos dias da eleição. Aí, Senador *André* (grifo meu), nós, que somos médicos, sabemos que é preciso agir agora, nesta eleição, fazendo a prevenção e a vacina. E eu repito: prevenção e vacina equivalem a voto consciente, a promover eleições limpas, porque, com eleições limpas, fichas-sujas não serão eleitos. [...] E é bom que se diga o seguinte: infelizmente, é uma minoria que é ficha-suja ou corrupta e mancha a atividade política. A política não é suja; a política é uma atividade pública.

Ele ainda contempla a metáfora da medicina, como já visto anteriormente, através dos vocábulos “prevenção” e “vacina”. No entanto, a metáfora que reforça o topoi em questão está na expressão: “infelizmente, é uma minoria que é ficha-suja ou corrupta e mancha a atividade política”. Claramente, o Senador faz a ligação entre “político corrupto” e “ficha suja”. O político também ressalta que apenas uma “minoria” é ficha suja, a ser representada pela metáfora “mancha”. Por natureza, a “mancha” remete a algo pequeno, um detalhe de sujeira em uma imensidão alva. O domínio fonte “mancha” se refere ao domínio alvo “minorias”, levando a conclusão lógica em que MANCHA É MINORIA CORRUPTA. Entendendo “minorias” não de uma perspectiva ideológica dos que são oprimidos e abusados, mas no sentido de expressão quantitativa. Observa-se por meio desta metáfora conceitual que uma minoria de políticos corruptos dispensa uma lei específica para o caso da corrupção política.

No pronunciamento K4, o Senador expressa seu completo apoio ao projeto Ficha Limpa, ao explicar a legitimidade do projeto a partir dos milhares de brasileiros que o apoiaram:

É uma coisa bem simples, simples como água. Para mim, as coisas acontecem como elas devem acontecer, de acordo com a lei. Respeitando a lei, as coisas andam melhor. Desrespeitando a lei, vira a lei do cão, vira a lei da selva, e isto não serve ao Parlamento. Tem o Projeto Ficha Limpa. Como é que podemos ignorar uma reivin-

dicação que vem de 1,7 milhão de brasileiros? Nós temos quase duzentos milhões de brasileiros. Um milhão e setecentos mil é muito pouco. Mas nós somos apenas 81. Um milhão e setecentos mil é muito cidadão, é muita cidadã; parece que já passa de dois milhões, quatro milhões, enfim. E poderiam ser quinhentos mil, mas a lei pede um milhão. Não é isso? Se a lei pede um milhão, nós temos a obrigação de deliberar sobre uma proposta de iniciativa popular que visa melhorar os costumes políticos, visa extirpar da vida pública aqueles que não estiverem em capacidade de explicar suas próprias vidas.

O trecho acima se faz necessário para contextualizar as linhas que se seguem, onde o discurso velado apresenta a constatação de uma minoria de políticos corruptos. Porém, antes mesmo desta argumentação, o Senador reduz a gravidade do crime de corrupção política:

Agora, se chegarmos a um ponto no Brasil em que uma pessoa de bem se baste a si mesma, ela pode então ser preguiçosa, ela pode não ser trabalhadora, ela pode não ser assídua no seu local de trabalho, ela pode não ser... Basta ela não ser malversadora de recurso público para ser endeusada...

Por meio da metáfora “endeusar”, e uma argumentação de contraposição entre erros característicos do povo e dos políticos, o Senador equipara a malversação de recursos públicos à preguiça e à assiduidade no trabalho, minimizando desta forma a corrupção política. O domínio fonte “endeusar” remete ao domínio alvo “super valorizar”, sendo que, neste sentido ENDEUSAR É SUPERVALORIZAR. Desta forma, a corrupção política deveria ser aceita como todas as outras práticas ilegítimas de trabalho. No entanto, a argumentação deveria ser que tanto estas práticas ilícitas, como a preguiça e a falta de assiduidade, deveriam ser consideradas graves, assim como a malversação do recurso público. Observando, obviamente, as sanções impostas pela lei a estes delitos, que no caso, apresentam a corrupção política como extremamente grave. Nesta perspectiva, a metáfora “endeusar” reforça o topoi em que os políticos corruptos são uma minoria no cenário político nacional, especificamente no Congresso.

Ainda no pronunciamento K4, o Senador presume que a maioria esmagadora dos Congressistas seja ficha limpa:

Vejo V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, vigilante na defesa das suas ideias, com muita persistência, honrando o seu mandato, e por isso me deu o ensejo de fazer essa observação, porque falta muito, ou falta pouco, não sei, para nós não precisarmos de um projeto como esse tal “Ficha Limpa”. Hoje, parece um cavalo de batalha. Eu espero o dia em que não precisemos mais disso; que a gente presuma que todo mundo que está aqui é limpo, como eu sei que limpa é a maioria esmagadora dos meus colegas, muitas vezes mal interpretados lá fora. Mas é fundamental nós resgatarmos o peso do Congresso, o peso do Senado, o peso da Câmara perante a opinião pública.

A metáfora evocada pelo Senador é “maioria esmagadora”, onde o domínio fonte “esmagador” remete ao domínio alvo “certeza”, resultando no mapeamento conceitual ESMAGADOR É CERTEZA. O político ainda reforça esta argumentação com a expressão “muitas vezes mal interpretados lá fora”. Ou seja, os políticos em sua maioria não são corruptos, po-

rém, muitas vezes mal interpretados. Novamente no pronunciamento K4, o Senador reforça a idoneidade do Congresso através da metáfora “maioria esmagadora”:

Eu queria responder a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mateus, dizendo que eu não tenho dúvida de que a maioria esmagadora dos nossos colegas Congressistas são pessoas de bem, e eu me condeo muito quando vejo aqueles cidadãos que se dedicam menos ao trabalho de Plenário, acabam tendo menos visibilidade, se dedicam muito e brilhantemente aos trabalhos de Comissão e acabam não sendo tão bem identificados pela população pelas suas especialidades, pelos seus conhecimentos e pela sua própria honradez, pela sua retidão de comportamento. Esses são talvez aqueles que pagam, até nas urnas, um preço muito grave porque não se tornam conhecidos assim do grande público, mas fazem funcionar esta máquina com sua sabedoria, enfim. Eu queria fazer uma homenagem a esses companheiros que, por opção própria, optam por não terem a visibilidade que outros têm, mas que estão ali, nas Comissões, fazendo com que as Comissões funcionem, fazendo um trabalho decente, um trabalho direito.

De modo direto o Senador apresenta sua opinião sobre os políticos corruptos no Congresso:

Eu gostaria de dizer que nós tomamos a mesma providência no PSDB do Amazonas: a de não admitir que fichas comprovadamente sujas sejam candidatos pelo nosso Partido lá. E V. Ex<sup>a</sup> fala das pessoas de má índole que entram na vida pública e que para mim são uma minoria, mas tão ruidosa que passam para a opinião pública a ideia que são maioria. A gente sente que elas farejam negócio, farejam dinheiro, uns estão querendo negócios e outros estão querendo trabalhar, cada um com a sua visão, com a qual lá fora as pessoas podem concordar ou não, mas querem trabalhar com a sua visão de mundo, sua visão de País. Esses são os verdadeiros homens públicos.

O Senador, então, assume que os políticos corruptos são uma “minoria”, e não está se utilizando de uma metáfora conceitual neste vocábulo, mas expressando o sentido denotativo de minoria. Então, o político justifica sua posição com a seguinte resposta: “para mim são uma minoria, mas tão ruidosa que passam para a opinião pública a ideia que são maioria”. O problema é a comunicação “ruidosa”. Este vocábulo comporta uma metáfora conceitual em que “ruído” é o domínio fonte e “comunicação falha” o domínio alvo. Deste modo, RUIDO É COMUNICAÇÃO FALHA. A realidade é que, segundo o Senador, poucos são os políticos corruptos; e que a ideia de uma maioria é reflexo de uma comunicação falha, que confundiu a opinião pública. Esta também acaba sendo relegada a inaptidão por não perceber a falha na mensagem dos verdadeiros políticos corruptos. A mitigação da questão dos políticos corruptos no Congresso Nacional fica evidente por meio da metáfora do ruído. Assim, como consequência lógica, o projeto Ficha Limpa perde sua relevância, visto que o problema com políticos corruptos não é tão expressivo.

O pronunciamento MM2 destaca por meio de certas metáforas, a serem analisadas, a atitude política do Senador diante do projeto Ficha Limpa:

Sr. Presidente, na quarta-feira passada, este Plenário aprovou o PLC nº 58, de 2010, de iniciativa popular, que ficou conhecido como Ficha Limpa. Para os mais céticos

da vida pública, é a sobeja demonstração de que o Congresso, sempre que pressionado, se curva à vontade da Nação.

A metáfora inserida na expressão “sempre que pressionado, se curva” refere-se à postura política do Congresso Nacional diante de uma movimentação popular. O vocábulo “curvar”, como domínio fonte, pode bem remeter ao domínio alvo “humilhar” ou “ceder”. Neste sentido, CURVAR É CEDER. Ou seja, o Congresso cedeu à nação devido às pressões, não porque o projeto Ficha Limpa fosse relevante.

Ainda no pronunciamento MM2 esta ideia é ratificada:

Pela segunda vez, a população se mobilizou com o objetivo de tentar sanear o processo eleitoral e promoveu mudanças nas duas ocasiões. Na primeira empreitada, ocorrida em 1999, conseguiu importantes alterações na Lei nº 9.504, que só tinha dois anos de vigência. A essa lei foi acrescentado, em setembro daquele ano, o famoso art. 41-A (mediante aprovação da Lei nº 9.840). O foco naquela ocasião foi punir a compra de votos. Para tanto, a sanção imposta foi abater os infratores em plena campanha, afastando-os da disputa eleitoral, cancelando o registro da candidatura ou mesmo o registro do diploma. [...] O projeto alcunhado de Ficha Limpa chegou ao Congresso a bordo de 1 milhão e 600 mil subscrições manuais e cerca de 3 milhões de assinaturas eletrônicas. Tendo em vista que é a segunda vez que a sociedade se vale dessa iniciativa para atacar o mesmo mal, é preciso enxergar nela a ligação de um pisca alerta. É o sinal amarelo contra a tibieza do Congresso. A tibieza, a preguiça ou a omissão diante de decisões estruturais, como a reforma política. Quantas vezes o Judiciário não tem substituído o Congresso na normatização de assuntos de alçada do Legislativo, em razão da nossa inércia? Nas duas iniciativas populares, não foi diferente. O Congresso absteve-se de enfrentar problemas delicados na hora certa. Veio a mobilização, a pressão da sociedade...

O Senador ressalta dois momentos em que o povo brasileiro promove uma “empreitada” contra o mesmo “mal”, o segundo é o projeto Ficha Limpa. O “mal” a que o político se refere é a corrupção política. No entanto, ele usa metáforas do trânsito para reforçar a pressão exercida pela sociedade e a atitude do Congresso diante dessa pressão. A primeira metáfora é a do “pisca alerta” que, obviamente, tem a intenção de mostrar que o projeto Ficha Limpa deve fazer o Congresso ficar alerta aos movimentos populares. A outra metáfora é a do “sinal amarelo” que também comporta o conceito de “alerta”. Mas por que o Congresso deveria ficar alerta diante dos movimentos populares contra a corrupção política no Congresso? O Senador sugere a resposta na continuação do pronunciamento:

Já estou concluindo, Sr. Presidente (*fora do microfone*): e todos nós nos curvamos! A proposta do Ficha Limpa objetiva operar na prevenção, banindo no nascedouro o candidato de maus antecedentes. É um foco que tem todo sentido, porque o mandato eletivo não deixa de ser um escudo para quem precisa de proteção. Apesar dos avanços que o projeto traz, sua aplicação corre o risco de ser adiada para as eleições de 2012. Ocorre que o Congresso foi açodado para aprová-lo a fim de ficar em paz com a população e com a mídia, esquecendo-se de que a pressa é inimiga da perfeição. A palavra de ordem de todos os partidos era impedir o adiamento e evitar emendas, já que qualquer mudança implicaria sua reanálise pela Câmara dos Deputados. Em consequência disso, restaram defeitos e dúvidas que poderão torná-lo ineficaz para as eleições deste ano. Sr. Presidente, encerro as minhas palavras com essa advertência, mas prossigo, na próxima sessão, falando sobre o mesmo

assunto, já que nós perdemos uma grande oportunidade, na aprovação desse projeto, de aprovar coisa melhor. Muito obrigado”.

Novamente se utiliza da expressão “nos curvamos”, no sentido de “humilhar-se” ou “ceder” diante da pressão popular exercida pelo projeto Ficha Limpa. É neste sentido que o Senador explica a motivação do Congresso para o apoio do projeto. A finalidade última foi “ficar em paz com a população e com a mídia”, e não o real desejo de combater a corrupção para o benefício do povo. Mais uma vez, o projeto é relegado a uma condição de ineficiência por meio da expressão “a pressa é inimiga da perfeição”. Ou seja, através deste dito popular o político destaca a imperfeição do projeto Ficha Limpa no combate a corrupção política, como anteriormente foi observado pela metáfora do “golpe linguístico”. O dito também revela a imprudência do povo ao querer aprová-lo de forma célere. Por meio da metáfora de o “Congresso se curvar”, o Senador reforça o sentido de que somente uma minoria de políticos é corrupta, e por isso o projeto Ficha Limpa não é tão necessário e urgente para a nação. Ademais, o motivo de votá-lo está na pressão do povo e da mídia, onde se encaixa a metáfora “se curvar”, e não devido à importância e perícia do projeto em si. Estas figuras em meio à argumentação no pronunciamento e o contexto político que envolve o Ficha Limpa constrem e reproduzem o topoi “A Lei Ficha Limpa não vai ter muito efeito porque a maioria esmagadora dos congressistas não é corrupta, mas apenas uma minoria”.

Os topois referentes ao projeto Ficha Limpa podem ser sintetizados assim:

#### A CULPABILIZAÇÃO DO POVO.

- 1 O povo é culpado pelos políticos corruptos no poder.
- 2 O povo não sabe votar.
- 3 O povo é ingênuo e nada sabe sobre corrupção e política.

#### A DESQUALIFICAÇÃO DO PROJETO FICHA LIMPA.

- 4 O projeto Ficha Limpa não vai resolver a corrupção no país.
- 5 A Lei Ficha Limpa não vai ter muito efeito porque a maioria esmagadora dos congressistas não é corrupta, mas apenas uma minoria.

Em suma, dos setenta e sete pronunciamentos analisados sobre as duas crises políticas elencadas, a legitimação do discurso em favor da corrupção se dá por meio da seguinte estrutura esboçada nas tabelas a seguir. As duas tabelas sobre a crise política da Máfia dos Sanguessugas e do projeto Ficha Limpa, respectivamente, sintetizam os topois e as metáforas conceituais que os estruturam, observadas a partir da análise anterior.



MÁFIA DOS SANGUESSUGAS		
TOPOI	METÁFORAS CONCEITUAIS	
<p>1. A política é uma guerra, em que os políticos são as vítimas.</p> <p>2. A corrupção política deve ser combatida, mas, sem que o político seja acusado pelo povo.</p>	<p><b>A metáfora da dor:</b>  <i>O “sofrimento”</i> do parlamentar ao ser acusado “injustamente” de corrupção na Máfia dos Sanguessugas.</p>	<p>DOR É SOFRIMENTO  <i>“Dói na alma”.</i>  ALMA É INTENSIDADE  <i>“sofrer é ser acusado de corrupção” e não a mensagem “sofrer é ser atingido pela corrupção”.</i></p>
	<p><b>A metáfora da guerra:</b>  <i>A “vitória”</i> no discurso de legitimação é evitar a injustiça de o político ser considerado corrupto. Esta é uma vitória maior do que a transparência na administração pública.</p>	<p>LUTA É AÇÃO DE OBTER A VITÓRIA  <i>“mas deve-se lutar muito para evitar injustiças como essa [acusar um político]”.</i></p>
	<p><i>O “ataque”</i> não é contra a corrupção política, mas do povo contra os políticos acusados de corrupção.</p>	<p>TIRO É ATAQUE  <i>“tiroteio para tudo quanto é lado”.</i></p>
	<p><i>“As vítimas”</i> deste ataque são os políticos acusados de corrupção, e não o povo que sofre com as consequências da corrupção política.</p>	<p>MUNDO É UM GRUPO CATEGORIZADO  <i>“todo mundo é bandido”</i></p>
	<p>Metáfora da máscara</p>	<p>BANDIDO É UM GRUPO PARTICULARIZADO  <i>“todo mundo é bandido”</i></p>
	<p><b>Metáfora da limpeza:</b>  (Metáfora da transparência)</p>	<p>TIROTEIO É CONFLITO  <i>“Isso tudo nos coloca em situação de enfrentarmos todo esse tiroteio, para desmascarmos esse propósito de envolver[...].”</i></p>
	<p><i>A “honestidade”</i> que caracteriza a vida do político.</p>	<p>ALVO É VÍTIMA – <i>“ser vítima de um linchamento”; “estar no meio da batalha”.</i></p>
	<p><i>O “ataque”</i> através da acusação de corrupção por meio da CPI dos Sanguessugas que destrói a vida do político.</p>	<p>ARMA É DEFESA – <i>“tem que usar todas as armas”.</i></p>
		<p>DESMASCARAR É REVELAR</p>
		<p>LIMPEZA É HONESTIDADE – <i>“Quero limpar o terreno”; “que se limpe o terreno”.</i></p>
		<p>TERRENO É ABRANGÊNCIA</p>
		<p>LIMPO É HONESTO</p>
		<p>SUJO É CORRUPTO</p>
	<p>SUJEIRA É CORRUPÇÃO  <i>“Não vou mais negar minha participação ou não nessa coisa imunda”;  “É preciso examinar toda a infraestrutura de baixo para cima para sabermos até onde se espalhou a sujeira dos sanguessugas”;  “espalhar a lama em todos os parlamentares”.</i></p>	
	<p>FOCO É ATENÇÃO – <i>“para tirar o foco dos verdadeiros ladrões”.</i></p>	
	<p>PASSAR É VER – <i>“passar minha vida a limpo”.</i></p>	

		VITRINE É TRANSPARÊNCIA – <i>“Todos nós somos uma vitrine, em que é sempre possível receber uma pedra”.</i>
		PEDRA É ATAQUE <i>“é sempre possível receber uma pedra”.</i>
		TRANSPARÊNCIA É HONESTIDADE
		VIDA É EDIFÍCIO.
	Metáfora da sacola	SACOLA É GENERALIZAÇÃO – <i>“Quer dizer, há uma necessidade ímpar de colocar todo mundo na mesma sacola”.</i>
	Metáfora da fogueira	ARRASTAR É MOVE- RALGO QUE NÃO QUER IR
		FOGUEIRA É PUNIÇÃO – <i>“tentaram me arrastar para a fogueira”.</i>
	Metáfora da sanguessuga	SANGUESSUGA É RETI- RAR A VIDA RAR A VIDA -

PROJETO FICHA LIMPA		
TOPOIS	METÁFORAS CONCEITUAIS	
1. O povo é culpado pelos políticos corruptos no poder.	<b><u>Metáfora da medicina:</u></b>  <i>A “corrupção” é uma doença que somente pode ser curada pelo povo.</i>	DOENÇA É CORRUPÇÃO <i>“Na Medicina a gente aprende o seguinte: tem que saber a causa, como você pode corrigir. A prevenção é o voto do eleitor”.</i>
		PREVENÇÃO É VOTO <i>“A prevenção é o voto do eleitor”.</i>
		A CAUSA DA DOENÇA É O POVO
		REMÉDIO É VOTO
	<b><u>Metáfora da limpeza:</u></b>  <i>O “voto” “certo” do povo resolve o problema da corrupção política.</i>	VACINA É VOTO
		REMÉDIO É FICHA LIMPA (não legítima)
		REMÉDIO É LEGISLAÇÃO CONTRA A CORRUPÇÃO (não legítima)
		SUJEIRA É CORRUPÇÃO
2. O povo não sabe votar.	(Por inferência argumentativa) – recorre aos conceitos apresentados anteriormente pela metáfora da medicina.	SUJEIRA É VOTO ERRADO - <i>“esclarecendo o eleitor da importância de votar de maneira limpa”.</i>
	<b><u>Metáfora da extinção:</u></b>	FACE DA TERRA É TO-

3. O povo é ingênuo e nada sabe sobre corrupção e política.	<b>O “fim”</b> da corrupção pelo Ficha Limpa é marca de ingenuidade.	TALIDADE <i>“com um projeto dessa natureza, nós estamos eliminando a corrupção da face da Terra”.</i> ELIMINAR É EXTINGUIR.
	<b>Metáfora da geração:</b> <i>A “produção”</i> de frustração por causa do projeto Ficha Limpa revela a ingenuidade do povo sobre política.	GERAR É PRODUZIR – <i>“nós não podemos gerar essa expectativa falsa e exagerada”.</i>
	<b>Metáfora das mãos:</b> <b>O “poder”</b> de decisão do projeto Ficha Limpa está com o Governo. O povo não vai entender se o governo não viabilizar a aprovação e se frustrará.	MÃOS É PODER – <i>“nas mãos do governo”.</i>
	<b>Metáfora da sintonia:</b> <b>O “entendimento”</b> que os políticos tem sobre corrupção é o mesmo do povo: combatê-la.	SINTONIA É ENTENDIMENTO – <i>“já estávamos sintonizados com a vontade do povo”.</i>
	<b>Metáfora do carro:</b> <i>“A superioridade”</i> do povo sobre os políticos, em assuntos políticos, não pode ser tolerada.	ATROPELAR É SER SUPERIOR – <i>“o Congresso vir a ser atropelado pela iniciativa popular”.</i>
	<b>Metáfora dos braços:</b> <i>A “inércia”</i> do congresso deve acabar devido a superioridade do povo, e não motivado pelo combate a corrupção política.	BRAÇOS CRUZADOS É INÉRCIA – <i>“Não podemos, nós, políticos, ficar de braços cruzados” diante da iniciativa do povo.</i>
	<b>Metáfora da pena:</b> <i>“A penalidade”</i> é ver o movimento político do povo contra a corrupção.	PENALIDADE É SER SUPERADO PELO POVO – <i>“Não podemos, nós políticos, ficar de braços cruzados, <b>sob pena</b> de novamente o Congresso vir a ser atropelado pela iniciativa popular”.</i>
	<b>Metáfora da limpeza:</b>	SANEAR É LIMPAR e

4. O projeto Ficha Limpa não vai resolver a corrupção no país.	<p><b>A “honestidade”</b> promovida pelo Ficha Limpa não será instalada de modo eficiente.</p>	<p>LIMPEZA É HONESTIDADE – <i>“No entanto, quem imagina que a nova regra vai promover todo esse saneamento poderá desapontar-se”</i>. SUJEIRA É CORRUPÇÃO</p>
	<p><b><u>Metáfora da medicina:</u></b></p> <p>A “<i>proteção</i>” para a prática da corrupção vem do projeto Ficha Limpa.</p>	<p>IMUNIZAR É PROTEGER – <i>“Conclusão: estão todos eles imunizados contra a chamada Lei da Ficha Limpa”</i>.</p>
	<p><b><u>Metáfora do jogo:</u></b></p> <p>A “<i>disputa</i>” entre os políticos retarda o projeto Ficha Limpa a fim de manter suas práticas corruptoras</p>	<p>JOGO É DISPUTA – <i>“A ficha é limpa, o jogo é sujo”</i>. SUJEIRA É CORRUPÇÃO</p>
	<p><b><u>Metáfora do golpe:</u></b></p> <p>A “<i>traição</i>” é aprovar o Ficha Limpa como meio de combate a corrupção.</p>	<p>GOLPE É TRAIÇÃO – <i>“a suspeita de que houvesse um golpe linguístico”</i>.</p>
	<p><b><u>Metáfora do milagre:</u></b></p> <p>“<i>Algo impensável</i>” foi a aprovação do Ficha Limpa no Congresso.</p>	<p>MILAGRE É ALGO IMPENSÁVEL (deslegitima a corrupção)</p>
5. A Lei Ficha Limpa não vai ter muito efeito porque a maioria esmagadora dos congressistas não é corrupta, mas apenas uma minoria.	<p><b><u>Metáfora da mancha:</u></b></p> <p>Há uma “<i>minoria corrupta</i>” entre os políticos.</p>	<p>MANCHA É MINORIA CORRUPTA – <i>“infelizmente, é uma minoria que é ficha-suja ou corrupta e mancha a atividade política”</i>.</p>
	<p><b><u>Metáfora de endeusar:</u></b></p> <p>“<i>Supervalorizar</i>” a prática da corrupção é errado, pois ela é um erro como qualquer outro.</p>	<p>ENDEUSAR É SUPERVALORIZAR – <i>“Basta ela não ser malversadora de recurso público para ser endeusada”</i>.</p>
	<p><b><u>Metáfora da certeza:</u></b></p> <p>“<i>Certeza</i>” é que poucos são os políticos corruptos.</p>	<p>ESMAGADOR É CERTEZA – <i>“eu sei que limpa é a maioria esmagadora dos meus colegas”</i>.</p>
	<p><b><u>Metáfora do ruído:</u></b></p> <p>A “<i>comunicação falha</i>” faz com que o povo pense que há uma maioria de políticos corruptos no Estado.</p>	<p>RUÍDO É COMUNICAÇÃO FALHA – <i>“V. Ex<sup>a</sup> fala das pessoas de má índole que entram na vida pública e que para mim são uma minoria, mas tão ruidosa que passam</i></p>

		<i>para a opinião pública a idéia que são maioria”.</i>
	<p><b><u>Metáfora da prostração:</u></b></p> <p>“<i>Ceder</i>” pela pressão popular em favor do Ficha Limpa não é uma ação positiva.</p> <p>“<i>Ceder</i>” devido a pressões do povo e da mídia, para aprovar o projeto Ficha Limpa, não pelo combate contra corrupção em si.</p>	CURVAR É CEDER – “o Congresso, sempre que pressionado, se curva à vontade da nação”.

Os topois alistados dentre as duas crises são:

1. O povo é culpado pelos políticos corruptos no poder.
2. O povo não sabe votar.
3. O povo é ingênuo e nada sabe sobre corrupção e política.
4. O projeto Ficha Limpa não vai resolver a corrupção no país.
5. A Lei Ficha Limpa não terá muito efeito porque a maioria esmagadora dos congressistas não é corrupta, mas apenas uma minoria.
6. A política é uma guerra, em que os políticos são as vítimas.
7. A corrupção política deve ser combatida, mas, sem que o político seja acusado pelo povo.

Os topois 1 e 2 apresentam a estratégia ideológica de culpabilizar o Outro, onde, o Outro é o povo brasileiro. O topoi 3 desqualifica o Outro nos aspectos da política, qualificando-o como ingênuo. Os topois 4 e 5 desqualificam o projeto Ficha Limpa, organizado e proposto pelo Outro, mesmo que tenha sido aceito até o contexto dos pronunciamentos (atualmente o projeto Ficha Limpa foi descartado pelo Congresso). Os topois 6 e 7 revelam a estratégia discursivo-ideológica da vitimização, onde o grupo de atores/políticos do Senado (Nós) se apresenta na condição de vítima de acusações injustas por parte do Outro, o povo brasileiro. Especificamente, o topoi 7 mostra o aspecto velado do discurso de legitimação da corrupção política quando apóia o combate a corrupção. As estratégias ideológicas de legitimação do discurso da corrupção: 1. culpabilização do “Outro”, 2. desqualificação do “Outro”, 3. vitimização de “Nós”, construídas a partir dos topois, configuram o abuso de poder entre grupos sociais. De modo que, o grupo de políticos corruptos exerce dominação sobre o grupo social do povo pobre do Brasil.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática que norteou este estudo sobre o discurso político de legitimação da corrupção nas crises políticas da era Lula foi: “Como o parlamento brasileiro legitima a corrupção política a partir dos seus discursos oficiais?”. Quatro seções objetivaram responder esta questão, e outras que também foram propostas: 1. “Qual a definição de discurso político da legitimação em torno da temática da corrupção, assim, como as estratégias discursivas que o legitimam, segundo a vertente da ACD de van Dijk (2003, 2006)?”. 2. “Como se procede à análise das estratégias discursivas (retórica e topoi [VAN DIJK, 2003, 2006]) que legitimam o discurso político em torno da corrupção?”. 3. “Qual a relação entre as estratégias discursivas e seus atores/enunciadores, que produzem as representações e ideologias de dominação?” (VAN DIJK, 2006).

Na primeira seção intitulada “Corrupção: uma perspectiva multidisciplinar” buscou-se fundamentar a base teórica que suportaria a análise dos pronunciamentos dos Senadores segundo uma perspectiva da ACD de van Dijk (2003, 2006, 2008, 2010). A definição da corrupção política como uma prática social, que busca ser legitimada por atores políticos, foi relacionada aos aspectos sócio-cognitivos da ACD de van Dijk (2006, 2008). Então, entendeu-se corrupção política como a apropriação de recursos públicos (o erário, por exemplo) em favor de interesses privados. A partir deste conceito de corrupção, o caminho teórico se deu no ato de situá-lo na proposta de van Dijk (2006, 2008), por isso, a necessidade da corrupção, como prática social, ser relacionada à ideologia, à sociedade e ao discurso.

A ideologia, segundo van Dijk (2006, 2008), é um conjunto de crenças compartilhadas que podem ser reproduzidas por meio da linguagem, dentro do contexto de grupos sociais onde há a relação de dominação e abuso de poder. A corrupção política possui as características desta perspectiva de ideologia, pois é praticada dentro da relação de dominação e abuso de poder entre grupos sociais. Van Dijk (2003, 2006, 2008, 2010), também, propõe um aspecto sócio-cognitivo em sua abordagem teórica do discurso. A ideologia é compartilhada e reproduzida por meio da memória episódica e da memória social construída em cada indivíduo, através de processos cognitivos complexos, que se realizam dentro de grupos sociais, por meio da construção de uma relação de pertencimento. Este compartilhar e reproduzir ocorre no discurso, especificamente através do discurso semântico que comporta o aspecto cognitivo da linguagem. Visto que o discurso é uma prática social, os aspectos cognição e sociedade se ligam apresentando o aspecto pragmático da proposta de van Dijk (2006).

Assim como o discurso, a corrupção política é uma prática social. Visto que van Dijk (2002) aborda a cognição política a fim de fundamentar sua proposta sobre o discurso político, a corrupção como prática social política segue este viés cognitivo, podendo ser analisada por meio de um discurso semântico. A legitimação da corrupção, também, é uma prática social que se processa no âmbito do Direito, no entanto, a partir de Habermas (2002 [1973]), a legitimação passou a ser estudada no âmbito do discurso. Neste sentido a corrupção política como uma prática social pode ser analisada a partir do discurso político de legitimação, que tem como função tornar aceitável e natural um discurso de dominação ideológica.

Van Dijk (2006) apresenta a legitimação como uma importante função do uso da ideologia e do discurso, de modo a defender os interesses de um grupo social dominante. Nesta perspectiva, o discurso político de legitimação contempla, teoricamente, a análise discursiva da corrupção, a partir dos pronunciamentos do Senado Federal. A proposta multidisciplinar dos ECD de van Dijk (2006) embasa a pesquisa do discurso político de legitimação da corrupção, por meio dos aspectos social, cognitivo e discursivo, tendo como fundamento uma análise discursiva semântica e pragmática.

A segunda seção cujo título é “O contexto político da corrupção no Brasil” se justifica neste trabalho no entendimento que, segundo van Dijk (2008), a análise do discurso político somente se processa a partir do conhecimento do contexto político em que foi reproduzido e compartilhado. Nesta, foi traçado o aspecto histórico e sociológico da corrupção política no Brasil, de modo que se confirmou a definição de corrupção como a apropriação dos bens públicos em favor dos interesses privados. A partir deste entendimento de corrupção, à luz dos períodos: colônia, império e república, no Brasil; optou-se pelo viés das representações sociais, como teoria sócio-psicológica que ancora o simbólico em um aspecto cognitivo e social, também, por meio da linguagem. Moscovici (2009) foi o suporte teórico para a conceituação das representações sociais, enquanto Jovchelovitch (2000), em sua pesquisa sobre as representações sociais na esfera pública, ilumina o aspecto simbólico da corrupção política a partir de entrevistas com taxistas e meninos de rua. Na seção de análise, a imagem do “sangue doente” analisada a partir da teoria das representações sociais, que se repetiu na história, surge nos pronunciamentos dos Senadores da era Lula.

Estas duas primeiras seções respondem a primeira questão proposta: 1. “Qual a definição de discurso político da legitimação em torno da temática da corrupção, assim, como as estratégias discursivas que o legitimam, segundo a vertente da ACD de van Dijk (2003, 2006)?”.

A terceira seção, *A legitimação da corrupção no discurso político – metodologia*, como se apresenta, responde a segunda questão deste estudo: 2. “Como se procede à análise das estratégias discursivas (retórica e topoi [VAN DIJK, 2003, 2006]) que legitimam o discurso político em torno da corrupção?”. A retórica argumentativa, segundo Billig (2008), apresenta as características de um discurso político argumentativo: a justificação e a crítica; como, também, reforça o discurso político de legitimação da corrupção que por natureza busca a justificativa de uma prática social de dominação que precisa ser mitigada. O topoi, que também possui um caráter argumentativo, e figura como categoria de análise dentro do campo da retórica argumentativa, apresenta um sumário do senso comum entre os Senadores que se pronunciaram acerca das crises políticas da Máfia dos Sanguessugas e do projeto Ficha Limpa. Os topois foram construídos a partir da teoria das metáforas conceituais, visto que estas fazem parte de um processo cognitivo, aliado a um contexto sociocultural, coadunando com a ACD de van Dijk (2006). Estes funcionam como síntese da argumentação dos políticos para legitimar a corrupção através do seu discurso.

A última seção intitulada *Abordagem analítica da legitimação do discurso político da corrupção* responde a terceira questão: 3. “Qual a relação entre as estratégias discursivas e seus atores/enunciadores, que produzem as representações e ideologias de dominação?” (VAN DIJK, 2006). Por meio da análise discursiva, através da retórica, os topois contidos nos pronunciamentos parlamentares revelam argumentos que legitimam o discurso da corrupção como natural, comum e aceitável. Os atores/enunciadores dos pronunciamentos, políticos do Senado Federal, através dos topois, de modo discursivo, apresentam os atos corruptores relacionados a Máfia dos Sanguessugas e ao projeto Ficha Limpa como aceitáveis, promovendo sua própria vitimização e a culpabilização do povo pobre do Brasil.

A questão principal agora pode ser observada visto que as outras dão o suporte para uma sugestão de resposta. A problemática: “Como o parlamento brasileiro legitima a corrupção política a partir dos seus discursos oficiais?”, é elucidada quando do entendimento que os topois, construídos pelas metáforas conceituais, apresentam discursivamente a corrupção política como uma prática social aceitável, normal e comum no meio político brasileiro. Neste sentido, instala-se uma relação de abuso de poder, visto que um grupo social busca legitimar discursivamente a corrupção política, que por sua vez promove a pobreza de boa parte da população brasileira, e dirige os recursos materiais para um grupo pequeno que detém o domínio da riqueza; aumentando, assim, a injustiça social, o aumento da pobreza e a precariedade dos serviços públicos como saúde, segurança e educação.



## 7 REFERÊNCIAS

- ABAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANDRESKI, S. **Parsitism and subversion**: the case of Latin America. Nova Iorque: Weidenfeld & Nicolson, 1966.
- AVRITZER, Leonardo. Esfera pública. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.
- AZEVEDO, Karine Falcone de. **(Des)legitimação**: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social. 2008. 682 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- BACKES, Carmen. **O que é ser brasileiro?** São Paulo: Escuta, 2000.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- BILLIG, Michael. **Argumentando e pensando**: uma abordagem retórica à psicologia social. Petrópolis, RJ; Vozes, 2008.
- BOTELHO, Ana Cristina Melo de Pontes. **Corrupção política**: uma patologia social. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- CARNEIRO, Marcelo. Máfia dos sanguessugas: a lista da vergonha. In: **Veja**. São Paulo, ano 39, n. 29, p. 56, 26 de julho de 2006.
- CARVALHO, Getúlio. Da contravenção à cleptocracia. In: LEITE, Celso Barroso. **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. Quem Transgride o quê? In: CARDOSO, Fernando Henrique (org.). **Cultura das transgressões no Brasil** – lições de história. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 69-94.
- \_\_\_\_\_. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.
- CARVALHO, Sérgio N. de. **A metáfora conceitual: uma visão cognitivista**. Cadernos do CNLF (Congresso Nacional de Linguística e Filologia), Série VII, nº07 - Discurso e Língua Falada. UERJ/EN/UNESA. 2003. <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno12-04.html>> acesso em: 10 de outubro de 2011.

CAVALCANTI, Luiz Otávio. **Como a corrupção abalou o governo Lula**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2000.

DA MATTA, Roberto da. Em torno da transgressão à brasileira. In: CARDOSO, Fernando Henrique (org.). **Cultura das transgressões no Brasil** – lições de história. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 95-110.

DOMINGUES, José Maurício. Patrimonialismo e Neopatrimonialismo. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **Latin America and contemporary modernity: a sociological interpretation**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2008.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

EASTON, D. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ESCOSTEGUY, Diego. Museu vivo do código penal. In: **Veja**. São Paulo, n. 1964, p. 54-58, 12 julho 2006.

ESCOSTEGUY, Diego; OLTRAMAR, Alexandre. Poder, dinheiro, corrupção e ... In: **Veja**. São Paulo, n. 2142, p. 76-81, 5 de dezembro de 2009.

FAGUNDES, Miguel Seabra. **O contrato jurisdicional dos atos administrativos**. São Paulo: Saraiva, 1982.

\_\_\_\_\_. A infração à ética política como fator de desprestígio do poder legislativo. In: LEITE, Celso Barroso. **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. El análisis crítico Del discurso como método para lá investigación em ciências sociais. In: Wodak, R; Meyer, K. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003b, p. 179-204.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade). In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. A corrupção no Brasil Colônia. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

FOUCAULT, M. (1978). **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio

de Janeiro: Edições Graal, 1978.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unespe, 1997.

FURLANETTO, Maria Marta. Argumentação e subjetividade no gênero: o papel dos *topoi*. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. v. 6., n. 3., set./dez. 2006.

GRADY, Joseph. **Foundations of meaning**: primary metaphors and primary scenes. Unpublished Ph.D. Dissertation. University of California, Berkeley, 1997a.

\_\_\_\_\_. 'THEORIES ARE BUILDINGS revisited'. **Cognitive Linguistics**, n.8, v.4, p. 267-290, 1997b.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABIB, Sérgio. Brasil: **quinhentos anos de corrupção**: um enfoque sócio-histórico-jurídico-penal. Porto Alegre: Safe, 1994.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1870**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JOHNSTON, Michael. O paradoxo da corrupção: efeitos grupais e sistêmicos. In: LEITE, Celso Barroso. **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

JOHNSON, Mark. **The body in the mind**: the bodily basis of reason and imagination. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KÖVECSES, Zoltán. **Metaphors of anger, pride, and love**: a lexical approach to the study of concepts. Amsterdam: Benjamins, 1986.

\_\_\_\_\_. **The language of love**: the semantics of passion in conversational English. Lewisburg, PA: Bucknell University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **Metaphor**: a practical introduction. New York: Oxford University Press, 2003

LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

\_\_\_\_\_. A metáfora, as teorias populares e as possibilidades do diálogo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 9, p. 49-68, 1985.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. The University of Chicago, Chicago, 1980.

LAKOFF, G. & TURNER, M. **More than cool reason**: a field guide to poetic metaphor. USA, The University of Chicago, 1989.

LEITE, Celso Barroso. História, sentido e objetivo. In: LEITE, Celso Barroso. **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LIMA, Paula Lenz Costa; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes; MACEDO, Ana Cristina Pelosi. Cognição e metáfora: a teoria da metáfora conceitual. In: MACEDO, Ana Cristina Pelosi (org.). **Cognição e linguística**: explorando territórios, mapeamentos e percursos. Caxias do Sul, RS: Educ; Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

MARTINS, José Antônio. **Corrupção**. São Paulo: Globo, 2008.

MORAIS FILHO, Antônio Evaristo de. O círculo vicioso da corrupção. In: LEITE, Celso Barroso. **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Corrupção no Brasil republicano – 1954-1964. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

NYE, Joseph S. Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. In: **American Political Science Review**. Jun 1967.

O'DONNELL, Guillermo A. **Polyarchies and the (Un)rule of Law in Latin America**. Notre Dame: University of Notre Dame, 1998.

ORTONY, A. **Metaphor and thought**. End. UK, Cambridge U. Press, 1993.

PACINI, Márcio. Administração pública: importância e controle. In: LEITE, Celso Barroso. **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

PEDRO, Emília Ribeiro (org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Editora Caminho, 1997.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise crítica do discurso uma proposta para a análise crítica da linguagem. Rio de Janeiro: **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**. v. 9, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>. Acesso em: 20 novembro 2010, 11h 7min.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**: implicações interdisciplinares. Campinas, SP: Pontes, 2009a.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2009b.

RIOS, José Arthur. A fraude social da corrupção. In: LEITE, Celso Barroso. **Sociologia da corrupção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ROCHA, Patrícia Barcelos Nunes de Mattos. **Corrupção na era da globalização**. Curitiba: Juruá, 2008.

ROJO, L. & VAN DIJK, T.A. 1997. Legitimizing the Expulsion of “Illegal” Migrants in Spanish Parliamentary Discourse. **Discourse & Society** 8(4), London, SAGE.

SCHILLING, Flávia. **Corrupção: ilegalidade intolerável**. Comissões parlamentares de inquérito e a luta contra a corrupção no Brasil (1980-1992). São Paulo: IBCCrim, 1999.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **A economia política da corrupção no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. (Série Ponto Futuro; 8)

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Ditadura Militar. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

SCHWARCZ, Lila Moritz. Corrupção no Brasil Império. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ideología: una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona, España: Gedisa, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ideología y discurso**. Barcelona, España: Ariel, 2003.

\_\_\_\_\_. Political discourse and political cognition. In: Paul A. Chilton & Christina Schäffner (Eds.), **Politics as Text and Talk. Analytical approaches to political discourse**. (pp. 204-236). Amsterdam: Benjamins, 2002.

\_\_\_\_\_. What is political discourse analysis? Key-note address Congress Political Linguistics. Antwerp, 7-9 – December, 1995. In Jan Blommaert & Chris Bulcaen (eds.), **Political linguistics** (pp. 11-52). Amsterdam: Benjamins, 1997.

VAN LEEUWEN, T. 2007. Legitimation in Discourse and Communication. In: **Discourse & Communication**. London, SAGE Publications, vol.1(1): 91–112.

VILA, Marco Antônio. **A queda do Império**. São Paulo: Ática, 1996.

WAQUET, Jean Claude. **De la corruption**. Paris: Fayard, 1984.

WEBER, Max. **From Max Weber: Essays in Sociology**. N. York: Oxford University Press, 1946.

WODAK, Ruth (ed.). **Language, Power and Ideology: Studies in Political Discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1989.

## ANEXO A - Discursos Parlamentares referentes a crise 1 - “Máfia dos Sanguessuga”.

A

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Uma leitura otimista da Operação Sanguessuga”, publicado no jornal **Valor Econômico** de 10 de maio do corrente.

No referido editorial, o jornal avalia a Operação Sanguessuga: “Há duas maneiras de interpretar a ação da PF. A primeira delas, pessimista, é a de que nunca houve um esquema tão amplo de corrupção, envolvendo tantos agentes públicos. A leitura otimista da Operação Sanguessuga reconhece que houve, nos últimos anos, inegável profissionalização da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério Público, e que a criação da Controladoria Geral da União, em 1991, compôs com as outras instituições uma estrutura mais sólida de controle de crimes contra o erário, que incluem tanto a corrupção quanto a sonegação”.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

B

Senador *André* (grifo meu), nosso Presidente, eu quero, com muito prazer, fazer aqui uma comunicação. Trata-se do ex-Deputado *João* (grifo meu), que foi Deputado por vários mandatos, Deputado Estadual de Minas Gerais, Deputado Federal também pelo Estado de Minas. Foi Secretário de Assuntos Municipais no meu período de governo no Estado e sempre teve uma ligação muito grande com os servidores públicos do Estado de Minas, fiscal da Fazenda que é.

Há cerca de dois anos, um pouco antes da eleição, *João* (grifo meu) foi listado como um dos que estariam implicados na chamada Máfia das Ambulâncias. Na sua carta aos amigos, ele diz que foi condenado pela imprensa como membro da Máfia das Ambulâncias. “A condenação é implacável”, disse *João* (grifo meu). “Dói na alma, envergonha os amigos, afugenta correligionários e é motivo de euforia para os adversários. Só tem uma vantagem: espanta os falsos amigos”.

Passados dois anos, tendo sido feita toda a investigação dos Municípios e entidades para onde o Deputado *João* (grifo meu) destinou verbas do Orçamento da União, nada foi apurado contra ele. Como ele havia informado na época, Sr. Presidente, não havia o que ser apurado e, por isso, sequer houve algum tipo de denúncia.

Quero trazer isso ao conhecimento deste Senado, como representante também do Estado de Minas Gerais, porque, no momento em que se faz o dano, é muito divulgado. Coloca-se o nome de um político como *João* (grifo meu) numa chamada lista suja, como estão vendo agora, também acontece assim, a precipitação, com o vazamento de informações ilegais, e depois, quando se tem a justiça sendo realizada, pouco se divulga.

E aqui está *João* (grifo meu) encaminhando aos seus amigos, aos seus correligionários, ele não é candidato a nada agora, mostrando que, encerradas as investigações que foram feitas, nada foi comprovado em relação às emendas que ele colocou, na época, para os Municípios que ele representava.

Portanto, que esse seja mais um exemplo de que se deve, realmente, lutar pela transparência na administração pública, mas deve-se lutar muito para evitar injustiças como essa que foi

executada contra um homem de bem, de grandes serviços prestados ao Estado de Minas Gerais, como o Deputado *João* (grifo meu).  
A ele, a minha homenagem.

C1

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou falar mais uma vez sobre a tal da CPMI dos Sanguessugas. É fato comprovado em depoimento, embora ainda não tenham sido apresentadas todas as provas necessárias, que o esquema de crime contra a administração pública envolvendo ambulâncias acontecia no Governo passado. É fato que o mesmo esquema de liberação de recursos para compra de ambulâncias ocorria no Governo passado. Por isso, espero que tenhamos a oportunidade de, na próxima semana, ao ouvir o empresário, vê-lo disponibilizar todos os detalhes, as provas que nos possibilitem aprofundar as investigações da operação fraudulenta envolvendo essa quadrilha que atuava no Governo passado. No atual Governo, está mais do que provado quem operou o sistema. Aliás, tem uma coisa que seria, no mínimo, engraçada, se não fosse trágica: a primeira liberação de recursos feita com a intervenção da quadrilha junto ao Ministro da Saúde do atual Governo aconteceu justamente dia 1º de abril de 2003. Nesse dia, a gangue que atuava no Governo passado, já devidamente articulada com o atual Governo, conseguiu a primeira liberação. Então, os passos são bem organizados. Sendo assim, o depoimento do Sr. Verdoin é muito, muito importante. Claro que seria muito interessante que outros empresários que também se articulam com quadrilhas no Palácio do Planalto ou no Congresso Nacional disponibilizassem informações, para que assim, de fato, pudéssemos superar todas as possibilidades que se criam a cada Governo em relação aos crimes contra a administração pública. O empresário tem todo o mapa. Senador Luiz Otávio, parecia até que ele sabia tanto que estava lidando com bandido, Ministro da Saúde, assessor de Ministro, Liderança de Partido do Governo, Senador e Deputado, que anotava tudo: todos os cheques, todas as movimentações bancárias e respectivas cópias de cupons bancários, tinha todos os detalhes manuscritos. Tudo está lá devidamente anotado.

E tal qual disse o pai dele no depoimento que tivemos oportunidade de acompanhar, em Cuiabá, a muitas das perguntas que eu fazia, ou o próprio Senador Amir Lando, ele respondia: “Senadora, pergunte ao meu filho, porque o meu filho tem uma memória como a senhora nunca viu alguém ter. Ele vai-lhe dar todos os detalhes dessa operação criminosa”. E realmente ele dá. Ele tem exatamente o dia, quem foram as pessoas que lhe encaminharam e o dia em que ele foi se encontrar com o Ministro [...], da Saúde. Ele tem exatamente o detalhe da dívida que vinha do Governo passado. No Governo passado, foi disponibilizado em ambulâncias, para alguns municípios, R\$8 milhões. Só que o Governo acabou e o recurso não foi liberado. Inclusive houve uma festa com a presença do Ministro da Saúde do Governo Fernando Henrique no dia da entrega das ambulâncias, só que o Serra não ganhou a eleição. Então, ele foi procurar o Ministro do Governo Lula para pagar as ambulâncias que já tinham sido entregues, mas para as quais não haviam sido empenhados recursos. Ele tem todos os detalhes: dos nomes dos lobistas, das pessoas que o procuraram; enfim, todos os detalhes preciosíssimos, todos, todos os detalhes. E é muito trágico para quem é da área da saúde, como eu, para quem se dedicou, ao longo da vida, à área da saúde, por mais que sejamos apaixonados pelas áreas de educação, de segurança pública, de desenvolvimento econômico ou de inclusão social, pois a saúde não pode esperar. Não pode esperar porque a estrutura anatomofisiológica das pessoas não pode esperar a democratização da riqueza, das políticas sociais, o socialismo. Foi justamente nessa área que eles operaram de uma forma

impressionante.

Quem analisa os recursos disponibilizados começa a achar que mudou completamente o quadro de saúde, porque era liberação em custeio, liberação de medicamentos, de equipamento médico-hospitalar, de recuperação de centros de saúde e das unidades móveis, que são as tais das ambulâncias.

Só para o Acre foram R\$ 2,260 milhões. Quando lembro da minha querida Alagoas, penso que lá deve ter acontecido o mesmo que aconteceu em todos os Estados brasileiros: os parlamentares da base bajulatória do Governo certamente foram lá com as ambulâncias, com os prefeitos, para manipular a população pobre, batendo no peito e dizendo que eram amigos do Lula e que estavam trazendo recursos para os pobres em Alagoas. Devem ter feito isso em todos os Estados brasileiros. Para a minha Alagoas, foram R\$ 2,520 milhões só dessas coisas. Não estou falando de recurso extra-orçamentário, de nada, porque vamos chegar a isso. Para o nosso querido Estado do Amapá, R\$ 6,890 milhões; para o nosso querido Estado do Amazonas, R\$ 1,880 milhão. Estou falando só de emenda individual. Para a Bahia, R\$ 9.007.493,00; Ceará, R\$ 2.112.100,00; para o Distrito Federal, R\$ 1,325 milhão; para o Espírito Santo, R\$ 2,636 milhões; para Goiás, R\$ 420 mil; para o Maranhão, R\$ 3,591 milhões; para Mato Grosso, R\$ 2,560 milhões; para o Mato Grosso do Sul, R\$ 720 mil. Aí eu achei até pouco, mas não era isso. O problema é que eram R\$ 720 mil para o Mato Grosso do Sul em emenda individual, de um parlamentar, eu quase caí dura quando vi quem era. No entanto, havia um outro esquema: um esquema negociado diretamente dentro do Ministério da Saúde, dentro da Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, de R\$10 milhões em equipamento médico-hospitalar, extra-orçamentário. Do mesmo jeito que aconteceu, de forma extra-orçamentária, com alguns municípios do interior do Ceará, de R\$ 6 milhões. Dois milhões para a empresa do Verdoin e R\$ 4 milhões para as outras empresas. O mesmo ocorreu no Estado do Piauí. E o Senador *André* (grifo meu) não está aqui para dizer: “o Pi-au-í”. Para Minas Gerais, foram R\$9.008.149,70; para o Pará, R\$5,485 milhões; para a Paraíba, R\$11.340.405,70 só em ambulâncias e equipamentos em emenda individual. Resolveram todos os problemas da Paraíba. Para o Paraná, R\$2.409.950,00; Pernambuco, R\$2,005 milhões; Piauí, R\$600 mil, achei pouco. Só que o problema do Piauí eram os R\$14 milhões extra-orçamentários! O nosso querido Estado do Piauí merece até mais, como todos os Estados brasileiros merecem muito mais, como a minha Alagoas merece muito mais. Mas o que não pode acontecer é que quem tem aparentemente merecido mais são os sanguessugas: Senadores, Deputados, ministros da saúde, assessores, prefeitos e outros mais do *¿propinódromo¿* às custas da ausência de possibilidades concretas para o atendimento à saúde das pessoas pobres. No Piauí, foram R\$14 milhões extra-orçamentários. Olhem só: ambulância de resgate, ambulância de remoção, aquisição de medicamento, tudo aquilo que é muito, muito importante para todos os pobres do Brasil. No Rio Grande do Sul, R\$1.725.000,00; no Rio Grande do Norte, R\$4,1 milhões; em Rondônia, R\$75 mil; em Roraima, R\$3,4 milhões; Santa Catarina, R\$700 mil; São Paulo, R\$27.603.500,00; Sergipe, R\$2.841.250,00; Rio de Janeiro, R\$26.972.500,00, e por aí vai. Nesse esquema eles usavam tudo: de Santas Casas, hospitais de câncer, Apaes até entidades filantrópicas. Usavam várias e várias entidades que prestam serviços tão especiais para pessoas tão especiais e tão despossuídas de tantas coisas. Por quê?

Senador *Moisés* (grifo meu), como sabe V. Ex<sup>a</sup>, os únicos que precisam do serviço público de saúde são os pobres. Quando eu voltar para a sala de aula posso precisar do serviço público. Quando meu filho foi atropelado aqui, fui para o serviço público. Ele passou por todas as angústias do serviço público, ficou jogado no chão do posto de saúde até que alguém se dispusesse a vê-lo. Depois, foi com o Corpo de Bombeiros para o Hospital de Base, onde não



havia medicação adequada para conter a convulsão decorrente do traumatismo craniano, mas, graças a Deus e à competência técnica dos trabalhadores do Hospital de Base, meu filho ficou bem. Entretanto, a maioria não fica. Quem precisa do serviço público de saúde são as pessoas pobres, as pessoas que não têm planos de saúde, as pessoas que não têm amigos nos postos de saúde ou nos hospitais, as pessoas que não podem dar um telefonema na hora da dor do parto, na hora da febre do filho, na hora do câncer do idoso em casa. Essas são as pessoas que precisam do serviço público.

Portanto, é fundamental apresentar ao povo brasileiro quem participou dessa operação criminosa. Se Senador, deputado, empresário, prefeito, ministros da saúde, trabalhadores do setor público, quem está envolvido tem de ser apresentado à sociedade para que o esquema seja desmontado.

Se o esquema já operava no governo passado e agora continua no Governo Lula, com requinte de vigarice política inaceitável, precisamos dizer isso ao povo brasileiro, para poder desmontá-lo.

Como se desmonta esse esquema? Ainda continuo achando que a experiência americana do Orçamento impositivo, que aqui foi aprovado por Senador do PFL da Bahia que apresentou o projeto, minimiza o risco do tráfico de influência, da promiscuidade, do balcão de negócios sujos entre o Executivo e o Legislativo. Mais que isso, é a construção do Orçamento. O planejamento público para construir o Orçamento, quanto mais transparente, quanto mais compartilhado com os vários setores da sociedade, com os trabalhadores ao setor produtivo, diminui o risco da delinquência política, do tráfico de influência, da intermediação de interesse privado, da exploração de prestígio, de tudo aquilo que está no Código Penal e que prevê cadeia.

Antes de concluir, Sr. Presidente, vou conceder um aparte ao Senador Batista e, em seguida, ao Senador Natanael.

Senadora, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento da maior importância pela oportunidade. Concordo, acho que esse é um episódio que tem de ser apurado nas duas pontas. O Executivo e o Legislativo terão de ser responsabilizados pela eventual participação não republicana, termo muito na moda no atual Governo, nesse episódio. Evidentemente, alguns fatos nos deixam intrigados, porque, na realidade, a liberação do recurso é feita no Executivo. A base de preço de veículos, o Executivo a tem, até porque faz compras para outras atividades do Ministério. Isso me parece muito estranho. O próprio Presidente da República, em vez de simplesmente dizer que foi a Procuradoria da República que apurou, como se isso fosse obra de Governo e como se o Procurador da República estivesse a serviço do Governo e não do Estado, deveria ser a primeira pessoa interessada em que esses casos fossem apurados o mais rapidamente possível, até porque, recentemente, ele deu uma declaração que estremeceu o Brasil todo quando disse que a saúde no Brasil estava perto de chegar à perfeição. Que perfeição é essa? Há perfeição quando os recursos públicos são usados de maneira incorreta ou são desviados? O Presidente, parece-me, dedica-se muito à saúde no Brasil. V. Ex<sup>a</sup> se lembra de que, ao visitar o Hospital do Coração, o Incor, em São Paulo, o Presidente disse que o cidadão brasileiro que tivesse a oportunidade de morrer sob os cuidados do Dr. Jatene, mesmo que este tivesse cometido um erro médico, morreria sorrindo. Quantos brasileiros têm acesso a médico? Já não digo acesso ao Dr. Jatene, que é um extraordinário médico; somente pessoas privilegiadas têm acesso a ele. Evidentemente, o Presidente Lula, desde há algum tempo, como líder sindical, faz suas revisões e as da sua família no Instituto do Coração. Mas, no Nordeste, Senadora, há brasileiros que nascem, vivem e morrem sem ter acesso a um médico sequer. Dessa forma, o Presi-

dente está agora devendo ao País e à opinião pública um gesto mais firme, no sentido de que esses fatos sejam apurados em sua totalidade e não apenas em parte. Muito obrigado.

Senadora *Judite* (grifo meu): E a apuração profunda é muito necessária até para inocentar quem, de fato, possa ser inocente. Há pessoas que me dizem que juram pelos filhos; há pessoas que me dizem que os filhos estão sendo perseguidos na escola. Não acredito que algumas pessoas iriam me procurar, logo a mim! para dizer uma coisa dessa e querer apresentar provas e ser ouvidas. É claro que uma pessoa poderia ter apresentado emenda para determinado equipamento. Todos nós, que somos da área de saúde, colocamos 30% de nossas emendas para essa área. Mas, infelizmente, eles só liberavam as dos queridinhos do Governo, não liberavam as de todos. Por exemplo, o Deputado *Tito* (grifo meu), cuja mãe morreu de câncer, fez uma emenda destinando recursos para a compra de um mamógrafo. Tive uma experiência dramática pessoal e também fiz emenda para a compra de mamógrafo, e outras pessoas também o fizeram. Alguém poderia ir lá e fazer alguma vigarice para liberar o mamógrafo e ganhar um dinheiro. É evidente que isso poderia ter acontecido, mas algumas pessoas foram selecionadas para isso. Por quê?

Os depoimentos do Sr. Darci e do Sr. Ronildo, bem como todos os depoimentos que foram feitos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por isso, é muito especial que o dono da empresa venha aqui na próxima semana, para prestar novo depoimento e novos esclarecimentos, são muito importantes para auxiliar o Poder Público a aprofundar as investigações, identificando onde o crime organizado, a quadrilha atuava, se no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação, no Congresso Nacional, no setor empresarial, nas Prefeituras ou nos agentes públicos, de forma geral. Com isso, podem-se desvendar todos os tentáculos dessa operação criminosa. Os depoimentos são muito importantes para reduzir o risco de que uma maldita operação como essa volte a acontecer em outras experiências administrativas e continue a ocorrer em outras áreas do próprio aparelho de Estado. Concedo um aparte ao Senador *Luiz* (grifo meu) e ao Senador *Natanael* (grifo meu). V. Ex<sup>as</sup> decidam quem falará primeiro.

Senador Natanael: Por favor, V. Ex<sup>a</sup> pode falar antes.

Senadora Judite: O Senador Natanael está sendo delicado com V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Luiz: Senadora *Judite* (grifo meu), sou membro da CPMI dos Sanguessugas e pouco tenho ido lá, mas tenho conversado com alguns Parlamentares que estão sendo acusados. Tenho um mandato curtinho: há 121 dias, substituo o Senador *Patrício* (grifo meu). Quando cheguei a Campo Grande, depois de tomar posse, as pessoas me perguntavam o que eu achava do Senado, de Brasília. Eu lhes dizia: “Tenho muito medo de amanhã virar corrupto, sem ser corrupto”. E é este o problema que V. Ex<sup>a</sup> cita sobre as emendas: os Deputados e os Senadores obrigatoriamente têm de destinar 30% de suas emendas para a saúde, por uma questão de necessidade, realmente, da saúde brasileira. Então, ficamos com medo de não fazer e de deixar que a outra ponta o faça. Sabemos que ninguém cometeu esse crime sozinho. Ele começou no tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e envolve Parlamentares de todos os Partidos, o que é pior e mais grave. Todos os Partidos estão envolvidos nisso. Então, isso vem andando, andando, e as coisas vão acontecendo. Conheço algumas pessoas, assim como V. Ex<sup>a</sup>, e custa-me acreditar que tenham feito isso, pelo conhecimento que delas tenho no meu Estado. E imagino que, às vezes, nem o fizeram, que podem nem tê-lo feito realmente. E lamentamos que isso, tendo começado no Ministério, passe pela empresa e pelos Parlamentares e acabe indo também para as Prefeituras. Não se faz a malandragem só aqui. Ela é organizada

aqui e efetivada lá. É lá que isso acontece, nas secretarias ou nas comissões que preparam as licitações. Prepara-se, e vem a correspondência: “Bom, já organizei, agora eu pago”. É algo lamentável. Fico muito penalizado com o que está acontecendo. A CPMI, na verdade, baseia-se em relatórios da Polícia Federal, mas não está apurando nada, razão pela qual nem compareço muito. Vamos ouvir o Sr. *Valdo* (grifo meu), que vai falar o que melhor lhe aprouver. E fica aquele problema de quem é acusado: terá de ter a prova para se defender. Mas, nesse momento em que o político sofre a acusação, em que aparece nessas listas que são divulgadas em todos os locais, sua candidatura praticamente vai para o buraco. “Ele provará depois que era inocente” é o que dizem, mas tudo já terá acabado. Essa é a parte lastimável nesse episódio todo. É uma tristeza que vejamos acontecer isso no País, não somente na área da saúde. Ontem, aqui, no Senado mesmo, invadiram. Há mais ocorrências policiais no País do que não-policiais. Sofremos, sentimos e não sabemos o que fazer. Vou-me dedicar, na semana que vem, a passar um dia na CPMI dos Sanguessugas, para ver, afinal, o que está acontecendo e para poder fazer um juízo final de tudo isso que tenho lido nos jornais e ouvido nos pronunciamentos. Só tenho a lamentar que, lá no meu Mato Grosso do Sul, haja dois Parlamentares apontados como sanguessugas. E há a informação, que a Senadora passa, de dez milhões dentro da Secretaria de Saúde do Estado. Infelizmente, não fiquei sabendo se isso foi efetivado ou não, mas vou olhar. Preciso ver isso, devido à minha responsabilidade aqui. Muito obrigado.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, entendo que é muito importante que V. Ex<sup>a</sup> analise todos os dados e documentos. É verdade que se trata de um trabalho exaustivo, de revisão constante e de cálculos, para não se cometerem injustiças. Não é algo simples fazer isso, pois envolve vidas de muitas pessoas.

Às vezes, não temos pena da pessoa, mas, mesmo assim, sabemos como os fatos repercutem na vida do filho, da filha, da esposa ou dos pais. Muitos vivenciam situações extremamente difíceis com todo esse processo. Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador *Natanel* (grifo meu).

Senador Natanael: Senadora Judite, V. Ex<sup>a</sup> pôde debruçar-se sobre os documentos da CPMI dos Sanguessugas, em especial sobre o depoimento do empresário *Valdo* (grifo meu) e sobre todos os documentos que foram reunidos pelas autoridades e que contribuem para o desvendar dessa problemática tão grave, que atinge o Congresso Nacional e um número significativo de colegas nossos, eleitos Deputados Federais, representantes do povo. Existe, inclusive, a possibilidade de haver, nesse caso, até alguns Senadores envolvidos, e é importante que se dê a cada pessoa a oportunidade completa do esclarecimento.

A CPMI, Senador *Natanael* (grifo meu), está fazendo o esforço de ouvir os Parlamentares, talvez, esse nem fosse o nosso papel, antes de encaminhar os nomes ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, porque, depois que se encaminha ao referido Conselho, já há uma situação diferenciada do ponto de vista legal. Assim, a CPMI está notificando os Parlamentares, para que levem suas provas por escrito. Se quiserem analisar os documentos para melhor se prepararem para fazer sua defesa, eles têm todo o espaço necessário para isso. Desculpe-me por tê-lo interrompido, mas eu não gostaria de esquecer esse detalhe.

Senador Natanael: O Senador Carlos, Relator da CPMI, designou-me para Sub-Relator da área relativa aos procedimentos orçamentários. Gostaria de informar a V. Ex<sup>a</sup>, como atuante da CPMI, que me estou debruçando sobre as sugestões que poderão evitar esses problemas. Ressalto que algumas dessas sugestões levarão em conta aquelas que a CPI Mista do Orçamento fez em 1993, que acabaram não sendo plenamente consideradas na prática, desde então, e que estão justamente na direção do que V. Ex<sup>a</sup> mencionou. Hoje, diferentemente do que

ocorria em 1993, quando não se tinha acesso tão generalizado à Internet como agora, há muito maiores possibilidades de comunicação não apenas para os Parlamentares, mas também para as Assembléias Legislativas estaduais, para as Câmaras Municipais e para a população como um todo. Então, tiradas as lições dos episódios envolvendo a CPI de 1993, poderemos avançar muito e mais agora, com essa CPMI. Trata-se efetivamente de assegurarmos mais transparência a todos os nossos atos como parlamentares de um modo geral quando houver transferência de recursos para os respectivos Governos estaduais e municipais, além de propiciarmos a toda e qualquer pessoa no Brasil o direito de acompanhar de perto como são tomadas as decisões relativas a gastos, a investimentos, à transferência de recursos, dando total transparência aos procedimentos. É nesta direção que acredito que poderemos dar uma contribuição muito significativa nos próximos dias, com o resultado dessa Comissão Parlamentar de Inquérito: prevenindo e evitando os problemas que estão sendo constatados.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Natanael. Não tenho dúvida de que a construção e a execução do Orçamento, que é o coração da Administração Pública, não podem continuar sendo feitas conforme as conveniências transparentes ou promíscuas das relações entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional. V. Ex<sup>a</sup> defende com veemência que o Presidente da República venha ao Congresso Nacional para debater com Parlamentares e com representantes dos trabalhadores ou dos empresários, de todos os setores da sociedade, a construção da peça orçamentária. Aliás, essa é uma proposta que a própria Confederação Nacional dos Municípios defende: apresentou-a no encontro com os presidencialistas como forma de fazer com que a construção do Orçamento não seja uma atividade de alguns poucos iluminados do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional e com que, conseqüentemente, a execução orçamentária não se dê conforme uma relação de promiscuidade, para que não seja definida a liberação de recursos segundo o grau de subordinação com o Presidente da República. Isso realmente é algo muito grave. É inaceitável que isso continue a acontecer. Encerro, Sr. Presidente, reafirmando que a construção do Orçamento, que é o coração da Administração Pública, e a execução orçamentária não podem continuar sendo feitas segundo as conveniências dessa relação promíscua envolvendo o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, as prefeituras e setores empresariais. Além disso, é muito importante garantir a punição rigorosa, exemplar e implacável dos criminosos envolvidos numa operação tão grave como essa, que, com certeza, tirou vidas de crianças e de pessoas doentes em todos os Estados brasileiros.

C2

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero apenas fazer um breve registro. Primeiramente, tanto eu quanto a Senadora *Alice* (grifo meu) não tivemos a oportunidade de fazer um aparte no pronunciamento do Senador *Marcos* (grifo meu), mas sabe S. Ex<sup>a</sup> da nossa solidariedade e sensibilidade ao seu pronunciamento.

A Senadora, como bem lembrou V. Ex<sup>a</sup>, coordenou, com competência, delicadeza e perseverança, uma das CPIs mais importantes desta Casa. Sem dúvida, com a sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup> e a sua competência em relação a essa área, poderemos fazer as alterações na legislação em vigor para minimizar um problema gravíssimo em relação às nossas crianças e adolescentes.

Sei que V. Ex<sup>a</sup> também compartilha a nossa visão sobre a importância de se discutir uma nova matriz conceitual para a área de segurança pública que supere a bipolarização entre o tratamento das causas e a repressão dos efeitos.

Hoje, fazemos as duas coisas ao mesmo tempo: o tratamento das causas, que são as políticas sociais que minimizam o risco de as crianças serem tragadas para os caminhos fáceis e de estarem expostas aos mais diversos riscos quando não contam com o Estado brasileiro e a família, como também a implacável repressão dos efeitos para que, em razão da impunidade, não estejamos a estimular a perversidade e a crueldade com relação às nossas crianças. Quero fazer um registro brevíssimo em relação à posição do P-SOL quanto à Comissão Parlamentar de Inquérito que está sendo chamada pela imprensa, de forma geral, como **CPI das Sanguessugas** e que deverá instalar um procedimento investigatório para identificar quais os Parlamentares, portanto, Senadores ou Deputados, quais os agentes públicos, ou do Ministério da Saúde ou do Ministério da Fazenda, quais os empresários e quais as autoridades políticas locais que, de alguma forma, estão envolvidos nesses crimes contra a administração pública e que se tornaram conhecidos, de forma popular, como **ladrões de ambulância**. Consideramos a atitude dos Presidentes da Câmara e do Senado de chamar o colégio de Líderes para compartilhar as preocupações em relação à instalação da CPI e de buscarem alternativas e propostas conjuntas um procedimento democrático transparente e respeitável. Entretanto, tive a oportunidade de deixar claro na reunião de Líderes, Senador *Davi* (grifo meu), que, de fato, o colégio de Líderes não tem autoridade legal para impedir a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito quando ela cumpre todas as formalidades estabelecidas pela Constituição do Brasil e pelo Regimento da Casa. Portanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito que cumpre todas as exigências estabelecidas na Constituição e no Regimento Interno da Casa deve ser, de pronto, instalada. Os Líderes podem-se reunir para discutir a duração dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, em função de este ser um ano eleitoral, mas todo o instrumento legal estabelecido já foi cumprido e, obrigatoriamente, a CPI deve ser instalada.

É sempre bom lembrar que vivenciamos uma experiência semelhante quando o Presidente da Casa ainda era o Senador *Timóteo* (grifo meu). Muitas pessoas o atacaram quando não quis proceder à indicação dos membros dos Partidos, já que os Líderes dos Partidos da base do Governo de Lula não o quiseram fazer. Houve um tumulto muito grande, com interpretações distintas, e acabou sendo do Presidente a responsabilidade pública de algo que era uma responsabilidade também das Lideranças do Governo de Lula nesta Casa. Só que, depois desse episódio, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal definindo que, cumpridos os requisitos estabelecidos na Constituição, obrigatoriamente se deve instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim sendo, como todos os requisitos estabelecidos pela Constituição e pelo Regimento Interno da Casa estão, definitivamente, respeitados, a Comissão Parlamentar de Inquérito, obrigatoriamente, deve ser instalada, para que o Congresso Nacional não se desmoralize mais perante a opinião pública, não haja uma generalização perversa e aqueles que patrocinam, **que chafurdam na pocilga da corrupção não acabem sacudindo lama em todos os Parlamentares da Casa e em todos os agentes públicos do País.**

Então, deixo registrado que entendemos ser um gesto importante das duas Presidências compartilhar preocupações e partilhar decisão.

Hoje, na reunião independentemente do número de Lideranças que se predispõem a decidir favoravelmente à CPI, ela, obrigatoriamente, deve ser instalada. Isso é bom para o Congresso Nacional. Quem não tiver disponibilidade de tempo por estar envolvido em campanha eleitoral que não indique o próprio nome, mas o de alguém que tenha o rigor ético e a disciplina necessários para acompanhar todo o processo num ano eleitoral. Se o Congresso deixasse de

funcionar e de cumprir as suas obrigações de fiscalização dos atos do Executivo e dos seus próprios Parlamentares em ano eleitoral, obrigatoriamente seria fechado e deveriam ser suspensos os salários dos Senadores e Deputados, para que todos fizessem a sua campanha. Como isso não vai acontecer, que possamos, de fato, fazer o que é importante e essencial para **garantirmos a transparência do Congresso Nacional, do Executivo perante a sociedade**. Era só, Sr. Presidente. Obrigada.

C3

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem, vários Parlamentares, no cumprimento de suas obrigações constitucionais, tiveram a oportunidade de analisar o relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas do Governo. Há um fato que, é lógico, acaba não sendo apresentado pelos meios de comunicação: a execução orçamentária e os gastos de três áreas absolutamente essenciais para a população mais pobre do Brasil.

Essas três áreas: saúde, educação e segurança pública, não são exclusivas do aparelho do Estado. Não são, repito, até porque, hoje, por meio do aprofundamento do projeto neoliberal e da privatização do Estado brasileiro, realizada tanto nos oito anos do Governo Fernando Henrique como nos quatro anos do Governo Lula, acabou-se, claramente, promovendo um processo de privatização do Estado, de forma sofisticada, com menos visibilidade pública.

Sabem todos, e na época eu era Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, o quanto nós, quando estávamos na Oposição, esforçamo-nos para obstaculizar o processo de privatização de áreas estratégicas pelo Governo Fernando Henrique. Infelizmente, o Governo Lula não agiu de forma incompetente, porque muitos dos quadros de alta competência técnica na área dos setores estratégicos estavam dentro do atual Governo. **Mas o Governo Lula, certamente inebriado pela covardia política, foi incapaz de abrir um único procedimento investigatório, uma única auditoria para mostrar ao povo brasileiro os crimes contra a Administração Pública patrocinados pelo Governo Fernando Henrique no processo de privatização.**

Assim sendo, o processo de privatização do Governo Fernando Henrique, em relação a setores estratégicos, contou e conta com a omissão, com a cumplicidade e com a covardia do Governo Lula, porque foi incapaz de abrir uma única auditoria, um único procedimento investigatório para mostrar ao País os crimes contra a Administração Pública do processo de privatização do Governo Fernando Henrique. E mais: estabeleceu, enquanto ação de governo, cantada em verso e prosa perante a Nação brasileira, algo que legitima o processo de privatização do Estado brasileiro por meio das Parcerias Público-Privadas, que têm como essência o mesmo processo de privatização, o mesmo chamado equilíbrio econômico-financeiro contratual que condenamos ao longo da nossa história. O atual Governo também foi incapaz tanto de abrir uma auditoria, um procedimento investigatório e mostrar ao Brasil os crimes contra a Administração Pública do Governo anterior, portanto, irresponsável e covardemente entregou ao Governo Fernando Henrique um atestado de moralidade pública que não podia, justamente pela omissão, além de não ter feito sequer uma única revisão contratual ou aquilo que pode ser feito, inclusive pela legislação brasileira, que é o rompimento unilateral, em nome do interesse público, dos chamados contratos com cláusula de equilíbrio econômico-financeiro.

Sr. Presidente, vou tratar de um outro tipo de privatização, que tem um elemento de sofisticação, de mecanismos sorrateiros, com pouca visibilidade, que é a privatização de três setores: saúde, educação e segurança pública, pela ausência do aparelho de Estado.

Quem analisou o relatório bem feito do Ministro [...], do Tribunal de Contas da União, e todos os votos que foram dados ainda ontem pelos demais Ministros do TCU na análise das contas do Governo do ano de 2005 viu exatamente isso. Já disse várias vezes que o Congresso Nacional gosta de se comportar como mediocre anexo arquitetônico dos inquilinos do Palácio do Planalto, seja no Governo Fernando Henrique, seja no Governo Lula.

Além dessas coisas horrendas, que simbolizam para a sociedade o velho balcão de negócios sujos e a velha promiscuidade na relação entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, que vão desde os dólares nas peças íntimas do vestuário masculino, a remessa de milhões de dólares para pagamento de contas da campanha presidencial nos paraísos fiscais no exterior, a ausência do aparelho de Estado liquidando os mais legítimos direitos pessoais com a quebra de sigilos, como fizeram no caso do caseiro, além de todas essas coisas, o Congresso Nacional atua de forma promíscua pela omissão em não cumprir sua tarefa nobre, que é fiscalizar os atos do Executivo.

O Congresso Nacional, o Poder Legislativo existe para representar. Por isso que há pessoas de Direita e de Esquerda aqui no Congresso Nacional. Isto faz parte do pluralismo político que a Constituição possibilita. Portanto, cabe ao Congresso Nacional, ao Poder Legislativo representar idéias de um determinado setor da sociedade e exercer a atividade legiferante, que é de legislar, portanto, alterar a legislação, aperfeiçoá-la ou piorá-la, conforme minha percepção, ou melhorá-la conforme a percepção de algum liberal. Mas a tarefa nobre do Congresso Nacional é a fiscalização. E o instrumento que o Congresso Nacional tem para fiscalizar...

Embora o seu instrumento mais conhecido, com mais visibilidade pública seja a CPI, até por ter poder de investigação próprio das autoridades judiciais, e portanto quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico, e ter mais agilidade até do que os instrumentos investigatórios da Polícia Federal, por exemplo, é a fiscalização da execução orçamentária, que o Congresso abre mão de fazer, infelizmente, porque existem Parlamentares que se submetem à condição de **mercadorias parlamentares**, deixam que os governos ponham uma etiqueta em suas testas dizendo qual é o seu preço, é a liberação de emendas e o propinódromo, estabelecido nas relações promíscuas, e perdem a oportunidade de fazer isso que o próprio Tribunal de Contas da União agora fez.

Quem analisa? Eu digo sempre que nós, no Congresso Nacional, fazemos pose de que mexemos no Orçamento, embora o Orçamento esteja apresentado no montante de R\$1,67 trilhão, de fato R\$ 840 bilhões são para a banca, para a agiotagem, para o pagamento de juros e serviços da dívida. Gastos mesmo são R\$ 349 bilhões. Deste R\$ 1 trilhão, que é todo o Orçamento público, apenas 5% foi destinado a três áreas absolutamente essenciais para a vida em sociedade, especialmente para as populações mais pobres. Apenas 5% foi destinado a toda a área de saúde. Apenas 5% foram destinados a toda a área de saúde, a toda a área de educação, a toda a área de segurança pública.

Já tive a oportunidade de, aqui, por várias vezes, explicitar a problemática da área de Saúde no Brasil. O Brasil tem um perfil epidemiológico absolutamente distinto de outros países do planeta Terra. Nós não conseguimos superar as chamadas doenças que levam à morte, ou promovem seqüelas, ou apenas adoecem a sociedade, que são as chamadas doenças vinculadas à pobreza, ao subdesenvolvimento, como a malária, a dengue, a hanseníase, a tuberculose e a morte de crianças por diarreia, doenças que têm, ao mesmo tempo, o mesmo potencial de levar à morte ou deixar seqüelas graves que as doenças chamadas do desenvolvimento, da modernidade, que são as crônico-degenerativas, as cardiovasculares, as mortes relacionadas à

violência no trânsito ou aos assassinatos. Portanto, o Estado brasileiro precisa disponibilizar ao mesmo tempo as chamadas ações de caráter preventivo, de caráter curativo e de alta tecnologia para todos. Ao Estado brasileiro não cabe mais o discurso das ações preventivas. Para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia, Senador [...], o aumento do salário mínimo, todas as pesquisas mostram, todas as análises, todos os estudos científicos mostram, tem mais repercussão na diminuição da mortalidade infantil do que mesmo as ações de saneamento básico, como imaginávamos há 15 anos.

Então, o Estado brasileiro precisa disponibilizar ao mesmo tempo ações preventivas, portanto desde a portinha de entrada no sistema, com as quatro clínicas básicas, com a vacinação, com o saneamento básico e com a alta tecnologia. Isso porque, hoje, uma pessoa portadora de doença crônico-degenerativa passa, muitas vezes, dois anos tentando ter acesso a tomografia, a exames, ao maldito papelzinho chamado autorização de internação hospitalar, porque ela não consegue.

O Estado brasileiro, em todas as ações que são feitas, do acidente de trânsito, ou seja, à propaganda, o fim da publicidade das bebidas alcoólicas, que são responsáveis por mais de 90% dos acidentes de trânsito com mortes, com fatalidade, a questão dos buracos nas estradas para diminuir os acidentes de trânsito, o combate à criminalidade, tudo isso está diretamente vinculado ao setor saúde também. Nenhum investimento foi feito. Menos de 4% do que estava previsto no Orçamento de 2005 foi investido no setor da saúde. E isso cria o aprofundamento da privatização do Estado brasileiro no setor saúde, porque 90% do dinheiro público destinado ao setor hospitalar vai para o setor privado, porque nem o Governo Fernando Henrique nem o Governo Lula fizeram nenhum investimento naquelas ações, naqueles procedimentos que custam mais caro ao aparelho do Estado do que à rede privada ou filantrópica ou conveniada. O Estado brasileiro delega à rede privada, à rede conveniada a prestação desse serviço que é o mais caro e que gera uma dependência gigantesca das populações pobres por causa das doenças crônico-degenerativas ou doenças cardiovasculares. Portanto, o atual Governo, sem fazer qualquer investimento nas áreas absolutamente necessárias e essenciais para o atendimento às populações mais pobres, a porta de entrada do sistema, aprofundou a privatização do setor de saúde. É a população mais pobre que precisa da alta tecnologia, é o paciente renal, o paciente com câncer, o paciente com diabetes ou o que muitas vezes, por não ser tratado na sua hipertensão leve, por não conseguir ver o médico e o remédio no centro de saúde, que, quando vai ser atendido pelo serviço de saúde, já está com um quadro de acidente vascular cerebral ou, como se fala popularmente, um derrame. Em toda a área da educação é do mesmo jeito: na educação infantil, portanto, creche e pré-escola, no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino superior, em ciência e tecnologia, na educação de jovens e adultos e no ensino profissionalizante.

Soma-se a tudo isso a área de segurança pública. Tanto no chamado aparato de segurança pública quanto no sistema prisional, incluindo o monitoramento das fronteiras brasileiras, não se fez absolutamente nada. É por isso que há desova dos estoques do narcotráfico no Brasil. O Governo não fez nada em relação ao Sistema Único de Segurança Pública, inclusive para garantir o piso nacional a fim de, por meio do monitoramento e da fiscalização, impedir a promiscuidade do aparato de segurança pública com o crime organizado. O investimento é absolutamente pífio, ridículo, diante do problema gravíssimo da violência no Brasil, e nesse caso não cabe o discurso oportunista demagógico eleitoral, não cabe.

É um problema que não está apenas em São Paulo, mas no Rio de Janeiro, em Alagoas, em



todos os Estados brasileiros. Em todos os Estados brasileiros, o sistema prisional é, como disse o chefe do crime organizado, uma faculdade para aprimorar a delinqüência dos pobres e dos negros, que serão presos, porque os ricos, igualmente delinqüentes, às vezes ocupam até espaços importantes na política nacional e não são presos.

É um escândalo que apenas 0,3% do Orçamento nacional tenha significado investimento na área de segurança pública. É uma aberração que apenas 5% do Orçamento brasileiro tenha significado ações concretas na área de saúde, educação e segurança pública. Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, deixo aqui, mais uma vez, não apenas meu protesto, mas o registro da necessidade concreta de se cumprir a lei. Na área de saúde, temos a legislação mais avançada do planeta Terra, que não foi concessão de uma elite política e econômica, mas uma conquista da sociedade civil organizada. Temos a legislação mais avançada do mundo na saúde e temos um abismo diante da dor, do sofrimento e da miséria das pessoas que buscam os serviços de saúde pública.

Na área da educação, é do mesmo jeito: independentemente de aprovação de Fundef, de Fundeb, quando o Governo quer, o Governo faz; e, infelizmente, nem o Governo passado nem o atual quiseram, a prova está aqui, na execução orçamentária da área de educação.

E, na área de saúde, mais uma vez, quero saber qual será o limite, se será um novo mar de sangue em São Paulo ou um mar de sangue em outro Estado brasileiro, para que o Congresso Nacional volte a discutir a questão de segurança pública, a superação da medíocre matriz conceitual que estabelece uma bipolaridade entre o tratamento das causas e a repressão dos efeitos. É essencial, ao mesmo tempo, garantir políticas públicas de assistência social que acolham os filhos da pobreza antes que a marginalidade o faça e ações concretas na área de segurança pública. Infelizmente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nada disso foi feito.

Outro comunicado que quero fazer, e penso ser do conhecimento de todos, diz respeito ao fato de alguns Parlamentares terem recebido pacotes, em que havia fezes e substâncias indevidas.

Quero deixar aqui a minha solidariedade ao Deputado *Ranzinza* (grifo meu), e ao Deputado *Feliz* (grifo meu), do PDT, que receberam de fato um pacote contendo gazes e uma substância gelatinosa de cor verde, portanto, não era o que outros receberam também.

Não sei de quem parte. **Eu sei que a sociedade, de modo geral, tem toda a motivação para desqualificar o mundo da política.** É claro que existem exceções, mas há também muita gente que não presta, que é capaz de qualquer coisa, especialmente agora nesse debate das ambulâncias e outras coisas mais. Espero inclusive que o Congresso Nacional tenha a coragem necessária para abrir uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os ladrões, estejam no Congresso Nacional, no Ministério da Saúde, no Ministério da Fazenda, mas que são parte do conluio de roubos e de aproveitamento político e financeiro em relação às ambulâncias. Não cabe a justificativa de que se trata de ano eleitoral, e, por isso, trabalha-se menos. Se é para fechar o Congresso em função da campanha eleitoral dos Parlamentares, que se feche o Congresso. Entretanto, os Parlamentares não receberão salário, farão a campanha, e aí está tudo muito bem. Mas, com o Congresso onde Senadores e Deputados recebem os seus salários, é obrigatório que se abra uma comissão parlamentar de inquérito para identificar quem são os Senadores ou Deputados, quem são os membros do Ministério da Saúde ou do Ministério da Fazenda, quem são os empresários ou prefeitos ou quem quer que seja que estão diretamente vinculados a esse conluio maldito e apodrecido de roubar até ambulância. Nesse sentido, faço o apelo para que o Congresso Nacional possa, de fato, cumprir sua obrigação constitucional, que é também fiscalizar os atos do Executivo, seja na execução orça-

mentária pífia e ridícula, seja, de fato, em relação ao seu papel nobre de fiscalizar os crimes contra a Administração Pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

C4

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero também saudar as mulheres e homens de bem e de paz de Santa Catarina que, com certeza, estão entre as mães que, como eu, querem continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar e que não têm paciência nenhuma com a vigarice política, com o **banditismo eleitoral**.

Tenho certeza de que estão todas e todos felizes, até porque conseguimos, há pouco, entregar as assinaturas, em 48 horas, apesar de toda a alucinada e revoltante articulação do Governo Lula com a sua Base de bajulação aqui no Congresso Nacional em liquidar a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga **as sanguessugas**. Foi um exercício cansativo. Conseguimos todas as assinaturas necessárias para rerepresentar a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar **os sanguessugas** e, portanto, **o povo brasileiro ter a oportunidade de identificar quais as personalidades políticas, Senadores e Deputados, membros do Ministério da Saúde ou do Ministério da Fazenda, que, de alguma forma, são parte dessa articulação maldita e perversa de roubar até ambulâncias**. Realmente, é preciso o cabra ser muito safado para roubar até ambulâncias!

Espero que nós consigamos abrir o procedimento investigatório da CPI. Vou falar, mais uma vez, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sobre a questão das crianças. Existe uma frase muito bonita de Martin Luther King. Ele dizia que o que mais o preocupava não era **o grito** dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem-caráter, dos sem-ética; o que mais o preocupava era **o silêncio dos bons**. Eu acho que isso é, sem dúvida, o que preocupa o País. É por isso que digo sempre que, quando alguma Liderança da Base bajulatória do Governo Lula, diante de todas as avaliações e diagnósticos que nós fazemos sobre a violência do País, ou sobre os dólares nas peças íntimas do vestuário masculino, ou sobre bilhões de dólares ao exterior, insiste em dizer que o nosso problema é a frustração com as intenções de voto do Presidente Lula, digo, repeti várias vezes aqui, que, **se o povo brasileiro quiser reeleger o Presidente Lula, tem todo direito de fazê-lo, mesmo sabendo que ele é corrupto**. Agora, não poderá contar jamais com o meu silêncio, a minha omissão e a minha cumplicidade. Todos nós que respeitamos a democracia brasileira saberemos encarar o resultado das urnas da forma como ele for definido pelo povo brasileiro.

Mas, ao falar mais uma vez da violência no Brasil, quero dizer que já tive oportunidade de, várias vezes aqui, deixar claro que não compartilho com uma visão demagógica, oportunista do ponto de vista eleitoral, de tratar a questão da violência no Brasil sob a égide de uma matriz conceitual falsa, que estabelece a falsa polaridade entre repressão dos efeitos e tratamento das causas. Tenho dito várias vezes aqui que é essencial, ao mesmo tempo, o tratamento das causas e a repressão dos efeitos. É essencial garantir ações concretas na área de segurança pública e no sistema prisional brasileiro. É essencial, portanto, o monitoramento das nossas fronteiras, para impedir a desova dos estoques do narcotráfico; o monitoramento e a fiscalização dos laboratórios brasileiros, que manipulam matéria-prima para a fabricação de drogas sintéticas; a garantia de condições dignas de trabalho para os policiais civis, para os policiais militares; a disponibilização de tecnologia, de inteligência, para que o aparato de segurança pública e o sistema prisional brasileiro não estejam sob o comando do crime organizado e da corrupção do aparelho do Estado.

Mas, mais uma vez hoje, ao falar das crianças e dos adolescentes que estão sob o risco iminente de se transformarem, no futuro, em jovens vinculados à violência, quero também prestar uma homenagem, um voto de louvor, que já tive a oportunidade de apresentar, a uma jornalista do **Correio Braziliense** que não conheço, pelo Suplemento publicado nesse Jornal sobre este assunto.

Falar de criança e adolescente é algo absolutamente comum, vulgar, nos discursos políticos. Qualquer político bandido, ladrão de terno e gravata, vigarista, delinqüente de luxo, associado ao que há de pior da vigarice política e do banditismo eleitoral, fala sobre a criança. Até brinco e digo que não existe produção de óleo de peroba no Brasil capaz de lustrar tanto cara-de-pau em relação ao debate.

Falar sobre crianças e adolescentes se transforma até em algo vulgar. E a violência articulada à dor, à miséria, ao sofrimento por que passam crianças e jovens do Brasil não é só um problema de São Paulo, mas é um problema de São Paulo, de Alagoas, de Brasília, do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul do Brasil, só não vê quem não quer, só quem, por conveniência política ou por oportunismo eleitoral, não é capaz de enxergar isso. Essa jornalista de Brasília, a Ana Beatriz Magno, juntamente com o José Varela, o fotógrafo que ilustrou com cenas tão tristes e malditas esse Suplemento do **Correio Braziliense**, mostra a vida de muitas crianças e jovens que perderam seus pais ou suas mães vítimas da violência. Graças a audiências públicas realizadas pela nossa querida Senadora *Alice* (grifo meu), pelos Senadores *Gamaliel* (grifo meu), *Lázaro* (grifo meu) e tantas Senadoras e Senadores que tratam do tema, tivemos a oportunidade de disponibilizar todo o conhecimento técnico e científico que mostra claramente, Senador [...], como a primeira década da vida de uma criança é essencial para o seu futuro.

Nos três primeiros anos de idade de uma criança, são feitas todas as conexões neurológicas. Nesse momento, inclusive, ocorre o que chamamos de nutrição do afeto, que possibilita à criança, no futuro, além da linguagem, da percepção, da coordenação motora voluntária, julgar o que é certo e o que é errado e perceber melhor o significado da violência. Essa matéria foi realizada em Brasília, mas seria o mesmo trabalho se fosse feito em Alagoas, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Amazonas. Em todas as regiões e Estados brasileiros, o quadro é absolutamente este: órfãos da guerra, que não é a guerra no Afeganistão, no Iraque ou na Bósnia, mas uma guerra maldita e silenciosa e que têm como vítimas crianças e jovens brasileiros.

O testemunho dessas crianças abandonadas é muito triste. Uma criança de 11 anos, que viu o pai sangrar no bar até morrer, diz:

Entrei no bar, pedi benção ao meu pai, e ele falou senta aqui do meu lado. Eu sentei. Ele viu os três caras chegando, pulou para baixo da mesa de sinuca. Ele estava rendido, era meio aleijado, andava com uns ferros na perna porque tomou um tiro quando mataram meu tio. Meu pai não conseguia correr, mas os caras não tiveram pena.

Chegaram atirando, e eu não consegui fazer nada. Só me escondi embaixo da sinuca com ele. Meu pai já estava muito ferido quando os caras entraram para conferir se ele estava morto. Não estava. O maior de todos chegou bem perto e atirou mais um monte. Fiquei desesperado. Saía muito sangue da cabeça dele. Tinha uma bala pendurada na bochecha, tentou falar, cuspiu um monte de sangue, ele ficava glu, glu, glu. Comecei a chorar, os caras foram embora, corri para pedir socorro.

É um menininho de 11 anos, que vive em uma casa escura aqui ao redor do templo sagrado de tanta vigarice, de tanta beleza arquitetônica, que é isto aqui. Falo do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto. Há tantos rituais cínicos e esnobes. O Presidente passeando com a Rainha da Inglaterra em uma carruagem, enquanto meninos, jovens brasileiros, estão nessa

situação.

O outro é um menino de seis anos. Ele diz:

Ouvi quando ele falou que a primeira a morrer ia ser minha mãe. Vi tudo, fiquei com o olho aberto. Ele puxou a faca e passou na minha mãe. Ela caiu no chão. Aí, ele chegou de fininho na cama do meu pai e deu nove facadas. Meu pai estava dormindo e se arrastou do colchão até a porta. O homem estava vestido de ninja, todo de preto...

Aurélio mora aqui em Brasília, na Estrutural. Moram todos por aqui, perto de Brasília. Um outro pequenininho, de quatro anos, diz:

Só tem um jeito de morrer: de *tilo*. Tudo morre de *tilo*. O pai da minha mãe morreu, o pai do meu tio e o meu pai também. Todos morreram de *tilo* de revólver. O *tilo* que matou meu pai *entlou* pelas costas e saiu pela barriga. Fez um *bulaco* na barriga. Eu vi. Vi quando ele estava deitado na caixa, naquela caixa que ele foi para o *cemitélio*. Eu fui no *cemitélio* também. Fizeram um *bulaco* de terra, *cantalam palabéns*, *colocalam* meu pai dentro do *bulaco*, todo mundo foi *embola*, e ele ficou sozinho.

Eu *blinco* de enterro com o Gabriel [o menininho que mora ao lado]. Ele também *mola* aqui. O pai dele também morreu de *tilo*. A gente pega uma caixinha de *fósfolo* ou de sapato, faz um *bulaco* de lama, pega umas *floles*, põe as *mulheles* e as *clianças* paracholar, e pronto, fim.

Ele brinca de cemitério no quintal da casa.

Ele tem apenas quatro anos. A outra menininha, de cinco anos, disse:

Conheço dois lugares bonitos: o **shopping** e o cemitério. No cemitério, vi meu pai vestido com roupa bonita, com uma roupa que eu nunca tinha visto. No **shopping**, vi sandália, batom, tamancos, não vi brinquedo. Eu tenho uma boneca. Ela não tem mãe nem pai. Os pais dela morreram. O pai da boneca matou a mãe dela com um tiro. Aí, a boneca matou o pai. Foi todo mundo para o cemitério. Meu papai não morava com a mamãe. Ela mandou ele embora porque ele batia nela.

Um dia, vi ele com o revólver em cima dela. Na cara dela. Ela chorou. Ela não tinha feito nada. Ela estava só bebendo água quando começou a briga. Fechei os olhos, mas eu vi, assim pelo cantinho dos dedos. Fiquei triste nesse dia, mas fiquei mais triste no dia do cemitério, quando o papai foi para dentro da terra. Ele não está mais dentro da terra. Saiu. Ele foi para o céu porque Deus chamou.

E aí são várias e várias histórias de menininhas e menininhos explorados sexualmente, refugiados, órfãos dessa guerra, excluídos, invisíveis. Agora, por quê? Porque o Estado brasileiro só discute a questão da violência em dois momentos. Já disse isso aqui várias vezes. Eu disse isso no dia da aprovação do Orçamento, quando este **Governo corrupto**, irresponsável e insensível, este **Congresso corrupto**, irresponsável e insensível aprovou um Orçamento, que já nem cumpria o Orçamento de 2005, uma redução de 48% do sistema prisional, que já tinha uma execução orçamentária de menos de 12%, além de uma execução orçamentária pífia de menos de 12% para a segurança do País. Não estou nem falando das políticas sociais que adotam as crianças e jovens brasileiros antes que a prostituição, o narcotráfico e a violência o façam.

Em todas essas histórias que aqui estão, eles dizem: vou matar quem matou meu pai; eu vou matar. Porque querem matar quem matou o pai, quem matou a mãe; não é uma coisa qualquer.

O problema é que, quando é exibido o vídeo “Falcões” no Fantástico, um monte de gente chora, sensibiliza-se. Mas nenhuma ação concreta foi feita para as crianças e jovens brasileiros. E o pior é que o Estado brasileiro sabe onde mora cada criança e cada jovem. Sabe! Não sabe o percentual de crianças de Brasília, ou de Alagoas, ou do Rio Grande do Sul. Sabe qual é o Estado, qual é a cidade, qual é a rua, o povoado, qual é o número da casa. Quem analisa, como eu, por obrigação, ou qualquer outra pessoa que entre na Internet, se olhar o censo, os dados estatísticos oficiais, consegue saber o número da casa de cada uma das crianças brasileiras, se tem uma geladeira ou se tem um fogão.

Mas não se faz absolutamente nada! Depois, a mesma sociedade que chora, sensibilizada, que exige ações do Governo em relação às políticas para as crianças e jovens, depois silencia de forma cúmplice, e nada é feito. Nada!

Nenhuma ação concreta foi feita pelo Governo em relação a nossas crianças e jovens, que estão sob o risco cotidiano de serem adotadas pelo narcotráfico, pela criminalidade, pela prostituição e pela marginalidade. Nada! Aí, no futuro, vamos reclamar dos Marcolas. Marcola, como eu já disse aqui, tem que ficar encarcerado, porque ele não pode ter o direito de usar o presídio como faculdade para que as crianças e jovens que lá entram virem bandidos no futuro. Mas o Marcola não nasceu Marcola. Ele era um menino pobre de seis anos de idade, que viu a mãe morrer afogada, que depois, com dez anos de idade, viu o pai morrer num acidente de carro, que foi apanhar na Febem e virou um dos chefes do crime organizado.

**Senador Príncipe** (grifo meu) V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

Pois não. Espero que o Governo Lula, corrupto, insensível e irresponsável, e este Congresso Nacional, onde a Base bajulatória do Governo Lula é igualmente corrupta, insensível e irresponsável, ao menos olhe, já que é ano eleitoral e o oportunismo e a demagogia eleitoralista são muito fortes, para nossas crianças e jovens, adote-os antes que o narcotráfico, a prostituição, o crime organizado e a marginalidade o façam.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador *Príncipe* (grifo meu).

Senadora [...], o seu pronunciamento não é único. Inúmeros Senadores já trataram deste tema. Contudo, V. Ex<sup>a</sup> tem abordado o assunto com frequência, no Senado, tentando pelo menos alertar o Governo Federal, o Lula para a falta de investimentos na área social, nas pessoas. Hoje, qualquer homem público, inclusive V. Ex<sup>a</sup>, pré-candidata à Presidência da República, sabe que, se não investirmos nas pessoas, não vamos resolver os problemas do País. **Corrupção também é roubar o sonho de pessoas.** Quantas crianças, quantos pais sonham em ter uma vida digna e melhor! Quantas crianças pensam em trabalhar, em ser atendidas pelo Governo, e não o são! Quem é que rouba a esperança e o sonho das crianças? Os Governos, que cobram impostos em demasia. Quarenta por cento do que se produz destina-se ao Governo. E o Governo, que tem orçamento, que tem a caneta, que tem o poder, tem tudo para resolver os problemas, não o faz. Portanto, ainda vamos ter muitos Marcolas, Escadinhas, muitos desses marginais, se não tivermos uma política consistente e eficaz na área social. Milhares e milhares de crianças estão por aí jogadas, sem rumo. Os pais estão desempregados, sem moradia, sem alimentação, porque essa demagogia dos R\$ 90,00 do Fome Zero é uma esmola. A cada

dia, surgem mais e mais crianças desassistidas. E qual a política consistente deste Governo? Podem falar que estão investindo em infra-estrutura e rodovias, que não é o tapa-buracos, mas não investem em saneamento. O Governo só investe em educação aquilo que é constitucional, e olhe lá. Mas não cria fatos novos. Não há uma política social. Tenho certeza absoluta de que, se pelo menos nos espelharmos e o futuro governante do País seguir alguns de seus exemplos, certamente, teremos uma política social mais firme, concreta e que dê resultados no futuro.

Agradeço o seu aparte, Senador [...], porque, igualmente a V. Ex<sup>a</sup>, não tenho dúvida de que é possível fazer. Não tenho dúvida de que existam ações concretas, eficazes, de baixo impacto financeiro, de alto impacto social, para o Estado brasileiro adotar todas as suas crianças, na primeira década, que é essencial para produzir cientistas e jovens brilhantes no futuro, e até 18 anos de idade, onde há uma faixa de risco muito grande.

Então, não duvido que seja possível fazer. Se o Governo reduzisse em 0,002% a taxa de juros, poderíamos garantir educação integral, música, esporte, cultura para todas as crianças brasileiras. Mas, infelizmente, isso não é prioridade.

C5

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, diante da declaração feita por qualquer pessoa, seja empresário, seja agente público, tenho o direito de nela não acreditar. Às vezes, alguém cita uma pessoa e eu não acredito, como foi o caso da Senadora *Maria* (grifo meu).

Agora, é muito importante, Senador [...], que evitemos desprezar o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito em função de uma acusação indevida, feita a uma ou outra pessoa.

É fato também que qualquer parlamentar poderia, por exemplo, Senador [...], colocar uma ambulância ou um mamógrafo, como fez a bancada feminina. Ora, isso seria feito porque alguém pediu, assim como a bancada feminina pediu um mamógrafo. Está tudo muito bem. Agora, entre colocar a emenda para disponibilizar a ambulância, e receber propina do empresário da ambulância, e ser um Senador ou Deputado vendido ao Palácio do Planalto, que libera na triangulação, é outra coisa completamente diferente.

Tomara que chegue o depoimento prestado pelo Sr. Luiz em delação premiada. Isso será muito esclarecedor, porque ele apresenta a triangulação feita. Há detalhes de nomes, Senador, que nós conhecemos, de quem ouvimos falar, que sabemos quem é: fulano de tal, lobista do Orçamento, que foi o cara que falou com o empresário que, por sua vez, falou com o Deputado do Estado tal que, por sua vez, falou com o Ministro. Quem eram os parlamentares privilegiados pelo tráfico de influência, pela intermediação de interesses privados, pela exploração de prestígio, pelo **banditismo**? Os parlamentares definidos pela Casa Civil! Então, é muito importante que seja dito, para evitar que não fique só no Congresso Nacional. E sabem todos que eu não tenho nenhum espírito corporativo em relação ao Congresso Nacional, embora seja uma democrata. Não tenho nenhum para defender quem não merece defesa. Quem liberava o recurso era a Casa Civil, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e da Tecnologia. Isso tem de ser dito! A triangulação tem que ser dita. Então, vão aparecer os 65 deputados, os senadores, quem quer que seja, mas, tem que ser dito. Se quisermos destruir o esquema, temos que ir até o fim dessas questões, ou seja, quem na Casa Civil liberava o tráfico de influência, o trambique político. Temos que saber disto: se lá os empresários sabiam porque diziam que a lista dos depu-

tados e senadores, a qual eles procuravam para incluir emenda, era uma lista definida pela Casa Civil; que o Ministro da Saúde comunicava a eles, empresários, que eles tinham uma quota, mas, quem definia era o resto. Precisamos saber quem são os agentes públicos bandidos, que patrocinam crimes contra a Administração Pública, no Senado e na Câmara, no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação, no Ministério da Ciência e Tecnologia, na Casa Civil, porque os empresários, os que articulam a parte das ambulâncias, pois têm inclusão digital, têm transporte escolar e outras coisas mais além das altíssimas verbas de custeio do Ministério da Saúde, ainda têm outras que podem aparecer.

Portanto, é importante que isso seja feito para impedir que se repita. Por isso que é importante o Orçamento impositivo, Senadores, e foi importante ser votado aqui. É muito importante, porque o Orçamento impositivo impede o balcão de negócios sujos e impede que o Executivo escolha os parlamentares, que viram **mercadorias parlamentares** e que, por sua vez, articulam com setores empresariais, porque o empresário disse, Senador: Olha, a única chance que tenho de vender é se eu fizer um acordo sujo, dentro do ministério ou com um parlamentar.

Então, se queremos quebrar o esquema temos que deixar claro quem é, no Senado ou na Câmara, no Ministério da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e no setor empresarial, parte desse **banditismo político**. Concedo a V. Ex<sup>a</sup>, com a generosidade regimental da Mesa, se possível for. Primeiramente o Senador *Saul* (grifo meu) e depois o Senador *Marcos* (grifo meu).

**Senador Saul** V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso muito feliz porque repõe, nos devidos lugares, as coisas. Observo alguns pontos: primeiro, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> acaba com a tentativa planaltina de dar a impressão de que se corrupção houve ela se deu no interior do Congresso Nacional e apenas lá. Sabemos que há ministérios envolvidos e, portanto, agentes do Executivo e agente do Executivo deste Governo. Em segundo lugar, V. Ex<sup>a</sup> liquida com outro viés que julgo infeliz. A confiança que todos manifestamos na Senadora *Maria* (grifo meu), a ela não deve corresponder a tentativa de se dizer que, como manifestamos confiança na Senadora *Maria* (grifo meu), não houve nada, não houve sanguessuga, não houve rapina, não houve roubo, corrupção, não é isso. Uma coisa é a confiança que tem merecido a Senadora *Maria* (grifo meu), até pelo seu comportamento na Casa; outra coisa é nós, que não somos estúpidos, percebemos que há pontos a serem declarados, crimes a serem elucidados. Crimes foram praticados contra o Erário, contra doentes, envolvendo ambulâncias, outros Ministérios e outros programas governamentais. Considero que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz e repõe as coisas em seu devido lugar. Não dá para se desqualificar o trabalho que se tenta fazer na Comissão Parlamentar de Inquérito. É uma comissão difícil, porque é uma hora nervosa de pré-eleição. Vejo serenidade no Deputado Biscaia e no Relator Amir Lando. Confio muito nos dois. E vejo que é de bom nível a formação das pessoas que ali estão. Então, que nós façamos as apurações para que culpados verdadeiros sejam apontados e inocentes verdadeiros sejam proclamados, mas não podemos dizer: já que confiamos em fulano ou sicrano, por isso, não houve nada; e passemos a santificar o Sr. Planan, ou o senhor não sei quem. O seu discurso repõe. Não tenho muito que acrescentar.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao Senador Marcos e depois ao Senador Estêvão.

**O Sr. Marcos** Senadora, quero apenas dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem a coragem de vir à tribuna e não abrir o que realmente está sob sigilo, mas explicar fatos que têm que ser do conhecimento público. É claro que o nosso objetivo, quando está sob investigação qualquer fato, é ver o *modus operandi* e a cronologia da prática do crime. E é isso que V. Ex<sup>a</sup>, se entendi bem, está

tentando expor à sociedade. Porque o *modus operandi* já está praticamente esclarecido, considerando as prisões que a Justiça autorizou a Política Federal a fazer, sem chegar àqueles que têm foro privilegiado, que ficam por nossa conta, em razão da decisão judicial e com a remessa do Ministério Público de vários dados para serem investigados, com citações, não acusações. Não podemos confundir o que materialmente gera a acusação, e há indícios da prática de crime, com citações que têm que ser investigadas. Então, concordo com V. Ex<sup>a</sup> e estou pronto para trabalhar. Creio que o *modus operandi* está quase claro e já podemos fazer um organograma de tudo o que aconteceu com aqueles que foram presos e que realmente participaram de vários setores da administração pública. E aqui talvez a parte que tenha de ser alcançada não seja a de quem apresentou emenda ou que lutou por sua aprovação, mas de quem vendeu sua alma ao diabo para receber caraminguá de comissão pela quebra da dignidade em fornecimento de qualquer setor da administração pública. Parabéns, Senadora.

Obrigada, Senador Romeu Tuma.  
Ouço o Senador Estêvão.

**O Sr. Estêvão** - Senadora [...], quero me solidarizar com o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que a CPI pode estar sendo feita em uma hora nervosa e difícil, mas ela tem de ir até o fim e apurar tudo. E creio que ela não pode apurar somente o lado de cá; tem de dizer se é fulano, cicrano, beltrano, ou seja, nominar, depois de tudo analisado. Com certeza, isso não seria feito sem a conivência no Executivo. Certamente é preciso também investigar quem autorizava, quem informava, porque não haveria, de maneira alguma, esse volume que está aí sendo mostrado se não houvesse conivência do Executivo.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Espero realmente que todos nós tenhamos a serenidade e o rigor técnico e ético implacável para apresentar à sociedade esses senhores, porque, realmente, ser ladrão de ambulância é muita safadeza! Realmente é.

**O Sr. Príncipe** - Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senadora? É só por um minuto.

**A SR<sup>a</sup> JUDITE** - Concedo a V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Príncipe.  
**O Sr. Príncipe** - Senadora Heloísa, quero dizer o seguinte: é verdade que existe certo exagero por parte de algum órgão de imprensa e até de algumas denúncias, acredito também ser exagero a questão da Senadora Maria. Há o exagero. Mas não se pode negar que existiu essa corrupção, que existiu esse envolvimento da liberação de recursos em troca de favor financeiro. Algum exagero houve. Mas não podemos, também, pensar que não houve nada. Que houve envolvimento, houve! Já há pessoas que confirmaram. A CPI vai prestar um grande serviço, tem um grande serviço a prestar. Nós não podemos é culpar todos. Temos de ser solidários àqueles que acreditamos que realmente não estejam envolvidos, a exemplo da Senadora Maria e de outros Senadores. Mas que existiu essa fraude, existiu! Essa questão dos sanguessugas existe? Existe! Que houve pessoas que liberaram recursos com essa empresa, houve. Então, não se pode dizer que a CPI não vai ter um papel importante. Há pessoas dizendo que a CPI está enrolando. Não; a CPI vai fazer um **trabalho brilhante**, acreditamos nisso, **transparente**, um trabalho que vai levantar o nome dos que realmente estão envolvidos. Tenho certeza absoluta, pois tenho conhecimento de pessoas que estão envolvidas. E com esses envolvidos nós devemos ser duros! Então, a CPI dos Sanguessugas tem o seu papel importante. Tenho certeza absoluta de que, no caso da Senadora Maria, pelo que estamos vendo aqui, há um caso de certo exagero, somos solidários nessa questão, assim como no caso do Estêvão, que já a-



presentou aqui as suas explicações. Mas existem casos que, realmente, temos de investigar e levar até o fim.

**A SRª JUDITE** - Agradeço a V. Exª.

Concluindo, Sr. Presidente, agradeço a generosidade regimental do tema e deixo absolutamente claro que quem está trabalhando nessa CPI não vai poder poupar ninguém. Já pensou, Senador [...], se eu indico alguém para o Ministério e um dos integrantes da máfia, da quadrilha, diz: a tia [...]? Era como ele dizia: o tio senador, o tio deputado. Não é uma pouca vergonha a pessoa dizer isso? Agora é que vamos estar por cima. Nossa Senhora! Agora é que vamos estar por cima. Temos acesso a todo o detalhamento do esquema, ao nome das pessoas que iam lá oferecer, do empresário que recebia, das pessoas que iam lá falar com o Ministro, com a Casa Civil, tudo isso.

Então, se realmente queremos aprofundar as investigações e garantir que esse procedimento investigatório vá até o fim, é essencial que a sociedade brasileira saiba quem são os Senadores, os Deputados e os agentes públicos da Casa Civil, do Ministério da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia e do setor empresarial envolvidos nesse banditismo, nesses crimes, que deveriam ser considerados hediondos, que estão sendo patrocinados. Isso enquanto as investigações não chegam a outras áreas, porque cada setor empresarial fornece um quadro de parlamentares e de agentes públicos que possibilitam os crimes contra a administração pública.

É só, Sr. Presidente.

D

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria trazer ao conhecimento da Casa o que diz a Polícia Federal com relação ao dossiê que tem sido tão divulgado neste País:

A Polícia Federal informou nesta segunda-feira (9) a integrantes da CPI dos Sanguessugas que boa parte do dinheiro apreendido na compra do dossiê contra políticos do PSDB provavelmente é irregular, o que dificultará a identificação de sua origem. A informação foi passada pelo delegado Diógenes Curado, da PF de Cuiabá, aos deputados [...], em reunião nesta segunda na capital mato-grossense. “Ele explicou que não tem condições de detectar a origem de boa parte do dinheiro porque não é oficial, não tem contabilidade”, disse [...]. “Até para comprar dossiê, o PT usou caixa dois”, afirmou.

A principal dificuldade, segundo disse a PF à CPI, é em relação aos reais apreendidos na operação (R\$1,1 milhão). “É dinheiro velho, miúdo. Tem notas de R\$5, R\$10, de todo jeito”, explicou Delgado. Sobre os dólares, US\$248 mil, o delegado confirmou que a PF está bem perto de chegar à origem de, pelo menos, US\$110 mil que estavam em série. O delegado que cuida dessa parte da investigação em Brasília, [...], deve chegar a Cuiabá até esta terça para informar à PF do Mato Grosso como anda a apuração sobre o dinheiro. Diógenes Curado disse ainda aos integrantes da CPI que está otimista em avançar nas investigações após a quebra dos sigilos telefônicos [...], [do] ex-assessor petista acusado de comandar a compra do dossiê. A PF está fazendo um cruzamento das ligações feitas por Lacerda com os saques bancários considerados suspeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E1

Gastarei apenas 30 segundos, não vou atrapalhar o Senador [...]. Sr. Presidente, quero agradecer o carinho que tenho recebido de todo o Brasil, carinho e *e-mails* de pessoas do País inteiro, reiterando a sua confiança na minha pessoa. Quero agradecer a solidariedade de milhões de brasileiros e reiterar que confio, um homem que confia em Deus, como eu confio e é dessa forma que eu tenho vivido e pautado a minha vida de forma digna, honrada e honesta, no senso de justiça das pessoas que, neste momento, trabalham e examinam documentos para dar uma resposta à Nação brasileira. Eu confio no senso de justiça e justiça do coração, do Relator e dos seus Pares e reafirmo à Nação, àqueles com quem convivo e aos que comigo não convivem mas que acompanham a minha vida e a minha trajetória, de que continuo da mesma forma, de cabeça erguida, destemido, confiante, até porque quem tem a verdade, quem fala a verdade, não tem absolutamente o que temer, nada tem a fazer senão confiar na justiça daqueles que precisam fazer justiça. Por isso, eu agradeço a este País imenso, às pessoas de todos os lugares, de todos os credos, de todas as idades, o carinho que têm dispensado a minha pessoa. Era isso, Sr. Presidente, que eu queria registrar neste momento. Obrigado ao Senador César Borges por este momento.

E2

Cumprimento o Senador *Antônio* (grifo meu), o Senador *Francisco* (grifo meu), os telespectadores da TV Senado e todas as pessoas presentes.

Parabéns pelo pronunciamento, Senador [...], nosso radialista premiado, querido, campeão. V. Ex<sup>a</sup>, quando falava do “Negrinho do Pastoreio”, fez-me voltar no tempo, à minha infância. O meu irmão mais velho, que deve estar nos assistindo, apanhou muitas vezes em sala de aula por causa da história do Negrinho do Pastoreio, naquela época, apanhava-se de pematória por não saber a tabuada. Era preciso fazer uma leitura em sala de aula, ler um texto do Negrinho do Pastoreio, e ele, por não saber ler bem, apanhava. Em uma dessas leituras em que não se saiu muito bem, ele apanhou de uma professora chamada Neli, que puxou a orelha dele com tanta força porque ele não aprendia nada do livro Negrinho do Pastoreio que a orelha sangrou.

Fui lá, peguei o braço dele e o arrastei da sala de aula. Saímos chorando juntos e fomos embora. Chegamos em casa, ele com a orelha sangrando, e contamos para minha mãe aquela loucura da professora esperando o apoio dela. Minha mãe pegou no braço dos dois e nos levou de volta para a escola. Se tivesse nos apoiado, talvez nunca mais tivéssemos voltado à escola. O “Negrinho do Pastoreio”, sem dúvida alguma, é parte significativa da nossa história, como é da história de milhões de brasileiros.

Quero lhe parabenizar por tão bem articulado pronunciamento, tão bom de se ouvir. Acho até que V. Ex<sup>a</sup> deve fazer um requerimento à Mesa para publicar uma separata. É muito importante que o povo do seu Estado a tenha e o povo do Brasil também. Portanto, sugiro-lhe que faça uma separata e a faça publicar pela Gráfica do Senado, pois V. Ex<sup>a</sup> estará fazendo um bem à cultura do Brasil, à memória cultural brasileira e, entre as muitas coisas que marcarão seu mandato nesta Casa, certamente essa separata será lembrada. Senador [...], volto a esta tribuna, e voltarei tantas vezes quantas forem necessárias, para me defender. Aparteei o Senador *Saul* (grifo meu) para dizer que as pessoas são vitimadas por

ilações e, quando não têm o veículo para se defender, são rotuladas definitivamente. Não me refiro a quem não quer se defender, porque, numa hora como esta, muitos querem, de fato, Sr. Presidente, é se esconder.

Muitos não têm coragem de aparecer; a outros não falta coragem, mas fatos contundentes e verdadeiros que possam trazer a verdade à tona e lhes garantir a inocência. Aqueles que têm, têm de levantar a cabeça. Essas coisas abatem, essas coisas, Sr. Presidente, ferem a alma de quem tem história, de quem constrói história e de quem tem família, de quem preza valores. No meu caso, construí uma história com muita dificuldade, com muita luta, cheguei ao Senado da República com muita luta. A minha história e o meu histórico é de enfrentamento, nunca comunguei de atos indignos e muito menos de atos que pudessem trazer lesão ao Erário Público, ao Poder Público.

Então, reafirmo ao povo do Brasil, e não me alongarei, que nada há. e, por isso, nada posso temer, que me ligue à chamada Máfia dos Sanguessugas. Uma CPI precisa ter fato determinado, e o fato que determinou essa foram emendas no Orçamento direcionadas para a empresa Planam. Eu nunca apresentei emendas para favorecer essa empresa, não existe emenda de Magno Malta nesse sentido. Vejam como isso é hilário! Não existe! Não sei se feliz ou infelizmente, tenho até de fazer a defesa do Sr. *Valdo* (grifo meu): ele nunca me propôs corrupção, e não o fez porque não podia ter feito, pois nunca esteve comigo, nunca esteve em meu gabinete, embora façam a ilação de que o meu Chefe de Gabinete sabia. Sabia onde? Sabia como? Onde é que está a ligação? Onde é que está o crime do meu Chefe de Gabinete? Onde é que ele esteve? Nós nunca o recebemos.

Então, por nunca o termos visto, por nunca o termos recebido, nunca me propuseram corrupção. Nunca me propuseram emenda alguma de Orçamento, e eu nunca apresentei nada nesse sentido. Esse é um ponto pacífico, verdadeiro e final. Segundo ponto: não existe carro. Não existe carro, nunca recebi carro, nunca estive junto. Falei da tribuna que, quando Deputado Federal, construí grandes amigos à época em que presidi a CPI do Narcotráfico. Era uma CPI tão perigosa, que ficamos muito juntos, agarrados uns aos outros como forma de nos proteger. A CPI do Narcotráfico era tão perigosa, que nos tornamos uma família. É muito grande o carinho que sinto por Moroni Torgan, hoje candidato a Senador pelo Ceará, pelo Deputado Fernando Ferro do PT, por Alcione Barbalho, Laura, pelo Deputado Lino Rossi e por tantos outros que trabalharam comigo naquela CPI. Éramos amigos, éramos Deputados juntos. Não se tratava de bandidos.

Quando Deputado Federal, o Deputado me emprestou uma *van* sua, que já não mais estava usando. Senador Francisco, eu a usei e a devolvi há um ano e dois meses. Não tenho absolutamente nada a ver com isso. Se o Sr. Valdo, como ele diz no seu depoimento, tratou alguma coisa com o Deputado Lino Rossi, se ele combinou alguma coisa com o Deputado [...], essa informação não chegou a mim. Ele pode ter tratado alguma coisa com o Deputado [...], mas não tratou comigo nem com a minha assessoria nem no meu gabinete, até porque o Deputado [...] sempre me respeitou. Ele sabe o homem que eu sou e nunca me propôs corrupção; nunca, Senador [...], ele me falou em emenda.

Até por que o Deputado [...] sempre me respeitou, sabe o homem que sou e nunca me propôs corrupção. Nunca, Senador Francisco, ele me falou em emenda para ambulância, em emenda para a Planan! Até por que tomei conhecimento do nome da Planan agora nos jornais, nunca soube da existência dessa empresa, graças a Deus!

Então, ele nunca esteve comigo. Se tratou com o Deputado [...] é um problema do Deputado

[...] e um problema deles. Essa informação nunca chegou a mim e, por isso, ele diz, são palavras dele, que nunca coloquei emenda no Orçamento para eles. Sr. Presidente, vim para a tribuna e fiz esse pronunciamento, que é a mais pura verdade. Não há como me desmentir, não se sustenta a ilação. Ele diz que nunca esteve comigo e nunca esteve com chefe de gabinete algum. Nunca o recebemos. Até por que, quando se fala uma coisa dessas, é preciso provar: onde foi, com quem foi, quem é testemunha, quem viu, onde estão as impressões digitais, e isso não existe.

Recebo um documento que é extremamente importante, que envio ao seu gabinete hoje, que já entreguei ao Relator, Senador Carlos, e ao Corregedor, Senador Marcos, um homem honrado. E algumas declarações que estão nos jornais hoje reputo como equivocadas, porque o Senador Marcos é o Corregedor da Casa e como tal não pode emitir juízo de valor fora disso, senão qualquer um poderá requerer, fuge-me o termo, a falta de capacidade. Não é capacidade, é a pessoa não estar apta por ter emitido juízo de valor antes para poder julgar qualquer tipo de processo. Poderá requerer o impedimento, Senador Francisco. O Senador Marcos é um homem experiente, todos conhecem a sua honra, e há algumas coisas equivocadas. Ontem à noite, ele me ligou, desmentindo algumas informações, que logo foram publicadas no **Globo Online**. Ele disse que são atabalhoados e desencontrados os depoimentos do Vedoin. Eles colocaram o meu nome e ele pediu para trocar. Isso foi trocado, porque o Senador Tuma é realmente um homem que se pauta por um comportamento de dignidade. V. Ex<sup>a</sup> imagine se eu estivesse mentindo mesmo com essa verdade que nunca coloquei e não existe carro nenhum. Estou mandando ao seu gabinete e aos 81 Senadores, aos membros da CPI e ao Corregedor este documento que passo a ler:

Eu, [...], brasileiro, casado, Deputado Federal, venho, por meio do presente, declarar, para os fins legais, o que passo a narrar. Conheço o Senador Magno Malta, do Espírito Santo, há vários anos; tive com ele uma aproximação quando da instalação da CPI do Narcotráfico no âmbito do Congresso Nacional; sempre tive uma forte ligação fraterna, espiritual e religiosa com ele. [Isso porque sou evangélico. Quem é que não sabe disso? E toda vez que esse cidadão entrou no meu gabinete, o meu gesto, a minha conversa com ele foi ler a Bíblia e orar por ele, que tem uma filhinha adoentada. Ele viveu grandes problemas, e eu estive presente, como estive na vida de todos que vivem as suas agruras nesta Casa. E V. Ex<sup>a</sup> conhece os Senadores que vêm vivendo as suas agruras, alguns por enfermidade, outros por estar envolvidos, e eu, por professar a fé evangélica, aproximo-me, por acreditar na Bíblia e para oferecer conforto e orar com esses Senadores. Fiz isso a vida inteira na Câmara, com todos que viviam os seus problemas.

Tenho essa sensibilidade para me aproximar.] Disse então ao Senador [...] que dispunha de um automóvel Fiat Van Ducato [esse carro que o Sr. Valdo disse que deu a ele para mim, de forma que eu estaria trocando a minha honra por uma Van de carregar passageiro], placa KAM 4467, de Várzea Grande, MT, que tinha utilizado na minha campanha eleitoral e que poderia ficar à sua disposição [isso porque ele estava morando em São Paulo, onde foi comandar o programa Cidade Alerta, da Record], em virtude de ele ter me informando que, à época, estava precisando de um automóvel para fazer viagens com sua *bandagospel* pelo Estado do Espírito Santo. Tais fatos se deram por volta de setembro de 2003, ocasião em que disponibilizei para o Senador E a documentação daquele veículo e a sua posse mansa e pacífica. O referido veículo permaneceu com o Senador E até meados de julho de 2005 [eu o devolvi há um ano e dois meses ao seu verdadeiro dono, [...], porque o carro não era meu e nunca recebi presente de ninguém, apenas recebi o carro emprestado de um amigo], ocasião em

que retornou para mim. Por fim, declaro que sufrago por inteiro as declarações prestadas pelo Senador E em seu pronunciamento feito da tribuna do Senado Federal, na data de 1º de agosto de 2006, sendo o que ali afirmado a expressão da verdade dos fatos. Era o que me incumbia declarar e esclarecer.

Por ser verdade, firmo o presente, em São Paulo, 3 de agosto de 2006. [...].

V. Ex<sup>a</sup> imagina que, se eu não estivesse com a verdade, viria fazer afirmações na tribuna do Senado, correndo o risco de ser desmentido?

Mas a verdade vos libertará. Por isso, venho e olho nos olhos do povo do Brasil por meio das câmeras da TV Senado sem qualquer medo. Não será uma ilação que destruirá minha história e que jogará minha biografia no lixo.

Nessa segunda-feira, quando vim para cá, minha filha mais velha me disse: Pai, tenha paz. Cuide do seu caráter e tenha paz. O senhor é um homem público e da sua reputação o senhor não pode cuidar. O senhor é um homem público, e a sua reputação está nas mãos de qualquer um. Eles fazem o que querem. E fica por isso mesmo. Mas cuide de seu caráter, tenha a sua verdade e, mais, confie em Deus. É a única coisa que você pode fazer. Angustiar-se não evitará manchete no jornal e ilações.

Então, digo ao Brasil, olhando meus irmãos, as pessoas deste País que têm acompanhado meu mandato e minha trajetória, as pessoas do Estado do Espírito Santo um Estado em que, de 1.170 milhão de votos válidos, tive quase 900 mil votos, que continuarei honrando a Deus, a minha família, a sociedade do Espírito Santo e ao Brasil que conhece a minha história. Espero que o sentimento de justiça possa tomar conta do coração do Senador Carlos. O sentimento de justiça precisa tomar conta do coração de todos aqueles que precisam fazer justiça. Que justos não sejam tratados como injustos, que inocentes não sejam jogados no cadafalso e que aqueles que devem tenham a dignidade de pedir perdão à Nação, à família, às pessoas e confessem seu erro.

Senador Francisco, agradeço a oportunidade, o tempo dado a mim. Era isso que tinha de falar. Se precisar, falarei “n” vezes, até porque é necessário olhar nos olhos das pessoas e não se esconder quando nada se deve.

Esse documento que acabei de ler será enviado ao gabinete de V. Ex<sup>a</sup> e se já não foi e de todos os Senadores, principalmente do nosso Corregedor, Senador Marcos, a quem encaminho toda a documentação. Essa é a verdade dos fatos. Ele diz: “Sufrago por inteiro as declarações prestadas pelo Senador E em seu pronunciamento feito da tribuna do Senado Federal, na data de 1º de agosto de 2006”. Enviarei na íntegra o pronunciamento em que repudio as acusações e conto todas as verdades.

A despeito desse Deputado Federal, a mídia está noticiando que, nos depoimentos dados, fala-se do seu envolvimento e do seu relacionamento com a família Valdo e com a Planam. A despeito de tudo isso, quando convivi com o Deputado Federal, na Câmara Federal, não estava convivendo com bandido, nem com marginal, mas com uma pessoa igual ao Moroni, igual ao Fernando, igual a tantos quantos compuseram aquela comissão tão importante para o Brasil, a Comissão do Narcotráfico, uma pessoa de quem me fiz amigo, como de tantos quantos me rodeiam.

Aqui no Senado não é diferente. Com V. Ex<sup>a</sup> até travei o meu primeiro relacionamento ainda como Deputado Federal, numa pelada: V. Ex<sup>a</sup> já Senador e muito bom de bola. Depois da minha lesão de medula não posso mais jogar futebol. Já agradeço a Deus o fato de estar em pé, de estar andando. Mas V. Ex<sup>a</sup> ainda prossegue, do alto da sua juventude, jogando futebol e ainda disputando eleição de dois em dois anos, o que é característica de um homem de muita coragem.

Muito obrigado.

### E3

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nobre Senador Simão, Senador Gamaliel, os motivos que me trazem a esta tribuna hoje são motivos conhecidos pela Nação. Estava fora do País e, por isso, durante todo o tempo, falei, Senador Moisés, por intermédio da minha assessoria. Neste momento, estou tomado de um misto de revolta, a revolta dos justos, e de tristeza. De tristeza, porque fico me perguntando a respeito da vida, da história que construí com dificuldades desde a minha infância, e, por um momento, de longe, como expectador, vejo-a sendo jogada no lixo por um canalha fraudador de orçamento público; revolta, porque sou um homem que foi forjado na luta, sem dar a minha mão, mas fazendo enfrentamento a bandido. Mesmo sendo forjado na luta, Sr. Presidente, vejo a minha história, o meu nome, a minha trajetória como que jogada no lixo.

Há uma CPI instalada, e ninguém é mais a favor de CPI do que eu, pois presidi a CPI do Narcotráfico, e ninguém pode se esquecer a grande CPI deste País, de resultados, e que teve respeito até mesmo por bandido. Eu respeito CPI. Acho que é o instrumento da minoria, acho que a CPI serve para dar respostas à sociedade e nada tenho contra as atitudes tomadas pela CPI. Aliás, acho que as pessoas que são citadas devem ser ouvidas e, responsabilmente, tratadas dentro do processo.

Sr. Presidente, tomei conhecimento de que fui citado por um Sr. Valdo, que eu não conheço, pelo filho, que também nunca vi, a não ser nos jornais e na televisão, depois do episódio de terem sido apanhados, carcomendo, roendo, roubando de forma indigna o Orçamento público, fazendo falcatruas no chamado esquema das ambulâncias, que eu não conheço. Senador João Batista Motta, o que pesa na palavra desse senhor com relação a mim? Disse ele que me deu um carro, mas que mesmo assim eu os trai e que nunca apresentei uma emenda para eles. Senador Simão, passarei para a história como o homem que traiu a máfia dos sanguessugas, porque nunca apresentei nenhuma emenda para eles.

Aqui estão as minhas emendas, e passarei à Mesa todos os documentos das minhas emendas, desde a minha época de Deputado Federal.

Senador Moisés, Senador Simão, Senador Anta, queridos Senadores [...]: se houver uma emenda minha no Orçamento da União para beneficiar essa canalhada, o Sr. Valdo Filho e as suas empresas, se houver uma emenda de minha autoria sequer, renuncio ao meu mandato, para responder como cidadão comum. Não renunciarei para voltar para a política. Não. Renuncio para responder como cidadão comum. Aqui estão as minhas emendas, e tive o cuidado de mandá-las todas, Senador Paulo e Senador Marcos, para quem tive o cuidado de ligar mesmo estando longe, cumprindo uma agenda fora daqui e também preocupado com a minha saúde. Tive o cuidado de ligar e ser atendido pelo Corregedor da Casa, e quero dar este testemunho, que me disse: “Estou tomando as providências. A Corregedoria não está dormindo. Assim que chegar, eu quero ouvi-lo”. Eu disse-lhe: “Quero me antecipar e lhe mandar as minhas emendas para que V. Ex<sup>a</sup> as cruze”.

Não existe, Senadores [...], um prefeito sequer do meu Estado que levante o dedo, Senador Sibá Machado, e diga: Eu recebi tal emenda para dar ambulância à Planam e foi o Senador Magno Malta, Deputado na época, que mandou. Nenhum homem levanta o dedo para dizer: Recebi emenda com empreiteiro acompanhado, com empreiteiro a tiracolo por ordem do Senador. Em absoluto, não há homem que se levante para macular minha honra, minha vida e minha história.

De longe, pela televisão, assisto a minha história sendo jogada na lata do lixo, vendo lágrimas grossas e quentes no rosto da minha esposa, das minhas três filhas, de 5, 20 e 21 anos. Eu tenho uma história.

Tenho uma história de enfrentamento a bandido. Não sei nem se esse Valdo não está a serviço dos bandidos que a CPI do Narcotráfico indiciou e investigou no Estado dele. Não sei também se a Senadora [...] não está pagando por isso, porque presidiu a CPI do Narcotráfico em seu Estado. Não sei se ele está a serviço dos, arcanjos, da vida. É importante trazer E, que presidiu a CPI do Narcotráfico, Senador [...], para dentro desse imbróglio desgraçado e mentiroso.

Diz ele que me deu um carro. No primeiro momento, eu perguntei: Que carro? Pergunte: Que carro? Eu nunca recebi carro desse senhor, nunca estive com ele, não o conheço, não tratei nada com esse senhor. Que carro?

Na CPI do Narcotráfico, na Câmara Federal, durante quase três anos, convivi diretamente com algumas pessoas. Como faço amizades com muita facilidade, Senador, fiz muitos amigos [...]

Estou assustado com o que leio sobre o Deputado Snoopé hoje, pois trazem fatos acerca dos quais nunca tive conhecimento. Snoopé foi um grande amigo, não posso ser indigno neste momento, dizendo que não, por quem tenho o maior carinho, até porque pude estar nos grandes e nos difíceis momentos de sua vida.

Senador [...], quero dizer que nem me faz doer a alma mais ver que, por ser evangélico, sou alvo de chacotas e de deboches. Os homens, públicos ou não, podem cometer qualquer tipo de atrocidade que não são apontados pelo credo que professam, mas o evangélico é apontado pelo credo que professa não sei por quê.

Conheci o Snoopé na Câmara. Fiz grande amizade. É uma pessoa querida. Lembro-me de que, quando fui eleito Deputado Federal e, depois, Senador, Snoopé foi candidato à reeleição, mas perdeu, grande amigo do Senador [...], nosso amigo comum. Ele veio ao meu gabinete triste. Lembro-me de que, naquele dia, Senador [...], em que pese o deboche que farão com o que vou dizer, eu me ajoelhei e orei com ele. Li a Bíblia com ele. E, assim, na seqüência, disse uma frase a ele: Amigo, quando uma porta se fecha, Deus abre outra.

E ele tinha um programa de televisão em Cuiabá, Senador Natanel, de muita audiência; audiência maior do que a TV Globo no horário dele. E ele tinha vontade de fazer um programa nacional. Eu fiz contato com o Bispo Gonçalves, Diretor-Presidente da Record. Fui a São Paulo com o Snoopé. Ele nos recebeu. E me lembro da frase do Bispo Gonçalves: Você é de Cuiabá; isso aqui é São Paulo. Você não conhece a realidade de São Paulo com um programa como esse. E como o Datena tinha acabado de ir para a Bandeirantes, ele precisava de alguém para fazer “O Cidade Alerta”, um programa de muita audiência. E lembro-me que o bispo perguntou: “O senhor lida bem com o ponto”, Ele disse: “Lido”. Então o bispo mandou que fizesse o teste com ele. Lembro-me de que, quando a resposta do teste veio, foi uma grande festa. Ele estava na Record, numa rede nacional. Fiquei feliz. Um amigo, pessoa que eu conheci na Câmara, com quem fiz amizade; um homem que fez um belo trabalho na CPI do Narcotráfico. Nunca vi dele sinais de indignidade, de roubalheira, de vagabundagem. Nunca tocou em assunto dessa natureza, e aí agradeço pelo respeito à minha pessoa. Nunca tocou em assunto de Planam, de ambulância, nunca!, para minha pessoa! E um dia, feliz da vida, morando em São Paulo, Snoopé me disse que tinha um carro que ha-

via usado na campanha dele, mas como ele agora estava em São Paulo se eu precisasse do carro... E o Lino passou esse carro para mim. Então recebi esse carro e o usei. Era uma Van e aqui está a cópia do IPVA que eu paguei, em nome de José Luiz Cardoso. Não sei quem é. Achei que era um parente, qualquer pessoa. Continuo achando.

José Luiz Cardoso. Olhem aqui: paguei. Houve um incidente com ela e aqui está a ocorrência policial, a conta paga do conserto. É de José Luiz Cardoso. Eu nunca... E aí, com todo o respeito que tenho ao Presidente da CPI, [...], que trabalhou na CPI do Narcotráfico, com todo o respeito que tenho por ele, eu devo dizer que ele errou quando disse na televisão que eu havia dito que recebi um carro da Planam. Nunca recebi carro da Planam. Jamais receberia carro de alguma empresa. Se há algo com que tenho cuidado é com a minha vida, com o meu nome, com a minha história.

Senador [...], há 25 anos eu tiro drogado da rua, eu e a minha esposa. Quando me casei, quando minhas filhas nasceram, eu já tinha drogado em casa, Senador Simão, Senador Davi e Senador Jonas. Eu tenho no Projeto Vem Viver, na nossa instituição, crianças a partir de 12 anos, traficantes de *crack*, precisando de tratamento. E tenho também gente de 70 anos de idade alcoólatra, Senador Davi. Se eu tivesse ligação com a máfia da ambulância... E ninguém precisa mais de ambulância do que eu, do que a instituição que nós dirigimos. E nós não temos ambulância. Ninguém precisa mais de instrumentos para tratamento dentário, de um ônibus montado para tratamento dentário, do que nós. Nós não temos. Nunca coloquei... Não há sequer uma emenda minha, porque não tenho ligação com essa farsa.

Dois pontos são verdadeiros: o primeiro é que não existe emenda minha, Sr. Corregedor; e o segundo é que não existe carro. Esse carro que o Lino Rossi me emprestou, eu o devolvi a ele, Senador [...], há exatamente um ano e um mês. Há um ano e um mês, a empresa Transgrancap, de Cuiabá, levou esse carro de volta para lá, para devolver a seu dono. Não recebi carro de Valdo. Recebi o carro do Lino e devolvi-o a seu dono. O carro está com o Snoope em Cuiabá.

E quero dizer uma coisa: se tiver que responder por crime de corrupção ativa... Porque os jornais deram e minha assessoria me enviou, Senador [...]. O jornal **O Globo** publicou há três ou quatro dias uma matéria falando de uma briga do Snoope com o Valdo, do rompimento deles, porque o Snoope não cumpriu... E disse que o Valdo deu para ele uma carreta e uma Van, mas ele não cumpriu, romperam e agora ele é até concorrente. Sei lá! Pode ser essa Van. Não deu Van nenhuma para mim. Recebi do meu amigo Snoope, a despeito do que ele esteja vivendo, não sou canalha ou crápula para dizer que não o conheço; foi meu amigo o tempo inteiro, e ao amigo Snoope eu devolvi o carro. Vejam bem: devolvi o carro há um ano e um mês atrás. Se tiver que responder por crime de corrupção ativa sobre isso, não responderá, porque a mim nunca falou em corrupção; a mim nunca tocou em Orçamento; comigo nunca falou em ambulância; comigo nunca falou em máfia da ambulância, nunca me sugestionou. E agradeço por ele entender o homem que sou e como levo minha vida, como prezo minha vida.

V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

Concedo o aparte ao Senador Bispo.

Muito obrigado, Senador [...], pelo aparte. Quero solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup> porque não só eu, mas todo povo brasileiro evangélico e seus colegas pastores conhecemos o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> desenvolve há duas décadas no Espírito Santo. A vida é assim. Infelizmente, a imprensa muitas vezes esquece a biografia, o passado, a luta, e parte para publicar notícias que ainda não foram apuradas, denúncias feitas por qualquer um, que muitas vezes não tem moral sequer para fazê-las. De tal maneira que V. Ex<sup>a</sup> tem, tenho certeza, não só a minha solidariedade, mas a deste Plenário. As explicações que V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa agora são claras, são con-



cisas. Poderia ter acontecido com qualquer um: receber como empréstimo um carro de um amigo num dado momento, devolver a ele, logo em seguida, para, um ano depois, saber que aquele carro teria algum suposto envolvimento com essa quadrilha, com essa máfia, que nós todos repudiamos, e V. Ex<sup>a</sup> o fez agora, da tribuna, de maneira muito própria. Não poderia deixar de prestar esta solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, porque continuo dizendo o que disse no início do meu discurso: V. Ex<sup>a</sup> tem um trabalho tão bonito, tanta gente grata, tantas famílias, tantas pessoas humildes que encontraram na sua casa, no carinho da sua esposa, das suas filhas, o caminho de volta para a vida; que saíram das drogas, das armadilhas dos vícios! Portanto, Senador [...], aceite a minha solidariedade neste momento de injustiça e de dor que V. Ex<sup>a</sup> vive.

Muito obrigado, Senador [...]. Para mim é muito importante o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento.

Apenas para concluir. Sou testemunha de tudo isso que V. Ex<sup>a</sup> fez pelo Snoope, na Record; acompanhei isso passo a passo. V. Ex<sup>a</sup> deu a descrição exata dos fatos.

Porque não quis citar, mas pedi a V. Ex<sup>a</sup> que nos ajudasse junto ao Bispo Gonçalves para que ele pudesse, pelo menos, ouvi-lo, porque não é fácil, e, por méritos, ele entrou e comandou o “Cidade Alerta”. E quando o Silvío se elegeu Prefeito, ele voltou. Voltou e manteve por ele sempre o mesmo respeito. Se tiver que responder por crime de corrupção ativa, a mim não tentou corromper em momento nenhum. Até agradeço por saber... Nem esse Valdo, porque nunca lhe dei confiança e nem sei quem ele é.

Aqui estão as minhas emendas todas, as cartas que mandei para a Saúde, para a Educação; aqui estão todas as emendas que fiz como Deputado Federal e como Senador. Até porque eu falei que o filho dele, que nem sei quem é, disse que eu coloquei emendas para as comunicações. Inverdade! Mentira!

É preciso ter cuidado com a chamada delação premiada. O cara que vai para a delação premiada precisa saber também que ela será premiada se as acusações dele forem encontradas e forem verdadeiras; até porque se eles já estão grampeados tanto tempo, o Ministério Público e a Polícia Federal não de saber que não existe absolutamente nada que envolva este Senador, que envolva a sua assessoria, qualquer tipo de contato e relacionamento que envolva a minha pessoa com essa corja de indignos, de mãos sujas, que roubaram dinheiro público e fizeram fortunas em cinco anos, e que agora estamos vendo até o nome do Senador Maquiavel tocado por eles na manhã deste dia, do Senador [...] Campos... De longe, vendo o sofrimento, a angústia, da Senadora Maria e de tantos outros. Fico imaginando que, se algum Deputado Federal, se algum Senador colocou alguma emenda no orçamento para compra de ambulância e o prefeito, por um gesto indigno, juntou-se a essa quadrilha, o parlamentar agora se vê obrigado a responder por isso. É preciso ter muito cuidado com a honra, com a vida das pessoas.

Ouçõ o Senador Simão.

Senador E, longe de mim aqui querer fazer a defesa de V. Ex<sup>a</sup> ou de qualquer outra pessoa. O que me faz pronunciar esse aparte é o fato de que me espanta como as notícias estão sendo veiculadas, apesar de as reuniões terem sido reservadas; não eram secretas, mas eram reservadas, a sala foi esvaziada, e hoje vejo, no jornal **Correio Braziliense**, trechos, na íntegra, do que foram as indagações, as arguições que os parlamentares fizeram ao Sr. Darci. Já que está saindo na imprensa, não falei até hoje absolutamente uma palavra do que ouvi ali dentro, mas uma das coisas que me chamaram a atenção foi que, quando o Deputado Nazista indagou ao

depoente se ele conhecia determinados parlamentares e ele listou alguns, ele disse que não ia mais citar porque não podia citar pessoas que ele não comprovasse. E mais: ele não podia fazer mais nada porque quem podia ter algum tipo de prova era o filho dele, porque ele jamais tinha tido contato com as pessoas. Os negócios dele se davam com as empresas, as fornecedoras dos equipamentos ou coisa parecida. E, nesse caso, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fiz questão de deixar muito claro para as pessoas de minha Bancada, para as pessoas com quem conversei que estranhei a forma como as notícias foram levadas para fora. V. Ex<sup>a</sup> pode ter a segurança de que nós nos batemos naquela Comissão no sentido de que só podíamos tratar de questões, no âmbito da Comissão, que tivessem comprovação. Caso contrário, não se podia tocar em nome de absolutamente ninguém. Houve até um fato relacionado com essa coisa de conhecer ou não conhecer. Foi o próprio Vice-Presidente da Comissão que perguntou se conhecia, em qual condição, em que situação conhecia. Isso porque eu, por exemplo, conheço a Xuxa pela televisão. Eu conheço também o Ronaldo. Se alguém me perguntar sobre o Ronaldo, eu posso dizer alguma coisa. Foi nesses termos que a pergunta foi feita. Portanto, neste momento, fico entristecido com a forma como as informações saem de dentro da Comissão e se transformam em sentença, em jogo de sentença para as pessoas que estão sendo citadas. Esse foi o problema de todas as CPIs que acompanhei. Essa CPI é a quarta que estou acompanhando ativamente. Participei de mais duas. Todas essas Comissões tiveram esse tipo de comportamento. As pessoas usam informações mais para fazer jogo bonito para a mídia do que para contribuir com os trabalhos. Neste caso, neste momento, estou solidário com V. Ex<sup>a</sup> com relação a esse problema, pois considero um absurdo a forma como ele foi tratado.

Agradeço o seu aparte, Senador, e vou incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Senador Heman e, em seguida, aos Senadores Marcos e Poseidon.

Senador E, eu estava no gabinete e fiz questão de vir rapidamente. Fiquei preocupado até de não chegar a tempo. Acompanhei sua vida na Câmara dos Deputados, onde estive por dezesseis anos. V. Ex<sup>a</sup> chegou lá e, com muita fibra, com muita raça, muita convicção, defendeu as posições que eu também defendo no campo social. Mas V. Ex<sup>a</sup> foi muito além daquilo que eu fazia na Câmara quando liderou a CPI do Narcotráfico. Contra V. Ex<sup>a</sup>, durante todo aquele período, não há uma fálscia, uma vírgula que lhe possa ser atribuída. O que dizem agora é que V. Ex<sup>a</sup> andou num carro que não era seu. E aí fizeram um escândalo do tamanho do País contra a sua história, contra a sua vida. Fico muito preocupado com isso, Senador [...]. Eu já disse numa oportunidade e vou repetir agora que, quando Deputado, fui um dos poucos que foram à tribuna dizer que não votaria pela cassação do Deputado [...]. Por que estou dizendo isso? Porque, para felicidade minha, ele foi absolvido num segundo momento, e as revistas hoje publicam que houve uma injustiça. Então, quando vejo uma injustiça como essa que fazem a V. Ex<sup>a</sup>, aqui defendi também a Senadora Maria e a Senadora Ana Júlia, sou levado a dar esse depoimento. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> está sendo injustiçado, mas acredito na justiça. Por isso, presto minha total solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, na certeza de que o bem vencerá e que, por esta razão, V. Ex<sup>a</sup> dará a volta por cima, certamente, nessa situação constrangedora em que quiseram envolvê-lo, mas não conseguirão. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

Muito obrigado, Senador Paim. Recebo emocionado o seu aparte ao meu pronunciamento. Muito obrigado pela solidariedade.

Concedo o aparte ao Senador Marcos e, posteriormente, aos Senadores Poseidon, Azedo, Hobin e Judá.

Só para um esclarecimento a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> falou três vezes comigo: duas vezes quando estava fora do País e uma hoje, pouco antes de usar da tribuna. Senador [...], V. Ex<sup>a</sup> presidiu Comissão e sabe que o sigilo é relativo. Tenho ficado um pouco assustado com a gama de notícias que sai todo dia. Todo dia tem alguém dando uma entrevista, ou sai algum noticiário de jornal. Tendo em vista a permanente citação de alguns Senadores, pedi ao Dr. Bros que informasse o que realmente existia, porque S. Ex<sup>a</sup> tem mantido a documentação reservada em sigilo, só tendo tido acesso a ela Sub-Relatores... É claro que, se eu for lá, posso pedir, mas é um pouco confuso tirar segmentos que interessam. Eu pedi o depoimento por inteiro, mas vieram, para a Corregedoria, fragmentos citando os três Senadores, e temos a obrigação de esclarecer à sociedade com uma apuração sem indicativo da prática de crime. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, temos que apurar as razões da citação do nome e chegar a uma conclusão. Então, é isso que estou fazendo a partir de hoje. Comuniquei a V. Ex<sup>a</sup>, à Senadora Maria e ao Senador Estêvão, que tem sido, da mesma forma, correto ao querer, a todo instante, prestar informação, já tendo pedido, há algum tempo, que houvesse apuração. Mas eu não tinha subsídio para fazer isso. É claro que, se o Presidente autorizar, eu gostaria de pedir que os depoimentos de V. Ex<sup>a</sup> e da Senadora Maria sejam encaminhados à Corregedoria. Quanto à honestidade, V. Ex<sup>a</sup> me conhece e sabe que jamais praticarei uma injustiça que possa ferir qualquer pessoa. Se houver indicativos da prática de qualquer tipo de delito, vamos esclarecer isso. Então, fique tranqüilo, pois vou examinar os documentos que V. Ex<sup>a</sup> mandar, vamos ouvir o Snoop, que, acredito, é a peça importante no seu caso, para chegarmos a uma conclusão.

Senador Marcos, V. Ex<sup>a</sup> me permite?

Pois não, mas é para o Senador E que V. Ex<sup>a</sup> precisa pedir.

Peço à Mesa que, por gentileza, como fui citado, eu possa dar uma resposta.

**O SR. PRESIDENTE** Apenas para despachar o requerimento verbal do Senador Marcos.

Na forma regimental, o Senador será atendido com o encaminhamento dos pronunciamentos da Senadora Maria e do Senador E à Corregedoria da Casa.  
Eles embasam um pouco o nosso raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** Peço à Secretaria que tome as providências.

Quero apenas dizer que, mal saiu a primeira notícia, não só demiti os meus dois assessores como também os processei. Também processei os Valdo, pai e filho, a Penha e, imediatamente, fiz um ofício pedindo a investigação, porque não tenho nada a esconder, não fiz nada errado. Fico triste de ver como a nossa mídia faz sensacionalismo em cima de fatos e repete o mesmo assunto dez ou doze vezes, não sei com qual objetivo. Às vezes fico a pensar se não existe uma segunda causa para que isso aconteça.

**O SR. PRESIDENTE** Peço a compreensão dos Senadores inscritos. Como este é um caso especial, o Senador E foi convocado a esclarecer e está exercendo o direito à defesa. Por isso, peço a compreensão, já que o tempo do Senador [...] esgotou-se há muito.

Concedo um aparte ao Senador Poseidon.

Senador E, se V. Ex<sup>a</sup> precisar de algum esclarecimento, estou à disposição.

Muito obrigado, Senador Marcos.

Senador E, eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que sou membro da CPMI das Ambulâncias, dita CPI dos Sanguessugas. Essa CPI só teve uma reunião, a de instalação. Não houve qualquer outra. Participei da CPI dos Bingos, da CPMI dos Correios, até da chamada CPI do Fim do Mundo, e tudo funcionava direito. As CPIs eram convocadas, a Oposição votava os requerimentos, os caminhos eram decididos no voto. O que está acontecendo na CPI dos Sanguessugas? Ela está sendo conduzida por uma espécie de quarteto fantástico. Às vezes tomo ciência de algo pela televisão. Sou membro titular dessa CPI. O que acontece? Não há uma convocação marcada. Quanto à questão de V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, onde começa todo o processo? Uma emenda é encaminhada, e, dentro do processo criminal, é colocado e negociado com o prefeito. V. Ex<sup>a</sup> não colocou emenda alguma. No entanto, aparece o nome de V. Ex<sup>a</sup>. O Valdo dá uma declaração, que está na imprensa, dizendo que deu um carro para V. Ex<sup>a</sup>. O carro não foi dado por Valdo.

*(Interrupção do som.)*

O carro não está em nome de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> usou o carro cedido por um Deputado amigo de V. Ex<sup>a</sup> durante um período e o devolveu. E o que acontece? Onde foi votado nesta CPI... Quero exercer o meu direito de voto, porque o poder e o direito que o Parlamentar tem é o de votar. Quando aconteceu uma reunião em que se decidiu que seriam encaminhados os nomes das pessoas citadas para a Comissão de Ética da Câmara ou do Senado? Em momento algum foi votado isso. Não estou aqui para defender ninguém, porque eu disse que quem tem o nome citado e tem depósito em conta tem que ser julgado pela Casa competente. Só que nada disso foi votado. O quarteto fantástico se reúne e sai falando algumas coisas sobre uma série de Deputados, sobre uma série de Senadores. Fui nomeado para essa Comissão com o direito de dar o meu voto pelo meu Estado, pelo meu Partido e pela minha consciência, só que isso não acontece. Ligo a televisão e vejo que a CPI dos Sanguessugas deu a seguinte declaração, que a CPI dos Sanguessugas deu outra declaração. Que reunião foi essa? Eu participei de todas. Na CPI dos Bingos, que era chamada de CPI do Fim do Mundo, todos se reuniam, colocava-se em votação, ganhava-se ou perdia-se por um voto, mas era uma decisão democrática, uma decisão dos Partidos, uma decisão da Casa. E o que acontece na CPI dos Sanguessugas? Nada. Aparece-se com documento, lê-se um documento. Eu já li todo o depoimento do Valdo. Ele apresenta prova contra Deputado, contra outras pessoas. Apresenta provas. Com relação a esses que estão com depósito em conta, o Parlamento tem que tomar atitudes contra eles. Agora, se aparece um assessor que recebeu, se aparece um parente que recebeu, tem que chamar para deporem, para serem ouvidos. Ele tem que falar ali. Levou o dinheiro? Deu o dinheiro? Para quem deu? Você estava ali e negociou para outro? Só que ninguém fala isso, Senador. Ninguém fala isso aqui. Estou falando isto por causa da minha consciência. Vou entrar no Senado, vou sair do Senado e vou dormir tranqüilo. Quero voto, quero discussão, quero a Comissão.

Senador Poseidon, eu falei isso já desde a semana passada.

A Comissão, quando é criada, é uma célula desta Casa, é uma célula do Senado, é uma célula da Câmara. Numa célula, tudo é decidido no voto, Senador.

Falei, semana passada, o que V. Ex<sup>a</sup> está falando.

É uma célula desta Casa. Aqui tudo se decide no voto. Aqui se perde, aqui se ganha. Quem perde vai para casa como perdedor e pode ganhar na próxima, mas com o voto, com a opinião de vários, não da maneira como está sendo conduzido o processo. Algumas pessoas dão declarações sobre políticos na região em que estão competindo, num momento eleitoral, e os derrubam imediatamente. Estou sendo procurado por pessoas que nem emendas apresentaram, como V. Ex<sup>a</sup>. Todo o processo criminoso começa no lançamento da emenda, quando se pode negociar com a Prefeitura.

Mas emenda não é crime.

Não, não é crime. Mas quero dizer que, nesse processo, da maneira como foi dito pelo Sr. Vedoin, o crime começa quando se apresenta uma emenda. Mas, no caso de V. Ex<sup>a</sup>, nem emenda existe, e V. Ex<sup>a</sup> está sendo citado em todos os momentos. Por quê? Porque, nesta Casa, Senador, no Senado Federal, não acontece esse tipo de coisa, não é normal acontecer esse tipo de coisa, como levar dinheiro por uma emenda. Estão tentando, de qualquer maneira, pegar um Senador, pegar alguém para essa situação. Estamos vivendo um momento da política nacional em que se ataca o próximo e o derrota como se fosse o senhor da ética ou o senhor da verdade. Todos são puros. Quem ataca hoje é puro. Quem ataca nasceu puro, é limpo. Não vejo alguém tão puro que possa condenar o próximo. Todos aparecem dando declarações com o cabelo bem feito, bem cortado, bem arrumadinho, já próprio para dar declaração. Não vou chegar nesta Casa, não vou participar e não vou acusar ninguém sem prova. A prova deve existir, Senador. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu sempre tive o seguinte: bandido, de um lado; e V. Ex<sup>a</sup>, do outro. Eu ouvi nesta Casa que a posição de V. Ex<sup>a</sup> é sempre contra bandido. Foi assim que V. Ex<sup>a</sup> se elegeu e eu nem sabia e, com a maior votação no Espírito Santo. Senador, o que está sendo feito e o que está acontecendo é uma atitude covarde, mas ninguém fala. Eu estou falando. Não sei o preço que vou pagar, mas tenho certeza de que estou sentindo o que estou falando. Muito obrigado pelo espaço.

Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** Nobre Senador E, quero pedir, mais uma vez, a compreensão aos apartes, para que fiquem no tempo permitido regimentalmente, ou seja, dois minutos para o aparte. Não queremos, de forma alguma, cercear o direito à defesa do Senador E, mas pedimos aos apartes a compreensão.

Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

Concedo o aparte ao Senador Azedo.

Senador E, a história de V. Ex<sup>a</sup>, de origem humilde, a sua história de luta contra o tráfico de drogas dá realmente a V. Ex<sup>a</sup> a condição de vir fazer a defesa que faz aqui, usando o direito mais sagrado que todos temos, que é o direito de defesa. Pena que a Senadora [...] não se encontra presente, mas fico feliz em ver que S. Ex<sup>a</sup>, agora, é também cuidadosa com as acusações. S. Ex<sup>a</sup> pede moderação, S. Ex<sup>a</sup> pede que o direito de defesa seja respeitado por todos. Na verdade, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e desejar que tenha em mente a liberdade de poder exercer o direito de defesa, como aqui faz.

Muito obrigado, Senador [...].

Concedo o aparte ao Senador Hobin.

Senador E, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>. A história de vida de V. Ex<sup>a</sup>, de que aqui tomei conhecimento quando cheguei, responde pelos seus atos praticados. Tenha absoluta certeza de que, como V. Ex<sup>a</sup> aqui explicou, deu da tribuna a explicação de que o povo brasileiro já tinha conhecimento, porque já havia sido também noticiado pela imprensa que V. Ex<sup>a</sup> apenas havia recebido do seu amigo de então, Deputado Snoope, o carro que estava sendo utilizado. Agora V. Ex<sup>a</sup> complementa dizendo que o devolveu há mais de ano.

E ainda o chamo de amigo.

E ainda o chama de amigo.

Nunca me propôs corrupção.

Como V. Ex<sup>a</sup> disse, a verdade vai se sobrepor ao mal e à mentira, e V. Ex<sup>a</sup> terá, com certeza absoluta, explicado o fato, porque sua história de vida responde pelo seu futuro.

Muito obrigado, Senador [...]. Recebo, emocionado, as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e as incorporo ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador Judá e, depois, aos Senadores Che e Natanael.

Senador E, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo o que é certo: vir a tribuna, apresentar sua defesa. Aqueles que o conhecem, como eu, porque fomos colegas quando Deputados Federais, sabem que o que está fazendo, provando, dando os fatos verdadeiros, é fundamental não só para V. Ex<sup>a</sup>, mas para todos os que realmente foram citados. Acredito que V. Ex<sup>a</sup> esteja no caminho correto e deva fazer exatamente isso para que, amanhã, por meio da Corregedoria, da CPMI, do que for, mostre exatamente o fato verdadeiro, a sua versão. Isso é o que desejamos e esperamos que ocorra. Parabênzo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz.

Muito obrigado, Senador [...].

Concedo o aparte ao Senador Che.

Senador E, V. Ex<sup>a</sup> usa a tribuna, o que é de direito, para vir explicar uma acusação que, de repente, foi uma antecipação, um ato impensado da imprensa. Conhecendo V. Ex<sup>a</sup>, a forma como V. Ex<sup>a</sup> começou a política no Espírito Santo, como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República, e os trabalhos que V. Ex<sup>a</sup> tem praticado no nosso Estado em prol do social, tenho certeza, Senador, de que V. Ex<sup>a</sup> vai trazer, caso seja preciso, provas para realmente comprovar a sua inocência nesse malfadado caso que a imprensa vem anunciando. Lamento, Senador. Já li várias notícias sobre a CPMI dos Sanguessugas. Inclusive, o ex-Ministro [...] é muito citado. Infelizmente, todas as ações de corrupção nesse Governo começaram realmente dentro do Governo. Infelizmente, elas têm envolvido alguns Parlamentares, como é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, que está afirmando da tribuna não ter culpa. Quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e lamentar, mais uma vez, o fato de V. Ex<sup>a</sup> estar sendo citado num caso que tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> não tem culpa.

Muito obrigado, Senador [...], Senador do meu Estado, que me conhece, conhece a minha trajetória.

Quero reafirmar que não recebi carro de Planam nem de Valdo, que não conheço. Eu o vi e vi também o filho dele nos jornais e na televisão. E o filho dele afirma em depoimento que eu apresentei emenda para as comunicações. Até isto ele fala: para quem destinei as emendas. E eu nunca apresentei emenda para as comunicações!

Aqui estão todas as minhas emendas, como Deputado Federal e Senador. Se encontrarem uma emenda minha para essa corja, Senador Che V. Ex<sup>a</sup> é do meu Estado, vou renunciar ao meu mandato não para voltar, mas para ser julgado como cidadão comum. Ah, a minha vida não foi assim... Não foi assim que construí a minha história, fraudando o Orçamento. Não construí a minha história tratando às escuras com empreiteiros e lobistas. Não os recebi, não os recebo. Não há homem no mundo, nem no meu Estado, que levante o dedo e diga: Recebi a emenda, e o empreiteiro veio junto.

Nunca fui nem a pedra fundamental. Nunca fui a entrega de obra, a assinatura de contratos. Aliás, minto, porque, há dois anos, apresentei uma emenda para um ginásio de esportes em Vargem Alta, um distrito, cuja inauguração foi há dois meses. Disseram que só o inauguravam se eu estivesse presente. Eu disse que não gostava de ir, mas a comunidade só inaugurava o ginásio se eu fosse, e fui a Vargem Alta, um distrito do Espírito Santo.

Mas não vou. V. Ex<sup>a</sup> é político, Senador [...]. V. Ex<sup>a</sup> se encontra comigo em eventos de inauguração ou de ordem de serviço? Não. Não é a minha prática. Nunca apresentei emenda para essa corja, Senadora Judite. Não sujei minhas mãos no chiqueiro, na lama da corrupção. Recebi o carro de um amigo, e ainda vou chamá-lo de amigo, a despeito do que ele está vivendo, porque nunca me propôs corrupção, não se sentou comigo em meu gabinete e disse: Ponha a emenda, ponha que é bom. Eles vão te dar tanto. Olha, eu conheço a Planam, conheço o Valdo, ponha aqui, ponha nos seus Municípios, uma ambulância para cada um, que isso vai te dar notoriedade. Não. Nunca me propôs isso. E volto a dizer que agradecido sou porque nunca dei a ninguém a ousadia de se aproximar de mim para propor tal tipo de coisa. Usei o carro de um amigo.

Felizmente, V. Ex<sup>a</sup> não estava aqui quando eu disse que errou o Presidente da CPMI, com todo respeito a S. Ex<sup>a</sup>, quando disse na televisão que eu precisava ir para a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, e o meu mandato foi imediatamente cassado no Brasil inteiro. Virei o lixo da política brasileira. O foco não é Valdo, sou eu. O criminoso não é Valdo, é E. Virei o resto no meu Estado. Foram publicadas as manchetes mais terríveis contra mim, inclusive uma que dizia: CPI denuncia E. Fotos enormes, todos os dias. Virei o resto.

Sou filho de faxineira, Senador [...]. Não pertencço a grupo político nenhum, Senador E. Cheguei onde cheguei com muita luta, tirando gente da rua, como bandeira de enfrentamento.

Virei Senador da República, enfrentando o crime organizado, o narcotráfico, travando uma batalha. E, hoje, sou o lixo do lixo, o resto do resto, porque fui vendido assim. A CPMI investiga fraude em emendas. Olhem a contradição: quem nunca colocou uma emenda é o criminoso.

Algumas pessoas experientes dos meios de comunicação me disseram: Você errou. Você de-

via ter ficado calado, não devia ter falado nada, que recebeu, que usou o carro que o Snoopce passou para você. Mas a boca que honra a Deus não mente. Mentir para ser desmascarado depois? Não! Prefiro passar o que estou passando a mentir. Em minhas mãos, estão os documentos e o IPVA do carro em nome do cidadão. Não há nada em nome de Planam, em nome de nenhuma empresa do Sr. Valdo.

Nunca procurei nenhum Ministro da Saúde até porque eles nunca me receberam. O Ministro [...] nunca me recebeu. O Ministro [...] nunca me recebeu.

*(Interrupção do som.)*

Senador Moisés, os Parlamentares que ainda não foram citados não devem estar dormindo mais porque amanhã podem sê-lo. Se descobrem que uma emenda do Parlamentar foi para a saúde e que se comprou uma ambulância, ele já é candidato a bandido. Estamos vivendo uma inquietação a cada dia: que lista saiu? Que nomes deram?

Sou signatário da CPMI, Senadora Judite. V. Ex<sup>a</sup> me deu a proposta para assinar. Essa é a verdade dos fatos.

Se querem destruir meu nome, jogar minha história no lixo para tirar meu mandato, podem tirá-lo. Parafreseando o Apóstolo Paulo, digo que nada tenho por ganho nem por lucro nesta vida, porque, para mim, viver é Cristo e morrer é lucro. Foi Ele quem me colocou aqui. Se pela vontade permissiva dEle isso vier a acontecer, a minha honra, o meu compromisso com Deus e com a minha família, Senador [...], ninguém vai roubar.

Ouçó o Senador Natanael.

Senador E, considero muito importante V. Ex<sup>a</sup> ter vindo expor os episódios tal como aconteceram, de maneira a tornar claro, por tudo o que nos transmitiu, que não houve qualquer procedimento que o fizesse incorrer em ato que fere a legislação. Pelo menos, por tudo o que nos transmitiu hoje, V. Ex<sup>a</sup> procurou expor, inclusive com documentos, a verdade sobre fatos que constituíam uma história diferente daquela que, primeiramente, se quis atribuir a V. Ex<sup>a</sup> pela forma franca com que caracteriza o seu ser, a sua vida. E considero muito importante que seja sempre esse o procedimento de um representante do povo, de um Senador do Espírito Santo.

Muito obrigado, Senador Natanael. Ouçó o Senador João Batista Motta.

Senador E, sei perfeitamente da dor que V. Ex<sup>a</sup> está passando neste momento. Sei da origem de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é do meu Estado. Nós o conhecemos de maneira absoluta. Sei, também, Senador [...], que existe o crime dos “sanguessugas”. Sei que dinheiro foi desviado do Erário. Sei que houve o crime de colarinho branco com relação àqueles que recebiam dinheiro para votar em projetos do Governo. Sei que tudo isso existe. O que não consigo saber, Senador E, é por que vivemos hoje este momento difícil de tantas acusações, tiroteio para tudo quanto é lado, envolvendo os mais diversos Parlamentares. Se é verdade que existe este crime, e existe, por que também existem as acusações infundadas? Nós temos que aqui meditar a razão disso tudo. Há alguém por trás querendo enfraquecer o Poder Legislativo. Há alguém que quer misturar os bons com os maus. Até hoje nada colou no Presidente da República. O cidadão brasileiro está dizendo que todo mundo é bandido. Não importa, então, que o Presidente e seus



Ministros sejam também. Será que é para ganhar a eleição deste ano? Será que existe outro motivo escuso por trás disso? Será que alguém quer a cubanização do Brasil? Será que alguém quer de volta a ditadura? Será que não estão satisfeitos com o momento democrático em que vivemos? Existem bandidos, mas nem todos o são. Eu, por exemplo, nunca fui, Senador [...]. Não participo de nada disso, nunca participei dessas coisas. E vários colegas, a maioria desta Casa, são homens sérios, homens honestos. Não sei qual é a minoria, que não seja, mas o certo é que toda a Casa fica enodada, prejudicada perante a opinião pública. Há alguma coisa por trás disso. Não acredito que as acusações contra a Senadora Maria, assim como contra V. Ex<sup>a</sup>, não tenham um fundamento político, específico, para que alguém permaneça no poder. Receba o meu abraço. Sei que V. Ex<sup>a</sup> não tem nada a ver com isso. Sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem limpo, um homem puro. É o que tenho a dizer a esta Casa e a quem está nos ouvindo neste momento.

Senador Paulo, muito obrigado por seu aparte, que recebo com muito carinho, até uma certa emoção, porque somos do mesmo Estado. V. Ex<sup>a</sup> me conhece, obrigado pelas referências. Saiba, Senador [...], que não sujei minhas mãos no chiqueiro, na lama da corrupção, nem sujei rei.

Ouçó o aparte do Senador Vilhaça.

Senador E, em meio a essa crise que convulsiona, atormenta e denigre o Legislativo, há pessoas que, não merecendo a pecha de desonestas, são envolvidas de forma tão equivocada, tão estranha! Mesmo porque conhecemos o passado de V. Ex<sup>a</sup> como o grande timoneiro, defensor de causas como o combate à violência, ao narcotráfico, ao desvio da juventude para o uso de entorpecentes, que tanto denigrem a pessoa humana. V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa também sempre foi um defensor intransigente da boa aplicação dos recursos públicos, do controle, da fiscalização das instituições, não só do Congresso Nacional como do Poder Executivo. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem sido, ao longo da vida, um exemplo de coragem, de devotamento, de amor ao Brasil, de amor às causas e aos ideais que fazem os grandes homens públicos. Portanto, lamento que V. Ex<sup>a</sup> tenha sido envolvido nessa questão. Tenho certeza absoluta de que a verdade virá à tona. As palavras de V. Ex<sup>a</sup> são mais do que necessárias neste ambiente democrático do Senado Federal, onde milhares e milhares de brasileiros acompanham os nossos trabalhos. E V. Ex<sup>a</sup> faz uma defesa, uma prestação de contas da sua vida, o que é mais do que necessário neste momento. No mais, quero, juntando-me aos demais companheiros e companheiras do Senado Federal, solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup> e desejar que o deixem em paz e que o seu trabalho tão frutuoso continue a proliferar no cenário político do Brasil.

Senador Vilhaça, recebo o seu aparte agradecido pela referência que faz à minha luta, ao meu trabalho no combate à violência e ao narcotráfico, à minha vida.

Sempre fui muito criterioso nessa questão de emendas, desde Deputado Federal. A mim não importa se o sujeito pediu ou não voto para mim. Aprendi a distribuir este pequeno recurso ç antes de R\$2 milhões, agora de R\$3 milhões ç que é dado a um Senador ou a um Deputado Federal. No meu Estado, que é pequeno, tem apenas 78 Municípios, se quiséssemos dar R\$50 mil para cada um, mesmo com muito boa vontade, não conseguiríamos. É preciso ter muita responsabilidade com relação a isso, e eu tenho.

Por isso afirmo que nenhum homem, nenhum Prefeito ou ex-Prefeito do meu Estado pode levantar o dedo, apontar na minha direção e dizer: Mandou emenda para compra de ambulância, para a área de saúde, acompanhada do empreiteiro. Nenhum homem, muito menos o Val-

do e o filho dele, esses pústulas, que responderão na Justiça. Estou processando-os: canalhas, roubadores de dinheiro público.

Infelizmente, tenho de falar o que vou falar. A mim não propuseram nenhuma corrupção porque não os conheço, nunca tive com eles; então, nunca tentaram me corromper, nem me suggestionar. Até porque reafirmo: esse tipo de gente não tem facilidade para se aproximar de mim.

Então, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o seu aparte, reafirmando meu compromisso com essas verdades. Concedo o aparte ao Senador Estêvão.

Nobre Senador, sei a angústia que V. Ex<sup>a</sup> está passando, porque tenho passado a mesma angústia. Não conheço essas pessoas. Não tem um Prefeito que possa fazer uma acusação em relação a mim, porque nunca pedi nada a Seu Ninguém. Sempre trabalhei duro pelo meu Estado, procurando colocar emendas e levar recursos para o meu Estado, é a minha obrigação. Fico surpreso de ver os depoimentos, porque agora já tenho todos. Aconteceu uma coisa até muito interessante, que deve ter ocorrido com V. Ex<sup>a</sup> também. V. Ex<sup>a</sup> deve ter recebido um ofício para responder sobre um assunto que estava sob segredo de justiça.

É verdade.

Agora, três semanas depois, até já sei o texto. Tinha cinco dias para responder uma coisa que estava sob segredo de justiça e fui tomar conhecimento três semanas depois. Não estou preocupado. Tenho muito mais pena e preocupação de quem faz a acusação, porque está mentindo, caluniando. É muito maldade! O tempo é o senhor da razão. Não conheço essas pessoas, como V. Ex<sup>a</sup>, não tenho o menor contato, e todos depoimentos dizem isso. Mas não esqueça de que, no meu caso, por exemplo, tenho várias situações que são propícias para isso: nordestino, apoiador do Governo, tudo isso são fatos que fazem com que as pessoas nos persigam mais, principalmente a imprensa sulista. Mas não estou preocupado, pois o tempo é o senhor da razão e, com certeza, vai aparecer a verdade. Minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, como a vários outros. Há pessoas culpadas, sim, porque a ambulância que eu pedia para a Prefeitura por R\$80 mil e custava R\$76 mil, em alguns Estados, foi vendida por R\$160 mil. Portanto, há pessoas culpadas, mas, com certeza, V. Ex<sup>a</sup> não está nesse meio. Minha solidariedade.

Muito obrigado, Senador Ney Suassuna, pelo aparte. Há algum tempo, tenho acompanhado de longe o seu calvário.

Alguém já disse que precisamos cuidar do nosso caráter, porque da nossa conduta não tem jeito, pois a conduta de quem faz vida pública está na mão das pessoas, e elas fazem dela o que querem. Mas tenho procurado cuidar do meu caráter.

Quando viajei para cá e me juntei com a minha família, a minha filha mais velha disse: Pai, tenha paz! Paz! Porque você não pode fazer nada por você, pai; só Deus pode fazer por você, porque essa é a sua verdade.

Duas verdades absolutas: nunca apresentei emendas nesse sentido no Orçamento, e é essa a razão de ser, o fato determinante para a CPI; e também não recebi carro da Planam. Não há carro nenhum comigo. Usei um carro do Snoope que voltou para o Snoope. Recebi um carro de um amigo, [...], e não ia perguntar a ele, o cara é meu amigo! que nome era aquele. Não era

nome de empresa, mas de uma pessoa. Eu não ia perguntar: É bandido, Snoope? Eu não estava tratando com um bandido; eu não estava tratando com um corrupto! Eu estava tratando com um amigo, o Snoope, uma pessoa que orava comigo, no meu gabinete. Eu orava por ele, pela família dele, pela filhinha dele, doente, pela esposa dele. Não sou canalha e continuo mantendo por ele o meu carinho, porque ele nunca me propôs corrupção. Ele me mandou um carro.

Senador Simão, no final de fevereiro, fui a Cuiabá falar num jantar. [...], meu amigo, mais chegado que irmão, quantas vezes eu disse aos senhores, nós somos do mesmo Estado: este carro é do Snoope; foi o Snoope que me mandou. Disse ao Deputado [...]. Devolvi o carro. Devolvi-o por esta empresa, a Transgrancap de Cuiabá, há um ano e um mês. Embarquei aqui. Entreguei ao seu real dono. Nunca recebi carro de Valdo. Recebi carro de Snoope. Devolvi para o Snoope. Por que o Valdo disse que o carro estava comigo? Ele disse que o carro estava comigo! Ele nem sabe disso! Se o carro realmente era dele, por que o Snoope não o entregou para ele? Porque o carro não era dele. Eu o devolvi para seu real dono. Ele deu um depoimento dizendo que o carro estava comigo. Ele estava enganado.

Sr. Valdo, há um ano e um mês, devolvi o carro para o seu dono, o Snoope. Então V. Ex<sup>as</sup> sabem do que estou falando. Só existe esta verdade e ela é absoluta: não existe emenda nem carro, Senador.

Fui, em janeiro, falar num jantar em duas cidades do Mato Grosso. Fui dar o meu depoimento, Senador [...]. Costumo viajar e dar o meu depoimento em jantares para estimular pessoas, porque sou lesionado de medula, sou paralítico. A minha coluna é um enxerto, e Deus me colocou em pé.

**O SR. PRESIDENTE** Senador E, peço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> para concluir o seu pronunciamento, porque já está no momento de iniciar a Ordem do Dia e há outros oradores inscritos.

Mas eu preciso, Senador. A dor no meu peito é muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** Peço a V. Ex<sup>a</sup> que sintetize a conclusão de seu pronunciamento.

Eu tentarei. Confessando que não tenho a capacidade, mas tentarei.

E foi, Senador Bispo, a última vez que vi o Lino. Ele foi me encontrar no aeroporto. Abraçou-me e disse: Eu não posso ir ao seu depoimento, falou comigo, Senador [...] ,porque eu tenho uma reunião.

E, olhem só, eu estava acompanhado do Pastor França e do Pastor Valmir, meu irmão. E sabe o que eu disse a ele? Snoope, cadê o carrão?

Ele me disse, Senador Marcos: Eu mandei reformar e está servindo só para levar os meus filhos para a escola. É o carro que leva os filhos dele para a escola. Então, não existe carro nenhum comigo; nunca peguei carro nenhum de Valdo; nunca coloquei emenda nenhuma no Orçamento.

Encerro, Senador, dirigindo-me às pessoas neste País que me foram solidárias. Não posso deixar de agradecer às lideranças no segmento onde professo a minha fé. Obrigado ao Bispo

Rodvalho; ao Renê Terra Nova; ao Silas Malafaia; às centenas de líderes no meu Estado, no País inteiro; às pessoas do Ministério Público; da Polícia Federal; dos Poderes constituídos; aos Senadores solidários, com alguns deles falei pelo telefone e recebi solidariedade.

Sei que este é um momento em que todos nós estamos sendo explorados; nós que professamos fé evangélica, como se a fé induzisse o homem a cometer indignidade. O homem que comete dolo e indignidade deve responder por isso, mas necessariamente não precisa ser-lhe chamada a atenção pela sua fé. Se é evangélico, é escarnecido. Os outros podem cometer dolo, que ninguém toca absolutamente na sua fé.

Agradeço a esses milhares pela solidariedade. À minha esposa e três filhas: uma de 5 anos e as outras de 20 e 21 anos, que estão me ouvindo certamente pela Internet neste momento. Ao grupo que Deus me deu para comandar. Às casas de recuperação, que não têm uma ambulância. Agradeço aos meus irmãos que estão comigo aqui. Ao Pastor Antônio, ali sentado; ao Pastor Maurício, que conhece minha vida mais do que ninguém. O Pastor Antônio é meu irmão mais velho, Senador [...]. Ele é pastor em Guarapari e faz tenda. Ele fabrica panela de alumínio em uma portinha pequena para sobreviver. Sabem por que ele não tem posição, não tem nada? Porque eu não sujei as minhas mãos na corrupção para dar posição para os meus irmãos. E tenho um outro irmão, diabético, sofrido, catando papel para vender, vendendo fardo de papel para reciclar, porque não sujei minhas mãos, não fiz acordo para dar posição a eles.

Por isso, a vocês dois que representam a nossa família, sou grato diante de Deus, com o meu coração, pela felicidade de tê-los do meu lado.

Encerro, Sr. Presidente, o meu pronunciamento, mas, antes, ouço a Senadora Judite.

Senador E, sabe V. Ex<sup>a</sup> o carinho e o respeito que tenho por você, meu querido companheiro, por sua esposa e por suas filhas. Tenha certeza V. Ex<sup>a</sup>, eu estava aqui conversando com o Senador Marcos, de que talvez eu, como membro da CPI, seja uma das pessoas que mais quer ver solucionada a denúncia em relação a V. Ex<sup>a</sup>, porque, para mim, vai ser uma tristeza tão grande, tão grande, acaso as denúncias que estão sendo feitas sejam concretizadas. Falei com V. Ex<sup>a</sup> nos Estados Unidos, que estava em tratamento médico; falei com o Senador Saul, e V. Ex<sup>a</sup> também; várias vezes nos falamos ao telefone no sentido de que isso se esclareça o mais rápido possível. Sabe por quê? Porque o pior, Senador E, é que se essa CPI não está funcionando esse tempo todo é porque o Presidente não quer. O Presidente da Comissão não está chamando para as reuniões, não está fazendo as reuniões. Não quer; só se for.

Só um minutinho, Senadora. O Presidente, na mídia, tenho todo respeito a ele, colocou-me como foco. O Valdo e o filho deixaram de ser o foco, que passou a ser eu. Ele disse que eu recebi o carro da Planan. Aqui estão os documentos no nome da pessoa de quem eu recebi: José Maria. O Snoope me emprestou o carro, que devolvi há um ano. Agora, imagine, se você recebe um carro para campanha, emprestado por alguém, e se, lá na frente, esse carro é preso por alguma razão, você é considerado bandido.

Ora, eles fraudaram o Orçamento; eu nunca. O fato determinado é fraude no Orçamento. Eu não coloquei nada no Orçamento. E o Valdo ainda me chama de traidor. Vou passar para a história como aquele que traiu a Planam, que não deu nenhuma emenda nem para ele nem para ninguém. Recebi um carro do Snoope e ao Snoope devolvi há um ano e um mês.

É por isso, Senador E, que estou fazendo uma defesa muito grande no sentido de que o Supremo possibilite que todo o depoimento do Valdo seja colocado a público para que as pessoas analisem. É claro que, entre uma ou outra pessoa que passa a ser citada, há um outro que, sendo citado, é culpado e passa a se apresentar como se junto estivesse com os que não são culpados, que inocentes são, para dismantelar e desmoralizar a denúncia de uma forma geral. Por isso estou defendendo, todo o tempo, que é muito importante que todo o depoimento seja tornado público, que todas as pessoas possam lê-lo. Amanhã, esperamos que o Sr. Valdo venha prestar um novo depoimento aqui em Brasília, para que possa ajudar no esclarecimento dos fatos. Na próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, espero que, além da defesa feita por todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, possamos também votar os requerimentos, para que os dois Ministros da Saúde que operavam diretamente, há requerimento do Senador [...] e meu, venham, para nos esclarecer. Senão alguém que, de fato, culpa não tem passa a ser envolvido junto com os que culpa muita têm e que, por sua vez, fazem de conta que nada têm a ver com isso e se aproveitam daqueles outros para justificar a sua não participação, quando estão diretamente envolvidos. Então, espero que V. Ex<sup>a</sup> está encaminhando toda a documentação, realmente, Senador E, pelo carinho, pelo respeito que sempre tive pela trajetória de V. Ex<sup>a</sup>, pela sua família, que todos esses dados que V. Ex<sup>a</sup> está citando na tribuna do Senado possam ser disponibilizados para todos nós, que não podemos fazer juízo de valor antecipado.

Já mandei para o gabinete de V. Ex<sup>a</sup> as minhas emendas, Senadora [...]. Mandei as minhas emendas e gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup>, que é tão criteriosa, que solicite a um assessor também criterioso que examine as minhas emendas para verificar se existe alguma que se identifique com o fato determinado dessa CPI, para verificar se alguma delas está relacionado a essa quadrilha.

O Valdo me isenta dizendo que sou um traidor, que não coloquei emenda para eles e que ganhei um carro que está comigo. Que esse pústula diga onde o carro está, em nome de quem, na porta de quem. Vai ter de dizer na Justiça, porque vou processá-lo, pois não existe carro em minha porta, Senadora [...]. Não existe carro em nome de assessor, de irmão nem de parente meu. Recebi o carro de um amigo; não recebi carro de bandido naqueles dias. Recebi do Deputado Snoope e, há um ano e um mês, devolvi-o a ele. Está aqui: Transgrancap levou o carro, no nome de José Luiz. Eu mostrei no começo: está aqui o IPVA. Olhe aqui: Fiat Ducato, José Maria. Não sei quem é. Não sei quem é! Devolvi ao verdadeiro dono, o Deputado Snoope.

Senadora Luiza, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

Senador E, o Presidente já solicitou que V. Ex<sup>a</sup> encerrasse o seu pronunciamento, mas serei muito breve. Conheço V. Ex<sup>a</sup> há muito tempo, e V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem do respeito que lhe tenho. Fico feliz ao vê-lo aqui podendo prestar esclarecimentos a toda a sociedade. Espero que lhe dêem o mesmo espaço que tem sido dado para os ataques que vêm sendo feitos de forma indiscriminada. Jamais duvidei de sua seriedade e de seu compromisso. V. Ex<sup>a</sup> sempre foi favorável às CPIs e aos esclarecimentos. Dependendo de quem for, Senador, alguns setores acusam, julgam e condenam previamente. Infelizmente isso é verdade. E, se a sociedade não tiver tranquilidade para perceber e separar o joio do trigo, a democracia é que será atingida em nosso País. É isso.

Agradeço pelos apartes dos Srs. Senadores e reafirmo que nunca sujei minhas mãos no chiqueiro da indignidade, da lama. Não sou corrupto. Aqui estão minhas emendas, todas elas.

Tenho plena consciência de que esse saco de penas que foi aberto fez de mim um homem indigno para aqueles que não têm acesso à TV Senado, que só assistem às grandes redes. No entanto, encontro conforto no que diz a Bíblia: todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus; o choro pode durar uma noite inteira, mas a alegria vem logo ao amanhecer. Tenho convicção de que Deus está no controle de todas as coisas. Envio à Mesa todas as minhas emendas e toda esta documentação.

E4

Bem rapidamente, Senador Cabeção.

Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. Eu acabei de dar uma entrevista a uma emissora de televisão ao vivo. Quando ali cheguei, recordei-me de que, nos últimos dias, o Relator Senador [...] me telefonou e disse para eu não fazer discursos porque estou batendo demais, provocando a ira dessa gente.

No penúltimo dia do bendito relatório, falei com S. Ex<sup>a</sup> ao telefone, e ele disse que não havia nada que pudesse chegar na minha vida, na minha história de homem de bem que eu sou. No outro dia, fui surpreendido por ele.

Sr. Presidente, não tenho mais capacidade de me indignar. Chego para dar entrevista, e os jornalistas dizem: Olha, estou aqui com os três critérios na mão para se enquadrar; o senhor não se enquadra em nenhum deles. Não sei o que vou lhe perguntar. O senhor nunca colocou emenda. Se a CPI foi feita para detectar irregularidade no Orçamento para a máfia de ambulância, o senhor nunca colocou. O senhor está enquadrado em quê? O senhor está enquadrado na capacidade que não tem de fazer adivinhação.

E, hoje, recebi, Sr. Presidente, do dia 2/9/2005, está caminhando para um ano e três meses, este recibo da Trans Grancap, empresa à qual devolvi esse bendito carro há um ano e três meses. Não foi ontem, nem há três meses, nem há dois meses; foi há um ano e três meses. Fico estarecido porque todo dia tenho de vir aqui, foro que tenho, de onde posso falar com a Nação brasileira. Já não me angustio mais, a minha alma está em paz. Mas ainda há a indignação de ver meu nome ser colocado em uma situação tão nojenta, sem nada dever, sem de nada participar. Uma CPI se faz com fato determinado, e o fato determinado dessa é examinar, checar quem roubou o Orçamento Público numa máfia de ambulância. Eu nunca coloquei emenda, nunca participei de máfia de ambulância, não tenho ambulância, nunca entreguei, nunca dei, nunca falei com ninguém, e a cada dia tenho de vir aqui fazer um registro desta natureza para a Nação brasileira. Hoje, com este recibo na mão, eu não esperava por ele, chegou ontem ao meu gabinete. Até agradeço ao dono da empresa que me enviou esse recibo do carro devolvido há um ano e três meses.

Estou pagando por não ter a capacidade, não ter o dom da capacidade de investigação. A Bíblia diz que os adivinhos não herdarão o reino dos céus. É um dom que eu nem gostaria de ter, mas eu queria fazer este registro, Sr. Presidente.

F

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a cada momento, temos surpresas na vida política, e nem sempre, elas são agradáveis. **No entanto, quando optamos pela vida pública, na mesma**

**hora, estamos assinando um certificado de que queremos virar vitrine. Todos nós somos uma vitrine, em que é sempre possível receber uma pedra, isso faz parte.**

De ontem para hoje, saiu uma relação de parlamentares citados na CPMI das Ambulâncias. Meu nome está incluído nessa relação. A primeira pergunta que fiz foi: que relação é essa? Essa relação foi feita pelo Ministério Público de Mato Grosso, no primeiro momento, quando foram citados nomes via jornal. O meu nome foi citado, naquela hora, pela Sr<sup>a</sup> Maria da Penha, que trabalhava no Ministério da Saúde. Nela, havia o nome de muitos parlamentares e foi publicado pela imprensa que seria solicitado a todos os citados informações sobre o tal assunto.

Eu me surpreendi muito, porque o assunto está em segredo de Justiça. Como alguém pode responder sobre algo que desconhece? Agora mesmo, há poucos minutos, um repórter me perguntou: Senador, o que o senhor respondeu?, Eu disse: Como é que você respondeu em relação ao assunto da Dona Paula?. Ele falou: Que Dona Paula? Eu perguntei: Você não conhece Dona Paula? Ele respondeu: Não. Eu disse: Então, se você não conhece Dona Paula, você está na mesma situação. Eu também não sei qual é o assunto. Tudo que posso informar é que eu não conheço nenhuma dessas pessoas e que eu nunca tratei com nenhuma dessas pessoas que nunca tratei com nenhuma dessas pessoas. Um parlamentar que, em seu primeiro mandato completo, estou aqui há doze anos, teve o desprendimento de dar ou consertar, com recursos próprios, oitenta e duas ambulâncias... Eu pegava a ambulância, comprava e a entregava para o município, ou eu pegava a ambulância do município levava para Campina Grande e mandava fazer a parte mecânica, a parte de lataria, trocava pneu, ajeitava freio, fazia tudo e a entregava novinha à prefeitura.

E a que se deve a importância desse equipamento para as cidades paraibanas? Porque, infelizmente, só temos um setor de saúde que preste em Campina Grande ou em João Pessoa, Sr. Presidente. Isso deve ser semelhante no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, onde as cidades pequenas, quando muito, têm um posto de saúde e, às vezes, sequer dispõem do médico. Não há como se fazer um atendimento.

Mas a verdade é que a relação foi feita antes de se ouvir qualquer pessoa, as pessoas que seriam chamadas.

Hoje, pela manhã, procurei o Presidente da CPMI, [...], e comentei duas coisas. Eu disse ao Deputado que já iria me antecipar, por estar em campanha na Paraíba, fornecendo todas as informações que sei genericamente, porque não sei o que consta do processo, uma vez que ele está tramitando em segredo de justiça. É estranho que, enquanto os nomes já estão divulgados, do assunto as pessoas que tiveram os nomes divulgados não tenham conhecimento. E eu vou responder o que sei: que não conheço nenhuma dessas pessoas, nunca tratei com nenhuma delas.

Nos dois últimos anos, consegui, por meio de emendas, 29 ambulâncias para a Paraíba, das quais apenas 15 foram compradas dessa empresa.

O interessante, Sr. Presidente, é que nem eu, nem V.Ex<sup>a</sup>, ou qualquer parlamentar fará a compra. Quem compra é o prefeito. Apenas apresentamos a emenda, a pedido do prefeito. É assim que é feito. Portanto, não somos os executores das licitações.

Como disse, no meu primeiro mandato, dei 82 ambulâncias. No segundo, consegui 29, nesses últimos dois anos - e até louvo o Governo Lula, porque anteriormente não existia isso. Ocorre que o dinheiro destinado à Saúde, e é bom que a população saiba, está ligado direta-

mente ao PIB. Cada vez que sobe o PIB, a Saúde sobe junto. E o Governo, nos últimos anos, quis tirar dinheiro para esgotamento sanitário. Foi aquele protesto geral. Então, cada parlamentar foi obrigado a colocar 30% das suas emendas na área de Saúde. Não havia opção: 30% da emenda tinha que ser da área da Saúde. E para quê? Para equipamento? Não há solução, porque, para equipar uma cidade do interior, onde não há médicos, enfermeiros. Portanto, a única solução seria a ambulância.

Diante desse quadro, tivemos uma infinidade de boatos. E o que me coube? Dizer que não conheço, e não conheço realmente; que nunca tratei com essas pessoas. Para mim, isso não teria significado, porque estamos falando de 15 ambulâncias, de emendas de R\$ 80 mil; estamos falando de R\$ 1,2 milhão. Hoje, uma ambulância dessas custa hoje, seja ela da Peugeot ou da Fiat, por volta de R\$ 70; R\$ 76 mil, uma ou outra. Estamos falando de R\$ 1,2 milhão. Veja, Sr. Presidente, que, quando fazemos essas contas, constatamos do que se está falando, porque se faz mistério sobre este assunto. Contudo, na Paraíba, não tive e não tenho essa preocupação; estou com a consciência inteiramente tranqüila.

Finalmente, o meu pedido ao Presidente [...] foi exatamente no sentido de que aprofunde as investigações. Sei que, à medida que aprofundarem as investigações e à análise dos fatos, vão encontrar a resposta que o Sr. Estêvão não tem absolutamente nada a ver com isso. A outra atitude que eu poderia tomar seria entrar na Justiça. Contra quem? Contra o Sr. Marcelo, meu ex-funcionário, e que, no dia em que eu soube que teve o problema, mandei demitir na mesma hora. O Sr. Marcelo, embora demitido, nos seus depoimentos, afirmou que eu não sabia absolutamente nada, e foi também acionar na justiça D. Maria da Penha e o Sr. Valdo.

Já recebi a resposta de D. Maria da Penha, que qualifica as pessoas e diz o seguinte:

O interpelante imputa à Sr<sup>a</sup> Maria da Penha Lino duas notícias, segundo este, inverídicas, ofensivas e caluniosas, veiculadas no jornal **Correio Braziliense**, em data de 08/05/2006 e 18/05/2006, onde foram feitas referências ao interpelante como Tio Ney, da Paraíba, e, ainda, uma afirmação supostamente feita pela interpelada de que Estêvão receberia dinheiro do esquema.

Pois bem, cumpre esclarecer primeiro [isso é a advogada dela respondendo à interpelação] que todos os processos relacionados aos supostos envolvidos no esquema de fraude da venda de ambulâncias, decorrente da operação realizada pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal e denominada “sanguessugas”, tramitam em segredo de justiça. Dessa forma, não poderiam ser veiculados na imprensa quaisquer fatos constantes dos autos, quanto menos transcrições de ligações telefônicas gravadas em decorrência da quebra de sigilo. Há de se apurar a fonte de que emanam tais informações para a responsabilidade dos infratores.

Aqui a advogada tem sua razão. Um crime está sendo perpetrado e ela reclama disso.

Feita essa ressalva, a interpelada esclarece que se manteve em absoluto silêncio em relação à imprensa local ou nacional no que tange aos fatos ligados à chamada operação sanguessuga e seus envolvidos, não tendo feito, em nenhum momento, qualquer tipo de afirmação.

O primeiro momento em que a interpelada falou à imprensa foi no dia 8 de junho de 2006, em entrevista coletiva dada aos jornais da cidade de Cuiabá, Mato Grosso, de forma totalmente responsável, sem fazer imputação a qualquer pessoa.



A interpelada jamais fez referência ao Senador Estêvão, não se refere a este como Tio Ney da Paraíba, haja vista inexistir qualquer tipo de parentesco entre o interpelante e a interpelada, e muito menos afirmou perante a imprensa que havia recebido dinheiro de qualquer esquema.

A presente interpelação judicial é totalmente incabível em face de Dona Maria [...] e cabe ao interpelante buscar informações quanto às notícias veiculadas junto ao jornal **Correio Brasileiro**, responsável pelas informações divulgadas e detentor de sua fonte. Diante do exposto, entendo suficientes as explicações dadas.

Sandra Cristina Alves, OAB 7.544, do Mato Grosso.

Assinado em 11 de junho de 2006, em Cuiabá.

Ou seja, nos surpreendemos um pouco mais ainda quando vemos que, quando se pergunta sobre o assunto na Justiça, a suposta fonte diz que não abriu a boca para acusar ninguém hora nenhuma.

Estou aguardando as outras duas interpelações para juntar tudo isso ao processo e entregar na CPMI. Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, não quero receber solidariedade nenhuma de ninguém, quero só que a justiça seja feita ao se aprofundarem as investigações, porque **quem não deve não teme, e não tenho nenhum temor**; pelo contrário, quero que se aprofunde. Quem tiver culpa no cartório: punição. E quem não tiver, que tenha coragem de dizer: Fulano é inocente.

Essas são minhas considerações. É nesse sentido, Sr. Presidente, que uso a tribuna para fazer essa declaração.

Muito obrigado.

G1

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para falar de algo que realmente me contraria profundamente. **Há dois meses, mais ou menos, tentam envolver-me com essa turma de mafiosos, de bandidos: a turma dos sanguessugas.** Em primeiro lugar, quero **limpar terreno** e dizer que sou superfavorável a essa CPMI. Ela, que tem o objetivo de desvendar a corrupção nessa área, é da maior importância. Então, que se **limpe o terreno!** Aqui, ninguém é contra isso. Aliás, fui a quarta ou a quinta a assinar o documento para a implantação da CPMI. Meu nome está lá. Espero que esta seja a última vez que ocupo esta tribuna para falar sobre o assunto, que, realmente, me causa grande repulsa. Somente ontem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tive acesso, enfim, a um depoimento da tal turma dos sanguessugas, prestado em juízo. Ele se resume a uma página. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, digo-lhes que já officiei o documento a quem tinha de officiar para buscar todos os dados: Ministério da Saúde, prefeituras etc. Eu já tinha os dados das prefeituras, mas ainda estou providenciando mais alguns, assim como todos os documentos do Ministério da Saúde que provem que somos obrigados a colocar 30% das nossas emendas na área da saúde. Quero tudo oficial.

Entretanto, apesar de não poder citar trechos do depoimento, porque ele é sigiloso, tive acesso a ele porque era do meu interesse, sou citada no documento, o acusado, o acuado, o delator premiado, o bandido falou.

Apesar de tudo isso, alguns fatos e revelações beiram ao absurdo! Primeiro: as investigações

eram sobre ambulâncias. Como não houve jeito de me incriminarem por meio dessa investigação, de repente, leio no depoimento do bandido o seguinte: só para citar alguns exemplos; há muitos: a Senadora é autora de uma emenda de R\$300 mil para um posto de saúde em Pontes de Lacerda. Imputam a mim essa emenda! Procurei saber de quem era a emenda e descobri que se tratava de um recurso extra-orçamentário. Eu nem sabia que havia posto de saúde sendo construído lá, muito menos que se tratasse de emenda minha! Isso não tem nada a ver comigo! Não é emenda minha!

Outro exemplo: disseram que o anel viário de Pontes de Lacerda é emenda minha, Srs. Parlamentares! Ela nem passou perto de mim! A emenda é de quatro parlamentares cujos nomes não vou citar, porque não quero que ninguém diga que, para me defender, estou acusando alguém.

Procurem, investiguem, busquem saber! Nem passei por perto dessa emenda! Ela é de autoria, se não me engano, de um grupo de três ou quatro parlamentares; há deputados e, se não me engano, um senador também.

Mas não interessa, não vou citar os nomes. Há como saber quem são os autores. É fácil. A emenda está lá. Mas para que o bandido diz que é de minha autoria?! Outro exemplo: asfalto no bairro Pedra 90. Foram vistoriar minha vida profundamente. Disseram que se tratava de ambulância, mas, aqui, no documento, há asfalto, há ponte, há posto de saúde, há hospital, há tudo sendo atribuído a mim! O delator premiado, acuado e acusado diz que foi uma construtora ligada a um genro da Senadora, uma tal construtora Dinâmica.

Essa construtora não existe. Pelo menos, ontem, Mato Grosso pôs-se a vistoriar o assunto, a procurar que construtora é essa, de quem é, que construtora tem esse nome. E pior que isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, disseram que a construtora era do meu genro e que a emenda era minha, no valor de R\$2,5 milhões, para asfaltar o bairro Pedra 90; que esses recursos foram para a construtora. Não se encontra essa construtora. Espero que alguém a encontre. Em segundo lugar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadoras, os R\$2,5 milhões da minha emenda, que caíram lá no dia 31 de dezembro de 2004, voltaram para o Tesouro, porque a prefeitura estava inadimplente.

Como é que posso ter participação em um negócio desse?! A prefeitura estava inadimplente. Minha emenda caiu lá e voltou inteirinha! A prefeitura é do PSDB. Isso é demonstração de que não faço discriminação.

O Prefeito Wilson Santos, de Cuiabá, que é do PSDB, é testemunha desse fato. Ele lamentou profundamente o ocorrido. Assumi a prefeitura em um sábado, no dia 1º de janeiro de 2005. Na segunda-feira, dia 3, ele me ligou na maior alegria: Senadora, V. Ex<sup>a</sup> é minha opositora, mas o primeiro recurso que saiu para a prefeitura foi no valor de R\$2,5 milhões, para o asfaltamento de um dos bairros mais necessitados de Cuiabá, é emenda de V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado! Ficarei eternamente grato etc. Porém, quando conferiu os fatos, verificou que o prefeito anterior tinha deixado a prefeitura inadimplente. Resumo da ópera: o dinheiro voltou para o Tesouro, e nem ouvi falar nessa história! Agora, dizem que o dinheiro foi para o asfaltamento por meio da empresa Dinâmica, que, supostamente, é do meu genro! Ela não é do meu genro, não existe essa empresa e nem o dinheiro nem asfalto saíram! Está difícil! Até que enfim consegui ter acesso a este depoimento para poder desmontá-lo. Pelo visto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, **estão querendo passar minha vida a limpo como um todo**. Mas, em parte, isso é bom. É bom porque as pessoas que me conhecem sabem da minha

história, e as que não me conhecem vão ficar me conhecendo. Já que não há ambulâncias, é preciso buscar outras armações, outras coisas. Aí, dizem que houve solicitação de dinheiro para o dono da empresa a fim de pagar dívida de campanha minha, um ano depois da campanha.

Senhores, é fácil, é facilímo verificar essa informação. Basta ir ao TRE de Mato Grosso. No dia seguinte à eleição, estava pronta a minha prestação de contas. Sem dever R\$1,00! Eu saí da campanha, apresentei a prestação de contas no prazo e não deixei dívida sequer de R\$1,00. Como é que alguém andava pedindo dinheiro para pagar dívida de campanha minha? Que se confira no TRE. Está lá. É um dado concreto.

**Não vou mais negar minha participação ou não nessa coisa imunda.** Vou apenas apresentar dados e fatos. Só. Porque é inadmissível quererem colocar meu nome junto a essa turma da bandidagem. São empresários bandidos e parlamentares que comungaram com isso, bandidos também. Não vão me colocar junto não. De tudo que está sendo dito, as provas são evidentes, são concretas. Eu respondo por minhas emendas e pelo meu gabinete. Concedo um aparte ao Senador Isaías.

Nobre Senadora Maria, gostaria de, em breve intervenção, dizer que V. Ex<sup>a</sup> pratica um ato extremamente importante de **esclarecer** os fatos. Concorre assim para que, não somente esta Casa, mas também a sociedade saibam da sua conduta. Daí por que eu a cumprimento pela iniciativa das explicações que oferece ao Senado Federal e à Nação.

Obrigada a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Isaías.  
Concedo o aparte à Senadora Marta.

Senadora Maria, em primeiro lugar, parabênzo V. Ex<sup>a</sup> até pela paciência. Conversamos pelo telefone, no final da manhã, e V. Ex<sup>a</sup> me relatou que estava bastante indignada, como não pode ser diferente, e que estava se preparando para vir à tribuna, com toda a calma do mundo, a fim de **prestar esclarecimentos**. E não é a primeira vez, não é, Senadora? Porque a acusam, e quando fica claro que para aquela acusação não há sustentação, mudam; **quando fica claro** que, para a segunda acusação também não há sustentação, mudam de novo... É visível a necessidade, neste caso, digo que é necessidade, de incluir no processo de investigação alguém do PT. É uma necessidade. É algo como: se não acontecer, alguma coisa vai estar errada. Eu não quero dizer que não possa ter acontecido, mas, indiscutivelmente, a tenacidade com que V. Ex<sup>a</sup>, reiteradas vezes, vem e desmonta uma acusação, e eles montam outra, é digna de nota e de registro nesta Casa. E o interessante, Senadora [...], é que essa história dos sanguessugas só veio a público agora em virtude da CPMI, que a está desnudando, o que criou um grande estardalhaço. As pessoas se esqueceram de como isso veio a público. O nosso Ministro [...] criou um sistema em que seriam sorteados 50 municípios por mês. Foi feita uma varredura, e começaram a surgir, entre 2003 e 2004, as coincidências. Ou seja, toda vez em que se comprava ambulâncias de determinadas empresas, havia superfaturamento. E isso era algo que acontecia, como o trabalho da Planam, desde 1999. A Controladoria-Geral da União, o Ministro Waldir Pires, identificou o fato, e, a partir das auditorias, chamou a Polícia Federal, que instalou toda a escuta para investigar inclusive as ligações com os parlamentares. E, hoje, precisam porque precisam porque precisam colocar no colo do PT essa questão. Isso se transformou em obsessão, e talvez V. Ex<sup>a</sup> seja uma das principais vítimas dessa obsessão. Existe a obsessão de transformar a questão, cuja iniciativa de investigação partiu, reafirmo, do Governo, do Ministro Waldir Pires à época em que estava na Controladoria-Geral da União, com a parceria da Polícia Federal, que, aliás, está aí com uma outra operação, cortando na

própria carne, prendendo inúmeros funcionários da própria da própria Polícia Federal envolvidos em falcaturas, no Rio de Janeiro, questão de alteração em processos, em uma demonstração de que se está envolvido, se há indícios, vai sofrer as punições... E a mesma obsessão está cada vez mais demonstrada em outras situações. Por exemplo, fiquei estarecida quando apareceu o nome do Deputado [...] em uma manchete: Apareceu, finalmente. É importante mantermos a calma. Que V. Ex<sup>a</sup> continue tendo calma e tranqüilidade para desmontar as sucessivas tentativas de colocá-la em situações que não têm vinculação nem responsabilidade.

V. Ex<sup>a</sup> diz que ficou perplexa quando viu a manchete relacionada ao Deputado [...]. V. Ex<sup>a</sup> viu apenas uma manchete; imagine eu, que vejo manchetes há 60 dias! Há 60 dias, manchetes repetitivas. Todo dia, manchetes em todos os jornais de Mato Grosso. Quando eles vêm que a coisa fica meio feia, dizem: ;Não, ela não está nisso. No outro dia, manchete de novo. **Quer dizer, há uma necessidade ímpar de colocar todo mundo na mesma sacola.** Mas reforço a importância da CPMI. Que outras surjam em outros setores, para acabar com a safadeza e com a corrupção.

Mas é preciso ter cautela. Uma delação premiada é algo muito perigoso, mas, de repente, faz-se necessária. **Eu já disse: se for para limpar o País, que seja com minha dor, mas que se limpe!**

Senadora Maria, peço este aparte para dizer o óbvio: **não havia necessidade de V. Ex<sup>a</sup> vir à tribuna para dar explicações ao Senado Federal, pois, nesta Casa, todos a conhecem e são capazes de garantir, por unanimidade, sua isenção e seu afastamento de todo esse caso de corrupção que se tornou famoso nas últimas semanas e no qual pretendem, de toda forma, incluir o PT.** A manchete em um jornal do Rio de ontem era a sentença **afinal, chegamos ao PT**, porque era preciso encontrar alguém. O aparte da Senadora Marta foi muito esclarecedor. V. Ex<sup>a</sup> dá essa explicação ao público que nos escuta e que nos vê pela televisão e que não tem conhecimento do propósito firme de encontrar Parlamentares, qualquer pessoa ligada ao PT, nesse imbróglho todo que foi descoberto, como disse a Senadora Marta, por um esforço do Governo Lula, por meio da Controladoria-Geral da União. Nunca, em nenhum outro Governo, pesquisou-se tanto e se desvendou tanta desonestidade, tanto desvio de dinheiro público, como neste Governo, por meio da Controladoria-Geral, do Ministério Público, dos próprios organismos e das CPIs criadas. Que outro governo permitiu criar quatro CPIs durante sua vigência? **Isso tudo nos coloca em situação de enfrentarmos todo esse tiroteio, para desmascarmos esse propósito de envolver o PT e o nome de V. Ex<sup>a</sup>, que está muito acima de tudo isso que pretendem imputar-lhe.**

Obrigada, Senador [...].

Finalizando, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela extensão do tempo a mim destinado. Antes, porém, quero dizer que nunca, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ninguém da minha família interferiu na minha atuação Parlamentar! Tenho quatro filhos extremamente preparados, pós-graduados, independentes, e nunca ninguém interferiu na minha vida política! Concedo o aparte ao Senador Marcos.

Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde, Senadora Judite! Parabéns pelo trabalho de V. Ex<sup>a</sup>! A Senadora Marta está trazendo algum noticiário, mas o que eu disse pela manhã repito para V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Maria. V. Ex<sup>a</sup> sabe meu posicionamento desde o início. Fui até à CPI para participar de uma reunião e para discutir aspectos administrativos. Estão fazendo acusações a oitenta parlamentares, com provas. Eu as tenho lido nos jornais. Citam três, quatro Senadores.

Por isso, quero saber onde está a materialidade dessas citações. Peço que informem à Corregedoria, para não parecer que estamos de braços cruzados. Foi a Corregedoria da União, é claro, que apurou em primeira mão. Isso já faz mais de um ano. Acompanhei, de perto, o trabalho da Polícia Federal, que não entrou no mérito de quem tem o fórum privilegiado. Enfim, Senadora, pedirei as notas taquigráficas do discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Estou reclamando dessa CPI, que ficou nas mãos de três pessoas. Não estou reclamando, nem suspeitando. Penso que o Deputado [...] é um homem sério, correto, decente. Mas os três estão fazendo...

Quais três?

Os três que presidem a CPI. Então, tomamos conhecimento das notícias por intermédio dos jornais.

Exatamente.

Não sei se a Senadora Judite, aqui presente permanentemente, concorda comigo! Às vezes, precisamos discutir. O Plenário é que decide. Não adianta dizer que não vai fazer relatório agora, que o fará depois, ou que não vai chamar fulano... É difícil. Não sei se o que está nos jornais tem fundamento ou não. Requeri, por intermédio do Deputado Biscaia, cópia de todos os depoimentos, já que não adianta falar sobre as acusações que envolvem V. Ex<sup>a</sup> ou outrem. **É preciso examinar toda a infra-estrutura de baixo para cima para sabermos até onde se espalhou a sujeira dos sanguessugas.**

Exatamente.

Não sei se isso foi posto aí, Senadora Marta. Inclusive, citei V. Ex<sup>a</sup> com base no art. 14 do Regimento, mas o fiz com todo o carinho e com todo o respeito, Senadora Maria, mas fico aflito, angustiado. Estou apavorado com o que dizem os jornais! Requeiro, Sr. Presidente, cópia do discurso da Senadora Maria.

Senadora, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

Antes de conceder o aparte à Senadora Marta, quero dizer ao Senador Marcos que, é óbvio, V. Ex<sup>a</sup> pode requerer cópia da nossa fala. No entanto, posso ajudar mais ainda. Eu quero ajudar! Senador [...], há pouco, eu dizia à Senadora Marta que, há dois meses, sou vítima das piores manchetes que se possam imaginar.

Eu vi.

V. Ex<sup>a</sup> viu, V. Ex<sup>a</sup> tem acompanhado. A aflição é grande. Como eu disse, minha família, meus filhos, todos estão horrorizados. As manchetes são gigantescas. Disputo o Governo do meu Estado contra duas candidaturas difíceis, pois são poderosas, fortes. Todo esse ataque ininterrupto está sendo feito à minha pessoa. Ao surgir uma denúncia, nós a desmontávamos, mostrávamos as provas, mas, depois, surgiam outras. Senador, é incrível, pois são emendas e empresas que não existem, são emendas que nunca fiz. Nunca pensei em fazê-las. **São emendas de autoria de outros Parlamentares, mas tudo é jogado nas minhas costas.** Finalmente, ontem, tive acesso à página 7, não posso citar trechos, porque está sob sigilo 7, por meio do meu advogado, que trata do depoimento, em juízo, do bandido com delação premiada, acusado...

Filho do proprietário da empresa.

Exatamente. Tive acesso ao depoimento dele ontem. É um escândalo o depoimento dele! É totalmente contraditório e mentiroso!

Por isso, requeiro esse depoimento, para mostrarmos todo o seu teor.

Eu o tenho por inteiro, mas ele é sigiloso. Tenho aqui as questões, que já as respondi. Não só V. Ex<sup>a</sup> poderá requerê-lo, como faço questão de, ainda hoje, fazer um relatório com justificativas, para, então, passar às mãos de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, suspendo meu requerimento e aguardo a informação da Senadora. Muito obrigada.  
Senadora Maria...  
Pois não, Senadora.

Somente quero fazer um registro. O documento é sigiloso, mas, enquanto acontecia o depoimento sigiloso, membros da CPI saíam para dar entrevista de quinze em quinze minutos. Fico admirada: vão abrir processo por que o Senador Simão foi acusado de infiltrar assessor. Mas foi permitida a entrada de assessores mediante consulta prévia sobre se poderiam ali permanecer. Não foi especificado quem seria o assessor.

Senadora, o pior é dizerem que eu infiltrei assessor. Eu nem lá estava! Eu não sabia de nada! Disseram: A Senadora infiltrou um assessor. Por que eu iria infiltrar um assessor? Em primeiro lugar, se era proibida a entrada de assessor, não deveriam tê-la permitido; em segundo lugar, se a autorizaram, ponto!

**Resumindo: sou totalmente contra o tal sigilo, porque, se não fosse isso, não estaria acontecendo nada disso e tudo estaria esclarecido. Enfim, isso faz parte do processo, e devemos conviver com o sigilo.**

Para encerrar, Sr. Senador [...], que preside a sessão, como eu dizia, nunca ninguém da minha família interferiu na minha atuação parlamentar e política! Por que o meu genro interferiria nisso, por intermédio das formas que aparecem? Empresa Dinâmica é ligada ao genro da Senadora! Estão procurando até hoje a empresa, e ninguém a encontrou ainda. Emenda que a Senadora fez para favorecer, de certo, a empresa que era ligada ao genro. Eu insisto em dizer que ninguém, até agora, achou essa empresa em Mato Grosso. Minha emenda não foi liberada, porque a Prefeitura estava inadimplente, apenas para citar um exemplo. São questões extremamente difíceis: Há um cheque na conta do genro. Todo mundo quebra os sigilos bancário, fiscal e telefônico. Eu, meu ex-marido e todos os meus filhos quebramos, na primeira acusação, os sigilos bancário, fiscal e telefônico, desde criancinha, como dizemos não é desde quando sou Senadora, não, mas sim durante toda a minha vida! Absolutamente todos os meus sigilos estão à disposição da Polícia e da Justiça! Não apenas os meus sigilos estão à disposição, mas os dos meus filhos, que são adultos e independentes, como eu já disse aqui. São médicos, advogados, psicólogos, engenheiros, todos pós-graduados, doutores, independentes, donos dos seus destinos, muito melhores na vida do que a mãe deles, economicamente falando. Todos, imediatamente, autorizaram a quebra de seus sigilos. Inclusive, meu ex-marido também o fez, dando prova de extremo bom caráter, porque ele não tinha nada a ver com essa história, mas pode ser que queiram saber de longos tempos. Mande quebrar! Está autorizado a

quebrar o meu sigilo também! Eu já não sei mais o que fazer. Sr. Presidente, agora, aparece essa história surrealista!

Concedo o aparte à Senadora Judite. Depois, eu o concederei ao Senador Paulo.

Senadora Maria, de fato, V. Ex<sup>a</sup> já teve a oportunidade de conversar comigo sobre isso. Conversei com V. Ex<sup>a</sup> também. **Já tive a oportunidade, inclusive, de aqui dizer que preciso ver provas para não acreditar que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo a verdade.** V. Ex<sup>a</sup> é correta quando se restringe, ao contrário de alguns que fazem apartes ou comentários, à sua defesa, **porque não adianta tentar desqualificar a CPI, não adianta desqualificar a indicação e a inclusão de um outro nome, porque, como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, é uma CPI que investiga bandido, marginal.** É por isso que bem disse V. Ex<sup>a</sup>, desde o início, quando assinou a CPI, que é uma CPI que tem de ir até o fim. Se há Ministro ou ex-Ministro da Saúde, Senador, Deputado, empresário ou prefeito envolvidos, quem quer que seja, é preciso apresentar à opinião pública quem são os verdadeiros envolvidos, para que os inocentes não estejam na generalização perversa e para que os culpados sejam punidos. Às vezes, a pessoa diz assim: Fulano não está envolvido. Vá lá ver os cheques, a discussão bancária, tudo certo! Portanto, V. Ex<sup>a</sup> está correta em estimular a CPI a trabalhar, em dizer que é importante que a Comissão Parlamentar de Inquérito vá até o fim nas investigações, porque está apurando bandido que está roubando dinheiro público, como bem disse V. Ex<sup>a</sup> em outros pronunciamentos e hoje também.

Está certo. Quero deixar muito claro, mais uma vez, que fui uma das primeiras a assinar a CPI. Acho-a da maior importância, mas me preocupa quando acontece isso. Talvez, seja por isso que os **bandidos** estejam querendo me envolver, tanto os **bandidos Parlamentares**, que não são poucos, quanto os **bandidos empresários**. Essa pode ser uma das situações pela qual querem me envolver.

Senadora, abusando da bondade de V. Ex<sup>a</sup> e do Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me permitiria um aparte?

Pois não, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Quero referir-me não só a V. Ex<sup>a</sup>, mas ao que a Senadora Marta me falou sobre o Senador Simão. Ao que eles me perguntaram, eu falei: Eu não posso abrir nada, porque quem fez a diligência a Cuiabá é que tem de ter a liberdade de representar oficialmente se houve dolo ou não. Não há problema assessorar alguém, mas, se houve o dolo, se ele levou para tirar informações, eles têm de escrever e mandar para o responsável pela apuração. Foi isso que falei, Senadora. V. Ex<sup>a</sup> pediu para que eu esclarecesse, e eu o estou fazendo ao vivo para a sociedade e para os Parlamentares. Agradeço-lhe e peço-lhe desculpas.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Antes de conceder o aparte ao Senador [...], já finalizando, quero dizer que apareceu agora essa história surreal de eu ter infiltrado um assessor meu na sala da CPI para ficar sabendo das coisas. Mas que coisas?! Eu não sabia que ia ser denunciada de algo, que iam falar sobre a minha pessoa. Por que eu iria infiltrar ali um assessor? Houve um telefonema, e aí eu também tenho coisa concreta para dizer, do Senador Simão, dizendo, eu nem estava em Cuiabá: Senadora, estamos sem carro. V. Ex<sup>a</sup> pode nos emprestar um carro? Liguei para os meus assessores, era muito cedo, dizendo: Por favor, mandem um carro com motorista para atender os Senadores. Os Senadores e os Deputados precisam de condução. Mande alguém lá. Foi exatamente isso. Isso é fácil de ver. Quebrem o meu sigilo telefônico e o do Senador Sibá! Gente, eu já estou querendo prova concreta de tudo! As coisas são tão malucas, desculpem-me o termo, tão absurdas! Se eu pedi para alguém se infiltrar lá, deve haver algu-

ma ligação! A ligação foi clara: A senhora pode emprestar um carro? Vou providenciar. Saí correndo. Chamei um, chamei outro, que estava com o telefone desligado, porque ainda era muito cedo. Enfim, conseguimos alguém que fosse ao hotel para auxiliar no que fosse necessário na condução desse veículo com essas pessoas. Ponto final. Isso é fácil de saber: basta que quebrem meu sigilo telefônico! E tenho a certeza de que podem quebrar também o do Senador Simão, que conversou comigo. Foi exatamente essa a conversa. Está virando surrealismo, alucinação, ficção científica. Concedo o aparte ao Senador Paulo.

Senadora Maria, quem a conhece está estupefato durante todo esse tempo em que assiste ao seu sofrimento, mas quem está em casa, na poltrona, vendo-nos, está chegando à seguinte conclusão: como o pronunciamento do Senador Hobin bate certinho com o seu? O que S. Ex<sup>a</sup> disse ali, V. Ex<sup>a</sup> reclama da mesma coisa aqui. S. Ex<sup>a</sup> fala de um projeto de desmoralização do Poder Legislativo. **No entanto, diz que esse projeto é do Governo de V. Ex<sup>a</sup>, que é do PT, para permanecer no poder, para tirar o foco dos verdadeiros ladrões, dos verdadeiros bandidos, e para espalhar a lama em todos os Parlamentares.** É lógico que há bandidos e ladrões em qualquer esfera da nossa sociedade, inclusive dentro do Congresso Nacional. Mas será que há 100, 200 Parlamentares envolvidos? Acredito que não.

Quantos inocentes poderão estar em condição de igualdade com V. Ex<sup>a</sup>, mas o projeto de fazer mal a nossa democracia e ao nosso País está fazendo com que incluam também alguns aliados para despistar o interesse e o objetivo dessa gente que não tem pudor nem respeito pelo ser humano, muito menos pelo seu semelhante. Muito obrigado.

Muito obrigada, Senador.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e repito aquilo que sempre digo: o meu Estado de Mato Grosso, todos aqueles que me elegeram e os que não votaram em mim, tenham muita tranquilidade, fiquem muito tranquilos e em paz porque esta Senadora nunca cometeu, não está cometendo e não cometerá nenhum ato, nenhuma ação que possa envergonhá-los. Saibam que nasci com dignidade, entrei na política com dignidade, posso largar a política, claro, algum dia largarei, **mas a minha dignidade nunca será maculada.**

Muito obrigada.

G2

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estarecida com mais um vazamento irresponsável, em que forçam brotar um suposto envolvimento do meu nome com a tal máfia dos Sanguessungas. Assisto, passada, ao desenrolar das cenas. **Primeiro, em 17 de maio deste ano, um mês depois de o escândalo vir à tona, tentaram me arrastar para a fogueira quando relacionaram possíveis emendas minhas no ano de 2001, quando eu nem pensava em ser candidata ao Senado da República.** Não fosse isso, que é de menos, desde aquela época ficou esclarecido que, por imposição constitucional, todo Parlamentar tem de destinar determinado percentual do recurso público das chamadas emendas parlamentares individuais à área da saúde. Aliás, é da essência do mandato de Senador da República e desta Senadora çbrigarç por recursos de qualquer área para os nossos Estados, assim como o fazem, com certeza, com galhardia tão bem V. Ex<sup>as</sup> por seus respectivos Estados.

Naquela ocasião, tive oportunidade de mencionar minhas emendas individuais, sua destinação e aplicação de seus respectivos recursos, o que me foi dado obter, aturdida, diante sempre de



vazamentos marotos e grosseiros, sem que se possa saber ou ter acesso sobre de que realmente se tratava.

Falando por si só, muito me comoveu o desagravo público na sessão do Senado Federal de 24 de maio, puxado que foi pelo proeminente Senador Saul, baluarte da Oposição nesta Casa e que tão bem desempenha seu mister.

Como alhures, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não rejeito meu passado, como assim também não vivo dele.

Concedo um aparte à Senadora Judite.

Senadora Maria, tive oportunidade de conversar com V. Ex<sup>a</sup>. Eu passei por muitas fases ao longo da minha vida e tenho muitas dificuldades, muitas dificuldades, em função de tantas coisas por que passei: tantas pessoas que defendi e, depois, estarecida, cheguei à conclusão de que o que essas pessoas falavam nada tinha a ver com o que elas eram de fato. Então, é tão difícil, para mim, assumir publicamente a defesa de alguém sem ter a certeza, concreta e objetiva, de que essas coisas não aconteceram. Mas quero aqui deixar absolutamente claro que, se eu visse isso, porque, até agora, não vi, em relação a V. Ex<sup>a</sup>... As declarações são feitas, o depoimento chegará para ser analisado aqui, na próxima semana, pelo Senador Marcos, por mim e pelos membros da CPI, com o rigor técnico e ética implacável para acompanhar cada uma das coisas. Mas eu, sinceramente, não acredito. Sei que, para mim, é algo tão difícil de dizer, tenha certeza V. Ex<sup>a</sup> o quanto o é, porque tantas pessoas que eu já defendi depois me esfaquearam pelas costas. Elas se mostraram traidoras, corruptas, cínicas, por isso é até difícil para mim. Mas tenha certeza de que eu não acredito que V. Ex<sup>a</sup> esteja envolvida com esse banditismo investigado pela CPI dos Sanguessugas e das Ambulâncias. Eu quero deixar isto aqui dito: eu não acredito que V. Ex<sup>a</sup> esteja envolvida em uma coisa como essa.

Muito obrigada, Senadora. Nestes longos anos de minha vida pública, não consegui, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, aprender a lógica de como funciona **fazer política a qualquer preço**. Não faço, de jeito nenhum, e renego aqueles que o fazem. E agora procuram me empurrar para a quizumba, alardeando que integrantes da CPI das Sanguessugas teriam dito, na surdina, que três Senadores estariam envolvidos no escândalo. Seria insanidade não fosse o momento eleitoral que se avizinha.

Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senadora?

Pois não, Senador.

Senadora, V. Ex<sup>a</sup>, como eu, tem sido acusada. Eu não conheço essas pessoas, nunca troquei um telefonema, nunca as vi *tête-à-tête*, olho no olho, corpo-a-corpo, nunca as encontrei. E também a toda hora aparece: suspeito, suspeito, suspeito. Eu já pedi que fizessem investigação sobre as 13 ambulâncias que foram compradas na Paraíba. E é de estarrecer. Eu, no meu primeiro mandato, dei 82 ambulâncias, do meu bolso, ou consertando ou fazendo. É impressionante. Eu entrei na Justiça, nobre Senadora, contra as três pessoas, e estou aguardando as respostas. E fui à CPI exatamente para pedir que se procure analisar a fundo. Ninguém mais do que eu, assinei as duas, quer que isso seja analisado. Sei que V. Ex<sup>a</sup> deve estar chateada, transtornada, irritada, zangada com tudo isso, como eu estou. Mas, infelizmente, estamos vivendo num País em que basta alguém que nunca vimos na vida dizer alguma coisa contra um político, que pega, em político pega tudo. É algo incrível.

Senador, assinei a CPI, e, no primeiro momento em que vi meu nome pairar, sobre o ano de 2001, quando ainda não pensava em ser candidata à Senadora. Fui a toda imprensa de Mato Grosso e autorizei a quebra dos meus sigilos fiscal, bancário e telefônico, meu e dos meus quatro filhos, que são profissionais absolutamente independentes, não têm nada a ver com a mãe, são absolutamente independentes. Todos autorizaram a quebra de sigilo. Inclusive meu ex-marido, numa prova de grande caráter, telefonou na mesma hora e também autorizou que se quebrassem os sigilos telefônico, bancário e fiscal. Estão todos autorizados! Que se verifique, que se investigue! Não me posso vender. Não sei do que sou acusada, porque não existe do que ser acusada!

Concedo um aparte ao Senador Saul.

Senadora Maria, também peço aparte.

Senadora Maria, acompanho com atenção e respeito o seu discurso e lhe passo duas informações: uma, sobre um telefonema que acabo de receber do Senador E, que está ausente, está no exterior, e que estaria, neste momento, telefonando e, depois, oficiando ao Presidente, fazendo uma primeira abordagem da sua defesa. E me prontifiquei em dizer que S. Ex<sup>a</sup> estava tomando essas providências; a segunda é sobre uma conversa que tive hoje, no corredor, por acaso, mas proveitosa, com o Relator, [...], que me disse, sabendo até do nervosismo do momento eleitoral, que haverá de ser completamente tranqüila a avaliação dele e que teria mesmo repulsa à idéia de se incluir algum inocente no meio daqueles que, e aí asseguro que, com certeza, possam ser culpados. Vejo também no Deputado Bros uma pessoa equilibrada, correta, que procurará mesmo aquilo que, tenho certeza, fará bem a todos as pessoas de bem: justiça. O episódio foi lamentável, o episódio foi denegridor da atividade pública, mas é a segunda vez que V. Ex<sup>a</sup> vem à tribuna para fazer, de maneira pronta e lisa, a sua defesa. Eu lhe desejo felicidade e lhe transmito que a dupla que dirige a Comissão Parlamentar de Inquérito me parece muito bem intencionada nos dois campos: primeiro, poupando inocentes e proclamando inocência; e, segundo, não poupando culpados e proclamando as culpabilidades. Eu tenho a impressão de que seria esse o caminho, e, portanto, seria esta a contribuição que eu poderia dar neste momento.

Obrigada, Senador Saul.

Antes de conceder o aparte aos Senadores que o pedem [...], gostaria de dizer que em um momento como este, **quando eu me vejo no meio de uma fogueira**, a imprensa me pergunta: A senhora vai antecipar a sua defesa?, eu disse: Que defesa? Como vou fazer defesa? Não existe defesa para eu fazer.

Em primeiro lugar, eu não sei do que estão me acusando, porque é sigiloso. Não sei se estão me acusando e do que estão me acusando. Em segundo lugar, tenho a absoluta convicção de que jamais cometi, não estou cometendo e jamais cometerei qualquer ato de malversação de recursos públicos ou de corrupção. Não aceito. Não admito.

E talvez seja por essa luta tão insana, pois chega a ser insana, que eu travo em meu Estado contra qualquer tipo de corrupção com recursos públicos que estejam querendo me envolver. Senador Tobias.

Senadora Maria, existe um ataque dirigido à honra de V. Ex<sup>a</sup>, que, além de ser uma Parlamentar que todos respeitamos muito, uma amiga, uma companheira de caminhada e de luta, neste

momento expõe a sua vida, a sua condição de Parlamentar, como candidata ao Governo do Estado de Mato Grosso, sua terra. V. Ex<sup>a</sup> está no meio do tiroteio, como dizemos, no campo político, no meio do campo de batalha, portanto, seguramente, sujeita a esse tipo de situação. E tem que ter a grandeza que está tendo. A primeira atitude foi assinar a CPI, um gesto da maior grandeza e que já demonstra muita coragem e determinação para que se apure a fundo. Segundo, colocou todas as suas prerrogativas de privacidade à disposição de uma ampla e transparente apuração. No mais, está sendo vítima de um linchamento precipitado, porque alguém pode ter insinuado o nome de V. Ex<sup>a</sup>, o que poderia ocorrer com qualquer um de nós aqui. V. Ex<sup>a</sup> tem que usar todas as armas, porque se trata da sua honra, estão expondo a sua honra. V. Ex<sup>a</sup> terá o meu apoio em tudo que estiver ao meu alcance, pois, até prova em contrário, V. Ex<sup>a</sup> é absolutamente correta, e não merece a tentativa de destruição de uma caminhada. Sei o quão difícil foi V. Ex<sup>a</sup> chegar até aqui, ao Senado Federal, como uma trabalhadora da educação, uma trabalhadora das lutas populares no Mato Grosso, uma terra em que as desigualdades são tão grandes, e está sendo vítima de um ataque dessa natureza. Hoje, o Deputado Raul Jungmann ligou para V. Ex<sup>a</sup> para prestar solidariedade. O fato, infelizmente, ainda não foi divulgado na imprensa do seu Estado. Espero que a imprensa do seu Estado faça a justiça que V. Ex<sup>a</sup> merece. Ninguém pode ser acusado e linchado até prova em contrário.

O Deputado [...], já que V. Ex<sup>a</sup> citou, me ligou ao meio dia, pedindo que eu solicitasse à imprensa de Mato Grosso que ligasse para S. Ex<sup>a</sup>, que quer se pronunciar a respeito. Concedo o aparte à nossa Líder, Senadora Marta.

Senadora Maria, em primeiro lugar, o que vou dizer é absolutamente coerente com o que eu disse quando insistiam em instalar essa CPI, em pleno processo eleitoral. Uma CPI, em pleno processo eleitoral, tem a facilidade de desvirtuar seus objetivos e de servir de palanque eleitoral, como nunca. O que aconteceu com V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo escandaloso desse fato, porque o evento ontem era na capital de seu Estado, onde V. Ex<sup>a</sup> é candidata ao Governo. O principal adversário de V. Ex<sup>a</sup> é o atual Governador, do PPS, que, em um depoimento, a própria Senadora Judite pode confirmar, de acordo com as informações que recebemos, não foi citado, em nenhum momento, qualquer elemento. A reunião foi reservada, mas alguém saiu lá de dentro e disse que havia três. Depois, saiu dizendo o que havia dos três e deu o nome dos três, quando todas as informações que recebemos é de que não houve nenhuma citação desabonadora.

Foi perguntado se me conhecia, etc. E ele disse que sim, que conhecia, mas que era impossível...

Sim, parece que ele disse: Sim, ela é daqui, é do Estado. Aí, por coincidência, Senadora Maria, uma das pessoas que falou com a imprensa é, nada mais nada menos, do mesmo Partido do seu principal adversário na disputa eleitoral em seu Estado. Portanto, esse já é um fato lamentável. E ouço estarecida que querem instalar mais uma CPI, em pleno processo eleitoral. Parece que ainda não ficaram satisfeitos. E, agora, esse verdadeiro macarthismo, porque é isto que estamos vivenciando no País: o ônus da prova não é de quem acusa, mas de quem é inocente, de quem é condenada, sem saber do que está sendo acusada. Senadora Maria, tenho pleno conhecimento e compreensão do que V. Ex<sup>a</sup> vive neste momento, porque enfrentei algo semelhante há poucos dias, assim como outros Parlamentares do PT. Está aqui a Senadora Luzia, já com o microfone levantado, inclusive com questões gravíssimas que irá relatar. Portanto, esse tipo de procedimento, a maneira de atuar das CPIs e a forma como determinados Parlamentares acabam se comportando, transformando a CPI não em um processo de investigação, mas em um processo de condenação a priori e de colocar a honra e a história política das pessoas na lama, tudo com o objetivo claríssimo não de investigar, não de apurar, mas de

impedir e de dificultar os processos eleitorais, seja no âmbito federal seja no âmbito estadual. Portanto, Senadora Maria, conte com a solidariedade de toda a Bancada, e tudo que estiver ao nosso alcance para fazer sua defesa e, principalmente, impedir esse tipo de comportamento, que só posso chamar de irresponsável. Não está sob sigilo? Não era reservada? Então, por que tem que sair, de cinco em cinco minutos, para falar com a imprensa? O que tem a fazer, a não ser comprovadamente continuar atuando na lógica da guerra política partidária, e não na lógica dos que se propõem a participar de uma CPI, que é a de investigação?

Obrigada, Senadora Marta.  
Concedo o aparte ao Senador Lupos.

**O SR. PRESIDENTE** Senadora Maria, gostaria de fazer um apelo aos Senadores para que fossem breves em seus apartes. A Senadora, sou solidário a V. Ex<sup>a</sup>, já está falando há dezesseis minutos, quando o tempo era de apenas cinco minutos. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup>s fossem breves, pois existem outros oradores inscritos. Por gentileza, Senadores.

Senadora Maria, vim do meu gabinete ao Plenário para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não precisaria ouvir sua defesa para, desde logo, estar convencido da sua inocência. E também não preciso ser do seu Partido, sou do PFL, para julgar isso. Não sei onde vamos parar. A Senadora Marta tem toda razão. Existe um macarthismo, uma epidemia denunciata no País, e das pessoas que denunciam não se cobra nenhuma responsabilidade com o que denunciam. A vítima, V. Ex<sup>a</sup>, no caso, é vítima, é que tem que tomar as precauções e as providências. É a inversão completa de tudo que aprendemos, inclusive na Faculdade de Direito. O ônus da prova cabe a quem acusa, a quem alega, e não àquele que é vítima dessas alegações.

Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo que está fazendo. O sigilo bancário é coisa séria e deve ser preservado mas, nessas circunstâncias, V. Ex<sup>a</sup> agiu muito bem. Eu faria a mesma coisa. Todavia não podemos baratear o sigilo bancário a cada minuto, a cada denúncia.

Ficamos assustadas, Senador. Ela tem dinheiro depositado na conta dela, tem isso e tem aquilo... Então eu abri o sigilo bancário, fiscal e telefônico, meu e de todos os meus familiares, já há três meses, mas ninguém está buscando. Estou esperando que busquem para investigar. Está aberto. Quero facilitar as investigações, mas ninguém me diz do que sou acusada e está tudo em sigilo. Acontece que a toda hora há vazamento, e ficam essas coisas absurdas.

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup>, Senador Manuel. Mas peço que seja breve, diante da solicitação do Presidente. Serei breve, Senadora. Normalmente não precisaria fazer este aparte, mas é que cala na alma da gente a ânsia de denunciar esse denunciamento. V. Ex<sup>a</sup> tem uma história, uma biografia que a coloca muito acima dessas tentativas de deslustrar a imagem de V. Ex<sup>a</sup>. No entanto, as coisas acontecem e acontecem com um propósito que não é o de investigar, mas de atingir a imagem de uma pessoa que tem um projeto político que não é individual, é partidário, ideológico, mas que precisa ser atingida exatamente para prejudicar essa caminhada política. Isso nos deixa indignados e nos leva ao dever de apartear-la exatamente para dizer que V. Ex<sup>a</sup> está muitíssimo acima de qualquer denúncia que passe pela vida e pela imagem de V. Ex<sup>a</sup> sem o mínimo arranhão. Fica aqui a nossa manifestação de indignação e de solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>.

Obrigada, Senador.  
Senador Poseidon.

Senadora Maria, eu sou membro dessa Comissão chamada **CPI das Sanguessugas ; seria CPI das Ambulâncias.** Tirei três dias para ler toda a documentação sigilosa. Não posso falar

o que contém; está restrita aos membros da Comissão. Eu não sei nem por quê! Sou membro e vou até o final dessa Comissão, porque ela vai ter que apurar direito e julgar direito. Não vi grandes coisas. O trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal está sendo muito bem feito, como foi colocado aqui no início dos trabalhos, quando se questionava a criação dessa CPI. O Ministério Público está investigando perfeitamente, a Polícia Federal, perfeitamente. Li a documentação, não vi grandes provas. Vi nomes citados, mas nada de concreto. Não vi o nome de V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer isso aqui. Pelo menos na parte que eu já vi. Agora a CPI está vindo com outros documentos, que eu vou querer ler. Eu assinei a CPI, porém foi colocada em momento errado; podem estar usando-a com o intuito de mexer com alguns Deputados ou Senadores que estão nesse momento em campanha. Quero dizer outra coisa: nós tivemos exemplo, até mesmo, vou citar nomes, da Deputada Daiana, que é uma pessoa de bem. Foi falado que não tinha chance de fazer qualquer coisa com ela. No entanto, o nome dela foi citado no início. Ela tem que se defender e cai no grande veículo de comunicação. Então, Senadora Maria, eu quero dizer o seguinte: eu, como membro dessa Comissão, vou fazer a minha parte. Vou brigar. Se não tiver prova contra Parlamentar meu voto é contra e vou apresentar voto em contrário.

Obrigada, Senador.

Senador Davi, V. Ex<sup>a</sup> pediu aparte?

Nobre Senadora Maria, infelizmente, o sucesso custa caro; e os adversários, medíocres às vezes, sem possibilidades, por inveja ou por outros motivos, procuram atingir a honra, como a de V. Ex<sup>a</sup>, nobre colega aqui, cuja atuação parlamentar é das mais conscientes e brilhantes, com aleivosias e falsas denúncias. Eu quero lhe trazer a minha solidariedade e o meu apoio.

Obrigada, Senador.

Ninguém acreditaria que V. Ex<sup>a</sup> tivesse qualquer envolvimento em um processo desse. Essa é a realidade. Eu vi a Senadora Judite justificando a solidariedade dela, porque V. Ex<sup>a</sup> não tem nem jeito disso. Obrigado, Senadora.

Obrigada, Senador.

Senador Natanael, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

Senadora Maria, hoje, pouco antes da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, avaliei e ponderei ao Presidente [...] que talvez fosse o caso de aqueles que estiveram em Mato Grosso, em Cuiabá, ontem, fazerem uma nota esclarecedora dos fatos. Entretanto, tendo em vista a determinação do Supremo Tribunal Federal para que as investigações sejam, até o presente, realizadas de maneira sigilosa, o Presidente [...] avaliou que seria melhor não comentar o que foi dito e o que não foi dito. Mas, conforme aquilo que pudemos ouvir ontem ali na reunião reservada e também fora dela dos Senadores que estiveram presentes, como a Senadora Judite, o Deputado Nazista e o próprio Presidente [...], não houve qualquer menção que pudesse significar algo como uma denúncia a V. Ex<sup>a</sup>. Agora, o que considero importante é que o Presidente da CPI, [...], consiga com a Ministra [...], com quem S. Ex<sup>a</sup> iria falar hoje à tarde, buscando a interpretação adequada, que a Comissão Parlamentar de Inquérito, em virtude de todos esses problemas, passe a realizar os seus trabalhos de maneira aberta, de forma tal que não surjam essas distorções. Mas quero expressar e reiterar a minha confiança no seu procedimento e na sua história.

Obrigada, Senador.

E dizer que ninguém acreditaria que V. Ex<sup>a</sup> tivesse qualquer envolvimento em um processo desse. Essa é a realidade. Eu vi a Senadora Judite justificando a solidariedade dela, porque V. Ex<sup>a</sup> não tem nem jeito disso. Obrigado, Senadora.

Senadora Maria, ouvi aqui o Senador Mestrinho dizendo que o sucesso custa caro; mas a maldade custa muito barato. Quando passou aqui a lista de assinaturas para a formação dessa CPI, fui um dos que não assinaram. Justo eu, que estou novo e durarei pouco aqui, por sinal. Não assinei porque eu achava naquele momento, e continuo achando, que ela seria primeiro instrumentalizada pelos bandidos que participaram desses atos de corrupção; eles a utilizariam porque quanto mais pessoas inocentes eles envolvessem melhor para eles. Eles querem distribuir responsabilidades, mesmo que as pessoas não as tenham. E depois imaginei também que seria instrumento para os maus políticos usarem contra as pessoas de bem. Todavia, sou membro da CPI em curso, vou me aprofundar nessas investigações a partir de agora para saber o que realmente existe. Tenho muito receio do que vai acontecer no relatório final, embora as pessoas que o devam fazer, o Senador Lima e o nosso Presidente [...], sejam pessoas extremamente corretas. Mas eu já descobri também que a CPI vai depender única e exclusivamente dos inquéritos da Polícia Federal, do Ministério Público e tudo o mais. Dessa forma, eu entendo que se já tão adiantado lá está por que se faria uma CPI cujo relatório será baseado naquilo que já está apurado? De qualquer forma, eu só queria dizer à Senadora Serys que eu nasci mato-grossense, depois se dividiu o Estado e fiquei no Mato Grosso do Sul. Lamento que eu não tenha meu título de eleitor lá em Mato Grosso, porque eu daria o meu voto a V. Ex<sup>a</sup> com a maior tranquilidade, pela sua seriedade e pela certeza que eu tenho de que essa é uma grande confusão que estão armando muito mais no campo político.

Obrigada.

Só queria registrar, antes de conceder o aparte ao Senador Luiz e à Senadora Luiza, que amanhã entrarei com três requerimentos: um ao Supremo Tribunal Federal, um ao Procurador-Geral da República e um à CPI para saber o que existe a meu respeito porque eu preciso saber.

Eu busco saber, e as pessoas dizem que não tem, que não tem, mas de repente alguém fala alguma coisa, sai alguma coisa e continua essa história como hoje mesmo está aí em toda a imprensa.

Senador Zenão, por favor.

Senadora Maria, nós todos somos testemunhas da maneira com que V. Ex<sup>a</sup> tem-se conduzido nesta Casa. É uma Senadora exemplar, cujo trabalho é reconhecido por todos nós. A sua biografia, a sua luta e a sua vida jamais autorizam quem quer que seja a achar que V. Ex<sup>a</sup> participa de um assunto dessa natureza. Assim, receba a nossa solidariedade por todas as providências que está tomando para desfazer imediatamente esse equívoco. Todos nós estamos certos de que V. Ex<sup>a</sup> não tem nada a ver com isso.

Muito obrigada, Senador.  
Senadora Vitória.

Senadora Maria, eu gostaria, neste momento, de me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e dizer que nós que a conhecemos e trabalhamos juntamente com V. Ex<sup>a</sup> estamos também perplexos. Perplexos com a maldade que estão fazendo com V. Ex<sup>a</sup>, porque conhecemos a sua trajetória política, a sua luta. Todos nós temos um apego muito grande à trajetória que construímos com mui-

ta dificuldade; e, como mulher, essa trajetória se torna ainda mais difícil, mais dura. V. Ex<sup>a</sup> tem sido um exemplo na luta em favor da mulher, um exemplo de dedicação, de trabalho, de carinho. É uma colega única. Eu sou sua opositora politicamente, mas a respeito profundamente pelo que tem feito aqui no Congresso Nacional. Portanto, receba a minha solidariedade e o meu abraço.

Obrigada.

Senador Lacerda e, logo após, Senadora Luiza.

Senadora Maria, recentemente, participei de uma CPI e pude avaliar como é difícil aquele trabalho. Mas espero que os membros dessa CPI possam ter o cuidado de fazer justiça. Em se fazendo justiça, não há dúvida de que, preliminarmente, o nome de V. Ex<sup>a</sup> mostra-se intocável, inteiramente fora de qualquer cogitação de investigação dessa natureza. Receba a minha solidariedade.

Obrigada, Senador.  
Senadora Ana Luiza.

Serei muito breve, Senadora, e quero aqui também falar em nome da Senadora Eduarda, que, não podendo estar aqui, ligou-me para que eu pudesse prestar-lhe solidariedade, coisa que já fiz em outro momento. Sabemos que, pelo fato de sermos hoje do PT, pela nossa trajetória política, por ser V. Ex<sup>a</sup> uma mulher de luta, batalhadora, já somos vítimas em potencial das calúnias, já somos vítimas em potencial desse processo, como falou a Senadora Marta, desse verdadeiro macarthismo que está existindo no País contra aqueles que têm a coragem de dedicar a sua vida, como V. Ex<sup>a</sup>, ao combate à corrupção, às injustiças, às grilagens de terra. Então, quero mais uma vez me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Maria. Sei que V. Ex<sup>a</sup> está sendo envolvida porque é do PT, pela sua trajetória e também por ser candidata a Governadora. Nós todos somos vítimas. Espero fazer ainda mais uma denúncia de mais um absurdo também de que estou sendo vítima no meu Estado, infelizmente.

Senador Vilhaça, embora não o esteja visualizando, concedo-lhe um aparte.

Senadora Maria, estou um pouco distante de V. Ex<sup>a</sup>, mas muito perto daquilo que a nobre Colega está vivenciando. Sei do sofrimento de V. Ex<sup>a</sup>, da sua família e dos seus amigos, em função de uma acusação indevida e precipitada, que partiu principalmente de Parlamentares membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a questão das sanguessugas, que levados, quem sabe, por interesses eleitoreiros, dão entrevistas atabalhoadas, sem justificativa e sem nenhum sentido, como se fossem verdadeiras relações públicas do Congresso Nacional e da CPI. Ora, essa precipitação leva ao cometimento de injustiças, à desmoralização da própria CPI e do próprio Congresso Nacional. Essa CPI foi formalizada em época que antecede as eleições. Sabemos que ninguém desconhece a força, o prestígio, a credibilidade da personalidade de V. Ex<sup>a</sup> no seu Estado, inclusive como candidata à Governadora e como uma das Senadoras mais atuantes notadamente na área social. Tudo isso gera ciúme, inveja, despeito. Basta que uma notinha, por menor que seja, saia no jornal para que haja manchetes no Estado, desmoralização e comentários desairosos contra pessoa honesta, que levou sua vida sempre na base da honradez e do comprometimento com as causas sociais. Sei que V. Ex<sup>a</sup> sofreu e está sofrendo com isso. **Mas o povo não lhe será injusto, reconhecerá o seu valor mais uma vez e repudiará qualquer acusação como essa, tão injusta, direcionada contra pessoa que todos consideramos honrada, digna, honesta e um exemplo e padrão a ser seguido**

no Senado, pelos mais jovens e pelos que estão aparecendo agora na política. Portanto, Senadora [...], receba a minha solidariedade e o meu respeito. Faça isso de forma aberta. Quem tem o passado de V. Ex<sup>a</sup> não tem nada do que se envergonhar nem temer, mas vem à tribuna assim, de forma tranqüila, falar aos seus Colegas e à Nação. Fique mais tranqüila ainda, pois quem conhece V. Ex<sup>a</sup> são as pessoas do seu Estado. Portanto, repudio esse tipo de coisa. No Supremo Tribunal Federal, há um cuidado em não divulgar precipitadamente nomes que estão sendo investigados. Já na CPI, ninguém divulgou os 15 nomes que estão sendo investigados pelo Supremo Tribunal Federal. De repente, alguém da CPI, sem nenhuma prova, sem nenhuma justificativa plausível, coloca o nome de V. Ex<sup>a</sup> em uma situação deplorável do ponto de vista ético. Portanto, a minha solidariedade, o meu encorajamento. Não baixe a cabeça. Levante a cabeça, como V. Ex<sup>a</sup> sempre agiu aqui no Senado e no seu Estado. Vamos à vitória na sua carreira política.

Muito obrigada. Com a palavra o Senador Robin.

Senadora Maria, quero solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup>, apesar de sermos de partidos opostos. O convívio com V. Ex<sup>a</sup> no Senado Federal, bem como a tranqüilidade com que vem à tribuna pela segunda vez, nós dão a certeza de que essas acusações sem prova que estão atingindo V. Ex<sup>a</sup> são infundadas e de que a verdade surgirá. Como já foi dito por outros Pares, V. Ex<sup>a</sup> não tem nada a ver com o que está sendo mencionado pela imprensa.

Muito obrigada.

Com a certeza de que a verdade surgirá, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não vou questionar o sigilo. O sigilo existiu. As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores e Deputados da CPMI não tem que fazer nenhum tipo de declaração com relação ao conteúdo. Estou discutindo a questão da forma, que infelizmente vazou. Não sabemos o que é verdade e o que não é. E é isso que esperamos que seja esclarecido, e o será, com certeza.

Mas, encerrando, eu gostaria de dizer que, em ano eleitoral, é comum esse tipo de denúncia leviana. Espero que a política brasileira supere esse tipo de coisa. Não admito meu nome na **boca de bandido!** Quem participou dessa tal de máfia da ambulância sanguessuga é bandido. São **bandidos os empresários** que fazem parte disso e **são bandidos os políticos** que participaram disso. Eu não só não tenho a menor possibilidade de estar nessa história mas também não aceito o meu nome dito por eles. Terão que provar, sim! O ônus da prova vai caber a eles, sim. Vão ter que provar ou serão processados às últimas conseqüências. Como eu disse, amanhã estarei entrando com requerimento na CPI, no Supremo Tribunal Federal e também na Procuradoria Geral da República, buscando obter informações a respeito do que existe com relação à minha situação nesses órgãos.

**Minha vida é construída às claras. Não me vergarei a denúncias caluniosas, nunca me verguei.** Isso é costumeiro. Há quatro anos, às vésperas da minha eleição, em Mato Grosso, as denúncias foram muito piores, muito mais graves do que essas contra a minha pessoa, mas felizmente o povo de Mato Grosso tem consciência, tem conseqüência e me conhece e conhece a minha história.

Não teve jeito. Fizeram as piores denúncias e eu fui eleita. Aliás, aconteceu o contrário. Eu estava muito atrás nas pesquisas. Quando denúncias gravíssimas foram feitas contra a minha pessoa, a partir daquele momento, começou a mudar a minha história eleitoral para o Senado Federal. E eu cheguei aqui.



Assim, o ônus da prova cabe, com certeza, a quem acusa. Apesar da dor que tais acusações causam, não terei do que me defender. Hoje, a imprensa me perguntava se eu ia fazer uma defesa antecipada. Eu falei: “De quê?”. Eu não tenho as informações. Em primeiro lugar, tenho certeza de que não cometi nenhuma irregularidade e, em segundo lugar, não sei do que estão me acusando. Portanto, não posso fazer uma defesa, mas, se aparecerem essas acusações, com certeza, a defesa será feita. Apesar de que, a partir do momento em que eu abri o meu sigilo fiscal, bancário e telefônico, assim como o de todos os meus filhos e o do meu ex-marido, não acredito que eu possa ter mais o que oferecer para que sejam feitas as investigações. Tenho minha consciência e meu coração em paz. Por ser inocente, não tenho o que temer.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, deixo aqui a minha gratidão e o meu carinho a cada um que se pronunciou. Agradeço a primeira pessoa que falou: a Senadora Judite. Sei da dificuldade que S. Ex<sup>a</sup> tem em fazer isso, mas S. Ex<sup>a</sup> fez. Foi corajosa. Foi corajosa.

Agradeço ao último Senador que se pronunciou, a todos os meus companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores, à minha Líder, que realmente está mostrando ao Brasil a força da mulher. Agradeço à Senadora Vitória, já agradeço à Senadora Judite, e à Senadora Luiza, minha querida companheira, também candidata ao Governo. Sabemos que as dificuldades serão muitas, mas digo e repito: nunca me verguei e não me vergarei ao poder econômico, não me vergarei às injustiças, às calúnias, as quais enfrentarei como sempre. Costumo dizer: não façam a minha defesa. Digo sempre lá no meu Estado: quando fizerem qualquer denúncia contra mim, não façam minha defesa. Peçam o nome completo, RG e CPF, porque essas pessoas serão interpeladas diante do juiz, porque é lá que elas têm que explicar as calúnias, as injúrias, as difamações e lá serão processadas, com certeza, criminal e civilmente, por danos morais. Muito obrigada.

## ANEXO B - Discursos Parlamentares referentes a crise 2 - “Ficha limpa”.

AA3

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Meu querido Presidente, minha querida Presidente, senhoras e senhores, não deixa de ser um fato, eu diria, curioso, hoje, dia 29, sexta-feira, a dois dias do pleito, estarmos aqui no Senado, numa sessão ordinária. Isso mostra uma tese que venho insistindo muito: a maturidade da democracia brasileira. Quarenta e oito horas da eleição, o clima é da mais absoluta tranquilidade.

O fato mais importante do dia é o Papa, nosso querido Papa, que, com todo o respeito, a gente diz que o Papa é infalível em dogmas de fé, fez uma manifestação em véspera de eleição, na última hora, que, com todo respeito, não sei se ela era necessária; mas fez. E os dois candidatos, inteligentemente, disseram que ele tinha direito de fazer e fez. Esse é o fato. Não tem nenhuma palavra de um general, não tem nenhuma reunião do clube militar, não tem nenhum editorial de nenhum jornal. Nós estamos vivendo, nessa eleição, um fato muito interessante, inédito no Brasil. Isso é normal na Europa, nos Estados Unidos. Os jornais, na Europa e nos Estados Unidos, definem oficialmente: “Eu defendo a candidatura tal”. Mas, no Brasil nunca tinha acontecido. O Estadão fez isso. O Estadão, no seu editorial, diz que o jornal é independente, faz a campanha com a mais absoluta isenção com relação aos candidatos, mas que ele acha que o candidato ideal é o candidato Serra. Eu acho um fato interessante, porque nunca tinha acontecido.

Eu até vou ser muito sincero: a partir desse editorial do Estadão eu passei a olhar com calma e revisar as matérias do Estadão. E acho interessante, pelo menos eles estão tentando ser imparciais. Os editoriais batem na candidatura oficial, mas, nas notícias... inclusive agora, ultimamente, eu acho que o Estadão foi o jornal que mais bateu na questão do metrô, o que aconteceu, não sei o que é, o que não é. Também isso não tem problema. Nenhum general, nenhum sargento. O negócio do João Goulart, em 1964, foram os sargentos. Coitado do meu querido Jango, Presidente da República, e eu dizia, Deputado lá no Rio Grande do Sul: “Mas nós fizemos a vida inteira, para chegar à Presidência da República, estamos na Presidência da República e o Presidente da República, em vez de chamar os generais quatro estrelas, vai fazer uma reunião com os sargentos?” Eu não consegui entender! Disse: Não estou entendendo! E, dez dias depois, caiu.

Hoje, não! Hoje, o ambiente... Estamos aqui, numa sexta-feira, não tem nenhum Deputado, nenhum Senador que venha aqui apresentar uma denúncia: “Olha, no meu Estado está acontecendo isso; olha, em tal lugar está acontecendo aquilo”. O clima é da mais absoluta normalidade. Viva a democracia brasileira! Viva a democracia brasileira! E eu, que posso ser pai da maioria dos Senadores que estão aqui, pela idade, que vivi os tempos lá atrás, perdoem-me, mas valorizo demais o momento que estou vivendo, porque eu vi o outro lado. Que coisa mais triste! De repente, alguém se levantava ali: “Eu quero dizer...” e saía, e fechava o Congresso Nacional. E tinha eleição para Governador, estava tudo resolvido, candidato na rua: bum! Não tem mais eleição para Governador. As coisas foram duras, muito duras.

E tivemos aí... O Tancredo fez a maldade de morrer, não podia ter morrido, mas, o Sarney levou com categoria, justiça seja feita. Sarney Presidente, saiu a Constituinte; cumprimos

mandato. Um candidato a Presidente, o Sr. Collor, duro, grosseiro com relação à linguagem, mesmo assim o Presidente Sarney teve a tranquilidade de levar o processo até o fim.

O *impeachment* do Collor. Oito anos de Fernando Henrique; oito anos de Lula. Muita gente dizendo: “Agora o PT chegou ao governo, não vai mais negar o governo. Não, este PT agora vai usar de tudo para não entregar o governo”. E não é verdade. A eleição está aí, quem ganha, ganhou. Tem alguém aqui que tem alguma dúvida de que se o Serra ganhar assume? Tem alguém que tem alguma dúvida de que se ganhar a Dilma assume? Alguém está levantando a tese da maioria absoluta, não sei lá o quê, não sei mais o quê? Nada! Viva a democracia brasileira! Isto é muito bom! Parece piada, parece piada, mas na história deste País, desde a independência, é o mais longo período de democracia que estamos vivendo. O Império é Império. Começou já com Dom Pedro I, de saída, convocou Constituinte e fechou a Constituinte e proclamou a Constituição por conta própria. Esse foi o nosso início.

E, depois, a República até 30 era café com leite: Minas e São Paulo, seus governadores o nomeavam. Mentira, os governadores se reuniam, o Presidente da República ouvia os governadores e indicava o candidato. E no fim era café com leite. um dia Minas, um dia São Paulo; uma eleição Minas, uma eleição São Paulo.

Quando o Presidente Washington Luiz, que era de São Paulo, em vez de indicar o governador de Minas, era a vez dele, indicou o de São Paulo, deu a revolução e veio o Getúlio. Quinze anos do regime de Getúlio, veio a democracia em 1945. Em 1945 se elege o Dutra. Em 1950 se elege o Getúlio: bumba, derrubaram o Getúlio. Elege-se o Juscelino, que passa o Governo para o Jânio, que foi eleito, o Jânio renuncia: bumba, não querem deixar o João Goulart assumir. Assumiu, bumba, derrubaram o Jango. Cinco generais ditadores.

Estamos vivendo o mais longo período de democracia na História do Brasil. Isso é importante. Isso é muito importante.

E vamos fazer justiça: no Governo do Fernando Henrique, mil coisas erradas, mas nenhuma que tenha prejudicado o andamento da democracia. E vamos fazer justiça: no Governo do Lula, mil coisas que se podem discutir, nenhuma pôs em dúvida a solidificação da democracia. E vamos fazer justiça. Podemos ter muitas restrições ao estilo da campanha que foi feita nesta eleição, mas nenhuma colocou em risco a solidificação da democracia.

Isso de termos, nesta sexta-feira, aqui, a última sessão antes da eleição. E vejam também a diferença: nas últimas eleições, quando nós chegávamos aqui, hoje estamos aqui, sexta-feira *de*, a eleição era no domingo, e, no domingo, ficávamos esperando quanto tempo ia durar para fazer a apuração, quantos dias, quantas semanas. Agora, no domingo à noite, já sabemos o resultado, e, na madrugada de segunda-feira, já se sabe o resultado oficial; já foi apurado. Então, nós estamos aqui agora e, quando voltarmos a nos reunir, segunda-feira, já temos o resultado. O assunto já estará resolvido.

Acho que foi muito importante, para o momento que estamos vivendo, a decisão do Supremo Tribunal Federal. Acho que foi o fato mais importante desde o restabelecimento da democracia com a convocação da Constituinte. **Desde lá até agora, a nossa democracia é uma democracia capenga, porque o Brasil era, até quarta-feira, o País da impunidade.**

E, se nós formos olhar na série de equívocos e de erros que existem na política brasileira, nós vamos reparar: ali está a origem, ali!, o cara saber que não acontece nada. É um grande empresário, é um grande banqueiro, é um Governador, é um político, é um Senador, tem dinheiro e pode fazer o que quer. Sempre foi assim, sempre foi assim!

**Na quarta-feira mudou.**

Os meus cumprimentos ao Supremo Tribunal Federal. Os meus cumprimentos aos membros do Supremo Tribunal Federal, com muita competência. Viviam uma crise: um Supremo de 11 só tinha 10. E é absolutamente normal que cada um vote de acordo com o seu sentimento. E terminou em empate: cinco a cinco. Como é que vamos sair?

E as dúvidas foram imensas, as interrogações foram imensas. De um lado, tem a tese do voto de qualidade: o Presidente pode dar o décimo primeiro voto, vota duas vezes. O Presidente, de saída, diz: Não. Essa tese eu não aceito. Eu não quero dar o segundo voto. Aí, vem a outra tese: Vamos esperar a vinda do novo Ministro, o décimo primeiro que o Lula vai indicar. Aí, veio a discussão.

Em primeiro lugar, é **dar uma bomba na mão desse novo Ministro!** Ele vai ser indicado, tem que ser analisado e debatido. Tem que ter uma sabatina. Tem que ser votado secretamente na Comissão e, depois, no Plenário.

É evidente que Como é que o senhor vai votar, quando chegar lá, nessa questão?, seria o assunto do debate. O coitado do candidato o que ia dizer? Não sei a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, mas eu, se fosse candidato indicado pelo Presidente da República a Ministro do Supremo, nesse momento, eu diria: vou me abster de votar. Eu não poderia dizer outra coisa, pois o assunto já foi discutido, já foi debatido, foi analisado durante um tempo enorme pelo Supremo. Eu, como cidadão... Não se sabe quem o Lula vai escolher, mas ele vai escolher alguém, e esse alguém, onde estiver, se for lá no Superior Tribunal de Justiça, se for um grande jurista, onde estiver, é um grande jurista, deve estar debatendo toda hora essa questão, como todos nós estamos debatendo. Há um grupo de juristas, um grupo de políticos que não está debatendo como é que ele vai votar, se vai votar assim ou se vai votar assado? Ele também deve ter o pensamento dele. É natural, ele nunca pensou ser Ministro do Supremo: Eu penso assim, eu penso assado. Como é que ele vai aparecer depois?

Com muita felicidade, essa tese foi afastada. Vejo com muito respeito a atuação, primeiro, do decano. Com a autoridade que ele tem, com sobriedade, ele, que era dos favoráveis a não decidir, apresentou a proposta para decidir. Acho esse gesto emocionante, porque se vê que foi feito com grandeza, foi feito com espírito público, foi feito por alguém que busca uma solução. E me emocionou, também, a unanimidade de respeito a S. Ex<sup>a</sup>: os que estavam de um lado e os que estavam no outro reconheciam a credibilidade e a seriedade do decano.

Meus cumprimentos ao Presidente da Corte. Na hora de dar seu voto, ele deixou claro: ele era a favor... Ele tinha votado cinco a cinco Ele era dos que queriam esperar a vinda do novo Ministro. Mas, quando ele foi votar, cinco a cinco, o decano mudou, e passou a quatro a três. E, quando ele foi dar o voto, disse com todas as letras: Eu sou favorável a esperar, mas vou votar com o decano, porque acho a solução normal. Grande voto! Com muita autoridade.

E o Supremo decidiu. Acho que foi uma decisão sábia. Se o Supremo estava empatado, cinco a cinco... Não há, no mundo, outro país que tenha, como o Brasil, um tribunal especial para discutir questões eleitorais. Nos Estados Unidos não existe isso! Nos Estados Unidos não há uma Justiça eleitoral, mas uma Justiça comum. Qualquer assunto de eleição, de debate, de processo é na Justiça comum. Nós temos uma Justiça especial, especializada... Se essa Justiça

especial, para tratar da justiça eleitoral, decidiu a matéria e, por ampla maioria, decidiu de um jeito...

Se no Supremo Tribunal houve um empate na decisão, há precedente, há um artigo no Regimento que diz isso, vale a decisão do Tribunal inferior, vale a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que é o órgão máximo da justiça eleitoral e que, em tese, deve se aprofundar mais sobre essa matéria do que o Supremo. No Supremo, são onze Ministros para tratar de tudo o que se possa imaginar que aconteça; no TSE, há um grupo para discutir apenas o processo eleitoral. É normal a decisão que foi tomada, mas ela não foi uma decisão comum: ela estabelece um marco histórico na política brasileira.

**A questão da impunidade, nós vamos analisá-la antes e depois da decisão do Supremo. Eu digo aqui o que disse quarta-feira: daqui para frente, quando formos discutir o que vamos fazer para terminar com a impunidade, nós vamos lembrar que, primeiro, houve a iniciativa foi popular. E não vamos dizer que foi fácil a iniciativa popular, não vamos dizer, como alguns dizem, que se conseguem brincando três milhões de assinatura, isso seria uma injustiça.** E não se diga que houve influência política de A ou de B. Agiu a OAB, agiu a CNBB, agiram entidades sociais preocupadas com a questão, não houve nenhum interesse político-partidário.

**Cá entre nós, dizer que a emenda da Ficha Limpa teve um endereço certo, partidário, em favor de A ou em favor de B... O povo brasileiro, esta Casa, o Tribunal Superior Eleitoral não merecem isso. Não, ninguém pensou em ninguém ao votar essa matéria.**

**Para mim, Presidente, o Brasil mudou. Estou há cinquenta anos na política, vou fazer 32 anos nesta Casa, e a única lei que tenho orgulho de termos votado sobre essa matéria, de minha autoria, levou dez anos para ser aprovada. Era aquela que contrariava o que até então vigorava: que para processar Senador tinha de haver licença desta Casa e, para processar Deputado, da Câmara. E a Câmara não dava, ficava na gaveta do Presidente.** Não botava em votação porque não queria votar a favor, mas tinha vergonha da sociedade para votar contra. Então, ficava na gaveta. O Congresso, numa grande atitude, decidiu que não precisa mais. Se o Supremo quer processar Deputado e Senador, que processe, não tem de dar satisfação para ninguém.

Então, faz muito tempo que o fato de não haver decisão não pode ser atribuído a esta Casa. Está na gaveta do Supremo. Primeiro, ficou na gaveta do Procurador, no tempo do Fernando Henrique; depois, ficaram na gaveta do Supremo casos e mais casos de denúncias que não se apuravam. Esse foi um grande gesto desta Casa, diria, talvez, o único. Mas, de lá para cá, nada se fez. Até acho, Sr. Presidente, que foi um milagre, porque ninguém imaginava que esse projeto passaria na Câmara. Tanto é que, na Comissão de Constituição e Justiça, decidiu-se pelo encaminhamento para uma Comissão para se fazer um projeto novo. Quer dizer, não iria acontecer nada.

Os Líderes de todos os partidos se reuniram e, por unanimidade, decidiram que, independentemente da decisão da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto iria ao Plenário. Isso é importante no caso de um projeto dessa natureza! Foi ao Plenário e, por uma ampla maioria, foi aprovado. E chegou a esta Casa.

Um projeto igual, de minha autoria, aprovado por unanimidade pelo Senado, estava lá na gaveta da Câmara há não sei quantos anos e nunca era aprovado. Havia vários projetos.

É bom que o Supremo saiba que nós sabemos que o projeto está cheio de equívocos. Nós temos responsabilidade nisso e, portanto, renovo aqui o que disse na quarta-feira quanto à necessidade de modificarmos, de aperfeiçoarmos o projeto. Nós fizemos o acordo aqui de não aceitar nenhuma emenda, aceitou emenda, volta para a Câmara e morreu. Então, aprovamos o projeto por unanimidade.

Primeiro, o ilustre Ministro dizer que a emenda que nós votamos aqui modificava o projeto e que ele tinha de voltar para a Câmara! O Senador Demóstenes, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Relator da matéria, estudou o assunto e disse que a emenda era de redação e que não mudava nada. E nós, por unanimidade, achamos que era uma emenda de redação, que não mudava nada. Felizmente, o Supremo entendeu que era uma emenda de redação e que não mudava nada, porque o que eles queriam era que fosse uma emenda de redação e que tinha de ter voltado para a Câmara; logo, a lei não valia nada. Isso também foi vencido. E o Supremo teve um ato histórico.

**A partir de quarta-feira, começou a campanha, para valer, para terminar com a impunidade no Brasil. Terminar!** Aquilo que eu disse mil vezes aqui, que, no Brasil, só **vai para a cadeia ladrão de galinha**; que quem pega um bom advogado não é punido, isso terminou. Agora, terminou! O negócio do político importante ou do empresário importante que é processado uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, dez vezes... Há político que está sendo processado desde 1955, 1960; um processo, dois processos, três processos, dez processos; uma condenação, duas condenações, vinte condenações... Mas nunca em caráter definitivo, todas prescreviam. Como não eram em caráter definitivo, prescreviam, morria tudo. Isso é ridículo!

**Como é que você iria exigir do cidadão que não desse um jeitinho, que não arrumasse uma maneira de resolver o seu problema, se os maiores faziam o que faziam? Quarta-feira, isso terminou, no momento em que o Supremo tomou aquela decisão.** É um processo sem volta, Presidente, por isso é que V. Ex<sup>a</sup> vai fazer falta. Nós vamos votar agora, obrigatoriamente... E fico muito feliz, porque os dois candidatos à Presidência da República deixaram muito claro, os dois, que, no primeiro ano de governo, virão para esta Casa a reforma política, a reforma partidária e a reforma tributária. V. Ex<sup>a</sup> e eu sabemos: ou vêm no primeiro ano ou não vêm mais. Fernando Henrique errou ao não fazê-las no primeiro ano, devia ter feito; e o Lula errou ao não fazê-las no primeiro ano, devia ter feito. Se não faz no primeiro ano, não faz mais.

Espero que hoje, no debate de hoje, e peço a Deus que no debate de hoje... E a imprensa está dizendo isto... Nós já sabemos o que os caras têm de mau. Roubam de um lado e do outro, errado, falcaturas... Chega! A gente já sabe isso tudo. Que digam o que vão fazer de positivo, que falem sobre as coisas positivas. Que as Organizações Globo, que vão orientar as perguntas, levem para esse sentido.

Acho que o melhor debate que nós já tivemos na história foi o da Record. Ali, copiaram o modelo americano: um fala e o outro responde; um fala e o outro responde. Foi assim. Nos Estados Unidos, é assim. A eleição americana é decidida nos quatro debates, onde os dois candidatos a Presidente debatem nas quatro redes de televisão nacionais. Um aqui e outro ali. Um fala e o outro responde. Um pergunta e o outro responde. Decide a eleição. Na Record foi assim. Mas foi uma pena: levado pelo ambiente e pela confusão, o fim foi uma carnificina.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB - AC) Senador Simon, permita-me só um minuto, aproveitando a presença dos jovens aqui. É uma feliz coincidência. Eu cheguei a Brasília no final de 1961 e, a partir de 1962, estudei no Caseb. Entre 1962 e 1964. E, aqui, nós estamos com a galeria lotada de alunos do 9º ano do Centro Educacional Caseb. Eu queria felicitá-los e agradecer a presença, em nome da Mesa. (*Palmas.*)

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Quantos de vocês têm mais de 16 anos e já vão votar? (*Pausa.*)

Nenhum? Puxa, vocês são grandes, hein? Essa mocidade de hoje cresce. Acho que é bom vocês não votarem nesta eleição, deixem para a próxima, porque esta está muito confusa. Muito obrigado pela presença de vocês. Eu até me atrevo a dizer para a Dilma e para o Serra que o bom seria que nem esperassem assumir no dia 1º de janeiro e que já remetessem, não tenho nenhuma dúvida de que o Lula aceitaria e remeteria, no fim de novembro ou no início de dezembro, a sua proposta, tanto de política quanto de reforma tributária.

E vejam, Srs. Membros do Supremo, se os senhores tivessem rejeitado o Projeto da Ficha Limpa, a tal da reforma sobre voto distrital, verba pública de campanha não ia dar em nada. Agora, não! Só o fato de o pessoal dizer que, o fulano de tal não assumiu; o deputado de tal, que há quarenta anos ia para lá e para cá, dessa vez não assumiu, muda e muda para valer.

Eu me sinto emocionado com a decisão do Supremo. E olho para o debate de hoje. O interessante é que toda a matéria da imprensa, eu li e reli, mostra a preocupação que os candidatos têm em debater matéria, e não roubalheira.

Para mim, o tema do aborto não tem que ser discutido. O Papa já falou, as outras igrejas já falaram, o Serra e a Dilma já falaram. Disseram: O Papa é autoridade religiosa, tem o direito de falar, eu acho que falou bem. Esse assunto, é claro, não tem nada que entrar. Não vamos voltar a discutir agora a questão do aborto. A mim não parece ser o momento. E, cá entre nós, agora então surgiu a última, do metrô de São Paulo e não sei o quê, não sei mais o quê. Em termos de bandalheira, todo mundo já sabe tudo. Vamos falar as ideias. Vamos falar do futuro.

Seria muito importante, nesse último debate, que a Dilma e o Serra falassem para valer. Porque o negócio está muito... Lá pelas tantas, tanto um candidato quanto o outro está numa loteria. Para o PT, o salário mínimo vai ser R\$ 546,00; para o Serra, vai ser R\$600,00. Um diz que vai fazer 700 escolas técnicas; o outro diz que vai fazer 930. Não é por aí. Façam uma exposição profunda: como candidato à Presidência da República, eu pretendo isto, eu pretendo isto, eu pretendo isto, mais isto, mais isto, mais isto. Um aspecto positivo: um assunto que está resolvido é esse problema da imprensa. A candidata Dilma deixou claro: ela é contra qualquer tipo que influencie mexer com a imprensa.

Cá entre nós, houve um Estado, se não me engano, o Ceará, em que a Assembleia Legislativa, uma maluquice!, votou uma lei autorizativa, autorizando o Governo a criar um órgão para fiscalizar, para controlar, para orientar, sei lá o quê, a imprensa. Cá entre nós, é um projeto, perdoe-me a Assembleia do Ceará, ridículo. Na véspera, na semana da eleição, grosseiro... Em primeiro lugar, não cria nada; em segundo lugar, autorizativo; quer dizer, o Presidente da República tem autoridade para mandar um projeto sem o autorizativo ou com o autorizativo. É um projeto ridículo, só para criar confusão.

Tanto o Serra quanto a Dilma deixaram claro o problema da imprensa. Eu sou uma pessoa que debato. Eu, por exemplo, com relação às pesquisas, eu tenho muitas restrições. Eu sou um dos autores do projeto que determinou que pesquisa não pode ser feita nos quinze dias anteriores à eleição. O Supremo derrubou a nossa lei dizendo que são um preceito dentro das causas pétreas a liberdade e a independência, e que a nossa lei era inconstitucional.

Eu, sinceramente, acho um exagero. Mas, de qualquer maneira, acho que a questão da imprensa e a liberdade estão garantidas.

É claro que a imprensa sempre tem dois lados. Isso é verdade. A gente sempre acha muito ruim quando ela fala mal da gente. E a gente sempre acha boa quando ela fala bem da gente, até mesmo quando a gente acha que não merece tanta coisa. Isso é uma realidade. Mas os dois candidatos assumiram o compromisso, por isso é que creio nesta última tese de que está resolvido, de que não admitem, sob hipótese nenhuma, o controle da liberdade de imprensa. Isso também é bom.

Foi triste a experiência da Internet entre nós. O Obama foi uma experiência emocionante. O Obama recusou dinheiro do governo para fazer campanha, que não pode fazer a mesma coisa. Não aceitou dinheiro do governo para poder buscar dinheiro, via população, na Internet. E as contribuições foram US\$10, US\$5.

A primeira coisa que isso resultou foi a impressionante presença da mocidade. Os jovens que, nas últimas eleições, estavam afastados, não compareciam às eleições, fizeram campanhas e mais campanhas para comparecer.

E a Internet exerceu um papel impressionante, inclusive e, principalmente, na vitória do Obama, em cima da Sr<sup>a</sup> Hillary Clinton. Quando o Obama saiu candidato, ele era candidato para fazer nome, para badalar, porque a Clinton estava eleita, estava nomeada. Mas ele mudou; mudou com a Internet e mudou com a mocidade. No Brasil, a querida Marina quis usar a Internet, em termos de verba, e ganhou meia dúzia de reais. Agora, o que a Internet foi usada para esculhambar os outros, para mexer com a honra e com a dignidade; o que a Internet foi usada, e o que recebi das coisas mais absurdas que se possa imaginar, de um lado e do outro, foi ridículo! Mexeram com a honra, mexeram com a família, mexeram com as coisas mais absurdas que se possa imaginar. Foi uma pena, porque a democratização, com a participação da sociedade, que se imaginou que seria um avanço, foi um profundo retrocesso. Eu já disse meu pensamento: segunda-feira, já começo aqui como um Parlamentar independente, doido para votar a favor do meu País; e em relação a tudo aquilo que vier nesse sentido, serei favorável.

Queira Deus que o povo medite e que possamos escolher. Digo com todas as letras: se me perguntassem sobre alguém para botar no lugar do Serra para representar esta oposição, eu tinha a Marina, mas a Marina é que nem eu: é sonhadora, é romântica, é Dom Quixote. Para valer, não vejo ninguém melhor do que o Serra. E, dentro do PT e do governo, não vejo ninguém melhor do que a Dilma. Nisso, tivemos uma proteção superior. Cabe a eles, nesse final de debate, falar claro, alimentar as esperanças do nosso povo.

A imprensa está publicando hoje, Sr. Presidente, o que os dois candidatos estão dizendo: se ganharem, segunda-feira, estarão lançando uma conclamação ao entendimento nacional. Acho isso muito importante de se antever. Tanto o Lula quanto a Dilma estão dizendo que vão fazer



uma chamada ao entendimento. É muito bom quem ganhar fazer isso; e, se como eles dizem, o primeiro projeto é o de reforma política, é o de a reforma tributária, devem chamar o outro para, juntos não impor alguém porque tem maioria, já iniciarmos essas grandes reformas.

Queira Deus, Sr. Presidente, que consigamos sair. Nunca tivemos uma eleição como essa, com as manchetes do mundo inteiro respeitando o Brasil, respeitando nossa presença, nossa credibilidade. Ainda ontem, a notícia de que, se vibrávamos com o poço Tupi, com a monstruosidade da capacidade possível de extração de petróleo, a Petrobras anunciou um que tem o dobro da Tupi. Que bom se iniciarmos um governo sob um novo prisma! No que diz respeito ao social do Governo Lula, fecho com ele: aos mais pobres, aos mais humildes. Acho isso absolutamente correto, acho que deve ser por aí. Mas que os dois, o Serra ou a Dilma, estabeleçam o seguinte, digo isso do fundo do coração, mas tem que ser no primeiro dia: A linha do meu governo é essa aqui. Em primeiro lugar, nomeiem quem quiserem! Mas, cá entre nós, nomeie alguém que você aceitaria para ser padrinho do seu filho, de quem você compraria um carro usado ou com quem você deixaria seu filho se tivesse de viajar por seis meses ao exterior. Os partidos podem indicar, podem discutir e podem debater, mas não podem impor, principalmente quando é um nome que já tem uma biografia, um passado, uma folha corrida que o complica. Começa por aí, com a seleção dos nomes, e continua desde o primeiro dia do governo.

Contei aqui o exemplo singelo, Sr. Presidente, do Prefeito de Caxias, o Sartori. Foram oito anos de um grande governo do Pepe, do PT. Sai ele, e entra o Sartori, do PMDB. No primeiro dia de governo, na Câmara de Vereadores, vai para a tribuna o Líder do PT, que diz: Este governo é um escândalo, é uma barbaridade! Recentemente, assumiu e designou o subprefeito do Distrito de Forqueta, e, hoje, ele pegou todas as máquinas do Distrito, que estão nas terras dele. Estão nas terras de propriedade dele todas as máquinas da Prefeitura de Forqueta.

A Líder do Governo, uma grande Vereadora, muito dura, telefonou para o Sartori e disse: Sartori, não dá para defender seu governo. Olha o que eles estão dizendo. Sartori disse para ela: Aguarde-me na linha por cinco minutos. Ele deu um telefonema. No interior, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, em cada Município, o prefeito sabe, naquele distrito, quem é o homem do partido, quem é o chefe, quem é que manda. E ele tinha feito isto: tinha indicado para subprefeito alguém que o chefe partidário tinha indicado. Ele telefonou para o cara: Que é isso que me estão contando?. E o cacique de lá disse o seguinte: Não me fale, Prefeito! Estou morrendo de vergonha. Esse filho de não sei o quê colocou todas as máquinas nas terras dele. É uma vergonha! Estou morrendo de vergonha. Nem posso sair para a rua. O Prefeito disse: Obrigado. Na outra linha do telefone, ele disse para a Líder na Câmara de Vereadores: Peça um aparte para o Líder do PT, agradeça-lhe a informação e diga que ele deve ficar tranquilo, pois o subprefeito não é mais subprefeito. Terminei de demiti-lo.

Isso marcou o Governo Sartori. Depois dessa, mais ninguém caminhou nesse sentido. É o que Fernando Henrique não fez, é o que Lula não fez. No início, se Fernando Henrique tivesse feito isso... No início, dissemos para Lula: O Valdomiro apareceu na televisão pegando dinheiro e discutindo o quociente da verba do percentual que eles iam receber na roubalheira! Demita-o!ç. Ele não o demitiu; não o demitindo, ele deu a linha do Governo dele. Quando quisemos criar a CPI aqui, ele não deixou que a CPI fosse criada. Ele e o Sarney não deixaram que a criássemos. Tivemos de entrar com uma ação no Supremo. E o Supremo mandou criar a CPI, mas um ano depois. Mas, um ano depois, não era mais o Valdomiro, era o mensalão, era um bolo de coisas que tinham acontecido.

Ao Serra e à Dilma, dou um conselho cristão, de irmão em Cristo: façam isso! Em primeiro lugar, estou vendo, no jornal, imporem nome aqui, lá, acolá. Já está o meu PMDB indicando nomes que eu não indicaria! Perdão! Não é que eu não indicaria, mas eu não aceitaria: O PMDB vai indicar. Indique! Mas quero saber quem é. O fulano de tal vai indicar? Indique! Quero saber quem é. Em primeiro lugar, há a seleção: quem vai. Em segundo lugar, há a decisão.

O Itamar fez isso. Na hora em que a CPI dos anões do Orçamento invocou o nome do Chefe da Casa Civil, não se discutiu se era ou não era ele, não sei o quê, não sei o quê. Ele se afastou. Veio depor não como Chefe da Casa Civil, mas como ex-Chefe da Casa Civil. E ficou fora. Quando ele veio aqui para dar o depoimento dele, ele terminou aplaudido e foi absolvido por unanimidade. Ou melhor, não foi absolvido, não, mas nada foi encontrado contra ele. Voltou para a Casa Civil. Mas esse foi um gesto.

Quando o Itamar escolheu a Ministra dos Transportes, eu mexi com ele e disse: Essa Ministra é muito bonita. De onde você a tirou? E ele me perguntou: Mas tu tens alguma coisa contra mulher bonita? Eu disse: Não, não tenho, mas.... De repente, aparece a notícia de que o marido dela era o advogado da empresa que cobrava o pedágio na Ponte Rio, Niterói. Demitiu-a na mesma hora. Demitiu-a por telefone, na mesma hora! Poderiam discutir: Mas ela nada tem a ver com isso. A mulher é a mulher, o marido é o marido. Mas a demitiu na mesma hora. Deu uma linha de governo.

Digam-me, aqui: qual o ato de corrupção, no Governo do Itamar, que teve a conivência dele? Digo que, no Governo do Lula, ele negou a do Waldomiro e não o demitiu; não o demitindo, ele abriu a porta. Houve vários casos iguais no de Fernando Henrique, a começar pela privatização da Vale.

Eu faria esse apelo. A partir de segunda-feira, os nomes já serão chamados. Há outra questão: o Serra está insistindo e está certo quando diz que, se ganhar a eleição, ele é até meio debochado, meio exagerado, vai voltar a estatizar as estatais. Diz ele que, hoje, as estatais estão entregues à pirataria dos partidos políticos. É verdade. Ele diz que a Petrobras, a Eletrobrás e o Banco do Brasil terão técnicos, não distribuição de cargos entre os partidos. Não vai haver a diretoria de construção de petroleiro do cidadão do Ceará que era Senador do PMDB, do PSDB, e que, depois, passou a ser candidato do PMDB, sobre o qual há uma imensidão de restrições. Está lá ele de chefão, indicado pelo Senador do PMDB que, agora, não sei se é o de Alagoas ou o do Pará. Não pode!

Tem razão o Serra, mas quero fazer justiça. Eu me lembro de que a Dilma, quando era Ministra de Minas e Energia, travou uma batalha com o Sarney, com o PMDB e com o PT, porque queriam politizar os cargos, o que ela não queria. Na hora, diziam: “A Dilma queria botar os cupinchas dela lá”. Fui me aprofundar nisso e vi que o que a Dilma queria era que esses cargos fossem ocupados por técnicos, que é o que quer o Serra. Repare como é interessante: os dois estão pensando de forma igual. O Serra diz que, se for Presidente, esses cargos do Banco do Brasil, da Petrobras, da Eletrobrás e do BNDES não serão entregues a político. O Paulinho da Força Sindical, hoje, está num cargo desse. Os caras estão saindo da máquina para ocupar um cargo desse, que deve ser um cargo técnico! Digo isso, sem falar nos membros do conselho, por exemplo, da Petrobras. Alguns do Governo, são três conselhos, com reunião uma vez por mês, estão ganhando US\$30 mil ou US\$40 mil.

O Serra disse que vai terminar isso. A Dilma sempre foi contra isso e foi derrotada pelo PT e pelo PMDB. Quando ela estava no Ministério, nenhum cargo desse foi ocupado por político partidário. Quando ela saiu de lá e foi para a Casa Civil, ela perdeu a autoridade. Já na indicação do Ministro, o primeiro ficou algum tempo e saiu por denúncia de corrupção. E o segundo? Está lá. Um cargo foi indicado, na Petrobras, pelo Sr. Collor. Levei um susto quando vi: foi indicado pelo Sr. Collor por meio do Líder de seu Partido nesta Casa. E apareceu o Senador reeleito, que foi Ministro das Minas e Energia, dizendo: “E daí? O Collor indicou, o Collor não indicou, o cara é um técnico, não sei o quê...”. Não, não pode acontecer isso, Sr. Presidente.

Esse é um grande assunto, e eu faria um apelo: no debate de hoje, a Dilma e o Serra poderiam repetir o que estão botando no jornal, mas que o assumissem hoje, no último momento. Que o Serra diga: “Eu acho...”. Aliás, ele vem dizendo isso. Vamos fazer justiça, ele vem dizendo e repetindo que cargos não vão ser de domínio de partidos. Petrobras, Eletrobrás, Banco do Brasil, BNDES não são de partidos, não são de cupinchas! Não são cargos como aquele de que falou o Presidente do PTB. Ele disse que ganhou o cargo para indicar nome, para arrumar dinheiro para o Partido. Ele disse isso na CPI do mensalão, com todas as letras! E que a Dilma, com autoridade, diga hoje: “Sempre fui contra isso. Quando eu decidia, no Ministério de Minas e Energia, isso não acontecia!”. E que assuma o compromisso agora, porque ela vai sofrer pressões enormes. Que assuma o compromisso agora e diga: “No meu Governo, isso não vai acontecer”.

Eu ainda não sei como votarei, nem quero dizer isso, nem vou abrir meu voto, mas essa é uma questão muito importante, a que devo assistir hoje. É muito importante! Que esse debate seja assim: como é que vão decidir essas questões, esse escândalo?

O meu querido Lula fez um bom Governo. Se eu tivesse de votar sobre o Lula, eu o aprovaria, mas com muita restrição. Eu o faria com muita restrição, Sr. Lula, a começar pela soberba, a continuar pela sua despreocupação com a ética. Não digo que o Lula não seja uma pessoa séria, não digo que o Lula não seja uma pessoa digna, não digo que o Lula não seja uma pessoa correta, não digo que o Lula tenha qualquer compromisso com corrupção ou coisa parecida, não. Mas ele se despreocupou com isso. E ele foi colocando para fora todas as pessoas que insistiam com ele nisso. O exemplo mais triste e mais cruel foi o Frei Betto. Frei Betto é um homem puro, um homem de ideias concretas, objetivas. Era seu conselheiro, seu conselheiro de todas as horas. Um dia, na nossa reunião do grupo católico, Frei Betto fez uma exposição e nos comunicou que estava saindo da assessoria do Presidente Lula: “Continuo amigo do Lula, mas estou saindo, porque não tenho condições...”. Ele estava fazendo a pregação. E aí não sei o que me deu, mas eu lhe disse: “Olha, Frei, acho que o senhor errou. As pessoas queriam o senhor, que as influencia, que as orienta no bem. E o senhor sai. Os outros estão lá agarrados”. Ele me respondeu: “É, mas a gente sabe até onde pode ir. Fui até onde eu podia ir e quero continuar amigo do Lula, inclusive em condições de falar com ele. Mas, onde eu estava, eu estava no limite: ou sai ou rompe”. E ele saiu. E, se repararmos em alguns nomes do velho PT, daquele PT do início... Eu me arrependia: mas por que não fui do PT? Não fui do PT porque minha tese era a defesa do bipartidarismo até a Constituinte. E, hoje, estou convencido de que eu não estava errado. Na minha luta, na minha briga com o Brizola de eu não ir para o PT, eu dizia o seguinte: devem ficar a Arena e o MDB. Convocamos a Assembleia Nacional Constituinte. Convocada a Assembleia Nacional Constituinte, instala-se a Assembleia Nacional Constituinte, e dissolvem-se os partidos. E ali, no seio da Assembleia Nacional Constituinte, organizam-se os blocos, e aí vão

debater. Então, o que acontecia? Não vamos fazer como a Constituinte de 1946, que foi espetacular. Mas este era o erro da Constituinte de 1946: metade era a favor de Getúlio; metade era contra Getúlio. Nos 45 anos de Getúlio Vargas, Getúlio Vargas estava ali: quem era dele era dele, e quem era contra ele era contra ele. A UDN o odiava, e o PTB e o PSD o amavam. Isso atrapalhou a Constituinte. E eu dizia: não podemos fazer a Constituinte agora, em 1988, com quem é da revolução, quem é contra a revolução; com quem é Arena, quem não é Arena; com quem é militar, quem não é militar. Não! Vamos extinguir os partidos, zero a zero. Não se fala mais nisso, e cada um vai para onde acha que deve ir. Fracassei. O Governo, na ditadura, diabolicamente, o MDB estava crescendo demais, e a Arena estava desaparecendo, extinguiu os partidos e abriu o pluripartidarismo. Entrou o PDT do Brizola, entrou o PT, e deu essa confusão toda, e estamos agora nesta confusão toda. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> concorda comigo, Sr. Presidente, mas isso não teria acontecido se tivéssemos feito a Constituinte, com a Arena e com o MDB. Com a posse da Constituinte, estavam extintos os partidos; organizavam-se blocos parlamentares. Organizados os blocos parlamentares, publicava-se a Constituição. Publicada a Constituição, dava-se um tempo de seis meses para as pessoas escolherem o partido. Ali, sim, iam dar seis meses para, em cima do debate, escolherem o partido, o que, na minha opinião, já tinha de começar com a cláusula da limitação.

Partido pode existir, como nos Estados Unidos. Há muita gente que pensa que, nos Estados Unidos, há somente os democratas e os republicanos. A coisa mais fácil do mundo é criar partido nos Estados Unidos. Reunimos dez, quinze, vinte pessoas, vamos ao cartório comum, registramos, e está feito o partido. Entre fazer o partido e ter espaço de televisão, entre fazer o partido e ganhar uma eleição, lá o voto é distrital, muda tudo. Por isso, estão lá somente republicanos e democratas. O mesmo vale para a Inglaterra, o mesmo vale para a Argentina. Isto pode ser analisado na reforma política, isto pode ser analisado na reforma política: barreira de partido, cláusula de barreira. Pode-se viver à vontade. Ninguém quer extinguir partido nenhum. Criem-nos à vontade! Mas ganhar fundo partidário, ter espaço de televisão para negociar? No Rio Grande do Sul, foi assim: os caras estavam do nosso lado, o outro lado pagou mais, o partido não tinha dois mil réis, o que havia era um minuto de televisão, e eles negociaram esse minuto de televisão por uma fortuna.

Esse é um dos assuntos, meu amigo Serra e minha amiga Dilma, que podia ser debatido hoje. No dia de hoje, eu me dirijo aos meus amigos da Globo que vão fazer as perguntas. Esse programa, lamentavelmente, não é igual ao da Record, pois é de pergunta dirigida. Dizem: “Vamos à pergunta do telespectador”. Não me venha com essa história! Quem vai fazer as perguntas é a direção da Globo. O telespectador faz quinhentas perguntas, um milhão ou dois milhões de perguntas, mas qual é a que vai sair? Pergunte isto: “O que o senhor acha da reforma política?”. Pergunte: “O que o senhor acha do compromisso com a ética? Tem de cumpri-lo desde o início?”. Pergunte: “Como serão as pessoas que os senhores vão indicar para o Ministério? Os senhores vão olhar a ficha corrida, ou vai haver imposição?”. Pergunte: “Nos cargos técnicos da Petrobras, etc e tal, a senhora, Dona Dilma, vai deixar acontecer o absurdo que é verificado hoje, ou vai ser como quando a senhora era Ministra, que não deixava isso ocorrer?” “E você, Serra, confirma isso?”.

Hoje é a grande data. É a grande data e é o grande momento!

Eu lhe agradeço, Sr. Presidente. Foi muita felicidade para mim e eu não o merecia e que V. Ex<sup>a</sup> estivesse presidindo esta sessão. Não nego que V. Ex<sup>a</sup> me inspirou a ir além do que eu imaginava. V. Ex<sup>a</sup> é um caráter que está acima dessa vida difícil que fizemos na vida

partidária e política, assim como o Tuma. Eu dizia isso, e algumas pessoas não entenderam e até pediram que eu explicasse. O que digo é que a gente sempre imagina que hoje a pessoa é o meio em que vive. Não há como, por mais profundas que sejam suas características, a pessoa estar num determinado meio e ser contra, pois ela é absorvida pelo meio. O Tuma foi, por cinquenta anos, delegado de Polícia e não pegou as características de delegado de Polícia: não era durão, não era radical, não usava a linguagem do delegado de Polícia. O normal é ele mandar: “Vem cá, vai lá, não sei o quê!”. Ele é autoritário, ele é a autoridade máxima. O Tuma, não. O Tuma era a meiguice, o Tuma era a bondade.

Volto a dizer aqui que não me esqueço de que, no ABC, quando a praça estava lotada de jovens e de mulheres, menos do que trabalhadores, o Coronel, para cumprir ordens do Comandante do 2º Exército, estava ali e dizia: “Vocês têm duas horas para sair daqui! Senão, é metralhadora! Vão sair na raça!”. Eu estava lá. O Teotônio insistia com o Coronel. A nossa tese era essa. O Coronel exigia que todo mundo saísse, e ele ficava cercado. A conclusão a que chegamos com os trabalhadores e com o Teotônio era a de que, se os militares saíssem, em duas horas, todo mundo iria para casa. Nessa confusão, um telefonema do Tuma ajudou. Tuma falou com o Coronel, que disse: “Mas tenho ordem do Comandante do 2º Exército”. Aí disse Tuma: “O senhor pode ter ordem do Comandante do 2º Exército, mas só quero dizer para o senhor que vai ser uma carnificina. Vai ser publicada a manchete no mundo inteiro, e ninguém vai dar o nome do Comandante do 2º Exército. Vão dar o seu nome, porque o senhor é que está aqui”. E o Tuma respondeu: “Eu assumo. Se Teotônio, Simon, as pessoas estão dizendo que há esse entendimento, assumo a responsabilidade. Eu não estou dizendo para você sair. Retire-se três, quatro quadras para fora”. E deu duas horas para ele sair. Tuma era o todo-poderoso. O Lula estava na cadeia, e ele era o todo-poderoso. Aquela altura, ele podia fazer o que bem entendesse. Os senhores tinham de ver a humildade com que ele falou com o Teotônio e agradeceu-lhe: “Muito obrigado por você me avisar, Teotônio”. Tinham de ver a grandeza com que ele falou com o Coronel. E a decisão foi tomada. Lá adiante, morre a mãe de Lula. Em primeiro lugar, ela estava no hospital e depois morreu. Ele é que teve de determinar, e determinou, que Lula fosse visitar a mãe acompanhado de dois militares, que foram fantasiados de trabalhadores, para não parecerem militares, porque a mãe não sabia que Lula estava preso. E a mesma coisa foi feita na hora do enterro.

Então, o que quero dizer é que Tuma não se contaminou com isso. Não estou falando da maldade, da crueldade, da tortura. Estou falando sobre o aspecto da maneira de ser. V. Ex<sup>a</sup> é isso. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que esteve aqui, atuou aqui e saiu daqui com a mesma dignidade. Tenho muita honra de ser seu amigo. Muitos dos seus conselhos recebi com humildade. E dou-lhe um: não vá para a Bahia, fique aqui. É como V. Ex<sup>a</sup> disse: “Não vou sair da política, vou sair da vida eleitoral”. Fique aqui. Acho que haverá um tempo muito importante a partir do ano que vem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

AA4

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Parlamentares, estamos chegando ao dia e à hora em que o Supremo vai decidir. Eu confio demais no Supremo. Creio que o Supremo tomará uma grande decisão, e o Brasil, a partir de hoje, não será o mesmo. A gente sempre ficava dizendo “o País

do futuro”, “vai mudar” e não sei o quê: hoje começa a mudar. Deus há de olhar para os membros do Supremo, e os membros do Supremo haverão de atender àquilo que hoje é um reclamo da Nação. Claro que o Ministro do Supremo jamais pode imaginar que vai votar, pressionado por “a”, “b” ou “c”, claro que não. Na sua majestade, incorruptível e altamente competente, vota com a sua consciência. Mas hoje é uma consciência nacional, a de que hoje se inicia o fim da impunidade neste País.

Amanhã o Brasil não vai ser o mesmo, porque as mudanças se aprofundarão, as reformas, tão necessárias, acontecerão, e nós haveremos de agradecer a Deus; **ao povo, que teve a iniciativa de uma emenda popular; ao Congresso, que fez o milagre de votar;** e ao Supremo, que deu a palavra final. Ainda que termine em empate, 5 a 5, a mim parece que a decisão não é nova, tem antecedente: a de que, dando empate, vale a decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Eu confio. A missa a que irei hoje será em memória do Tuma e será para Deus inspirar os nossos Ministros do Supremo. Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, venho a esta tribuna profundamente constrangido; venho fazer um depoimento que tenho a obrigação de fazer. Nos meus 80 anos, comecei votando no Dr. Getúlio Vargas em 1950. Votei tranquilo, eu não tinha nenhuma dúvida. Em 1955, votei em Juscelino. Votei tranquilo, não tinha nenhuma dúvida. Em 1961, votei constrangido. Votei no Lott, que era o candidato do meu partido, mas a figura do Jânio me empolgava. Eu achava o Jânio uma pessoa que parecia um vulcão de credibilidade, de revolução, e o Lott me parecia uma pessoa... Então, com aquele ato, que me pareceu ridículo, de lhe dar uma espada de ouro... Mas votei no Lott, constrangido. E, sete meses depois, agradei a Deus. Votei muito bem, porque o Jânio se transformou num fiasco. Na legalidade com o Brizola, lutamos pela posse de João Goulart. Em 1964, protestamos contra a derrubada de Jango. Passamos vinte e tantos anos na luta pela resistência, pelo retorno à democracia. Para alguns, parecia impossível, mas o velho MDB e o povo conseguiram.

Democracia é eleição, colégio eleitoral. Fomos lá para destruí-lo. Ganhou Tancredo. Mas Tancredo fez uma maldade conosco: morreu antes de assumir.

Sarney foi um bom Presidente, tenho o maior respeito por ele, mas não era o Tancredo. Aquela era a hora de o Tancredo ser o Presidente. Veio a democracia, votei no Dr. Ulysses no primeiro turno, sabendo que aquela ali foi uma atitude ridícula do MDB; era uma eleição nossa, mas não era a vez do Dr. Ulysses. Ficou lá com 2%. No segundo turno, eu, Governador do Rio Grande do Sul, e todo o meu Governo subimos no palanque de Lula contra o Sr. Collor. Nunca me arrependi.

Particpei, quase comandeí, diria, a CPI, nesta Casa, que trouxe o *impeachment* de Collor. Assumi o Itamar. Não aceitei ser seu Ministro, porque nós, do Rio Grande do Sul, temos uma marca: a de que os caras que eram de Jango ajudaram a derrubar e foram para o Governo e que os caras que eram de Getúlio Vargas o levaram ao suicídio e foram para o Governo. Eu, não: se fui um dos que levei à renúncia do Collor, não vou participar do Governo. Mas fui ser Líder nesta Casa. E tenho orgulho de dizer: foi um grande Governo. Como Líder do Governo, com ele, Itamar, participamos da escolha do nosso candidato. Itamar e eu não queríamos que Fernando Henrique se aliasse ao PFL, não queríamos uma aliança pela direita. O nosso candidato, inclusive, era o então Governador de Minas Gerais; pertencia aos quadros do PTB, e achávamos que seria uma grande aliança. Mas Fernando Henrique já tinha feito e não admitiu. Eu teria insistido, mas Itamar não insistiu. Diga-se de passagem, o Governador de Minas ficou irritado e não aceitava mais. Quando ele chegou, convocado por nós, ao gabinete da Presidência de Itamar, Fernando Henrique disse que já tinha escolhido o

candidato, o então Senador de Alagoas. Fernando Henrique, Presidente, e eu, que era Líder de Itamar, continuei no seu Governo.

Houve um determinado momento surpreendente: uma iniciativa positiva do Itamar foi a criação da Comissão de Ética, para a qual escolheu as mais notáveis pessoas em dignidade, em caráter e em independência. Ele queria uma comissão para debater e analisar, com poderes absolutos para resolver as questões de ética, de moral e de corrupção. Surpreendentemente, quando vi, um ato de Fernando Henrique dissolveu a Comissão.

Eu fui ao Fernando Henrique. Ele se mostrou tão surpreso como eu e disse: Trouxeram-me aqui, naquela montanha de assinatura que a gente faz, e eu assinei e não sei o que era. Mas pode deixar que eu volto atrás. Não voltou. Entrei com o projeto aqui, e não foi aprovado. Na CPI dos Anões do Orçamento, nós tínhamos tomado a decisão de que o primeiro ato do novo Governo seria a CPI das empreiteiras e da corrupção. Entrei com o projeto, querendo a CPI, e o Fernando Henrique não deixou. Não saiu a CPI.

Saí da Liderança do Governo. O meu Vice assumiu, e eu me afastei. Muita gente diz que eu cometi um erro, que eu devia ter ficado no Governo e brigado, no Governo, pelas causas que eu defendia e que a minha saída foi fácil porque abriu as portas ainda mais para o outro lado do Governo de Fernando Henrique. Não sei!

Veio a emenda da reeleição. No Governo Itamar, foram completados os cinco anos da Constituinte, que previa uma reforma da Constituição com maioria simples. Reunimos o Governo. O Itamar disse: Não. Quando eu fui Constituinte, votei contra a reeleição, continuo contra e vim aqui, em nome do Governo, dizer que nós somos contra. Por nove votos, não passou. De repente, aparece uma emenda pela reeleição. Cá entre nós, o Governo Fernando Henrique tem muita culpa na história de como aquela emenda foi votada. Até hoje se fala em dinheiro que andou e no preço que alguns pagaram para votar aquela emenda. Na reeleição de Fernando Henrique, votei no Lula. Não tive dúvida alguma, votei no Lula. Fiz a campanha do Lula. Jantando na minha casa, Lula e, me perdoem, José Dirceu me convidaram para integrar o Governo, e eu disse que não. E disse que eu poderia ajudar muito mais aqui no Senado. E ele concordou. Iniciou o Governo e eu praticamente estava na coordenação do Governo Lula.

Acontece o incidente do Waldomiro. O assessor do Chefe da Casa Civil aparece na televisão pegando dinheiro, botando no bolso e discutindo com um cidadão o percentual das comissões. Um escândalo ali, aberto! As imagens contavam tudo. Saí daqui e cinco minutos depois estava no Palácio: Tem que demitir já, antes do Jornal Nacional, para dar a linha do seu Governo. Não demitiu. Não demitiu. Até hoje não sei porquê. Mas não demitiu. Entrei com o pedido de instalação de uma CPI. E o Lula, usando o Sarney, Presidente do Senado, os dois impediram que a CPI se criasse.

Não deixaram criar a CPI, tanto que o Senador Jefferson Péres e eu entramos no Supremo, e lá no Supremo ganhamos. Foi criada a CPI; mas um ano depois. E, um ano depois, já não era o caso do Waldomiro, era o caso do mensalão e uma série enorme de fatos que aconteceram. Saí do Governo. Alguns dizem que eu devia ter ficado e brigado lá dentro do Governo. Saí. E a posição que eu adotei no Governo Fernando Henrique e no Governo Lula foi de independência.

Na hora mais difícil do imposto sobre cheque para a saúde, eu é que vim a esta tribuna defender a tese de que devíamos votar a favor, mediante uma carta que o Lula nos mandasse.

E ele mandou, dizendo que ele assumia o compromisso de que dessa vez a verba seria destinada toda à saúde. E em outras várias situações eu votei a favor do Governo, mas assumi a posição de independência, como assumi no Governo Fernando Henrique. Aproximam-se as eleições atuais. Eu defendia a candidatura própria do PMDB. Mas, infelizmente, o PMDB, o seu comando não tem a personalidade firme de que o Partido precisava. E na verdade se inclinou para um lado e para o outro.

Estiveram oito anos com o Fernando Henrique, participando do Governo, e os mesmos que estavam no Governo de Fernando Henrique, participando do Governo, estão no Governo Lula, participando do Governo. E veio a eleição.

Eu disse e repeti várias vezes que tínhamos muita sorte pelos candidatos. Eu disse e repeti várias vezes que eu não via ninguém, na Oposição, melhor do que o Serra. Na minha opinião, o Serra é muito mais competente do que Fernando Henrique. Eu disse que não via no Governo ninguém melhor do que a Ministra Dilma, que eu conhecia lá do Rio Grande do Sul: eu, Governador, o Collares, Prefeito de Porto Alegre e ela, Secretária da Fazenda do Collares; depois, foi Secretária de Minas e Energia do Collares, Secretária de Minas e Energia do Olívio Dutra e Ministra de Minas e Energia do Lula. Eu disse que na área dos puros, dos éticos, dos sonhadores, dos Dom Quixotes, ninguém melhor do que Marina. A Marina representa, realmente, toda a expectativa daquilo a que um dia vamos chegar lá. E até daqueles que pararam no tempo, mas que são dignos da nossa respeitabilidade, ninguém melhor do que o Plínio de Arruda Sampaio, parou no tempo, não evoluiu, mas ninguém pode ter dúvida sobre a seriedade da sua pessoa.

E a campanha se desenvolveu. Mas, cá entre nós, cá entre nós, que triste campanha! Como todas as forças políticas colaboraram no sentido da diminuição da nossa campanha! Ninguém sai dessa campanha melhor do que entrou. O homem, o Lula, embora os índices excepcionais que ele tem de credibilidade, sai menor desta campanha do que entrou. Faltou a firmeza do Presidente, faltou a postura de Presidência; ele não soube distinguir a hora que é cabo eleitoral da hora que ele é Presidente de todos os brasileiros. Não foi feliz a participação do Presidente Lula. Algumas manifestações dolorosas, alguns descumprimentos dos preceitos da Justiça Eleitoral do comportamento de um Presidente da República, verdadeiras tragédias. E com relação à campanha em si, e falo hoje porque a minha última grande expectativa era o debate da Record. O debate da Record, sob o ponto de vista da organização da fórmula técnica que foi feito, foi o melhor que já se fez neste país. Ele imitou os debates dos candidatos lá nos Estados Unidos; aquilo que várias vezes eu disse desta tribuna: quem resolve a eleição nos Estados Unidos são os quatro debates, nas quatro redes, um candidato de um lado, outro candidato do outro lado, um pergunta, e o outro responde. E não é o *marketing*, não são os Duda Mendonça que fazem a roupagem e criam a figura do candidato. Pois o debate da *Record* foi assim: um fala, e o outro responde, um fala, e o outro responde.

E eu fiquei na expectativa, meia hora já nervoso, esperando, porque agora vai ser o grande momento. Não é pergunta provocativa, boba, nem da direção da empresa, nem de jornalista, nem de telespectador falando isso e corrupção e não sei mais o quê, e não sei mais o quê, e aborto, e não sei o quê. Não, vai ser... E cá entre nós, foi onde o nível baixou mais baixo. A pergunta de um para outro... Mas e a infraestrutura? E o social? E a educação? E a ética? Nada!

Não, porque a ex-Ministra não sei do quê. Não, mas o Paulo Preto não sei do quê. Mas não sei o quê, mas não sei o quê, mas não sei o quê! Por amor de Deus! Como é que o cidadão vai votar naquele horário da televisão com a *Record*? E ali não tem desculpa.



E ali não tem desculpa, não dá para dizer que o jornalista da Globo, do Jornal Nacional foi muito duro, foi infeliz, induziu a pergunta, não fez a pergunta como deveria. Não dá para dizer, não dá para dizer. Foram eles que foram para isso.

Uma ideia do social? Nenhuma. Cá entre nós, se alguém dissesse mais ou menos, eu responderia mais ou menos o seguinte: fulano roubou aqui, fulano fez lá, fulano fez aqui, fulano fez lá. Alguém poderia dizer que os dois têm razão, os dois falaram a verdade. Por amor de Deus! Por amor de Deus, ficou longe do que a gente poderia esperar. Digo, com toda a sinceridade, que acho o Serra um grande candidato. Eu acho e o meu depoimento aqui é com convicção! É um homem digno, um homem honesto. Foi assim desde o Governo Montoro, em que ele foi o homem forte do Governo Montoro. Foi assim aqui nesta Casa, foi assim na Constituinte.

As coisas erradas do Fernando Henrique, como as privatizações, ele não estava lá. Ele não estava na privatização da Vale, que foi um escândalo. Acho o Serra um grande candidato, mas acho a Dilma uma grande candidata. Com toda a sinceridade, acho a Dilma uma grande candidata. Acho que ela mostrou..., e é interessante saber como a Dilma entrou no Governo. Dilma era Secretária da Fazenda do Collares, Prefeito de Porto Alegre. Não tinha tradição política. Ela começou no IEPS, um órgão do MDB, onde ela e o Tarso Genro participavam. Collares foi eleito Governador, e ela foi Secretária de Minas e Energia. Olívio, eleito Governador num acordo com o PDT, uma aliança, ela ficou na Secretaria de Minas e Energia. O PT e o PDT romperam, e um grupo do PDT ficou no PT. Ela ficou no PT. Interessante que o então marido dela, que também era do PT, Deputado do PDT, que nem ela, saiu do PDT, só que não entrou no PT. Largou a política e até hoje, na sua residência que vem do seu pai, na beira do Guaíba, assiste ao pôr-do-sol e é apenas advogado trabalhista. Quando Lula criou o primeiro Governo, e àquela época eu convivia com essa questão, ele organizou os grupos de trabalho das várias áreas do Governo, e para a área de Minas e Energia ele chamou a Sr<sup>a</sup> Dilma, que era Secretária de Minas e Energia do Olívio Dutra. E ela veio, e ela participou.

O PT do Rio Grande do Sul tinha vários nomes candidatos a Ministro. A Dilma nunca foi um deles, que nunca gozou da intimidade do PT do Rio Grande do Sul. Olívio Dutra, que perdeu a convenção para Governador para o Tarso, veio para Ministro, Ministro das Cidades. Veio o Tarso, que perdeu a eleição para Governador naquela época, e veio para Ministro. Veio a Emília, que perdeu a reeleição para o Senado e veio para Ministra. Veio o então Vice-Governador que perdeu a eleição para o Senado e veio para Ministro. Esses eram os ministros do PT do Rio Grande do Sul. A Dilma não figurava.

Mas, nessas reuniões dos grupos de trabalho, ela teve uma atuação tão importante que o Lula, olhando, disse: “Ela vai ser minha Ministra de Minas e Energia”. E aí ela foi escolhida. E, na minha opinião, teve um bom desempenho.

Mas hoje eu me pergunto: como uma pessoa que nem eu pode (sic!) orientar o que fazer e como fazer? Qual é o programa de um, qual é o programa do outro, qual é a convicção que eu tenho de um lado e qual é a convicção que eu tenho do outro lado? E, se olhar as companhias, eu fico a me perguntar: com quem um governará e com quem o outro governará? Por isso, eu não tenho a coragem de falar e orientar os meus irmãos em quem devem votar. Eu acho que eles devem meditar profundamente, como eu faço. Se acreditam em Deus, peçam inspiração para votar, nem que seja no menos ruim. Não devem anular o voto; têm de votar.

Eu vou votar, mas não falo aqui, porque não quero orientar ninguém, não quero ter a responsabilidade de nenhum voto a favor de A ou a favor de B. Cada um faça o que eu vou fazer. Vou votar, com muita mágoa. Vou votar já dizendo que, no ano que vem, aqui, serei um Senador independente, ganhe um ou ganhe outro.

Que bom que, do que ganhar, eu tenha condições de arregaçar as mangas e trabalhar a favor! Farei isso, como fiz no Governo Lula e como fiz no Governo Fernando Henrique. Para o que era bom, eu dava a minha colaboração. Mas também terei independência de divergir quando achar que as coisas não podem continuar.

Por isso, acho importante a decisão de hoje do Supremo Tribunal, porque poderemos iniciar aquilo sobre o que, em todos os debates dos candidatos, não houve uma palavra: sobre a reforma política, o que eles pensam? Sobre a reforma eleitoral, o que eles pensam? Sobre a reforma tributária, o que eles pensam? Sobre financiamento público de campanha, o que eles pensam?

**Mas este Congresso, Senhores Ministros do Supremo Tribunal, se passar o Ficha Limpa hoje no Supremo Tribunal, terá condições de fazer isso. E aí espero que quem ganhar as eleições entre nessa caminhada...**

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Permita-me um aparte, Senador?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) ...e faça aquilo que nem o Lula fez, nem o Fernando Henrique fez. Nos dezesseis anos dos dois, não fizeram nada. E até boicotaram. A reforma tributária esteve várias vezes na Mesa da Câmara para ser votada. O Fernando Henrique não deixou. E, quatro anos depois, o Lula também não deixou. Nenhum dos dois teve coragem de votar a reforma tributária. E o Congresso não teve a independência de poder votar. Com o maior prazer, Senador.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Senador Pedro Simon, pelo itinerário que V. Ex<sup>a</sup> percorreu nas últimas décadas na vida pública brasileira, é, sem dúvida, o mais competente arquivo vivo, com um armazém de informações políticas fundamentais para quem deseja conhecer a história política do Brasil dos tempos modernos e, sobretudo, porque V. Ex<sup>a</sup> percorreu esse itinerário sempre com muita dignidade, honradez e decência, além da competência reconhecida por todos nós. Em relação à descrição que faz das eleições e dos mandatos ao longo do tempo, não há, de forma alguma, como questioná-lo. Aliás, eu não o questiono em absolutamente nada, pelo respeito que devoto a V. Ex<sup>a</sup>, mas peço permissão para imaginar o seu voto. Eu imagino, e V. Ex<sup>a</sup> não precisa confirmar, que, de forma alguma, votará para avaliar um governo que desonrou compromissos assumidos e que, sobretudo, **rasgou uma bandeira** que para V. Ex<sup>a</sup> é sagrada, a bandeira da ética, jogando-a na lata do lixo da nossa História. **Um governo que é conivente, que é cúmplice da corrupção tem que ser condenado. Mesmo que fosse um governo extremamente competente teria que ser reprovado.** E, pelo que conheço de V. Ex<sup>a</sup>, pela honradez, pela decência, pela dignidade, pelo combate à corrupção e à impunidade no País que lidera há tantos anos, eu tenho a certeza, eu tenho a convicção de que seu voto não avaliza esse modelo de gestão a que estamos assistindo no Brasil há quase oito anos. Apenas essa consideração, sem questioná-lo. Não peço que responda a este questionamento, porque não é um questionamento, é apenas uma manifestação que faço, com a tranquilidade de consciência de quem o conhece profundamente, conhece o **Pedro Simon** correto, honrado, de dignidade e honorabilidade inatacáveis. Quero cumprimentá-lo sempre e, mais uma vez, cumprimento-o por esse pronunciamento.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Nossa amizade vem de longe. Fomos governadores juntos e estávamos juntos naquela reunião em que, lamentavelmente, V. Ex<sup>a</sup> era um dos nomes que podia ser nosso candidato a Presidente da República. Todo mundo junto errou, e a história deste País seria outra se nós, todos os governadores do Brasil, à exceção do de Sergipe, ali presentes, tivéssemos tido competência para encontrar uma solução. Acho que V. Ex<sup>a</sup> colocou uma questão profunda, os equívocos e os erros de um lado, e eu concordo, mas tenho mágoa com relação a equívocos e erros do outro lado. Para ser muito sincero, dou-lhe um exemplo do que, até hoje, tenho mágoa: a Vale do Rio Doce. Acho que a Vale do Rio Doce... E já se levantou dúvida aqui com relação à Vale: “Mas o Simon, então, é contra a privatização da Vale?”. Por amor de Deus, tinha que ser privatizada! Mas privatizar não significava doar, e ela foi doada. Ela foi dada de graça. E V. Ex<sup>a</sup> estava aqui quando, daquela tribuna, interpelei o Ministro, quando, na última hora, estava tudo decidido a favor do grupo da Votorantim; quem decidia eram os fundos de pensão, e, numa reunião que fizeram, os fundos de pensão, 48 horas antes, mudaram: tiraram do grupo Votorantim e deram para o grupo que ganhou. Preço: US\$3 bilhões. Quem deu o dinheiro? O BNDES emprestou, e o grupo não colocou um centavo.

Eu digo isso apenas para esclarecer que, se eu for olhar esse lado lamentável, que diz, e diz com muita autoridade, o Senador Alvaro Dias, que sempre esteve do mesmo lado... V. Ex<sup>a</sup>, Senador, sempre esteve do mesmo lado. Eu também concordo, pela sua dignidade, pelo seu caráter. Mas, infelizmente, essas coisas aconteceram dos dois lados. Pois não, querido Senador.

**O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB - PB)** Nobre Senador, é uma honra ter a oportunidade de apartear-lo. V. Ex<sup>a</sup> é um ícone desta Casa e merece os maiores respeito e a maior admiração de todos nós. Eu me acosto a tudo que foi dito pelo Senador Alvaro Dias, no tocante à exaltação das qualidades, do perfil, da história de V. Ex<sup>a</sup> e ao que foi pronunciado por V. Ex<sup>a</sup> na tarde de hoje. Eu faço a ressalva apenas no tocante a lamentar que o Senador não tenha figurado na chapa de oposição ao Governo, na chapa do ex-Governador José Serra, porque, na verdade, teria, sem dúvida, maiores atributos...

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** O problema é que eles preferiram o Índio e o Senador Alvaro é cacique.

**O SR. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB - PB)** - Pronto. Então, na verdade, eu lamento que, naquele momento, tenha havido... Dizem que um avião não cai por uma só razão, mas por um somatório de fatores. Ninguém perde uma eleição em função de um fator. As derrotas acontecem em função de uma sucessão de fatores. Se, eventualmente, o candidato José Serra for derrotado, como as pesquisas atestam, eu coloco que uma das razões terá sido a falha, a indecisão na escolha de seu candidato a vice. Agora, diria mais, contrariando o aparte do Senador Alvaro Dias, eu me acosto 100% ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que se prende ao aspecto de que o povo brasileiro está saturado de denúncias; o povo brasileiro não aguenta mais os debates, os dias eleitorais, as inserções de rádio. Cansou. Isso virou lugar comum, já não faz mais efeito. Então, na verdade, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão ao dizer que nós, brasileiros, esperamos, nos debates que se sucedem, a discussão de temas de governo, propostas de governo: reformas tributárias, reforma política, tudo o que V. Ex<sup>a</sup> exaltou que está ausente no debate. Essa eleição está se configurando numa eleição de ausência de debate e troca de farpas recíprocas. Quando se apura a consistência dos programas de governo, há um total vazio, não das plataformas de governo, mas para fazer com que a população tome ciência do

que os dois candidatos pensam. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, principalmente no tocante a esse reparo no tom das campanhas deste ano. Parabéns, Senador!

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela gentileza de seu aparte. Encerro, Sr<sup>a</sup> Presidente, dizendo que é com profunda mágoa que venho a esta tribuna. A minha gente lá do Rio Grande do Sul, que me conhece, lá se vão sessenta anos, não sei se o pai de V. Ex<sup>a</sup> já tinha nascido, está acostumada, principalmente nas horas mais dramáticas, a me ouvir dizer: **“A luta é para lá, temos que derrubar a ditadura, temos que caminhar”.** **Mas, nesta hora, acredito, vamos confiar que o Supremo tome sua primeira decisão hoje, e que, no ano que vem, o Congresso tenha condições de ser um pouco mais independente.**

Este Congresso foi muito servil ao Fernando Henrique e foi muito mais servil ao Lula. Que tenhamos condições de ter independência. Mas, para se ter independência, temos que ter dignidade; e, para se ter dignidade, o Supremo tem que aprovar o Projeto da Ficha Limpa, porque, a partir desse projeto, faremos as reformas. Que este Congresso possa ajudar o novo Presidente no caminho que vai trilhar.

O Brasil vai bem. No Brasil, graças a Deus, digo aqui o que disse há um mês, não vejo perigo nenhum em relação àquilo que se falava: perigo de retrocesso, general falando, reunião do clube militar... O Brasil vive uma plena democracia. O regime é de liberdade; o regime é de tranquilidade. Não há hoje, quarta-feira e a eleição é domingo, uma pessoa que tenha dúvida de que, se ganhar o Serra, assume o Serra; se ganhar a Dilma, assume a Dilma. E que não vai haver nenhum levante; não vai haver absolutamente nada em sentido contrário. Isso já é uma grande coisa.

Nunca estivemos tanto tempo na democracia como estamos agora: Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique, Fernando Henrique, Lula, Lula e, agora, Serra ou Dilma. Fazia muito tempo que não se via um período tão longo de democracia. **O Brasil vai bem, e a economia vai bem. A sociedade, de modo especial os mais humildes, está bem. Eles não estão bem, mas estão respirando melhor. Então, estamos no caminho. Quem não está bem é esta Casa. Por amor de Deus, irmãos do Supremo, dê-nos a chance de começar a mudar!** Os heróis serão V. Ex<sup>as</sup>, irmãos Ministros do Supremo. V. Ex<sup>as</sup> são os que darão a última palavra. V. Ex<sup>as</sup> é que darão a palavra definitiva. Dê-nos essa chance. Se V. Ex<sup>as</sup> disserem “não”, volta tudo à estaca zero, e a desilusão vai ser imensa, porque estávamos ali, na reta da chegada, para abrir o País para o combate à impunidade, e... cair tudo, começar tudo de novo? Nem sei quanto tempo vai levar para se começar tudo de novo. Agora, se o tribunal, hoje, tomar a decisão, e se nós, amanhã, festejarmos essa decisão, não tenho nenhuma dúvida de que este Congresso terá força suficiente para não ser, como foi, dependente do PT no Governo Lula e como foi dependente do Fernando Henrique no Governo Fernando Henrique. Ter mais independência e, ganhe quem ganhar, poder olhar esta Casa com mais respeito. Ganhe quem ganhar! Se esta Casa caminhar no sentido, que é o início de tudo, da ética, da moral, da dignidade, da seriedade, isso será o início e o fim da impunidade. Leis, o Brasil tem que não acabam mais. O problema é que nada é para valer. Nada é para valer!

Se o Supremo decidir hoje que acabou a impunidade... Claro, meus irmãos do Supremo, que há modificações, e vamos fazê-las! Quando votamos, já sabíamos que a lei não era perfeita. Mas, se emendássemos aqui, a matéria voltava para a Câmara; se voltasse para a Câmara, acabava o ano, e não acontecia mais nada! Por isso, todos aqui votamos por unanimidade. E todos, inclusive eu, viemos a esta tribuna para dizer: “Sabemos que esse projeto não é

perfeito; sabemos que há modificações a serem feitas e assumimos o compromisso de fazê-las, mas vamos aprovar agora para começar agora”.

Ora, meus irmãos do Supremo, os senhores têm mil razões para sentir mágoa ou ressentimento em relação a erros que tenhamos cometido. Desta vez, não. Meus ilustres irmãos do Supremo, desta vez, o Brasil é um todo. Desta vez, é a Câmara e o Senado, num todo, que apelam a V. Ex<sup>as</sup>: deem-nos a chance de começar a mudar; deem-nos a chance ao direto de ter esperança de que vamos iniciar o fim da impunidade.

Isso não vai atingir nem a honra, nem a dignidade, nem a competência jurídica dos senhores membros do Supremo. Para mim, a resposta é simples. Se se repetir o resultado da última vez, cinco a cinco, que se cumpra a determinação que, lá nos Estados Unidos, já é assim; aqui, no Brasil, já foi assim: cinco a cinco, vale a decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Vou à missa agora rezar pela alma do querido Tuma e pedir a Deus que oriente os membros do Supremo Tribunal Federal.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) V. Ex<sup>a</sup> me permite? Prezado Senador Pedro Simon, pude ouvir, pelo caminho, boa parte do seu pronunciamento. Estive agora, na hora do almoço, num ato em que a candidata Dilma Rousseff expôs seu programa na área do desenvolvimento social. Um ato de grande peso e relevância, inclusive com a presença, entre tantas outras pessoas, mas que dignificou aquele ato, da filha de Josué de Castro, Ana Maria de Castro. Foi como um símbolo daquilo que ela pretende realizar, pois Josué de Castro, segundo a própria filha, ressaltava que fome no Brasil e no mundo existe em função de homens agirem contra outros homens que têm fê; e, se os homens desejarem, será possível erradicar a fome e a pobreza absoluta, o que é um objetivo tão significativo para ela. Mas também ouvi V. Ex<sup>a</sup> fazer recomendações. Eu queria lhe dizer, caro amigo Senador Pedro Simon, que V. Ex<sup>a</sup>, que os conhece tão bem, porque conviveu tanto com José Serra quanto com Dilma Rousseff, terá uma missão ainda mais especial, dados os anos que tem vivido no Senado, por toda a sua experiência política, mas ainda mais com a companhia de pessoas que aqui vão chegar, como seus amigos pessoais, o ex-Presidente Itamar Franco e Aécio Neves. Às vezes, perguntam-me como será o novo Senado. Eu falo: “Olha, essas pessoas, como Aécio Neves e Itamar Franco, tiveram sempre uma relação de construção e de respeito mútuo com o Presidente Lula e também com Dilma Rousseff”. Então, acho que a oposição, aqui, será caracterizada por uma nova forma de...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Não podemos esquecer que o projeto Bolsa Família começou no gabinete de V. Ex<sup>a</sup>, quando Lula esteve lá e pediu a mim, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, uma audiência com o Ministro.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Sim.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Quando levei ao Itamar, ele quis fazer a reunião no gabinete dele.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Certo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Reuniu o grupo de Ministério e o Itamar, V. Ex<sup>a</sup> e eu fomos com uma equipe. Aí, se lançou o projeto, que Itamar levou adiante com o Betinho e o Bispo de Duque de Caxias, e que hoje é o Bolsa Família.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Dom Mauro Morelli, exatamente. Então, esses propósitos vão continuar com muita força. V. Ex<sup>a</sup> também, aqui, fez recomendações aos candidatos e ao próprio William Bonner, da Globo, que vai mediar o embate final, que será assistido por milhões. Eu, que assisti até de corpo presente aos debates desde o primeiro turno, aqui, hoje, quero recomendar que possam ambos, Dilma Rousseff e José Serra, dizer sobretudo o que vão fazer de bom para o País.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) E esqueçam o resto.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Essa troca de denúncias e tudo... Que cada um, se for para mencionar isso ou aquilo, minimize o tempo com isso, mas que cada um, sobretudo, aproveite o tempo, uma hora e meia ou duas horas que terão para falar ao povo, para dizer como vão fazer as boas coisas para o Brasil se tornar melhor, para o Brasil se tornar civilizado, justo e tudo. E que até aquelas palavras finais do José Serra, nas suas conclusões, de que ele queria ter uma atitude, governar com fraternidade, possam caracterizar, desde o primeiro minuto, o debate, esse clima positivo entre ambos, que, felizmente, sabem se respeitar. Que tenham essa preocupação, porque ouvi de muitas pessoas que assistiram ao debate que gostariam de que esta fosse a marca do debate: eles dizendo o que vão fazer para o Brasil. Há tantos assuntos dos quais eles podem tratar para enfatizar isso! Sobre esse tema ao qual V. Ex<sup>a</sup> tem-se dedicado nas últimas semanas, estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup>. Que possam os Ministros do Supremo Tribunal ouvir a voz do povo brasileiro, desses movimentos extraordinários que, inclusive, influenciaram a decisão majoritária do Senado Federal, aliás, consensual, e possam, de fato, já que houve um empate, e V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem, o empate significa, então, que deve ser aceita a vontade expressa pelos legisladores no Congresso Nacional.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) E do Tribunal Superior Eleitoral.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) E do Tribunal Superior Eleitoral. Eu também, nesse ponto, estou de acordo. V. Ex<sup>a</sup> pede para cada um refletir. Eu também me inscrevi para falar daqui a pouco. Eu já tomei a minha decisão, com todo carinho e respeito por alguém em quem, um dia, eu votei para ser Presidente da UNE. Eu, hoje, tenho razões muito fortes... Até fiz uma sugestão de pergunta que a Dilma pode fazer a ele: por que será que toda a direção da União Nacional dos Estudantes, hoje, recomenda o voto na Dilma? Eu falarei sobre isso daqui a pouco, porque há outros Senadores, agora, que merecem falar. O Senador Roberto Cavalcanti já está indo para a tribuna. Meus cumprimentos, Senador Pedro Simon! Que possam os brasileiros ouvir a sua bela oração em favor do Senador Romeu Tuma, dos Ministros do Supremo, e para que o povo brasileiro escolha bem, no domingo próximo!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Suplicy. Eu gostei muito de ver V. Ex<sup>a</sup> aqui, porque V. Ex<sup>a</sup> acompanhou toda a análise daquilo que eu falei aqui. Como Deputado do PT, como Senador isolado do PT, era V. Ex<sup>a</sup> contra o resto. Muita gente terminou ficando com V. Ex<sup>a</sup>, e quero fazer justiça a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> até ficou meio malvisto no PT, porque o que tinha de dizer, disse; o que tinha de falar, falou. Quando eu vejo V. Ex<sup>a</sup>, às vezes me pergunto se lá, no Governo de Fernando Henrique, eu não deveria ter ficado e brigado lá. Ou se, no Governo Lula, eu não deveria ter ficado lá e brigado. V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo disso. V. Ex<sup>a</sup> foi até convidado a sair do partido, mas V. Ex<sup>a</sup> era mais dono do partido do que aqueles que faziam essa recomendação. V. Ex<sup>a</sup> é, talvez, um sonhador,

mas que bom se o PT voltasse a ser como V. Ex<sup>a</sup> é ainda, e sempre o desejou: o partido da gente simples do povo!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) É aquilo que dizia, e que eu disse, pessoalmente, ao Cardeal Dom Evaristo Arns: É, cardeal, o senhor reuniu, aí, o PT nas comunidades de base da Igreja, empurrou as comunidades para o PT, orientou o PT, e o PT, nota dez enquanto esteve na oposição. Mas V. Em<sup>a</sup> Rev<sup>m</sup><sup>a</sup> não ensinou ao PT o que fazer depois que chegasse ao governo; e, quando chegou ao governo...

V. Ex<sup>a</sup> se manteve firme, e eu o admiro por causa disso. Não chegou à Liderança, não chegou ao Ministério, não chegou à Prefeitura, nem ao Governo, nem à Presidência do Senado, mas permanece firme com suas ideias. Permanece firme com suas ideias. E eu permaneço como firme admirador de V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) Obrigado.

AA5

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr. Senador Cristovam, Sr<sup>a</sup> Secretária-Geral da Mesa, somos nós. Coincidência, sexta-feira, Senador Cristovam, eu estava sozinho aqui, quando a Secretária pediu-me para abrir e fechar a sessão. E eu fui no caminho do Mão Santa e felicitei o Supremo Tribunal Federal pela notícia de que ele marcou para esta quarta-feira a decisão sobre o Ficha Limpa.

Cheguei aqui já eram duas e meia, quando o nosso querido amigo me avisa: “Ligeiro, que ainda tem tempo”. Eu, quando cheguei às duas e meia, não vi a bandeira, eu não tinha mais chance nenhuma.

E estou aqui para dizer que agora falo com mais tranquilidade o que, na sexta-feira, eu apenas anunciei. Foi uma grande decisão do Supremo Tribunal Federal. Uma grande decisão. O Relator, uma pessoa por quem eu tenho o maior respeito, homem encarregado dos quarenta processos do mensalão, fez questão de entregar o relatório e dizer ao Presidente que estava à disposição. E o Presidente, com muita felicidade, marcou para quarta-feira, depois de amanhã. Quarta-feira, depois de amanhã, nós teremos a posição do Supremo Tribunal Federal relativa a essa matéria.

Eu fico muito feliz com relação a esse momento e quero levar ao Supremo Tribunal Federal meu respeito, a minha admiração e dizer que o Supremo fez por merecer o respeito de toda a Nação. É a decisão que o País esperava e a decisão que a sociedade brasileira esperava. Este ano foi intenso. Muito intenso. **Projeto de iniciativa popular. No início, um milhão e duzentas mil assinaturas, mais a internet, mais de três milhões de assinaturas. Um milagre.** Não mais do que um milagre, na minha opinião. O projeto foi aprovado na Câmara por imensa maioria e foi aprovado nesta Casa por unanimidade. Convém salientar que esta Casa ao aprovar o projeto por unanimidade não quis dizer que o projeto não tenha equívocos e que precisa muitas modificações para melhor. Tem! O projeto pode fazer algumas injustiças.

Nós ficamos no máximo, que é uma atuação da sinalização da seleção da classe política, mas há alguns equívocos que, às vezes, podem fazer até graves injustiças.

Mas se nós decidirmos aprovar por unanimidade e não aprovamos as emendas, e todos os Senadores tinham emendas, eu também tinha algumas, foi porque achávamos que se nós aprovássemos as emendas o projeto voltaria para a Câmara dos Deputados e praticamente seria impossível o projeto ser votado este ano. Então, houve um entendimento e praticamente todos os senadores falaram dizendo isso: “Vamos votar a favor, reconhecendo que imediatamente após termos que fazer algumas alterações que são profundamente necessárias. Mas o importante é ele entrar em vigor. O importante é este final de legislatura marcar o início do fim da impunidade neste País.

**O que parecia que nunca começaria, o que parecia que se ia ficar para as calendas gregas “deixa pra lá, deixa, não sei o quê, pois é, não sei o quê”, de repente aconteceu. E foi saudado pela imensa esmagadora maioria da sociedade brasileira. Que coisa interessante! De repente, ficou entregue na mão do Supremo.**

O Tribunal Superior Eleitoral, que é um órgão que nem sei se existe em outro País. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e na Alemanha quem cuida da questão eleitoral é a justiça comum. Aqui não. Nós temos uma justiça especial para cuidar das questões eleitorais. Pois o Superior Tribunal Eleitoral, que é órgão máximo da Justiça Eleitoral, não é o órgão supremo, porque há o Supremo Tribunal, que dá a palavra final, mas sobre questões eleitorais a essência do conhecimento está ali, decidiu por imensa maioria essa questão. Chegada no Supremo, aconteceu aquele empate. Uma dúvida, uma interrogação. No início, esperavam alguns Ministros, esperavam alguns políticos que o Presidente da República indicasse o Ministro que falta, são dez, falta um. Eu disse desta tribuna que achava muito delicado esperar um novo Ministro, até porque, na minha opinião, esse novo Ministro, se fosse indicado, e queriam esperar a vinda do novo Ministro para decidir, quem o Presidente da República iria indicar? Em cima de uma decisão como essa, em cima de uma votação como essa, vir para cá, para a Comissão de Justiça, para o plenário, e a gente escolher, chegar lá e dar o voto de desempate...? Eu duvido. Olha, eu duvido que esse Ministro daria um voto de desempate. Acho que votaria em branco. É uma matéria delicada. Diria que não participou, que não acompanhou, que já deve ter dado juízo por aí quando era advogado, quando era procurador, quando era não sei o quê. Seria muito difícil. Por isso, essa posição do Supremo de reconsiderar e marcar para quarta-feira, depois de amanhã.

Confesso que imaginava que ou sairia na semana passada ou não sairia mais. Achava esta semana muito delicada. Vocês já se deram conta de que segunda-feira, a esta hora, o ambiente será de festa para alguns e de choro para outros, mas nós já saberemos quem será o Presidente. Vejam o avanço da Justiça Eleitoral brasileira! Lembram-se de quando levávamos dez, quinze, trinta dias, para se apurar um resultado? Hoje, sabe-se na hora. Não existe país no mundo que tenha uma metodologia tão competente como a nossa para fazer eleição. Para fazer eleição, ninguém melhor do que nós, na formulação, no escrutínio, na busca do eleitor; agora, na campanha, no resto, falta muito. Aí falta muito!

Interessante que eu estive nesta tribuna felicitando pelo segundo turno, que eu sempre desejei, dizendo que o segundo turno no Brasil seria semelhante ao dos Estados Unidos, à eleição normal. Nos Estados Unidos, a eleição é exatamente assim: um candidato ali e o outro candidato ali. E a eleição é decidida naqueles quatro debates, em que um fala e o outro



responde, um fala e o outro responde. Agora, nós também tivemos. Tivemos o debate... Mas que confusão sem graça! Que coisa mais triste! O que aconteceu?

Interessante que a Record, que vai fazer o debate de hoje, disse que não vai ter pergunta de jornalista, porque foram as perguntas dos jornalistas que deram toda a atrapalhada ao longo do debate. Não sei até que ponto, mas a verdade é que estão ruins os programas, tanto de um quanto do outro. Não era aquilo que a gente imaginava. A questão do aborto, perdoem-me pelo que vou dizer, num país laico como o Brasil, não podia ser o debate como o que estão fazendo. Uma questão de corrupção aqui, corrupção lá, que deve ter, não me parece que... Não é por aí. Depois, é um empate. Um partido e o outro partido. O salário mínimo vai ser de seiscentos. Aí o outro partido: “Não, seiscentos é muito, tem que ser...”. Passamos tanto tempo aqui brigando por quanto dar aos aposentados, quanto não dar aos aposentados... “Vou dar 10% para os aposentados!”. E a confusão generalizada. “Eu vou fazer oitocentas mil casas!”. “Pois eu vou fazer um milhão!”. “Eu vou fazer tantos trilhos de metrô!”. “Pois eu vou fazer tantos e mais tantos!”.

Então, fica uma coisa que não tem conteúdo, não tem substância. Foi uma pena. E eu que apostava tanto nisso! Lembro-me de um debate nos Estados Unidos. O Vice-Presidente do Clinton, que disputou com o Bush, quando entrou na campanha, já era Presidente nomeado, tinha ganhado o Prêmio Nobel. Ele era... O Clinton, que fez um grande governo, teve aquele desgaste dos namoros, aquela coisa toda que o abateu muito. O vice não, o vice era uma pessoa... Estava tão bem, que essa equipe da assessoria dizia para ele o seguinte: “O senhor já ganhou. O senhor não pode perder. Então, cuidado com as perguntas e não perde voto”. “Então o senhor vai retirar as tropas do Iraque ou não vai?”. “Pois é, eu não sei, não sei o quê, pois é, pois é não sei o quê, pois não sei o quê!”. “E a penitenciária, aquela de Cuba, o que é que o senhor vai fazer?”. “Pois é, eu não sei, não sei o quê!”. Foi de tal maneira... E o Bush, do jeito dele: “Eu vou atacar o Iraque. Eu não mexo na penitenciária”. O pessoal preferiu o brutalhão do Bush dizendo as coisas ao outro, que não dizia nada com nada. O debate se decidiu na eleição. E todo mundo reconheceu que foi um erro do democrata, porque estava vitorioso e não teve coragem de falar. Mas falaram. O debate é assim lá. Aqui, não. Aqui não se fica sabendo nada.

E outra coisa. O Obama deu um exemplo para o mundo inteiro: o uso da *internet*. Milhares, milhões de pessoas deram dois dólares, cinco dólares, dez dólares... Os Estados Unidos têm o auxílio oficial, o governo dá o dinheiro, e aí não pode pegar, ou então não pega o dinheiro do governo e pode pegar. Ele não pegou o dinheiro do governo e não foi buscar grandes empresários; foi buscar essa faixa. Dizem que a vitória dele foi aí. Nessa área de *internet*, etc., ele movimentou a mocidade. Os jovens foram para a rua. Os jovens que, na anterior eleição, a esmagadora maioria, lá o voto não é obrigatório, não foram votar, votaram nessa em uma imensidão e deram a vitória.

Então, esperava-se o que seria a *internet* agora no Brasil. “Como vai ser?”. E dizia-se “a Marina tentou usar isso e mais aquilo”. Cá entre nós, foi uma desgraça. O que recebi de *internet* falando mal da mãe, do avô, do bisavô desse, daquele, daquele outro, cá entre nós, foi insuportável. Não porque... “Senador, me conta: é verdade que a Marina estava lá, e o pai do cara que ela matou...?”. Eu digo: “Nunca ouvi falar”. Eu sempre soube que a Marina... A Marina não, a Dilma. Eu sempre soube que a Dilma realmente participou da luta. Agora, desse aspecto de Havana eu nunca ouvi falar. “É verdade que o Serra não sei o quê...?” Conheço o Serra, conheço a integridade, a seriedade dele... Maluquices! De repente vamos discutir se a esposa do Serra fez ou não fez um aborto lá no Chile, na época

da ditadura, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê. Mas isso é assunto, meu Deus? Isso é assunto?

Eu vi na Internet, recebi, achei um absurdo, mas, de repente, estava na televisão. De repente, estava na televisão. Aonde vamos chegar? O que isso influencia num processo eleitoral? Cá entre nós, é uma coisa engraçada.

Nas eleições passadas, eu falava daqui... E posso até dizer, **Senador Cristovam**, já lhe dou um aparte, que o Duda Mendonça fez falta, porque o Duda Mendonça, eu discordava dele, fez uma lavagem cerebral no Lula, mudou o Lula. O Lula era um antes do Duda e outro depois do Duda. O Lula, antes do Duda, era aquela roupa de trabalhador, aquela barba enorme... Era o Lula. O Lula hoje, na campanha, é um aristocrata. Uma roupa de primeira... Ele agora até lançou moda no mundo, porque não tinha visto nenhum presidente, nem no Brasil e nem em lugar algum, com roupa especial da Presidência confeccionada para ele. E ele tem a sacola, as coisas... O Duda melhorou.

Lembro-me da primeira eleição que o Lula ganhou. O Duda era mais importante que o Lula. As manchetes eram maiores para o Duda do que para o Lula, porque o Duda dizia o que o Lula ia fazer, depois o Lula fazia. Quando o Lula fazia, no jornal diziam: “O Duda tinha razão, o Lula fez”. Vai ser “Lula paz e amor”; o Lula ia lá e virava “paz e amor”, e a imprensa publicava. O Lula tem que mudar a roupa; e o Lula mudava. O Lula tem que mudar aquela barba, aquela barba não pode ser daquele jeito, tem que mudar; dali a dez dias, o Lula apareceu com a barbinha bacana.

Critiquei muito aquilo. Aliás, muita gente criticou, pois se transforma o candidato num produto, num sabonete, quer dizer, o candidato não diz o que ele pensa, não diz suas ideias, diz o que alguém prepara para ele. Eu critiquei aquilo. Mas, cá entre nós, agora ficou pior. Mexer com a esposa do candidato de uma maneira ridícula que nem aconteceu? Mexer na outra candidata com relação a coisa que não tem nada a ver? Muito ruim a campanha! Muito, muito ruim essa campanha! Vamos ver o debate de hoje.

Achei interessante que a imprensa está publicando que na Record não haverá perguntas de jornalistas. Tomara que a Record, pelo menos, deixe um falar e o outro responder. Tudo bem que não haja pergunta de jornalista, mas pergunta encomendada pela direção da empresa não é grande coisa. Que um fale e o outro responda. Pelo menos o cidadão assume a responsabilidade por aquilo que está falando e pelo que o outro está respondendo. Pois não, Senador **Cristovam Buarque**.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Senador **Simon**, a sua fala provoca tantos temas diferentes, embora todos relacionados, que não sei se vou esgotar o meu aparte agora. Então, não sei se me resguardo para falar no final ou se faço outro, se o Presidente me permitir. **O PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Não diga isso, porque a sociedade vai ficar com mágoa de mim. O Brasil espera o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Também, muito obrigado. Até porque será por um outro assunto, embora tenha que ver. Lamento, mas os presidenciáveis não estão discutindo a crise mundial, da economia, da ecologia, como se o Brasil fosse uma coisa isolada, como se não houvesse ainda globalização. Vou falar depois sobre essas crises por que o mundo está atravessando. Sobre a sua fala, em primeiro lugar, de fato, é triste o debate. Veja, por exemplo, o debate que o senhor puxou, sobre aborto: não depende de Presidente. Se um dia

isso for descriminalizado, vai depender do Congresso, de plebiscito, como sugeriu a Senadora Marina; não depende da crença do Presidente. Agora, quer ver uma coisa que dependeria e não se debateu? Um outro tipo de aborto também: o aborto de crianças depois de elas nascerem e terem suas vidas interrompidas por falta de incubadora na maternidade.

**O PEDRO SIMON** (PMDB - RS) O seu artigo no jornal *O Globo* domingo foi sensacional.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Muito obrigado. Isto dependeria do Presidente: haver ou não haver incubadora em todas as maternidades deste País; haver ou não haver remédio para uma criança pequena. Ela morre por falta de remédio, Senador Acir. Isso é uma forma de aborto pós-parto. Isso depende do Presidente. Não se debateu. O debate ficou muito pobre. E aí o senhor disse que a gente esperava da Internet mais presença. A Internet virou apenas um instrumento dos boatos e das fofocas.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Infelizmente.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Já pensou? Tanto a ex-Ministra Dilma, como o ex-Governador Serra, eles têm o tal de Twitter cada um. Eles podiam estar debatendo entre eles. Se eu debato com o que chamam seguidores, por que eles não poderiam estar debatendo entre eles, e a gente assistindo aqui? Todos os dias, eles falando um com o outro, naqueles 140 toques que caracterizam o Twitter, aquelas mensagens curtas; isso podia ser feito. Facebook, Orkut... Tudo isso poderia permitir um debate permanente e não só na televisão, e não só no horário eleitoral, em que a gente não vê o debate dos grandes temas. Os grandes temas que vão nortear o Brasil para o futuro...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) No que tange à paixão de V. Ex<sup>a</sup>, a educação, a única coisa que aparece é o número de escolas que cada um vai fazer. E está aumentando. Repare V. Ex<sup>a</sup> que, do início para agora, está aumentando. Um diz: “Vou fazer mil”. O outro: “Vou fazer mil e cem”. “Vou fazer mil e quinhentas”. “Vou fazer mil e oitocentas”. É só o que aparece.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) É só o que aparece. Ou, então, o caso do Plínio de Arruda Sampaio, que ia gastar 10%, mas não dizia em que ia gastar. O que resolve a educação não é gastar mais dinheiro, mas gastar bem mais dinheiro. Mas, se chover no quintal de uma escola, na primeira chuva vira lama se a gente não souber como conduzir esse dinheiro. Então, a gente perdeu a grande chance de nesta eleição discutir o futuro do Brasil. Cada um promete mais infraestrutura para crescer; ninguém discute se o certo é crescer ou não. De repente o certo é buscar a felicidade. E a felicidade pode ser maior no bom transporte público do que no engarrafamento de carros privados. Mas a gente só quer ver quem promete maior taxa de crescimento; não maior taxa de bem estar. Então, faltou debate. Agora, da sua fala, o que eu acho muito interessante, a gente já conversou isso na semana passada, é que este País conseguiu o maior avanço, em todo o mundo, em como contar os votos, mas não em como definir os candidatos. Nós estamos na véspera da eleição final e não sabemos quais são os candidatos a deputado que vão ter os seus votos contados. Contar foi rápido. Agora, saber se reconhece ou não a gente não sabe ainda. Só amanhã que o Supremo vai decidir. E a gente não sabe se vai dar empate de novo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Depois de amanhã.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Depois de amanhã, quarta-feira. E não sabe se vai dar empate de novo. Ou seja, a gente está chegando à diplomação sem saber quem foram os

eleitos ou não. Contar foi fácil; reconhecer não está sendo. É um atraso do sistema político, do sistema legislativo, do sistema eleitoral. Nós nos concentramos no avanço técnico. **Demos um pequeno salto no avanço ético, com a Ficha Limpa, mas não concluímos o trabalho da Ficha Limpa, que foi, sem dúvida alguma, o grande avanço que já demos. E nisso aí temos que reconhecer o seu papel, Senador Pedro Simon, que desta Casa foi talvez o que mais lutou por isso no meio de todas as desconfianças de muita gente.** Pois bem. Nós precisamos dar um salto agora para modernizar o sistema legislativo, o sistema eleitoral, no debate, inclusive usando as técnicas novas. Nós temos todas as técnicas novas; não usamos para o debate. Temos todas as técnicas novas para contar os votos; não usamos na modernização do sistema legislativo, do sistema eleitoral. Tudo isso mostra que estamos priorizando a modernidade técnica e não a modernidade ética, não a modernidade dos valores. Aliás, como eu disse no artigo que o senhor citou, uma das causas da vinda dos valores éticos, sobretudo o aborto, é o fato de que nós temos tido, sim, uma degradação nos valores morais da sociedade brasileira: a corrupção generalizada, a desagregação das famílias, a droga generalizada no seu consumo, o consumismo, a supervalorização da riqueza acima da decência. Porque a gente fala muito da corrupção dos que roubam o dinheiro para si, mas existe uma perversão em que a riqueza vale mais do que os valores éticos.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** E, quando se fala em riqueza, aparece um cara rico, ninguém está preocupado em saber qual foi a origem.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** Ninguém está procurando saber a origem. É verdade. O que vale é o tamanho do carro, a casa na praia, são todos os símbolos externos de riqueza, não os internos de riqueza. E fico à vontade em falar porque sei que o senhor tem voto de pobreza, como Franciscano que é. Então, essa degradação dos valores morais faz com que as pessoas comecem a buscar religiosidade. É a maneira de proteger a sociedade. Quando a política não dá uma regulamentação satisfatória para que as coisas funcionem bem e as coisas começam a se desagregar, as pessoas buscam outras coisas, inclusive a religiosidade. E aí, com o vazio do debate, cai-se no debate do aborto ou do cristianismo, como se a gente não tivesse judeu, muçulmano, ateu neste País. O debate foi de quem era mais cristão. E eu fiquei me perguntando: neste País, como se sente um judeu, que vai ter um Presidente dele também? O Presidente não é só dos cristãos. Agora, além disso, há um fato que provocou o esvaziamento do debate, Senador Pedro Simon. Nesses últimos oito anos especialmente, misturamos tanto os Partidos, misturamos tanto as ideias que não há mais marcos ideológicos sendo debatidos entre eles. Não existem mais. Alguns acham que é moderno não haver Esquerda ou Direita. Eu acho que moderno é redefinir Esquerda e redefinir Direita. Tinha gente que era de Direita há um tempo e, hoje, não é mais; tinha gente que era de Esquerda e não é mais. Mas que há dois polos na discussão, há. São muitos polos, mas, de vez em quando, a gente se junta, de um lado ou do outro. E o Governo Lula contribuiu para esse marasmo ideológico, porque os sindicatos se agregaram, os estudantes se agregaram, os banqueiros se agregaram, os partidos todos se agregaram, e, no fim, ficou o que por aí chamam, de uma maneira pouco correta, de geleia geral. E não há debates ideológicos. Veja mesmo o debate sobre estatização ou privatização. É um debate antigo. A gente tem de saber é como fazer uma empresa servir ao interesse público, e não se ela é do Estado, se é do Governo. Uma empresa privada pode servir aos interesses públicos se produzir o que a população precisa, se pagar imposto, se o lucro for bem aplicado e se gerar emprego. É uma empresa que tem um caráter público, mesmo sendo privada. E há empresa estatal que não tem caráter público, porque serve aos seus funcionários. Uma universidade, uma instituição de ensino superior particular pode ter caráter público, basta formar bons professores para o ensino médio. Já tem um caráter público. Aí é preciso o Governo entrar para fazê-la gratuita,

comprando as vagas. Aí, não, o Governo atual preferiu investir em novas estatais. Vamos precisar de dez anos para que elas funcionem. Por que não comprar vagas nas que estão aí, desde que de qualidade? E já começaria a funcionar publicamente de acordo com o interesse público, imediato. Mas o debate ficou entre estatal e privada; e não entre interesse público ou interesse não público. Então, perdemos a grande chance de debater o futuro, e com dois candidatos que poderiam trazer esse debate.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** De alto gabarito.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** Eu acho que tanto o José Serra como a Dilma Rousseff são pessoas que poderiam trazer o debate bom.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Vamos fazer justiça, eu o estou aparteando, não estou lhe tirando o aparte, de certa forma, eu não diria que a culpa disso foi dos candidatos. Os candidatos foram empurrados para isso. Quer dizer, foram metidos nessa questão em que eles não tinham por que entrar, nem queriam entrar. Mas foram para o lado de cá, foram para o lado de lá, quando viram, estavam no meio da jogada. Não creio que isso aí é o que eles, o que a Dilma e o Serra queriam. Eu acredito que eles foram levados a fazer isso.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** É bem possível. Agora, raramente, a gente tem dois candidatos com esse nível. Raramente, a gente tem dois candidatos com esse nível.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Na minha opinião, nós tivemos três, quatro...

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** Jogamos fora a chance.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Nós tivemos quatro candidatos espetaculares: os dois, mais a Marina e mais o Plínio.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** Jogamos fora essa chance de eles dois elevarem o debate...

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** É verdade.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** ... e envolverem todo o País no debate. Era capaz até de a gente ver gente do PSDB votando na Dilma; gente do PT votando no Serra se debatêssemos ideias, e não os nomes dos dois, os partidos dos dois, e quem está de um lado ou de outro. De qualquer maneira, a democracia é muito melhor, mesmo quando o debate é pobre, do que não haver democracia. Por isso, a gente tem é que comemorar que vamos ter eleição dia 31 e até apelar para que as pessoas votem, porque muita gente que, com raiva da falta de debate, vai preferir não votar. Há muita gente que, por falta do debate mais profundo, vai preferir viajar, por exemplo, aproveitando os feriados. Eu acho que isso seria lamentável, porque seja rico ou pobre o debate, vamos torcer para que o próximo Presidente, a próxima Presidenta tenha uma votação expressiva, não no voto que cada um vai ter, mas no voto que os dois terão, somando todos os eleitores do Brasil. Será uma pena se o índice de abstenção, de nulo, de branco for alto. Será uma pena. Seja qual for o debate, vamos comemorar por termos a chance de escolher o próximo Presidente ou a próxima Presidenta.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Senador, eu lhe digo o seguinte: torci muito para a vitória de Ex<sup>a</sup> e acho que a sua manutenção no Senado na próxima Legislatura foi o melhor que poderia ter acontecido para este Senado. Não consigo imaginar este Senado se no ano que vem V. Ex<sup>a</sup> não estivesse aqui. Deus o livre! E acho até, pelo que estamos vendo, que V. Ex<sup>a</sup>,

que nós teremos parceiros bons no ano que vem, mas V. Ex<sup>a</sup> realmente é excepcional. É uma figura extraordinária.

Eu me lembro de quando V. Ex<sup>a</sup> era candidato a Presidente da República na outra vez. Eu fico pensando se V. Ex<sup>a</sup> tivesse ido para o segundo turno, porque o tempinho de V. Ex<sup>a</sup> era tão curto e tão difícil, que nem o Jefferson Péres podia dizer alguma coisa naquele tempo. Mas V. Ex<sup>a</sup> defendeu com profunda convicção uma grande bandeira como candidato. A Marina dizia, conversando com amigos, que faria, se fosse Presidente da República, não um Ministério de notáveis, não é isso, mas ela não procuraria a governabilidade, como o Fernando Henrique e o Lula procuraram. Eles se agarraram a um balaio que nem sabiam, pois o balaio era fechado, só depois é que eles iam abrir para ver o que havia dentro, porque precisavam daquele partido para a governabilidade.

Ela disse que escolheria o que a sociedade reconheceria como o mais competente, o mais capaz naquela área, fosse qual fosse o partido a que pertencesse. Foi quando eu mexi com ela e disse: “Bom, mas aí o **Cristovam** estaria em vários lugares, desde a educação até o social”. E ela riu: “É, o **Cristovam** está em todas as minhas listas”. Mas queira Deus que, nessas 48 horas que nos faltam, que o Supremo tome uma grande decisão. O que nós estamos falando aqui hoje, quarta-feira passa a ser página virada se o Supremo tomar uma posição. Repare V. Ex<sup>a</sup> no que eu estou dizendo. Este nosso debate aqui passa a ser página virada porque será um outro Brasil. Será um outro Brasil. A sociedade, o povo vai começar a acreditar! “O fulano de tal fez tantos votos, tem tanto dinheiro, tem uma fortuna, e há não sei quanto tempo, há 40 anos, não acontecia nada, mas agora aconteceu!”. **Está mudando. A eleição, daqui a quatro anos, não vai ser a mesma. Não vai ser a mesma! O Supremo tem hoje a decisão.** Eu gostaria de me dirigir ao Supremo. Srs. Ministros, a lei que os senhores vão decidir, nós sabemos que tem equívocos, nós sabemos que falta. Mas, Srs. Ministros, foi o que conseguimos fazer. Srs. Ministros, foram anos e anos, e anos e anos e anos, tentando encontrar uma linha de ética e de dignidade para a política brasileira. Não foi fácil, Srs. Ministros. **Os senhores acompanham tudo e sabem que não é fácil. Mas, Srs. Ministros, nunca chegamos tão perto. Nunca, nunca, nunca, nunca chegamos tão perto!** Os senhores é que vão decidir. Em primeiro lugar, meus cumprimentos pela coragem e pelo gesto. O gesto, já admiro, mas a coragem de fazer isso 48 horas antes da eleição é uma grande atitude, é um gesto que realmente eu não imaginava. Tanto que quando falei aqui, na quinta-feira, eu disse: morreu, na semana que vem não vai acontecer. Pois eu me enganei feio: o Supremo teve coragem.

Deus os oriente na decisão! Se nós, aqui, e somos Senadores que não temos obrigação de ter nem cultura, nem inteligência, nem capacidade, porque temos de ter voto, e alguns conseguem até na luta, alguns conseguem com mais dinheiro, queremos, na hora de votar e na hora de discursar, ficar de bem com a sociedade e com a nossa consciência, isso é muito mais importante para o Ministro do Supremo, que tem uma história, que tem uma biografia, um homem notável que está ali no máximo posto, no Brasil, do Poder Judiciário, e está ali para o resto da vida, até a aposentadoria. É claro que eles têm uma história! É claro que eles têm uma biografia! É claro que eles têm um compromisso! Mas eu me atrevo a dizer: as questiúnculas jurídicas, por mais importantes que elas sejam, eu retiro “as questiúnculas” e digo: as questões jurídicas, por mais importantes que elas sejam, tem de se visto o representativo desse projeto no conjunto da sociedade brasileira, o que ele representa. E isso eu acho que... Eu já repito, pela milésima vez, só atuei como advogado de defesa, nunca fui assistente de acusação, nunca quis ser juiz, porque não tenho capacidade nem grandeza de ter essa... Eu sou um covarde na hora de mandar alguém para a cadeia ou decidir se ele vai para a cadeia ou se ele não vai.

Admiro quem faz isso. Mas eu acho que eles deviam olhar, olhar, como muito bem diz o hoje 1º Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal quando era Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que essa é uma questão, me perdoem, me perdoem até a falta de humildade, mas eu não acho que precise receber lições com relação a defender os direitos humanos, os direitos do cidadão. **Eu estive desse lado nas horas mais difíceis.** Como estudante, eu estava lá; como político, eu estava lá; na hora da ditadura, eu estava lá; na hora da luta, eu estava lá, sempre defendendo a sociedade, os direitos humanos, o direito à vida, o direito à defesa. Sempre! Não é a mim que vão dizer: “Mas, olha, ninguém pode ser condenado antes que se esgotem todos os direitos que ele tem de defesa!”. Aqui, no Brasil, esses direitos às vezes levam 30, 40 anos. Assim como nós temos gente importante, lá de São Paulo, que teve 30, 40 processos, condenado, condenado, condenado, condenado!, que prescrevem, porque o tempo passou e não aconteceu nada.

**Esse projeto é o início da mudança!** E é uma coisa interessante: o fim desse primeiro capítulo que começa o início das mudanças, em termos de fim da impunidade, o último capítulo vai ser dedicado ao Supremo Tribunal Federal. Se for aprovado, a gente vai lembrar. Daqui a duas eleições, quando nós tivermos o voto distrital, quando nós tivermos a reforma partidária, **quando nós tivermos eleições absolutamente limpas,** quando nós tivermos verbas apenas públicas de campanha, quando mudar e a gente olhar para trás, pode ser que a gente se lembre de que tudo começou com um projeto de iniciativa popular. Mas na verdade a gente vai dizer: aconteceu porque o Supremo Tribunal tomou a decisão. Se a quarta-feira for o dia que vai iniciar, o Brasil vai dizer: foi o Supremo! Mas também se, na quarta-feira, for o dia em que essas pretensões vão morrer e vão começar tudo de novo, haverá de se dizer: foi por causa do Supremo. Que Deus os oriente, que Deus os inspire! Mas meus cumprimentos, minha admiração muito grande pela coragem da decisão de quarta-feira, de realizar a votação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

AA6

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Ele falaria meia hora. Quando ele viu que eu não estava aqui... O Senador **Jucá** está muito tenso. É que ninguém sabe o resultado da eleição. Está muito parecido. Todo mundo sabe é que, seja quem for o eleito, o Líder do Governo vai ser ele. É a única garantia que a gente tem: que o MDB estará no Governo com quem ganhar e que o Senador Jucá será o Líder do Governo de quem ganhar.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Parlamentares, no próximo dia 4 de novembro, estarei na Feira do Livro de Porto Alegre, no lançamento de uma publicação baseada nas reflexões que fiz nesta tribuna. Uma vez que reuni os principais textos sobre a questão na (sic!) impunidade, o nome do livro é exatamente este: *A impunidade veste colarinho branco.*

Primeiramente, por que um livro sobre impunidade no Brasil? Porque o Brasil é o país da impunidade. Mais do que isso, a impunidade é a causa maior de uma série de outros problemas, como a violência, o analfabetismo, a falta de medicamentos. Muitos (sic!) vezes nos debruçamos tão somente sobre as consequências das nossas maiores mazelas e damos pouca atenção às verdadeiras causas. E, como essas não são atacadas como devido, acabam alimentando e incentivando esse conjunto de sequelas que forma o que eu chamo de barbárie humana. O que inspirou o título do livro?

Eu tenho dito e tenho repetido que o pobre não conhece a Justiça. O pobre conhece a polícia. Eu não digo que aquele que rouba, não importa o valor, tenha que ficar impune. Fosse assim, teria que mudar o tema central e o enfoque do meu livro. Mas, por que tão somente o pobre vai para cadeia? Por que só ele tem que pagar à sociedade pelo respectivo delito?

Mas o crucial é que realmente me motivou a escolha do tema é que a impunidade nas chamadas camadas superiores, expressão pela qual eu também não alimento nenhuma simpatia, tem um efeito corrosivo sobre a sociedade de um modo geral. A impunidade para os que têm poder dá a todos a sensação de que não é preciso respeitar as leis. De que tudo pode, sem ser alcançado por elas. Daí, a sonegação, a pirataria, a inadimplência, nem sempre motivada. E a corrupção, obviamente. Só que, quando praticada por aquela mesma camada de cima, tem a proteção da justiça, intermediada por advogados de renome. Se pobre, aí não importa o delito, nem mesmo se o praticou. Se é pobre, basta ser suspeito, muitas vezes exatamente pelo fato de ele ser pobre e/ou pobre e negro, a polícia o alcança. Alcança e, muitas vezes, alcança, julga, condena e mata. Como no caso do motobói Eduardo, em São Paulo, e de tantos outros que não mereceram nem mesmo os olhos e a audiência da mídia, que por eles não se interessaram.

Tem gente que associa tamanha impunidade no Brasil ao nosso passado colonial, enquanto berço de um patrimonialismo que sobrevive e que se renova. Ora, já se vão quase 200 anos de República, tempo suficiente para termos mudado as eventuais deformações de nosso passado colonial. O que acontece, querida Presidente, é o que eu chamei, no livro, de “déficit de cultura democrática”, porque, durante todo esse tempo, o País viveu longos períodos de ditadura, incluída a mais recente, a militar, que durou mais de 20 anos. Se olharmos com mais atenção, veremos que período mais duradouro e seguro de ares democráticos é o de agora, com a chamada Constituição Cidadã do Dr. Ulysses, que também já ultrapassou duas décadas.

Acho, entretanto, que estamos demorando em demasia para algumas mudanças necessárias no sentido de modificarmos uma realidade que periga minar, novamente, a nossa estrutura institucional. A reforma política, por exemplo. O Congresso Nacional tem que ser mais representativo do povo brasileiro, e não um estoque de produtos vendidos pelos melhores marqueteiros. A instituição pilar da democracia não pode permanecer no rodapé da legitimidade popular. A história mostra o que acontece às nações onde ruem essas mesmas instituições pilares.

Presidente, a corrupção é o braço financeiro da impunidade. O caminho de passagem para a barbárie humana. A corrupção só existe porque se sente protegida pela impunidade. Tanto o corruptor quanto o corrupto agem livremente porque sabem que o fazem na mais absoluta impunidade.

Acontece que, lá fora, a impunidade nem tangencia o que se passa por aqui. Acontecimentos recentes nos Estados Unidos, como o da pirâmide financeira, agora, há pouco tempo, que dilapidou recursos de muitos, dão uma ideia de como lá a corrupção é alcançada pela polícia, pela Justiça e pela política. O mentor da tal pirâmide lá nos Estados Unidos já não usa mais os seus ternos bem talhados ou seus aviões particulares. Trocou-os pelo uniforme vistoso de uma penitenciária.

Lá no Japão, não são raros os casos de suicídios, inclusive de ex-ministros, de quem é pego



cometendo atos de corrupção. **No Brasil, ao contrário, o corruptor e o corrupto desfilam tranquilamente pelas colunas sociais.**

As grandes mudanças políticas que aconteceram no País, nos últimos anos, podem ser creditadas, notadamente, à pressão popular. A anistia política, depois de um amplo movimento da sociedade organizada. As eleições diretas, após um dos mais importantes movimentos de rua já vistos na nossa história.

O chamado **Diretas-Já**, como prova de que não há cheiro de pólvora que resista a um povo que quer mudanças no rumo da sua história. O Congresso teimou em não permitir eleições diretas. Mas, mesmo que indiretamente, a eleição de Tancredo, um civil, foi um sinal evidente naquele momento de que nós estamos vivendo uma mudança de rumos. Não adiantava, naquele momento, que se fechassem novamente as portas, porque a população as forçaria e ocuparia e o espaço democrático haveria de voltar. Outro movimento de rua que mudou os rumos da política deste País foi quando do **impeachment** do então Presidente Collor. Aí, entraram em cena os chamados caras pintadas. Os estudantes puxaram as fileiras de uma marcha que fez do luto uma bandeira pela ética na política.

A mídia, a mesma que havia construído um personagem fictício para ocupar a cadeira mais importante da República, ajudou a catapultá-lo, pressionada pela força das ruas.

Em tempo mais recente, não há dúvida de que teria sido outra a história do Governador de Brasília, não fosse o movimento que tomou conta dos estudantes, que voltaram a enfrentar a força bruta. Foram para a frente dos tribunais e ele foi afastado. **A impunidade no Brasil só vai acabar, ou, sendo mais realista, só vai diminuir para valer quando o povo se der conta da sua força, quando a sociedade organizada entender o seu papel e continuar percebendo que as ruas são o seu espaço mais democrático.**

O Congresso Nacional perdeu um dos mais belos e importantes instrumentos de combate à corrupção: as Comissões Parlamentares de Inquérito, as célebres CPIs, que ainda estão vivas na memória as lembranças de algumas delas que fizeram história: a do **impeachment**, a dos Anões do Orçamento, por exemplo. Ali investigava-se à luz dos fatos. Hoje, o que mais importa numa CPI são as luzes dos holofotes.

Minha candidata! Votei com muita alegria na Marina, que chega agora. Fiquei impressionado com a atuação da Marina no programa do Jô Soares. Ocupou todo o espaço e, além do espaço que ela ocupou, foi prorrogado. As informações que eu tenho é de que o Jô nunca recebeu tantas manifestações de carinho como na sua manifestação. E eu gostei muito quando ele se despediu de ti: Tchau, Marina! Daqui a quatro anos, tu venhas mais uma vez no meu programa, mas naquela vez como Presidente da República. Uma grande mulher, uma grande mulher!

Agora eu estou até nervoso para falar na frente da Marina. Não estava preparado, ninguém me avisou. Mas eu peço para a assessoria aqui: vou dar o meu primeiro volume exatamente para a Marina. *(Pausa.)*

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** (PV - AC) Muito obrigada.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) As CPIs viraram instrumentos de barganha. E pior: de chantagem! Foram desmoralizadas pelo cheiro de pizza. Ninguém mais acredita nos propósitos ditos com pompa e circunstância diante das câmeras e dos microfones.

Pior: é mais lesivo ao País uma investigação mal conduzida ou premeditadamente para levar a nada do que a não investigação. O pior dos mundos é o atestado de idoneidade indevida que a CPI termina mostrando.

As CPIs foram banalizadas. Cada integrante cuida de buscar elementos que busquem minar o adversário político, no âmbito nacional, ou do respectivo grotão, para eliminá-lo nas eleições. Como no Congresso, embora haja tantos governistas, tantos partidos políticos dividem-se entre governistas e não governistas, sendo que esses, os não-governistas, também já foram governo, as tais chantagens tornam-se um acordo de bastidores do tipo: “Eu não investigo os teus, e tu não investigas os meus”. Daí a tal *pizza*. Daí a impunidade. **Daí a falta de legitimidade do Congresso**. Daí os riscos institucionais.

Parece não haver dúvida de que a impunidade no Brasil não se alimenta na falta de leis. Ao contrário: em alguns segmentos, temos um aparato legal invejável, como em outros países. A nova legislação, que trama de crimes de lavagem de dinheiro, da qual fui Relator no Senado, por exemplo. Então, apareceu uma questão lógica e óbvia: se existem leis e se o mal permanece, é porque elas não estão sendo cumpridas a contento. Desvios cometidos por políticos, por exemplo, chegaram a ser enfadonhos no noticiário, principalmente nos últimos tempos. Existem alguns personagens que povoam a mídia, quando o assunto é corrupção, desde o século passado, para não dizer desde o milênio passado. Foram presos? Devolveram o dinheiro roubado? Nunca foram presos, nunca devolveram dinheiro algum. A imprensa monta verdadeiros estúdios de transmissão no Congresso Nacional. Não precisa nem mesmo marcar audiência. Ao contrário: acende o holofote, e vê-se cercada por Parlamentares ávidos pela ribalta.

No Executivo, menos. Mas a maior transparência na divulgação de informações faz com que haja também um controle maior na mídia da chamada Esplanada. Com o Judiciário tem sido diferente, pelo menos até tempos recentes. A toga parece ter criado uma aura de respeitabilidade, reverência, que parece ter chegado aos limites da intimidação. Alguns fatores têm sido cruciais, uma mudança recente, ainda que tímida. A TV Justiça, assim como a TV Senado, abriu o processo legislativo ao conhecimento público. A TV do Judiciário trouxe para as nossas salas o linguajar sofisticado dos juristas e, finalmente, está conseguindo torná-lo um pouco mais inteligível. O Supremo, por exemplo, para quem já acha sofisticado o significado do verbete “que está acima de tudo, súpero, referente a Deus, derradeiro, último, extremo, superior, sumo”, tudo ainda soa simples comparado com o tal “pretório excelso”. Mas o que é mais importante dessa maior transparência: levou o Judiciário para fora dos tribunais. Eu acho também que determinados Ministros, eu diria mais midiáticos, acabaram por abrir as portas do Judiciário para a mídia nesses tempos recentes. Mesmo que a grande maioria não concorde com determinadas justificativas, como no caso de um sofisticado plantão para atender na noite do mesmo dia um banqueiro suspeito de lesar o erário, como dizem muitos: o sistema prisional brasileiro tem sido muito mais uma universidade do crime. O preso não é reabilitado para viver novamente em sociedade. Ao contrário, tende a seguir o caminho perverso entre o leve e o hediondo.

Há carceragens no Brasil chamadas institucionalmente de depósitos de presos. Triste, mas com o que mais se parece na realidade as nossas casas de detenção: um amontoado de pessoas trocando experiências nefastas e submetidas ao único tipo de lei: a do mais forte. Não raramente um emaranhado de chantagens e de corrupção cometidas exatamente pelos chamados agentes da lei. Que lei? A que prega ressocialização ou a da sobrevivência? Há no Brasil uma cultura “detencionista”, que estabelece um contraditório. Existem milhares de

mandados de prisão que deixam de ser cumpridos por falta de lugares, ao mesmo tempo de uma forte pressão popular no sentido de que essas mesmas prisões sejam concretizadas. A violência urbana conspira nesse sentido. O indivíduo pratica um crime considerado comum e é preso. Na prisão, torna-se um perito em criminalidade. Ao mesmo tempo, a sociedade, pressionada pelo medo da violência, exige uma solução imediata do Estado. Então, por que não priorizar, como já previsto nas nossas leis, as chamadas penas alternativas? Aí não haverá impunidade, porque quem praticou tal delito será punido e pagará à sociedade pelo mal que cometeu. Mas através de uma ação produtiva que visa o interesse público. Desde, é claro, que os crimes não sejam hediondos, a pena alternativa recupera o preso, sem maiores custos, e ganha a sociedade.

Eu procurei, nesse livro, levantar algumas questões que podem servir de moldura ou de ambiente para a nossa situação de corrupção e de impunidade, enfim, de como o dinheiro público é desviado de suas finalidades mais nobres.

Nesses últimos tempos, o que mais se ouviu falar foi sobre o Estado mínimo, leis de mercado, privatizações, Consenso de Washington; que o mercado seria capaz de se autorregular, voltando ao equilíbrio depois de uma crise econômica; que o Estado deveria permanecer tão somente com as afinidades ditas sociais; que o Estado, na verdade, atrapalha a iniciativa privada; que uma tal mão invisível seria capaz de resolver qualquer risco sistêmico, para utilizar também uma expressão muito em voga.

De repente, uma crise profunda, a sanha do lucro fez engasgar o sistema. Onde estava a chamada mão invisível? Como invocá-la? Risco sistêmico! Chama o Estado! Mais de 1 trilhão de dólares à disposição de quem? Do mercado e dos banqueiros. Mais de 1 trilhão de dólares! Então, a tal mão invisível tornou-se visível e previsível, mas essa mão continua invisível no risco sistêmico da fome. Mas de um bilhão de pessoas sem comida, dentre as quais 130 milhões de crianças chorando de fome. Chama o mercado? Nem o mercado, nem o Estado, porque o mercado não se move pelo pudor, e o Estado já foi privatizado e se move pelos interesses do mercado.

Para se legitimar, o mercado criou uma espécie de religião chamada consumismo. Quem não adere aos seus preceitos é excluído. Então, vale qualquer artifício para se incluir, mesmo que os adeptos não se pautem necessariamente por princípios éticos. Vale inclusive a violência. O grande instrumento de conversão é a mídia. Ela é, na verdade, o profeta do consumismo. Uma religião que cultua o ter, mesmo que seja em detrimento do ser.

Há um discurso, surrado, diga-se de passagem, sobre descentralização do poder. Louvável, aliás. O Município é a instância mais próxima do cidadão. Aliás, é onde mais ele se sente dentro. Acontece que essa tão propalada descentralização das atividades nunca foi acompanhada de uma necessária desconcentração dos recursos públicos. Os prefeitos, que antes ocupavam o tempo na administração dos Municípios, passaram a desfilar pelos corredores das capitais do Estado e da capital Brasília em busca dos recursos financeiros que lhes faltam para sanar os problemas que absolutamente sobram. Acontece que essa concorrência não é das mais fáceis e nem sempre das mais éticas. Quem tem o poder de fazer Orçamento e de liberar recursos tem também o poder da barganha, nem sempre municiado das melhores intenções. Os sucessivos escândalos com as emendas orçamentárias, principalmente as individuais, são o melhor exemplo dessa má prática. Evidentemente, não se podem generalizar esses atos lesivos aos cofres públicos, mas os casos têm se multiplicado cada vez mais, sem que se possa também atribuir culpa aos prefeitos.

Também generalizadamente. Muitas vezes é a única maneira de eles alcançarem recursos para finalidades que não podem esperar.

Lembre-se, por exemplo, o caso das ambulâncias com preços superfaturados que foram objetos de uma CPI. Ou os prefeitos se submetiam às planilhas elaboradas pelos corruptores ou ficavam sem um instrumento que para muitos é a única alternativa para a questão da saúde nos seus locais. Aliás, foram provas mais do que concretas, e eu também não ouvi dizer que algum corruptor ou algum corrupto tenha devolvido algum recurso subtraído nessas tenebrosas transações.

A impunidade também é a causa das nossas tragédias! Quem ainda se lembra das tragédias das enchentes de Santa Catarina? Dos furacões? E que o ano de 2010 iniciou-se com um enorme deslizamento de terra em Angra dos Reis? E Niterói? Uma comunidade inteira sob escombros.

Pois é! São comoções que duraram o tempo dos índices de audiência na televisão. Tão pouco tempo e acontecimentos engolidos pela memória ou pela falta de memória. Até que outras tragédias sejam estampadas na nossa sala, pelo noticiário. Cenas de novela da vida real. Com começo, meio e fim e que não valeira a pena ver de novo, mas que desgraçadamente veremos porque, no Brasil, a comoção e a indignação não são acompanhadas pela devida ação. Em Niterói, por exemplo, aquelas famílias construíram suas casas sobre um lixão. Chorume que se transformou em lágrimas. O Poder Público sabia que, poucos anos antes, ali se depositavam os restos da cidade. E não se tomou qualquer providência, não se tomou nenhuma iniciativa; a não ser a coragem e o trabalho dos bombeiros, nada parece ter acontecido, nem antes, nem depois da tragédia. Outras virão. Enchentes como em Santa Catarina, secas como no Nordeste e no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Ou, nisso quase ninguém acreditaria, a falta d'água nos rios do Pantanal e da Amazônia.

A tragédia de Niterói foi alertada quatro anos antes, e ninguém tomou providências, ninguém foi responsabilizado. Aqueles mesmos que laconicamente minimizaram a nossa desgraça, comparando-a com tsunâmis e terremotos em outros países. Até quando? Até a próxima tragédia transformada em campeã de audiência. Ou até a vindoura comoção transformada em dignidade? Mas, mais uma vez, não em ação.

Na questão das nossas perdas em termos de valores e referências, eu procurei fugir de um discurso que parecesse saudosista. Sei que não há como voltar aos meus tempos de guri ou às mesmas preocupações, aos mesmos métodos da minha convivência com os alunos de cinco décadas atrás na Universidade de Caxias do Sul. Teria que eliminar Banda Larga, GSM, ABS, GPS, *orkut*, *twitter* e tantas outras modernidades.

Os avanços tecnológicos são inevitáveis e saudáveis, diga-se de passagem. Não se imagina viver sem eles nestes nossos tempos. Embora a maior facilidade seja dos mais jovens, não pode haver idade limite para utilizá-los. Mas não há dúvida de que os novos tempos vieram com a perda de alguns valores que deveriam ser perenes. Não pode ser considerado jurássico quem, por mais avançada idade, ainda defenda o respeito ao próximo, a solidariedade, a fraternidade, a compaixão e a ética. Não pode ser saudosista, no seu sentido pejorativo, quem rememore princípios da humanidade em tempos de barbárie humana.

É por isso que eu procuro reiterar nos meus discursos e nas minhas publicações valores como os escolhidos nos temas e lemas atuais da Campanha da Fraternidade, e referências como os personagens que não podem ser lembrados apenas em cerimônias especiais. Nessa minha

publicação, eu trago exemplos de vida: Dona Zilda Arns, Dom Hélder, Nelson Mandela e o nosso Senador Jefferson Péres. Todos eles dispensariam maiores comentários, mas os seus exemplos, como valores de referência, não podem ser jamais esquecidos. Fico imaginando, por exemplo, o Senador Jefferson, nesses tempos de descoberta de atos secretos sob tapetes azuis no Senado Federal. Ele pessoalmente faz muita falta, mas mais falta ainda faz o seu exemplo de vida.

Procurei também lembrar algumas experiências bem sucedidas do combate à corrupção e à impunidade. Como Líder do Governo Itamar no Senado Federal, sugeri aqui a ação de uma comissão permanente para investigar possíveis casos de corrupção praticados em todos os escalões da Administração Pública, bem como medidas que coibissem esses tipos de desvios de conduta. De pronto, o Presidente Itamar, nosso novo colega eleito e que logo estará aqui para mais uma vez representar Minas Gerais, criou a CEI (Comissão Especial de Investigação), constituída por cidadãos representativos da sociedade civil. A mera existência da Comissão já se transformou em mecanismo de inibição para potenciais ações lesivas ao Erário. Contra a corrupção e principalmente contra a impunidade. Foi, sem dúvida, uma experiência das mais significativas. Tivesse ela continuado, certamente, muitos dos exemplos dos desvios que se sucederam depois não teriam sido abordados; ou, mais ainda, nem mesmo teriam sido concebidos. Infelizmente, embora uma ideia cultivada como o melhor dos propósitos, ela foi podada em um dos primeiros atos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Continua podada, aliás. Quem sabe aguardando melhor viço no próximo governo?

Outra ideia igualmente exitosa foi a ação conjunta dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, contra a impunidade, um sonho que se realizou pelo menos por um período, também no Governo Itamar. Os três Poderes juntos na mesma mesa falando, debatendo e discutindo o combate à impunidade. O Presidente da República, o Presidente do Supremo, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Ministro da Justiça e o Procurador-Geral da República para debater e discutir ações conjuntas. Bons tempos aqueles! Defendo também a tese de que devemos, com urgência, nos debruçar sobre a construção de novos paradigmas de desenvolvimento. A questão central é: que País queremos? Batemos muito na tecla sobre o País que temos, mas não tenho assistido, há muito tempo, a uma discussão mais aprofundada sobre o projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional. Temos todos os principais recursos do planeta, o maior rio, a maior floresta, todos os microclimas, e ainda ficamos no máximo tentando nos equilibrar na adaptação a um modelo que nem sempre nos diz respeito. Fazemos um jogo com regras ditadas de fora para dentro e nos regozijamos de, apesar de tantas crises, termos dado certo.

É preciso, portanto, que acrescentemos uma questão: deu certo? Mas para quem? Não vamos nos esquecer que, apesar de estarmos entre os países mais ricos economicamente no planeta, ainda permanecemos com uma das piores disparidades de distribuição de renda entre todas as nações. Quando se diz que diminuiu a diferença entre ricos e pobres, é preciso lembrar que muito se deve a esta verdadeira dádiva que é a distribuição de alimentos e bolsas. Ter tanta gente vivendo de migalhas no Brasil, um País tão rico em potenciais, continua sendo uma verdadeira vergonha. O que fazer, então, se a impunidade é um dos nossos maiores males e uma das nossas maiores desgraças?

Eu não tenho dúvida de que a chave mestra de combate à impunidade no Brasil está no último item do que, até pouco tempo atrás, se colocava como derradeiro dispositivo em todas as leis, inclusive as de combate à corrupção: “Cumpra-se; revogam-se as disposições em contrário”.

O fim da impunidade significará uma ferida de morte à corrupção, não só nas questões relativas aos recursos públicos: o cidadão saberá que, cometido o erro, independentemente de qual seja, ele será punido nos termos da lei.

Eu busquei um conceito que melhor explicasse essa situação: anomia social. Um ambiente de certeza de impunidade, as pessoas não se sentem mais impelidas a cumprir a lei, não respeitam mais as instituições. Daí o Estado paralelo, a milícia, a corrupção renovada, a impunidade realimentada. O tal “jeitinho” brasileiro talvez seja produto disso tudo. Há pouco tempo, o professor da Universidade Federal Fluminense Alberto Carlos Almeida publicou um livro muito importante. Nome: *A Cabeça do Brasileiro*. Trata-se de um estudo de recomendável leitura para que possamos entender bem quem e por que o brasileiro recorre frequentemente a certos artifícios, mesmo que sejam contrários à boa ética. Recorrer a dádivas para se posicionar à frente de alguém que, por direito, lhe antecede, pode ser um exemplo. Segundo a pesquisa, dois terços de todos os brasileiros já utilizaram o “jeitinho”. Diz o autor: “O jeitinho brasileiro é importante na nossa sociedade não apenas por ser muito difundido, mas principalmente pelo fato de nos permitir entender por que o Brasil tem tanta dificuldade em combater a corrupção. Ele já foi objeto de estudo de antropologia; faltava abordá-lo com dados quantitativos, o que foi feito pela Pesquisa Social Brasileira. Desse modo, pela primeira vez, o Brasil tem a chance de entender o Brasil, os brasileiros têm a chance de saber por que a cultura da corrupção é tão enraizada entre nós. A pesquisa mostra que isso acontece porque a corrupção não é simplesmente a obra perversa de nossos políticos e governantes. Sob a simpática expressão “jeitinho brasileiro”, ela é socialmente aceita, conta com o apoio de muita gente que a encara como tolerável”.

Por exemplo, a pesquisa também mostra que, quando perguntados sobre o fato de uma pessoa que conhece um médico passar na frente na fila do posto de saúde, os brasileiros acham, em termos percentuais maiores, que se trata de um jeitinho, mais do que a prática de uma corrupção.

Difícil de imaginar que se possa mudar alguma coisa por meio de novas leis, primeiro se elas não forem cumpridas, segundo se continuar a vigorar a tal cultura da corrupção ou do “jeitinho brasileiro”. Então que todos os esforços sejam carreados no sentido de que as leis sejam cumpridas, independentemente de quem e para quem. Para todos, indistintamente. **Repito, para ser, como sempre, enfático, não haverá nenhuma mudança de comportamento institucional de dentro para fora. Há que se ter uma pressão de fora para dentro, uma espécie de controle social da ação pública em todos os Poderes: no Executivo, no Legislativo e, agora, no Judiciário.** Daí a proposta, no meu livro, de uma gestão democrática do Judiciário, com a criação dos Conselhos Regionais de Justiça.

Por que, por exemplo, todas as partes de um processo, autor, réu, têm prazos legais a serem observados, a serem cumpridos, e essa mesma obrigatoriedade não se aplica aos magistrados? Não estaria aí uma das razões para a tamanha e reclamada morosidade da Justiça e consequente prescrição de processos?

Há que se avaliar, portanto, por que tantos processos passam uma vida sem serem julgados. A alegação principal, de dentro para fora, é a de que faltam magistrados. O ilustre Ministro Cezar Peluso, Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, argumenta que países como Espanha, Itália, França e Portugal chegam a ter dezoito magistrados para cada cem mil habitantes. Essa média, no Brasil, é de oito magistrados para cada cem mil habitantes.

Seria essa, exatamente, a principal razão da nossa morosidade judiciária, que chega a acumular 80 milhões de processos sem julgamento?

A minha proposta de gestão democrática do Judiciário vem, portanto, no sentido de responder a essa e a outras questões de forma mais legitimada.

O Judiciário tem também de estar mais próximo do cidadão, para o bom cidadão. Será ótimo para o Judiciário e, melhor ainda, para o País, muito bom.

**Tenho certeza de que as minhas reflexões vêm em boa hora, exatamente quando o Congresso aprovou uma lei que mudará, por certo, os rumos da política em nosso País, uma lei cujo projeto veio exatamente, como eu acho salutar, de fora para dentro. Foi a sociedade organizada que forçou o Congresso a votá-la, a aprová-la. Não fosse assim, nada teria acontecido.**

É bem verdade que as últimas eleições ainda transcorreram em clima de muita incerteza quanto à aplicação da Lei da Ficha Limpa. A minha maior preocupação não é o impasse que se tornou público na sessão do Supremo Tribunal Federal, depois de onze horas de discussão, na qual nada se decidiu de concreto sobre a validade da Lei da Ficha Limpa ainda para as eleições de 2010, a partir da discussão do recurso extraordinário apresentado pelo então candidato ao Governo do Distrito Federal. Afinal, o debate sobre o tema já se constituiu em avanço significativo, tendo em vista que ele não vinha merecendo a devida ênfase nas coisas políticas há muito tempo. As avaliações que se sucederam, estampadas nos jornais do dia seguinte, seguiram o mesmo caminho: lamentou-se o conteúdo, o resultado da sessão ou a falta deles. Mas as maiores críticas voltaram-se na direção da forma como foram conduzidas as discussões, deixando transparecer algo assim como se a “seleção brasileira de constitucionalistas” houvesse entrado em campo sem preocupação com algumas regras do jogo, para cujo desempate, se empatado, teria de haver uma regra clara. Não houve. Ficou um impasse.

Apesar de ter dito, no decorrer do livro, que a linguagem dos magistrados tornou-se mais compreensível para os mortais, principalmente depois da TV Justiça, o que se viu ali foi um festival de terminologias rebuscadas, parecendo que cada um dos magistrados desejava seduzir pela palavra, mais do que pelo próprio conteúdo.

O diretor executivo da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, deu o tom daquela sessão, em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, de 25 de setembro. Abro aspas: “Se, a partir daí, o eventual eleitor deduzir que tudo não passa de teatro, acertará. O Supremo Tribunal Federal continua, como todo o Judiciário brasileiro, navegando num dilúvio de palavras ociosas”.

Tudo isso sem que, ao final, no caso do Supremo Tribunal Federal, o eleitor ficasse sabendo se os candidatos ficha suja teriam ou não seus votos confirmados na eleição de 2010. O ex-candidato substituiu o nome na chapa pelo da própria mulher. Nas urnas, permaneceu a foto, por falta de tempo para substituí-la. Esse fato, por si só, já justifica as minhas preocupações, que desfilaram reiteradamente ao longo desse livro. O que aconteceu em Brasília, emblemático em tantos outros lugares, foi na verdade o exemplo, mais do que fiel, do “jeitinho brasileiro”.

A minha tese se reforça, portanto, no sentido de que a palavra, se desejamos realmente debelar a impunidade, está hoje com o Judiciário. Ora, essa palavra tem de ser, necessariamente, inteligível, decisiva e cumprida, sem jeitinhos de qualquer espécie. E que se faça cumprir a lei, Senhor Judiciário, principalmente se ela for concebida pelo desejo incontestado da população! **E que se ganhe o jogo contra a corrupção, usando como melhor tática o combate à impunidade!**

Eu não tenho dúvida de que, apesar de tantos percalços, fez-se luz com a aprovação daquele projeto. E esse facho, como eu disse, veio de fora para dentro, como eu sempre imaginei. De repente, um novo grande movimento pela ética na política. A voz rouca das ruas abriu os ouvidos moucos do Congresso.

Agora é lei o que deveria ser um princípio básico, independentemente de qualquer dispositivo legal: não pode representar o povo, e em seu nome decidir sobre seus destinos, quem tenha algo a ressarcir a esse mesmo povo, por delitos praticados. Só pode fazê-lo quem tiver ficha limpa.

Para tomar posse em qualquer cargo público, mesmo depois de aprovado em concurso, no mais rígido concurso, o cidadão comum tem de apresentar atestado de idoneidade, provar que está quite com as obrigações fiscais e outras exigências. Entretanto, até aqui, para ser Presidente da República, Governador, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Estadual ou Vereador, nada disso era exigido. Pior: muitas vezes, o candidato buscava esses cargos exatamente para fugir dos delitos por ele praticados e se proteger sob **os mantos odiosos** do foro privilegiado e da imunidade parlamentar.

Tenho certeza de que, se nada ou pouco acontecer, a população voltará às ruas, Srs. membros do Supremo, e voltará pelo que tem sido a luta incessante nesse mais de meio século de vida pública.

Repito, para finalizar: **se a impunidade for ceifada nos maiores escalões, certamente terá efeitos mais que benéficos na sociedade como um todo.** Esse é o motivo principal do meu livro. Quem sabe ele se torne obsoleto, se Deus quiser, obsoleto logo ali, a partir de agora, e permita, enfim, uma decisão positiva do Supremo; dormite porque já não tem razão, pois as coisas aconteceram para as novas gerações, para os historiadores do amanhã, para o País. Quem sabe o meu livro, lá no dia 5, quando for lançado, já chegue um fato mais dedicado à história e não à verdade?

Hoje é quarta, amanhã, quinta, e o Supremo não disse nada. Olha, os senhores me desculpem, mas eu estranho muito. É interessante a nossa Justiça brasileira, a nossa imprensa brasileira: de repente, não mais do que de repente, ela não diz uma palavra. A OAB lançou uma nota importantíssima, cobrando do Judiciário uma decisão sobre ficha limpa, um cantinho de página. A *Folha*, ontem, fez uma entrevista comigo, e nenhuma palavra. O *Estadão*, o *Globo*, a *Veja*, a *IstoÉ*, o *Jornal Nacional* vinham insistentemente, quando a gurizada estava na rua, quando havia movimento nesse sentido, foram os grandes responsáveis pela aprovação da lei pelo Congresso.

Agora, é que o Supremo é diferente; é o último Poder. Não tem uma palavra, não tem um editorial, não tem uma notícia, não tem uma pergunta para se saber se os senhores membros do Supremo vão decidir ou não vão decidir. Silêncio absoluto. E não tem censura nenhuma. Ao que sei, ninguém foi proibido; ao que sei, ninguém fez qualquer ato no sentido de que as



coisas não acontecessem. Nenhuma palavra, nenhuma vírgula sobre essa matéria. Está todo mundo tranquilo no sentido de esperar que passe o sábado, o Supremo não faça nada, e vamos ver como é que fica.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Mas seja...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Mas V. Ex<sup>a</sup> pode ser justo com Heródoto Barbeiro e com a CBN, que, no início da semana... Eu, pelo menos, ao sair de casa cedo, ouvia sua entrevista exatamente sobre esse tema. Uma entrevista em que colocou, com muita clareza, perguntado por Heródoto Barbeiro, o seu ponto de vista, cobrando, e acho que o fez bem, que o Supremo Tribunal Federal logo decida a questão sobre a ficha limpa, que é tão importante. E espero isso também, de acordo com a vontade consensual do Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup> deu uma boa entrevista na Rádio CBN para todo o Brasil. E eu ouvi.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Não sei se me esqueci ou se fico com vergonha de dizer: eu falei. Mas, na realidade, esse jornalista Heródoto, na minha opinião, é o que tem de melhor no Brasil. E a coisa mais impressionante é que você fala na CBN, e em qualquer lugar que se esteja e quando se sai à rua parece que todo mundo está vendo a CBN. Um noticiário daquele da CBN parece que todo mundo está vendo. Fui entrevistado. Tem razão V. Ex<sup>a</sup>, e peço aqui desculpa. O jornalista Heródoto, da CBN, entrevistou-me, perguntou e fez a interpretação dele no sentido da importância. V. Ex<sup>a</sup> fiscaliza de perto, mas eu lhe agradeço. V. Ex<sup>a</sup> me fez um grande favor, porque eu estava fazendo uma grande injustiça nesse sentido. Pois não.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Senador Simon, à medida que o senhor fala...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Em primeiro lugar, meus cumprimentos pela sua eleição.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Muito obrigado, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) O tempo ia passando, e nas minhas preocupações estava o nome de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Muito obrigado. Fico muito feliz.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Estava havendo uma confusão tão grande aqui em Brasília, que ninguém conhecia ninguém. Pensei: o que vai acontecer? Eu me lembro, durante uma longa discussão que tive com os companheiros, que eu disse: Ele se elege por qualquer partido, aconteça o que acontecer, porque o nome dele já é uma referência nacional, principalmente aqui, em Brasília.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Muito obrigado, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Muito obrigado. Essas palavras seriam boas, vindas de qualquer pessoa, muito especialmente do senhor. Senador, eu estava pensando: como este País é contraditório! O senhor falou, há pouco, que temos uma das maiores rendas e, ao

mesmo tempo, pobreza; a educação é uma das piores. Mas eu estava pensando: este País conseguiu um milagre, em termos nacionais. Em duas, três horas, foram contados oitocentos milhões de votos. Cento e trinta eleitores vezes seis eleições diferentes, deputado federal, distrital, governador, presidente, dois senadores. Oitocentos milhões, Senador, foram contados em duas, três horas. E a gente ainda não sabe quais foram os eleitos quase um mês depois da eleição. Porque a Justiça foi capaz de montar, do ponto de vista técnico, essa maravilha da urna eletrônica, mas, do ponto de vista legislativo, e a culpa é nossa também, do Parlamento, e do ponto de vista dos procedimentos judiciais, fomos tão lentos que a gente vai concluir o segundo turno sem saber quais são os eleitos de fato. A gente sabe quem é que teve mais voto, mas não sabe quem é eleito, porque não consegue resolver qual fere ou não fere a lei da ficha limpa. Além disso, aqui, no Distrito Federal, fizemos essa lei, que, a meu ver, dá um grande impulso. Alguns vão pagar um preço, claro, como a gente sabe. Cometeram erros, e não crimes, mas vão entrar na lei como ficha suja até, mas, de qualquer maneira, é uma lei que avança muito. Agora, aqui, para se ter uma ideia...

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Perdão, quando votamos, sabíamos que havia equívocos. Votamos correndo, já com a responsabilidade de mudar. Mas, ou a gente votava daquela maneira, não precisando voltar para Câmara, ou, então, não era aprovado.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** É verdade, mas por que a Justiça não resolve isso? Agora, aqui, por exemplo: faltando três semanas para a eleição do segundo turno, um candidato retira a candidatura e coloca a esposa como candidata. E o senhor sabe que vamos votar com o retrato dele e com o nome dele na urna.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** O nome também?

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** Também, porque, se mudasse o nome, mudaria a foto. Creio que não tem dificuldade. Ou pode mudar os dois, ou não pode mudar nenhum. Então, estou imaginando que o nome também. Ninguém tem falado isso. O fato é que, como é possível que a gente seja capaz de contar os oitocentos milhões e não seja capaz de dar uns comandozinhos para a urna e substituir o nome e o retrato? Aliás, eu lembrei agora que o nome não aparece; o que aparece é o número, e o número é o mesmo, porque é o mesmo partido. Se fosse outro partido, eu não sei nem como isso seria resolvido. Então, é essa incongruência entre o País ultramoderno dos oitocentos milhões contados em três horas e esse atraso de votar sem saber se vai valer ou não o voto, se o que teve mais número de votos vai ou não tomar posse, que deixa a gente meio maluco neste País. Está na hora de casar as duas coisas: o funcionamento técnico e o funcionamento legislativo e jurídico. Eu apenas estava refletindo sobre isso enquanto escutava o senhor com a sua preocupação. E quero reafirmar a importância que o senhor teve na realização, na aprovação da ficha limpa no Congresso. O senhor teve um papel fundamental. E dizer que essa lei, seja quais forem os preços que alguns vão ter que pagar sem dever, porque são pessoas que têm a ficha limpa no comportamento, mas, por razões jurídicas, por razões legais, ficaram contaminados, ajudará. Mas, para isso, é preciso que o processo judicial também ajude, que tenha não tanta competência quanto na parte eletrônica, mas que tenha pelo menos um pouquinho da rapidez que a eletrônica nos deu para contar os votos.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e repito para V. Ex<sup>a</sup>: quando votamos a lei aqui, essas dúvidas que V. Ex<sup>a</sup> está levantando foram debatidas. Fui o primeiro que disse: quero que fique claro que essa lei que vou votar e para a qual estou fazendo um apelo que se vote, deixando de lado as emendas, sei que está cheia de erros.

Vamos ter que aperfeiçoá-la no futuro. Acontece que já foi um milagre a Câmara ter aprovado. Mandou para nós. Se emendarmos e voltar para a Câmara, morreu. Não acontece mais nada. Então, vamos aprovar como veio da Câmara. E houve um compromisso unânime do Senado: no ano que vem, vamos mudar. Aí vamos fazer esses aperfeiçoamentos. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Quer dizer, a lei não pode ser uma caça aberta e franca. De repente, o cidadão que tem alguma uma prestação irregular não pode ser mais candidato a nada! Não, **o objetivo quando a gente fala ficha limpa é ficha limpa; ficha suja é ficha suja. São os crimes da corrupção. Vamos ter que fazer essa limpeza da área. E vamos fazer.** Mas, agora, se eu pudesse e se eu não caísse no ridículo, nos meus 80 anos... Tenho inveja do Paim. Não tenho a coragem do Paim, que teve uma vitória espetacular no Rio Grande do Sul. Sei que se fosse o Paim, ou se pelo menos ele estivesse aqui, ele não está aqui, ele ia acampar lá na frente do Supremo e fazer greve de fome; três dias lá na frente do Supremo, e dizer: “Enquanto vocês não votarem o Ficha Limpa”. O Paim faria isso. Mas confesso, com humildade, que não tenho coragem e isso não faz meu estilo.

Mas faço um último e derradeiro apelo aos Srs. Membros do Supremo. A imprensa já tem publicado isto: este Supremo tem um lugar na história do Judiciário. Está marcado. Se eles aprovarem, vai ser quem vai marcar: foi aquele Supremo que teve a coragem de decidir, e decidiu, e iniciou o fim da impunidade no Brasil. Se deixar passar, também, entrará para a História. Triste Supremo. Quando a sociedade se movimentou, o Executivo se movimentou e o Congresso se movimentou, todo mundo está lá de um lado e os príncipes, donos da verdade, cinco, porque cinco votaram a favor, se julgam com o direito de ficar contra todo o Brasil. Muito obrigado.

AA7

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, acho importante salientar aqui, nesta véspera de eleição, um fato que, de certa forma, não vejo ter o merecido e necessário destaque na opinião pública e na imprensa brasileira.

Estamos às vésperas da eleição. Muito debate, muita discussão, muita acusação recíproca, muita discussão que, às vezes, está indo ao exagero, aborto e coisas parecidas. Mas uma coisa tem de ser salientada, e é muito importante que seja salientada: vivemos uma eleição na mais absoluta normalidade, um país de primeiro mundo! Não houve aquela história, a manifestação de um coronel ou de um general, de um Comandante do Segundo Exército, do Terceiro Exército... Absolutamente nada! Podemos dizer que esta eleição está consolidando, mais uma vez, a democracia no Brasil, e isso é importante.

Estamos vivendo um longo período de democracia efetiva, dos mais longos da Nova República. É uma pena! Estados Unidos, desde a proclamação da República, é uma democracia só, uma Constituição só, um respeito às leis sempre. O Brasil, não: no Império, poder absoluto do soberano; na Primeira República, partidos de mentirinha, eleições de mentirinha, de faz de conta, os governadores é que escolhiam, a rigor o Governador do Rio e de São Paulo e mais o Presidente da República. Era a época do café com leite; depois, o Regime de Vargas, de 1930 até 1945; Nova República, Constituinte, uma eleição democrática que elegeu Dutra; uma eleição democrática que elegeu o Dr. Getúlio, que foi levado à morte, ao suicídio por um golpe militar; assume Juscelino com uma infinidade de dificuldades; democraticamente se elege Jânio, que renuncia sete meses depois; com muita dificuldade,

com a Legalidade de Brizola, assume João Goulart, que é derrubado em 1964. Aí vêm as ditaduras dos generais: General ditador Castello Branco, General ditador Costa e Silva, General ditador Médici, General ditador Geisel, General ditador Figueiredo. General ditador Presidente, nomeado de mentirinha.

Aí veio a democracia. Veio das páginas mais bonitas da nossa história. O povo na rua, os jovens na rua, sem derramar uma gota de sangue, sem a guerra civil que alguns queriam, sem a luta armada que outros queriam, sem a revolta e os protestos que muitos queriam... O MDB e o povo na rua conquistaram a democracia.

Morreu Tancredo, assumiu Sarney, numa grande eleição democrática. Erramos todos nós e elege-se Collor. Em mais uma página democrática excepcional na história deste Brasil, com o povo na rua, os jovens na rua, democraticamente, este Congresso, este Senado, pelo *impeachment*, afasta o Collor. Assume Itamar Franco, que consolida a democracia. Assume Fernando Henrique. Reelege-se Fernando Henrique. De repente, não mais que de repente, um líder sindical, um operário, um homem das greves, um homem sem o primário se elege Presidente, é reeleito Presidente, e agora está aí, democraticamente. De um lado, pela primeira vez, uma mulher com chances de chegar a Presidente da República e, de outro, o ilustre cidadão, o Governador Serra, com todas as condições de chegar a Presidente. Repito: Itamar, Fernando Henrique, Fernando Henrique, Lula, Lula e, agora, Dilma ou Serra. Democracia plena. Jornais com liberdade absoluta. Televisão aberta. Igualdade de oportunidade a todos. É verdade que o Presidente está exagerando, misturando cargo com eleição, mas, também, se está fazendo isso é porque a Justiça Eleitoral pune com dois mil reais e não acontece nada. Podia ser mais enérgica. Mas isso não altera o quadro, não modifica a realidade.

Vivemos num ambiente de absoluta liberdade. Reparem que a eleição será na semana que vem. Sem ser neste domingo, no outro estaremos em eleição. Andamos por todas as cidades, caminhamos por todos os caminhos e não se viu ninguém impedindo tropa, não se viu ninguém com qualquer tipo de agitação.

É lindo ver, neste segundo turno, os debates e os programas de televisão. Eu venho defendendo, há muito tempo, que toda eleição deve ser assim, não como naquele primeiro turno ridículo, grosseiro, vulgar, com dez, doze candidatos, em que a gente não entendia nada. Era uma farofa que levava praticamente ao ridículo. Agora, não! Dez minutos para um e dez minutos para outro. Se um responde ou não responde, a gente está anotando, a gente está em casa olhando. Ela falou isso, ele não respondeu. Ele falou isso, ela não respondeu. Cada um anota, mas os espaços são iguais.

E o debate, então? Nota 10! O debate é sensacional! Lembra os dos Estados Unidos. Dilma pergunta, Serra responde; Serra pergunta, Dilma responde. Cada um fala o que quer, pergunta o que quer e responde o que quer. Não é o fulano de tal responsável pela mídia, como naquela eleição em que o Lula se transformou de Lula radical, líder dos trabalhadores, no “Lulinha paz e amor”, porque o Duda Mendonça resolveu mudar. A barba dele ficou bonitinha, alinhada, como a de um grande empresário; a sua roupa, que era comum, passou a ser ultragrã-fina e ele passou a falar macio. Não sei se ele tinha mudado ou não; o Duda o mudou. Lembro que, naquela eleição, a primeira que ele ganhou, a imprensa publicava mais o que Duda falava do que o que falava o Lula. O Duda dizia o que Lula falava, e o Lula falava aquilo que Duda o mandava falar.

Essa televisão é ridícula! Os programas de televisão do Brasil... Talvez muitos dos senhores telespectadores que estão me ouvindo não saibam, mas, na verdade, há o *teleprompter*. O que é o *teleprompter*? Você está aqui e ele fica ali na frente. Eu estou aqui olhando para você, você está me enxergando aqui, mas eu estou lendo o que está ali na frente, o que o Duda Mendonça ou o substituto dele me manda ler. E vende-se o candidato como se fosse uma marca de sabonete. Aliás, os homens da televisão, da mídia, dizem que o bom é vender alguém que não tem passado, cuja vida seja um vazio, porque, assim, se vende como se quer. Se é uma marca nova, empurra-se o que se quiser.

Agora não! No domingo, vai haver o debate da Record. No domingo passado, houve o debate da *Folha*. Na outra quinta-feira, haverá o debate da Globo. E a gente está assistindo. Um fala e o outro responde, um fala e o outro responde.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Níura Demarchi. PSDB - SC) Senador Pedro Simon, se me permite, eu gostaria de registrar a presença de, seus conterrâneos, um grupo de Policiais Rodoviários Federais do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)  
Sejam bem-vindos. Obrigada, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Que fique claro que nós do Rio Grande do Sul, várias vezes, se necessário, chamamos a tropa e amarramos o cavalo até no obelisco. Mas desta vez não houve nada disso. (*Palmas.*)

Desta vez foi uma coincidência que me deixa muito satisfeito e alegre, porque, vendo gente do meu Rio Grande, podemos dizer que lá, de certa forma, temos essa tradição. No Rio Grande, ao longo do tempo e da história, até dizem que é meio exagerado; não sei se é, uns são ximangos e outros são maragatos; uns são Grêmio e outros são Internacional; uns são de um lado e outros são de outro lado, mas todos têm ideias, pensamentos e princípios. Debate-se, discute-se, mas a gente sabe o que quer.

Vivemos este momento. Daqui, digo ao povo brasileiro: às 20h30, ligue a televisão, ouça os dez minutos da Dilma e os dez minutos do Serra. No domingo, ligue na TV Record e escute as duas horas de debate. Na outra quinta-feira, assista na TV Globo. Assista aos debates. Cobre, escute o silêncio, analise o que dizem, o que não dizem, o que deixam de dizer. Ali, eles revelam o sentimento.

Que eleição interessante esta! Em primeiro lugar, não dá para acreditar nas pesquisas. Com todo o respeito, acho as pesquisas no Brasil o exagero do absurdo. Agora são diárias: uma de manhã e outra à tarde. São três, quatro institutos. Mudam de um para o outro sem darem a mínima ideia do que é ou o que deixou de ser. Não dê muita bola para pesquisas. Vota com a tua consciência, o que tu pensas, o que tu sentes.

É muito importante esta eleição. É muito importante o que estamos sentindo e o resultado desta eleição. Primeiro, porque vai consolidar a democracia. Ganhe a Dilma ou ganhe o Serra, demonstrará que valeu a pena. A democracia, neste País, veio para ficar. Ela está demonstrando que devemos fazer profundas reformas na estrutura. Não podemos mais ter eleição, Presidente, com o voto para Deputado como é agora. O voto proporcional tem que acabar.

Se me perguntarem o que há de mais absurdo, de mais corruptor na eleição brasileira, eu digo: o voto proporcional. É a luta de irmão contra irmão. É a luta dentro do mesmo partido. É luta em que o cidadão bota dinheiro, bota dinheiro e bota dinheiro, e ninguém sabe provar o quanto botou ou o quanto deixou de botar.

Mas eu acho que estamos vivendo uma hora histórica, que é a consolidação da nossa democracia. Alguns tinham medo. “Não, o Lula não vai entregar o governo. Lula agora fica.” Mérito ao Lula. Ele foi contra a emenda da reeleição. Ele foi contra. Havia gente querendo, e ele tinha maioria para votar. Com mais de 80% de popularidade, ele tinha condições de votar, mas teve a grandeza de entender que seria uma loucura. Partir para uma eleição *in perpetuum* seria uma loucura. Ele teve a grandeza de pedir aos deputados do seu partido que retirassem a emenda. E não foi aprovada a reeleição.

Acho que caminhamos para uma hora muito importante. Não há dúvida, está provado que o País vive uma situação importante. Hoje o Brasil está entre os grandes líderes da humanidade, pela sua economia, pela credibilidade, pelo respeito que temos na sociedade mundial. E, se nós, mais uma vez, consolidarmos a democracia, aí, sim, poderemos dizer que estaremos, em definitivo, não num país na busca da democracia total, mas num país que se encontra na democracia total.

E eu me sinto muito feliz. Valeu a pena. Valeu a pena aquela caminhada, as dificuldades que a gente enfrentou valerem a pena. E que diferença! Os generais ditadores e a ditadura da força e da democracia.

E reparem: oito anos de PSDB com Fernando Henrique, democracia; oito anos de PT com Lula, democracia. E estamos aqui, agora, com dois candidatos. E a decisão não vai ser feita nem por general, nem por força “a”, nem por força “b”, e, a esta altura, eu diria, nem pelo poder econômico. Podem botar o dinheiro que quiserem, de hoje até domingo, na campanha, que não vão comprar. Quem vai votar é a consciência do cidadão, que vai olhar na televisão os dois falando igual, que vai assistir aos dois debatendo igual e que vai votar num voto secreto.

Graças a Deus, a eleição no Brasil, o sistema eleitoral no Brasil é dos melhores do mundo hoje. Não haverá fraude. Não teremos que esperar apuração nem juntas apuradoras. A democracia sairá vitoriosa. E eu espero que o novo Congresso desempenhe o seu papel. Falando nisso, Sr. Presidente, eu encerro.

Ó, irmãos, ilustres, magníficos membros do Supremo Tribunal Federal. Ontem a OAB dava uma nota nacional exigindo que o Supremo decida, antes da eleição, a questão da Ficha Limpa. Os jornais não dizem hoje uma palavra. Eu acho muito estranho que, na imprensa, até o julgamento do caso do ex-Governador de Brasília, eram manchetes e mais manchetes, debate e mais debate, discutindo essa questão. De repente, não mais do que repente, a notícia saiu; não vejo nem a *Folha de S.Paulo* nem a *Veja* nem a televisão, ninguém falar que o Supremo deveria decidir sobre a Ficha Limpa. Silêncio. Silêncio absoluto. A nota do Presidente da OAB, num jornal, de todos, um jornal, saiu discretamente, em letra miúda, num canto de página.

Apesar disso, a Nação, repito, olha para o Supremo Tribunal Federal. Será quarta ou quinta-feira. São dois dias em que eles devem decidir sobre essa matéria. É claro que não vai ser na

semana que vem. Não vai ser na quarta nem na quinta-feira, 48 horas antes da eleição, que eles vão fazer isso. Pode hoje, pode amanhã e pode quinta-feira.

Obrigatória jurídica determinada não tem. Perdoem-me, irmãos do Supremo, mas obrigação ética tem. Uma resposta tinha que ser dada, deve ser dada. Empurrar mais uma vez, deixar para as calendas gregas, seja lá o que aconteça no futuro? Triste papel esse do Supremo. Chegamos, em termos de moral, de ética, de dignidade, de combate à impunidade, a um momento único da história do Brasil. Nunca até aqui tinha acontecido isso. Nunca! O Congresso votou, a Câmara, por esmagadora maioria; o Senado, por unanimidade, votamos o Ficha Limpa para valer nesta eleição.

O Tribunal Superior Eleitoral e o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem um Tribunal Superior Eleitoral, um órgão específico para decidir questões de eleição, esse órgão técnico decidiu, quase que por unanimidade, que a Ficha Limpa vale e para esta eleição. No Supremo, estava cinco a quatro. O Presidente do Supremo podia se abster, mas resolveu votar, e ficou cinco a cinco. Podia até ter dado um voto de novo, seis a cinco; teve a grandeza de não dar dois votos, e ficou empate. Para mim, com o empate no Supremo, o que deveria valer era a decisão do Superior Tribunal Eleitoral, que é o órgão que analisa só matéria eleitoral. O Supremo analisa todo o universo.

Seria uma grandeza, seria um gesto de respeito se o Supremo Tribunal tivesse dito: empatou, cinco a cinco... Não como quer o Presidente do Supremo: esperar que o Lula mande o nome do novo Ministro. Mas como é que vai mandar o nome do novo Ministro? Faz bem o Lula em não mandar. Mandar o nome do novo Ministro? E aí quererem cobrar do novo Ministro... Tem um jornal de hoje botando em manchete que há um cidadão que está aguardando o resultado do Ficha Limpa e está querendo cobrar do Lula que mande alguém para o Supremo. Eu não acredito, mas está lá na manchete do *Correio Braziliense* de hoje. Mas querer cobrar que um cidadão, de repente, seja indicado Ministro do Supremo? De repente, vem aqui para a Comissão de Justiça, e todo mundo vai querer saber dele em quem ele vai votar, como é que ele vai votar; e vai chegar lá no Supremo para decidir? Mas que decisão mais ridícula é essa do Supremo Tribunal?

O Supremo pode decidir hoje, amanhã ou quinta-feira. Não decidiu, deixou para as calendas gregas essa história que empolgou o Brasil, de uma emenda popular com 3 milhões de assinaturas, de uma Câmara de Deputados que, de repente, quando menos se esperava, o milagre aconteceu e a Câmara aprovou, e o Senado, que aprovou por unanimidade. Por unanimidade, o Senado disse que a emenda do Sr. Dornelles era uma emenda de redação e, portanto, não precisava o projeto voltar para a Câmara, como pensa o Presidente do Supremo, querendo nos dar aula.

Essa história ficará marcada. Muitos escreverão livros sobre ela. Muito haverá de se debater sobre esta matéria. O projeto Ficha Limpa, e eu escrevo um livro sobre isso pode morrer e começar tudo de novo, tudo de novo! Mas a Justiça dará os nomes dos que votaram de um jeito e dos que votaram do outro. E, com o maior respeito que eu tenho ao Supremo Tribunal, com o maior respeito que eu tenho à competência, à capacidade, à genialidade jurídica, à vaidade, eles devem votar pensando no Brasil, o Brasil, que é o país da impunidade. E por essa impunidade muitos fomos responsáveis: nós, Parlamentares, o Poder Executivo, mas o Judiciário e o Supremo também. A época em que não se podia julgar Senador e Deputado porque tinham que pedir licença da Câmara e do Senado e nós não dávamos passou. Hoje não precisam pedir licença para nós. Processa-se quem quiser, quando quiser, na hora

que quiser. Mas está lá na gaveta deles. Essa é uma hora importante. E os nomes ficarão. Eu não tenho nenhuma dúvida de que os nomes ficarão ou será o dia de uma vitória consagradora: foi neste dia, com aprovação deste projeto, que se iniciou a hora da moralidade, da dignidade, e se terminou com a era da impunidade no Brasil, se o Supremo votar. Ou o contrário: estava tudo pronto, a sociedade fez o milagre, o Congresso fez o milagre, mas o Supremo o sepultou. Eu rezo a Deus que inspire os senhores ilustres membros do Supremo, para que cada um faça o que realmente for melhor para este País. Muito obrigado, Sr<sup>a</sup>. Presidente.

AA8

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora **Serys Slhessarenko**, estou com sorte: terminei a semana, falando no momento em que a senhora atua como Presidente, e inicio esta semana, com a senhora como Presidente. Aliás, V. Ex<sup>a</sup>, ao que sei, com a licença do Presidente e do 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, é a primeira Senadora que ocupa efetivamente a Presidência do Senado. Meus cumprimentos! Eu vinha chegando a esta Casa, ouvi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> pelo rádio. Mais uma vez, lamento que V. Ex<sup>a</sup> não fique conosco, pela sua garra, pela sua competência, pela luta que desenvolveu, com muita capacidade, neste Senado.

V. Ex<sup>a</sup> está na Presidência, eu, na tribuna, e o assunto é o mesmo da semana passada. Pode parecer estranho, mas minha consciência me diz que tenho a obrigação de voltar a esta tribuna. Todo o Brasil esperava que o Supremo Tribunal Federal (STF) tivesse tomado a decisão na semana passada, na quarta-feira ou na quinta-feira, mas não a tomou. A rigor, resta esta semana, porque a semana que vem é a semana eleitoral, e domingo será o dia da eleição. Não acredito que o Supremo vá tomar uma decisão sobre o Ficha Limpa quatro ou cinco dias antes das eleições. Então, resta amanhã, quarta-feira ou quinta-feira.

Volto a esta tribuna, para, com o maior respeito, com o maior sentimento de expectativa, dirigir-me ao STF. Nesses dias que sucederam meu pronunciamento aqui, bateu o recorde a remessa que recebi de mensagens. E acho importantes os telefonemas, as conversas pessoais, aquelas que tive com as entidades que representam o mundo social, o mundo jurídico e o mundo político no nosso País.

A expectativa é generalizada. A esperança de que o STF tome posição anima a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), as entidades de jovens. Alguns estão até falando: “Mas será que ainda é possível fazer uma manifestação em Brasília, uma visita ou uma ida a Brasília, para ficar na frente do Tribunal?”. Aos que me consultaram, aconselhei “não”, porque achei que, na véspera da eleição, num momento como este, isso não seria apropriado. A hora é tão importante, a decisão é tão significativa, que não pode passar pela nossa cabeça querer exercer qualquer tipo de influência sobre o Supremo Tribunal, primeiro, porque isso não resolveria, é claro, absolutamente não resolveria; segundo, porque isso não pegaria bem; terceiro, porque a hora é séria demais, e o que importa é o Supremo tomar a decisão. **Eu disse e repito: na minha opinião, foi um verdadeiro milagre o que aconteceu no Congresso Nacional. V. Ex<sup>a</sup>, como eu, como todos nós, sabe que não passava pela nossa cabeça que votaríamos o Ficha Limpa nesse espaço de tempo. O processo já estava praticamente arquivado na Câmara dos Deputados.** A imprensa praticamente tinha tirado



a matéria da Ordem do Dia. As manifestações, as lideranças eram todas neste sentido: “É complexo demais. Não há chance de se votar agora”. As reuniões, as lideranças caminhavam no mesmo sentido. No entanto, surpreendentemente, quando a comissão especializada praticamente encerrava o assunto, deixando-o para o ano que vem, a matéria vai ao plenário, e, surpreendendo a tudo e a todos, há quórum, o quorum permanece até o fim, a matéria é votada e aprovada pela imensa maioria, muito maior do que a necessária. A matéria foi aprovada, com aplausos generalizados, como uma realização das mais importantes da história do Parlamento.

Mas é claro que ficava no ar uma expectativa, e já era tarde. A matéria ainda tinha de vir para o Senado Federal. Seria fácil que uma matéria dessa natureza recebesse muitas emendas, até, talvez, substitutivo. Primeiro, era muito difícil votá-la no Senado; segundo, era impossível, se voltasse à Câmara, a matéria ser votada na Câmara novamente. E a matéria veio para o Senado. Foi publicada a matéria, aprovada na Câmara. Foram escutadas as Lideranças e todos os Parlamentares, entre os quais estava eu, inclusive. Houve unanimidade, alegria e aprovação do texto geral, mas houve desconformidade com vários itens que estavam ali. Aquele não era o projeto que passaria pela unanimidade do Senado, que seria aprovado. Era bom, era muito bom, mas era preciso mudar muitas coisas. E as emendas foram apresentadas. Eu mesmo apresentei uma série de emendas, para que o processo se adaptasse, inclusive, àquele que, de iniciativa minha, esta Casa já aprovou e está na gaveta da Câmara dos Deputados, sei eu lá há quanto tempo.

E aí mesmo se comentou: “Não, não passa. Com todas essas emendas, com toda essa confusão, não há chance de passar”. E olha que as próprias lideranças, principalmente as dos Partidos do Governo e até as de oposição, não eram muito simpáticas. **E, mais uma vez, aconteceu um milagre: o projeto passou por unanimidade, por unanimidade!** Não sei se fui eu, tenho quase certeza de que não fui eu, mas um Senador muito compreensivo e competente chamou a atenção da Casa: “Meus irmãos, esse projeto não é perfeito. Há várias questões a serem alteradas, mas entendam que é esse, ou é nada. Esse é um passo inicial para começarmos a caminhada do fim da impunidade no Brasil. Não votar esse projeto significa terra arrasada e, no ano que vem, começar tudo de novo”. Como foi interessante a forma como os Senadores, com as mais diversas opiniões, dos Partidos mais diferentes, do Governo e da Oposição, entenderam essa tese! Eu, inclusive, entendi: “É verdade. Não é o projeto que quero. Eu já consegui mais, pois o Senado aprovou, quase por unanimidade, não me lembro agora, ou, talvez, por unanimidade, um projeto que está na Câmara, melhor do que esse. Como vão aprovar esse agora?”.

Mas me convenci. “É, o Senador tem razão. É esse ou nada. Se emendarmos, volta para a Câmara e, aí, sim, na Câmara, não teria mais prazo real nenhum de ser votado”. Esse foi o pensamento de todos. A unanimidade do Senado, a série de emendas, as dezenas de emendas sobre a matéria foram sobrepostas. O projeto foi votado, por unanimidade, sem emendas, com muitos Senadores, inclusive eu, dizendo: “O fato de eu estar votando a favor, o fato de eu estar deixando de lado as emendas não significa que eu não ache que esse projeto tenha de ser alterado no futuro. Mas, hoje é o ideal, é o que temos de melhor. Vamos aprová-lo.”

Tinha surgido uma interrogação. O Senador Dornelles, Líder do PP, entrou com uma emenda em que se discutiu um tempo do verbo, aqui ou acolá. Cá entre nós, o Senador Demóstenes, reeleito por uma maioria esmagadora em Goiás, ex-Procurador-Geral de Goiás, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pessoa que eu olho com muito admiração, não é do meu partido, mas, reconheço, é um jurista apaixonado, está tocando aquela Comissão, a

reforma dos Códigos; é um homem de uma cultura jurídica de primeira grandeza, que foi o relator, ao relatar a emenda do Senador Dornelles, disse: “Uma emenda de redação não altera, não modifica coisa nenhuma”.

O que é emenda de redação num projeto? Emenda de redação num projeto é uma emenda que não altera o projeto, não modifica em nada o projeto, que pode ser aprovado, portanto, sem se dizer que o projeto foi modificado. Porque quando o projeto é modificado, é alterado, tem que voltar para a outra Casa; se nós o alterássemos, ele teria que voltar para a Câmara. Mas, reparem, havia unanimidade da Casa não querendo modificações. Não foi aprovada nenhuma modificação; a única foi a do Senador Dornelles, que o Relator considerou emenda de redação. O que é emenda de redação? É uma emenda de aperfeiçoamento do conjunto da matéria, que não altera em nada o princípio da matéria.

Reparem: unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, unanimidade no plenário, aprovando, sem emenda, a não ser uma emenda de redação que não significa nada. Agora, claro, cabe a nós respeitar as decisões da Justiça, principalmente as do Supremo, principalmente as do Supremo, pelo qual temos respeito, admiração, orgulho, pela sua seriedade, pela sua integridade, porque seus membros honram a família brasileira. Um ilustre membro do Supremo, o seu Presidente, discordar de todo o Senado e dizer que nós alteramos o projeto, que nós o modificamos e que ele tinha de voltar à Câmara? Claro que o Presidente pode falar o que acha que deve falar, nós temos de respeitar, mas soa como interferência, soa como se o Senado todo estivesse sendo chamado de incompetente, de irresponsável, não vou usar um termo forte, chulo, até meio burro.

Por unanimidade, decidimos não emendar para que não voltasse à Câmara, mas apresentamos uma emenda e deixamos voltar à Câmara! O que é isso? Será que o Senador Demóstenes nos deu uma rasteira? Será que houve uma ignorância generalizada nossa de não ver o que estávamos votando? Não, nós votamos com consciência. Eu não sou jurista, sou advogado, há anos leciono numa universidade. Eu votei com muita tranquilidade, e todas as pessoas que consultei, antes como depois da decisão do Supremo, me responderam: é emenda de redação, não tinha de voltar à Câmara.

Cinco a cinco, e se marcou para outra data. A primeira tese foi esperar o Presidente da República designar o 11º membro, cuja vaga está aberta desde a aposentadoria do seu titular. Quer dizer, de repente, o Supremo abre mão de tomar a decisão e deixa o Presidente da República decidir. Numa matéria dessa natureza, dessa importância, o Supremo capitula e diz: “Não, não, quando o Presidente quiser mandar, manda e, quando ele mandar, nós completamos, aí nós vamos julgar”.

Sabe o Supremo e sabemos nós, talvez seja algo a ser discutido no futuro, que o Presidente da República não tem prazo para mandar; pode levar um mês, dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, um ano. Nada o obriga, ele não está sujeito a um tempo determinado para enviar a sua indicação. Aliás, muitas pessoas com as quais conversei entendem que o Presidente nem deve enviar. Primeiro porque, se ele envia, está sujeito à rejeição do Senado, o que pode deixar o cidadão que ele indicar numa posição muito ruim, muito delicada. Como é que o indicado vai votar essa matéria? Ele vai antecipar para nós, na Comissão de Constituição e Justiça, como é que vai ser o seu voto? Então, está certo o Presidente da República não querer indicar antes de ser decidida essa matéria. Todas as pessoas com quem eu falei, entre elas alguns juristas, inclusive ex-membros do Supremo Tribunal Federal, chamaram atenção para um detalhe: a última decisão antes dessa

foi do Tribunal Superior Eleitoral, que, por imensa maioria, dois votos de um lado, o resto todo do outro lado, aprovou a matéria. Quem é o Superior Tribunal Eleitoral que votou essa matéria? O Superior Tribunal Eleitoral é o órgão máximo da Justiça Eleitoral em nosso País. O Supremo é o órgão máximo geral, dá a última palavra sobre tudo. Tecnicamente, porém, quem dá a última palavra sobre Justiça Eleitoral é o Superior Tribunal Eleitoral, que existe só para isso.

Muita gente acha que o TSE não deveria existir. Não há justiça eleitoral nos Estados Unidos, não há na Europa, pelo mundo afora não há. Nós tivemos a precaução de estabelecer um Tribunal Superior Eleitoral para julgar exclusivamente as questões eleitorais, e ele julgou, julgou analisando.

A decisão do Supremo, que foi tumultuada, foi transmitida pela TV. Aliás, que lindo foi ver essa transmissão pela TV Justiça, parecíamos até uma democracia perfeita! Eu não me lembro de um outro lugar do mundo transmitir pela televisão, ao vivo, uma decisão dessa natureza do Poder Judiciário supremo. Nós vimos essa decisão acontecer, e foi uma sessão, cá entre nós, de muito ego, de muitas questões pessoais etc. e tal. Foi ali que decidiram. O Superior Tribunal Eleitoral se debruçou sobre a questão, debateu, analisou, levou tempo discutindo a matéria, porque essa é a sua especialidade. E decidiu: vale a ficha limpa. As pessoas com quem eu falei disseram que, tendo terminado empatado o julgamento no Supremo, deveria valer a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, deveria ser aceita a decisão do Tribunal Superior Eleitoral tomada por uma imensa maioria, só dois contra. Esse poderia ter sido um caminho. Outros invocaram o passado, quando o Presidente da Suprema Corte, em decisão importantíssima, na hora de votar, se ele votasse de um lado, daria empate e ficaria tumultuada a decisão, votou contra o que pensava e a favor de quem estava ganhando de 5 a 4. Ficou 6 a 4, e ele achou melhor agir assim do que tumultuar a questão. Quem sou eu para aqui especular o que se passa na cabeça dos Srs. Ministros do Supremo? Alguns eu conheço bem, outros, conheço bem menos, mas posso dizer que, de certa forma, tive oportunidade de travar conhecimento com todos. Para mim, foi importante e para eles foi importante, porque foi no momento em que os Ministros foram à Comissão de Constituição e Justiça para debater, responder as nossas perguntas, esclarecer as nossas dúvidas e esperar o nosso voto.

Vou fazer 32 anos nesta Casa, e muitos em quem votei já se aposentaram no Supremo Tribunal Federal. Dos que estão lá, todos passaram por esta Casa enquanto eu era membro da Comissão de Justiça; todos. Eu estava lá na Comissão e votei favoravelmente à indicação de todos.

Não sou daqueles que normalmente dão voto *en passant*. Estudo e penso sempre em cumprir minha responsabilidade. Isso dá fundo às matérias em que tenho de votar. Digo isso com toda a sinceridade, e isso é especialmente verdadeiro quando se trata de analisar as indicações para Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu sempre ficava naquela angústia... Existem muitas teses. O mandato do Ministro do Supremo deve ser vitalício ou deve ser por tempo determinado? Sou pelo mandato vitalício. Acho que tempo determinado é algo que, sinceramente... Não sei! Devem ser os membros do Supremo indicação direta do Presidente, que indica quem quer?

Os últimos três, por exemplo, foram indicados. Eram advogados do PT, ou advogados do PSDB. Foram Advogados-Gerais da União, quer dizer, homens da confiança direta do Presidente, e, de lá, foram para o Supremo.

Deve continuar assim? Ou deve haver um percentual, em que os juizes vão subindo, vão subindo e saem dos tribunais superiores para o Supremo; saem dos tribunais inferiores para chegarem ao Supremo, cabendo um ser indicado pela OAB; outro, pela Procuradoria-Geral da República, pelos promotores; e outro pelo Judiciário?

Diante da tese atual, que é a lei, cabe ao Presidente indicar. Sou daqueles que sempre levaram para a casa, que sempre pediram investigação. “O Ministro do Supremo veio de Minas Gerais?”; “Veio de Minas Gerais”.

Eu me lembro da Ministra que lá está hoje. Mulher fantástica, na minha opinião. As informações que recebi foram cada uma melhor do que a outra, de todos os lados, Governo e oposição. Cada uma mais espetacular do que a outra. Mas pedi informações, embora já soubesse. Essa era daquelas que eu já sabia da sua credibilidade, da sua respeitabilidade. E, na comissão, também fazia perguntas. Até, às vezes, os colegas ficavam assim, porque geralmente deixo para o final da sessão; e, às vezes, temos duas horas ou duas horas e meia para fazer um lanchinho e continuar a sessão. E eu era daqueles que queriam fazer perguntas, porque eu estava inscrito para fazer as perguntas e não abria mão disso. Fiz as perguntas, e ela respondeu. Às vezes, algumas perguntas iam além do conteúdo jurídico. “Eu queria saber como V. Ex<sup>a</sup> vota, como V. Ex<sup>a</sup> vê”. Entre a lei e o conhecimento, entre a aplicação fria da lei e o problema da realidade, eu me aprofundei em saber. Tenho impressão muito positiva dos Ministros do Supremo. Muito, muito positiva. Lembro-me de que teve Ministro que foi duro; adotou posição contrária à que a gente defendia, mas se via que era gente correta, digna, de bem, que não fazia concessões, mas que dizia aquilo que pensava.

Conheço e conheço bem o Supremo. Tenho orgulho do Supremo. Um dos Ministros de quem tenho mais orgulho foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, um dos líderes da ficha limpa. Hoje, é Vice-Presidente do tribunal. De repente, apareceu, sei lá, um genro seu, como advogado de uma das partes, querendo enquadrá-lo, e ele saiu com uma dignidade espetacular. Seu voto foi para o lado que ele queria, seu genro fez alterações no seu erro, e ele ficou com o respeito dos seus pares e da Nação inteira. Confio no Supremo.

**O Sr. Papaléo Paes (PSDB - AP)** Permita-me, Senador Simon?

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Com o maior prazer.

**O Sr. Papaléo Paes (PSDB - AP)** Senador Pedro Simon, quero parabenizá-lo porque V. Ex<sup>a</sup> está mantendo um tema que é extremamente importante e que traz para o Brasil uma expectativa muito grande. Na questão da ficha limpa, V. Ex<sup>a</sup> foi perfeito; aliás, em todos os seus detalhes. Mas foi perfeito quando falou que abriu até mão do andamento de um projeto seu, que está na Câmara, para que pudéssemos aprovar não aquele já trabalhado, o projeto que está lá, mas um que seria, para aquele momento, o mais correto, dada a pressa que tínhamos para fazer valer para esta eleição ainda. Foi aprovado por unanimidade. Muito bem! V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, mostrou sua grandeza e evitou até as emendas, para que não voltasse para a Câmara, impedindo nosso objetivo. De repente, esperávamos que esse projeto viesse a entrar em vigor nestas eleições. Mas, pelo efeito jurídico, que culminou com o julgamento pelo Supremo, ficamos numa situação extremamente difícil. Por que digo “difícil”? Assisti, como V. Ex<sup>a</sup>, ao julgamento. Realmente, fiquei um pouco decepcionado com a maneira como foi discutida aquela matéria. Não sei, a coincidência fez com que ficasse empatada, 5 a 5, e, no

bojo da discussão, quando o Supremo estava julgando uma causa gerada por um recurso do Senador Roriz, mas que ia atingir todos aqueles que estavam envolvidos na ficha limpa, ele decidiu, entre os dez votos, de acordo com a maioria, que a lei é constitucional, o que é a principal ação do Supremo, julgar se é constitucional ou inconstitucional. Mas quando chegou na questão da vigência da Lei do Ficha Limpa, eles ficaram no 5 a 5. Agora, veja a situação que causou essa não decisão antes da eleição: primeiro, àqueles cidadãos que são impedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral de se registrar, foi permitido concorrer. Então, esses cidadãos ficaram mantendo sua campanha. Ali, envolveram questões materiais, que é a manutenção financeira da campanha; envolveram questões emocionais, que é exatamente a lida numa campanha política; envolveram um aparato que, realmente, impõe a esse candidato uma sobrecarga emocional e financeira. Deixaram concorrer. De repente, nove milhões de pessoas votam nesses cidadãos, e esses nove milhões de eleitores ficam subordinados a quê? A uma decisão, que já deveria ter sido tomada e não foi, de 10 ou de 11 pessoas anularem nove milhões de votos. Isso é uma questão. E a outra questão, que V. Ex<sup>a</sup> também abordou com muita sabedoria, foi o fato de terem jogado para o Presidente da República a responsabilidade. Quem vai indicar o novo ministro é o Presidente da República; um Ministro que não participou daquele ambiente de discussão. Ele vai chegar naquela Casa com a responsabilidade de decidir. Não é justo que façam isso com esse futuro Ministro. Não é justo! Se eu fosse Presidente da República, eu não o indicaria, porque isso colocaria em situação difícil essa pessoa e vai colocar o Presidente da República sob suspeita, porque quem sabe não vão comentar: “O Presidente é que orientou esse voto, negociou com o cidadão, deixando o cidadão em dúvida”.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Complicada a escolha dele na Comissão de Constituição e Justiça.

**O Sr. Papaléo Paes (PSDB - AP)** Vai complicar aqui dentro. Então, Ex<sup>a</sup>, muitos erros, muitas falhas que deveriam ter sido resolvidas antes das eleições. Quero ressaltar, em relação àquela discussão, a presença firme, determinada, muito bem sustentada do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Ele, realmente, defendeu com grandeza a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, e quero dizer que aquele julgamento foi o que mais me impressionou, ou melhor, o que me consolou no julgamento daquela causa foi exatamente a participação do Presidente do TSE, que foi brilhante, defendendo o que aquela Casa de juristas manteve, ou seja, a implantação, a validade do Ficha Limpa para essas eleições. Então, eu quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e dizer que, lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal deixou os candidatos em situação difícil para concorrer nestas eleições e deixou nove milhões de votos, nove milhões de votos!; nas mãos de um cidadão para decidir, que seria o Ministro a ser indicado pelo Presidente Lula. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Eu agradeço a oportuna manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, que fez uma análise completa de toda a questão, com a qual eu concordo totalmente. Eu digo apenas o seguinte: estamos no final da campanha. Graças a Deus, o clima é da mais absoluta tranquilidade. No debate de ontem, por exemplo, ambos os candidatos procuraram fugir das teses que envolvessem indignidade ou coisa parecida, ficando nas teses da educação, saúde, trabalho e segurança, e não envolvendo as brigas e as picuinhas. Deus ajude o povo brasileiro a fazer a melhor seleção, mas o ambiente é da mais absoluta tranquilidade. Se o Supremo decidir aceitar o Ficha Limpa, nós estaremos dando um passo monumental rumo ao fim da impunidade neste Brasil. Estaremos dando o maior passo, o passo mais importante dos últimos 50 anos. Estaremos mudando o rumo, seguindo o caminho de uma reta mais real e mais concreta, no sentido da ética, da moral e da dignidade.

Se o Supremo aprovar o Ficha Limpa, estará abrindo a etapa da reforma política, da reforma necessária eleitoral que será feita no próximo Congresso. Se o Supremo não fizer nada, matar, estará voltando atrás. Estará deixando o Brasil como está e numa profunda desilusão, num profundo sentimento de frustração: “Pô, mas estava tão perto! Nós tínhamos chegado lá e o Supremo voltou atrás?”.

Eu entendo. É claro que o Ministro do Supremo, um jurista brilhante, com obras publicadas, tem as suas ideias, os seus princípios, a sua orientação, a sua determinação, e isso é muito importante, mas que seu ego não seja superior ao bem da Nação, ao que é melhor para a Nação.

Eu, quando falo assim, de certa forma, estou-me violentando. Eu, na minha vida, nunca daria para ser promotor, nem juiz. Advogado e advogado de defesa. Não sei condenar, não sei acusar, não está em mim. Sempre digo: tem tanta gente para fazer esse papel! Atuei no júri pela vida inteira, nunca fiz uma assistência de acusação. Mas acho que temos de decidir sobre o Ficha Limpa, porque não estamos analisando questões pessoais de “a”, de “b”, de “c” ou de “d”. Estamos analisando a realidade do nosso País, que não pode continuar como o País da falta de respeito, o País onde a impunidade é uma realidade, o País onde roubar não importa. Não roube pouco, não roube pouco! Não roube galinha, não roube coisinha pequena, porque você vai parar na cadeia. Roubar pouco, ser pobre, ser negro, aí é cadeia certa, mas roubo grande, com apaniguado político, com dinheiro, com advogado de grife, aí é diferente. Aí, é impunidade na certa, como vemos por aí: políticos que estão há 40, 50 anos com 100 processos. Foram condenados uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, cinco vezes, mas nunca em caráter definitivo. Quando chegava um novo recurso, ele prescrevia, quer dizer, morreu. Ele continua porque passou o tempo, passaram-se os anos.

No Supremo, alguns ilustres falam nos direitos individuais. Que bom que eles falem assim! Eu vim, aqui, de um passado em que eu soube o que é ter a polícia contra, o Governo contra, a máquina contra, com um General Presidente nomeado, com o Governador nomeado, com cassação, prisão, tortura, violência! Eu sei o que enfrentei, desde 1964 até pouco tempo atrás, na política de oposição. Eu sei!

Com todo o respeito que tenho aos membros do Supremo, nenhum deles vai-me ensinar o respeito aos direitos individuais, às garantias, ao direito de defesa e tudo mais. Eu enfrentei isso. Muitas vezes, não adiantava nem advogado. Não adiantava, porque a causa não era nem recebida no tribunal. Tinha de ir lá.

Uma vez, tivemos de ir ao Dom Vicente Scherer, de madrugada, e, com Dom Vicente Scherer, acordar o Coronel Peracchi, o Governador, para o Coronel Peracchi determinar que nós fôssemos recebidos na polícia. A informação que nós tínhamos era a de que, naquela madrugada, e dou o nome, o cidadão Índio Vargas ia ser morto na prisão. E nós o salvamos: Dom Vicente Scherer, na hora em que determinou, e o Coronel Peracchi, que aceitou, e nós, que fomos lá por determinação do Coronel Peracchi, aceitando a solicitação de Dom Vicente. Mostraram-nos, nós, do lado de fora, Índio Vargas nu, mas inteiro, e nos garantiram que não iria acontecer nada. E ele não morreu naquela noite.

Eu sei, senhores membros do Supremo, da luta que tivemos. Não agora, lá, onde estão V. Ex<sup>as</sup>, na tranquilidade de um regime democrático, mas em época difícil, quando até colegas seus abandonaram a toga e renunciaram, em solidariedade a colegas seus que foram cassados como Ministros do Supremo Tribunal Federal. Hoje, é tranqüilo; hoje, é fácil: um Presidente democrata, um progressista, um popular, como o Presidente Lula. Hoje, é bonito defender os

direitos humanos, o direito à liberdade, o direito à defesa, quando cada um tem o direito de se defender e não pode ser condenado até prova em contrário. Mas vamos olhar para a sociedade. Eu estou fazendo isso. Eu não estou voltando atrás, eu sou o mesmo Pedro Simon, 40, 50 anos mais velho, mas o mesmo que estava lá quando começou, com as mesmas ideias. As minhas ideias, eu não mudei! Eu sou o mesmo. O que mudou foi o Brasil. Essa corrupção impune de hoje pode ter muitos responsáveis. É responsável o Governo? É! É responsável o Congresso? É! Mas está lá o Supremo. Quando nós votamos a lei de que, para processar Deputado e Senador, o Supremo não precisava mais pedir licença para nós, nunca mais foi preciso. Nunca mais foi preciso. E muitos procuradores entraram com ação! Mas ficaram na gaveta do Supremo. De modo geral, ou absolviam ou nem absolviam nem condenavam; estão lá na gaveta.

Esses dez membros do Supremo, me perdoem, quem sou eu para falar ou fazer algo qualquer que possa insinuar qualquer tipo de desconfiança ou ameaça, mas eles estarão tomando uma posição que a história vai marcar. E, se até o dia 31 não decidirem, e se não responderem a essa matéria, e se matarem essa questão da ficha limpa, se for preciso começar tudo de novo no ano que vem, e, quando eu digo começar tudo de novo no ano que vem, pode ser que, do ano que vem até vir um novo projeto a ser votado, se levem 6, 7, 10, 100 ou sei lá quantos anos, alguém vai ser culpado. Aí, nós vamos olhar os nomes, e vamos nos lembrar dos que, lá no Supremo, tomaram a decisão.

Peço a Deus que ilumine os membros do Supremo. Posso falar com muita paixão, mas não sou dono da verdade. Que Deus os ilumine e que eles tomem a decisão que o Brasil espera esta semana!

Obrigado, querida Presidente.

AA9

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Querida Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, normal é que se imaginasse que, depois de tanto tempo fora, eu falasse sobre as eleições. É uma obrigação que tenho, e quero garantir que falarei sobre as eleições no Brasil e no Rio Grande do Sul. Mas peço licença aos meus irmãos para hoje falar sobre um outro tema.

Dentro em pouco, se reúne o Supremo Tribunal Federal. E o Brasil está olhando para o Supremo Tribunal Federal. Há uma reunião hoje, e há uma reunião amanhã. Eu acho que nunca, na história do Brasil, a sociedade olhou tanto para o Supremo Tribunal Federal como neste momento.

Vivemos uma hora muito importante. Em meio a tanta tristeza, a tantos erros, a tantos equívocos, tivemos um avanço, um avanço inesperado. Eu diria: um milagre. Ninguém, ninguém imaginava, há seis meses, que este Congresso votaria o Projeto Ficha Limpa, nem quando chegaram 1,3 milhão de assinaturas e, depois, mais três milhões de assinaturas. O certo é que não passaria. “Ah! isso vai ficar, vai passar, vai levar não sei o quê...”. O certo é que não passaria.

Eu próprio tenho uma série de projetos iguais ao do Ficha Limpa. Alguns já passaram nesta Casa e estão lá nas gavetas da Câmara. Mas transformar mesmo em lei ninguém conseguiu!

Não que o Ficha Limpa seja a consolidação da moralidade na história da política brasileira. Mas é o grande início, é o passo inicial. E é um passo inicial de gigante em busca daquilo que queremos.

Foram os jovens na rua, mais uma vez, os jovens na rua que, nas Diretas Já, derrotaram os militares, e o que parecia impossível... Como riam e como debochavam de nós: “Essa gente aí, o que está pensando, meia dúzia de Zé Coió achar que vai derrotar generais de cinco e quatro estrelas, generais ditadores um após outro? É preciso luta, é preciso guerra civil, é preciso morte!”. E nós ganhamos. Os jovens ganharam. E Tancredo foi eleito Presidente. Morreu Tancredo, assumiu Sarney... Uma loucura! Elegeu-se o Collor, até hoje não sei como e aconteceu o que aconteceu: um escândalo atrás do outro. E Collor pediu para o povo ir para a rua de verde e amarelo, porque o Congresso queria dar um golpe. E a mocidade foi para a rua de preto. E a mocidade cercou este Congresso. Parecia impossível. Este Congresso, na maioria das vezes, agiu como está ocorrendo agora, em que o Exército está a cabresto do Lula, que faz o que quer e o que não quer nesta Casa. Nunca passou pela cabeça de ninguém que o Sr. Collor, com a força, com o poder que tinha... que uma CPI ia cassar o Presidente. Os jovens na rua, e a CPI cassou o Presidente.

O Brasil é o País da impunidade. Digo pela milésima vez: no Brasil só vai para a cadeia ladrão de galinha. É um deboche. Pega-se um bom advogado, e não há mais o que fazer. Se roubou galinha, tome cuidado! Um inquérito, outro inquérito, processo, recurso, não sei o quê... Há dois ex-Governadores do Rio, de São Paulo, que já foram processados quinhentas vezes, condenados não sei quantas vezes, mas nunca condenados em caráter definitivo, porque sempre houve um recurso. E vem recurso, e vai recurso, e vem recurso... e prescreve. Nunca o Supremo condenou ninguém. Agora, condenou um aí, coisa de picadeiro. O descrédito é total. Se quisermos analisar o início da descrença, o início do oba-oba, o início do “dar um jeitinho”, o início do “querer levar vantagem em tudo”, o início está lá, na impunidade.

Repito pela milésima vez: não venham querer dizer que o Brasil é um país de ladrão, um país de corrupto; que a Itália não é, que a França não é, que os Estados Unidos não são, que o Japão não é. Uma ova! Aqui há tanto corrupto como lá. Mas, lá, corrupto vai para a cadeia. Aqui, não acontece nada. Nada! E olha que foram leis e mais leis e mais leis e mais leis e mais leis. E nada.

A lei mais importante da minha vida neste Congresso, levei 20 anos para aprovar. E consegui aprovar. Quando cheguei aqui, Deputado e Senador podiam matar, degolar, enforcar, roubar, fazer o que quisessem lá fora, e não acontecia nada. Só podiam ser processados com licença do Senado, se fosse Senador, e da Câmara, se fosse Deputado. E nem um, nem outro dava. Senador matou Senador aqui dentro do Congresso, aqui, no Senado, e não aconteceu nada. Roubava-se não sei o quê, os maiores escândalos, e nunca acontecia nada, porque o Senado não dava licença, porque a Câmara não dava licença. E o que era mais escandaloso: vinha o Supremo, pedia licença, e o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara deixavam na gaveta, não botavam para votar. Não botavam para votar porque os Senadores não tinham coragem de dar licença, e tinham medo de votar contra porque o povo ia ficar contra eles. Então, não se votava.

Conseguimos um milagre. Um milagre! O meu projeto foi aprovado. Hoje, é lei. Hoje, o Supremo não pode dizer que precisa de licença do Senado e da Câmara para processar Deputado e Senador. Não precisa. Mas os projetos estão lá na gaveta do Supremo. Primeiro,



ficaram na gaveta do Procurador, no tempo de Fernando Henrique Cardoso; mas, depois, o Procurador do Lula, os três: tudo vai para o Supremo. E fica na gaveta do Supremo. Pois, agora, de repente, não mais do que de repente, os jovens foram para a rua, e a CNBB, a OAB, viva a OAB! Viva a CNBB!; e as outras entidades movimentaram o povo, movimentaram a sociedade. E o projeto veio para cá. Projeto de iniciativa popular geralmente fica na gaveta da Câmara, ninguém dá bola; e esse ia ficar na gaveta da Câmara, ninguém ia dar bola. Os jovens foram para a rua, vieram lavar as escadas do Congresso, foram lavar as escadas dos Tribunais Eleitorais, e aconteceu o milagre: a Câmara aprovou por ampla maioria, e o Senado aprovou por unanimidade. Unanimidade!

Lembro-me de que eu, desta tribuna, e muito mais gente dissemos com todas as letras: não é o projeto ideal, não é o que queremos, mas é o possível. Vamos votar agora, porque, se votarmos agora, vai para o Lula, que vai assinar, e o projeto vira lei; se emendarmos, ele volta para a Câmara, e não vai acontecer nada.

Essa foi a vontade unânime, Srs. Membros do Supremo Tribunal Federal! Essa é a vontade unânime desta Casa e da Câmara dos Deputados. Para vir agora o Supremo e querer nos ensinar a fazer lei! Não quero ensinar nenhum Ministro do Supremo a fazer a sua sentença. Pois o Supremo quer nos ensinar a fazer lei. Se, por unanimidade, aceitamos que a emenda do Sr. Dornelles era uma emenda de redação, e Demóstenes, um jurista dos mais respeitados, dos mais competentes, disse que era uma emenda de redação; e se o Senado, por unanimidade, disse que era uma emenda de redação, o Supremo que nos respeite. O Supremo que nos respeite! Não venha o Presidente do Supremo querer nos dar aula, porque não queremos dar aula ao Supremo. Foi uma emenda de redação! Essa é a realidade. Mas foi uma decisão. Nós decidimos, para esta eleição, que o Ficha Limpa é para valer. Mas é mais importante os recursos foram parar no Tribunal Superior Eleitoral. O Supremo Tribunal é o órgão máximo, é o órgão que decide, é o órgão que dá a última palavra. Nós sabemos e respeitamos isso. Mas o próprio Supremo Tribunal Federal tem que entender, e entende, que o órgão técnico que estuda especialissimamente a questão é o Tribunal Superior Eleitoral. Esse é o Tribunal que foi criado para isso, essa é a missão dele. O Supremo tem mil causas, tem mil questões, tem mil dúvidas sobre o divórcio, sobre lutas, tem milhares de questões a decidir. O Tribunal Superior Eleitoral só tem uma, que é a questão eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral, por imensa maioria, decidiu que é lei, que é válida e que vale para esta eleição. Para esta eleição! Aí, foi para o Supremo. Foi para o Supremo. Eu o respeito. Tem lá, inclusive, Ministro que votou contra a minha idéia por quem tenho o maior carinho, o maior respeito e o considero uma das pessoas mais dignas. Então, eu o respeito, mas, cá entre nós, terminou 5 a 5. O Presidente do Supremo, numa atitude corretíssima, corretíssima, não, perdoe-me, Presidente, correta, não quis dar o voto de minerva, não quis votar duas vezes.

Lembrava-me de dois ex-Presidentes do Supremo, do caso de quando uma questão semelhante a essa, semelhante a essa, estava em 5 a 4 de um lado. Se empatasse, aconteceria o que aconteceu nesta. E o Presidente do Supremo, à época, votou contra o pensamento dele, para que fosse aprovado, para que o Supremo não ficasse mal, para que tomasse uma decisão. O Presidente do Supremo poderia ter feito isto: “Não. Se está nesta situação de 5 a 4...”. Poderia ser 6 a 4. Cinco a cinco! Fez muito bem em não votar. Alguém cobrou que o Presidente deveria ter dado o voto de minerva. Cá entre nós, era exigir demais do Presidente do Supremo que ele votasse e desse o segundo voto. Toda a responsabilidade com relação ao Ficha Limpa seria do Presidente do Supremo. Agiu muito bem, mas ele podia, na minha opinião, dizer: “Deu empate”. A decisão que vale é a do Tribunal Superior Eleitoral, que é o órgão máximo, eleitoralmente falando. A decisão que vale é a do Tribunal Superior Eleitoral

e, com todo o respeito, quem sou eu para ditar normas, mas posso dizer o que eu penso, o que eu penso é que é uma outra votação. E, nessa votação que terá hoje, alguns estão dizendo que não vai ter hoje; vai ter, sim, duvido que o Supremo Tribunal Federal, a esta altura, faça uma sessão para votar a lua e não votar essa questão que está em jogo. Já tem este ridículo que nós estamos vivendo: quantos milhões de votos que não estão sendo contados à espera da decisão do Supremo? O Supremo vai decidir hoje. Se não decidir hoje, decide amanhã. Não sei o resultado. Pode ser que, de repente, por maioria, mude e decida que o Ficha Limpa não vale para este ano. Eu lamento, choro, mas não posso fazer nada.

Mas, se terminar em 5 a 5, ou coisa parecida, eu acho que a posição do Supremo não é o Sr. Presidente querer dizer que o Senado votou errado e que a nossa lei não vale aqui: “Não vale!”, “A lei não existe! A lei não existe!”. Houve uma emenda, a emenda não era de redação, e nós votamos e aprovamos. Foi ao Presidente e o Presidente assinou. Como que...? Como? Foi aprovada por unanimidade, não foi em uma briga. Estava o plenário lotado, todo o Senado estava presente, todo o Senado estava presente e, por unanimidade, foi aprovada. Não teve uma voz contrária!

Eu não sei, meu amigo Suplicy, se no mundo há um exemplo tão bonito de democracia como a transmissão da sessão do Supremo, ao vivo, decidindo sobre o Projeto da *Ficha Limpa*. Eu me emocionei. Parecia que estávamos na Suécia ou na Suíça, cada um dando o seu voto, dando o seu pensamento, e o povo assistindo à decisão ao vivo.

Veja como a nossa democracia avançou! Primeiro, criamos a nossa TV Senado. E que coisa maravilhosa é essa TV Senado! Como eu agradeço à TV Senado! Antes da TV Senado, eu falava aqui para quatro, que estão aqui, e ninguém mais sabia de nada. Hoje, embora alguns imaginem: “Não, mas a TV Senado tem pouca audiência”, mas quem pensa, quem reflete, quem faz opinião ouve a TV Senado. Está ouvindo neste momento ou vai ouvir à noite. Os vereadores, os prefeitos, os religiosos, os empresários, os líderes sindicais, os jovens assistem à TV Senado. Então, não é mais aquilo de quem faz a opinião pública é o *Jornal Nacional*. Não. O *Jornal Nacional* faz e pode fazer muito, mas nós temos a oportunidade de falar e ser ouvido.

É por isso que eu digo, neste momento: nós vivemos uma hora dramática. Eu respeito os votos dos que votaram contra nós, mas peço desculpa, eu acho que eles estão no detalhe e não estão na profundidade da questão.

O Brasil vive hoje, Srs. Ministros do Supremo, uma hora muito importante. Aceitem o *Ficha Limpa*! O *Ficha Limpa* vale para esta eleição. O Brasil começa a mudar, o Brasil começa a mudar. Já mudou agora. Quantos candidatos deixaram de ser candidato? Quanta gente caiu fora de medo do *Ficha Limpa*? Eu vi lá no Rio Grande do Sul. Alguns ainda se mantiveram, mas muitos caíram fora antes, de medo do *Ficha Limpa*.

Se valer, e se o Supremo der decisão agora... Ah, meus irmãos, é outro Brasil a partir de amanhã. É outro Brasil a partir de amanhã!

Srs. Ministros do Supremo, as suas biografias são magníficas, seus conhecimentos jurídicos são espetaculares. Quando o Presidente do Supremo diz: “Nós não votamos com as ruas, nenhuma entidade vai nos dizer como votar; nós votamos de acordo com a nossa consciência”, ele tem razão.

Pelo amor de Deus, que bela declaração! Que conclusiva e positiva declaração do Presidente do Supremo! Mas pense o Presidente do Supremo que ele não é Deus, que ele não é dono da verdade e que, nessa questão, é um Brasil sofrendo ao longo dos anos e ao longo do tempo, buscando um caminho, guerra, ditadura, violência, buscando um lugar, e que não conseguiu. Os principais erros? Nosso, do Congresso; nosso, da classe política. Mas os do Judiciário não têm ajudado muito, não. E, desta vez, a posição do Judiciário tem que ser única. De hoje restará para o futuro uma tese: foi naquele dia, 13 de outubro, às 21 horas, que o Supremo arquivou os mãos limpas; ou foi naquele dia, às 21 horas, que o Supremo disse: “O Brasil mudou e estará mudando”. É isso o que vai ficar. E cada um responderá por seu voto e, de tudo o que falar no seu voto, o que a imprensa, o que a história vai consignar no final é se votou a favor ou se votou contra.

Srs. Ministros do Supremo, eu tenho muito orgulho do Supremo Tribunal. De todos os que estão lá, eu tive a honra de participar da argüição, e posso dizer que foram para lá com o meu voto, na Comissão de Constituição e Justiça, favorável e com o meu voto nesta Casa, neste plenário, favorável. Eu votei conhecendo. Não votei no grito, votei conhecendo, e todas as pessoas que estão lá merecem o meu mais absoluto respeito.

Entendo, Srs. Ministros, que essa talvez seja a votação mais importante da vida de V. Ex<sup>as</sup>. Sou uma pessoa que não dá para ser promotor nem juiz de Direito. Sempre fui advogado e, como advogado, sempre atuei na defesa. Fiz uma infinidade de júris, sempre na defesa. Não sei acusar, não sei condenar. Mas, nessa questão, a minha consciência está tranqüila. Eu não tenho nenhuma dúvida de que é um passo muito importante.

O Supremo não pode, não interessa sob qual pretexto, o Supremo não pode cassar as esperanças de 180 milhões de brasileiros. Não pode voltar atrás e reduzir a zero essa caminhada miraculosa que nós fizemos para chegar até aqui. Não pode, eu me atrevo a dizer. Houve passagens negativas do Supremo, feitas ao contexto. Quando decretaram o impedimento de Café Filho... Morreu Getúlio Vargas, suicidou-se, e assumiu o Vice-Presidente Café Filho. O Vice-Presidente Café Filho, entre aspas “ficou doente”. Assumiu Carlos Luz, Presidente da Câmara. Estavam preparando um golpe para impedir a posse de Juscelino. Afastaram Carlos Luz e assumiu Flores da Cunha, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Café Filho entrou com um mandado querendo assumir. Vice-Presidente da República, aliás, Presidente, porque o Presidente tinha se suicidado, ele estava cercado por tropas do Exército. Entrou com um mandado de segurança, mas o Supremo julgou o mandado de segurança no primeiro ou no segundo ano do mandato de Juscelino Kubitschek. Eram as circunstâncias. Não entro nem no mérito nem nas questões. Era uma situação totalmente fora do normal.

Hoje, porém, o ambiente é de tranquilidade, não há tropas na rua, o clima institucional é absolutamente normal. É o Supremo e a sua consciência. É o Supremo dizendo para onde vamos.

Eu rezo a Deus. Saio daqui e vou assistir a uma missa, rezar pelos membros do Supremo, para que Deus os oriente. Eu não sou dono da verdade. Posso estar errado? Claro que posso! Que Deus os oriente para encontrar o melhor caminho!

O Brasil, muitas vezes, já olhou para o Congresso; o Brasil, muitas vezes, já olhou para o Presidente da República. Hoje, o Brasil olha para o Supremo. Que Deus auxilie o Supremo a cumprir sua missão!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Pois não, Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Prezado Senador Pedro Simon, é importante que V. Ex<sup>a</sup> aqui traga o sentimento de nós, Senadores, com respeito à votação relativa à Ficha Limpa. Quem sabe pode ser esta uma boa oportunidade para recordarmos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal que, naquele dia em que votamos esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, levantou-se a questão relativa à redação, questionava-se qual era o sentido da validade da lei que estávamos por aprovar. Houve, então, menção à frase célebre de Duque de Caxias, quando disse, em determinado momento da história: “Os que forem brasileiros, sigam-me”. E aí ficou definido, inclusive pela palavra do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, que era esse o sentido que nós estávamos querendo dar. Portanto, o sentido era de que a lei estaria valendo, de que valeria a partir desta eleição de 2010. V. Ex<sup>a</sup>, como um dos que comigo votou naquele dia, pode recordar isso para que os Ministros estejam bem cientes, porque eles sempre estão a recordar qual foi a vontade expressa dos legisladores, na hora de decidirem sobre como interpretar o desejo dos que votaram aquele projeto que se transformou em lei. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Eu agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Presidente, e fico muito contente por estar falando sob a presidência de V. Ex<sup>a</sup>. Se dependesse do meu voto, V. Ex<sup>a</sup> ficaria aqui por mais oito anos para honrar-nos com a sua presença e a sua dignidade. Muito obrigado.

AA10

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr<sup>a</sup> Presidente, nós também lamentamos não termos V. Ex<sup>a</sup> aqui no ano que vem. Isto é algo não racional na política: uma pessoa da sua atividade, da sua competência, da sua integridade, tendo a maioria do povo, a maioria do partido, mas acordos de cúpula impedirem que V. Ex<sup>a</sup> continue.

Nós vamos perder muito, mas tenho certeza de que a Câmara vai ganhar muito, porque V. Ex<sup>a</sup>, com a sua experiência, com a sua capacidade, será um reforço muito grande na Câmara dos Deputados. Aqui ficará um vazio, mas na Câmara teremos uma grande Deputada. Dois temas me trazem a esta tribuna. Um é o Ficha Limpa. Tão importante nesta hora é o debate sobre essa matéria.

**Eu era um pessimista. Em toda campanha pela ética, pela moralização da política, eu sempre disse: “Não esperem nada do Congresso, menos do Governo Federal e menos ainda do Judiciário. De lá não virá nada. Tem que vir do povo, da sociedade organizada. Organizando-se, movimentando-se, a sociedade consegue; ela consegue”. Repeti isso em palestras pelo Brasil inteiro.**

Organizações como a OAB e a CNBB e outras entidades fizeram uma mobilização impressionante e criaram um movimento. Entregaram na Câmara 1,4 milhão de assinaturas e

depois, durante o andamento do processo, mais 2 milhões de assinaturas. A convicção era de que ele não passaria. Aqui, no Senado, a convicção era absoluta de que não passaria. O mesmo na Câmara dos Deputados.

Passou. Aprovamos. É claro que não é o ideal. Claro que falta muita coisa para chegar lá. Mas é um bom começo. É um grande começo esse a que estamos assistindo. Falta reforma política, falta reforma partidária, essa anarquia que são os partidos políticos hoje. É ridículo ver os programas de televisão, o pula-pula, o mexe-mexe, um partido está aqui, está lá, de canto a canto, cada um com uma ideia completamente diferente da outra, sem nenhum conteúdo, nenhuma ideologia, sem nada.

A reforma partidária é necessária. Claro que é absolutamente necessário que a campanha política seja feita apenas com o dinheiro público. Financiamento público de campanha é necessário. As fortunas, e a imprensa publica os bilhões gastos por um mandato de Deputado Estadual ou Federal ou Governador, sei lá o quê! Claro que isso tem que mudar! Claro que tem de mudar a Lei da Fidelidade Partidária. Já se está noticiando. Terminada a eleição agora, entre a eleição de 13 de outubro e a posse em 1º de janeiro, vai-se abrir um prazo de pula-pula. O Congresso que vai assumir não tem nada que ver com o Congresso que for eleito, porque entre a eleição e a posse vai ser uma mudança generalizada, vai para lá, vem para cá, faz isso e faz aquilo. Isso não pode acontecer.

Há muito o que mudar. Mas já é um início. Já é um grande início. A OAB, a CNBB e outras entidades fizeram um belo trabalho.

Aprovamos a lei. A Câmara surpreendentemente aprovou a lei. Senado e Câmara aprovaram a lei por unanimidade. Aí veio o debate. O que vai acontecer? Para onde é que nós vamos? A primeira dúvida era com relação à interpretação. Vale para essa eleição ou é só para a próxima? E aí a interpretação na imprensa, nos partidos políticos, etc. e tal, é: “Não, nessa eleição não pode; só na eleição do ano que vem”. Veio a decisão do tribunal: “Vale nessa eleição. Vale nessa eleição!”.

Veio a segunda pergunta: Mas ela pode retroagir? Senador que se licenciou para não ser cassado pode ser candidato? A lei diz que não pode. Mas pode retroagir para um caso passado? O que o Tribunal decidiu? Não é retroagir, não está retroagindo; está apenas estipulando uma cláusula para que o cidadão possa ser candidato. Decisão do Tribunal. Duas grandes decisões.

Hoje já há uma tese muito importante, provavelmente, no Tribunal Superior Eleitoral. Trata-se de um candidato a Governador que renunciou a mandato de Senador para não ser cassado. Pela Lei da Ficha Limpa, não pode ser candidato. Neste momento, o Tribunal Superior Eleitoral deve estar reunido para decidir essa matéria. E, decidindo essa matéria, decidirá muitas matérias iguais a essa, porque há muitos casos semelhantes a esse que serão decididos. A sociedade brasileira está olhando para o Tribunal Superior Eleitoral. É uma decisão muito importante, muito, muito importante.

A Constituição Brasileira, em seu art. 14, § 9º, determina que, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, deve ser considerada a vida pregressa do candidato. Isso é o que está na Constituição, e o que vale é a Constituição. Estamos olhando para o Tribunal Superior Eleitoral, e temos a convicção de que o Tribunal Superior Eleitoral vai decidir que não pode ser candidato. Decidindo o caso de hoje, estará

decidindo muitos outros casos.

Não é simpática a minha posição, não me faz bem estar aqui na tribuna, neste momento, e falar sobre uma matéria como esta.

O espírito de corpo que a gente tem, e ele é absolutamente compreensível, faz com que a gente se sinta tímido e às vezes até preocupado e numa situação de falta de sensibilidade em vir aqui e cobrar o que deve ser feito. Mas a verdade é que nós precisamos começar. E começamos com a Lei da Ficha Limpa. Um início inesperado, mas aconteceu. O Congresso teve coragem. O Congresso teve coragem! Não foram militares, não foi a imprensa, não foi o Poder Executivo, não foram os partidos. Foi a sociedade, foi a OAB, foi a CNBB, foram os jovens, os jovens que, mais uma vez, foram para a rua e conseguiram. Assim como os jovens foram para a rua e conseguiram derrubar uma ditadura sem um tiro, foram para a rua iniciar essa caminhada pela ética e pela moral.

Nós fizemos a nossa parte. A bola está lá no Tribunal Superior Eleitoral. É muito importante essa decisão, porque, se essa decisão for tomada como se espera, hoje estaremos dando um segundo passo. Lembrem-se que eu disse que nós tínhamos dado um passo inicial na campanha para mudar Brasília e a história do Brasil quando votamos a lei? Hoje, com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, estaremos dando o segundo passo. Quer dizer que a lei é para valer, não é de mentirinha, não é dessas leis que estão aí para não valer nunca. Está, existe, mas não se cumpre. Hoje, o Tribunal Superior Eleitoral vai falar. O Brasil olha para ele. E têm alguns que dizem: “É, mas se o Tribunal Superior Eleitoral decidir que não pode ser candidato, vai ser recurso ao Supremo, e o Supremo vai mudar”. A caminhada tem cada passo no seu devido momento. Agora, é hora do Tribunal Superior Eleitoral, com todo o respeito, o setor mais importante, mais identificado com a realidade eleitoral deste País. Ele é que vai falar. Eu duvido, eu duvido que, se o Tribunal Superior Eleitoral, decidindo hoje que o que nós votamos, o projeto ficha limpa, a lei ficha limpa é para valer, o Supremo Tribunal Federal volte atrás e fique sob a responsabilidade dele, Supremo, a culpa por não termos avançado na luta pela ética e pela moral. Pois não, Senador.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB - PB) Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, desculpe-me, são gaúchos, eu me confundi, na verdade, V. Ex<sup>a</sup> traz na tarde-noite de hoje, com extrema sensibilidade, com extrema competência, toda a trajetória do projeto, da Lei Ficha Limpa. V. Ex<sup>a</sup> foi de uma clareza, didático, V. Ex<sup>a</sup> está falando para o Brasil, V. Ex<sup>a</sup> está falando para milhões de brasileiros, por intermédio da TV Senado. V. Ex<sup>a</sup> não está falando somente para nós Senadores aqui presentes. E eu me acosto ao que V. Ex<sup>a</sup> falou no sentido dos nossos graus de preocupação. Nós tínhamos, inicialmente, a preocupação de saber se aquela lei seria aprovada; depois, tivemos a sua aprovação na Câmara, e aprovação por unanimidade aqui no Senado. Então, V. Ex<sup>a</sup>, em determinado momento, disse que havia uma certa preocupação no sentido de espírito de corpo, mas eu tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, nesse sentido, pode se despreocupar porque V. Ex<sup>a</sup> tem o álibi da unanimidade. Se Parlamentares hoje reclamam essa lei, reclamam a aplicação dessa lei, reclamam de forma equivocada. Se eles jogaram para a plateia, pensando que a lei não ia ser aprovada, agora estão pagando o preço de a lei existir. Então, V. Ex<sup>a</sup> pode ficar tranquilo no tocante a esse aspecto e aos demais Senadores, aos demais Parlamentares do Congresso Nacional no sentido de que fomos nós os responsáveis para que essa lei fosse implantada. **Houve um momento em que tive uma crise de expectativa, de esperança e fiz um artigo para o jornal chamado “A ficha limpa, mas o jogo é sujo”. Eu acreditava que por trás dos bastidores haveria um jogo sujo para que a mesma não fosse implantada. Hoje crescem as esperanças.** Como V. Ex<sup>a</sup> falou, crescem

as esperanças, são etapas, muitas etapas foram cumpridas, etapa hoje importantíssima no Tribunal Superior Eleitoral de fazer essas aprovações. E, na verdade, a grande expectativa brasileira é a de que ela possa valer para essas eleições. Se ela não puder valer nestas eleições, de nada valeu. Ela vai frustrar milhões e milhões de brasileiros no sentido da aplicação da lei. Mais uma vez, venceria aquele pressuposto de que a coisa não foi feita de forma séria, de que a lei não é exercida e tal, quando o Brasil está amadurecendo, o Brasil é um País diferente hoje. Tenho convicção de que V. Ex<sup>a</sup> tem a certeza, pelo pronunciamento da tarde de hoje, no sentido da expectativa positiva disso tudo. A minha grande frustração muitas vezes, desculpe-me estender, é no sentido de que determinados fichas sujas, porque existe a ficha limpa exatamente para inibir os fichas sujas, continuam com expectativas de votação excelentes. É inacreditável que isso aconteça. Atribuo, no caso da Paraíba, ao problema de formação educacional deste povo brasileiro e, principalmente, nos Estados mais pobres. Na Paraíba, nobre Senador, 70% dos eleitores estão na faixa entre analfabetos, semi-analfabetos, são aqueles que não sabem ler ou escrever e, simplesmente, desenham o seu nome, e os que não completaram o primeiro grau. Então, veja: 70% dos eleitores estão nessa faixa. Tenho profundo respeito por esses eleitores, porém tenho a convicção de que, talvez por falta de maior esclarecimento e pelo nível educacional, ainda perdurem os fichas sujas com expectativa de votação e com expectativa de que os tribunais não os levem a terem seus registros, mas suas impugnações confirmadas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento na tarde de hoje.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e quero acrescentar, V. Ex<sup>a</sup> lembrou muito bem a nossa unanimidade, um aspecto que é importante, dentro do que disse V. Ex<sup>a</sup>. Tivemos a grandeza de entender que a hora era de encontrarmos a média do pensamento, um denominador comum, para começar. Eu, desta tribuna, disse que o projeto que estávamos aprovando estava longe do que eu sonhava. Estava longe dos projetos que já apresentei. Alguns já foram aprovados no Senado e estão lá na gaveta da Câmara. Mas eu fazia um apelo para quem apresentasse emenda e dizia: “Não vou apresentar emenda, porque, se aprovarmos esse projeto...” Muita gente, Senador, inclusive na Câmara, votou lá na certeza de que iríamos emendar e, emendando, voltaria para lá. Fui dos que disseram: “Não tem, não. Não tem emenda. Ou votamos como veio da Câmara ou não acontece nada”. E os Senadores aceitaram. Por unanimidade, votamos sem emenda, sabendo que falta muita coisa, sabendo que alterações têm de ser feitas, mas ou se votava daquela maneira e começava ou não se votava e não se começava. Votamos e começamos.

Aquela hora que vivemos aqui no Congresso estamos vivendo hoje, neste momento, 17h56, no Tribunal Superior Eleitoral. Ou ele decide agora que vale ou eles estão tirando para ficar lenda grega.

Aí eu não sei o que vai acontecer. Eu não sei. Eu confio no Tribunal Superior Eleitoral. Tenho a convicção de que ele vai dizer que o Ficha Limpa é para valer e para valer mesmo. Atinja quem atingir. E aí vamos viver um grande momento.

Quando V. Ex<sup>a</sup> falou, Senador, com relação aos votantes, como votam e como não votam, pensei que V. Ex<sup>a</sup> iria referir a algo a que eu vou referir. A gente se pergunta como tantos candidatos fichas sujas, com processos e mais processos, terminam sempre se reelegendo? Como é isso? Qual é a explicação?

Eu não sou dono da verdade, mas digo o que penso. É que há hoje no Brasil um sentimento de impunidade. Não acontece nada! No Brasil, o cidadão está convencido de que não acontece

nada. E, se não acontece nada, se se dá um jeitinho para tudo, vamos votar no Fulano porque assim ele continuará lá fazendo as coisas que nos agradam.

Repito o que já disse mil vezes. Não pense você, meu irmão eleitor, que nós, no Brasil, somos corruptos, que os políticos brasileiros são corruptos e que os dos Estados Unidos, da Inglaterra, do Japão e da Europa são honestos. Há corrupção no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, há corrupção tanto quanto aqui.

A diferença é que, na Europa, nos Estados Unidos, na Rússia, na China, apontada a corrupção, provada a corrupção, o cidadão vai para a cadeia, o cidadão é demitido, o cidadão, como três primeiros-ministros no Japão, se mata, se suicida, de vergonha de ir para a cadeia. O Presidente da Fiat, a maior empresa da Itália, foi para a cadeia por corrupção. Em qualquer lugar do mundo, corrupção dá cadeia, derruba ministro. No Brasil, não acontece nada. Não acontece nada. Então, o eleitorado termina votando e não dá bola para isso ou para aquilo, porque sabe que não acontece nada.

Esta Casa votou. O Congresso Nacional, a classe política de quem se fala horrores, e muitas das coisas que falam é verdade, e teve a coragem de votar, botou a cabeça para cortar. Está aqui. Agora, é a vez da Justiça. Cá entre nós, ao se falar em impunidade neste País, me perdoe a Justiça, mas grande parte da culpa também está no Judiciário. Na gaveta do Supremo, os casos se acumulam; ou absolvições, ou passam por decurso de prazo, porque não julgam. Este Congresso já cassou Presidente da República. Este Congresso já cassou Senadores. Senadores renunciaram para não serem cassados. A Câmara dos Deputados cassou vários Deputados. O Supremo Tribunal, nenhum. Nenhum!

Hoje, o Tribunal Superior Eleitoral está com a palavra. E eu confio que hoje será um novo início, um grande passo. Ontem, foi o Congresso, que aprovou a lei. Hoje, é a Justiça, cumprindo a lei naquilo que deva ser cumprido.

Que bom se isso acontecer. Que bom se nós estivermos vendo o renascer de um sol de liberdade, de paz, de amor e de justiça. Tem que ter um começo. Se nós olharmos aqui no Senado, aqui no Congresso, quanta coisa errada!... Quem de nós pode atirar a primeira pedra? A começar por mim, quanta coisa nós fizemos de errado, de equivocado? Nós temos que começar. Estamos começando.

Que o Tribunal Superior Eleitoral não desiluda a sociedade brasileira. O que diz a Justiça a gente cumpre, é a afirmação clássica. Pode cumprir, mas pode discordar. Eu respeito a decisão que vier da Justiça, mas que está na hora de nós iniciarmos essa caminhada, está. Demos o primeiro passo. Se a Justiça der o passo que compete a ela, em janeiro estaremos aqui com um novo Congresso, com uma nova realidade, e os avanços que se noticiam, que todos os candidatos, a D. Dilma, a D. Marina, o Sr. Serra, de todos os partidos dizem ser necessários, a reforma ética, a reforma moral, a reforma política, a reforma eleitoral, a reforma partidária. Todos dizem isso. E nós conseguimos que aqui no Congresso, num determinado momento, essa unanimidade fosse votada. Fizemos a nossa parte. Que Deus olhe para o Judiciário e o Judiciário, hoje, dê o seu passo, dê a sua colaboração. E, assim, nós estaremos no caminho certo. Obrigado, Presidente.



AA11

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a assessoria do meu gabinete disse-me: “O senhor vai para a tribuna agora, quando o mundo inteiro está assistindo à abertura da Copa do Mundo, ao jogo inaugural, com a presença exatamente da África do Sul?”. É que não tenho outra saída. A partir de amanhã, o Brasil só vai falar em Copa do Mundo, e alguns assuntos me obrigam a vir aqui hoje, nem que seja para fazer o registro nos Anais desta Casa do que pretendo falar.

São muito raras as oportunidades de eu falar desta tribuna de mais de um assunto. E, hoje, meu Presidente, terei de falar sobre três assuntos, porque os três são muito importantes. E desses três assuntos só posso falar hoje; não posso deixar para falar deles amanhã. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, ontem, o Superior Tribunal Eleitoral (STE) determinou que o Projeto Ficha Limpa valerá para esta eleição. Eu falava desta tribuna que a solução poderia ser qualquer uma das duas, Senador Heráclito. Se o Governo decidisse que o Projeto não valeria para esta eleição, mas somente para a próxima eleição, isso não seria uma violência. Há o argumento de que mudar a lei um ano antes da eleição é algo meio estranho. Então, se o Tribunal dissesse que só valeria para a próxima eleição, essa não seria uma decisão absurda. Mas, na minha opinião, embora fosse o Tribunal aquele que teria de aplicar a justiça, a lei, caberia também a outra decisão. Nada impedia que o Tribunal dissesse: “Vale para esta eleição”. E foi o que o Tribunal decidiu. O Projeto vale para esta eleição. Podem dizer: “Ah, mas faltam quatro ou cinco meses para as eleições, e o normal é que modificações na eleição só devem valer um ano antes”. Sim, modificações que influenciam na eleição devem ser feitas um ano antes. Por exemplo, nesta Casa, decidimos que um cidadão que está num partido e que muda de partido só pode ser candidato três anos depois. Essa lei, se aprovada, não poderá aplicar-se nesta eleição, mas somente na próxima eleição. Por quê? Como é que, de uma hora para outra, o cara que é candidato muda de partido? Pode-se dizer: “Tu não podes ser candidato por que mudaste de partido”. Essa lei não poderia ser feita. Mas, no caso, trata-se de algo que é praticamente o normal.

Nos países responsáveis, nem é preciso de lei. Vamos reparar isso, meu Presidente. Estamos fazendo aqui algo que é da nossa obrigação. Como é que vai ser candidato o cidadão condenado por um Tribunal Superior, por mais de duas pessoas? Como vai ser candidato? O que aprovamos diz duas coisas: ele não pode ser candidato, mas ele pode recorrer, e seu recurso tem de ser decidido antes da eleição. É a briga que venho travando aqui. Meus projetos já foram aprovados nesta Casa e estão na gaveta na Câmara. Defendo que, realmente, candidato com ficha suja não pode ser candidato. Este não pode ser candidato. O que acontece hoje? Hoje, só não pode ser candidato o político que for condenado em última instância. Então, há ex-Governadores de São Paulo que já foram condenados cinquenta vezes, mas nunca em última instância. É condenado pelo juiz; apela para a Junta; depois, apela para o Tribunal Eleitoral; depois, apela para o Superior Tribunal de Justiça; depois, o processo vai para o Supremo. Passa o tempo, o processo prescreve, e nada acontece. Então, ele já foi condenado dez vezes, mas nunca em caráter definitivo. E pode ser sempre candidato. Isso é um absurdo. Mas é também um absurdo a lei, porque a lei tinha de estabelecer um prazo determinado. Hoje, a lei permite isso ao cidadão. Se roubei, fiz qualquer coisa errada e estou sendo processado, não vou procurar um advogado que me absolva, mas, sim, um advogado malandro que entenda os trâmites, para empurrar o processo. Empurra o processo, não deixa que se julgue, recorre, recorre, recorre, até cair a prescrição, e nada acontece. Ontem, isso acabou. Ontem, isso acabou. Se, amanhã, o Pedro Simon for processado, ele vai correr para

pegar um bom advogado, para que seja absolvido antes da eleição, porque, caso contrário, não poderá ser candidato.

Meus cumprimentos ao Tribunal Superior Eleitoral! Meus cumprimentos! Quando aprovamos a matéria aqui, meu querido Senador, eu disse que estávamos iniciando o fim do Brasil como país da impunidade, que estávamos iniciando outra era. Ontem, houve um passo muito importante para isso: o Tribunal Superior Eleitoral disse que o Projeto já valerá para esta eleição. Então, não há aquela perspicácia de se esperar. Não! Nesta eleição, o Projeto já valerá. Atendendo a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)... Aliás, já tenho até um projeto nesse sentido, que foi aprovado na Câmara e que está no Senado, em que defendo a tese de que o partido político já deve fazer a seleção na hora de escolher seus candidatos. O que é que acontece hoje? Estamos doidos para encontrar candidato, e V. Ex<sup>a</sup> sabe como isso é difícil. Hoje, o cidadão não quer isso, pois a campanha é muito cara, é muito difícil. Uma pessoa ilustre, um médico, um empresário importante diz: “Não vou me candidatar. Eu me candidato, tenho um nome respeitável, e, daqui a pouco, sai num jornal uma afirmativa dizendo que sou isso, que sou aquilo, e termino desmoralizado”. Então, o que acontece é que, na hora de fazer a seleção da convenção, o partido termina não se preocupando muito com quem é o candidato. É um bicheiro, é até um homem que tem relações com zona de meretrício. Se tem cartaz, se tem nome, se é badalado, se tem dinheiro, este é colocado como candidato!

Nós, no Rio Grande do Sul, decidimos, na Executiva, que vamos fazer a seleção. Vamos fazer a seleção do Ficha Limpa na escolha dos nossos candidatos. E alguém que não preencha os quesitos da lei, alguém que tenha sido condenado em juízo, com dois titulares, não vamos colocar como candidato. Mandeí um ofício ao Presidente do PMDB e apelei no sentido de que ele fizesse isso. Na reunião da Executiva Nacional, que se fará hoje, espero que ele faça isso. Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dizer que, amanhã, será realizada a Convenção do PMDB. Aliás, que linda a Convenção do Partido Verde ontem! Que emocionante o pronunciamento da Senadora Marina como candidata! Assisti a todo o pronunciamento e me emocionei. Que mulher de fibra! Ela era analfabeta aos 16 anos e andava embaixo dos seringais para ganhar seu dia. Foi fazer o Mobral. Entrou no colégio e ia ser freira. Conheceu Chico Mendes e entrou na caminhada da defesa do meio ambiente. Durante 25 anos, pertenceu àquele PT da pureza e da beleza, que transformaria o Brasil e a humanidade quase numa abertura do reino celeste. Que beleza de pronunciamento! Foi uma beleza quando ela disse: “Não, não falo mal dos meus adversários, nem quero mal a eles. Deus me ama, Deus ama o Serra, Deus ama a Dilma”. É verdade.

O PMDB fará sua convenção amanhã. O PMDB é o maior Partido do Brasil. Eu já disse isso várias vezes. A história do Brasil não guarda muitas páginas com relação à vida dos partidos políticos. Não há acontecimento na vida do Brasil em que partido político apareça, nem na Independência; nem na República, quando houve um golpe de Estado; nem quando das leis sociais. Houve lutas nos Estados Unidos e pelo mundo afora. No Brasil, o Dr. Getúlio deu isso de presente. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nasceu de cima para baixo, sem haver um líder sindical, sem haver uma luta, sem haver um movimento. Ninguém lutou pela lei das oito horas, ninguém lutou pelo salário mínimo. Tudo foi ganho de presente. Então, a vida partidária é muito fraca e muito triste no Brasil.

Se analisarmos a vida partidária no Brasil desde o Império, passando pela Velha República e, depois, pela Nova República e pelas ditaduras que existiram, vamos ver que só um partido escreveu seu nome na história: o PMDB. Houve um momento de uma ditadura fascista, quando estava todo mundo do lado dela. A Igreja, descaradamente, estava do lado da ditadura,

bem como os militares, a imprensa, a grande imprensa, os grandes empresários, a classe média. Estava todo mundo fechado. E um general de plantão substituía o outro: Castelo, Costa e Silva, Geisel, Médici e Figueiredo. Alguns queriam a luta armada, outros queriam a guerra civil, outros queriam o voto branco, outros queriam a dissolução dos partidos. Era um caos de decisões no sentido do que se iria fazer.

Foi o PMDB que lançou em Porto Alegre... O que é o PMDB? É a união da luta a favor da democracia. Não queremos saber a origem, se é comunista, se é isso, se é aquilo; essa questão não está em jogo. Queremos a volta para a democracia. Houve a luta do PMDB por eleição nas Diretas Já!, pela anistia, pelo fim da tortura e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Foram essas quatro bandeiras que lançamos, e, com essas quatro bandeiras, fomos para a rua. E, sem um tiro, sem uma morte, sem uma violência, derrubamos, como num jogo de cartas, a ditadura. O PMDB criou a democracia neste País. Elegemos Tancredo, que fez uma baita sacanagem conosco! Ele não podia morrer. Ele não tinha o direito de morrer. Deus, cá entre nós, judiou de nós. Não é que o Sarney não tenha sido um Presidente responsável e importante, mas Tancredo era o homem que simbolizava aquela luta. Sarney era o Presidente da Arena e teve um gesto importante, um papel importante. Mas toda aquela beleza, aquela música, aquele povo nas ruas, tudo aquilo caiu como um castelo de cartas. E parece que o PMDB caiu junto. De lá para cá, tem sido muito difícil. Até ali, fui um dos Líderes do PMDB: Secretário-Geral, 1º Vice-Presidente, braço direito do Dr. Ulysses. A rigor, o Dr. Ulysses era um nome, inclusive na sua doença, nas suas dificuldades, e eu era o que carregava as pedras. Fui o coordenador-geral da campanha das Diretas Já! pelo PMDB. Fui o coordenador, junto com Teotônio, da campanha pela anistia. Éramos os grandes vitoriosos. Com a morte do Dr. Tancredo, tudo mudou. E morreu o Dr. Ulysses, e morreu Tancredo, e morreu Teotônio, e morreu Covas, e morreu Fernando Henrique, e, hoje, o PMDB é o que está aí. Com tudo isso, o PMDB é o maior Partido do Brasil. O maior número de Governadores  $\zeta$  são nove  $\zeta$  é do PMDB. O maior número de Senadores é do PMDB. O maior número de Deputados Federais é do PMDB. O maior número de Deputados Estaduais é do PMDB. O maior número de Vereadores é do PMDB. O maior número de Prefeitos é do PMDB. O maior número de Vice-Prefeitos é do PMDB. O maior número de Prefeitos governados é do PMDB. O maior número de diretórios municipais é do PMDB. O maior número de filiados no Brasil é do PMDB. Na última eleição, o PMDB teve seis milhões de votos a mais do que o que estava em segundo lugar. Esse é o PMDB. Esse é o PMDB.

O PMDB é dividido. Muita gente quer a companheira Dilma. Cá entre nós, ela é uma grande candidata. Sou fã da Dilma. Acho que, no PT, não há ninguém melhor que a Dilma. Quando me perguntam o que acho da Dilma, digo o seguinte: o Governo de Lula divide-se em duas partes, antes da Dilma na Casa Civil e depois da Dilma na Casa Civil. Antes da Dilma, no tempo do José Dirceu, Lula estava às vésperas do *impeachment*. Era um tal de cassar ou não cassar. Houve um momento em que fui chamado a uma reunião de lideranças de oposição, com um grande número de juristas, e eles estavam com um esquema preparado, um documento preparado, para pedir o *impeachment*. Mandaram me chamar porque souberam que eu tinha liderado e coordenado o *impeachment* do Collor e queriam que eu dissesse como tinha sido a experiência. Eu disse: “Olha, peço desculpas por falar, porque sou um rábula e só vejo juristas de primeira grandeza aqui. Os senhores me desculpem, mas o problema do *impeachment* nada tem a ver com os senhores. O *impeachment* não é um problema jurídico. Eu, que sou um rábula, bato a petição do *impeachment* à máquina em dois minutos. O *impeachment* é uma questão política. Temos de analisar a forma de fazê-lo, temos de ver se temos condições de fazê-lo”. Vejam que coisa interessante: dessa análise, chegaram à

conclusão de que Lula estava queimado, de que não havia chance de segundo turno. Mas, se se fizesse o pedido de *impeachment* e se ele fosse punido, ele poderia virar vítima. E todos nós sabíamos onde isso ia parar.

Então, com José Dirceu, Lula esteve às vésperas do *impeachment*. Com Dilma, ele virou herói, virou um homem, mudou. Pode-se dizer que há corrupção no Governo de Lula, onde quiser, mas não na Casa Civil, da Dilma. Então, é uma grande candidata. Nada discuto nesse sentido.

Muita gente no PMDB quer o Serra. Gosto do Serra. Meu único problema com o Serra é que vejo que os do Estado de São Paulo já estão há dezesseis anos no governo. E, se Serra ganhar, eles vão ficar por 24 anos no Governo. Em 1930, fizemos uma revolução contra a política do Café com Leite, em que se alternavam no poder os Estados de Minas e de São Paulo. Agora, vão ser 24 anos só de Café.

Há alguma coisa que ninguém notou, Sr. Presidente. Hoje, Lula tem um gabinete. O Palácio está em reforma. Muita gente estranha: “Mas como é que Lula, no último ano do seu governo, faz uma reforma dessas? Por que não deixou para depois?”. É porque ele pouco está no Planalto. Está lá no Centro Cultural Banco do Brasil, onde vai uma ou duas vezes por semana. O grande Palácio do Governo, hoje, está em São Paulo. Ele montou um escritório de representação lá. Há um escritório da Presidência da República em São Paulo, que é dez vezes mais aparelhado do que o escritório daqui, que fica na sede do Banco do Brasil. E é lá que ele recebe Presidentes da República, como o Presidente da Argentina. Há quanto tempo vocês ouviram falar em um empresário paulista ou em um líder sindical paulista que veio a alguma reunião em Brasília? Ele vai ao escritório em São Paulo. Mas Lula é um grande nome, é um grande candidato.

O que estamos pedindo é o direito de registrar um candidato do PMDB. Roberto Requião é um grande Prefeito de Porto Alegre e foi, por três vezes, reeleito Governador do Paraná. Foi um Senador e, aqui, como Senador, teve uma atuação excepcional. Ele foi o Relator do célebre caso que investigou o Judiciário e as irregularidades do Judiciário. Naquela época, CPI valia, Sr. Presidente. CPI era CPI. Todo mundo assistia à CPI. E a CPI do Judiciário disputava o horário, na TV Senado, com a Rede Globo. E se comentava que Requião, que tem uma pinta de artista, seria convocado para ser o próximo artista das novelas da Rede Globo. E ele deu um *show*. Ele fez denúncias. Não vou citar os nomes, porque não quero citá-los. Mas ele denunciou gente dura, da maior importância, do maior significado, inclusive governadores do PMDB, porque estavam envolvidos no escândalo do esquema financeiro no Judiciário. Estamos apresentando a candidatura dele. Estamos registrando a candidatura dele. É claro que estamos sabendo que quem estava dando as passagens era a Executiva Nacional, que quem paga as diárias é a Executiva Nacional, que quem mandou as circulares foi a Executiva Nacional. Sabemos que são oito Ministros e Diretores do Banco do Brasil e Diretores-Presidentes de empresas ligadas à Petrobras. E são milhares as funções gratificadas que o PMDB e essa cúpula que está no comando do PMDB estão proporcionando. Nós sabemos disso. Sabemos até que é praticamente impossível qualquer chance. Mas a Executiva Nacional não quer registrar nossa chapa, não quer usar o direito de ir para a disputa? Sinceramente! A regulamentação do Estatuto do Partido diz o seguinte, até acho exagerado, mas diz: “Filiado do Partido, 48 horas antes da convenção, pode se registrar como candidato a Presidente”. Nós registramos o Requião. Registre eu, em nome do PMDB do Rio Grande do Sul, que fez uma convenção de todo o Estado e, por unanimidade, indicou o nome dele. Aí, na

dúvida, é ou não é?, o Requião veio e entregou o seu próprio pedido. Ele pedindo para ser candidato.

Hoje, a Executiva se reúne às 4 horas. Por enquanto, não sabemos se na chapa que vai ser votada amanhã vai ter o nome do candidato próprio. O que eles querem dizer é que vai ter um único pedido. V. Ex<sup>a</sup> vai amanhã, e vai estar lá na chapa dizendo, sim, ao acordo, com a aliança do PT/PMDB, com o Presidente do PMDB como candidato a Vice-Presidente. Concordo com essa chapa, mas tem que tirar uma outra decisão: Roberto Requião candidato a Presidente. O eleitor tem de ter o direito de escolher, o direito de votar. E eles não querem. Ontem, marcamos uma reunião, às 15 horas, no gabinete do Presidente Nacional do Partido. Combinamos com ele. Às 15 horas, ele não apareceu e mandou dizer que não vinha. Então, ficamos lá nós. O Requião, eu e uma série de Parlamentares, e demos uma coletiva muito gentil, muito agradável: Entendemos que o presidente não pôde vir. Mas está aqui e já entregamos uma cópia do nosso pedido, recorrendo ao Tribunal Superior Eleitoral se, na reunião de hoje da Executiva, não se incluir o nome do Requião na chapa. Nós não queremos fazer pronunciamento na convenção de amanhã, que dizem que será uma festa, o Lula vai estar presente, a Dilma vai estar presente, e será uma festa!, para estragar a festa. Não. O nosso pronunciamento vai ser de alto nível, até mais singelo do que o daqui. Nós do PMDB pedimos licença para registrar um candidato que tem a biografia do Sr. Senador e Governador Requião para Presidente da República. Nós achamos que o PMDB, o maior partido do Brasil, tem o direito de ter o seu candidato, até porque a eleição é de dois turnos.

O que quer dizer uma eleição de dois turnos? Que foi uma grande decisão. Quando a eleição era de um turno só, jogavam tudo ou nada no primeiro turno. Então, ganhava-se ou perdia-se. Era um turno só, e se atirava. Agora, não. Agora são dois turnos. No primeiro turno, cada partido apresenta candidato, os partidos importantes. Os nomes importantes se lançam no primeiro turno. E o segundo turno é feito entre os dois que se colocarem em primeiro e segundo lugar.

Coisa estranha! Na primeira eleição que foi feita assim, concorreram 16 candidatos: nós, com o Dr. Ulysses, Brizola, Mário Covas, Aureliano Chaves, Afif, um número enorme de candidatos. E, surpresa total, foram para o segundo turno o Collor e o Lula. Ninguém imaginava. Pois foram o Collor e o Lula para o segundo turno. E aí a decisão foi entre o Collor e o Lula. Eu votei no Lula e perdi com o Lula.

Então, o que nós queremos é isto: vamos para a eleição. Se ganhar o Requião, o outro partido que não for para o segundo turno provavelmente nos apoiará. Se perdermos, vamos perder. Agora, não deixar a convenção do PMDB ter o direito de disputar, o direito de ter um candidato a Presidente da República, perdoem-me, é uma situação ainda mais delicada, porque o Presidente do PMDB, que é quem toma a decisão, é o candidato a Vice-Presidente. Então, ele está tomando uma decisão errada e muito delicada para ele, porque favorece a si próprio. Ele está tomando uma decisão errada, favorável ao nome dele. Eu faço um apelo para essa reunião das 4 horas, no sentido de que as coisas possam acontecer. Perdoe-me, Sr. Presidente, o senhor não calcula a vergonha, estou vermelho de encabulado, mas vou abordar o terceiro assunto, porque a imprensa hoje está muito dura, Sr. Presidente. A imprensa disse que o Senado, de madrugada, como se fosse um golpe, votou a emenda dos *royalties*. Isso não é verdade. O Governo, na madrugada, achando que ia ganhar, quis colocar em votação, mas nós apelávamos para que isso não acontecesse.

A imprensa do Rio... Por exemplo, o Merval Pereira é uma figura fantástica. Eu tive ocasião de conhecê-lo, de debater... Aprecio os seus comentários. É de uma dignidade, de uma correção, de uma profundidade! Eu li o seu comentário de hoje. Meu amigo Cabral, tentei falar contigo pelo telefone e não consegui. Eu estava disposto a ir ao Rio para falar contigo e ainda estou. Eu sou um apaixonado pelo Rio de Janeiro. Aliás, nós, gaúchos, somos apaixonados pelo Rio. Nunca esquecemos que o Rio tratou com muito carinho a figura do Dr. Getúlio Vargas, que foi talvez o político mais querido pelo povo do Rio de Janeiro. O meu candidato a Presidente da República era o Cabral. Ele estava fazendo um grande governo e tinha uma ligação muito grande com o Lula. Talvez não se lembrem, mas, lá atrás, antes de nascer a Dilma, o Lula buscava um entendimento, uma candidatura. O Jupinha era um nome lançado por ele. O Cabral era outro nome lançado por ele. E até o Governador Aécio Neves ele lançou, desde que o Aécio Neves viesse para o PMDB. Eu fui a Minas Gerais para convidar o Aécio a vir para o PMDB. Ele disse: “Ora, Simon, eu posso ir. Até acredito no Lula, mas não acredito que o PMDB me dê legenda”. Hoje eu acho que ele tem razão. Ele não levava a legenda do PMDB.

Em primeiro lugar, estão fazendo uma confusão muito séria. O projeto que foi votado na Câmara, realmente, era um projeto que tirava os *royalties* do Rio, do Espírito Santo e entregava para todos os Estados e Municípios em condições iguais. O grito, o berro, o protesto feito era correto.

Mas o próprio Ibsen e os próprios Deputados vieram ao Senado, para dizer que o projeto que foi aprovado na Câmara era capenga, faltava complementar. Complementar como? O Rio não pode perder. Nós não podemos, de uma hora para outra... Não vamos nem discutir plataforma, o mar não é propriedade do Estado, é propriedade da União. Na verdade, é um fato que está aí e que é real, e não podemos, de repente, desfalcar, tirar uma perna do Rio e do Espírito Santo. Então, nós passamos a discutir a fórmula. E qual foi a fórmula encontrada? Dentro da Petrobras, naquilo em que a parte do Leão fica com a União, a União compensará o Rio, o Estado do Espírito Santo e os Municípios naquilo que eles perderão. Essa é a emenda. Foi isso que foi aprovado. Então, o Rio não perde nada! Eu nunca votaria aqui uma emenda que atingisse o Rio de Janeiro e o meu irmão Cabral. O Rio não perde nada. Aí o Senador Dornelles me procura e diz o seguinte: “Ô Simon, eu apresentei uma emenda, o Dornelles tem uma emenda, o Senador do Rio de Janeiro”, também mexendo nos *royalties*, também fazendo a distribuição dos *royalties* em todos os Estados e Municípios do Brasil. Ele só faz uma diferença do projeto dele com relação ao meu: o meu tira o que hoje é do Rio de Janeiro e Espírito Santo e dá para todo o Brasil e compensa o Rio de Janeiro e o Espírito Santo com a quota da União. A União se responsabiliza por dar. Mas por que esse projeto é recebido de maneira assustadora? É que todo mundo se lembra da Emenda Kandir. A Emenda Kandir tirou dos Estados o direito de incidir o ICMS sobre as exportações. O argumento era correto. Nem o Brasil, nem outro país do mundo exporta imposto; nas exportações não há ICMS. E a União se responsabilizava por indenizar os Estados naquilo que deixariam de receber por conta das exportações sem ICMS.

Eu votei contra essa lei. Eu, meu amigo Cabral, votei contra essa lei. Por quê? Porque eu dizia: não acredito na União. Esse negócio de que a União vai compensar... Vai compensar como? Eu queria preto no branco. Eu queria preto no branco, e, por não confiar no Governo, votei contra a lei. E está provado que eu estava certo. O Rio Grande do Sul deixa de receber R\$1 bilhão por ano, porque não recebe mais imposto sobre as exportações, e o Governo nos deu uma ova, meia dúzia de tostões.

Então, o Rio de Janeiro está desconfiado de que vai acontecer com o Estado o que aconteceu na lei das exportações. Por isso o Dornelles me procurou: “Simon, vou apresentar uma emenda igual à tua; só inverte. O Rio fica como está, e isso de que o Estado vai compensar, em vez de compensar o Rio, compensa os outros Estados e Municípios”. Claro que ele falou isso pensando que a União não vai compensar coisa nenhuma. Eu concordei. Ele e eu fomos ao líder para dizer: “Vamos deixar essa matéria para depois. Não vamos votar agora; vamos votar depois. Ele e eu concordamos com a emenda minha e a dele para fundir e trocar. O Rio ficava como está e, no futuro, a compensação para os Estados seria feita pela União”. O Líder do Governo não concordou. Ele estava tão certo que ia derrubar... O que é que o Líder do Governo queria? O Líder do Governo queria votar tudo sobre a Petrobras naquela noite, menos os *royalties*, que ficariam para depois da eleição. Quer dizer, *royalties*, nunca. Os *royalties* ficariam numa gaveta, e acabava. Foi o que os Senadores não aceitaram. Por que não ficar tudo para depois da eleição? Por que a determinação de votar correndo? E ficou provado que votamos tudo o que o Governo queria. Eu votei a favor de todos os projetos do Governo, menos esse. O Senador Tasso e o Senador Cristovam queriam a emenda sobre a eleição e a educação; vamos deixar para depois.

Então, quando o meu querido Merval Pereira fala que foi na madrugada, às 2h30 da madrugada, em primeiro lugar, a sessão começou às 14 horas e foi o debate até lá. Mas, se dependesse de nós, teríamos sentado à mesa para fazer o acordo. É uma coisa difícil de acreditar: esses projetos entraram aqui há muito tempo; foram para as comissões e não houve nenhuma reunião, em nenhuma comissão, para debatê-los. Os projetos vieram direto para cá, sem nenhum parecer de comissão, com o parecer do Líder do Governo. Repito, Sr. Presidente, para nós, a diferença entre o nosso e a Lei Kandir das exportações é que a Lei Kandir dependia do Orçamento, dependia de votação, dependia da vontade do Ministro da Fazenda. Aqui, não! Aqui já está claro. A obrigação já está definitiva, o dinheiro dos *royalties* sai e vai direto para os Estados e para os Municípios. Por isso quando o Ministro do Planejamento disse: “Mas como? Como vão fazer isso? Vão tomar uma decisão dessas se não tem nem lei orçamentária? Se não tem previsão de onde sai o dinheiro?”. O dinheiro vai sair dos *royalties* da Petrobras, o dinheiro vai sair dali, mas não entrará no Tesouro, irá direto para os Estados e para os Municípios. A imprensa divulgou um artigo do Prefeito do Rio muito pesado. Na campanha, fiz um pronunciamento muito carinhoso a favor da sua eleição. E eles gostaram tanto, que, no final da campanha, nos últimos dias, eles o colocaram de novo. O Prefeito achava que eu era um homem de ética, mas chegou à conclusão de que não tenho ética. Ele não foi feliz. Sou um homem de 80 anos, não sou mais candidato a coisa alguma, não tenho preocupação nesse sentido. Nunca apresentei emendas, Sr. Presidente. Estou há 32 anos no Senado, com mais 16 anos como Deputado Estadual, e nunca apresentei emenda ao Orçamento, nunca apresentei emenda a coisa alguma, porque sou contrário a isso. E, por ser contrário a isso, não apresento emenda. Então, não é esse tipo de ação que me levaria a isso. É que penso que tivemos aqui a chance, a primeira na história deste País, de fazer o início de uma reforma tributária para valer, com uma distribuição justa e equânime entre Estados e Municípios, sem o Estado de São Paulo, com sua força, querendo impor ou com os Estados do Nordeste chorando. Não! Os Estados são tratados de maneira igual. A emenda do **Cristovam e do Tasso** poderá ser aprovada com a maior tranquilidade, mas é o início de uma reforma tributária. E, se ela for aprovada, o herói será Lula. Ninguém vai se lembrar do **Pedro Simon**, da sessão realizada até às 2h30 da madrugada. O pessoal vai se lembrar de que foi no Governo Lula que se fez uma verdadeira reforma tributária, de que foi ali que esta começou. Ele vai ficar de herói. Digo até em forma de brincadeira: é o destino!

O Presidente da República Fernando Henrique fez a reforma tributária, que, por duas vezes, esteve na Mesa para ser votada. Quando começou a votação, ele a retirou, porque perdia dinheiro. Lula, por duas vezes, fez a reforma tributária, que, por duas vezes, esteve no plenário da Câmara. E, por duas vezes, quando a reforma ia ser votada, ele a retirou, porque ia perder dinheiro. Na verdade, ninguém quer perder. A República ganha 70%, e é muito bom ver os Governadores virem aqui mendigar. É muito bom ver cinco mil Prefeitos, por duas ou três vezes por ano, virem aqui mendigar aquilo a que eles têm direito. Imagine se, de repente, o Brasil fosse como os Estados Unidos ou a Europa, onde cada Município e cada Estado têm sua parte no direito aos tributos. Há aquilo que é direito deles. Não há um prefeito que tenha de ir um dia a Washington para falar com o Presidente por causa de um tostão. O que é do prefeito está lá. A verba que cabe à Prefeitura não vai para a União para depois voltar; já fica no Município. A verba que cabe ao Estado não vai para Washington, para, depois, ser mandada de volta; ela já fica no Estado. A lei lá é muito clara: as verbas do Município são estas, e as obrigações dos Municípios são estas. Então, lá não é como aqui: ensino municipal é da União, dos Estados e dos Municípios, mas ninguém é responsável; a saúde é da União, dos Estados e dos Municípios, mas ninguém é responsável. Mas o Governo gosta disso aqui e não quer mudar. É por isso que Lula, no fim do Governo, tem a tranquilidade de mudar porque não será ele que vai pagar a conta. Quem vai pagar a conta é o Presidente que for eleito. Isso é algo interessante. Ele tem a isenção de decidir e de votar, e os governos que vêm que assumam a responsabilidade! Não acredito que Lula vete essa emenda, não acredito nisso. E acredito que Lula vai sair de herói nessa emenda e que se vai dizer que foi no Governo de Lula que se fez o início de uma reforma tributária séria e para valer.

Por isso, estou magoado, Sr. Presidente. Alguns comentários e algumas notícias que estão saindo eu não os merecia. Podem até divergir de mim, acho isso natural. Entendo meu querido amigo Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro, na paixão que ele tem. É como ele diz: “O meu amigo Pedro, de quem eu gosto tanto, faz isso?”. Eu o entendo e o respeito. Aliás, ele foi de uma elegância muito grande. Mas imprensa tinha de ser um pouco mais fria. A imprensa está tratando o assunto como se a nossa emenda fosse igual à da Câmara, como se o projeto que veio da Câmara saísse daqui igual. Não! O projeto da Câmara tirava do Estado do Rio e distribuía entre todo mundo. O próprio Deputado Ibsen Pinheiro veio nos procurar para dizer: “Olha, o projeto da Câmara veio capenga. Vocês têm de alterá-lo”. E ele me ajudou a fazer a alteração. O Projeto sai daqui? Não. É a União, os Estados e os Municípios. O Rio está garantido.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser falar, troco de lugar com V. Ex<sup>a</sup>.

AA12

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) Sr. Presidente, nós vivemos um momento histórico no Congresso brasileiros nesses últimos dias. Primeiro, na Câmara, parecia praticamente impossível que o Projeto Ficha Limpa fosse aprovado na Câmara dos Deputados. Nós aprovamos tantas matérias semelhantes aqui no Senado e nenhuma conseguiu sair das gavetas das Câmara, inclusive um projeto igual a esse. De repente, surpreendentemente, quando tudo parecia negativo, o tempo vinha passando, passando, nenhuma iniciativa era tomada na Câmara. A Câmara se reúne e decide. Mérito ao Presidente da Câmara dos Deputados, que, em reunião com os líderes do



movimento da Ficha Limpa, disse que assumiu o compromisso de se reunir com os líderes e encontrar uma fórmula de colocar em votação. E o Presidente **Michel Temer** conseguiu isso, com o apoio dos líderes de todos os partidos. E chegaram a um denominador. Desde que a Câmara chegou àquele denominador, nós, aqui do Senado, fomos muito claros. Não é o ideal. Não vamos aqui querer tapar o sol com a peneira, dizer que o assunto está resolvido, que foi uma maravilha e não se tem mais o que fazer. Tem muito que fazer! Mas rompemos aquela barreira de não mexer nessa questão. Qual a questão? De o Brasil ser o País da impunidade.

A partir da votação deste projeto, não terminamos uma tese, não concluímos um resultado. O Brasil não é mais o País da impunidade. Não! Mas nós iniciamos uma caminhada, e tivemos a coragem de enfrentar essa questão. E, a partir de agora, marchamos para transformar o Brasil no País onde a democracia realmente exista no sentido de que gente séria fica na política e vigarista vai para a cadeia ou, então, caia fora. O Senado, desde o início,... Eu acho que fui um dos primeiros desta tribuna que disse, com todas as letras: nós vamos aprovar o projeto como veio da Câmara. Isso não quer dizer que somos favoráveis ao projeto como veio da Câmara. Isso não quer dizer que nós consideramos o projeto que veio da Câmara pronto, perfeito e acabado. Não! Ele está muito longe, por exemplo, do que eu gostaria. Se dependesse de mim, eu faria uma série de emendas a este projeto a ser votado. Mas o que aconteceria? Primeiro uma longa discussão nesta Casa. Segundo, mandaríamos de volta para Câmara; terceiro, não tínhamos ideia do que ia acontecer na Câmara. O que nós tínhamos certeza é que não valeria mais para esta eleição. O assunto estaria superado. Ano que vem teríamos que começar tudo de novo.

Então houve um pensamento que foi crescendo. Falei primeiro com o Senador Renan, Líder do meu Partido. E ele concordou: “Vamos votar sem emenda”. O Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, também foi muito claro: “Vamos votar sem emenda”. O Líder do PT, Senador Mercadante, falou a mesma coisa: “Vamos votar sem emenda”. Então, esta tese foi aceita: vamos votar sem emenda para que ele vá, imediatamente, à sanção do Presidente. Havia outro problema muito sério. Não dá para votar. Não dá para votar porque precisa ser votado até o dia 10, e a Casa está parada, pois duas medidas provisórias estão trancando a pauta e só podemos votar essa matéria depois dessas medidas provisórias. Passadas as medidas provisórias, tem as leis do chamado pré-sal, da Petrobras, que são quatro, com urgência urgentíssima e que também têm de ser votadas antes dessa matéria. Não dá. Falamos com o Presidente Sarney e ele foi muito claro: “Vou reunir os líderes”. Querendo, dá. Sabemos disso, Presidente Mão Santa. Esta Casa, querendo, faz o que quer. Esse negócio de Regimento... Há muito tempo, não leio o Regimento, não dou bola para o Regimento, porque sei que lá no Regimento tem um artigo para qualquer coisa: quer aprovar, art. 26; quer rejeitar, art. 28; quer arquivar, art. 29; quer protelar, art. 30 ou sei lá qual. Mas o Presidente Sarney disse: “Vamos votar”. Mas ele teve que ir aos Estados Unidos numa viagem à qual ele não poderia faltar. O Vice-Presidente assumiu e tomou a mesma posição: “Vamos votar”. E votamos. Na quarta-feira, o assunto não estava na pauta, pedimos inversão e votamos em primeiro lugar o Ficha Limpa.

O Senador Demóstenes, Presidente da CCJ, se autointitulou Relator, deu para ele, para evitar qualquer problema, qualquer dificuldade, e deu o parecer. E parecia se agitar a Comissão, e a Comissão não acabava, e era debate. Eu até levantei uma questão de ordem, na oportunidade, dizendo: “Olha, Sr. Presidente, eu estou achando que essas discussões sobre o conteúdo do texto são desnecessárias neste momento. Nós todos sabemos que o texto não é o que nós queremos. Se nós vamos entrar nesse debate para saber as coisas que estão erradas, nós não

saímos disso. Vamos votar como está”. E mais de trinta Senadores, inclusive, abriram mão do debate, dizendo que votavam como estava, apesar de serem contrários em muita coisa. E foi aprovado, e veio para esta Casa. Pedimos urgência urgentíssima. Vejam a rapidez. O projeto entrou, na quarta-feira, na Comissão, saiu duas horas depois, aprovado, e veio para este plenário na quarta-feira à tarde. E foi aprovado. Momento muito importante. Este projeto não caiu do céu. Não fomos nós, Senadores e Deputados, que, de repente, viramos homens puros, defensores do interesse da sociedade. Foi a sociedade. Este projeto não era um projeto que nem os do Pedro Simon, que, aprovados no Senado, iam lá para a Câmara. E quem é o Pedro Simon para a Câmara dar importância? Ficam na gaveta. Mas este era assinado por 1 milhão e 500 mil pessoas; tinha a CNBB, a OAB, a Associação dos Magistrados do Brasil, 40 entidades que compõem o núcleo das entidades favoráveis à ética e à moral e contra a corrupção no sistema político brasileiro. E isso pesou. E a passeata que fizeram aqui, lavando as escadas e as passagens da Câmara e do Senado, pesou. E a caminhada que eles fizeram em direção ao Congresso, pesou. E a caminhada no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre, em vários Estados a gurizada na rua protestando e exigindo, pesou.

Aliás, eu sempre dizia isto: não esperem mudanças profundas na legislação brasileira de dentro para fora, daqui do Congresso para fora, do Supremo para fora ou do Presidente da República para fora. Tem que ser de fora para dentro. A sociedade tem que ir para a rua, tem que debater, tem que discutir, tem que impor a sua vontade, tem que olhar para a nossa cara, esculhambar conosco, exigir, cobrar, para nos obrigar a entender o que nós temos que fazer. E foi o que aconteceu. A sociedade foi para a rua, se movimentou, cobrou. Vai acontecer, fruto da sociedade, uma movimentação que, no dia da eleição, na véspera, a Internet vai ter o nome de todos os candidatos. Pedro Simon é candidato, lá no Rio Grande do Sul, o cidadão, se votar no Pedro Simon, aperta na Internet. Quem é o Pedro Simon? E vai estar a ficha lá. Então é uma coisa que vai ser orientada nesta eleição. Todo cidadão que vai votar, antes de votar, aperta na Internet e vai ver o nome da pessoa em quem ele quer votar. E lá vai estar escrito quem ele é. Se ele está sendo processado, se ele foi condenado, se ele fez isso, se ele fez aquilo, quem ele é. Isto é importante. E isto aconteceu.

Agora, surgiu um debate. Uma emenda de redação, que foi aceita pelo Relator Demóstenes, está dando margem a uma série de debates em torno desta matéria. E alguns órgãos de imprensa estão levando para aquele sentido: “É, foi muito bom, foi muito bacana, foram muito bem-intencionados, mas uma emenda de redação do Senado mudou”. Ficamos muito preocupados com isso e ontem houve uma reunião, na CNBB, com as 40 entidades que compõem, aqui está a fotografia, o Núcleo de Combate à Corrupção. Lá estava eu, mas, de um modo muito especial, lá estava o Demóstenes, o Relator. Foi feito um amplo debate sobre esta matéria. E essas 40 entidades lançaram uma nota oficial. Sobre essa nota oficial, eu gostaria que a imprensa publicasse. Eu a leio aqui para que conste nos Anais do Senado Federal.

Com uma nota oficial, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral esclareceu, nesta quinta-feira, a emenda de redação que houve no Projeto Ficha Limpa. Foi feita tão somente uma emenda de redação, que não altera o texto, para uniformizar os tempos verbais utilizados nos vários dispositivos do projeto.

*Para o Relator do Projeto, **Senador Demóstenes Torres** (DEM - GO), as mudanças foram “apenas para harmonizar e padronizar a redação do texto”. A modificação trata de alterações verbais do passado para o futuro, nas expressões, tenham sido, para “forem*

*side”, em cinco alíneas do Projeto. Com as mudanças, todas as alíneas tiveram reformulações no tempo verbal, garantindo assim, segundo o Senador, que “todos os processos que se encontrem em andamento poderão ser julgados pelos tribunais superiores” e “quem já se encontra condenado sem processo em andamento, também é inelegível”, declarou.*

*O jurista Marcelo Lavenère [representante da OAB] explicou que a nova lei se aplicará exclusivamente aos condenados por um órgão colegiado. No entanto, quem cumpriu uma pena, automaticamente está fora do enquadramento do Ficha Limpa, porque seu processo já foi julgado. “Os processos em julgamento, previstos na lei, seguem normalmente, conforme o artigo 3º”. De acordo com a lei, disse ele, “aqueles que foram interpostos antes continuarão depois e os processos seguirão normalmente. A lei não apanha a coisa julgada, os demais casos serão apanhados tranquilamente”, garantiu.*

E segue a nota que eu peço a transcrição, Sr. Presidente. Faço questão de pedir a transcrição dela, porque acho muito importante.

Nota oficial do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, MCCE. O MCCE, diante dos comentários repercutidos pela mídia sobre o alcance da “emenda de redação”, aprovada no Senado, na votação do Projeto Ficha Limpa, vem esclarecer que:

- 1 - O Projeto Ficha Limpa foi aprovado unanimemente, sem nenhuma “emenda de texto”, no Senado, exatamente como recebido da Câmara Federal.
- 2 - Foi feita, tão somente, uma “emenda de redação”, que não altera o texto, para uniformizar os tempos verbais utilizados nos vários dispositivos do Projeto.
- 3 - Como simples “emenda de redação”, não gera a necessidade legal de retorno do Projeto à Câmara Federal, uma vez que dela não decorre nenhuma modificação na natureza ou no alcance do Projeto.
- 4 - Não têm, pois, nenhum fundamento os comentários repercutidos na mídia de que a referida “emenda de redação” poderia ter alterado o sentido do Projeto, impedindo a sua aplicação às condenações anteriores à aprovação do Ficha Limpa.
- 5 - O MCCE, com a responsabilidade da autoria do Projeto e de quem acompanhou todo o trâmite do texto no Congresso Nacional, espera que o assunto passe a ser matéria definitivamente esclarecida e possa receber, sem demora, sanção presidencial, para que passe a vigorar nas próximas eleições de outubro, aplicando-se a todos quantos tenham cometido os desvios de conduta ali previstos.

Esta é a nota, que eu considero clara, que foi resultado da reunião feita pelas 40 entidades do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que foi feita na CNBB, foi debatida e foi lida, numa comunicação e numa reunião com toda a imprensa brasileira. Penso que isso esclarece, Sr. Presidente, essa nossa matéria.

Eu acho que o Senhor Presidente poderia referendar o mais breve possível. São várias interpretações. Uma delas é a de que deve ser sancionada até o dia 5, outra defende que deve ser até o dia 10, uma outra, de que deve ser sancionado até o dia 12, quando começam as convenções. O apelo que eu faço ao Presidente Lula é para que assine até o dia 5, para que esta matéria seja lei definitiva.

Eu entendo o debate da imprensa. Eu entendo até algum pessimismo por parte da imprensa. Mas eu acho que vale a pena um pouco de otimismo. Não vamos ficar na tese “se o Líder do

Governo mudou, se era contra e ficou a favor, se houve unanimidade de todos os partidos, é porque tinha alguma coisa escondida”. Eu acho que não tem. Não, não, não, eu acho que não tem. Eu acho que o que valeu foi a vontade popular, foi o povo na rua. Esse foi o grande desafio. É por isso que acho que esse foi um grande momento, um momento em que começamos a definir o fim da impunidade no Brasil.

É claro, disse bem o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que quem devia estar começando a pensar no que é ficha limpa são as convenções que vão ser realizadas. As convenções dos partidos deveriam olhar a ficha do candidato para ver quem ele é. Às vezes, acontece o contrário. A gente bota o candidato porque ele é rico, porque ele tem dinheiro, não importando muito a origem.

Tenho um projeto aqui, que, infelizmente, não consigo transformar em lei, que permite que, nas convenções dos partidos, qualquer convencional possa interpor recurso contra qualquer candidato se ele apresentar prova concreta de que tem alguma coisa contra o candidato. E aí, antes de ser aprovado na convenção, ele vai ter que responder, e vai ter que ser feito um levantamento sobre a sua vida progressa, para ver se ele pode ou não entrar na nominata. Mas é importante.

E o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral foi muito feliz ao mostrar sua alegria em ver aprovado o Projeto Ficha Limpa. Mas alerta que os partidos entendam que tudo começa na convenção, em que o partido é o primeiro que deve se preocupar com a ficha limpa de seus candidatos.

O segundo passo é na eleição. Volto a repetir: nesta eleição, ao contrário de todas as outras, vai estar na Internet a ficha de todos os candidatos, de todos os candidatos. Então, qualquer eleitor... Você, meu irmão, que está me assistindo: vai votar? Antes de votar, na sua casa, aperte a Internet. Quer votar em Pedro Simon? Quem é Pedro Simon? Quer votar em João da Silva? Aperte. Quem é João da Silva? Então, vai aparecer a biografia. Vai aparecer, na Justiça Eleitoral, a história do cidadão. E pode-se selecionar, conhecendo. Pode-ser votar, conhecendo quem é.

Tem razão o Presidente do Supremo: primeiramente, o partido seleciona o candidato, no que não confio muito. Mas confio no segundo passo: o eleitor, antes de votar, aperta na Internet e vê o nome daquele em quem deseja votar. Ele vê quem é. “Não, porque o vizinho me deu...” “Vote neste aqui...” “Não, porque gostei do beltrano...” “Vote aqui...” Não. Vá ver quem é o cidadão. Estamos num grande caminho.

Venho à tribuna, e os que me conhecem estão estranhando, e dizem: “De novo, **Simon**. Tu só estás abordando praticamente só esse tema nos últimos dias”. Há 40 anos, dedico-me a esta tese. Lá atrás, o primeiro projeto que apresentei no Senado, era um projeto que determinava que Senador e Deputado Federal, para serem processados no Supremo, não precisavam mais de licença da Câmara ou do Senado. É que até então era assim. Um Senador matou outro, um Deputado fez um bolo de bandalheira, o Presidente do Supremo mandava um ofício para a Casa: “Peço licença para processar o Deputado ou o Senador”. E a Casa tinha que votar. E o que acontecia? A Casa deixava na gaveta. Não botava em votação porque não queria dar a licença; e tinha vergonha de botar em votação e rejeitar, porque a opinião pública ia ficar contra. “Mas como rejeitou um pedido de licença para processar o fulano, que matou o beltrano? Ou para processar o fulano, que está sendo processado como ladrão? Como que não deixam processar?” Então não votavam, porque não queriam votar a favor e tinham vergonha

de votar contra.

Nós aprovamos um projeto. Vejam a importância: terminou essa história. Para processar Deputado e Senador, nós não temos nada que ver com isso. O Procurador-Geral da República entra no Supremo, e o Supremo processa. Não dá mais para dizer que é culpa do Senado e da Câmara se um Deputado ou Senador não está sendo processado. Mas desde que esse projeto foi aprovado, e faz tempo, fica na gaveta dos órgãos da Justiça, e ninguém tem sido condenado. Para não dizer ninguém, agora, semana passada, depois que eu disse que ninguém tinha sido condenado, foi condenado o primeiro. O primeiro! Um Deputado que, quando foi Vereador, pegou um dinheiro da prefeitura que tinha sido destinado para ser aplicado em tal lugar, e não aplicou lá, aplicou aqui. Cá entre nós, diante dos escândalos, das bandalheiras que têm por aí, é uma coisinha até deste tamanho.

Por isso, Sr. Presidente, tomara que estejamos a iniciar um novo momento. Eu tenho dito e repito aqui: o momento é favorável. Deus tem sido generoso conosco. Acho que os partidos políticos escolheram como candidato o que tinha de melhor nos seus partidos. Ninguém, na Oposição, no PSDB, é melhor do que o Serra. Desde a sua mocidade, ajudando o seu pai a carregar caixas de frutas lá no mercado de São Paulo, foi Presidente da União Nacional dos Estudantes; estava lá ele, no comício do dia 13 de março de 1964, defendendo a democracia. O Presidente da UNE foi obrigado a sair para não ser preso e morto. Exilado no Chile, se formou, estudou e está aí, Prefeito, Ministro, um homem digno, um homem sério. Eu acho ele dez vezes melhor do que o ex-Presidente Fernando Henrique! Não tenho nenhuma dúvida no PT. Eu divido o Governo do PT antes e depois da Ministra Dilma, na Casa Civil. Quando estava o “Seu Zé Dirceu” na Casa Civil, foi aquilo: o mensalão. O Lula estava às vésperas de um *impeachment*. Ela assumiu, e mudou. Pode haver vários casos de coisas erradas no Governo, e tem; nenhum na Casa Civil. Nenhum passava pelo comando, como era no caso do anterior, quando tudo passava pela Casa Civil. Mulher de luta. Filhinha de família de posses, de bens, entrou na clandestinidade na luta pela democracia, pela liberdade, retornando lá na Prefeitura de Porto Alegre, como Secretária da Fazenda, como Secretária de Minas e Energia, no Governo do Estado. Teve uma capacidade tão grande que, na organização do Governo, a equipe de Governo, ela se influenciou de tal maneira que o Lula a escolheu, surpreendendo a todos, para Ministra das Minas e Energia. É um grande nome. Cá entre nós, aí já é mais difícil, porque o nome é grande demais. Quer dizer, entre a pureza da Marina e nós, há uma diferença muito grande. Mas, para aqueles que confiam na história, para aqueles que conseguem sonhar, para aqueles que podem ser até meio Dom Quixote, mas confiam no amanhã, não há criatura mais competente, mais pura, mais excepcionalmente digna de respeito que a companheira Senadora Marina. Então, reparem o que eu acho. Estou gostando quando o Serra diz que o problema não é atacar o Lula, porque o Lula não é candidato. O problema é não dizer que as coisas não foram feitas e muitas coisas são boas. O problema é dizer que se pode fazer mais. Eu gosto da Dilma quando ela diz que ela reconhece no Serra um homem competente, um homem capaz e quer apenas discutir o que foi feito no Governo anterior e no Governo Lula e o que pode ser feito daqui por diante.

E a Marina, então, nem se discute, quando ela acha que devemos deixar os males, as coisas erradas, os ódios, os rancores de lado e pensarmos no Brasil. Então, acho que o Ficha Limpa, a seleção por melhores candidaturas, os candidatos que já estão, colocam o Brasil num lugar muito importante. Estou falando sobre esta matéria pelo debate da imprensa hoje, mas eu iria falar, hoje, ilustre Senador Lobão, e deixo para segunda-feira, sobre o Irã. Eu queria falar sobre o acordo Brasil-Turquia. Eu queria falar sobre um assunto que acho da maior

importância. Eu acho que temos que aprofundar esse debate. E pretendo fazer isso, mas fica para a próxima semana.  
Muito obrigado.

Matéria referida: *Nota oficial do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE.*

AA13

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, eu subo à tribuna encabulado. Nos meus quase sessenta anos de vida parlamentar, eu não me lembro de ter subido quatro ou cinco vezes seguidas à tribuna para falar sobre o mesmo assunto: ficha limpa. Eu pensei que o assunto estava encerrado. Eu achei até que essa matéria seria votada ontem. Diante da disposição do Presidente Sarney, dos líderes, do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Demóstenes, eu achei até que essa matéria seria votada ontem. Não só não foi votada, como a imprensa traz manchetes e mais manchetes falando que haveria, eu não acredito, uma manobra contra a aprovação do Projeto Ficha Limpa. Isso está na capa de *O Globo* e na capa de vários outros jornais. E há uma frase aqui, muito infeliz, que pretendo analisar.

*A imprensa aponta como o momento mais bonito da Câmara dos Deputados nos últimos anos a ação feita por seus parlamentares, da qual participaram praticamente todos os partidos: o Presidente da Casa, Deputado Michel Temer, coordenou os debates, reuniu os líderes, e o relator, um excepcional parlamentar do PT de São Paulo, que, lamentavelmente, vai deixar a vida pública, encontrou uma fórmula intermediária e, no último momento, terça-feira, na última votação, foi aprovado por unanimidade, com todos os líderes rejeitando todas as emendas que queriam deturpar o projeto.*

Aconteceu o inconcebível. Ninguém esperava que isso acontecesse, mas aconteceu. A Câmara, que, cá entre nós, ao longo do tempo dificilmente tem tomado medidas para modernizar a vida política, jurídica, partidária e eleitoral do nosso País, saiu-se muito bem. Eu repito aqui: não é o projeto que teve 1,5 milhão assinaturas quando foi entregue à Mesa da Câmara e que hoje conta com quatro milhões de assinaturas virtuais a seu favor. Não é esse o projeto que foi aprovado. Foram feitas limitações. Não é o projeto que eu aprovaria e que eu gostaria que fosse aprovado. Não é. Mas é um grande passo, é um início, é uma tomada de posição das mais importantes no sentido de que estamos rumando para terminar com a impunidade. É o primeiro gesto nesse sentido do Congresso brasileiro. Foi aprovado por unanimidade. Não é o projeto ideal, nós sabemos. Mas nós estamos pretendendo que o Senado vote-o sem nenhuma emenda. Por quê? Porque, se nós o votarmos sem nenhuma emenda, se o Presidente Lula sancioná-lo no início da semana, até o dia 10, ele pode entrar em exercício para esta eleição.

Então, é claro, temos outras emendas, queremos mudá-lo, queremos modificá-lo, mas deixemos para depois. Aprovamos esse projeto, ele entra em vigor, é um passo importante na ética e na moralidade, depois, vamos discutir outros passos. Emendá-lo agora é matar a questão; é morrer; é não acontecer nada. Então, é normal. O Presidente Sarney deixou claro: “O Projeto Ficha Limpa é prioritário. Pretendo colocá-lo em votação imediatamente”. Falou isso à imprensa, falou isso à televisão, falou isso aos líderes, e está hoje na imprensa a sua posição muito clara nesse sentido.

Os líderes também. O Senador Renan deixou claro: “Não tem nenhum problema, Senador,

somos favoráveis, sem nenhuma emenda, a que ele seja votado imediatamente”. O Senador Mercadante, a mesmíssima coisa, em nome do PT. O Senador Arthur Virgílio, a mesmíssima coisa, em nome do PSDB. E assim os vários líderes.

O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Demóstenes, foi além: avocou para si ser o relator, para evitar delongas, dúvidas, interpretações, procurar relator, quem é, quem não é. “Eu sou o relator. Eu, o Presidente da Comissão”. E disse que, na quarta-feira, vai botar em votação.

Eu não esperaria pela quarta-feira, eu imaginava que seria ontem. E só não foi por uma declaração infeliz do Líder do Governo, o Senador Jucá. Sobre o Projeto Ficha Limpa, disse o Líder do Governo: “Esse não é um projeto do Governo, é um projeto da sociedade”. Esse não é um projeto do Governo, é um projeto da sociedade! E diz que ele, Jucá, tem dúvidas e pretende apresentar emenda. Primeiro, apesar de ser Líder do Governo, o Senador Jucá não se deu conta da importância do alcance do que ele falou, e falou em nome do Governo! Ou falou, como é natural que ele fale, em nome do Governo, sem se dar conta da gravidade do que ele está afirmando.

Primeiro, é uma frase fantástica: o projeto Ficha Limpa é do interesse da sociedade, não é do interesse do Governo. Quais são os interesses do Governo se não os da sociedade? Como é que um projeto pode ser do interesse da sociedade e não ser do interesse do Governo? Eu quero dar um crédito de confiança ao Senador Jucá. Nós estamos aí com os projetos, quatro do pré-sal. A oposição está querendo extinguir a urgência, o Governo está exigindo a urgência, e essa matéria está obstruindo a pauta. Então, o Senador Jucá haveria de querer usar o Projeto Ficha Limpa para barganhar a questão do pré-sal. Mas está sendo muito infeliz o Senador Jucá. Em primeiro lugar, barganhar por quê? Dá a entender que o Projeto Ficha Limpa é do interesse da oposição e não do Governo: “Ora, se vocês da oposição querem aprovar o Projeto Ficha Limpa, aprovem a urgência do pré-sal”. Será? Será que o interesse é só da oposição no Projeto Ficha Limpa?

A oposição tem uma situação muito tranquila. A oposição mantém a posição: luta a favor de votar com urgência, urgentíssima o Projeto Ficha Limpa e deixa o Governo arcar com a responsabilidade de não votá-lo. Como é que fica o Governo? Como é que fica o Governo? E há uma outra questão muito importante. Durante muito tempo, nós, aqui do Senado, debatemos uma tese. Voto distrital, já votamos aqui, está lá na gaveta da Câmara; fidelidade partidária, já votamos aqui, está lá na gaveta da Câmara; verba pública de campanha, já votamos aqui no Senado, está lá na gaveta da Câmara. Existe uma série de projetos da maior importância, do ponto de vista ético, moral, no avanço de questões como reforma partidária, reforma política, que já votamos e estão na gaveta da Câmara.

Num debate na Universidade do Largo do São Francisco, falei isto: que tínhamos votado e estava na gaveta da Câmara. E um Deputado me deu uma resposta na frente dos estudantes. Foi uma gargalhada geral, e eu perdi a graça: “Olha, Senador, vocês votam tudo isso aí que estão votando, porque vocês confiam no patriotismo da Câmara. Vocês sabem que votam e fica em nossa gaveta, porque se imaginassem que, votando lá, seria aprovado aqui, vocês não votariam lá”. Eu passei a ter uma dúvida tremenda comigo mesmo. Será que é verdade? Será que esse espírito público do Senado, que eu acho que é um passo positivo, é um grau muito superior de elegância, de seriedade do Senado com relação à Câmara, será que é verdade? Será que nós votamos de mentirinha, só porque vai ficar na gaveta da Câmara? Hoje, nesse projeto, essa matéria está sendo colocada à prova. A imprensa está dizendo assim:

“Finalmente, a Câmara votou um projeto primeiro que o Senado. E agora o Senado vai decidir”. Vai aprovar ou vai inventar, como quer o Jucá, coisas para não votar? O prestígio do Senado está em jogo. Todo nosso trabalho, no sentido da moral, da ética, das reformas política, tributária, partidária, eleitoral, tudo isso está em jogo agora, neste momento. Primeiro, não é um projetozinho daqui do Congresso. É uma iniciativa popular. Quatro milhões de assinaturas! Há uma pressão popular, no Brasil inteiro, cobrando. E essa pressão, justiça seja feita, impressionou a Câmara. Na Câmara, atingiu os seus objetivos. Vários líderes, várias pessoas contrárias se entregaram e votaram. “Não dá para resistir. É hora de votar”. E votaram. No final, terça-feira, as emendas mais duras, que queriam desvirtuar, praticamente anular o projeto, foram rejeitadas por acordo de líderes, por unanimidade. Não houve um líder, nem o Líder do Governo nem coisa alguma... Lá, o Líder do Governo não disse que o projeto contra os fichas sujas é do interesse da sociedade, e não do interesse do Governo. Por unanimidade, foi aprovado. E está aqui.

Ontem, no Jornal da Globo; ontem, no Jornal das Dez do *Globo News*; ontem, no jornal da Bandeirantes, eu assisti, e fiquei envergonhado, à gozação em cima do Senado. Aquela repórter, brilhante, diga-se de passagem, Cristiana, que faz um debate, diariamente, sobre a Câmara e o Senado aqui, no Congresso, debochou da gente. Agora, eu quero ver o que vai acontecer. Ninguém vai sair bem se esse projeto não for aprovado. Ninguém! Nem eu, por mais que eu tenha falado aqui, menos ainda o Presidente Sarney, Presidente do Senado, que a gente sabe e faz o que quer, não depende de líderes, faz o que quer. Muito menos os líderes de bancada. E o Senador Jucá, meu Deus do céu: “O Governo não tem interesse!” “O projeto é do interesse da sociedade, não é do Governo”. A gente já sabe que o Presidente Lula não é muito dado a bater na mesa com relação à ética. Ele vai deixando, vai levando: “tem que ver...”, “tem que provar...” E há várias acusações que se somam e se multiplicam com relação a essa matéria. O Presidente Lula não tem nada que ver com o presidente do sindicato, com o candidato de oposição que, olhe, Sr. Presidente, era de uma pureza e de uma exigência de dignidade que não tinha nada semelhante!

Ninguém vai sair bem! E eu pretendo virar a mesa se acontecer isso! Eu pretendo virar a mesa se acontecer isso! Não vão nos fazer de bobos: “Ah, eu quis, mas não deu”; “Ah, pois é, mas havia duas medidas provisórias, tínhamos de votar primeiro a medida provisória”; “Ah, pois é, mas tinha prioridade sobre a questão a urgência do pré-sal”. Nós todos sabemos aqui que, quando os líderes querem, fazem o que querem. Nunca me esqueço de que houve uma época... Eu, hoje, até estou satisfeito, mas, há 20 anos, a empresa de aviação, a Embraer, estava no quebra não quebra, fecha não fecha, e entrou aqui um projeto no dia 15 de dezembro e, no último dia, ia fechar o Congresso. O presidente mandou votá-lo, e saiu. Votamos no plenário um mar de dinheiro para a empresa de aviação, sem Comissão, sem parecer, sem coisa nenhuma. Arbitrariamente, votamos. O argumento era de que, se até o dia tal não honrasse os seus compromissos, a empresa era fechada.

Hoje, está provado até que estavam certos. Está aí a empresa, espetacular, uma das grandes empresas mundiais de construção de aviões, mas a turma quis, e, em 20 horas, entrou o projeto e saiu, com parecer de plenário. Então, não venham para cá, Presidente Sarney, Senadores e líderes, não venham para cá dizer: “Ah, mas é o Regimento”. Esse negócio de Regimento é uma piada.

Já não olho mais para o Regimento, Senador Cristovam. O Regimento é feito para o Presidente do Senado. Para qualquer assunto que V. Ex<sup>a</sup> levantar, o Regimento tem três decisões. Quer que vá? De acordo com o art. 127, a matéria vai para o arquivo. Quer rejeitar?



De acordo com o art. 129, o projeto é rejeitado. Quer aprovar? De acordo com o...  
(*Interrupção do som.*)

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) ... art. 132, o projeto é aprovado. Tem decisão (*Fora do Microfone.*) para o que o Presidente queira. O Regimento foi feito para o Presidente fazer o que quer. Todos nós sabemos disso. Então, vamos deixar isso claro aqui, que fique bem claro para a imprensa nesse sentido.

Se nós quisermos... Na quarta-feira, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça já disse que vai dar parecer. Se o Senador Jucá pedir vista, eu vou pedir que seja dada vista a ele por duas horas. É uma matéria conhecida demais. Ele, principalmente, conhece demais a matéria. Mas vão votar na Comissão de Constituição e Justiça na quarta-feira. Se faltar quórum, vou ver e vou dizer à imprensa o nome dos que não estiverem lá na quarta-feira. Quem não comparecer, quem não der quórum na quarta-feira, vai responder por não ter estado lá na quarta-feira. Vamos pedir urgência urgentíssima para que, aprovado o parecer do Presidente Relator na Comissão de Constituição e Justiça, ele venha ao plenário, que é o que o Presidente Sarney diz que garante.

AA14

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, li um dia uma entrevista do grande poeta gaúcho Mário Quintana, quando lhe perguntaram em que outra profissão conseguiria se imaginar. A resposta de Mário Quintana foi: “...eu queria ser um pajem medieval.. Mas, isso não é nada. Pois, hoje, eu queria ser uma coisa mais louca: eu queria ser eu mesmo!”. “E quem é o senhor?” Foi a próxima e última pergunta feita ao poeta Quintana. Quintana respondeu: “Eu não sou eu, sou o momento, passo”, concluiu. O meu pai, meu querido pai, velho libanês e lutador, queria que eu fosse médico. Diferente, portanto, do pajem da imaginação do poeta, embora a saúde hoje também se pareça, muitas vezes, com a dos tempos medievais, uma imaginação.

Eu, entretanto, percebi que para ser eu mesmo deveria seguir, desde muito cedo, quase desde criança, a vida pública. Depois de viver tantos momentos na política, eu também percebo, mais uma vez como o poeta, querido Quintana, que eu não sou eu, sou o momento; o momento, e eu também passo.

Na política, meu querido presidente, já cheirei pólvora. Cheirei pólvora quando o momento era de luta pela liberdade. Já rasguei caminhos, rasguei caminhos quando o momento era de busca da democracia. Já marchei contra a corrente, marchei contra a corrente quando o momento era de defesa da nossa soberania. Estariam a liberdade, a democracia e a soberania em risco no momento atual? Eu penso que não. A soberania, quem sabe, quanto à globalização não respeita fronteiras. Quando o lucro perdeu, definitivamente, qualquer resquício de pudor. Quando se sabe que temos tudo o que pode a cobiça. Quando ainda não foram expulsos todos os vendilhões da Pátria. Se eu sou o momento e eu passo, e se eu ainda estou aqui, escolhido pelo povo do Rio Grande do Sul para representá-lo, qual é, então, o meu momento atual?

Sr. Presidente, como se num verdadeiro dilema de Shakespeare, quem sou eu afinal? Um

eterno enquanto vivo, guardião da liberdade, da democracia e da soberania? Certamente que sim. Embora não haja cheiro de pólvora no ar, quem sabe tenhamos ainda muitos caminhos a rasgar, correntes a enfrentar. Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que o momento atual é o da defesa da ética e do combate à impunidade na realidade deste País. Quem sabe, no mesmo patamar da defesa da liberdade, da defesa da democracia e da soberania de outros momentos que nós vivemos ainda pouco tempo atrás.

A não ser, repito, alguns sinais de risco à soberania, não vejo, no campo da minha visão, inimigos evidentes à nossa liberdade e à nossa democracia. Nem vejo entrincheirados, assim acredito. Mas, na questão ética, sim. Há inimigos visíveis e principalmente entrincheirados. A ética, normalmente, morre torturada nos bastidores. Repito: a ética, normalmente, morre torturada nos bastidores. A falta de ética e a impunidade são os grandes males desse momento em nosso País. E ousa dizer que não só na política. Acho, entretanto, que o grande espelho onde se refletem os demais campos, é a falta de ética na política.

Os arranhões éticos, maiores ou menores, surgem quando a população perde a confiança nas suas instituições políticas e institucionais. Daí a sonegação; daí a pirataria; daí o jeitinho brasileiro nem sempre legal, nem sempre moral, como a ocupação de espaços reservados a deficientes, o desrespeito a filas, o pagamento de propinas, ainda que de pequeno valor, para levar vantagem sobre os semelhantes, e assim por diante. É a Lei de Gerson: levar vantagem em tudo.

Se a política é o espelho na questão da ética, eu não vejo outro caminho que não uma mudança profunda no conteúdo e na forma de fazer política. Restaurar a legitimidade das nossas instituições. Mas é evidente este nosso momento, neste nosso momento que espero também seja passageiro, absolutamente e necessariamente, deve ser mudado. Mesmo o que está sendo protegido, mesmo o que esteja protegido pelo manto da lei, porque se coloca em xeque também o modo de fazer o nosso aparato legal. É legal? Como? Por quê? É ético, por exemplo, as instituições financeiras obterem o maior lucro da nossa história, em um país com tamanha carga tributária, que afoga inúmeros pequenos e médios empreendimentos, e com tantos semelhantes ainda abaixo da linha da pobreza, sem terem, nem mesmo, o que comer? Eu pergunto: é ético as nossas instituições obterem o maior lucro da nossa história?

É ético também, ainda se referindo, e comparando, com milhões de caminhantes, caminhantes dos corredores da morte pela fome, festas como a noticiada na coluna sintomaticamente chamada “Gente Boa”, do jornal *O Globo*, do dia 3 de maio último? Para convivas ilustres? Sim! Para comemorar o aniversário de alguns de seus notáveis? Não! Para “celebrar o casamento entre dois cachorros... numa passarela de dez metros, decorada com motivos caninos. Bruna e Luy, os totós, vão se casar de vestido branco e fraque”. Seus donos gastaram uma fortuna para a festa. Serão 800 convidados na tal “celebração”, ainda que com uma ponta de ironia, divulgada pelo colunista, que consumirão o equivalente, nos custos a mais de dez toneladas de arroz, o mesmo arroz que poderia saciar a fome de tantos brasileiros, que nem sabem se chegarão vivos até o momento da grande “celebração” no próximo dia 15.

Detalhe: o “casamento dos dois ‘totós’, ainda segundo a notícia, será realizado aos pés “do altar com a imagem de São Francisco de Assis”. Pobre São Francisco! Que ética é essa? Quem sabe um acinte, um deboche à própria ética. O primeiro caso, o dos lucros financeiros, é decorrência direta de políticas geradas no setor público, nas decisões de política de governo.

O segundo, o do casamento dos dois “totós”, poderia ser considerado um reflexo do primeiro. A sociedade, em estado de anomia social, faz as suas próprias “leis”, ainda que deturpando costumes antes considerados éticos e morais. Eu ousou dizer, também, que os maiores desvios de conduta, hoje, são legalizados. Repito: os maiores desvios de conduta hoje são legalizados. As privatizações, por exemplo, ontem e hoje, no Governo de ontem e no Governo de hoje, são cantadas, em prosa e verso, como procedimentos legais dentro da legislação vigente. E é verdade. Mas, os desvios se deram na condução do processo, e a lei propiciou todas as lacunas para que, depois, se praticasse o desvio ético e se construísse, ato contínuo, o discurso da retidão. Os desvios da privatização aconteceram, por exemplo, na avaliação dos ativos, porque o método legal deu margem para a construção de cenários. Método e cenários que permitem o subjetivismo na identificação de indicadores. Que superestimam custos. Que subestimam as receitas e que diminuem, como decorrência, os preços mínimos. Deram-se, também, na montagem dos modelos de privatização, muitas vezes já direcionados para compradores anteriormente identificados, anteriormente privilegiados, e assim por diante. Dentro desse contexto, as privatizações foram legais?

Difícil dizer que não, embora quase impossível dizer que transcorreram nos limites da ética. “Nos limites da irresponsabilidade”, não preciso dizer eu. Quem fez essa afirmação foi um dos atores mais privilegiados, um dos Ministros da privatização, pois, apesar das gravações, ele, Ministro, e todos os demais participantes daquele processo foram inocentados. Mas quem, até hoje, se considerados todos os altos escalões do Governo, foi condenado por desvios de recursos? Quem devolveu, até hoje, algum recurso público desviado para contas particulares? Poucos, para ser otimista. Quantos não sei.

O Governador de Brasília foi detido por dois meses, na verdade, por tentar obstruir os trabalhos da Justiça. Não sei se devolveu; duvido que vá devolver. É triste observar que o dinheiro público desviado é utilizado para comprar os melhores advogados, para que o corrupto não seja preso e para que o mesmo dinheiro não seja devolvido.

Não nego que a ilegalidade tem de ser investigada. Ao contrário. Mas o que não podemos deixar de lado, também, neste nosso momento político, é como as leis são formuladas, votadas e colocadas em vigor. A que preço? Com que interesses? A fachada legal pode não significar, por princípio, nem ética nem moralidade. Nos últimos tempos, ou momentos que temos vivido, o preço da lei tem sido o custo da campanha, mais os “lucros” do mensaleiro. Eu repito: nos últimos tempos, o preço da lei tem sido o custo da campanha mais os “lucros” do mensaleiro. Não têm sido analisados, ou investigados, como devido, os interesses que estão embutidos nos financiamentos de campanha.

Não se trata, evidentemente, de “almoços de graça”. Os financiamentos de campanha, na verdade, são hoje algo como que investimentos, quase sempre de altíssimo retorno aos “investidores”. Quase sem riscos, eu diria. Esse mesmo retorno volta na forma de obras públicas superfaturadas, ou nas decisões de governo.

Pior: esse “investimento” travestido de financiamento de campanha eleitoral não é feito com recursos próprios. Ele vem com o superfaturamento das obras públicas, inseridas nos orçamentos, ou do resultado financeiro da inclusão de interesses específicos, ora nos projetos de lei, ora nas emendas parlamentares. Não estou aqui me referindo ao financiamento do chamado caixa dois. Na época do mensalão, muita gente disse: “Não, não é corrupção; é caixa dois, que todo mundo usa”, que é o dinheiro paralelo, não contabilizado. Estou falando do

financiamento legal, ainda assim, muitas vezes, não moral. É preciso que se avalie a possível correlação entre o eleito, o financiador de sua campanha e os projetos de lei ou emendas que ele apresentará depois da posse, quais são os verdadeiros interesses que estão embutidos nas “nobres” propostas.

Hoje, quando um projeto é apresentado, ele segue, antes dos respectivos plenários, para as comissões temáticas e para a Comissão de Constituição e Justiça. Em outras palavras, ele é analisado segundo a sua constitucionalidade e a sua juridicidade, a técnica legislativa e a sua importância intrínseca. A sua importância vertical enquanto proposta para um segmento e horizontal no conjunto de todos os demais. O que não se avalia é a sua consistência ética: como surgiu a ideia, se atende a interesses individuais ou de grupos específicos, ou de conjuntos da coletividade, se há outros interesses, ainda que escusos, na decisão de propor tal mudança e assim por diante. Por exemplo, não seria o caso de avaliarmos quais são e serão as verdadeiras intenções embutidas em projetos e emendas relativas ao pré-sal, em discussão neste momento no Congresso Nacional?

Como e por intermédio de quem agem as empresas as empresas interessadas no petróleo brasileiro? Como apareceu uma emenda, aceita na última hora, contrária aos interesses do povo brasileiro? Muitas vezes os interesses individuais ou de grupos são mais do que evidentes; outras vezes, nem tanto. Seria o caso de criarmos uma comissão permanente de ética exclusivamente para avaliar os aspectos da moralidade em cada proposta legislativa? A realidade diz que sim; a experiência diz que sem outras mudanças não, não adianta. Não nego que seria “quem sabe?” uma desmoralização ainda maior do processo legislativo propor que uma comissão de “éticos” analisasse propostas de parlamentares porque, em princípio, seriam consideradas suspeitas. Mas as respectivas Casas já têm as suas comissões de ética e, como se sabe, e principalmente pelas experiências recentes, nem sempre a ética move a própria discussão da existência ou não dos princípios éticos. A ética também nas comissões de ética dependem de interesses nem sempre éticos.

Como seria então possível a uma comissão de ética analisar propostas legislativas? Obviamente, para ser isenta, teria que ser composta por pessoas que não integrassem as respectivas Casas legislativas. Mas quem escolheria ou quem elegeria esses mesmos integrantes? Qual o método de escolha? A quem recorrer? Tempos atrás, se diria, “só se for ao Papa”. O Sumo Pontífice sempre foi considerado, até mesmo pelo dogma da infalibilidade, um dos últimos guardiões da seriedade. Mas, pelo que se vê nos jornais neste momento, tem sido colocada em xeque até mesmo a realidade do que diz o Papa. Que diferença havia ou haveria entre os “eleitos” para fazer leis, e os escolhidos, ou também eleitos, encarregados de analisar os seus princípios éticos? A escolha, neste caso, seria isenta? O que nos garantiria essa isenção? Quem sabe? Porque o voto, hoje, é visto como uma busca de solução de cada problema individual, e não da coletividade. O que jamais pode ser esquecido é que a ética deve, ou deveria ser, um atributo pético para quem escolhe o caminho da vida pública. A política, se escolher uma rima, tem que ser com sacerdócio, não com negócio. Repito: a política, se escolher uma rima, tem que ser com sacerdócio, e não com negócio. É evidente que essa comissão permanente de ética para avaliar propostas legislativa é, apenas, de uma ideia, teórica, porque se cada proposição já viesse envolvida com suspeita ética, aí, sim, os legisladores estariam abaixo do rodapé da legitimidade da confiança popular. E a falta de princípios éticos não pode ser generalizada.

Mas não se pode negar que as mudanças necessárias para a moralização da atividade legislativa, tão reclamada, não virão de dentro para fora. A atuação das atuais Comissões de

Ética é o exemplo mais fiel de que nada se pode esperar enquanto as investigações forem apenas “intestinas”, internas. Aí também se enquadram todas as mudanças na chamada “reforma política”. Como diria o mestre Lampedusa, se ele analisasse o nosso momento político e acreditasse no discurso da “reforma política”: “Tudo muda para que tudo permaneça como está”.

Essa minha ideia serve, quem sabe?, para ilustrar a necessidade de uma constituinte exclusiva para analisar e propor a tão desejada reforma política. Continuo colocando em xeque os critérios da escolha dos seus integrantes. Como garantir a necessária isenção? Eles seriam escolhidos pelos mesmos critérios, e com os mesmos vícios, das eleições atuais? De nada adiantaria, pois!

Talvez tenhamos, infelizmente, que imaginar uma verdadeira reforma que inclua critérios de atuação moral possível apenas ao longo do prazo, não que o Brasil não tenha indicações suficientemente éticas para elaborar uma carta de princípios moldada pela moralidade. Aliás, poderiam ser milhões os possíveis integrantes da tal Assembleia, no conjunto da própria sociedade. É preciso, porém, quebrar o vício que ora elege parlamentares sobre quem pairam dúvidas de natureza ética, ora aqueles que não são imunes às luzes foscas do poder.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Permite-me, Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Quero brevemente, dada a preocupação que V. Ex<sup>a</sup> apresenta sobre a ética na política, os procedimentos, tendo em conta, sobretudo, a atenção que V. Ex<sup>a</sup> tem tido para com o projeto de lei de iniciativa popular de mais de 1,6 milhão assinaturas sobre a ficha limpa e a atenção com que V. Ex<sup>a</sup> tem acompanhado a votação na Câmara, gostaria, tendo em conta a presença do Senador Renan Calheiros, de fazer uma sugestão aberta, que, aliás já tenho feito: acho que seria próprio que o Senador Demóstenes Torres o indicasse Relator desse projeto. V. Ex<sup>a</sup> já me disse que poderia ser o Senador Antonio Carlos Valadares, mas reitero que acho que V. Ex<sup>a</sup> seria a pessoa mais bem preparada para fazer a apreciação desse projeto que V. Ex<sup>a</sup> acompanha com tanta atenção. Ainda há poucos dias, fui testemunha de que a Comissão de Justiça e Paz da OAB e todas as entidades interessadas nesse projeto têm procurado V. Ex<sup>a</sup>, assim como muitos de nós Senadores. Mas eu queria aqui fazer um apelo a todos nós Senadores para que, uma vez apreciada e votada, pois vai se completar na próxima semana a votação deste projeto, possamos todos realizar um esforço para que votemos com rapidez na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário do Senado. Então, esse é o registro que gostaria de fazer relacionado ao tema de seu pronunciamento. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e, logo ao final da minha parte expositiva, eu voltarei a este assunto, porque, também, para honra minha, chegou ao plenário o Senador Renan e gostaria de dialogar com S. Ex<sup>a</sup> exatamente sobre esse assunto, não sobre a relatoria, mas sobre a votação. Fique tranquilo. Com relação à relatoria, já sei que nem do lado de lá nem do lado de cá existe interesse nesse sentido. Insisto na Assembleia exclusiva para a reforma política. Mas insisto também que os eleitos para a mesma Assembleia ou para o próprio Parlamento ou ainda para todos os cargos eletivos tenham ficha limpa. Ou como se dizia num outro momento do passado: tenham o nome limpo na praça. E, mesmo assim, se não forem imunes às tais luzes do poder, que se submetam, depois de eleitos, a comissões de ética realmente preocupadas com a moralidade pública.

Mas como imaginar fichas limpas, se até a decisão de colocar em votação uma proposta que contém a assinatura de mais de 1,6 milhão de eleitores depende de quem não necessariamente quer a mudança? Daí a necessidade da continuidade da pressão popular. De fora para dentro. Eu não diria de baixo para cima, porque eu não posso atribuir, no caso, hierarquia. Todos estão no mesmo patamar de importância: o eleito e o eleitor.

É preciso que todos os agentes públicos, além dos Parlamentares, tenham seus sigilos bancários realmente abertos e disponíveis. A organização política não pode se dirigir ao Congresso com espírito de investidor. Não negociar questões que são, por princípio, um direito. Não há retornos, mas direitos. É a sociedade moralizadora que tem de contaminar o Estado corrupto, e não o contrário. A sociedade tem de exercer o sagrado direito de cobrar, até mesmo para coibir interesses individuais que investem nos candidatos, ainda que travestidos de financiadores de campanhas ou de mantenedores de mensalões. Não é à toa que vozes poderosas são contrárias ao financiamento público das campanhas. Confundem o grande público, alardeando que seria mais um gasto público desnecessário, que iria, ainda mais, sangrar os cofres, já vazios, para a saúde, a educação e a infraestrutura. São os discípulos das lições de Lampedusa: pregam a mudança desde que tudo permaneça como está.

Eu não tenho dúvida de que o financiamento público de campanha seria muito menos dispendioso para a população do que o modelo atual. Repito: é falácia a história de dinheiro particular no financiamento de campanhas. É mentira. Pelo menos, na sua maior proporção. O financiamento de campanha vem, em grande proporção, do superfaturamento de obras públicas. Dinheiro público, portanto. Só que mais caro! O mesmo dinheiro que falta na saúde, na educação, na infraestrutura, no combate à fome, à miséria, à violência, como alegam os que atacam a mudança do atual modelo de financiamento. O financiamento público não seria apenas menos dispendioso. Ele democratizaria o processo eletivo.

O modelo atual tornou as eleições quase impeditivas para quem tem poucos recursos. Está lá o Líder, o Secretário-Geral do PT nacional dizendo que não é mais candidato, que não tem condições de fazer campanha nos métodos atuais, não tem como arregimentar a necessidade dos milhões para fazer campanha, porque ele não tem esse estilo e, por isso, está deixando a campanha política.

Repito: o financiamento público não seria apenas menos dispendioso, democratizaria o processo seletivo. Como eu disse, o modelo atual tornou as eleições quase impeditivas para quem tem poucos recursos. Elege-se, muitas vezes, quem tem muito dinheiro, ou que tem as portas abertas para se submeter ao esquema de investimento dos financiadores de campanha, que são, na verdade, repassadores de recursos públicos. Melhor seria se todos tivessem condições semelhantes de eleição. Eleger-se-iam os candidatos mais representativos da sociedade. Os de melhores ideias e não os de melhores bolsos. Ou, pior ainda, os que buscam a imunidade para ritmar com impunidade. As eleições seriam, portanto, a construção de um novo espelho, refletiriam com melhor precisão os anseios da população. O Parlamento como refletor e reflexo da sociedade.

Se esse é o meu momento, como diria, de novo, o poeta, que eu passe o mais breve possível, porque eu desejo, tenho certeza de que eu e outros quase 200 milhões de brasileiros, é que se restaure imediatamente a lisura no trato da coisa pública, como condição e como princípio para quem decide pela vida política.

A realidade teima em nos sufocar no pessimismo, mas a esperança sempre nos socorre com o

oxigênio do otimismo.

Nesse momento, tenta-se folclorizar quem defende a ética na política, um jurássico, um pajem medieval. Não importa, nós todos somos o momento. O poeta nos inspira dizer que é loucura mais que saudável essa de sermos nós mesmos. O que importa é que passemos um país melhor para os que virão depois de nós, ou que se já vieram, porque há uma realidade que indica a premência da mudança. Que se mude então e, assim, como dizia o poeta, passaremos! Eu aproveito a presença do meu Líder para dialogar com S. Ex<sup>a</sup>, se me permitir. Quero dizer que estou vivendo um momento muito feliz, Senador, com a atuação da Câmara dos Deputados. Eu não tinha nenhuma esperança nesse projeto de iniciativa popular, com 1,5 milhão de assinaturas, na Câmara dos Deputados, mas estou sendo surpreendido agradavelmente.

Primeiro, com o comportamento do Presidente da Câmara e ilustre Presidente do nosso Partido, Michel Temer, que se comprometeu com as forças que compõem a luta pela aprovação desse projeto. Segundo, todos têm se comportado com a maior elegância e com o maior esforço. Terceiro, com os líderes. S. Ex<sup>a</sup> tem se reunido com os líderes, tem debatido, tem analisado e tem levado a matéria ao final. Ontem, o projeto quase foi votado. O substitutivo do ilustre Secretário-Geral do PT já foi aprovado. Muitas das emendas que deformavam o projeto foram excluídas ontem. Está num caminho que leva a crer que, até a próxima terça-feira, o projeto será aprovado. Não é o ideal. Eu falo para V. Ex<sup>a</sup> que, entre este projeto e o que eu defendo, há uma diferença muito grande, mas eu reconheço que já é o início. Nós podemos dizer que o projeto que a Câmara está em vésperas de aprovar e que, ao que tudo indica, aprovará na próxima terça-feira, já é um início. É algo realmente positivo que mostra que nós estamos no caminho para terminar com a chamada impunidade, esse absurdo. Se nós formos analisar, no fundo, no fundo, o Judiciário é mais responsável do que nós porque ele não funciona. Durante muito e muito tempo, a culpa era nossa porque, se havia um processo contra um Deputado ou contra um Senador, o Procurador dava entrada na Mesa da Câmara ou do Senado, a Mesa guardava-o na gaveta e não o colocava para ser votado em plenário, e o Congresso não dava licença. Logo, não poderia acontecer nada. Então, a culpa era do Congresso. Mas isso já mudou. O Congresso já mudou. O Procurador-Geral da República não precisa de licença do Senado para processar um Senador, e o Procurador-Geral da República não precisa da licença da Câmara para processar um Deputado. Então, a coisa não anda porque não anda. Esse projeto da Câmara é o início. É altamente positivo. E é um movimento...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Se ele for aprovado, e parece que será aprovado, que ele passe no Senado com rapidez, urgência urgentíssima e sem emenda. Não é o que a gente quer. Eu, pelo menos, sou obrigado... Vim para esta tribuna para dizer que não é o que imagino, mas é o possível, porque sabe V. Ex<sup>a</sup> muito melhor do que eu que ele tem de ser aprovado até o dia 5; ele tem de ser lei até o dia 5, para que possa ser usado na próxima eleição.

Falando desta tribuna, ainda antes da decisão da Câmara, o Senador Arthur Virgílio, do PSDB, disse que procuraria V. Ex<sup>a</sup>, no sentido de que os líderes chegassem a este acordo, de votar o projeto na terça-feira e vir a esta Casa. E nós, com urgência urgentíssima, sem emenda, vamos assumir essa responsabilidade. Quer dizer, a Câmara votou porque nós apresentamos emendas. Nós discutimos. Voltar para a Câmara é o mesmo que dizer que não

queremos o projeto. Então, vamos votá-lo como vier. É um avanço. Não é o ideal, mas é positivo. Foi aprovado por 350 contra 45. Foi uma votação espetacular. Então, há uma expectativa nesse sentido. As lideranças irão procurar, ou já devem ter procurado, V. Ex<sup>a</sup>. O apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>, tenho certeza...

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL - PA) Senador Pedro Simon, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento e dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, quanto a esse tema que o senhor trata neste momento, dialogando com o Senador Renan Calheiros, tratei, nesta tarde, desse assunto com o Senador Presidente José Sarney. Ele me disse do esforço que fará imediatamente para que, com a chegada do projeto ao Senado, tenhamos aqui um rito quase que sumário na apreciação e votação da matéria. Eu creio que é uma matéria que contará com V. Ex<sup>a</sup>, que está solicitando a participação e o apoio de todos os líderes partidários para a aprovação do projeto Ficha Limpa.

Quero também consultar V. Ex<sup>a</sup> se poderia presidir a sessão a partir deste momento, em razão de compromissos inadiáveis, e para que os demais oradores, dentre os quais o Senador Renan Calheiros, possam usar da palavra.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Eu posso encerrar?

**O SR. PRESIDENTE** (José Nery. PSOL - PA) V. Ex<sup>a</sup> pode concluir.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Posso concluir. Então, veja V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan...

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB - AL) Senador Pedro...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Já lhe darei, com o maior prazer. O próprio Presidente está dizendo que o Presidente Sarney já concordou. Então, a figura chave é a de V. Ex<sup>a</sup>. No momento em que o Presidente Sarney já concordou, no momento em que o líder do maior partido já concordou, se V. Ex<sup>a</sup> concordar, a grande manchete de amanhã, com a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, é que a Câmara volte a votar. No que depender do Senado, votam terça lá, quarta-feira votamos aqui e o Presidente pode sancionar.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB - AL) Não, Senador Pedro Simon, eu entendo que não só o PMDB, mas todos os partidos concordarão. E os líderes partidários expressam as vontades das suas bancadas. Então, o PMDB já tomou iniciativas...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) É verdade.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB - AL) ...no Senado Federal com relação a essa matéria.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) E tem razão V. Ex<sup>a</sup>. O projeto já foi votado aqui e está lá na Câmara. É verdade.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB - AL) O projeto já foi votado aqui, iniciativa do PMDB.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) É verdade.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB - AL) E é assim, o PMDB se compromete com este rito que agora V. Ex<sup>a</sup> defende: tão logo votemos na Câmara, nós precisamos votar, sim, também aqui, no Senado Federal. Conte comigo!



**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Agradeço, emocionado, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que estamos vivendo um momento muito importante. No momento em que V. Ex<sup>a</sup> diz que o Presidente Sarney já concordou; no momento em que o líder do maior do partido e o Líder da Maioria concordam; no momento em que a oposição diz que concorda, hoje é um momento importante. Quer dizer, tudo leva a crer que, na terça-feira, vota a Câmara. A única coisa que pode acontecer... Muitas vezes, os Deputados mexem comigo, Senador, quando eu digo: “Nós, do Senado, já votamos verba pública para campanha, voto distrital e uma série de projetos e está tudo parado na gaveta”. Eles dizem para mim o seguinte: “É que vocês confiam no patriotismo da Câmara. Vocês sabem que fica na nossa gaveta”. *(Risos.)* Isso, pelo menos, eles vão ficar sabendo que, se eles votarem lá, não vai ficar na nossa gaveta. Aqui, vai ser aprovado.

Acho que esta é uma hora muito importante. É um momento muito, muito, muito significativo este, em que nós, com a palavra do Senador Renan, com a palavra do Presidente Sarney e com a palavra do Líder Arthur Virgílio, podemos dizer: no Senado, se for aprovado na Câmara na terça, na quarta-feira nós aprovamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

AA15

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, é com muito respeito que falo nesta Casa com os olhos e o coração voltados para a Câmara dos Deputados. As manchetes de jornais noticiam que há uma possibilidade muito grande de a Câmara dos Deputados, na próxima quarta-feira, votar o projeto de iniciativa popular, com um milhão e quinhentas mil assinaturas, que trata da questão da ficha limpa.

Olhe, Sr. Presidente, quero felicitar o Presidente Michel Temer, porque ele recebeu as caravanas, as delegações das entidades representativas da sociedade brasileira e fez uma promessa, que parecia quase impossível, de que o projeto seria votado o mais rápido possível. E a informação que as manchetes de jornais dão hoje, inclusive o jornal da Câmara dos Deputados, é a de que, na quarta-feira, o projeto será votado.

Não é o projeto original das um milhão e quinhentas mil assinaturas de iniciativa popular, mas é um projeto importante. As lideranças se reuniram e chegaram a um entendimento, mas é um avanço importante. Não é como eu gostaria que fosse, o projeto original, estabelece, dentro do processo de Ficha Limpa, que uma primeira condenação já determinaria que o cidadão não poderia ser candidato.

É claro que repito, e tenho projeto igual a esse ou outro semelhante, que, com condenação, não pode ser candidato; mas, para o cidadão condenado, ainda que em primeira instância, e que seja candidato á próxima eleição, a Justiça tem de fazer o julgamento até a eleição. Aí seria o ideal, porque, em vez de o Parlamentar ou de o político impedir, trancar o processo, ele vai, em sentido contrário, querer que ele ande adiante.

Mas a decisão que a Câmara vai tomar, que a unanimidade dos Líderes acordaram e que vai à votação na quarta-feira, é um bom início, principalmente porque é a primeira vez que uma medida importante como essa tem uma decisão lá na Câmara dos Deputados. Nós, aqui no Senado, já temos votado muita matéria no que tange a buscar mais seriedade, respeitabilidade

na vida pública, mas essas matérias têm ficado na gaveta da Câmara dos Deputados. É verdade que os Deputados dizem que nós votamos aqui porque sabemos que vai ficar na gaveta da Câmara dos Deputados e que, por isso, a gente vota. Eu até me pergunto: será que é verdade?

Eu não sei, mas nós temos votado, e está lá na gaveta da Câmara dos Deputados. Este é um projeto que vai começar na Câmara dos Deputados e virá para cá. Eu não tenho nenhuma dúvida de que vai ser aprovado, tranquilamente, na Casa. E, se depender de mim, que gostaria que ele fosse aprovado com uma redação diferente e mais audaz, eu não faria emenda alguma, para que ele não precise voltar. Acho que devemos votar com urgência, para que esse que vem da Câmara entre em execução imediatamente. Será um grande passo. Será um início muito positivo com relação à ética na política.

Nós estamos vivendo um momento muito estranho. É a primeira vez que um Governador, no exercício do cargo, em pleno governo, é preso. E, se alguém pensava que ele ficaria preso algumas horas ou alguns dias, continua preso. E renunciou ao seu mandato. E, agora, na semana, a Câmara Legislativa escolherá o futuro Governador. O Vice-Governador também renunciou. Eu vim a esta tribuna para dizer que tinha sido histórica a votação feita pelo Relator no Superior Tribunal de Justiça e que tinha sido histórica a decisão do Tribunal, imediatamente após a decisão do Relator, de se reunir para confirmar. De tal maneira que, quando subiu para o Supremo, o recurso já não era um recurso do Relator, mas do Pleno do Tribunal. O Relator do Supremo confirmou, e o Plenário do Supremo manteve. É a primeira vez, mas é o início. É o início. E se, em meio a isso, a Câmara dos Deputados der esse passo na quarta-feira, é um segundo passo; é a continuação. Senador **Alvaro**.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> tem sido persistente nessa matéria, e o faz muito bem. Creio que é uma questão crucial para a recuperação de um mínimo de credibilidade das instituições públicas brasileiras, especialmente dos políticos brasileiros. Há providências que são necessárias, urgentes. Quanto a esse projeto a que faz referência V. Ex<sup>a</sup>, talvez não cheguemos ao modelo que desejamos, tanto V. Ex<sup>a</sup> quanto eu, mas qualquer avanço tem de ser comemorado, como muito bem faz V. Ex<sup>a</sup>. E eu creio que seria também um momento oportuno para uma convocação às autoridades judiciárias. Nós sabemos que existem processos em andamento, ações judiciais em andamento, envolvendo políticos que disputam as eleições. Eu não sei se nós temos condições de fazer este apelo, mas devemos fazê-lo: pedir celeridade, prioridade; que essas ações sejam julgadas preferencialmente, para que, antes das eleições, a população possa ter a informação sobre o julgamento. Há fatos em andamento, como agora no Paraná, na Assembleia Legislativa, o Ministério Público presente. Se esses episódios pudessem ser concluídos antes das eleições, certamente nós estaríamos prestando um grande serviço à população brasileira, ao eleitor que é o grande julgador, mas que depende das informações para julgar corretamente. Eu citei apenas um exemplo do Paraná, pontual, da Assembleia Legislativa, mas nós sabemos que, no Brasil todo, existem inúmeras ações que tramitam no Judiciário envolvendo políticos que disputarão as eleições deste ano. O mensalão, por exemplo, o mensalão, o inquérito do mensalão, o processo... Há poucos dias, divulgou-se que teremos julgamento apenas por volta de 2012. Não há como agilizar isso? Não há como dar celeridade a esses procedimentos? Não há como tratar dessas questões preferencialmente para que a população possa, em tempo, ter todos os instrumentos para um julgamento implacável nas urnas? É o que nós desejamos e eu creio que cabe bem agora nesse pronunciamento que faz V. Ex<sup>a</sup>, com a autoridade moral que possui.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Senador Alvaro, V. Ex<sup>a</sup>, não sei se deliberadamente ou por coincidência, defende o meu projeto. V. Ex<sup>a</sup> diz com correção: a Justiça tinha que dar prioridade. Parece-me o racional. Eu sou um juiz, eu sou um promotor, eu sou membro de um tribunal, qual é a prioridade hoje? O que é que tem de muito mais importante no Supremo do que a decisão do mensalão? O que é que tem de mais importante na véspera de uma eleição? V. Ex<sup>a</sup> tem razão: deveria haver o bom senso por parte dos tribunais e dos membros do Judiciário. Mas o meu projeto determina como obrigatoriedade que o delegado, o promotor, o juiz, o procurador e o tribunal têm que dar prioridade absoluta a quem é candidato no julgamento. E têm que decidir até a eleição. E se, por uma infelicidade, não deu para decidir até a eleição, sobre os que ganharem, eles têm que decidir até a posse. Tem 10 mil candidatos; não deu para fazer o julgamento dos 10 mil ou 5 mil que têm algum processo, mas 50 ganharam e têm processo. Esses cinquenta, entre a eleição e a posse, têm de ser julgados. Esse é o meu projeto.

Eu estranho, Senador, porque não vejo, por parte das autoridades do Poder Judiciário, nenhuma palavra no sentido de que isso é importante. Pelo contrário, a realidade brasileira é uma só: o Supremo, até hoje, não condenou ninguém, nem o Governador de Brasília, ele renunciou.

É interessante salientar que o Governador de Brasília está sendo processado e está na cadeia não pelo processo de corrupção, mas por ter impedido a ação da Justiça, por ter tentado comprar uma testemunha e impedir o curso do processo. É por isso que ele está sendo julgado, porque a ação da condenação, o processo em si, ainda está em pleno andamento. Ninguém sabe aonde irá e como terminará.

Por isso é importante a decisão da Câmara na quarta-feira, que inverterá esse estado de coisas. A partir da semana que vem, tenho certeza, aqui no Senado e após a sanção presidencial, o processo se inverterá. Por exemplo: o Pedro Simon está sendo processado, foi condenado, está em recurso. O Pedro Simon vai correr para ser julgado. Vou pegar um advogado que vai se esforçar para que eu seja julgado, porque eu quero ser absolvido. Posso ser condenado, mas quero ser absolvido. Hoje, nenhum cidadão pega um advogado que tenha experiência jurídica em absolver. Pega um advogado que tenha a malícia e a capacidade de empurrar o processo para adiante, até prescrever. Está lá ex-Governador de São Paulo, está lá gente importante que já teve um, dois, três, quatro, cinco, dez, trinta, quarenta processos, cinquenta condenações, mas nenhuma em definitivo. Nenhuma em definitivo!

Quarta-feira, se a Câmara tomar essa decisão, e se nós a confirmarmos, como tenho certeza, confirmaremos, muda o processo. Eu não vou pegar um advogado para empurrar com a barriga para prescrever. Eu vou pegar um advogado para me absolver. Eu não vou esperar que o tempo ande porque, andando, é melhor. Eu vou correr e cobrar para que eu seja julgado, para eu poder ser candidato. Isso é tão lógico, isso é tão lúcido, isso é tão racional, que me perdoem, Ministros do Supremo: eu não entendo como V. Ex<sup>as</sup> não cobram isso de nós e da sociedade. A sociedade está se movimentando. Um milhão e quinhentas mil pessoas assinaram. Quero felicitar o Presidente Michel Temer. A imprensa diz que será um gesto que somará muito para S. Ex<sup>a</sup>. Concordo! Assim como várias vezes tenho criticado S. Ex<sup>a</sup>, o elogio neste momento. É uma atitude exata em um momento exato. Sei que muitos estão criticando, S. Ex<sup>a</sup>. Muitos são os que não querem. Muitos, mas uma minoria. Por que a imensa maioria o está aplaudindo. Pois não.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Senador Pedro Simon, considero o projeto da Ficha Limpa uma das mais importantes iniciativas para tentarmos não apenas moralizar, mas, sobretudo, resgatar a credibilidade da classe política na sociedade brasileira. Não há dúvida nenhuma disso. **Estou louco para que chegue aqui, porque vou votar a favor e irei para a tribuna defender o projeto. Entretanto, quero colocar algumas preocupações, especialmente uma: quem vai dar a ficha limpa a quem dá a ficha limpa ou a ficha suja?** A gente sabe que, na decisão judicial, com tantas varas que há neste País, há o risco de se politizar o julgamento. A gente sabe que existe esse risco. Mesmo assim, sou favorável, não há dúvida. Ao mesmo tempo, como é que se diferencia crime de corrupção de erros que se cometam durante o exercício do cargo executivo? Por exemplo, creio que existam poucas pessoas que fazem política com mais seriedade neste País do que a Deputada Erundina. No entanto, a Deputada Erundina foi condenada, teve de pagar um valor expressivo por um erro, não por corrupção, porque a sua assessoria jurídica, quando ela estava na Prefeitura de São Paulo, autorizou que se publicasse determinada posição no jornal, ou nos jornais, diante de uma greve. E ela foi condenada até na última instância, teve de pagar. Muitos fizemos quotas, inclusive, para ajudá-la a pagar porque ela não teria dinheiro para pagar aquilo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS) Perdoe-me. Mas eu fui um dos que atenderam ao apelo...

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Muito bem!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS) - ...e, modestamente, dei a minha contribuição.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Isso. Ela tem ficha limpa ou não tem ficha limpa? Vou colocar uma outra situação que ainda está em julgamento: eu fui governador, fui reitor, fui ministro, passei por todos esses cargos e tive um processo. Em um certo momento, no começo do governo, fez-se uma prestação de contas, haviam passado trezentos dias, ou seja, menos de um ano. Nessa prestação de contas, colocaram foto minha. O famoso ex-Deputado e ex-Senador Luiz Estevão insuflou alguém, todos sabemos, e abriu uma ação popular contra, dizendo que isso era uso de recurso público para promoção pessoal. O processo foi arquivado pela Justiça. Consegui outra pessoa que outra vez abriu outra ação popular, que foi arquivada pela Justiça. Até que consegui outra pessoa que abriu e um juiz condenou. O processo está em fase de apelação. Eu não sei se...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS) E não anda.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Hein?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS) E não anda.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) E não anda. É preciso que ande isso, que se decida o mais rapidamente possível.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS) Se for aprovado o projeto e V.Ex<sup>a</sup> for candidato, ele deve ser decidido até a eleição.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Muito bem! Isso aí é o que deve ser feito.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Esta é a tese. A minha proposta é exatamente esta. V. Ex<sup>a</sup> tem o processo, é candidato, o Tribunal tem que decidir até a eleição. E, se eventualmente não decidir até a eleição e V. Ex<sup>a</sup> ganhar, tem que decidir até a posse.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT - DF) Até o quê?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Até a posse.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** Muito bem. É fundamental. Mas vejam os transtornos na sociedade se não decidir até a eleição. Se decidir até a eleição, põe-se outro no lugar. Mas se não decide, elege-se uma pessoa e depois vai assumir o segundo? Se vai decidir pelo segundo, não tenha dúvida: em alguns casos, haverá influência do segundo para que saia o resultado que ele deseja para que seja cassado o primeiro. Nós sabemos que, por mais puros e puras que sejam os que fazem a Justiça, existem exceções também lá. Essa é uma preocupação que tenho, mas, mesmo com essa preocupação, eu quero dizer: a Ficha Limpa é um avanço na moralização da vida pública e, sobretudo, mais ainda que isso, no resgate da credibilidade da classe política brasileira. Por isso, vai ter todo o meu apoio, independentemente de meu caso ser ou não julgado, não interessa, independentemente inclusive das muitas injustiças que a gente vai ter neste País durante os julgamentos, a gente sabe que isso ocorre. Quantos foram cassados e quantos deixaram de ser cassados pela mesma causa na Justiça? E a gente sabe que, por trás, às vezes, muitos dos juízes, ou quase todos, são puros, mas não dá para dizer que o são todos e, mesmo os que não são às vezes cometem erros. Esse problema vai acontecer. Vai haver muitos erros. Muitos não, vai haver alguns erros. Vamos ter alguns erros, algumas injustiças, mas isso não anula os aspectos positivos desse projeto, isso não inviabiliza o reconhecimento de que esse é um projeto que traz mais moralização e, sobretudo, resgata a credibilidade da classe política no Brasil.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS)** Eu escutei com muito respeito o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e isso muitas pessoas me falam: têm casos em que o promotor é mais político do que promotor. Hoje então estão acontecendo alguns casos. Nós sabemos que no Brasil manchete em televisão, manchete de jornal é coisa ruim. Eu fui a um jornal importante do Rio Grande do Sul e, conversando, cobrei: “Mas vocês só publicam as coisas erradas, por que vocês não publicam as coisas certas?” “Nós não publicamos as coisas erradas. Nós publicamos o que é notícia”. “Mas tem tanta coisa boa que a gente faz na Assembleia e vocês não publicam”. Vocês são pagos, vocês são eleitos, vocês são eleitos e são pagos para fazerem coisas boas. É o normal. Quer ser manchete? Tem que ser uma coisa muito boa, tem que ser algo fora do normal. Agora, a rotina de fazer leis é o normal. Um grande projeto, uma grande iniciativa é uma grande manchete. Negativo também. Você quer ver uma coisa? Sai daqui da redação, desce ali, se um cachorro te morder não vai sair em lugar nenhum. Um cachorro mordeu um deputado, qual o problema? Quer ser capa de jornal? Morde o cachorro. Na verdade, as coisas negativas é que chamam a atenção. E hoje nós estamos vivendo um momento... Lá no Rio Grande do Sul está tendo uma coisa fantástica. Foi assassinado o Secretário de Saúde da Prefeitura de Porto Alegre, um grande companheiro, competente, do Partido Trabalhista Brasileiro, uma pessoa sensacional. Foi assassinado ao sair da igreja. A Polícia Civil deu o veredicto: foi tentativa de roubo do automóvel. Foi um assalto. Vieram agora os promotores e deram uma entrevista dizendo que não. Foi um crime por encomenda. Esse ilustre Vice-Prefeito, Secretário da Saúde, terminou com um contrato de uma empresa de segurança que tinha feito coisas erradas e, por vingança, mandaram matá-lo. Na hora de mandar fazer a execução de prender, os promotores não usaram a Polícia Civil. Usaram a Brigada Militar. O que está acontecendo muito é isto: a questão de aparecer. Lá pelas tantas, o promotor é manchete porque denunciou deputado. E quando é prefeito, é pior ainda.

A Constituição diz que cabe ao prefeito manter a limpeza das ruas. O juiz chega e dá dois meses ao prefeito para terminar um lixão que tem 30 anos na cidade. Um prefeito cara me perguntou: como é que eu vou fazer isso neste prazo? Deram voz de prisão para ele. Realmente, essas coisas acontecem. Mas é por que nós não estamos acostumados a ver justiça. No momento em que o promotor ou o juiz dá uma decisão e, se acontecer, ele não vai dar a

segunda. Hoje a gente não se preocupa tanto com o que V. Ex<sup>a</sup> levantou porque é tão raro o cidadão ser preso. Ele nunca é condenado. No momento em que decidirmos aqui entrar em juízo não tenho dúvida de que vamos ter que debater os casos que V. Ex<sup>a</sup> referiu. Temos que ver que muitas vezes é uma injustiça tremenda e não podemos impedir que a justiça seja feita. Estamos vivendo uma época que como ninguém é condenado, todos são absolvidos, nós ainda temos a sensação de viver o que V. Ex<sup>a</sup> está salientando e que concordo que é importante e que bom que daqui a dois anos estaremos discutindo a tese de V. Ex<sup>a</sup>. Temos que fazer alguma coisa porque essas injustiças não podem continuar, mas ainda não chegamos lá.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB - MS) Obrigada, Senador Pedro Simon. É natural que as pessoas...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Antes gostaria de dizer que não concordo com o que está no jornal, que vai falar o Serra e os Presidentes de Partido e não vai falar nenhuma mulher! Eu indico V. Ex<sup>a</sup>. Não pode! Não tem lógica. A do PT a principal foi uma mulher que falou e na do PSDB não vai falar nenhuma mulher?

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB - MS) Vou levar essa sua solicitação. Senador Pedro Simon, essa é uma questão que toca no íntimo da gente. Falamos muito em reforma. Desde que entrei aqui e antes mesmo, quando eu ainda era Deputada Federal, já brigávamos por uma reforma política e discutíamos que não era possível continuar do jeito que estávamos. E não podemos continuar do jeito que estamos, pois, principalmente, queremos dar outro aspecto à política brasileira, mostrar outro modelo em que as pessoas e a juventude possam espelhar-se. E, quando falamos que as pessoas não têm confiança, que não há credibilidade nos políticos brasileiros, isso está ficando tão arraigado na sociedade brasileira, que não será, provavelmente, uma ação específica, como essa, que vai mudar o conceito que a sociedade tem dos políticos. Mas sempre, como disse V. Ex<sup>a</sup> “concordo com isto e quis dar aqui meu apoio e meu voto a essa ideia”, temos de começar, mesmo que, como disse o Senador Cristovam, abarquem-se pessoas que não têm essa pecha de ficha suja. Mas, neste momento, acho que esse é o começo, o início de uma mudança que se queira. Talvez, possamos fazer mudanças fundamentais na política brasileira. Sou parlamentarista.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Eu também.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB - MS) Essa é uma forma que, talvez, eu tenha de ver uma mudança efetiva no País. Também acredito muito que temos de debater questões muito maiores. Às vezes, quando falo em reforma política, falo em coisas pontuais: vai se fazer assim ou não, pode-se falar isso na televisão ou não, vai se pagar isso ou não. Mas não é só isso. A reforma política tem de ser muito mais profunda. Se quisermos realmente fazer com que a sociedade brasileira acredite nos políticos, temos de começar a fazer uma reforma política conceitual efetiva no País. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que esse já é, pelo menos, um começo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> e digo o seguinte: o que houve com o governador de Brasília? Ele saiu, o vice também saiu. Cadeia ainda não existe para o setor financeiro, grandes banqueiros, mas vai chegar lá! Um político já está preso. A Câmara dos Deputados vai votar esse projeto e nós vamos aprovar aqui. Aqui, a Câmara dos Deputados votou o projeto dos royalties, e nós vamos votá-lo aqui. Não vamos fazer essa guerra que estão querendo imaginar: retirar do Rio e do Espírito Santo para distribuir para os outros. Mas vamos distribuir entre todos, e a União dará a sua parte. A União dará a sua parte! Homem de sorte o Lula, o Lula entrará na história por várias razões. Essa é uma delas. A reforma tributária que ninguém teve coragem de fazer, vamos começar com esse projeto do deputado Ibsen Pinheiro, que é uma verdadeira reforma tributária.

E o Lula vai sancionar! Que bacana para o Lula sancionar. Ele entra para a história e quem paga a conta será ou a Dilma ou o Serra. Se deixarem para a Dilma ou o Serra, para o Pedro Simon ou para o Mão Santa, na Presidência, eles não iriam querer perder esse dinheiro. Mas quis o destino que o Presidente, no fim do seu mandato, possa ter a visão, ao olhar para o Brasil, não a miudeza de só olhar para os cofres da Presidência.

Esse início de reforma tributária, essa votação do projeto das mãos limpas e o que está acontecendo em Brasília... Eu posso dizer que estamos vivendo um novo começo. Olhe, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Senador Pedro Simon, inclua aí o pacote dos aposentados. A Câmara Federal é uma verdadeira câmara de gás, pois está matando os aposentados, igual fez Hitler. Aquilo ali que se está fazendo, inclua aí no pacote, porque essa é a verdadeira reforma judiciária, a reforma da Justiça.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB - RS) O Lula teve um debate ontem muito interessante, não sei se os senhores assistiram, na *TV Bandeirantes*. Eu fiquei impressionado com a competência de Sua Excelência. Ele fala com uma desenvoltura! Perguntaram para ele sobre essa questão da Previdência, e ele respondeu que ela tem saída. Eu até gostaria de falar com o Paim. Se o Senador Paim não tiver assistido, que assista, pois o Senador Paim deve responder, desta tribunal, ao Presidente Lula, ao que ele falou da Previdência. Mas V. Ex<sup>a</sup> tem razão: a Câmara poderia tomar uma decisão. Ou vota ou rejeita ou altera, mas deixar na gaveta, não pode. O Governo votou aqui, e nós aprovamos por unanimidade. E o Governo resolveu... “Deixa, a Câmara resolve”. E a Câmara não resolveu, porque rejeitar como querem a Câmara não quer rejeitar; e soluções intermediárias, já foram feitas muitas, mas o Governo não aceita. V. Ex<sup>a</sup> tem razão, por que não a Previdência? Mas eu digo, eu acho que nós estamos vivendo um bom momento: o Governo de Brasília com o seu Governador na cadeia; processo das mãos limpas, que nunca se imaginava, em vésperas de ser votado na Câmara, e tenho certeza de que será aprovado neste Senado; e a questão dos *royalties*, que ninguém imaginava que a Câmara aprovaria, e a Câmara aprovou. Diz o Líder do Governo, Senador Jucá, que vai deixar para depois da eleição. Eu não acredito. Vamos votar antes a eleição, porque eu quero ver algum Estado votar contra o seu Estado, o Parlamentar nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, coisas positivas neste ano de debates. Este ano em que a mim, minha consciência me diz que nós vamos ter uma eleição espetacular. Acho que vai ser, talvez, a eleição mais bonita da história do Brasil.

Que pena se o MDB não estiver presente, porque o Requião pode ser o grande candidato do PMDB, como o Serra é um candidato excepcional no PSDB e a Ministra Dilma é uma candidata fora de série no Governo. E a nossa querida Senadora lá do Acre, símbolo da pureza, disse que a sua eleição é como Davi contra Goliath ou que ela era uma espécie de Dom Quixote, mas o que seria do mundo se não tivesse sonhos? E ela sonha. E, talvez mais do que ela imagina, milhões de brasileiros hão de sonhar com ela.

BB1

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. Sr. Presidente Senador Eduardo Suplicy, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna num momento de grandes definições para o País. Como se sabe, estamos diante do segundo turno das eleições presidenciais, numa disputa que, dia a dia, mostra-se mais acirrada e coloca todo o País em alerta. Por isso, não há melhor momento para apresentar uma avaliação sobre o primeiro turno das eleições presidenciais.

O primeiro turno da disputa eleitoral para Presidente da República envolveu nove candidatos de diferentes matizes ideológicos e programáticos. No decorrer da disputa, tiveram evidência, por razões que dispensam detalhamento, três candidaturas principais: a do ex-Governador José Serra, a da ex-Ministra Dilma Rousseff e a da Senadora Marina Silva. Representando uma grande coalizão que governou o Brasil pelos últimos oito anos, Dilma apresenta-se como a candidata da estabilidade e do atual Governo. Tem defendido a manutenção da política econômica tão criticada pelo PSOL e não se comprometeu com as bandeiras históricas dos movimentos sociais.

Serra, por sua vez, embora busque representar uma alternativa de mudança, expressa, na verdade, a volta de um modelo ainda mais perverso para o Brasil. Subordinado ao projeto das grandes corporações, os oito anos de Governo dos tucanos foi marcado pelo desmonte do Estado brasileiro e pela incorporação de mecanismos legais que favoreceram os lucros das grandes multinacionais, ao mesmo tempo em que os serviços públicos eram sucateados e abandonados à própria sorte. Ou pior: à sanha imperdoável dos monopólios privados, como no caso da educação superior ou dos planos de saúde.

A candidatura da Senadora Marina Silva poderia ter representado uma ruptura com esse modelo. Tendo como origem uma crítica ao modelo de desenvolvimento em curso no Brasil, a candidatura da Senadora Marina não logrou êxito em diferenciar-se da orientação geral dos grandes projetos em disputa. Quarto colocado na disputa presidencial, Plínio de Arruda Sampaio, candidato do PSOL, buscou ser o contraponto a uma eleição marcada pela semelhança de projetos. Entre as propostas mais importantes defendidas pelo ex-Deputado e Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), estavam a suspensão e a auditoria da dívida pública, hoje estimada em mais de R\$1 trilhão; a limitação das propriedades em mil hectares e a estatização do sistema de saúde. Plínio defendeu também a entrada do Brasil na Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba); uma reforma urbana radical, com a criação do aluguel compulsório, e a reestatização dos setores estratégicos da economia brasileira, privatizada pelos tucanos ao longo dos anos noventa. Infelizmente, a injusta distribuição de tempo de TV, que privilegia as grandes máquinas partidárias, privou-nos da oportunidade de esmiuçar melhor essas propostas e assim evitar que o PSOL, com sua curta, mas intensa trajetória de contribuições ao País, fosse confundido com pequenas agremiações sectárias que pouco contribuem com o debate político em torno dos problemas mais urgentes do nosso povo.

Além disso, cabe destacar que o PSOL, ao contrário das grandes candidaturas que lideraram as pesquisas ao longo de todo o 1º turno, não aceitou recursos de grandes empresas nacionais ou estrangeiras, mantendo coerência com a proposta de financiamento público de campanha, da qual muitos se dizem defensores, embora amplamente financiados por bancos, empreiteiras e empresas de toda sorte. Basta olharmos a previsão de gastos das principais candidaturas: algo em torno de R\$400 milhões.

Este foi, portanto, Sr. Presidente, um 1º turno que primou pela lamentável semelhança de projetos e propostas e buscou sacramentar a ideia de que não há saídas ao modelo econômico e social das elites, que segrega e exclui milhares de brasileiros e brasileiras há mais de 500 anos.

Felizmente, meu companheiro de partido, Plínio de Arruda Sampaio, soube representar, dentro das evidentes limitações de um partido ainda em construção, o projeto de transformações estruturais construído pelos movimentos sociais e demais lutadores do povo na luta contra todas as formas de opressão e injustiça social.

Ao companheiro Plínio, ao Hamilton, nosso candidato a Vice-Presidente, os mais sinceros



parabéns. Junto com Plínio e junto ao Plínio, expresso a todos os militantes do PSOL o nosso profundo agradecimento por terem levado às ruas, às fábricas, aos bairros, às escolas, às igrejas, às universidades, aos sindicatos o projeto que, para nós, representa uma esperança de mudança efetiva na política brasileira.

Ao Plínio, que tão bem representou essa necessidade de mudança histórica, que interpretou e transmitiu com muita sinceridade os melhores sentimentos de uma parcela do povo brasileiro, que acredita na política feita com ética, em defesa dos direitos das pessoas, de valorização do papel do Estado para assim servir aos interesses da sociedade, da comunidade, do povo, e não o Estado a serviço da reprodução dos interesses das elites e daqueles que, infelizmente, em nosso País, financiam as campanhas eleitorais. Ao Plínio, ao PSOL, a todos que lutaram de norte a sul deste País, na Amazônia, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste, o reconhecimento de que esta campanha eleitoral foi compreendida nos moldes em que pôde ser feita, nos marcos de um projeto em construção, como é o projeto do PSOL, e demonstra claramente que há um espaço para que a esquerda socialista, popular e democrática venha construir e fincar os seus tentáculos nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, além da disputa presidencial, o PSOL disputou também os governos estaduais em todos os 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Em alguns casos, como acontece com todos os partidos, o pouco enraizamento que temos em alguns Estados não permitiu que tivéssemos um desempenho melhor, permitindo assim irradiar nossas propostas em cada região do País. Em alguns deles, contudo, o nosso PSOL teve desempenhos excelentes. Cito dois exemplos. No meu querido Estado do Pará, Fernando Carneiro, historiador e dirigente do PSOL não só obteve o terceiro melhor desempenho entre os candidatos do PSOL a governador em todo o País, como também foi fundamental para desfazer a ideia de uma eleição plebiscitária entre o PT e o PSDB que tentaram reproduzir também em nosso Estado. Com propostas firmes e demonstrando profundo conhecimento da realidade do nosso Estado, Fernando Carneiro alcançou mais de 3% dos votos e ajudou o PSOL a se consolidar como alternativa de mudança que começa a nascer a partir de agora. Outro exemplo da vitalidade do PSOL nessas eleições de 2010 se expressou no Distrito Federal. Aqui, o candidato do PSOL, Toninho Andrade, carinhosamente conhecido como Toninho do PSOL, obteve quase 200 mil votos, o que representou cerca de 15% dos votos nessa eleição no Distrito Federal. Toninho, psicólogo, Presidente do PSOL no Distrito Federal e fundador da CUT, não apenas foi o terceiro colocado nas eleições, com chances reais de chegar ao segundo turno, como também alcançou o maior percentual entre todos os candidatos do PSOL a governador, repetindo aqui o feito de 2006. Em nome dos meus companheiros Toninho e Fernando Carneiro, quero saudar o desempenho de todos os candidatos do PSOL no País, com especial destaque à reeleição dos Deputados Chico Alencar, o segundo mais votado no Rio de Janeiro, e Ivan Valente, Líder do PSOL na Câmara dos Deputados e digno representante do povo de São Paulo. A permanência desses companheiros, superando todas as dificuldades, para alcançar o coeficiente eleitoral, é uma vitória do PSOL e da esquerda brasileira como um todo. Mas é verdade, Senador Suplicy, que nem só de vitórias vive o PSOL. Duas grandes guerreiras não obtiveram êxito na disputa eleitoral. A ex-Senadora e Presidente nacional do PSOL, a companheira Heloísa Helena, lutou contra o poder econômico das máquinas partidárias e uma campanha de difamação nunca conhecida na história de Alagoas e não se elegeu ao Senado, muito embora tenha liderado as pesquisas durante quase todo o primeiro turno. Com certeza, o Senado Federal perde em brilho e combatividade sem o retorno da nossa Presidente nacional.

No Rio Grande do Sul, a Deputada Federal Luciana Genro, mesmo alcançando expressivos

130 mil votos, não ultrapassou a barreira do coeficiente eleitoral e, pela primeira vez, após 16 anos como Parlamentar, não conseguiu se eleger. O PSOL do Rio Grande do Sul, um dos mais fortes e organizados do País, certamente, sentirá essa perda, mas saberá superá-la e, certamente, reconstruirá as condições para conduzir Luciana outra vez à Câmara dos Deputados como uma das Parlamentares mais votadas daquele Estado e uma das mais brilhantes que o Congresso Nacional conheceu.

Sr. Presidente, Senador Suplicy, como é do conhecimento de todos, candidatei-me, no Estado do Pará, a uma vaga na Assembleia Legislativa, dentro de uma estratégia de fortalecimento do projeto partidário do PSOL no Estado do Pará. Mesmo com a extraordinária votação do companheiro Edmilson Rodrigues, Deputado eleito mais votado no Estado do Pará, não alcançamos os votos suficientes para eleger dois Deputados. Também nesse caso as dificuldades estruturais frustraram parte de nossas expectativas. Mesmo assim, tenho convicção de que cumpri importante papel e avançamos na construção de nosso projeto de enfrentamento às injustiças sociais no Pará e no Brasil.

Sr. Presidente, com certeza, mesmo com a não eleição, entendo que não há nada a lamentar, pois fizemos uma campanha bonita, honesta, limpa e, acima de tudo, inspirada nos ideais socialistas da ética, da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, da defesa dos direitos humanos, da defesa dos menos favorecidos e dos marginalizados de toda ordem e na esperança de ajudar a construir um Pará mais justo, mais igualitário, sustentável e democrático. Quero, neste momento, expressar o meu profundo agradecimento a todos os paraenses que sufragaram o nosso nome na eleição de 2010, em especial dos Municípios de Abaetetuba, Belém, Barcarena, Viseu, Portel e de todos os Municípios paraenses que nos ajudaram a ter um desempenho, colocando-nos na primeira suplência da chapa do PSOL à Assembleia Legislativa do nosso Estado.

Aliás, Sr. Presidente, foi do Estado do Pará que veio uma feliz surpresa. Nossa candidata ao Senado, a ex-Vereadora de Belém, professora e militante das causas sociais no nosso Estado, a companheira Marinor Brito, foi eleita Senadora com mais de 727 mil votos. É uma conquista que esperamos ser confirmada pela validade da Lei da Ficha Limpa já nessas eleições, o que manterá o Estado do Pará com ao menos uma representação de esquerda e socialista no Senado Federal.

Nessa questão, Sr. Presidente, a palavra está com o Supremo Tribunal Federal, que deverá se pronunciar o mais rápido que puder para dizer se vale para estas eleições a lei que aprovamos aqui no Congresso Nacional, estabelecendo critérios de elegibilidade para os candidatos às eleições parlamentares. A nosso ver, deve, sim, ter validade para as eleições de 2010. **Não resta qualquer dúvida quanto à necessidade e à urgência de parâmetros que ajudem o povo brasileiro a escolher melhor seus representantes, colocando e permitindo que as chapas para as diversas disputas sejam compostas por pessoas que preencham critérios políticos, de idoneidade, de seriedade.** Aqueles que têm mais folha corrida na polícia e na Justiça do que currículo para apresentar não podem continuar disputando eleições no nosso País. Esperamos uma palavra decisiva e importante do Supremo Tribunal Federal, que deve decidir o quanto antes, para não ficar nenhuma dúvida quanto ao processo que se estabeleceu em nosso País, tendo em vista que essa lei já produziu muitos efeitos, inclusive fazendo com que boa parte do eleitorado brasileiro tenha se fixado em critérios mais rigorosos para escolher seus representantes.

Com a palavra o Supremo Tribunal Federal, que deve responder ao anseio de milhões de brasileiros que querem ver a política sendo exercitada com ética, com cidadania, com direitos e, sobretudo, que fichas-sujas não tenham o direito de representar o nosso povo, seja no Parlamento, seja nos cargos do Poder Executivo.

Mas também, Sr. Presidente Eduardo Suplicy, no Estado do Amapá, o PSOL também elegeu um Senador, o companheiro Randolfe Rodrigues, professor, Presidente do PSOL, no Amapá e ex-Deputado Estadual. É o mais jovem Senador eleito no Brasil e o mais votado da história daquele Estado, com 203 mil votos. Símbolo de luta, de compromisso com os mais pobres, da luta contra todo o tipo de opressão, da luta em defesa da educação das populações tradicionais da Amazônia, Randolfe, com certeza, dará uma grande contribuição, no Senado Federal, a um projeto popular e socialista, com a sua conhecida combatividade e responsabilidade com os rumos do nosso País.

Expresso aqui, Sr. Presidente, a certeza de que ter no Senado Federal, entre os 81 Senadores, dois professores com as qualidades, os compromissos, a história, a trajetória de Randolfe e Marinor Brito é a certeza de que os bons embates em prol da luta por ética na política e defesa de um projeto de mudanças e transformações sociais para o nosso País, da defesa do meio ambiente na Amazônia, da defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, da luta por um programa popular e socialista para o Brasil.

Tenho certeza de que, no próximo período, os embates e os debates nesta Casa maior do Poder Legislativo brasileiro contarão com a inteligência, com a tenacidade, com o compromisso, com a determinação, com a vontade e sobretudo os movimentos sociais terão nesses dignos representantes da Amazônia, dos Estados do Pará e do Amapá, alguém que aqui representará, com muito vigor e com muita força, essa luta por mudança e por transformações em nosso País.

Sr. Presidente, a respeito da postura do Senador eleito Randolfe Rodrigues, queria, ao final, tornar pública uma nota que lançou hoje, esclarecendo uma notícia veiculada em vários jornais do País no dia de hoje. Na nota, o Senador eleito Randolfe Rodrigues afirma que não declarou voto na candidata Dilma e disse claramente da sua postura contrária ao projeto representado pelo ex-Governador José Serra. Disse ter com o projeto de José Serra, na verdade, a mais absoluta oposição e declarou as suas divergências históricas, programáticas com a candidata Dilma Rousseff. Diz o Senador eleito Randolfe Rodrigues: “Esclareço que, em nenhum momento, este Senador eleito pelo PSOL do Amapá deu declarações públicas de voto na candidata petista Dilma Rousseff”. Randolfe afirma que aguarda e seguirá a orientação da Executiva Nacional do PSOL, que se reunirá amanhã, dia 15 de outubro, em São Paulo, para definir a política do Partido com relação ao pleito de 31 de outubro. O Senador Randolfe tem clareza do que está em disputa neste processo e afirma que não deu nenhuma declaração pública, refutando, então, as informações que foram veiculadas pela imprensa brasileira.

Por último, Sr. Presidente, quero encerrar este pronunciamento falando justamente sobre este segundo turno das eleições presidenciais. Daqui a duas semanas, os brasileiros e brasileiras terão de escolher quem governará o País pelos próximos quatro anos. Infelizmente, nenhuma das candidaturas que disputam o segundo turno tem identidade com as propostas do PSOL. Por isso, a direção nacional do Partido, que se reúne amanhã, em São Paulo, com o companheiro Plínio de Arruda Sampaio, deverá tomar uma decisão levando em conta essa situação.

Isso não significa, porém, que o PSOL considere os projetos em disputa idênticos. Sabemos as diferenças que se expressam entre o projeto tucano e o projeto da coalizão liderada pelo PT e pelo PMDB. Mas é importante assinalar que, em algumas áreas, especialmente em relação a alguns programas sociais, bem como a política externa brasileira, essas diferenças são nítidas em relação às duas candidaturas que disputam a eleição presidencial em segundo turno, no dia 31 de outubro. Contudo, é provável que o PSOL defina-se pela neutralidade e pela

independência neste segundo turno, deixando aos militantes, aos eleitores, aos apoiadores e simpatizantes do PSOL a reflexão e uma decisão muito particular que cada um deve tomar, pensando naquilo que possa representar o melhor ou pior para o nosso País. Portanto, essa é uma decisão que pertence aos brasileiros e brasileiras que acreditam no trabalho, na luta, no projeto político defendido pelo Partido Socialismo e Liberdade. Colabora para esta conclusão a escalada conservadora que transformou o segundo turno da disputa eleitoral em uma luta para afirmar princípios religiosos e de fé, que em nada contribuem para a administração dos principais problemas do País e, muitas vezes, poluem o debate em torno de avanços civilizatórios que queremos conquistar.

Por isso, registro aqui que o PSOL será oposição a qualquer dos candidatos que disputem este segundo turno, buscando fazer avançar a resistência popular e construindo, nas lutas sociais, um projeto alternativo para o Brasil, o Brasil socialista e democrático. Muito obrigado.

BB2

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL - PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente João Faustino, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar um fato muito positivo que simboliza, com toda certeza, um passo muito importante no combate à impunidade e à corrupção na política em nosso País. Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados e, em seguida, o Senado Federal, ao aprovarem a lei da Ficha Limpa, em junho último, mostraram ser capazes de absorver demanda surgida da sociedade civil organizada, porque o projeto Ficha Limpa é oriundo da manifestação da sociedade brasileira, que recolheu quase dois milhões de assinaturas para apresentar à Câmara dos Deputados projeto de iniciativa popular visando, justamente, coibir as candidaturas de quem tem contas a acertar com a Justiça ou que fora, de fato, condenado, sentenciado pela Justiça, segundo definição da própria lei, por um colegiado de juízes, ou seja, uma decisão em segundo grau. Essa campanha de assinaturas e o projeto de iniciativa popular da Ficha Limpa teve a sua frente um conjunto de instituições, entre as quais a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil e um conjunto de 46 entidades organizadas sob a bandeira do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Sem dúvida, a decisão do Congresso Nacional de aprovar e a do Presidente da República de sancionar o projeto de lei da Ficha Limpa representa, na verdade, uma sintonia com o desejo da opinião pública, e, sem dúvida, é o Congresso Nacional que sai fortalecido na luta pela moralização da vida pública em nosso País.

**Iniciado o período eleitoral e registradas as candidaturas, abriu-se o prazo para o pedido de impugnação da candidatura de possíveis “fichas sujas”. Sem dúvida, algumas injustiças têm sido cometidas, Sr. Presidente. Em algumas condenações, trata-se de pessoas que se dedicaram justamente à defesa dos interesses dos excluídos, da população trabalhadora, que acabaram sendo também impedidos de se candidatar em razão de condenação na Justiça. No entanto, afirmo que, em termos gerais, o advento dessa lei tem sido fundamental para impedir que políticos condenados pela Justiça pratiquem um verdadeiro estelionato eleitoral, lesando os interesses dos eleitores que, desinformados, muitas vezes poderiam eleger candidatos envolvidos em corrupção ou com práticas de improbidade administrativa.**

O exemplo do que estou dizendo foi o julgamento, na tarde de hoje, pelo Tribunal Regional

Eleitoral do Distrito Federal, do pedido de impugnação de registro da candidatura do ex-Senador Joaquim Roriz ao Governo do Distrito Federal. O ex-Governador foi enquadrado na lei da Ficha Limpa por ter renunciado, em 2007, ao mandato de Senador para evitar a cassação por quebra de decoro parlamentar. O Tribunal cassou a candidatura por quatro votos a dois. Uma das ações contra Roriz teve como autor o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) do Distrito Federal, que alega que a sua candidatura deveria ser impedida porque o candidato, com a sua renúncia, enquadra-se no típico caso previsto no projeto de lei da Ficha Limpa. Como todos lembram, o Senado estava julgando um pedido de quebra de decoro parlamentar do PSOL contra Roriz, que foi acusado de participar de um esquema de desvio de dinheiro no Banco de Brasília, por ocasião da investigação feita na Operação Aquarela, da Polícia Federal do Distrito Federal.

As conversas telefônicas registradas durante as investigações policiais mostravam o Senador tratando da partilha de R\$2,2 milhões com pessoas que convivem no seu círculo de atividade política no Distrito Federal. Antes de iniciar propriamente o processo de investigação por quebra de decoro parlamentar, e conforme representação apresentada pelo PSOL no Conselho de Ética do Senado Federal, o ex-Senador Roriz renunciou ao mandato com apenas cinco meses e meio de mandato exercido nesta Casa. Todos sabem também que o ex-Senador, agora pretendo candidato ao cargo de Governador do Distrito Federal, tem o direito de recorrer da decisão tomada hoje pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Como qualquer cidadão, pode evidentemente recorrer da decisão do TRE do Distrito Federal junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Porém, a decisão, a meu ver correta, justa e corajosa, do TRE do Distrito Federal causa um impacto avassalador sobre os demais Tribunais Eleitorais do País afora.

Entendo que o TSE, sem dúvida, terá em suas mãos uma grande responsabilidade: fazer a justiça que o Senado não pôde fazer com a renúncia de Roriz. Por isso, o impedimento da candidatura do ex-Governador e ex-Senador, sem dúvida, é uma aplicação correta, adequada do projeto de lei da Ficha Limpa, aprovado pelo Congresso Nacional recentemente. Para todos e todas que se dedicam à causa do combate à corrupção eleitoral e à impunidade que reina neste País, o projeto Ficha Limpa tem servido, em vários Estados, para impedir candidaturas que vão de encontro aos preceitos legais definidos por esse projeto inovador. Portanto, quero render homenagem aos tribunais, aos defensores da luta contra a corrupção eleitoral no País, que, sem dúvida, colhem os primeiros frutos dessa decisão do Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente **João Faustino**, rapidamente quero abordar outro tema que diz respeito à questão da educação pública em meu querido Estado do Pará. Ontem recebemos a visita, no nosso gabinete, do professor Francoelite Maciel, secretário regional do Sintepp na cidade de Chaves, na Ilha do Marajó. O professor nos apresentou um quadro absolutamente desolador, é verdade que não desconhecido por nós: o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) na cidade de Chaves é o segundo pior do Brasil. Segundo relatos, muitas escolas estão em estado precário, sem as mínimas condições necessárias para receber professores e alunos; há professores que tiveram de entrar na Justiça para receber o pagamento devido por suas atividades profissionais; nem todas as escolas têm profissionais para o serviço de limpeza e higiene; falta material didático; e algumas escolas funcionam em casas alugadas, sem nenhuma condição de receber uma instituição de ensino.

O documento produzido pela subsede do SINTEPP no Município de Chaves, intitulado “Um grito de socorro deste recanto marajoara chamado Chaves” é um apelo que retrata a situação de completo abandono em que vive a educação pública em todo o País, mas especialmente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Por isso, neste momento em que a política ocupa a atenção de todo o País, a denúncia da situação do completo abandono das escolas e da educação no Estado do Pará é um alerta para todo o povo brasileiro: ou mudamos a política de financiamento da educação, enfrentando interesse e assegurando uma radical ampliação do investimento público nesta área; ou estaremos fadados a ver a educação brasileira, e sobretudo paraense, na situação de calamidade vivida pelos educadores e estudantes do Município de Chaves, na região do Marajó.

Na condição de Senador, membro da Comissão de Educação, e na condição também de professor da rede pública do Estado do Pará, sempre defendi a garantia e o acesso à educação pública de qualidade. Infelizmente, a prioridade dos últimos governos, tanto em nível federal quanto no Estado do Pará, tem sido o de manter a indecente desigualdade social, que se alimenta também da ausência dos direitos sociais como a educação.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu gostaria de dizer, com todas as letras, que o PSOL defende uma radical inversão de prioridades. Em vez de priorizar o agronegócio, o caminho deve ser fortalecer a agricultura familiar; em vez de pagamento religioso da dívida pública, defendemos a auditoria e a renegociação dessa dívida; no lugar dos vultosos recursos públicos para financiar grandes empreendimentos que prejudicam o meio ambiente via BNDES, defendo mais dinheiro para a saúde, educação, assistência social e emprego.

Tenho certeza de que o Brasil tem lutado para enfrentar e vencer as enormes desigualdades sociais. Seria injusto não reconhecer avanços em algumas áreas, mas é absolutamente verdadeiro que o Brasil está muito distante do patamar de cidadania e de consagração de direitos, inclusive aqueles que estão inscritos em nossa Constituição. Aqui, ao falar da situação da educação no Município de Chaves, no Estado do Pará, posso estender essas afirmações que fiz em relação a todas as regiões do meu Estado, as quais tenho visitado. Sempre temos encontrado, Senador Paim, escolas totalmente desestruturadas e professores desmotivados. Recentemente, ao visitar Curionópolis, onde está situado o garimpo de Serra Pelada, ao visitar a escola pública em Serra Pelada, encontrei uma situação desoladora.

Os estudantes estão há mais de 90 dias sem aulas, porque os professores da rede pública, que eram temporários, foram destratados e outros não foram contratados para garantir o direito elementar à educação daqueles jovens. Recentemente, esses jovens chegaram a fechar uma rodovia estadual, na tentativa de serem escutados e atendidos os seus reclamos. Felizmente, a gestão da educação pública no Pará deve resposta adequada e imediata a situações como essa. Portanto, volto a solicitar de público a atenção das autoridades educacionais do meu Estado, que não podem deixar que estudantes, professores, que uma comunidade inteira seja privada, a exemplo de Serra Pelada e tantos outros Municípios, como a situação em São Sebastião da Boa Vista, que visitei recentemente, e, igualmente, a reclamação por ampliação e reforma de escolas públicas estaduais. Na cidade de Capanema, na cidade mesmo de Abaetetuba, há necessidade e urgência de construção e reforma de escolas tanto na cidade quanto na zona rural.

Portanto, que as autoridades educacionais do meu Estado do Pará tomem as devidas medidas, fazendo com que o direito básico e fundamental à educação seja garantido a todas as crianças, a todos os adolescentes e a todos os jovens do meu Estado do Pará. Muito obrigado, Sr. Presidente.

BB3

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Senador **Mão Santa**, em primeiro lugar, peço a inscrição para falar em nome da Liderança do

PSOL, quando terei a oportunidade de manifestar todo o nosso apoio em prol do projeto que reajusta os benefícios dos aposentados em 7,7% e, ao mesmo tempo, do projeto que acaba com o fator previdenciário. (*Palmas*) Isso é matéria urgente. Portanto, a presença dos aposentados e suas lideranças na galeria de honra e na galeria desta Casa nos dá o incentivo necessário para que possamos afirmar, no dia de hoje, nossa tarefa fundamental de, representando os interesses da sociedade brasileira, aprovar, sem nenhuma emenda para que não retorne à Câmara, o projeto de reajuste dos aposentados e do fim do fator previdenciário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Acabamos de fazer a inscrição que V. Ex<sup>a</sup> pediu.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL - PA) Pela ordem ainda, Sr. Presidente, por favor. Eu peço a mesma isonomia que os que pedem a palavra pela ordem são tratados. Eu queria encaminhar a V. Ex<sup>a</sup> quase seis mil assinaturas de cidadãos e cidadãs do Estado de São Paulo. Por meio de um trabalho realizado pelo Líder do PSOL na Câmara, Deputado Ivan Valente, que aqui se encontra presente, foram colhidas, nesta semana, quase seis mil assinaturas em apoio à aprovação, no Senado, do Projeto Ficha Limpa. E faço questão de registrar também, Sr. Presidente, que entre as assinaturas colhidas pelo Deputado Ivan Valente encontra-se a assinatura do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que, com o gesto, ao assinar este abaixo-assinado, se soma, evidentemente, aos milhões de brasileiros que protagonizaram o projeto de iniciativa popular que deu origem ao Projeto Ficha Limpa.

Agora, o Senado Federal tem a tarefa fundamental de aprová-lo no dia de hoje, respondendo a esse anseio do povo brasileiro, que quer ética e seriedade na política brasileira. Então, vou levar às mãos de V. Ex<sup>a</sup> essas seis mil assinaturas que corroboram o sentimento da nacionalidade em prol da ética na política.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

BB4

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, Quero chamar a atenção para uma notícia, veiculada amplamente no Estado do Pará, e que deixou estupefatos aqueles que se dedicam à luta pelo direito à educação de qualidade. Segundo matéria veiculada no jornal **O Liberal**, a hora-aula a um professor iniciante da educação básica no Estado do Pará é a mais baixa do País. Considerando o piso salarial do Estado, de 1.026,00 e a jornada de 200 horas mensais, cada hora de trabalho de um professor no início da carreira vale apenas R\$5,13. O Estado divide a última posição com Pernambuco, que paga exatamente o mesmo valor. Os dois estados encabeçam, ainda, a lista de onde os professores mais trabalham. Em ambos, a jornada semanal é de 50 horas, sendo que somente 10 são destinadas para atividades como correção de provas, planejamento de aulas e outras atividades extraclasse.

Para ilustrar a disparidade, se um professor desses dois estados ingressasse hoje na rede pública com a jornada de trabalho de um professor paraense, ele teria que ganhar de início, aproximadamente, R\$ 3.000,00 valor superior ao maior vencimento-base identificado na pesquisa, o de Brasília: R\$ 2.033,44.

A maioria das secretarias de Educação consultadas, cuja jornada é inferior a 40 horas-aulas semanais, justificou que o curto período de aula é em atendimento a reivindicação dos

sindicatos de professores, no intuito de terem disponibilidade para lecionar e desempenhar outras atividades nos turnos vagos.

Treze estados alegaram ter erradicado a existência de professores sem formação superior. No Pará, segundo o Ministério da Educação, essa é uma realidade que ainda não foi concretizada. Recebi com muita preocupação esta notícia. Uma das prioridades de nossa ação parlamentar no Senado Federal tem sido exatamente a luta pela garantia ao ensino de qualidade em todos os níveis. Acredito, como professor que sou, que não há educação de qualidade sem valorização profissional dos trabalhadores e trabalhadoras que constroem cotidianamente a rede pública de ensino. A falta de uma remuneração digna, agravada pelas péssimas condições de trabalho, pela falta de investimento e pela inexistência de uma gestão democrática, traz conseqüências graves ao quadro da educação no Pará. Uma delas é que colecionamos alguns dos piores indicadores nacionais, exemplo disso é que o Pará detém o pior IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do ensino médio de todo o País. Uma triste realidade escondida pela propaganda oficial, mas sentida de forma muito concreta pela sociedade paraense.

Fatos como esses justificam plenamente a decisão dos Trabalhadores em Educação do Pará de radicalizar a luta pelo PCCR. Organizados no seu sindicato, o SINTEPP, dedicaram cerca de 3 anos de discussão sobre a Plano. Após quase 5 meses de espera, ficaram revoltados com a proposta de PCCR do governo do Estado. A proposta apresentada não estabelece o piso salarial; não contempla toda a categoria, pois se restringe ao magistério (professores e técnicos em educação); não beneficia o professor com nível médio na progressão vertical; na progressão horizontal não define o interstício e não assegura a progressão de fato, visto que depende de autorização da Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Finanças. Além disso, o percentual estabelecido é de apenas 0,5%, enquanto no estatuto do magistério o interstício é de 2 em 2 anos e o percentual é de 3,5%. Assim, o PCCR do governo se constitui num claro retrocesso. Por isso a resposta da categoria não podia ser outra. Se o governo não quis ouvir a vontade dos professores e demais profissionais em educação, a única saída é a mobilização nas ruas. A assembléia realizada no último dia 27-5 contou com a presença de cerca de 2.000 trabalhadores, que por ampla maioria decidiram pela greve a partir do dia 7 de maio por tempo indeterminado. Os indicadores que apontam o Pará como o pior estado em termos de remuneração encontra, assim, a resposta de uma categoria pronta para o combate. Os trabalhadores em educação do Estado do Pará têm toda a minha solidariedade e podem contar com este mandato como uma trincheira em suas reivindicações por valorização profissional, em defesa de uma educação de qualidade. Muito obrigado!

**Pronunciamento sobre projeto “Ficha Limpa”** Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, Quero saudar a aprovação na madrugada de última terça-feira, do substitutivo do Deputado José Eduardo Cardoso ao Projeto de Lei conhecido como “Ficha Limpa” que torna inelegíveis candidatos em débito com a justiça. Com 388 votos a favor e nenhum contrário, o substitutivo foi aprovado em comum acordo entre os líderes partidários, encaminhando para hoje a votação de doze destaques. Como é de conhecimento público, a proposta impede as candidaturas de pessoas condenadas por decisão colegiada da Justiça por crimes de maior gravidade, como corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. O texto aprovado amplia os casos de inelegibilidade e unifica em oito anos o período durante o qual o candidato ficará sem poder se candidatar. A principal novidade em relação ao texto do grupo de trabalho que analisou o tema é a possibilidade de o candidato apresentar recurso com efeito suspensivo da decisão da Justiça. O efeito suspensivo permitirá a candidatura, mas provocará a aceleração do processo, porque o recurso deverá ser julgado com prioridade pelo colegiado que o receber. Se o recurso for negado, será



cancelado o registro da candidatura ou o diploma do eleito. Buscando dialogar com os quase 2 milhões de cidadãos e cidadãs que subscreveram o abaixo assinado que deu origem ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular, propus em conjunto com outros Senadores uma reunião para discutir a tramitação do projeto no Senado tão logo ele seja apreciado por esta Casa. Reunimos na manhã da última quarta-feira com a presença dos senadores Eduardo Suplicy, Augusto Botelho, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Jeferson Praia e da Senadora Serys Slhessarenko, onde foram traçadas estratégias para garantir a rápida aprovação da matéria, buscando validá-la antes das convenções partidárias previstas para junho.

Também participaram do encontro, representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura - CONFEA, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB entre outras. Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhoras Senadoras, Acredito que esta Casa, tão criticada recentemente, deve dar uma resposta à sociedade brasileira, aprovando com a máxima celeridade e o menor número de emendas possível este projeto que torna inelegíveis aqueles sobre os quais forem identificados débitos com a justiça. Não tenho dúvida de que esta postura, além de valorizar o trabalho do Senado Federal, se configurará num passo fundamental para a realização da tão esperada reforma política.

Gostaríamos de contar com todos os líderes partidários para remetermos este Projeto à apreciação do plenário do Senado o mais rápido possível. Compreendo que a unanimidade construída na Câmara dos Deputados deve servir de exemplo para que o Senado responda à sociedade e à opinião pública com o compromisso de por fim à impunidade. O PSOL apóia integralmente esta medida e está empenhado, na Câmara e no Senado, na aprovação desta importante medida.

Muito obrigado!

DD1

**O SR. MÃO SANTA** (PSC - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Senador Leomar Quintanilha, que acaba de sair, o Leomar Quintanilha, Senador Mozarildo Cavalcanti, é uma figura muito querida do Piauí, exerceu as atividades no Piauí e levou uma das mulheres mais encantadoras para esposa e construiu uma das mais belas famílias lá do Tocantins, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que se encontram aqui no plenário do Senado e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, graças a Deus o governo do PT passou no Piauí. Eu vejo o clamor do Mário Couto, do Flexa Ribeiro e do José Nery, do Pará. Mais uma vez eu disse que três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Olha, a desgraceira que houve no Piauí, eu falo aqui, é muito pior do que um terremoto. Eu gosto de estudar Geografia: um terremoto dura oito segundos, dez segundos, doze segundos; o Governo do PT é desgraça muita. O Piauí está arrasado, e hoje nós ouvimos o Mário Couto dizer o que é o Governo do PT no Pará, bem como o Flexa Ribeiro e o José Nery.

Olha, esse Governo que passou no Piauí é tão ruim, tão ruim... E graças a Deus o povo orou; depois da desgraça, da tempestade, vem a bonança. Mas, Mozarildo, é tão ruim, tão ruim o Governo, que aqui ninguém o defende. Há um Senador do PTB, porque é coligado, não é? Há um do DEM, há outro. Ele conseguia às vezes o Suplicy, mas o Suplicy viu que estava se acabando com tanta mentira e desistiu. A Câmara Federal também tem, ninguém o defende

não, e o homem saiu.

Senador Mozarildo, é um tripé da mentira, da corrupção e da incompetência. Nunca vi tanta mentira, nunca vi tanta corrupção e tanta incompetência. Mas nós somos agradecidos. Foi muita reza, ele resolveu sair, entrou um rapaz do PSB, médico, neurocirurgião. Mas está abatido. Olha, eu tenho pena do novo Governador **Wilson Martins**. Pena. Pena. Ele era do PSDB, e quando eu governei o Piauí ele foi meu Líder de Governo. Neurocirurgião. Rapaz, mas foi uma fria. Eu governei depois de bons governadores. Eu tenho pena é desse aí, que está lá. Mas eu vou ler aqui um... Ele manipulava a imprensa toda. Mas isso é besteira, a maior besteira.

V. Ex<sup>a</sup> que já, já vai ser governador,... **Mozarildo Cavalcanti**, Zambiasi, que é comunicador, a melhor coisa é oposição. A melhor coisa é oposição. Eu fui prefeitinho de Parnaíba. Eram treze vereadores: eu tinha seis e sete eram contra, do grupo dos Silva. A melhor coisa é oposição. Porque você fica alerta. Ela diz e tal: “Estão roubando”. Eu não ia roubar, mas tem gente lá... Eles pá e pá... Foi tão bom, e eu aprendi isso. Ô **Mozarildo**, deixe. Eu nunca tive maioria, nem como Governador e nem coisa... Eram treze. Sete eram do grupo do Alberto Silva, dos Silva, na minha cidade. Quando eu saí da Prefeitura, dois anos depois, eu fui candidato a Governador do Estado. Leomar Quintanilha, eu tive 93,84% dos votos da minha cidade. Isso significa dizer, Zambiasi, você que é da comunicação, para entenderem o que é isso, que, de cada trinta parnaibanos que se levantaram para votar, vinte e nove votaram em mim. De cada trinta! E era contra o governo, então.

Oposição é bom. Eles denunciam. Então, nós ficamos alertas. Os outros... Porque nós somos, mas tem um bocado de aloprado aí. Não é só em torno da gente de governo. Dois anos depois, no Governo do Estado, foi a mesma coisa. Eu tinha quatro prefeitos, o outro tinha 141. Então, eu fiz seis deputados estaduais, de trinta. Esse **Wilson Martins** era um, do PSDB, que hoje é Governador. Foi meu líder. Ele foi um dos seis. Mas eu estou é com pena do bichinho.

Olha, eu nunca vi. Você vê esse negócio de terremoto. Eu estudo, eu conheço o Chile, o Haiti. Mas ali são dez segundos, doze, é rápido. Quebra, morre, enterra, resolve. Agora, um governo do PT, e dois, é desgraça muita!

Olha, está li a Mônica Bona, eu nunca vi, não. E o pior é o seguinte: e mentia tanto, e mentia tanto, eu dizia: eu votei nele na primeira vez, em Luiz Inácio, que quando ele foi numa cidade, agora, com o novo Governador, que era o vice dele, gente boa, Dr. **Wilson Martins**, aí botaram no alto-falante da cidade: “Pega na mentira, pega na mentira!”. Agora eu quero é aprender esse negócio. É uma música do Erasmo Carlos. Aí, o Governador... Mandaram lá apreender o carro e não sei o quê. E o povo não é besta e disse: “Não, foi aquele menino de seis anos que mandou tocar”. E está indo. Pega na mentira! Porque mente! Eu nunca vi.

O Senador ali tinha o compromisso de que ia indicá-lo para o PTB, o Governador. Gente boa o **João Vicente**! Foi meu Secretário de Indústria e Comércio. Um homem de visão, foi meu secretário. Zeloso com a coisa pública. O homem tinha cinco candidatos a governador. É como se você marcasse um casamento com cinco noivas, na mesma igreja, com o mesmo padre e no mesmo horário. O homem mente tanto que deu uma confusão... E saiu gente zangada para todo lado. Ainda hoje, ele não conseguiu um companheiro. Porque eu vou votar no Heráclito ali. Dois votos, não é? E ele ainda não conseguiu... Olha, marcou. Iludiu cinco

pessoas que iam ser candidatas. Cinco. Tinha cinco candidatos a governador. A base aliada reúne todo mundo, não sei o quê. O Luiz Inácio nunca mais foi lá. E, no começo, eu votei. O Luiz Inácio é simpático, não vou dizer que ele não é não, o bicho é danado. Aí nós fomos numa mordomia, não sei, num canto... Era do PMDB. Está ali o **Leomar Quintanilha!** Aí, no comecinho, ele pegou meu cabelo e meteu a mão, assanhando: “Mão Santa, cuide do meu menino”. Foi desse jeito. Eu olhei assim... Mas é porque o Luiz Inácio não sabia que o menino dele era traquino e preguiçoso. E mentiroso. E deu rolo! O homem, no primeiro discurso em que eu fui a uma cidade, eu saí logo. Estava ao meu lado Marcelo Castro, que também foi um dos candidatos a governador. Gente boa, do PMDB! É o Presidente hoje. Deputado Marcelo Castro, era um dos cinco, das cinco noivas. E eu fui logo. Um mês de governo, eu acompanhei. São José do Peixe. Eu tinha inaugurado umas obras, o aeroporto, tal e tal, me deram um título lá e deram para o Marcelo também. Eu falo do Marcelo Castro, porque é dele, é o Presidente do PMDB. Estava ao meu lado. Quando deram a palavra para o menino, Leomar Quintanilha, a ignorância é audaciosa, aí o homem começou ali: “Vou fazer cinco hidrelétricas no rio Parnaíba”. Cinco! O Piauí tem uma banda de uma hidrelétrica, porque falta eclusa. O rio era navegável: Santa Filomena, Floriano, Teresina. Ele é raso lá onde eu moro, no delta, mas era navegável. O homem disse que ia fazer cinco hidrelétricas. Aí eu fiquei logo assim: “Rapaz, isso...”. Mas ele não parou de mentir não. Alberto Silva foi para o céu, mas ele enganou muito o Alberto Silva. Ele mentiu. E eu pensei... Não, porque a gente pensa. Ele disse que, com sessenta dias, ele e o Luiz Inácio iam botar os trens Parnaíba/Luís Correia, não é? Quinze quilômetros. Eu disse: “Rapaz... Mas também é planície”. Em quatro meses, Teresina. Não trocou nem um dormente. A Mônica, que está ali se abrindo... O trem passa por lá. Dormente é aquele pau que segura o ferro. E eu acreditei, porque é uma planície, não tem acidente geográfico. Até um mestre de obras... E o Alberto Silva sabia tudo de engenharia e de engenharia ferroviária. Mas o homem mentiu muito. O porto, ele ia inaugurar em dezembro. Está com dois, três... Não tem três metros de fundura. Houve assoreamento, está lá, não tem nada. O único dinheirinho foi o que eu botei nessas emendas.

Mas, rapaz, mente! Pega na mentira! Então, estão tocando: Pega na mentira! Eu vou ouvir essa música do Erasmo. Ô Dr<sup>a</sup> **Mônica**, me arrume aí! Ouvi dizer que é do Erasmo. Sim, mas aqui nós vamos ler: *180graus...* Esses portais... O Governo paga a grande imprensa. Aí é que é o erro. É a ignorância. **Leomar Quintanilha, Alvin Toffler** fez um livro em 1980: *A Terceira Onda*. A primeira, o campo. O homem se fixou, aprendeu a criar e a plantar. Segunda onda, industrialização, na Inglaterra. Meio século. A outra, dez mil anos. E a terceira onda, desmassificação de comunicação. Porque, antigamente, o Hitler, ô Zambiasi... Zambiasi, agora é comunicação. Veja aqui o negócio: Hitler... Goebbels: “Uma mentira repetida se torna verdade”. Mas era naquele tempo, Zambiasi. Só tinha a rádio dele. Só tinha a dele. Goebbels dizia: “Lá vai Hitler com trinta mil soldados”. Ia com três mil. E todo mundo na Europa corria com medo e deixava logo. Mas não tinha. Agora, desmassificação da comunicação. Atentai bem! Tem que ler Alvin Toffler. Então, eles mentem na TV oficial e nos grandes jornais. Mas tem estes bichinhos, desmassificação, portais, blogs, Twitter. É o diabo!

Então, o homem mentia e tal. Está aqui um portal: *180graus*. É do Helder Eugênio, Allisson Paixão e Fábio Carvalho. Então, eles foram buscar um *blog* de Zózimo Tavares, que é professor, jornalista; foi Secretário do Professor Wall Ferraz, de Comunicação; é da Academia de Letras, autor de vários livros. Olhem o que ele diz aqui! Então, aí sai; não sai nos jornais, que o Governo paga, mas sai nesses portais:

Letra morta. Além dos professores, outras categorias estão insatisfeitas [em greve].

E ele saiu agora. Rapaz, estou com uma pena do bichinho, do que assumiu, hein? Ele era chamado Wilsão, já estão chamando de Wilsinho, porque o homem não pode fazer nada. Só é cobrador, só é dívida, só é choradeira. É homem bom o Wilson, hein?

Não são apenas os professores que paralisaram ontem suas atividades, que estão insatisfeitos com o Governo do Estado. Várias categorias profissionais aguardam o cumprimento de leis e acordos feitos na administração passada e que vêm sendo protelados. Entre os servidores públicos que se encontram nessa situação se destacam os policiais militares [...]. Através da Lei 5.755, de 8 de maio de 2008, o Governo do Estado alterou o Código de Vencimento da Polícia Militar. Por essa lei, o governo extinguiu a Gratificação de Condição Especial de Trabalho para militares, criada em 2006, incorporando-a, em duas parcelas e integralmente, na formação do soldo.

A metade dessa gratificação, correspondente à primeira parcela, seria paga em maio do ano passado [do ano passado!]. Com a crise econômica e financeira, o governo pagou apenas 20% [maio do ano passado: há um ano, pagou só 20%] da parcela inicial, em maio, e o restante em novembro. A segunda parcela de 50% seria paga este mês, mas os militares não têm até agora a garantia desse pagamento.

O presidente da Associação dos Oficiais Inativos e Pensionistas do Estado do Piauí, coronel Francisco das Chagas Bittencourt, disse que os policiais estão apreensivos, pois a folha de pessoal de maio será fechada amanhã e, até ontem, o governo não havia repassado qualquer instrução nesse sentido à Secretaria de Administração. Os trabalhadores em educação [os professores] paralisaram as suas atividades ontem reivindicando um novo valor para o piso salarial nacional da educação, reajuste salarial e regularização da situação dos vigias [das escolas]. Eles cobram também do governo a revogação do decreto nº 14.196, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 6.

O decreto suspendeu para todos os servidores o desenvolvimento funcional, promoção, progressão, acesso, enquadramento e classificação de pessoal, até 31 de dezembro. Há informações de que os fazendários também estão estressados com o novo governo, também por conta do não cumprimento de acordo firmado [...].

Já marcam greve. Olha, eu governei o Estado do Piauí por seis anos, dez meses... Não houve um dia de greve. Então, isso não é comum. O PT... E, de tal maneira...  
**O Sr. Leomar Quintanilha** (PMDB - TO) Senador **Mão Santa**...

**O SR. MÃO SANTA** (PSC - PI) Leomar Quintanilha.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PMDB - TO) Senador Mão Santa, gostaria de participar do raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC - PI) V. Ex<sup>a</sup> participou, E V. Ex<sup>a</sup> é devedor do Piauí. V. Ex<sup>a</sup> levou uma das mais encantadoras mulheres do Piauí, lá de São Raimundo Nonato.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PMDB - TO) E que está ajudando-nos a construir o Tocantins.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC - PI) Ah, bom...

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PMDB - TO) V. Ex<sup>a</sup> está comentando aí a respeito de greves e de segmentos profissionais. Em ano eleitoral é bem recorrente essa situação. V. Ex<sup>a</sup> sabe que passei os últimos seis meses à frente da Pasta da Educação de meu Estado, atendendo a um convite que me fez o Governador Carlos Henrique Amorim, para ajudá-lo na modernização de nossas escolas. E, lá, nós experimentamos uma greve na área da educação. Nós tivemos um

diálogo muito bom com os servidores, com os profissionais da educação. Entendíamos que eram justas as reivindicações. E acabamos acertando, tendo um entendimento, concedendo aos professores um reajuste dentro dos limites do Estado, mas que elevou os salários, o piso salarial de nossos professores, aos melhores do Brasil. E, hoje, nós tivemos uma notícia boa quanto a uma proposta muito interessante, que defendemos à frente da Secretaria, e os professores lutaram para isto, no sentido da modernização das nossas escolas, que é a aquisição de um computador, de um *notebook* para cada professor. O Governador Carlos Gaguim finalmente autorizou. Era uma proposta que estávamos defendendo, e, finalmente, ele autorizou a entrega de um computador para cada um dos professores das escolas de Tocantins. Veja como nossas escolas estão atrasadas, Senador Mão Santa! Uma criança, hoje, com cinco ou seis anos, já viu 10 mil horas de televisão e sabe manusear esse instrumento como ninguém; entra na Internet com facilidade. E chega a uma sala de aula quadrada, com quadro negro e giz, com professor se esforçando para prender a atenção do aluno... É uma dificuldade muito grande! Nós precisamos, realmente, modernizar as nossas escolas. Espero que aquilo que está acontecendo no Tocantins possa acontecer também no seu Estado, no seu e no nosso querido Piauí. V. Ex<sup>a</sup> sabe que tive um dos ricos momentos da minha vida: enquanto trabalhava no Banco do Brasil, fui gerente da agência de Corrente e lá estive por três anos, quando conheci a realidade, sobretudo a do sul desse Estado tão querido e tão importante do Brasil. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA (PSC - PI)** Então, queremos cumprimentá-lo pela exitosa administração na educação, ao tempo em que lamentamos esse tempo. Sou orgulhoso, pode fixar, estão olhando e gravando. No Piauí, fizemos o maior desenvolvimento universitário, e não foi do Brasil, não, foi do mundo. Em 1990, o Ministério da Educação disse que, das 10 melhores universidades, sete eram públicas, e três eram privadas. Em 2000, houve uma inversão, daí a minha preocupação: das dez melhores, sete eram privadas, e três eram públicas, e uma das três públicas era a Uespi, do Piauí. Criamos 400 faculdades, 36 *campi* universitários, e foi um terremoto que passou lá. Eu não sou contra o desenvolvimento da universidade privada, mas acontece que uma faculdade de medicina privada custa algo em torno de R\$ 4 mil por mês, por mês! Para ser prático, um quadro vale por dez mil palavras, um mês de mensalidade de uma faculdade de medicina no Nordeste, nós a temos, custa R\$4 mil. Então, jamais um pobre poderá ser doutor numa dessas universidades privadas. Quatro mil reais por mês, e o estudante tem que comprar livros, tem que morar... Isso é uma faculdade. E nós criamos para os pobres do Piauí e do Brasil. Foi o maior desenvolvimento universitário. Mas os prefeitos, Deus, sendo bom, colocou bons prefeitos. É por isso que não é o desânimo total, há ainda esperança. E, ontem, nós tivemos a oportunidade de receber, aqui, muitos prefeitos, buscando aquilo que V. Ex<sup>a</sup> disse, não obedece à Constituição... Eu fui Prefeitinho e nunca marchei, não. Esse negócio de marcha é de soldado, marcha soldado. Não tinha esse negócio de marcha de prefeito. Os governantes tinham vergonha. A Constituição que está ali, que está escrita, a Constituição cidadã de 5 de outubro... V. Ex<sup>a</sup> foi Constituinte?

**O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB - TO)** Não, não fui.

**O SR. MÃO SANTA (PSC - PI)** Mozarildo, V. Ex<sup>a</sup> foi Constituinte?

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB - RR)** Sim.

**O SR. MÃO SANTA (PSC - PI)** Pois está aí. Receba os cumprimentos entre todos eles, homens como Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães, Mário Covas... E V. Ex<sup>a</sup> representa... O Paim...

**O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB - TO)** Eu sou muito grato à Constituição, porque o Estado de Tocantins foi criado por ela na Constituinte.

**O SR. MÃO SANTA (PSC - PI)** Sim, mas a Constituinte... São 513 Deputados, 81 Senadores

que a fizeram, homens ilustrados, capazes e compromissados com o País. Eles pegaram o bolão do dinheiro do País, a riqueza do País, e dividiram. Então, é assim: 53% para a União, para o Presidente, hoje, Luiz Inácio; 21,5% para os governos do Estado; 22,5% para os prefeitos e 3% para os Fundos Constitucionais, como o FDN, o FDE; somando, totalizam os 100%. Acontece que a fome foi tão grande que se criaram, não o imposto para dividir, mais taxas, que o Governo Federal hoje, o Luiz Inácio, recebe muito mais de 60%. E aqueles prefeitos que, no cômputo geral, recebiam 21,5%, recebiam 14% e aumentamos em 1% e essa é a verdade. E tivemos a coragem, Mozarildo, de tirar a Cide/combustível, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, deixar só a metade, porque o Federal ficava com tudo, o Luiz Inácio; e nós pegamos a outra metade e distribuimos entre governadores e prefeitos. Mas, a diferença é grande e maior ainda. Isso eu estou ensinando ao nosso Luiz Inácio, as dificuldades dos prefeitos que vieram aqui, humilhados, com o pires na mão. Fui prefeito e nunca vim aqui, porque eles mandavam o percentual, de 22,5%, o que significava muito mais, Zambiasi. V. Ex<sup>a</sup>, que vai ser prefeito da capital, todo mundo sabe, de Porto Alegre. Na pesquisa de grande Senador não quer, não. É o Zambiasi lá. Andei por lá, tenho uma filha que está fazendo Dermatologia lá e o povo já está lhe aguardando. Ele já está nominado, o povo querendo, objetivamente. Ele vai ser como Carlos Lacerda.

Carlos Lacerda foi o melhor Parlamentar. Aí foi para o Executivo: foi o maior Executivo de todos os Governadores da história do Brasil. Assim vai ser Zambiasi na Prefeitura de Porto Alegre.

Mas, há um problema a mais, Zambiasi, estou chamando a atenção: naquele tempo havia menos municípios. Então, aquele bolão, os 22,5%... Criaram-se tantos... Só eu, quando governei o Piauí, criei 78 novas cidades. Então, hoje são 5.564. Quer dizer, daí os Prefeitos, esses heróis que estão aí, esses gigantes vêm se humilhar aqui, com o pires na mão para pedir. Mas eles são heróis enfrentando, e há um a insensibilidade nessa centralização de recursos. E quero dizer, prestar a nossa homenagem aos prefeitos do Piauí, que aqui vieram nesse estoicismo de dedicação, de querer salvar o município: Prefeita Maria Salomé, de São Miguel do Fidalgo; José Jailson Pio, de São Félix; Lúcia de Fátima Sá, de Colônia do Piauí; Miguel Borges de Oliveira Júnior, de Miguel Alves; Rinaldo Francisco, de Caldeirão Grande; Osmar Sousa, de Fronteiras; Deoclecianos Torres, de Cajazeiras; Professor Raimundo, de Júlio Borges; Luiz Menezes, de Piripiri; Verônica Avelino, de Itaueira; Mardônio Soares Lopes, de Barra Dalcântara; João Félix, de Campo Maior; Benigno Ribeiro de Souza Filho, de Corrente; Alcindo Piauilino, de Bom Jesus; Amaro Melo, de Batalha; José Lopes, de Caridade do Piauí; Flávio Campos Soares, de Alto Longa; Janaína Marques, de Luzilândia; Edilberto Marques, de Joca Marques; Aarão Cruz, de Beditino; Francisco de Macedo, de Bocaina, é o Presidente da Associação dos Prefeitos; Clóvis Melo, de Novo Santo Antônio; Raimundo Brito, Piracuruca; Moaci, de Redenção do Gurguéia; e o Francisco Pereira de Sousa, de Gilbués.

A eles, os nossos aplausos pela dedicação, pela tentativa de minimizar os problemas. Foram recepcionados aqui pelo Heráclito. Teve um jantar ao qual não pude comparecer, porque, naquele instante, eu presidia ou secretariava o Senado ou debatia aqui, quando o Senado, ontem, escreveu uma das mais lindas páginas da sua história, trazendo justiça, que é o pão de que mais a humanidade necessita. Disse Montaigne “justiça aos ...”. Aí, eles dizem: “Quem vai pagar?” Esses aloprados! A ignorância é audaciosa. Eu sei as coisas. Fui prefeitinho, governador e me preparei mesmo. Esse negócio de Rui Barbosa... Ele era igual a nós, ele era um de nós. Nós somos Ruis de hoje. Esta é a verdade: quem vai pagar? Quem paga é o próprio trabalhador! Que besteira esse terrorismo, esse banditismo! Não fale nada! Quem paga sua aposentadoria é você, é o trabalhador! A ignorância é audaciosa. Quem vai pagar? Que negócio! Aquilo é um cálculo atuarial. Você começa com dezesseis anos pagando, pagando, pagando. Aí, vai aposentar com quase sessenta. Então, você pagou quarenta e tantos

anos. Quem paga a Previdência, ó boçais, ó ignorantes, ó aloprados, é o próprio trabalhador. Deixe de ser abobalhado aí, fazendo esse terrorismo, aproveitando dessa imprensa nojenta, mentirosa.

Quem vai falir o quê? Como é que vai falir? Quem vai pagar, se você está começando a trabalhar hoje, a sua aposentadoria, é você. Não é Governo, não é ninguém, não. Você é descontado. E tem um cálculo. Se eles não sabem calcular, saiam que nós sabemos. Os cálculos atuariais, a aritmética de Trajano, já ensinava matemática. Quem vai pagar é o trabalhador. Cada trabalhador que paga a sua aposentadoria. Por isso que nós nos tornamos contra, porque havia um contrato, havia um planejamento, os velhinhos foram capados ao longo desses anos, injustiçados. Então, foi um banho de justiça.

**E outro banho que nós demos foi trazer a este País a ética, a ética com que apelidaram, aí, de Ficha Limpa. Esse negócio de ética é complicado. Max Weber, um escritor alemão, Zezinho! , escreveu três livros sobre ética. E a gente sai solto. Mas eu aprendi com Heloisa Helena, mulher, Senadora, inteligente. Ela disse: “Ética é vergonha na cara e bondade no coração”.** Então, foi esse o que foi aprovado, aqui, aprimorando a democracia.

Mas, quero lhe dizer o seguinte: o Piauí não ficou atolado pelos bravos Prefeitos que temos. E quero dizer uma homenagem aqui: novos rumos da PPM. Está aqui o Francisco Macedo, Prefeito já algumas vezes, é médico como nós, o bigode dele é mais bonito do que o do Presidente Sarney. Olha aí. Ele trouxe esses... e fez uma reunião com todos os Parlamentares; os Senadores estavam num dia de dificuldades, e todos nós aparecemos rapidamente. Mas somos solidários e aplaudimos a luta dos Prefeitos.

E atentai bem! O ensinamento que eu quero dar ao País: os Prefeitos são gente boa, os Prefeitos têm dignidade. Está no livro de Deus, que eu represento. Eu sou do Partido de Jesus, ô Zambiasi!, partido de Jesus, o Social Cristão, que diz o seguinte: muitos são chamados e poucos são os escolhidos. Esses Prefeitos foram os escolhidos, eles administram sua mãe, sua esposa, sua avó, seus filhos e todo mundo. Eles são gente boa. Ô Leomar Quintanilha, o caso é quando tem um que não presta e é a maior confusão. Mas são milhares e milhares com espírito público, com decência e com dignidade, como eu o fui. E esses Prefeitos são assim, eles é que são os entes mais importantes do organograma democrático. E eles estiveram aí. E tanto é verdade que queria fechar o nosso, a homenagem aos Prefeitos, aos bravos Prefeitos do Piauí e do Brasil: *As lições do prefeito Graciliano Ramos*.

Graciliano Ramos foi um Prefeito de uma cidadezinha de Alagoas, do sertão de Alagoas, e ele foi o pai da gestão fiscal. Essa Responsabilidade Fiscal, essa lei, sem dúvida nenhuma, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, um estadista, um homem culto, foi buscar essa inspiração no autor de *Memórias do Cárcere*, *Vidas Secas*, *Caetés*. Ele foi o Prefeito que primeiro fez, o pai da gestão fiscal, dos relatórios, e tudo.

É trazido nesta revista aqui *As lições do Prefeito Graciliano Ramos*, pelo jornalista Zózimo Tavares, o mesmo jornalista que busca o melhor da administração pública, que nasceu sob a gestão de um prefeito do interior do Nordeste, Graciliano Ramos. Zózimo, também escritor, é o mesmo que, anos depois, faz artigo descrevendo a porcaria que passou pelo Piauí, do governo que lá estava.

Mas nós, que somos de Deus, temos esperança. Está escrito no livro de Deus: “Depois da tempestade vem a bonança”. Ó Deus, ó Deus, ajude o Wilson Martins, que pegou essa buraqueira, essa desmoralização toda, a conseguir, com o esforço dos prefeitos e do povo honrado e bom do Piauí, reerguer aquele nosso Estado querido para que possamos de novo cantar: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador; pertence a ti nosso sonho, nossa vida e nosso amor”.

DD2

**O SR. MÃO SANTA** (PSC - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> está encerrando e presidindo esta sessão do dia 19 de maio, histórica para o Parlamento, para o Congresso, para a democracia. V. Ex<sup>a</sup> foi o agente causador da vitória que a democracia do Brasil conseguiu hoje. E eu quero dar este testemunho, porque V. Ex<sup>a</sup> me convidou, e só isto justifica a minha presença nesta legislatura no Senado: ser o Relator da lei do Paulo Paim que enterrava, de vez, o fator previdenciário, que reduzia os salários dos que trabalharam, dos aposentados que sofriam.

Foi muita luta. Nós saímos defendendo a lei de Paim em todas as Comissões: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos e no plenário, onde conquistamos a unanimidade. Isso para a Câmara Federal. As vigílias, as lutas, que não se restringiram a esta Casa. V. Ex<sup>a</sup> e nós, em várias cidades brasileiras, fizemos debates com os aposentados. E a nossa presença na Câmara Federal, com diálogos, com apelos, com pronunciamentos duros, até que o Presidente Michel Temer deixasse que se votasse. E, hoje, conseguimos essa vitória. Justiça. Nada mais bonito do que justiça.

Não vou dizer, Paulo Paim, mas um dos maiores filósofos, Montaigne, disse que a justiça é o pão de que mais necessita a humanidade. E V. Ex<sup>a</sup> deu esse pão, hoje, para essa humanidade, para os nossos aposentados, resgatando-os, enterrando, aqui, o ignominioso fator redutor da aposentadoria, como também aquele que nasceu da sua experiência, que é o reajuste salarial das perdas.

Nunca antes sofreram tanto os trabalhadores e os aposentados. Como disse o Padre Antônio Vieira, um bem nunca vem só. Nesse mesmo dia, veio outro bem: aprova-se, aqui, mostrando-se que esta é uma Casa de trabalho... Não vou falar que sempre cheguei e participei de Comissões que funcionam pela manhã, mas, às 14 horas, atendendo a determinação do Presidente Sarney, que me telefonou na segunda-feira, Paulo Paim... Sempre estamos presentes, aqui, às segundas-feiras, abrindo essa sessão, presidindo essa sessão de segunda e participando, ainda, da reunião de Infraestrutura, do Presidente Collor. Então, o Presidente José Sarney me telefonou e perguntou onde eu estava. Eu disse que estava no Piauí, na minha cidade. “Eu quero viajar para os Estados Unidos, mas quero você aqui, presente, representando a minha pessoa e a Mesa Diretora”. Eu disse: “Não, amanhã, comemoraremos o centenário do meu pai”. Realmente, participei de uma festa bonita. É o valor da família. Paulo Paim, a sociedade da minha cidade, Parnaíba, o homenageou, à tarde, visitando o cemitério, com aquelas coisas, cânticos, com banda, com flores e com uma missa na catedral de Nossa Senhora da Graça, em nossa cidade, onde a sociedade fez ação de graças pelos anos que meu pai viveu na cidade de Parnaíba. Ele, maranhense, apaixonou-se pela minha mãe, Jeanete, e viveu lá por 52 anos, sendo exemplo de pai, exemplo de homem e de professor. Foi inspetor federal de ensino secundário e empresário, passando suas empresas ao filho mais velho, Antônio José de Moraes Souza, que hoje preside a Federação das Indústrias do nosso Estado.

Mas eu quero dizer, então, que o Presidente Sarney, hoje, mostrando a grandeza do Senado... Estou aqui, desde as 14 horas, ou presidindo, ou secretariando esta sessão, e já são 21 horas e 55 minutos... Só saí por instantes para dar uma presença na Câmara Federal. Liderados pelo presidente da Associação de Prefeitos do Piauí, Dr. Francisco Macedo, que reuniu os parlamentares, a bancada do Piauí com os prefeitos piauienses... **Fui lá rapidamente, justificando a minha ausência e pedindo que o Dr. Francisco Macedo nos representasse, porque estávamos aqui acompanhando, apoiando, presidindo, secretariando ou fazendo pronunciamento em defesa dos aposentados e em defesa dessa medida que leva ética à**



**política brasileira, que o povo chama de Projeto Ficha Limpa.** Mas estivemos aqui e queremos dizer que as nossas palavras finais, Senador Paulo Paim, são as seguintes: hoje foi um dia grandioso. Sabemos que o Regimento não permite, mas aplausos houve, cânticos houve, alegria houve, esperança e tudo. Sou daqueles que, como V. Ex<sup>a</sup>... Comungamos da mesma coisa: não acredito que o Presidente Luiz Inácio, o nosso Presidente do Brasil, o querido Presidente do Brasil, vá vetar. Pelo contrário, ele vai receber esse projeto que foi sancionado. Eu secretariei o documento, a elaboração, e vi a assinatura do Presidente, que já mandou para a sanção presidencial.

Não, eu acho que o Presidente Luiz Inácio vai receber como o maior prêmio, ele, a quem Deus permitiu e o povo do Brasil permitiu ser Presidente da nossa República por oito anos.

EE

**O SR. MARCONI PERILLO (PSDB - GO. Sem apanhamento taquigráfico.)** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, esta sessão do Senado Federal será histórica, porque, nos termos da decisão tomada pela Mesa Diretora em relação à questão de ordem formulada pelo nobre Senador **Arthur Virgílio**, a Casa de Rui Barbosa aprecia a proposição que ficou popularmente conhecida como **Projeto Ficha Limpa**.

Trata-se, sem qualquer sombra de dúvida, de uma resposta à altura dos anseios da sociedade que, assim como nós neste Plenário, deseja ver aperfeiçoada a democracia, deseja ver resgatada a ética na política.

Nosso país lutou bravamente em favor da livre expressão do pensamento e da liberdade de imprensa. Nosso povo foi às ruas pelas eleições livres e a alternância no poder. Não se fez esmorecer até ver fincadas e enraizadas em nossa terra as bases da República e do Estado de Direito.

Incorporamos os princípios republicanos em nossas vidas, de tal sorte que muitos cidadãos já perderam a conta de quantas vezes foram às urnas para escolher os representantes políticos do Poder Legislativo e do Poder Executivo. Das grandes cidades aos pequenos vilarejos do interior, experimentamos diferentes propostas de governo das mais diversas colorações partidárias. Por meio do sagrado direito de votar e ser votado, assentado no texto da Carta Cidadã de 1998, reelegemos os bons governantes e parlamentares ao tempo que afastamos quem não nos pareceu probo para o exercício do mandato. Hoje o inalienável e sublime direito de votar está consolidado no seio da sociedade brasileira. Todavia, não é de agora que a sociedade bate à porta do Parlamento para exigir medidas mais severas e duras no sentido de afastar da ceara política os indivíduos que não são dignos de representar os cidadãos pelo exercício do mandato eletivo.

**Exatamente por isso, esta Casa responde ao povo e vota agora o Projeto Ficha Limpa, para que passe a vigorar ainda no pleito de 2010. É evidente que não se trata de uma obra acabada e perfeita, até porque a busca pelo aperfeiçoamento dos mecanismos legais deve ser uma meta permanente. Mas, ao aprovarmos o Ficha Limpa, daremos passo decisivo para resgatar a ética na política. Ao aprovarmos o Ficha Limpa, fortaleceremos entre nós os princípios da República, da Democracia e do Estado de Direito.**

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO (PSOL - PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.)** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o meu pronunciamento, no dia de hoje, é **uma reflexão acerca da Lei da Ficha Limpa e, sobretudo, sobre a ficha corrida do ex-Deputado Jader Barbalho, que, por decisão do STF, pode voltar ao convívio de V. Ex<sup>as</sup>.** Não sabemos em

quanto tempo, mas essa possibilidade não está descartada. Afirmando que não é fácil para as pessoas de bem, honestas, que se pautam pela ética verem políticos que cometem crimes gravíssimos obterem um atestado de bons antecedentes e retornarem ao cenário político como se nada de muito grave tivesse acontecido, como se nada de muito grave tivessem cometido contra as leis do nosso País. **Vamos aos fatos, que já são do conhecimento de toda a sociedade, mas o povo brasileiro, infelizmente, ainda não conhece as questões relativas a todos os fichas limpas.** Alguns Senadores aqui presentes não de lembrar-se das denúncias formuladas pelo ex-Senador Antonio Carlos Magalhães no ano 2000, em que acusava Jader de envolvimento nas fraudes da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, no desvio de recursos do Banco do Estado do Pará e pelas operações fraudulentas com os Títulos da Dívida Agrária. Corre em segredo de Justiça o Inquérito nº 2909, que apura o envolvimento de Jader Barbalho em crimes contra a ordem tributária. As denúncias nesse processo vão da sonegação do recolhimento de impostos como pessoa física e pessoa jurídica, até a entrega de declarações fraudulentas à Fazenda Estadual e à Receita Federal. Segundo dados da Receita Federal, Jader está devendo cerca de R\$2,8 milhões ao Fisco, resultantes de um série de artifícios para deixar de recolher o Imposto de Renda. Nessa fiscalização, a Receita descobriu várias irregularidades, que vão da venda simulada de gado à existência de frigoríficos que não tinham nenhum registro contábil. Quero lembrar que, em 2001, quando o ex-Deputado era Senador e Presidente desta Casa, já havia renunciado ao mandato para escapar do processo investigatório que poderia levar à cassação de seu mandato e torná-lo inelegível por dez anos. Nessa época, vieram à tona as gravíssimas denúncias sobre o tráfico de influência por ele exercido e desvios de recursos públicos em vários órgãos sobre a sua influência direta.

É importante registrar a existência de inúmeras ações que tramitam contra Jader, que mostram o quanto ele deve à Justiça de nosso País. Cito a existência da Ação Penal nº 336, por emprego irregular de verba pública; a Ação Penal nº 398, por peculato; a Ação Penal nº 339, por crime contra o Sistema Financeiro Nacional; a Ação Penal nº 397, por falsidade ideológica, formação de quadrilha, estelionato e crime de lavagem; a Ação Penal nº 374, de crime contra a administração em geral. Acrescento mais um fato à ficha corrida desse cidadão. O Sr. Jader Barbalho omitiu, na Justiça Eleitoral, a propriedade de 50% da empresa de Rádio e TV Tapajós Ltda na cidade de Santarém. O caso é simples de entender e revela mais uma prática corrente no meio dos que fraudam e roubam as riquezas deste País. Em 2001, tornou-se sócio da empresa de Rádio e TV Tapajós, localizada no Município de Santarém. No documento de alteração contratual, ele passou a ter 50% do capital da referida empresa. Desde então, esse documento permaneceu dentro de uma gaveta, não sendo tal ato formalizado junto à Junta Comercial do Estado Pará. E, obviamente, nada sobre o fato foi declarado à Receita Federal ou à Justiça Eleitoral. Acontece que o outro sócio, Joaquim da Costa Pereira, que possuía 49% da empresa, veio a falecer, e a família começou a discutir a partilha dos bens. Com o risco de perder metade da empresa que possuía em 2001, em março deste ano, 10 anos depois, Jader se apressou para...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO** (PSOL - PA) ...registrar a alteração estatutária junto à Junta Comercial. *(Fora do microfone.)* Na sexta-feira passada, protocolei, *(Fora do microfone.)* junto à Procuradoria do Ministério Público Federal, em Belém, representação contra o ex-Deputado. Na representação, sustento juridicamente que Barbalho incorreu em crime de improbidade quando não declarou à Justiça Eleitoral, em 2010, que era sócio do Sistema Tapajós de Comunicação desde 2001.

Dessa representação devem derivar três consequências jurídicas. Em primeiro lugar, uma investigação da Promotoria Civil, pois o fato apresenta características de falsidade na alteração contratual, provocando evasão tributária. Em segundo lugar, houve omissão na declaração de bens junto à Justiça Eleitoral, postura que pode acarretar pena de cinco anos de reclusão, perda de mandato, se é que ele vai ter esse mandato de volta, e multa. E, por fim, na área criminal, pois ocorreu omissão perante a justiça especializada,...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL - PA. *Fora do microfone.*) ...fato que acarreta também prisão do envolvido.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco/PSDB - GO) Senadora, eu pediria...

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL - PA. *Fora do microfone.*) No dia de hoje, para concluir, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco/PSDB - GO) Pois não.

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL - PA. *Fora do microfone.*) ...também dei ciência da representação ao Tribunal Superior Eleitoral. A minha postura, diante dessa nova denúncia, é presidida pelo dever ético de que todos nós temos de pedir providências legais ao tomarmos conhecimento de um ilícito como esse. Esse fato reforça o sentimento da sociedade brasileira diante da decisão do STF. Trazer de volta ao convívio dos Srs. Senadores um notório ficha suja é uma afronta à seriedade desta Casa. **O Sr. Jader é um caso emblemático que auxiliou, e muito, a mobilização social pela aprovação da Lei da Ficha Limpa. Por tudo isso, não é possível que uma filigrana jurídica impeça a aplicação imediata de uma das leis mais importantes aprovadas desde o final da ditadura militar. Importante por ter sido uma iniciativa do povo e por ter sido acolhida...**

*(Interrupção do som.)*

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL - PA. *Fora do microfone.*) ...de forma tão ampla e unitária pelas duas Casas do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco/PSDB - GO) Senadora, eu pediria a V. Exª que concluísse, por gentileza.

*(Interrupção do som.)*

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL - PA. *Fora do microfone.*) Continuarei cumprindo o meu papel e trabalharei diuturnamente para que esse senhor ocupe o lugar que lhe cabe na história de nosso País. E certamente seu lugar não é sentado ao lado dos Srs. e das Srªs Senadoras! Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco/PSDB - GO) Obrigado, Senadora Marinor Brito.

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL - PA) Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cyro Miranda. Bloco/PSDB - GO) Pois não.

**A SRª MARINOR BRITO** (PSOL - PA) Eu queria pedir que fosse dado como lido todo o processo da representação a que dei entrada na Procuradoria-Geral no Estado do Pará, no Ministério Público Federal.

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA MARINOR BRITO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)*

\*\*\*\*\*

Matéria referida:

- Representação contra Jader Fontelle Barbalho, Protocolo nº 9544/2011, em 15/04/2011.

FF2

A SRª MARINOR BRITO (PSOL - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) **Sr. Presidente, Srs. Senadores, a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 135, de 2010, conhecida como a Lei da Ficha Limpa, atendeu ao clamor de 1,6 milhão brasileiros e brasileiras, mas também representou uma importante iniciativa de limpar a imagem combatida desta Casa, depois de tantos e tão frequentes escândalos envolvendo Parlamentares. Os últimos anos foram marcados por mensalões, quadrilhas assaltando recursos da saúde, apenas para citar alguns casos.**

Em relação aos posicionamentos dos Ministros do Supremo na votação de ontem, entendi que merecemos fazer uma análise e dar uma resposta desta Casa a alguns aspectos relevantes, como, por exemplo, o voto do Ministro Gilmar Mendes.

**O Ministro afirmou que cabe àquela Corte, defender o cidadão contra a sua própria sanha, num total desrespeito à vontade do povo brasileiro. Disse, ainda, que “é preciso ter cuidado com esse tipo de interesse, o sentimento popular”. Em determinado momento, ao criticar o período de inelegibilidade estabelecido na lei, o Ministro afirmou que talvez esta Casa devesse ter uma consulta num psiquiatra.** Vou repetir: que talvez esta Casa devesse ter uma consulta num psiquiatra. Disse que o “tema não é jurídico, é para a psiquiatria jurídica”.

O que o Ministro não disse é se ele estava indicando aos Senadores da República, aos Congressistas brasileiros, um tratamento antimanicomial, humanizado, portanto, ou se indicava camisa de força aos congressistas. A postura do Ministro sintetiza uma postura que vem se consolidando no STF, colocando um órgão que deveria garantir o cumprimento da Constituição como um órgão que legisla por cima de quem foi indicado para tal tarefa, no caso, o Congresso Nacional. São uma afronta, perante o Poder Legislativo, as palavras ofensivas do Ministro Gilmar Mendes.

Mas, certamente, ninguém, nem mesmo o Ministro Gilmar Mendes, conseguiu surpreender mais que o novo Ministro Fux. Tive oportunidade, como vários de V. Exªs tiveram, de participar de sua arguição neste Casa. Relendo cuidadosamente as notas taquigráficas dessa reunião, pude e quero lembrar o que disse o Ministro Fux quando veio pedir a nossa aprovação. **Destaquei alguns trechos de seu pronunciamento. Sobre a Justiça, ele disse:**

**(...) e justiça é algo que não se aprende, justiça é algo que se sente; os juízes sentem o que é justo. Assim o era no Direito Romano.**

**O que será que o Ministro Fux e os demais Ministros do STF sentiram ao colocar, Senador Paulo Paim, na lata do lixo uma lei de iniciativa popular, aprovada pelo consenso das duas Casas legislativas e que contava com ampla aprovação para que a mesma tivesse validade para o pleito de 2010?**

Sobre a sua ida para o STF, ele afirmou:

“O senhor quer ir para o Supremo Tribunal Federal?” Eu disse: eu quero. Eu sonho com isso, porque eu acho que o soldado que não quer ir ao generalato tem que ir embora do Exército.

E conseguiu. O Ministro Fux chegou ao generalato, ao cargo mais alto que um juiz pode cobiçar. E qual foi a sua postura na primeira votação de que participou? A de virar as costas para o povo que, por meio de seus representantes, lhe conferiu tão alta honra. Em determinado momento, ele afirmou que “é absolutamente inconcebível a politização do Judiciário”. E foi exatamente o contrário que presenciamos na votação de ontem no Supremo, uma afronta à decisão política do povo brasileiro, tomada, legitimamente, pelo Congresso Nacional. Mais uma vez, o STF decidiu extrapolar suas competências, politizou-se e afrontou a vontade do povo brasileiro.

Na arguição, o Sr. Fux foi enfático na defesa da soberania popular. Ele disse:

No que toca à soberania popular, eu diria a V. Ex<sup>a</sup>, com a exegese elástica, com a interpretação elástica que esse dispositivo oriundo da revolução americana ostenta, que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes.

Mas, na primeira oportunidade, o Ministro Fux decidiu escolher o lado daqueles que, por meio da politização do Judiciário, enterraram a divisão e a harmonia entre os Poderes da República.

E finalizo as citações com o seu posicionamento, mesmo que escorregadio, sobre a Lei do Ficha Limpa, disse o Ministro, na oportunidade:

(...) em relação à questão do Ficha Limpa, por exemplo, que efetivamente está sub judice, há dois critérios em contraposição: o critério da irretroatividade e o critério da possibilidade de um juiz poder individualizar, especificar a pena de cada caso concreto, isso não interferiria no processo eleitoral.

Foram estas as suas palavras textuais. Bem, fiz questão de ouvir atentamente o seu voto durante a sessão de ontem. E é claro que há uma enorme distância entre os dois Fux. Ontem, ele disse ter-se convencido de que a anterioridade eleitoral é uma garantia para as minorias, que não se verão surpreendidas no ano de eleição com mudanças eminentes, realizadas pela maioria, muitas vezes impopulares. De que maioria e minoria o nobre Ministro estava falando? A maioria do povo brasileiro se manifestou pela vigência da Lei Complementar, em 2010, seja por meio de seus representantes no Congresso Nacional que, por decisão unânime, aprovaram a Lei da Ficha Limpa, seja pela consulta dos institutos de pesquisa sobre a questão. As maiorias que foram barradas pela Lei do Ficha Limpa, estas, sim, Senador **Paim**, viram-se representadas no voto do Sr. Fux.

Pois não, Senador. Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco/PDT - MT) Senadora **Marinor**, vejo que essa decisão do Supremo Tribunal Federal de ontem é lamentável do ponto de vista constitucional. Alguns dizem que decisão judicial não se debate, não se discute. E eu não me coloco nesse grupo. Decisão judicial se cumpre. Não estamos aqui defendendo o não-cumprimento de decisão judicial. Agora, decisão judicial, no estado democrático de Direito, se debate e se discute, notadamente por Parlamentares que têm o direito constitucional à opinião, conforme o art. 53,

da Lei Fundamental. **Os argumentos daqueles que entendem que a Lei da Ficha Limpa não possa ser aplicada na eleição de 2010, com todo o respeito devido, são argumentos falhos do ponto de vista constitucional.** Respeito a decisão dos Ministros do Supremo, mas com ela não concordo. E, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, gostaria de manifestar minha opinião. Primeiro ponto: o argumento de que a Lei fere o art. 16 da Constituição Federal. O art. 16 da Constituição Federal fala em processo eleitoral. E processo eleitoral é norma adjetiva. O processo eleitoral se inicia, de acordo com o Código Eleitoral desde 1965, e também o de 1932, com o registro das candidaturas após as convenções, com a votação, com a apuração, proclamação dos resultados e termina com a diplomação. Isso é processo eleitoral, de acordo com a própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que assim decidiu, em 2007, ao entender que a Lei Complementar nº 64, de 1990, é constitucional. Muito bem. Não ofende o art. 16 da Constituição, porque, no art. 16, a vontade do legislador constituinte, historicamente, foi de evitar mudanças casuísticas que pudessem beneficiar ou prejudicar determinado grupo vulnerável. Não é o caso da Lei da Ficha Limpa. Portanto, o art. 16 da Constituição Federal em nenhum momento restou ferido pela Lei da Ficha Limpa. O segundo argumento: de que seria uma norma que prejudicaria o que estava no passado, ou seja, proibição de uma norma de natureza penal ou indiretamente penal que pudesse retroagir. Argumento falho do ponto de vista constitucional, porque, quando o legislador constituinte, e isso vem de Constituições antigas e da Carta do João Sem Terra, de 1215, quando a Constituição, no seu art. 5º, inciso LVI, fala que a norma penal não pode retroagir salvo para beneficiar, está tratando de pena que possa infringir um cidadão. Pena. Já vou terminar o meu aparte, Sr<sup>a</sup> Senadora. Causa de inelegibilidade não é pena. Causa de inelegibilidade não é pena no sentido técnico jurídico. É pena no sentido popular para aqueles que corrompem o que se denomina de República. Para esses, no sentido popular, é pena. Muito bem. O art. 5º, inciso LVI, da mesma forma, não restou ferido em nenhum momento, a não ser que cheguemos à conclusão de que causa de inelegibilidade seja pena, e pena é algo que ofende direito individual,; a não ser que possamos entender que agentes políticos estejam fazendo dos Poderes Executivo e do Legislativo algo de negócio. Aí seria pena, porque as causas de inelegibilidade visam a proteger direitos políticos daqueles que têm participação política na defesa do que é coletivo. Coletivo, não para proteção deste tipo de direito individual. Portanto, associe-me a V. Ex<sup>a</sup> nesta discussão. A decisão foi lamentável do ponto de vista de um Estado que quer firmar os princípios do republicanismo, de onde decorre a chamada honestidade cívica que esta Lei visa a proteger. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pela sua fala. **A SR<sup>a</sup> MARINOR BRITO (PSOL - PA) Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Também digo aqui que muitos juristas neste Brasil, o próprio Tribunal Superior Eleitoral, o próprio Ministério Público Federal, a Procuradoria Geral da República têm se movimentado nesse sentido, defendendo e comprovando nos processos de discussão da Ficha Limpa o quanto está correta a tese que V. Ex<sup>a</sup> defende. **Digo ainda que, no mesmo voto, o Ministro Fux fez coro com o conhecido Ministro Gilmar Mendes, ao dizer que a Lei aprovada por esta Casa feriu também de morte a garantia da segurança jurídica, inerente à necessária estabilidade do regime democrático e que se vê surpreendida [esta é a palavra] com a criação, no meio do jogo democrático, de novas inelegibilidades que, para além de desigualar os concorrentes, surpreende a todos.****

**O que está ferindo de morte a estabilidade do regime democrático é a persistência da corrupção em nosso País. O que tem levado a descrença em nossas instituições é a permanência no poder de políticos que compram voto, fraudam licitações, enriquecem a olhos vistos e são perdoados pela Justiça, tudo em nome da garantia da segurança jurídica, como os fichas sujas foram perdoados, agora, pelo Supremo Tribunal Federal. Esses senhores sentem-se plenamente, Senador Paim, representados e seguros com essa**

**decisão. Porém, nós, Senadores, nossos colegas Deputados Federais, todos nós fomos eleitos pelo voto do povo brasileiro para, de maneira indireta, representar os seus interesses, os interesses da maioria do povo.** O Supremo Tribunal Federal deve proteger o povo da sanha das minorias, mas isso não foi feito no dia de ontem. Pelo contrário. O Ministro Fux, na sessão de arguição, no Senado, havia defendido que se colocasse um “fim no mito da neutralidade do juiz”. Mesmo que por vias transversas, tenho que admitir que ele conseguiu ser coerente com essa idéia. Somente escolheu o lado errado.

Pergunto, de maneira direta e indignada: quanto custou essa decisão para a democracia brasileira? Quanto custou essa decisão para a crença do povo brasileiro de que as instituições existem para proteger os interesses da maioria? Cabe a esta Casa não se deixar desmoralizar pela politização do Judiciário. Cabe a esta Casa honrar seu compromisso com a defesa das maiorias. Cada segundo, cada minuto, cada hora, cada dia em que eu estiver nesta Casa, Senador Paim, serão utilizados para protestar contra decisões que favoreçam minorias corruptas e enfraquecem a crença do nosso povo em seus representantes nas instituições da República.

A indignação que sinto não é pessoal, repito o que disse ontem, é coletiva e manifesta o sentimento da maioria do povo brasileiro durante o golpe sentido depois da decisão do Supremo Tribunal Federal. Não deixarei de travar todas as batalhas contra a possibilidade de que um dos mais notáveis fichas sujas retorne a esta Casa. Estarei aqui lutando para que esta Casa não aceite subserviência nem do Executivo nem do Judiciário em relação a suas competências e decisões.

**Esse texto em frente à Bandeira Nacional sintetizou o sentimento do povo brasileiro, sujou ainda mais a política brasileira, enlameou o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas deste País a volta dos fichas sujas. Não nos renderemos a essa lógica da parcialidade em favor das minorias, em favor dos interesses que historicamente têm prevalecido no Estado Brasileiro, nas instituições brasileiras. O Judiciário não pode mais uma vez virar as costas para uma iniciativa de interesse popular, para uma decisão unânime que o Congresso Nacional aprovou, de validar para 2010, de varrer da vida política do País, da ocupação dos espaços públicos, políticos corruptos, como é o caso do Sr. Jader Barbalho.**

Muito obrigada.

GG1

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a sua boa intenção com os aposentados deste País. Novamente estão aí os aposentados que vieram para assistir à votação do projeto que lhes interessa. V. Ex<sup>a</sup> teve a boa vontade. Infelizmente, o Líder do Governo ainda não aprontou o seu parecer. Tenho a minha preocupação quanto ao parecer do Líder do Governo. Acho inclusive, Senador Paim, que nós deveríamos, neste momento, procurá-lo para saber qual a correção que o Líder do Governo deverá fazer no projeto. Esse projeto volta à Câmara com essa correção? Que correção o Líder do Governo vai fazer no fator previdenciário? Tudo isso nos preocupa, Presidente.

Então, Senador Paulo Paim V. Ex<sup>a</sup> que está conversando com o Senador Romero Jucá, é necessário que se deixe tudo muito claro, porque, se votarmos amanhã, já está definido: vamos ficar aqui até a hora de votarmos. Se for preciso ficar até às 5 horas da manhã, nós vamos ficar. E tenho certeza, Senador Eliseu Resende, de que 99,9% dos Senadores ficarão,

porque todos querem votar esse projeto que pelo menos melhora um pouquinho o sofrimento dos aposentados. Não é o ideal, não é o que nós queríamos, mas melhora um pouquinho. Mas, se o parecer do Senador Romero Jucá fizer com que esse projeto volte à Câmara, aí, meu Senador, estamos perdidos. (*Palmas.*) Aí nós estamos perdidos, porque lá é a nossa condenação. Se chegar lá, não sairá mais de lá.

Ainda agora, um aposentado me cobrava: “Vamos votar hoje”. “Não, calma, temos a palavra do Presidente e de todas as Lideranças de que votaremos amanhã”. Vamos votar amanhã de qualquer maneira. O que nós precisamos ver é o teor do despacho do relatório do Senador Romero Jucá, porque, se volta para lá, o Senador **Romero Jucá** está nos matando; é matança de todos, porque não sai mais este ano.

**Outra coisa que gostaria de registrar aqui. Vou votar o Ficha Limpa, meu prezado Senador Líder de Goiás, mas quero lhe dizer uma coisa: por que não se vota junto com o Ficha Limpa, aí, sim, poderíamos dizer para a sociedade que nós estamos melhorando este Senado em nível de respeito à sociedade ; a derrubada do voto secreto neste Senado? É uma vergonha nacional esse negócio de se votar secretamente aqui neste Senado! Por que eu tenho a obrigação de esconder o meu voto? Eu não quero mais esconder o meu voto neste Senado, Senador!** E não estou fazendo nenhuma firula política, porque não sou candidato a Senador. Não sou! Não sou candidato a nada! Mas é uma vergonha nacional se dizer, aqui neste Senado, que se tem que votar secretamente em determinadas ocasiões. É uma vergonha! Votar Ficha Limpa é uma obrigação nossa. Eu quero votar é a queda do voto secreto!

**Fica aqui a minha colocação, e vou dizer mais: vou votar o Ficha Limpa, mas vou votar sob protesto. E a minha bandeira, depois dessa dos aposentados, é esta: só vou sossegar quando derrubarmos neste Senado esta imoralidade de voto secreto!**

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

GG2

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) V. Ex<sup>a</sup> sabe a minha admiração por V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado pelo carinho. Nobre Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ia eu falar hoje, Senador Mão Santa... Eu tinha escolhido dois temas para falar: o Ficha Limpa, sobre o qual eu queria externar aqui o que penso, mas o farei em outra oportunidade, já disse que vou votar a favor do projeto, e o voto secreto. **Sabe, Senador Suplicy, nós não temos que nos glorificar por votarmos esse Projeto Ficha Limpa. Não traz nenhuma glória para o Senado nacional votarmos o Projeto Ficha Limpa. Acho que esse projeto já devia ter sido adotado há muito tempo, até pelos próprios partidos, até pelos próprios partidos. Acho que é uma obrigação nossa.** Ora, calcule, Senador Suplicy, se no PSDB ou em qualquer partido haverá um candidato que é condenado pela Justiça! Esse é um projeto que já devia ter sido votado há muito tempo.

Senador **Alvaro Dias**, o que nós temos que votar aqui, imediatamente também, é a queda do voto secreto. Isso é uma estupidez! Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha ao Senado, ao Congresso Nacional. Não é ao Senado, é ao Congresso Nacional. Quando o eleitor nos manda para cá, ele nos manda para ver como é que votamos. E como é que eu vou esconder o meu voto para eles? Então, eu me sinto constrangido quando tenho a obrigação regimental, não



posso fazer diferente, senão serei punido, de esconder o meu voto. Eu sou obrigado a esconder o meu voto! Mas eu quero mostrar à sociedade o meu voto, eu desejo mostrar, é obrigação minha mostrar! Será que no tempo de Rui, Senador **Mão Santa**, V. Ex<sup>a</sup> que é um estudioso de Rui Barbosa, será que no tempo de Rui Barbosa nesta Casa havia voto secreto? O Rui escondia o voto dele? Será que o Rui escondia o voto dele, Mão Santa? Com certeza, não, Mão Santa! Isso é uma vergonha para nós! Lute por isso, vamos lutar por isso! Há um projeto. Ponha-o em pauta, ponha-o junto com o da Ficha Limpa. Apense o projeto do voto secreto, a quebra do voto secreto, apense ao Ficha Limpa. Ponha os dois para serem votados aqui!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) O voto secreto surgiu de uma inspiração de Vargas, porque o voto também aberto era aquele de o coronel entrar na cabine e votar. Então, não tinha nada a ver com o Parlamento. Por isso é que surgiu essa inspiração no TSE, que foi de Getúlio Vargas, no período ditatorial.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Foi Getúlio Vargas que implantou o voto secreto?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Foi, sim.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Que pena!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Não, mas era para o eleitor. Ele não estendeu para o Parlamento.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Ah, para o eleitor. É diferente!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Para o eleitor.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Eu já ia dizer que estava admirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Porque o voto era aberto e aí o coronel acompanhava até o....

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Ah, mas não tem por que trazer para o Parlamento, Sr. Presidente, meu querido Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Eu estou apenas lembrando a História.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Se nós queremos mostrar à sociedade que nós estamos começando a moralizar o Congresso Nacional, Senador Suplicy, que nós estamos querendo moralizar o Senado Federal, se nós queremos mostrar isso à sociedade, não é só votar o Ficha Limpa. Nós votamos o Ficha Limpa e deixamos o voto secreto? Isso é uma aberração, isso é uma estupidez, isso é vergonhoso! Vergonhoso a todos nós, que andamos na rua, que representamos o povo deste Brasil. Eu represento o povo do meu Estado do Pará.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Seja rápido, porque eu tenho aqui uma...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Apenas para dizer que estou de acordo tanto no que diz respeito à votação do Projeto Ficha Limpa, como também com respeito ao voto aberto. Aliás, a iniciativa de proposta de emenda à Constituição do nosso Senador, do Partido dos Trabalhadores, Tião Viana, é no sentido de acabar com votos secretos no Congresso Nacional. E eu expresse a minha concordância, portanto, com o anseio de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Obrigado. Eu sabia que não poderia ser diferente partindo de V. Ex<sup>a</sup>. Mas, meus amigos...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Eu só queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estamos na 53<sup>a</sup> Legislatura, e isso já esteve em pauta, mas não foi votado, permaneceu o voto secreto. V. Ex<sup>a</sup> não estava...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Por que não se vota isso? Por que não se derruba isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Já passou, ele permaneceu. Já foi...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Está em pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Já esteve.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Pronto. Ponha junto com o Ficha Limpa para a gente votar, derrubar e acabar com isso. Ponha junto com o Ficha Limpa! Vai ser vergonhoso para o Senado Federal votar o Ficha Limpa e deixar em pauta o voto secreto. É uma vergonha para todos nós! Podemos fazer uma ação aqui a partir da próxima semana: só votaremos o Ficha Limpa se a ele for apenas o projeto da quebra do voto secreto. Não podemos mais votar secretamente neste Senado! Não podemos esconder o voto do povo! Não podemos esconder o nosso voto do povo! Isso é vergonhoso para cada um de nós!

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Senador Mário Couto.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Pois não, Senador Alvaro.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Senador, V. Ex<sup>a</sup> lembra bem. Já fez aniversário, parece-me que mais de um aniversário. Estão na pauta da Ordem do Dia três propostas sobre o voto secreto: uma PEC de minha autoria, outra do Senador Antonio Carlos Valadares e outra do Senador Paulo Paim. Houve um acordo, em determinado momento, quando o Senado estava em crise em razão de um processo contra um Senador por quebra de decoro parlamentar, de que essas propostas seriam prioridade e que estariam na pauta, na Ordem do Dia, para deliberação. Elas continuam na pauta, continuam na Ordem do Dia, mas não houve deliberação. V. Ex<sup>a</sup> tem razão em cobrar, faz muito bem em cobrar.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Obrigado, Senador. Conheço o caráter de V. Ex<sup>a</sup>. Senador Mão Santa, fica a sugestão para que, na próxima semana, votemos os dois projetos. Eu vou insistir, viu, Senador? Vou insistir, não vou parar até que se vote a derrubada do vergonhoso voto secreto. Isto é uma vergonha para o Congresso Nacional: nós, Senadores da República, termos a obrigação de esconder o voto da população! Senadores, eu ia fazer um amplo comentário a respeito do voto secreto.

**O Sr. Augusto Botelho Bloco/PT - RR** Senador.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) V. Ex<sup>a</sup> quer um aparte? Tenho a maior admiração por V. Ex<sup>a</sup>. Nem que o meu tempo acabe agora, eu lhe dou o aparte.

**O Sr. Augusto Botelho Bloco/PT - RR** Senador, gostaria apenas de cumprimentá-lo por sua veemência em dizer que vamos moralizar o Senado com o Ficha Limpa, Mas lembre-se de que essa medida vai moralizar as assembleias e as câmaras todas. Todo mundo vai ter que ter ficha limpa, em todos os níveis. Trata-se de um projeto realmente necessário neste País. Eu gosto de ver V. Ex<sup>a</sup> bater firme e dizer que ele tem de ser aprovado logo. Vamos fazer tudo para aprová-lo na quarta-feira que vem.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) - O Ficha limpa é obrigação nossa, o Ficha Limpa não é nenhum favor que estamos fazendo à sociedade. Ora, calculem, em qualquer partido, haver alguém condenado e disputando uma eleição! O Ficha Limpa é uma obrigação. Não tem nenhum favor a ninguém, não tem nenhum aspecto de moralização nisso. Agora, querem moralizar o Senado? Votem junto com o Ficha Limpa a quebra do voto secreto. Não esconda o seu voto do povo! Por que nós temos de esconder aqui? Por que nós temos de esconder o nosso voto da população? Isso é uma vergonha! Isso é uma maldade que se faz contra cada um de nós! Aliás, para uns é ótimo, para outros é maldade. Nós vamos voltar a esse assunto na próxima semana. Esta próxima semana vai ser uma semana muito movimentada.

Srs. Senadores, esta tarde eu trago novamente um tema para que os paraenses façam uma reflexão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Senador Mário Couto, a nossa Secretária Geral, Dr<sup>a</sup> Cláudia Lyra, comunica que na Mesa não está; ela disse que vai averiguar se está nas Comissões. Nós vamos atendê-lo.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Eu vou lhe prometer uma coisa como seu amigo. V. Ex<sup>a</sup> hoje é 3º Secretário desta Mesa, um atuante Senador que está aqui sempre presente

comandando esta Mesa. Tenho profunda admiração por V. Ex<sup>a</sup>. Quero lhe dizer que mandarei colocar no aeroporto do Estado do Pará, na capital paraense, a sua estátua, consagrada, custe o que me custar, se V. Ex<sup>a</sup> colocar na pauta essa vergonha que é o voto secreto aqui, no Senado. E não é só no Piauí que eu farei isso, não. Eu farei no aeroporto do Piauí e do Pará, colocarei o seu busto lá, uma homenagem ao homem que colocou na pauta esse vergonhoso voto secreto.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Pois ela está averiguando em que Comissão está, e vamos buscá-lo para trazer para a Mesa.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Senador Mão Santa, está na Mesa, está na pauta, está na Ordem do Dia há bastante tempo, aguardando votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) A Secretária Geral está informando que não está, a Dr<sup>a</sup> Cláudia Lyra.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Está. Posso assegurar a V. Ex<sup>a</sup> que está na pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Mais adiante eu darei todos os detalhes.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) A menos que tenham retirado da pauta, mas vieram para a pauta as três propostas... Aliás, eu até me equivoquei: é de minha autoria, de Sérgio Cabral e de Paulo Paim. Antonio Carlos Valadares foi relator. Veio para a pauta, para a Ordem do Dia, por acordo de lideranças, quando estávamos apreciando a questão Renan Calheiros, ainda. Vejam que já há um bom tempo. Foi incluído na pauta, a menos que tenha sido retirado. Mas estava na pauta, pronto para deliberação.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB - PA) Que moralidade é essa, Presidente? O que nós vamos moralizar aqui, no Senado, votando o Ficha Limpa, se nós estamos escondendo a votação do voto secreto? Vamos moralizar absolutamente nada! A sociedade está atenta aos nossos atos. O que a sociedade vai dizer de cada um de nós? “É, eles votaram o Ficha Limpa, que é obrigação deles, mas eles escondem lá o projeto do voto secreto para esconder o seu próprio voto na hora em que necessitam”. Deus do céu, isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha, Senador Mão Santa! Vamos acabar com isso. Vamos debater esse tema a semana toda. Mas, paraenses, eu tenho o dever e a obrigação de mostrar à sociedade do meu Estado a crise por que passa o Estado do Pará.

Ora, Senador Alvaro Dias, lançaram uma novela das oito horas no Estado do Pará. A Caixa da Pandora é o nome da novela. Meu querido Senador Alvaro Dias, no Pará, designada pela Governadora Ana Júlia Carepa, a Dr<sup>a</sup> Teresa Cordovil assumiu o posto de Auditora Geral do Estado. A corajosa Deputada Simone Morgado pediu relatórios para a Auditora Teresa Cordovil. A princípio, o pedido foi negado. A corajosa e competente Deputada Simone Morgado insistiu e ameaçou ir ao Ministério Público, querendo as auditorias que foram feitas no Estado. Aí, Teresa Cordovil, auditora, começou a sofrer pressão para não encaminhar à Assembleia Legislativa as auditorias, eu já estou contando a novela, eu já estou falando da novela!

Depois de tanta insistência da nobre Deputada, a auditora fez o seguinte. Sabendo que naquela caixa continham as auditagens que ela iria mandar para a Assembléia, ali estava todo o conteúdo de irregularidades no Estado do Pará, o que é que ela fez? Mandou a caixa, mandou a caixa com as auditorias, mas pediu demissão. Abre-se ou não a caixa da Pandora? Uns Deputados puxavam a caixa e diziam: “Abram!”. Outros Deputados puxavam a caixa e diziam: “Não abram, porque aí está a desgraça do Pará”. Igual como a mitologia conta a história da caixa da Pandora. Abrir ou não a caixa era a grande indagação. Mas o que há dentro dessa caixa? A competente Deputada pediu para si a caixa da Pandora: “Vamos abrir a caixa da Pandora!”. E resolveram abrir, Deputado Alvaro Dias. Quanta surpresa! Ao se abrir a caixa da Pandora, estavam faltando 35 páginas! Ora, Senador Mão Santa, ora meu povo querido do meu Estado, já tinham levado as 35 primeiras páginas do relatório! Sumiram as 35

primeiras páginas do relatório! Mas a Deputada, corajosa, atuante e competente, insistiu. Parabéns, Simone Morgado! Parabéns por sua atuação! Eu, aqui, no Senado Federal, tenho a obrigação de parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela conduta e pela coragem. Vá em frente! Mostre ao povo do Pará as maracutaias que hoje fazem contra a nossa população, o erário lesado, o dinheiro público usado em campanhas públicas, em campanhas políticas. Mostre à sociedade, Deputada, mostre com coragem, como V. Ex<sup>a</sup> está fazendo neste momento! Vou mostrar só uma que acredito estar lá na caixa da Pandora. Vou mostrar só uma, sociedade paraense. Uma eu tenho aqui em minha mão para ler aos paraenses, para mostrar aos paraenses que aquela em quem confiamos nos enganou. Eu não posso deixar de falar, paraenses. Parece perseguição eu estar aqui, quase todos os dias, mostrando as mazelas desse governo que desgraça o nosso Estado, mas saibam, paraenses, que essa é a minha obrigação, é o meu dever. Eu não estaria bem com a minha consciência, depois de vocês terem me mandado para aqui para fiscalizar os governos, se ficasse calado diante de tantas mazelas praticadas por esse governo. Vocês precisam saber! Vocês precisam tomar conhecimento. Vocês precisam tomar conhecimento de como está o nosso Estado, um Estado arrasado, um Estado falido, um Estado à beira do abismo, um Estado que agoniza, um Estado sem economia, um Estado sem segurança, um Estado sem saúde, sem educação, um Estado que tem os seus cofres públicos lesados, isso foi mostrado pela auditora que foi colocada no cargo pela própria Governadora do Estado do Pará.

Paraenses, olhem esta vergonha! Eu aqui já mostrei, eu aqui já falei que o meu Estado, um Estado rico em minérios, um Estado rico em possibilidades para o turismo, é um Estado que não tem lei, um Estado onde não se cumprem as leis. Tenho aqui na minha mão algo que jamais pensei que pudesse acontecer no meu Estado. Tenho aqui na minha mão uma aberração, tenho aqui na minha mão que o erário paraense está sendo lesado, a confissão de uma senhora de que o erário está sendo lesado. E não é qualquer senhora. É uma Secretária de Estado do próprio Governo do Estado! Quantas coisas já mostrei aqui? Mostrei, ontem, como vive a nossa educação. Mostrei que o salário do professor é o menor do País. Mostrei que o salário do nosso militar é o menor do País. Olhem o que vou mostrar hoje. Qualquer tema que eu trouxesse aqui seria menos importante do que este que vou mostrar hoje. Por isso, paraenses, decidi, mais uma vez, vir a esta tribuna falar do Estado do Pará. Não sou candidato a nada, não sou candidato a absolutamente nada. Vocês votaram em mim, depositaram sua confiança em mim até 2014. Não estou fazendo politicagem, não estou perseguindo ninguém. Estou usando o direito que vocês me deram para falar por vocês aqui desta tribuna, e falarei por vocês até o último dia do meu mandato, defenderei até o fim o meu Estado. Faço acusações sem medo! Não adianta fazerem ameaças à minha pessoa, não adianta ficar aborrecido, não adianta mandar recado. Prefiro ficar ao lado do meu povo, prefiro lutar pelo meu povo, prefiro respeitar o meu povo.

Há dois dias pediu demissão mais um Secretário do Governo do Estado do Pará: a Secretária de Educação Socorro Coelho. Senador Mão Santa, se V. Ex<sup>a</sup> trouxe alguma coisa igual a esta aqui que vou ler ao Brasil e disser a mim que está acontecendo no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, eu posso dizer a V. Ex<sup>a</sup>: “O seu Estado está perdido”.

Tenho aqui a confissão de uma Secretária colocada pela própria Governadora no cargo, lógico, lógico, Senador **Mão Santa**. A Secretária pede demissão e sai dando as seguintes declarações. Olha, paraense, como é que eu vou deixar de falar sobre um assunto destes nesta tribuna? Vou ler, do *blog* da professora Edilza Fontes, as declarações da Secretária Socorro Coelho, que saiu há dois dias: “Encontrei muitos problemas [na Secretaria quando assumi], em torno de 88 escolas reformadas e não pagas porque foram feitas sem licitação”. Aos Poderes da minha terra, ao Ministério Público, à Assembleia Legislativa, à Justiça do

meu Estado: isso é dinheiro público. Isso é dinheiro público sendo lesado, ou melhor, eu gosto de usar o português popular, é dinheiro público sendo roubado. Sabe qual é o *slogan* da Governadora do meu Estado? “Terra de direitos”. “Terra de Direitos” é o *slogan* da Governadora do meu Estado. Que direito têm as empresas de participarem de licitações, se não tem licitação no Estado do Pará?

Já li aqui a declaração de uma Procuradora da própria Secretária, ordenando o pagamento de uma obra e dizendo que não foi feita a licitação, e a Secretária confirma hoje isso. Está em todos os jornais do Pará: 88 escolas em obras cujas licitações não foram feitas. E vamos mais. “Encontrei”, dizia a Secretária, “1.232 turmas sem professor, hoje não há problema de falta de professor em sala de aula, estas turmas ficaram sem professor até setembro de 2009”. Triste Pará.

Agora, vou mostrar a vocês a maior obra dessa Secretária, o orgulho dessa Secretária, Senador Alvaro Dias. Olhe do que ela se orgulha. Ela não fala em obras que fez; ela não fala em nada do que fez. Olhe o orgulho dessa Secretária que saiu: “Em sete meses (...)”, o Estado deixou “prontas 32 escolas para serem entregues, todas elas feitas com licitação”. É um orgulho pra ela. Já que o outro não fazia licitação, ela vem e grita: “Olha, para as minhas obras, eu fiz licitação!”. Grande orgulho da Secretária! E ela repete várias vezes. “Com certeza, o próximo gestor não encontrará obras na minha gestão sem licitação (...)”. Esse é o meu orgulho.

Onde chegamos? Onde nós chegamos, paraenses? Fazer licitação é lei, é obrigação. Quem não faz vai pra cadeia. Aqui no Brasil, não. Aqui no Brasil, se é do PT, não. A Governadora do meu Estado é do PT. Ninguém vai preso. Não acontece nada. Eu volto a dizer e a bater no peito: eu renuncio! Eu desço desta tribuna e não subo mais! Qual foi, até hoje, o membro do PT punido neste País, que cometeu irregularidade? Digam-me! Digam-me um, desde o Waldomiro para cá, falem um! A coisa chegou à sem-vergonhice. Isto aqui é sem-vergonhice. A Secretária vai e diz: “Olha, eu encontrei 88 escolas feitas sem licitação”. E daí? E daí? Nada acontece. Aliás, acontece alguma coisa sim. Acontece. Onde reflete toda essa anarquia e irresponsabilidade? Onde reflete? No jovem estudante. Naquele que precisa de educação. Naquele que espera que o Estado cumpra com o seu dever de educá-lo. E eu recebi um *e-mail*, no meio de milhares que recebo, de centenas que recebo, de dezenas que recebo, e eu não costumo ler nesta tribuna, até porque acho que não compete estar lendo *e-mail* nesta tribuna. Mas este aqui eu vou ler. Este aqui, a ver tudo o que vi hoje, ao comentar nesta tribuna tudo o que comentei hoje, a patifaria, a falta de seriedade, o cinismo que tomou conta do Governo do Pará... Rouba-se e se declara. Sem medo de nada. Rouba-se e se declara. A própria Secretária do Governo que saiu dá declaração aos jornais e a *blogs* no Estado do Pará. O Ministério Público do meu Estado, você tem um chefe de um caráter excepcional! Tome providências, Dr. Geraldo! Tome providências! Justiça do meu Estado, tome providências! O Secretário atual está dizendo, hoje, que isso não é verdade. Chame a Secretária para dizer se é verdade ou não é. A Justiça, o Ministério Público tem que chamar a Secretária! No mínimo, ela vai ter que dizer que mentiu. No mínimo. Mas isso é uma vergonha para o povo do meu Estado. Vou ler o *e-mail* que recebi. Um jovem de 17 anos me escreveu esse *e-mail* hoje:

Sr. Senador, meu nome é Jadson Albuquerque, tenho 17 anos, moro em Santa Maria das Barreiras, que fica próximo a São Caetano de Odivelas. Estudo na Escola Estadual Osvaldo Brito de Farias e faço o 3º ano do ensino médio. Venho agradecer por tudo que o senhor falou no Senado ontem à noite, sobre o desrespeito que a Governadora está fazendo. O senhor falou o que muitos queriam ouvir. Bravo, doutor! Bravo! *Hoje é o último dia de aula na minha escola. Os professores vão grevar, e eu e muitos outros alunos ficaremos prejudicados. Neste ano tem vestibular, Senador, para mim e eu estou muito preocupado.*

*Como eu posso passar, se eu não tenho conteúdo e nem apoio dos profissionais da educação? Sabe, Senador, estou muito triste. Quero muito estudar, Senador. Meu sonho é ser um professor, mas o Governo do Estado do Pará me desanima totalmente. Mais uma vez, Senador, eu estou muito triste, muito triste mesmo.*

Esse é o e-mail de um garoto de 17 anos de idade da minha terra. E eles comem e eles roubam e eles trituram as verbas da educação, que seriam aplicadas exatamente para esses jovens não estarem tristes e decepcionados.

E para terminar, meu Senador Mão Santa, quero mostrar ao Brasil estas fotos. Que a TV Senado possa mostrar estas fotos. Parece um vulcão, mas eu vou explicar o que é. Mostre a primeira, para terminar o meu pronunciamento.

Mostre a segunda. *(Pausa)* Eu vou falar, agora, da terceira. Isto aqui é uma obra, Senador José Nery, V. Ex<sup>a</sup> é que do nobre Estado do Pará. Esta estrada aqui, Senador Mão Santa, Senador Alvaro Dias, foi feita há seis meses, Senador José Nery, há seis meses, em Salinas, cidade turística, uma cidade maravilhosa, uma das cidades mais belas do Brasil. Uma praia... Mostre, mais uma vez, TV Senado. Mostre ao Pará, TV Senado. Mostre, mais uma vez, ao Estado do Pará, esta foto dessa estrada que foi construída há seis meses. Salinas tem uma praia, meu nobre Senador, como poucas no Brasil. V. Ex<sup>a</sup> conhece. Dá o direito a cada cidadão de entrar na praia de carro, ser servido no seu próprio carro, dentro da praia, poucas no mundo. E lá, próxima, existe uma vila de pescadores, a Vila de Cuiarana, precisando de asfalto para escoar o produto dos pescadores. Eis que, um dia, amanheceram com a feliz notícia, Senador Nery, de que a Governadora iria asfaltar a estrada dos pescadores da Vila de Cuiarana. Aplausos, então, para a nossa Governadora! Eu não acreditei, Senador Nery, e lá fizeram essa estrada. Sabe quanto custou essa estrada, Senador? Um milhão e novecentos mil reais. Oito quilômetros de estrada. Um milhão e novecentos mil reais. Oito quilômetros de estrada, Senador. Depois de seis meses, a estrada está intrafegável. Depois de seis meses, os pescadores e moradores daquela vila perceberam que foram enganados pela Governadora do nosso Estado. É preciso que o Prefeito de Salinas abra o olho! É preciso que o Prefeito de Salinas, que é do PT, exatamente o mesmo Partido da Governadora, vá à Governadora dizer que no Cuiarana mora gente, gente de bem, gente de moral, que ela precisa respeitar e não enganar! Ali não é terra de cachorro, Governadora! A senhora enganou, roubando o Estado. A senhora enganou, lesando o Estado. Aquilo é um roubo à luz do dia! E o direito do cidadão? E o direito dos pescadores? E o direito de quem mora na vila? É preciso, Prefeito, que V. Ex<sup>a</sup> vá dizer a essa Governadora que o povo de Salinas merece respeito. É preciso dizer a essa Governadora que ela não engana o cidadão, fazendo a patifaria que fez lá. Dizer à Governadora que estamos à porta de uma eleição e ela vai ganhar o troco, para respeitar o cidadão paraense.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

H1

**O SR. ACIR GURGACZ (PDT - RO. Sem apanhamento taquigráfico.)** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu venho aqui hoje, neste plenário, com a firme intenção de solicitar urgência na votação do projeto Ficha Limpa aqui no Senado Federal, pois trata-se de uma matéria de extrema importância para o país. É através dela, que é oriunda de uma manifestação popular nunca vista antes neste país, que serão definitivamente criadas algumas

ferramentas de fundamental valor para gerar uma renovação efetiva da política em nosso país.

O projeto Ficha Limpa, aprovado na semana passada na Câmara dos Deputados, deve ser encarado, como disse o nosso presidente, o senador José Sarney, como uma matéria de extrema urgência. O projeto já foi encaminhado para esta Casa e está agendado para ser votado nesta quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça. Eu acredito, realmente, que o projeto Ficha Limpa deva ser aprovado sem alterações e venha para este plenário para a votação final, para que entre em vigor já para essas eleições.

Senhor presidente, a urgência de colocar em vigor nesta matéria não é descabida, não é apressada, não é precipitada. Acredito, de verdade, que o Brasil até mesmo já passou da hora de encarar com a seriedade que lhe cabe a questão que é suscitada pelo projeto Ficha Limpa. Ou seja, já não é sem tempo que a nossa legislação crie empecilhos de fato, para a candidatura de políticos com a ficha suja.

Julgo que a grande maioria dos integrantes dessa Casa consideram mais que correta a decisão de expurgar, de uma vez por todas do poder público aquelas pessoas que perderam a moral e as condições mínimas de considerarem representantes do povo. Representantes eleitos do povo. É verdadeiramente inadmissível que políticos cassados, condenados e até mesmo presos, na história recente de nossa política, seja no Executivo ou seja no Legislativo, possam desfrutar do direito de concorrerem ainda nas eleições deste ano.

Seria um contra-senso, seria um descabimento, seria um grande desrespeito com a população brasileira que viu esse projeto de lei nascer da iniciativa popular, com mais de um milhão de assinaturas, ser aprovado pelo Legislativo mas entrar em vigor somente nas próximas eleições, deixando 2010 registrado na história como o ano em que tudo pôde, o ano em que foram aproveitadas as últimas oportunidades de ludibriar o eleitor. Não, senhoras e senhores senadores. Isso não pode ser permitido pelos integrantes dessa Casa. A lógica e o bom senso devem falar mais alto e fazer valer essa Justiça planejada e edificada pela sabedoria popular. Sabedoria de um povo que está cansado de escândalos que terminam, na grande maioria das vezes, em impunidade. Que terminam, como dizem, em pizza. O projeto Ficha Limpa deve ser aprovado nesta casa e entrar em vigor imediatamente porque o Senado precisa mostrar que aqui não há mais espaço para conchavos, para corporativismo ilícito, para conivência. O Senado pode e deve dar uma lição histórica de Justiça e cidadania vetando já o acesso aos corredores do poder à gente que não merece mais a confiança do povo. Gente que enfiou a mão em recursos públicos, gente que comprou voto, gente que vinha agindo como se o Estado fosse propriedade privada. **O Ficha Limpa tem esse poder saneador que deve ser aplicado já.**

O poder do Ficha Limpa se emana da alteração da Lei Complementar nº 64/90. Esta lei, explico para o meu povo de Rondônia que agora me acompanha através da TV e da internet, estabelece casos de inelegibilidade, fixando prazos que variavam de três a oito anos para impedir a eleição de pessoas condenadas pela Justiça. Pelo Ficha Limpa, esse prazo aumenta, evitando a impunidade. Com esse projeto, é fixado que a inelegibilidade passe a ser de oito anos para todos os casos, contanto que a condenação do político tenha sido proferida por órgão colegiado da Justiça ou em decisão transitada em julgado (quando não pode mais haver recurso).

Por todos esses motivos, senhoras e senhores senadores, acredito ser importantíssimo que o Ficha Limpa seja aprovado por unanimidade nesta Casa. Precisamos mostrar ao Brasil que o Senado não teme a Justiça! Precisamos mostrar para pessoas que cometem crimes eleitorais, como a compra de votos, por exemplo, que a política brasileira não tem mais acolhida para

iniciativas como essa, ou para gente que toma tais iniciativas. O momento é histórico, senhor presidente, e a nossa responsabilidade é titânica no sentido de que estamos aqui prestes a fazer um trabalho (para o qual fomos eleitos) que poderá mudar definitivamente a cara da representatividade política do país. Um trabalho que poderá mudar a cara do Brasil como um todo.

Convoco todos os excelentíssimos senhores e senhoras senadores para tomar a decisão correta nesta quarta-feira e depois, quando o projeto ingressar aqui no plenário. Lembro que o Brasil inteiro, e talvez até o mundo, esteja olhando para esta casa com uma lente de aumento nesta semana. Olhando para esta casa com muita atenção, para cada voto, para cada opinião expressada aqui. Este é um momento com o qual cada um de nós, representantes do povo, sempre sonha. É o momento de tornar real, de satisfazer um anseio direto do povo, emanado da consciência coletiva popular, brasileira, sem filtros, sem ingerências. É um momento valioso e que requer toda a nossa seriedade e todo o nosso respeito para com a vontade popular. E sabemos que a vontade do povo, neste projeto de lei em especial, é de uma responsabilidade irretocável.

Não há leviandade nenhuma, inconstitucionalidade nenhuma que mereça sustar esse processo que passou com tanta cidadania pela Câmara dos Deputados. O que há, na verdade, na essência deste projeto, é o gérmen da Justiça, da igualdade, da sabedoria, do bom senso e da cidadania. Há o lubrificante mais perfeito para o funcionamento dessa complexa engrenagem política brasileira, aquilo que nos move, nos impede a fazer um trabalho melhor a cada dia, a cada legislativa.

**O que existe de mais valioso no projeto da Ficha Limpa é o anseio de fazer valer a retidão do político, com respeito ao eleitor, que nunca pode ser roubado, que nunca pode ser comprado, que nunca pode ser lesado.**

Senhor presidente, Senhoras e senhores senadores, Era isso que eu tinha a dizer hoje.

H3

**O SR. ACIR GURGACZ** (PDT - RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela *TV Senado*, chegamos ao final de uma grande jornada, que foi a corrida eleitoral deste ano, em todo o País. O Brasil elegeu uma Presidente, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. Foram meses de trabalho duro, de escolhas difíceis e de grandes passos para a democracia brasileira. Um passo importante principalmente para nós, do Estado de Rondônia, foi a eleição do novo Governador, Dr. Confúcio Moura, do PMDB, e Airton Gurgacz, do PDT, como Vice-Governador.

Eu quero aqui agradecer à população do meu Estado por ter acompanhado a proposta do PDT e acreditado nela; a proposta que veio através do nosso candidato Confúcio Moura, através do nosso candidato a Vice-Governador, Airton Gurgacz, que tem um projeto para governar o Estado de Rondônia; através da união, através da participação da população.

Esse é o recado que todos nós, políticos de Rondônia, recebemos por intermédio das urnas, este ano. Um recado bem claro de que ninguém quer um Estado sendo governado por meio da opressão, das ameaças, do abuso do poder econômico. Ficou claro esse recado que as urnas deram a todos nós.

Todos nós, de Rondônia, queremos um governo, assim como Confúcio Moura e Airton



Gurgacz demonstraram, propuseram à população do meu Estado, que é um trabalho, um governo por intermédio da união, do diálogo principalmente com os servidores públicos. Se são da saúde, da educação, da segurança, não importa. Todos os servidores públicos precisam ter espaço para falar.

E precisamos ter, assim como teremos, um governador com competência para ouvir, tirar as conclusões positivas. Que aquilo que é bom para o Estado seja aplicado. Portanto, quero agradecer à população do Estado de Rondônia por ter acreditado e, juntamente conosco, ter confiado na proposta do PMDB junto com o PDT. Tenho certeza de que teremos bons momentos, no futuro, no Estado de Rondônia.

Outro grande passo, meus amigos rondonienses e a população que nos assiste pela TV Senado, foi a escolha da primeira mulher Presidente do Brasil, a primeira mulher a dirigir esta grande Nação. Isso mostra, a meu ver, que o Brasil está no caminho certo do reconhecimento das competências acima de qualquer tipo de preconceito e de julgamento, assim como aconteceu nos Estados Unidos há dois anos, quando o povo norte-americano elegeu o primeiro Presidente negro daquele País, o Exm<sup>o</sup> Sr. Barack Obama.

O Brasil inteiro agora conta com a nova Presidente, a Sr<sup>a</sup> Dilma Rousseff, conta com toda a competência, toda a diplomacia, toda a sabedoria da nova Presidente. E ela, Sr. Presidente, poderá contar com todo o apoio deste Congresso para o que for justo, para o que for necessário e bom para o nosso País. E também deverá contar com a nossa fiscalização vigilante, com as nossas críticas construtivas e as nossas contribuições, sempre em nome de um Brasil melhor, mais desenvolvido, mais justo e mais próspero.

O segundo passo que a democracia deu este ano, durante este atribulado processo eleitoral, foi a aprovação da Lei da Ficha Limpa e a sua aplicação. Já me posicionei diversas vezes aqui neste plenário, em entrevistas e em artigos e comentários, que sou totalmente a favor dessa lei de iniciativa popular e destaco o seu grande valor como edificadora de novos tempos para uma nova democracia no nosso País. Acredito plenamente na sua aplicação já para este ano, assim como o foi, e no fortalecimento de sua cultura nos tempos que virão. O fortalecimento de um pensamento mais ético dentro da política, que não aceite armações, esquemas ou conchavos, que deixe de lado o fisiologismo, que é essa imposição dos interesses individuais acima dos interesses da coletividade da Nação brasileira.

**Acredito realmente que a Lei da Ficha Limpa tem tudo para mudar o modo de fazer política no Brasil, a ponto de, no futuro, os próprios partidos políticos comecem a aplicá-la antes mesmo que seja necessário que o Poder Judiciário seja obrigado a fazê-lo. Isso demonstrará uma vigilância muito mais atuante em nosso meio político, no qual as maçãs podres serão retiradas espontaneamente dos cestos pela própria classe política.**

Isso, Sr. Presidente, já é assim em outros países como a Alemanha e a Espanha, que têm democracias mais antigas que a nossa, e também nos Estados Unidos, que, apesar de ser uma democracia quase tão jovem como a nossa, é pontuada há muito tempo pela lógica e pela ética. Uma lógica que não aceita que uma pessoa venha a postular-se, candidatar-se a representante do povo sem que tenha as condições éticas e morais para isso. Temos muito ainda a trilhar no caminho para chegarmos a uma democracia mais eficiente e mais justa para este País, mas julgo que estamos no caminho certo.

Destaco aqui a importância da primeira visita da Presidente eleita Dilma Rousseff à África,

nos dias 9 e 10 de novembro, semana que vem, quando irá a Moçambique, junto com o Presidente Lula, antes de seguirem para o encontro do G20, na Coréia do Sul. É de grande importância para o Brasil firmar esse posicionamento de uma política comercial no continente africano. Esse esforço brasileiro é reconhecido positivamente pelas nações africanas, como bem destacou para a imprensa brasileira o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Baloi, quando disse que “será um privilégio muito grande que ela, logo depois da eleição e mesmo antes de sua posse, venha a Moçambique” e que “com o Presidente Lula, a política externa do Brasil teve enfoque muito grande na África, algo sem precedentes. Nos diferentes fóruns de que tenho participado “ da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) ou da União Africana, por exemplo “, isso tem sido notado.”

A África representa hoje uma valiosa fronteira comercial a ser explorada de forma humana e ética pelo Brasil. Temos históricos parecidos de sofrimento de exploração predatória por grandes potências colonizadoras. Países que ainda hoje depredam e subjagam vários países africanos. Temos muito a contribuir com aquele continente, e nosso Governo está fazendo isso. Dois exemplos são uma fábrica de remédios contra a Aids, que será visitada por Lula e Dilma, em Maputo, capital de Moçambique, e o convênio da Universidade Pedagógica de Moçambique, onde o Presidente ministrará uma aula magna na semana que vem com a Universidade Aberta do Brasil.

Conforme relata reportagem publicada hoje pela Agência Brasil, esses são apenas dois dos 150 projetos de cooperação que o Brasil mantém ou apoia na África. Além da Fiocruz, instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes) estão envolvidas nessas iniciativas. Muitas empresas brasileiras também fortaleceram suas operações na África nos últimos anos. Na semana passada, a Petrobras anunciou a descoberta de petróleo em Angola. Há cerca de 20 dias, a mineradora Vale lançou a pedra fundamental de uma mina de cobre na Zâmbia.

Esses são exemplos de como o Brasil está totalmente interligado com o comércio mundial. Essa globalização, como é chamada essa ligação internacional comercial entre nações, trouxe ao Brasil a possibilidade de receber investimentos externos de outros países, como também levar nossos produtos para prateleiras de várias partes do mundo. Esse intercâmbio funciona a ponto de essa participação brasileira no mercado internacional gerar uma influência muito grande na produção e no emprego aqui no País, que nos últimos anos vem se mostrando bastante acelerada.

Acontece que os países mais estáveis e mais desenvolvidos tiveram uma perda muito grande no mercado globalizado em razão da crise econômica mundial de 2008, cujas sequelas vêm se arrastando até hoje. Esses países, como os Estados Unidos e integrantes da União Europeia, que não sofriam com o desemprego, amargam hoje esse mal, assim como sofrem com o custo da mão de obra e a variação cambial. No entanto, esses países estão ultrapassando suas dificuldades, e isso vem fazendo com que o Brasil, o primeiro país do mundo a ultrapassar a crise mundial, volte a amargar com seu custo operacional, com o chamado Custo Brasil. Os países industrializados estão cada vez mais competitivos, e isso não é um aspecto negativo. Isso é muito bom para nós brasileiros e para nosso País. No nosso caso, como o Governo brasileiro tem sido muito atuante em relação ao mercado, sabe muito bem da importância de manter a produção em alta, de continuar e aumentar as exportações brasileiras.

Mas é preciso fazer algo para que o produto brasileiro mantenha-se competitivo no mercado mundial, e não existe outra ação a ser tomada a não ser a reforma tributária urgente, pois, com a valorização do Real lá fora, que também é bastante importante, o nosso produto encareceu muito.

Precisamos de uma reforma tributária inteligente já, que reduza impostos, reduza a carga sobre a produção e o trabalho, para que possamos enfrentar a força econômica de países como a China, a Coreia, Taiwan e outros tigres asiáticos. Sem isso, o Brasil, que tem um dos maiores custos de produção do mundo, com impostos exagerados, torna-se um adversário fraco em relação a esses países. Precisamos nos tornar competitivos, para enfrentarmos esse mercado globalizado.

Já sabemos que, quando a produção tem um custo menor, os preços podem ser menores e as vendas maiores, tanto dentro quanto fora do Brasil. Isso sempre traz aspectos muito positivos para a economia. Será mais barato para o Brasil, por exemplo, diminuir impostos sobre os salários do que pagar seguro-desemprego para legiões cada vez maiores de brasileiros. No meu ver, esta é a maior e mais correta comparação: diminuir imposto para não pagar seguro-desemprego. Da mesma forma como a experiência brasileira de redução de impostos em produtos, como o IPI para automóveis, resultou em uma arrecadação maior de forma coletiva. Esse é, sem dúvida, o grande desafio que se põe a nossa frente, do Legislativo e do Executivo brasileiros.

Um desafio para que o Brasil possa entrar nos mercados estrangeiros cada vez mais com produtos industrializados, de valor agregado. Um desafio que deve ser vencido para que possamos contribuir comercialmente com o desenvolvimento e com a independência financeira da África, para que possamos entrar cada vez mais fundo nos mercados de países desenvolvidos. Tudo em nome de mais empregos, mais desenvolvimento, maior e melhor qualidade de vida dentro de nosso País, para todos os brasileiros. Esse era o tema que eu queria abordar na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Concluo as minhas palavras cumprimentando a ex-ministra e nova Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, pela sua vitória e pelo seu compromisso com os brasileiros. Muito importante e muito oportuna foi a sua entrevista coletiva no dia da eleição, colocando um rumo para o seu governo. Da mesma forma, a entrevista coletiva de hoje do Presidente Lula junto com a nova Presidente. Esclareceu muitas coisas. Meus parabéns à Dilma, meus parabéns ao Presidente Lula, até porque a eleição da Dilma mostra que o povo brasileiro aprovou nas urnas o Governo do Presidente Lula e, por isso, nós temos a grande expectativa que este Governo tenha continuidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

H4

O SR. ACIR GURGACZ (PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, nossos ouvintes da TV Senado, quero colocar aqui em primeiro lugar a importância da decisão do TSE de aplicar a Lei da Ficha Limpa agora, para a eleição deste ano. E ontem houve o primeiro julgamento, como disse aqui nesta tribuna o Senador Suplicy, que colocou, e eu também coloco, Senador Suplicy, a importância de se fazer valer a Lei da Ficha Limpa para essas eleições.

Concordo plenamente com o Ministro Ricardo Lewandowski que ressaltou ontem que a norma sobre a inelegibilidade adota regras de proteção à coletividade que estabelecem preceitos mínimos para o registro de candidaturas, tendo em mira a preservação dos valores democráticos e republicanos. Ou seja, o princípio da política e do Estado em si é atender à coletividade.

Se é esse o princípio e a função não há como prejudicar a coletividade para garantir um direito questionável de alguém que não se enquadra nas condições mais básicas para ser candidato a um cargo público. Essas condições básicas são realmente básicas, basta ter a ficha limpa.

É um momento importante na história do nosso País, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senador Mozarildo. É simples, nós precisamos fazer uma avaliação. Temos que analisar o passado dos candidatos para saber o que vai ser do futuro. Por meio dessa análise, desse estudo é que vamos saber e poderemos prever o que esses candidatos podem fazer com relação ao futuro, com relação a suas promessas, com relação a suas propostas. Entendo que é o momento de debatermos as questões mais importantes dos nossos Estados e do nosso País. Temos ouvido muito falar em investimento de segurança pública, em investimento em educação, em investimento em geração de emprego, mas é importante nós analisarmos quem realmente tem condições de executar aquilo que está prometendo. E não há outra maneira. É olhando o seu passado, é olhando a sua história, olhando qual o serviço que essa pessoa já prestou para a sociedade, para sabermos qual será o seu futuro.

É importante que os TREs também estejam atentos, e aí eu me dirijo principalmente ao meu Estado de Rondônia, com relação ao abuso do poder econômico, de novo, nestas eleições, Presidente. Isso aconteceu e continua acontecendo no nosso Estado de Rondônia. Na semana passada, coloquei esse assunto de candidatos que estão fazendo pressão nos servidores públicos, pressão nos empresários, nos industriais, ameaçando até com fiscalizações se não acompanharem os seus interesses, se não acompanharem aquilo que o Governo do Estado determina. O nosso povo de Rondônia, Senador Mozarildo, não aceita mais esse tipo de coisa; a população de Rondônia não aceita esse tipo de política.

Então, nós estamos vivendo um novo momento na história da democracia brasileira, estamos consolidando essa democracia. Então, não há mais espaço para esse tipo de política não só em Rondônia, evidentemente, mas em qualquer canto do nosso País. Falo aqui com conhecimento de causa, porque, depois daquele pronunciamento que fiz, na semana passada, sobre esta questão, recebi várias ligações de amigos meus, colegas, que estão sofrendo pressões do Governo do Estado para que sigam os seus candidatos. Isso é inadmissível! Nós estamos em um País livre, nós estamos em um País com uma democracia já consolidada. Não podemos mais admitir esse tipo de situação.

Então, peço ao TRE, peço à Polícia Federal que acompanhe essas campanhas, que acompanhe essas campanhas, aliás, milionárias de alguns candidatos que não têm como explicar por que se gasta tanto em campanhas eleitorais num momento que nós precisamos de transparência, precisamos de candidatos comprometidos com a sociedade.

Concedo um aparte ao nobre Senador **Mozarildo**.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB - RR)** Senador **Acir**, eu fico muito feliz de estar no plenário nesta hora em que V. Ex<sup>a</sup> aborda esse tema. V. Ex<sup>a</sup> está colocando um retrato de Rondônia. No meu Estado de Roraima esse retrato está piorado. As mesmas práticas. O Governador pressionando funcionários, sejam comissionados, sejam terceirizados, fazendo com que as empresas terceirizadas contratem mais pessoas para trabalhar na campanha. Não paga regularmente as terceirizadas. Pressiona os empresários todos. V. Ex<sup>a</sup> sabe que em Rondônia, que é mais desenvolvida do que Roraima, os empresários dependem muito do grande cliente que é o Governo. Em Roraima é pior ainda. Então, o empresário é pressionado, o funcionário é pressionado e a população, cuja pequena parte não é funcionário público, é seduzida até por mil reais para colocar uma placa, seiscentos reais ou mil reais para colocar uma placa, varia de acordo com a localização, no seu terreno. Contrata essa pessoa por três meses, com carteira

assinada, por meio de empresas para essa pessoa trabalhar na campanha. Temos denunciado isso, mas é uma coisa escandalosa. Então, eu penso assim: a legislação eleitoral tem evoluído muito. **Tivemos a lei que proíbe a captação de sufrágio, que é a compra de votos, que redundou em cassação de alguns Senadores, de alguns governadores. Temos agora essa Lei da Ficha Limpa. Mas, enquanto o eleitor não tiver consciência de que uma pessoa que faz uma campanha milionária, que gasta um dinheiro que ela não tem no bolso ou que tenha vindo de doações legais, lícitas, limpas, ele não vai mudar essa realidade. Não adianta Polícia Federal, Ministério Público, Justiça Eleitoral. Vai pegar pouca gente, comparando-se com a grandiosidade das coisas que são feitas, até porque essa gente também tem bons advogados, que sempre conseguem dar um jeito nisso. Então, é aquela história... Na Medicina a gente aprende o seguinte: tem que saber a causa, como você pode corrigir. A prevenção é o voto do eleitor. O eleitor tem que saber que ele é responsável por ter um Deputado Estadual corrupto, um Governador corrupto, um Deputado Federal, um Senador ou um Presidente da República corruptos. Então, nós temos que fazer uma pregação permanente. Fico feliz quando eu vejo o TSE fazendo, quando eu vejo algumas instituições, digamos, não oficiais fazendo, o Senado agora começou a fazer. Eu acho que é importante que todas as organizações permanentemente, em ano de eleição ou não, façam este trabalho de persuasão do eleitorado, porque senão nós vamos aqui produzir legislações que coíbem apenas em parte os abusos. E nós avançamos muito. Proibimos os showmícios; proibimos doações de camisetas; proibimos doações de canetas; enfim, aqueles brindes fabulosos. Isso já se conseguiu igualar mais ou menos à competição na campanha. Mas ainda falta muito por fazer, depende do eleitor. E V. Ex.<sup>a</sup> faz muito bem em trazer este assunto para a tribuna do Senado num momento em que a Nação toda, os Estados todos estão decidindo o seu futuro.**

**O SR. ACIR GURGACZ (PDT - RO)** Muito obrigado, Senador Mozarildo pelo seu aparte. É exatamente isto: as leis são importantes, mas nós precisamos da conscientização do nosso eleitor.

E aí nós voltamos àquele assunto que abordamos há pouco na educação. É por meio da educação, ensinando as escolas inicialmente o patriotismo, nós precisamos fazer brotar no coração dos nossos jovens, das nossas crianças, dos nossos adolescentes o patriotismo. E é por meio do ensino, da escola que nós vamos conseguir isso. Mas, enquanto não chegamos lá, é importante a atuação e o trabalho do TSE.

Como disse o Senador Mozarildo, já foram proibidas as camisetas, show business e agora está na hora de proibir os carros de sons também, Sr.<sup>a</sup> Presidente. Lá em Rondônia, as ruas estão cheias de filas, motos de som, carros de som, senão bastasse aparecer um avião de som, um avião amarrando caixa de som, sobrevoando as cidades, fazendo propaganda política. Onde é que nós chegamos!

Ora, é preciso realmente nós reestudarmos o que nós queremos com relação a nossa política. Talvez o financiamento de campanha pública seja a solução para que tenhamos as pessoas disputando com igualdades de condições. Enquanto um faz propaganda política de bicicleta, o outro faz propaganda política de avião. Essa não é a democracia que nós esperamos para o nosso País. Queremos uma democracia na qual a população possa escolher os seus representantes, seja no Legislativo, seja no Executivo, pessoas que tragam idéias, pessoas comprometidas com os nossos Estados, com o nosso País.

Então, venho aqui nesta tarde de hoje colocar principalmente para o povo de Rondônia que não se deixe abater pelas pressões, pelas ameaças e pelas perseguições de Governos. Nós estamos num Estado democrático. A nossa democracia é para valer e é forte. Somente por meio

da democracia vamos poder melhorar o nosso Estado de Rondônia e continuar melhorando o nosso País.

Era isso que eu tinha a tratar nesta tarde de hoje, Sr<sup>a</sup> Presidente.  
Muito obrigado.

HH1

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Shlessarenko; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; Sr<sup>as</sup> e Srs. telespectadores da TV Senado, que nos assistem por este Brasil todo; ouvintes da Rádio Senado, eu fico muito feliz hoje, inclusive, quero agradecer aos Colegas Senadores que, publicamente, aqui me cumprimentaram pelo dia de hoje, o meu aniversário, por estar, no meu aniversário, trabalhando em defesa do meu Estado, fazendo o trabalho para o qual o povo me elegeu, que é exatamente o de defender os interesses de Roraima, denunciar, brigar pelas coisas, ir atrás...

Quero hoje dizer justamente, Senadora Serys, dizer que faltam exatamente 113 dias para as eleições, portanto, pouco mais de três meses, não chega a quatro meses, para que tenhamos a oportunidade de eleger Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, Governadores e o Presidente da República.

Estamos discutindo muito, ultimamente, inclusive, ontem, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que o projeto aprovado pela Câmara e pelo Senado, o chamado Projeto Ficha Limpa, vai valer para estas eleições, o Ficha Limpa. Mas quero dizer que, muito mais do que leis, muito mais do que a ação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, da Justiça Eleitoral, para que a gente possa realmente passar a limpo a política brasileira, muito mais do que tudo isso está a decisão do eleitor, está o voto do eleitor, que é secreto, hoje praticado em uma urna eletrônica, que nem sequer tem como identificar como a pessoa votou. Então, a pessoa estará ali, na frente da urna, com a sua consciência, para dizer que tipo de representante quer, que tipo de Governador quer, que tipo de Presidente da República quer. Portanto, acho que toda pessoa séria quer um representante, um Governador sério como ele. Então, é importante que esse voto seja dado com consciência, com clareza.

Gosto sempre de citar, Senadora Serys, que essa questão, por exemplo, de vermos Governadores praticando corrupção, de, no Poder o Executivo Federal do Governo Lula, acontecerem tantos escândalos, não é coisa de agora não, é algo que começou, dizem os historiadores, com Pero Vaz de Caminha quando fez a carta ao rei de Portugal comunicando como era a terra chamada, naquela época, Santa Cruz, que é o nosso atual Brasil. Descrevendo ao rei como era a terra, ao final, usou aquele famoso tráfico de influência para pedir um favor para um parente. Portanto, se arrasta há muito tempo a corrupção, o erro, o pecado, que começou com o homem desde o início do mundo. Lembro-me de sempre mencionar aqui uma frase do discurso de Rui Barbosa, cujo busto encima a mesa dos trabalhos. Foi em 1914. Disse, como parte de seu pronunciamento: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. Sr<sup>a</sup> Presidente, isso em 1914. Por que essa coisa ainda não acabou? Não acabou justamente porque o eleitor, ao votar, não leva em conta que ele é o grande modificador dessa realidade. Não são os órgãos, a Polícia Federal, o Ministério Público, a Justiça Eleitoral, que vão resolver essa questão. A questão de coibir tem que haver também, porque os malfeitores, apesar de saberem que estão fazendo uma coisa errada,

**fazem e se aproveitam, Senadora Serys, dos mais diversos tipos de eleitor. Dizem: “Ah, o eleitor pobre é vulnerável a que se compre o voto dele”. Mas eu conheço muito eleitor rico que nem se dá ao trabalho de esperar que venham tentar comprá-lo, ele vai se oferecer para que os outros comprem e vai oferecer uma mercadoria que às vezes ele nem tem. Vai dizer que tem não sei quantos mil votos, que é líder disso, líder daquilo, ou vai oferecer uma contribuição de campanha para depois da eleição ele se ressarcir dessa coisa.**

Então, é preciso que o eleitor decida isso. Eu não concordo quando dizem: “Ah, mas a camada que não tem sequer o curso primário não pensa nisso”. Eu não concordo com isso. Eu conheço pessoas analfabetas que têm a honra como uma questão principal na sua vida. Então, não é essa questão de escolaridade não. E conheço muito doutor que é safado. Então, não é essa questão da escolaridade que cuida da questão da seriedade, do caráter e da honra das pessoas.

Eu quero falar principalmente ao eleitorado do meu Estado. É o menor eleitorado do Brasil, apesar de que vem crescendo proporcionalmente mais do que muitos Estados da Federação. Mas eu quero dizer a esse eleitorado que é uma hora importantíssima para o nosso Estado. Um Estado novo, que precisa, portanto, ser bem governado, e o que nós estamos vendo lá é um descalabro.

Eu fiz ontem um pronunciamento aqui, denunciando o Governador, dizendo que eu o estou processando, porque o Governador não tem preparo para governar o Estado, compostura e, pior, tem feito inúmeros casos nitidamente, evidentemente de corrupção. Agora mesmo o meu Estado está com emergência decretada em quatro Municípios. Municípios como Rorainópolis, São Luís do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, que estão ao sul do Estado, onde as chuvas foram mais intensas, e estão sem as estradas principais serem trafegadas. Não estou nem falando das estradas vicinais. O Governador está desde 2007 lá, mas não está ligando para isso. É sério.

Estou lendo matéria publicada no jornal *Folha de Boa Vista*, do meu Estado. Não estou, portanto, aqui... Mas quero dizer que não são só esses quatro Municípios, não. Todos os Municípios do meu Estado estão em estado de calamidade pública. Pior, Senadora Serys, o que me parte o coração é ver o descaso com a saúde do meu Estado. Outra matéria do jornal *Folha de Boa Vista*: “*Paciente espera por remédio há um mês*”. Trata-se de um paciente com câncer que não recebe o remédio. *O Estado alega que o medicamento é de alto custo e que não poderia ser fornecido*. E dizem mais os familiares do paciente: *segundo as pessoas, existem outras pessoas com o mesmo problema no Hospital Geral de Roraima*. Palavras da irmã do paciente: *Ao lado do meu irmão tem um homem na mesma situação. Em consequência disso, os pacientes ficam esperando sem saber quando vão poder seguir o tratamento indicado*. Isso é uma imoralidade!

Dinheiro para fazer festa o Governador tem de sobra. Toda hora, ele faz festa particular, da mulher dele, da filha e até do seu cachorrinho, usando, inclusive, o jato do Governo para levar os cantores para lá. Para isso ele tem dinheiro. E para fazer uma propaganda intensiva, no rádio e na televisão, do Governo dele, Senadora **Serys**, explorando, por meio de depoimentos, pessoas humildes que são, por exemplo, atendidas por um órgão do Governo, quando o avião vai buscar para tratamento na capital, ou uma atleta que recebeu uma passagem. Isso é uma exploração farisaica. É coisa de fariseu mesmo.

O jornal *Roraima Hoje* publica: “*Timoglobulina: Justiça bloqueia R\$41,5 mil das contas do Estado*”. Quer dizer, a Justiça está bloqueando as contas do Estado porque o Estado não fornece o medicamento. Aí a alegação: “*Esse medicamento não existe no Estado, mas à época foi aberto processo licitatório para a sua compra, que não findou*”. Ora, em caso de saúde, não

há esta história de tanta formalidade. Compra-se e faz-se tanta obra, dispensando licitação. Lá no meu Estado, está cheio disso. Mas também há o exemplo aqui da obra do Palácio do Planalto, para a qual foi dispensada a licitação. Então, é isso o que o povo brasileiro tem que ver. Não pode haver esta possibilidade de nós reelermos, por exemplo, um Governador como é o do meu Estado, que, aliás, não foi eleito, ele era Vice-Governador, um homem que não cuida da saúde das pessoas, um homem que deixa a Secretaria de Saúde não ter remédios para pessoas que estão com doenças gravíssimas, como é o caso do câncer. Não posso aceitar isso.

Quero fazer um pedido ao eleitorado do meu Estado. Sei que a grande maioria é funcionário público do Estado e vem sendo pressionado nas repartições. Os chefes comissionados estão fazendo reunião, escalando pessoas para trabalhar na rua como cabo eleitoral, enviando ao interior como cabo eleitoral. Para aqueles que têm cargo comissionado, mais ainda. Quero dizer a esses funcionários que também fui funcionário do Estado por muito tempo e também sou funcionário público, afinal de contas, Senador é um funcionário público. Não aceite pressão, não aceite coação. Dê seu voto de maneira livre. Analise todas essas coisas que estão acontecendo no Estado. Vamos dar um novo rumo para Roraima, que merece que o povo seja mais bem tratado. A nossa gente não merece esse tipo de tratamento: não tem remédio, não tem estradas de acesso aos Municípios, não tem nada. Na verdade, a segurança e a educação estão um caos.

Por isso quero dizer ao eleitor e à eleitora de Roraima, aos jovens, aos idosos, a todos: na hora do voto é só você e a sua consciência. Portanto, se um Governador não corresponde às expectativas porque é despreparado, administra mal, é completamente eivado de denúncias seu governo, não merece ser reeleito. Como também espero que reflitam sobre os Deputados Estaduais, os Deputados Federais e os Senadores. Lembrem-se:, vocês agora vão eleger dois Senadores, vinte e quatro Deputados Estaduais e oito Deputados Federais, além do Governador. Espero, portanto, que tenhamos um novo Governador, um novo rumo e um novo tempo no meu Estado.

E quero pedir, Senadora Serys, que as matérias a que aqui me referi sejam transcritas como parte do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

\*\*\*\*\*  
**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO**  
*(Inseridos nos termos do inciso I, § 2º, do art. 210 do Regimento Interno.)*  
 \*\*\*\*\*

Matérias referidas:

- “Voto Certo”. (Nota publicada no site claudiohumberto.com.br:)
- Trecho de discurso de Rui Barbosa, publicado no site paralerepensar.com.br;
- “Paciente espera por remédio há um mês”, artigo publicado por Naira Sousa no jornal *Folha de Boa Vista*, de 11 de junho de 2010;
- “TIMOGLOBULINA: Justiça bloqueia R\$ 41,5 mil das contas do Estado”, publicado no site roraimahoje.com.br.



HH2

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Senador **Mão Santa**, que preside esta sessão, quero, como sempre, agradecer as palavras generosas de V. Ex<sup>a</sup>.

**Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, hoje eu quero abordar um tema que foi objeto de recente decisão nossa, que foi a aprovação do chamado projeto Ficha Limpa. Aliás, é bom que se coloquem os fatos históricos para não parecer, sem demérito a nenhuma das iniciativas, que esse projeto só foi votado porque partiu de um movimento da sociedade. É lógico que os movimentos da sociedade são fundamentais, estão acima das iniciativas de qualquer Parlamentar, mas é preciso fazer justiça aqui.**

O Senador Pedro Simon apresentou um projeto, até mais rígido do que esse, em relação à questão do Ficha Limpa, que foi aprovado aqui no Senado, foi para a Câmara e estava dormitando lá. Faltava justamente o quê? Essa pressão popular que, promovida pela CNBB, pela OAB, pela AMB, realmente recolheu 1,6 milhão assinaturas, mais outras tantas via Internet e que, portanto, forçou os Deputados a tomarem uma decisão que era para terem tomado já há muito tempo, em relação ao projeto que já estava lá, aprovado pelo Senado. Mas, de qualquer forma, o importante é que o projeto foi aprovado.

É verdade que agora está uma discussão jurídica se o projeto vale para essa eleição ou se não vale para essa eleição.

*O Globo* de hoje diz: “Ficha Limpa só para o futuro. Para o Presidente do TSE, lei aprovada no Congresso não atinge candidatos já condenados”.

Essa é uma discussão que vai talvez se arrastar durante o registro das candidaturas, durante a campanha e até depois, na diplomação e na posse dos possíveis fichas-sujas que vierem a ser eleitos.

A *Folha* de hoje também traz: “Inelegibilidade de ficha-suja só deve valer para coordenação futura”, diz o Ministro Lewandowski, o Presidente do TSE.

**A mesma coisa dizem os outros jornais. Peço ao Presidente que, depois, autorize a transcrição como parte do meu pronunciamento, pois, com este pronunciamento, quero chamar a sociedade à reflexão, não só os cerca de dois milhões que se mobilizaram para assinar o projeto, mas todo eleitor e eleitora brasileira, para essas próximas eleições. Porque, acima da lei, no meu entender é o remédio, e aqui tenho sempre o meu cacoete de médico, pois melhor do que a prevenção, do que a vacina.**

**Eu acho que a melhor conduta é a prevenção e a vacina nessa questão das eleições que ocorrerão daqui a poucos dias, 3 de outubro.** O eleitor hoje tem muita facilidade de saber quem é e quem não é uma pessoa que tem um passado decente, uma vida íntegra. É fácil o eleitor saber, por exemplo, se o candidato está agindo na campanha de maneira correta, não está comprando voto, não está pressionando, não está coagindo para ter voto. O eleitor tem que ter a tranquilidade de que o voto dele é secreto, que é digitado numa urna eletrônica sem haver como outra pessoa saber em quem ele votou. Esse voto é mais importante do que a própria lei.

A lei foi um avanço. Se vai ou não valer para esta eleição, logicamente os tribunais, tanto o TSE quanto o STF, vão dizer. O importante é que o trabalho parlamentar foi feito, tanto que

aqui no Portal G1, falando das eleições 2010, diz: *Efeitos da alteração no texto da lei da ficha limpa dividem especialistas.*

Alguns avaliam que são inelegíveis só os condenados após a promulgação. Outros consideram que lei atingirá também os condenados anteriormente [ou que venham a ser condenados após a promulgação].

O importante, agora, é que realmente se faça o trabalho. Aí vou repetir: a CNBB, a OAB, a Associação dos Magistrados Brasileiros e outras instituições respeitáveis pelo Brasil afora, como a ABI - Associação Brasileira de Imprensa, a Maçonaria, o Rotary, o Lions, as igrejas de um modo geral, todas deveriam se mobilizar para fazer uma campanha ferrenha, esclarecendo o eleitor da importância de votar de maneira limpa.

**O importante, agora, é que realmente se faça o trabalho. Aí vou repetir: a CNBB, a OAB, a Associação dos Magistrados Brasileiros e outras instituições respeitáveis pelo Brasil afora, como a ABI - Associação Brasileira de Imprensa, a Maçonaria, o Rotary, o Lions, as igrejas de um modo geral, todas deveriam se mobilizar para fazer uma campanha ferrenha, esclarecendo o eleitor da importância de votar de maneira limpa.**

Eu até quero dizer que, há poucos dias, exatamente no dia 14 deste mês, nós, do PTB de Roraima, fizemos em Boa Vista um seminário cujo tema era exatamente este: eleições limpas, legislação eleitoral. Isto é, se obedecermos à legislação que já existe, nós podemos ter eleições limpas e, se tivermos eleições limpas, vamos eleger pessoas limpas para Deputado Estadual, para Governador de Estado, para Deputados Federais, para Senadores e para Presidente da República. Então, é muito importante que haja, realmente, essa mobilização da sociedade. Nós, do PTB de Roraima, já fizemos dois seminários. O primeiro foi mais genérico, falando sobre democracia, trabalhismo, eleições, aí envolvidos dois aspectos da eleição: tanto a parte da legislação eleitoral quanto a parte do *marketing* eleitoral. E esse segundo seminário, inclusive, foi feito em parceria com as Faculdades Cathedral, uma instituição de ensino superior renomada em Roraima e que existe em outros Estados também. Não só fez parceria conosco, como cedeu o seu auditório para que o seminário fosse realizado, compreendendo que não pode haver essa dissociação entre as instituições e a ação política séria. Tivemos três palestrantes, todos da área jurídica: um ex-juiz do Tribunal Regional Eleitoral, que é juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Roraima; um ex-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, que é o atual Presidente do Tribunal de Justiça; e um advogado militante na questão eleitoral, aquele que vai, portanto, lá no TRE discutir a defesa da boa aplicação da lei. Espero que todas as instituições fiscalizem, porque se nós formos aguardar apenas que a Polícia Federal, a quem compete fiscalizar as eleições, ou as polícias estaduais como auxiliares, ou o Ministério Público, ou os juízes façam este papel, nós vamos ter certeza de que não vai acontecer, não porque eles não queiram, mas porque não há condições materiais, não há número suficiente para fazer a fiscalização, para fazer as denúncias, para processar, para julgar.

**Portanto, é importante que a sociedade toda, cada cidadão, cada cidadã seja fiscal desta eleição. Antigamente era muito complexo para um cidadão que via um candidato cometer um delito fazer uma denúncia. Hoje em dia, não. Quem é que não tem um celular hoje em dia no Brasil? E um celular, mesmo o mais simples, tem no mínimo uma câmara fotográfica, portanto, pode-se fotografar um ato ilícito, e a maioria deles também filma e grava. Então, o cidadão deve estar atento e fiscalizar, sim, a ação dos candidatos nessa eleição, porque, se nós fizermos isso, o eleitor terá consciência de que**

**os fichas-suijas que estão na política hoje, seja nas assembleias estaduais, seja na Câmara dos Deputados, seja aqui no Senado, seja na Presidência da República ou nos governos dos Estados, estão lá porque foram eleitos. Lamentavelmente, foram eleitos. Quem elegeu? O eleitor.**

**Eu quero aqui relembrar um assunto que já abordei tratando desse assunto. É uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, que entrevistou eleitores em todo o Brasil. Quais foram os dados? Os dados foram estupefacentes: 79% do eleitorado do Brasil entrevistado disseram que não é possível fazer política sem um certo grau de corrupção. Ora, se o eleitor tem isso na cabeça, se ele acha que é preciso ter um grau de corrupção pra fazer uma campanha eleitoral, então, não vai alterar, não vai mudar essa realidade. Nós temos que convencer o eleitor de que não pode haver corrupção. Quem estiver fazendo corrupção, portanto, será um político que depois vai roubar e se ressarcir da corrupção que fez. E, aliás, quando faz corrupção, geralmente é com dinheiro já roubado, já desviado.**

Por exemplo, não é correto que um Governador de Estado pressione os seus funcionários, não seus funcionários, mas funcionários do Governo, porque ninguém é funcionário do Governador, sejam concursados, comissionados ou terceirizados, fazendo reuniões nas repartições ou usando esses funcionários para ações ditas sociais, mas com o claro treinamento para pedir voto para o Governador, para os candidatos do Governador a Deputado Estadual, a Deputado Federal, a Senador. Portanto, isso aí é corrupção. Então, um funcionário qualquer pode gravar uma situação dessas, pode fotografar, pode filmar.

**O Sr. Heráclito Fortes (DEM - PI) V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?**

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR)** Logo em seguida. Então, eu quero fazer essa convocação ao eleitor, porque eu tenho lá em meu Estado denúncias claras de que o Governador está fazendo isso com os funcionários comissionados, primeiramente, porque a pessoa que tem um cargo comissionado fica na corda bamba, pode ser demitido a qualquer momento. É bom, então, que o funcionário comissionado saiba que ele não é funcionário do Governador, ele é funcionário do Governo do Estado; que o funcionário terceirizado de uma empresa não é funcionário do Governador, ele é funcionário da empresa contratada pelo Governo do Estado. E os empresários também têm que ter clareza de que eles não precisam se submeter à extorsão para poder prestar um serviço contratado pelo Governo, ou executar uma obra, ou vender algum material para o Governo. Mas eu ouço o Senador **Heráclito Fortes** com muito prazer.

**O Sr. Heráclito Fortes (DEM - PI)** Senador Mozarildo Cavalcanti, nesta sexta-feira, quando nós temos mais liberdade para discutir temas, até porque o tempo nos ajuda, V. Ex<sup>a</sup> traz a esta tribuna um assunto da maior importância. Primeiro porque ele está na moda, pelo fato da votação esta semana do Projeto Ficha Limpa aqui pelo Senado. Mas veja como as coisas acontecem: determinados Parlamentares, infelizmente existem, que preferem a notoriedade pessoal a uma conquista coletiva apressaram-se a espalhar para a imprensa que o Ficha Limpa tal qual foi aprovado no Senado teria perdido a sua eficácia. E essas afirmativas criaram dúvidas, inclusive junto a autoridades que têm responsabilidade de decidir neste País. Na verdade, a emenda do Senador Dornelles não modifica a eficácia da lei. A guerra que se está fazendo em cima disso é de pessoas em busca de notoriedade. O que se deixou de dizer foi que esta Casa teve um dia histórico, e mais histórico ainda foi a atitude da sociedade civil organizada que se mobilizou nas ruas do Brasil, trazendo para o Senado e para a Câmara dos

Deputados o seu sentimento e o seu pensamento com relação à ficha suja ou à ficha limpa. E aí está provado que são salutares ações populares como esta, porque, apesar de representantes legítimos do povo brasileiro, muitas vezes nos distanciamos do pensamento momentâneo da sociedade sobre alguns temas. E essa participação ordeira e pacífica, coordenada pela Ordem dos Advogados, foi altamente positiva para a democracia. Nós não vimos baderna, nós não vimos discussão acirrada entre os condutores da proposta e os Parlamentares. O que nós vimos foi uma vontade coletiva realmente de se tirar esse entrave que prejudicava todos nós. É evidente que não é condenação prévia, mas é evidente também que nós não podemos conviver com a impunidade. E é um fato que precisa ser levado em conta. Nós temos aí alguns Parlamentares e homens públicos que estão condenados, com a chamada ficha suja, com reincidência, e temos casos que são incidentes de percurso, como é o caso da ex-Prefeita de São Paulo Luiza Erundina. Mas o Senado fez a sua parte. Agora, V. Ex<sup>a</sup> trata outro problema que é preciso ser examinado, inclusive pela Justiça Eleitoral; cita casos do seu Estado. E eu imagino, porque eu vejo o que acontece no meu. Pergunto o que acontece com ex-Governador que saiu em períodos eleitorais a distribuir ordem de serviço, com calendário de desembolso: primeira parcela no dia tal, segunda parcela no dia tal, terceira parcela no dia tal, dando início a obras eleitoreiras que estão paralisadas. As ordens de serviços foram transformadas em chacota. Vemos Prefeito lá no Piauí, **Senador Mozarildo**, pegar essas ordens de serviços, que são nada mais nada menos do que cheques sem fundo, e brincar com elas como se estivessem com um baralho na mão: “Você quer essa, você quer essa, você quer aquela?”. É um crime eleitoral grave. Será que isso vai ficar impune? Nós temos, no Estado do Piauí, denúncias graves de desvio e de superfaturamento de remédios. Nós temos no Piauí denúncias já comprovadas de uso de carro, de aluguel de carro: são R\$5 milhões todo mês. Nós temos no Piauí o ex-Governador prometendo obras que não existem, como hidrelétricas, aeroportos e o Porto de Luis Correia. Será que fica tudo por isso mesmo? A Justiça Eleitoral precisa estar mais atenta. As denúncias, Senador Mão Santa, contra a Agespisa por transformar-se em um cabide eleitoreiro estão aí. Nós temos o caso da Emgerpi, que é uma supersecretaria criada para dar suporte, principalmente, a obras sem concorrências. Estourou um escândalo já denunciado e comprovado. O inquérito está na mão da Polícia Federal, mas nada se apura, e os responsáveis pelo crime estão batendo palmas, achando graça e, certos da impunidade, de que podem continuar a cometer atitudes pouco recomendáveis. Portanto, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> por essa preocupação, porque o criminoso sabido não comete seu delito no período eleitoral, pois ele sabe que está mais exposto. Ele está cometendo agora ou cometeu recentemente. O Governador que assumiu herdou um Estado em petição de miséria. Está com a herança maldita na mão, mas não pode dizer nada, ou tem dito muito pouco, porque o Governador que saiu é seu aliado político e candidato ao Senado. Pelo menos está tomando providências, o que está provocando um desconforto danado no PT do Piauí. V. Ex<sup>a</sup> está certo: é preciso que haja uma fiscalização mais forte e firme por parte da Justiça Brasileira. Muito obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB - RR) Agradeço, Senador Heráclito. V. Ex<sup>a</sup> faz, com exemplos muito claros, um retrato do que acontece, possivelmente, por este Brasil afora, mas, no meu Estado, a coisa é alarmante. Lá se comenta, por exemplo, que o atual Governador disse, em julho do ano passado, que já tinha R\$50 milhões para a campanha. De onde ele tirou os R\$50 milhões? Os funcionários comissionados principalmente, como eu disse, mas também os terceirizados e até os concursados, que não devem nenhum favor ao Governador, são transformados por ele em funcionários seus, em funcionários do Governador, quando eles são funcionários do Governo do Estado, e eles são pressionados a fazer campanha a favor dele. Tanto é que eu estou de acordo, hoje, com o que diz o nosso candidato José Serra com relação à reeleição: o Brasil não tem amadurecimento suficiente para a reeleição de

Governador.

No caso de Roraima, o Governador vai para a reeleição com a caneta na mão, antes do período da convenção e também depois da convenção. Desse jeito é muito difícil, e as coisas se agravam num Estado pequeno como o meu, em que não existem muitas oportunidades de emprego. Cerca de 70% dos empregos do Estado são de funcionários do Governo do Estado ou dos órgãos federais, que hoje são aliados também do Governador ou das prefeituras do interior, cujos prefeitos também ficam reféns do Governador; até os vereadores, que ganham pouco, são pressionados.

Então, como eu disse a V. Ex<sup>a</sup>, a lei não deve fazer prejudgamentos, como foi o caso da Lei Falcão na época do regime militar. A Lei Falcão dizia que qualquer pessoa processada não podia ser candidata. Então, era muito fácil: eu, sendo adversário de V. Ex<sup>a</sup>, entro com um processo, arrango um processo, o Ministério Público aceita a denúncia e pronto. Basta isso, e V. Ex<sup>a</sup> não pode ser candidato. Não é isso. O que nós não queremos é que pessoas, e a lei aprovada foi essa, condenadas não só por um juiz, mas por um colegiado de juízes, pode ser uma turma de um tribunal, possam ser eleitas. Não precisa transitar em julgado, quer dizer, esperar até que seja julgado o último recurso. É preciso, sim, que essa lei, inclusive agora, seja mais bem elaborada, quer dizer, precisamos fazer uma legislação que a aperfeiçoe, sem revogá-la, evidentemente, porque foi um grande passo.

**Mas o que vale é que nós estamos há cento e poucos dias da eleição. Aí, Senador Mão Santa, nós, que somos médicos, sabemos que é preciso agir agora, nesta eleição, fazendo a prevenção e a vacina. E eu repito: prevenção e vacina equivalem a voto consciente, a promover eleições limpas, porque, com eleições limpas, fichas-suvas não serão eleitos.** É preciso, portanto, que essas pessoas que estão sendo pressionadas, os funcionários, os empresários, os prefeitos, os vereadores, tenham consciência de que o voto é secreto. Então, mesmo a pessoa que está no poder agora pode ser apeada do poder pelo voto simples da sociedade.

Quero terminar, Senador **Mão Santa**, reiterando aqui o meu pedido a todas as entidades, não só a essas que se mobilizaram para apresentar o projeto de iniciativa popular não, mas a todas as entidades da sociedade. Já que a CNBB, a OAB e a AMB, Associação dos Magistrados do Brasil, se mobilizaram, que outras entrem para mobilizar o eleitor para votar de maneira consciente e limpa. Que o seu voto seja limpo. Isso feito, eu tenho certeza de que nós já teremos uma depuração no quadro político brasileiro.

**E é bom que se diga o seguinte: infelizmente, é uma minoria que é ficha-suva ou corrupta e mancha a atividade política. A política não é suva; a política é uma atividade pública,** é uma ciência que cuida de servir a população, votando questões como a dos salários, das férias, dos impostos, enfim, tudo é feito por meio da atividade política. Só não há política, Senador Mão Santa, nas ditaduras. Temos o exemplo de vários países do mundo, onde se diz que há democracia porque acontecem eleições. Eleição não é o único ingrediente da democracia. Democracia é o funcionamento independente dos três Poderes, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo; é a alternância no poder; não é o continuísmo de um mesmo grupo o tempo todo no poder e, principalmente, eleições limpas e não eleições manipuladas, fraudadas e compradas.

Confio no eleitor brasileiro e quero aqui conclamar especialmente o eleitor do meu Estado de Roraima: vamos dar o exemplo ao Brasil e vamos fazer eleições limpas, obedecendo a legislação e fiscalizando os fichas-suvas que vão agir durante a campanha eleitoral. Muito obrigado e reitero o pedido de transcrição dos documentos que mencionei.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)*

Matéria referida:

“Ficha limpa não pode retroagir, diz presidente do TSE” (*Correio Braziliense*).

“Ficha Limpa só para o futuro” (*O Globo*).

“Inelegibilidade de ‘ficha suja’ só deve valer para condenação futura, diz Lewandowski” (*Folha Online*).

“Efeitos da alteração no texto da lei da ficha limpa dividem especialistas” (G1 Eleições 2010).

12

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, a nossa presença, aqui, diz respeito ao despacho de V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, apenas uma correção: o projeto não é do Executivo. O projeto é de origem popular. É o Projeto Ficha Limpa, que foi subscrito por mais de dois milhões de brasileiros, aprovado pela Câmara dos Deputados e, agora,...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Olha, eu queria esclarecer a V. Ex<sup>a</sup>: realmente, tem esse, mas V. Ex<sup>a</sup> sabe que quando tem dois projetos no mesmo sentido há um apensamento. Esse foi apensado e o que chegou aqui foi o que eu acabo de ler.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Então, a ordem dos fatores não altera o produto.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) É uma verdade matemática que nós aprendemos na Aritmética de Trajano. No meu tempo, se estudava desde o primário.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) O projeto é de origem popular, é o primeiro projeto dessa natureza que chega nesta legislatura para apreciação do Congresso Nacional, gerando uma enorme expectativa.

É exatamente sobre o respeito que nós devemos devotar à sociedade brasileira que pretendo falar hoje. Temos de ter esse cuidado de não gerar falsa expectativa, passar a ideia de que, com um projeto dessa natureza, nós estamos eliminando a corrupção da face da Terra. Eu temo que essa expectativa exagerada possa redundar em enorme frustração este é o primeiro ponto da abordagem que faço hoje.

Na edição de hoje, a *Folha de S.Paulo* apresenta um levantamento feito entre 110 políticos do Estado de São Paulo que disputarão eleição neste ano. De 110, apenas um seria alcançado pela lei denominada de Ficha Limpa. Portanto, nós não podemos gerar essa expectativa falsa e exagerada, sob pena de promovermos uma decepção enorme ao final, em razão das consequências da aprovação desse projeto.

Ele é um avanço, um avanço importante. Só o fato de ter despertado a sociedade para essa realidade e promovido o debate entre os políticos já é meritório, mas é um avanço também. Logo mais, eu vou fazer um resumo do projeto para expor o que pretende essa proposição, **mas, antes, devo relatar também as dificuldades que existem para a sua aprovação célere no Senado Federal.**

O projeto chega hoje, foi lido e vai à Comissão de Constituição e Justiça, um projeto que tem ao redor de 26 artigos. Esse é o Projeto Ficha Limpa.

**Temos de superar algumas dificuldades regimentais para que ele possa ser aprovado a tempo de vigorar para as eleições deste ano de 2010.**

Primeiramente, temos quatro medidas provisórias trancando a pauta: a Medida Provisória nº 477, que abre crédito em favor de vários órgãos, no valor de R\$18 bilhões; a Medida Provisória nº 480, que abre crédito extraordinário, em favor de vários órgãos, no valor de R\$1,3 bilhão; a Medida Provisória nº 474, que dispõe sobre o reajuste do salário-mínimo; a Medida Provisória nº 475, onde foram incluídos o fim do Fator Previdenciário e o reajuste de 7,71% para os aposentados. Estas Medidas Provisórias podem ser votadas na ordem inversa da numeração porque foram editadas no mesmo período e, por isso, vencem no mesmo dia: 1º de junho.

É por essa razão que há um pleito para que se vote, em primeiro lugar, a medida provisória que diz respeito à aposentadoria e ao Fator Previdenciário, temos a expectativa, inclusive, de votar, na próxima terça-feira, esta Medida Provisória de nº 475, para atender às expectativas dos aposentados brasileiros.

Além dessas Medidas Provisórias que, prioritariamente, estão na pauta à frente das demais proposições, temos os quatro projetos do pré-sal em regime de urgência constitucional e, portanto, com preferência.

É o Projeto nº 309, que cria a empresa Petrosal; é o Projeto nº 07, que dispõe sobre o Fundo Social com os recursos do pré-sal; o Projeto nº 08, que dispõe sobre capitalização da Petrobras e o Projeto nº 16, que dispõe sobre o regime de partilha e rateio dos recursos e os *royalties*. Portanto, estes projetos, são quatro, têm prioridade logo após as medidas provisórias, porque estão em regime de urgência constitucional.

Com o apoio de dois terços das lideranças do Senado Federal, podemos também adotar o regime de urgência regimental para o Projeto Ficha Limpa. Ocorre, no entanto, que os projetos que estão em regime de urgência constitucional têm preferência ao projeto em regime de urgência regimental. A Constituição está acima do Regimento, se sobrepõe ao Regimento. Essas são as dificuldades regimentais.

Senador João Durval, se formos seguir esse roteiro, não aprovaremos a tempo o Projeto Ficha Limpa, para vigorar nas eleições de 2010, e isso, por si só, será uma frustração. É por essa razão que iniciei esse pronunciamento falando em gerar expectativa falsa e exagerada, e na necessidade de respeitarmos a sociedade brasileira sendo francos, absolutamente transparentes e colocando a realidade dos fatos com as dificuldades eventualmente existentes. **Estamos, portanto, nas mãos do Governo. Se o Presidente Lula desejar, votaremos o Projeto Ficha Limpa como prioridade; se não desejar, não o votaremos. Não haverá**

**tempo. Há a necessidade de o Governo retirar o regime de urgência constitucional dos Projetos do Pré-Sal, mesmo que seja provisoriamente, para restabelecê-los logo após a deliberação do Projeto Ficha Limpa. Se o Governo deseja que a sociedade seja atendida e que vigore já nas eleições de 2010, o Governo deve proceder desta forma. Certamente, o povo brasileiro não vai entender a ausência de um acordo político para que se vote esse projeto como prioridade. Será decepção. O Líder Romero Jucá disse que o projeto não é do interesse do Governo, foi o que afirmou. Mas o que é do interesse da sociedade não é do interesse do Governo? Esse projeto é da sociedade: mais de dois milhões de brasileiros o subscreveram e, certamente, a população brasileira, de forma absoluta, deseja a sua aprovação, porque é óbvio que o cidadão que trabalha duro e paga impostos não gosta da corrupção. Gosta da corrupção aquele que se aproveita dela, que é cúmplice e beneficiário dela. O povo trabalhador não gosta da corrupção. Fico com receio também, porque o Presidente Lula, ainda ontem, em entrevista concedida ao jornalista Carlos Nascimento, do SBT, criticou o projeto e demonstrou inclusive desconhecimento. Porque afirmou, incorretamente, que o projeto torna inelegíveis pessoas, políticos ou candidatos que sequer foram julgados. Não é isso o que institui o projeto, não é isso o que estabelece a proposição de origem popular. Estabelece, sim, que o político condenado em primeira instância se torna inelegível. Condenado em primeira instância pelo Colegiado, não basta a condenação monocrática.**

**Creio que, apesar de dispor dessa forma, o projeto poderá se constituir em decepção para a população exatamente porque poucos são os condenados. Temos pilhas de processos, processos que tramitam lentamente no Poder Judiciário, mas não temos condenações em número significativo. É a razão do levantamento feito pela *Folha de S.Paulo* no dia de hoje em relação aos eventuais candidatos do Estado de São Paulo.**

**No Senado Federal, por exemplo, não há ninguém que possa ficar inelegível com a aprovação dessa proposta. Pelo menos não é do nosso conhecimento, e não se passou como informação para a imprensa. Não há, aqui, nenhum Senador condenado e, portanto, não há, no Senado Federal, ninguém inelegível. Há processos tramitando na Justiça. Essa é a distinção que se tem de fazer para não iludir, para não enganar, para não escamotear a verdade. Gerar uma falsa expectativa e ganhar alguns aplausos eventuais e depois frustrá-los, Deputado Luiz Carlos Haully, não fica bem para aqueles que querem reconquistar a confiança do povo brasileiro, nesta instituição que é essencial no processo democrático.**

Antes de fazer um relato sobre o que dispõe o projeto, até para que aqueles que nos acompanham possam ter noção do que estamos propondo, do que estamos aprovando, vou conceder o aparte ao Senador **João Durval**, e depois ao Senador **José Nery**, para que S. Ex<sup>a</sup> possa também se manifestar a respeito desse projeto.

**O Sr. João Durval** (PDT - BA) Agradeço ao meu Colega, Senador **Alvaro Dias**. Sr. Presidente, meu querido amigo **Mão Santa**, minha comunicação será rápida. Venho aqui, hoje, para comunicar um fato que aconteceu na Bahia e que entristeceu toda a nossa sociedade. Vou, inclusive, pedir o registro do falecimento da Dr<sup>a</sup> Maria Theresa de Medeiros Pacheco, um ícone da Medicina baiana. Formada em 1953 pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, apenas um ano depois foi convidada a participar do quadro de médicos do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues e, em 1972, foi promovida a Diretora do Instituto Médico-Legal. Pioneira no mundo, como mulher, passou 15 anos na direção. Idealizou o Complexo do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia, que é, nos



dias de hoje, o maior do País. A Dr<sup>a</sup> Maria Theresa sempre manteve sua vida como um exemplo de retidão, de honestidade e de ética, como foi definida pelo Dr. Raul Barreto, seu ex-aluno e amigo, atualmente Diretor do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia. Foi professora da Universidade de Medicina, ocasião em que ensinou a estudantes de Direito e de Medicina, Universidade Católica de Salvador, Faculdade Ruy Barbosa e da Unime (União Metropolitana de Educação e Cultura). Os amigos afirmavam que ela era casada com a Medicina Legal e seus filhos eram seus alunos. Toda a Bahia reverenciava a postura de mulher muito inteligente, oradora nata e mestra por excelência. A Bahia está triste e desolada com seu falecimento. Era apenas esse registro que eu queria fazer, Sr. Presidente Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Senador João Durval, aguardamos a formalização do requerimento para oficialmente encaminharmos o voto de pesar da Mesa Diretora do Senado pela perda dessa ilustre médica a quem V. Ex<sup>a</sup> se refere.

**O Sr. João Durval** (PDT - BA) Muito obrigado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) Obrigado, Senador Mão Santa. Concedemos o tempo ao Senador João Durval em razão da urgência, pelo que nos solidarizamos com S. Ex<sup>a</sup>.

Concedo o aparte, antes de prosseguir com o meu pronunciamento, ao Senador José Nery, Líder do PSOL, e que nos honra com seu aparte.

**O Sr. José Nery** (PSOL - PA) Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> aborda neste tarde, com suas preocupações e seu registro, a tramitação nesta Casa do projeto popularmente conhecido como Ficha Limpa, que trata justamente de inelegibilidades para aqueles que disputam cargos eletivos. Esse projeto é oriundo da manifestação democrática da sociedade brasileira, que recebeu assinatura de mais de dois milhões de eleitores, através de um movimento coordenado por um conjunto de entidades da sociedade civil brasileira. A OAB, a CNBB, a Comissão de Justiça e Paz e entidades ligadas ao Ministério Público foram as incentivadoras dessa campanha popular nacional de coleta de assinaturas que redundou num projeto de iniciativa popular aprovado pela Câmara dos Deputados. Como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, não é o projeto dos nossos sonhos, mas foi o projeto possível no atual contexto político, no debate, nos enfrentamentos e foram vários, na Câmara dos Deputados. Ao chegar ao Senado, creio que teríamos que fazer aqui um esforço extraordinário para vencer, por meio de um amplo acordo político, discutido com todos os partidos e com todos os Líderes, porque aqui, sabe V. Ex<sup>a</sup> que, quando há vontade política e decisão de fazer algo, se faz; quando não há, posterga-se, adia-se, espera-se. Nesse caso, eu diria que é um daqueles projetos que vai ao encontro do sentimento da sociedade brasileira, que quer ver cidadãos e cidadãs disputando o cargo público, mas que não sejam maculados por uma tremenda ficha suja, até porque a inelegibilidade só alcançará aqueles condenados em 2<sup>a</sup> instância, por um órgão colegiado do Poder Judiciário, cabendo ainda a possibilidade de defesa e de recurso à instância superior. Portanto, ao dialogar com V. Ex<sup>a</sup> no momento em que V. Ex<sup>a</sup>, com muita propriedade, traz esse tema nesta tarde, digo que devemos desenvolver aqui um esforço extraordinário para discutir e votar as medidas provisórias, aprová-las ou rejeitá-las naquilo que for do nosso entendimento; trabalhar pela retirada da urgência constitucional dos projetos do pré-sal e colocar como prioridade a votação do Ficha Limpa, porque este tem que ser o compromisso do Senado para o seu encontro com aqueles que querem ética na política. Parabéns V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e nos somamos nessa perspectiva. Muito obrigado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) Obrigado, Senador José Nery. O Governo tem que dizer agora se é a favor do projeto Ficha Limpa ou se quer aplausos dos “fichas sujas”. Não há outra situação. O Governo tem que definir: uma coisa ou outra. Eu estou preocupado, porque o Presidente Lula criticou o projeto na entrevista a que me referi há pouco. Mas eu creio que há um apelo popular que não pode ser ignorado pelo Presidente, que tem alta popularidade, tem o apreço da maioria da população brasileira; tem, pois, que corresponder ao apoio que tem recebido. Não pode afrontar a vontade popular negando ao Brasil o direito de avançar em relação à moralidade da atividade pública no País. É essencial. Eu repito que os resultados serão ainda pífios, mas este é o primeiro passo. O Deputado Haully, que esteve aqui há pouco, convidou-me para ser seu parceiro em uma nova proposta que complementaria essa iniciativa popular; uma proposta mais abrangente, mais rigorosa...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) (...) e que pudesse alcançar, na necessária dimensão, todos aqueles que podem ser considerados comprometidos eticamente. Quero pedir ao Senador Mão Santa que pondere um pouco. Eu não preciso nem de todo o tempo que o Senador Mário Couto teve. Talvez ele tenha privilégios que eu não tenho. Mas pelo menos a restituição do tempo que eu ofereci, delicadamente, ao Senador João Durval, em razão da urgência. Tenho que fazer uma exposição...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Senador Alvaro Dias, eu sou do Partido Social Cristão e digo: pedi e dar-se-vos-á. Qual é o tempo que V. Ex<sup>a</sup> quer?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) Só para completar, não vou exagerar; quero apenas expor o que dispõe o projeto Ficha Limpa. Para aqueles que nos acompanham...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Eu dei, simbolicamente, cinco minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB - PR) *Ok*, Sr. Presidente. Muito obrigado. O projeto majora de três para oito anos, subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos, o período de inelegibilidade de Governadores e Prefeitos que perderam seus mandatos. Este é um ganho; é um avanço.

Torna inelegíveis, para qualquer cargo, aqueles que possuírem contra si representação cuja procedência tenha sido mantida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, majorando também o período para oito anos de inelegibilidade.

Há também relevante alteração no tocante às condenações criminais. O projeto aumenta o rol de crimes que dão prazo à inelegibilidade. Conforme a redação da proposição, além dos crimes originariamente previstos, tornam inelegíveis aqueles que forem condenados por crimes contra: o patrimônio privado; o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga à de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; e praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

Eu acrescentaria, por exemplo, se pudessemos alterar o projeto sem prejuízo da sua vigência imediata, que aqueles parlamentares que renunciaram ao seu mandato para evitar a cassação ficassem também inelegíveis e não pudessem disputar eleições.

Eu tenho um projeto que tramita no Senado Federal, o de nº 65, e que está na pauta para ser apreciado por esta Casa. O projeto, repito, torna inelegível o parlamentar que renuncia ao seu mandato para evitar a cassação. Nós tivemos vários exemplos no Senado e na Câmara dos Deputados. O projeto determina que, no caso de crimes eleitorais, somente aqueles para os quais a lei comine pena privativa de liberdade são capazes de ensejar a inelegibilidade, diferentemente do que ocorre na redação atual da lei. Assim, não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo nem aos crimes de ação penal privada. O período de inelegibilidade também foi majorado para oito anos, contados a partir do cumprimento da pena. Limita-se a majorar de quatro para oito anos o período de inelegibilidade daqueles que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis.

Determina que aqueles que tiverem suas contas rejeitadas, vez que passa a torná-los inelegíveis apenas se restar configurado ato doloso de improbidade administrativa. Outro aspecto relevante é que o simples fato de a decisão do órgão competente que rejeitou as contas ter sido submetida ao Poder Judiciário não possui o condão de manter a elegibilidade. De acordo com a redação, a decisão que rejeitou as contas deverá ter sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário. Caso contrário, o candidato permanecerá inelegível. O prazo previsto nesta alínea também foi majorado para oito anos, contados a partir da decisão. As contas julgadas pelo Tribunal de Contas serão estendidas a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição. Torna inelegíveis aqueles que se beneficiarem ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, cuja decisão tenha sido proferida por órgão judicial colegiado, alternado o período de inelegibilidade, que passa a ser para a eleição na qual concorrerem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos oito anos seguintes. Inelegíveis também se tornam as pessoas que tenham sido condenadas, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, pelas condutas vedadas em campanhas eleitorais que especifica. Como se vê, muitas das penalidades instituídas ou impostas por esta lei já constam da legislação vigente no País. Em alguns casos, há uma ampliação do prazo de inelegibilidade de três para oito anos.

Inelegíveis aqueles que renunciarem a seus mandatos...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR)** (...) desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal; os que condenados à suspensão dos direitos políticos em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público ou enriquecimento ilícito; que tenham sido excluídas do exercício de profissão, por decisão sancionatória de órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional; que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade; que tenham sido demitidos do serviço público, em decorrência de processo administrativo ou judicial, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR)** A pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral; os magistrados e os membros do Ministério Público que tenham sido aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar.

Esse é um resumo do que dispõe o Projeto Ficha Limpa, de origem popular. Repito que não apresenta o rigor que a sociedade deseja, mas é um avanço que tem que ser consagrado pela votação no Senado Federal, em tempo, para que vigore nas eleições deste ano. Mas para que isso ocorra o Governo tem que tomar algumas providências.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR)** As nossas escusas àqueles que nos acompanham pela **TV Senado**, porque esse é um procedimento que não tem muita coerência, lógica e isonomia, mas que existe, e, de quanto em vez, a campanha é acionada, e nós somos interrompidos. **Mas vou concluir, até porque é melhor concluir, fazendo um apelo ao Presidente da República. Não há por que responsabilizar agora este ou aquele. A palavra final é do Presidente da República. Por quê? Porque urgência constitucional é prerrogativa do Presidente. É ele quem impõe a urgência constitucional. Cabe a ele retirá-la agora, para abrir o caminho, a fim de que o Senado possa deliberar sobre o Projeto Ficha Limpa. É o que nós esperamos. Cabe ao Presidente da República dizer se é favorável ao Projeto Ficha Limpa ou se quer adotar um procedimento protelatório, para que ele não vigore neste ano de 2010.**

13

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, a questão de ordem do Senador Arthur Virgílio tem inteira procedência. Antes da análise que devo fazer da proposta do Líder do PSDB, gostaria de fazer referência à medida provisória dos aposentados, que tem como relator o Senador Romero Jucá.

Eu creio que o Senador Romero Jucá tem a experiência e a competência necessárias para resolver essa questão de preciosismo literário aqui no Senado Federal, sem fazer com que retorne à Câmara dos Deputados. Há urgência na aprovação desta matéria, e nós acreditamos que uma emenda de redação pode solucionar esse equívoco, que não é relevante. Relevante é a concessão do benefício proposto pelo projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. E temos a convicção de que Presidente da República acolherá a proposta terminativa do Senado Federal para a sanção tão esperada pelos aposentados brasileiros.

Sintetizando: cabe ao Senador Romero Jucá e ele tem condições plenas para isso encontrar a fórmula de redação que evite a devolução do projeto à Câmara dos Deputados. Com vontade política e competência, certamente isso será perfeitamente alcançado.

Em relação ao projeto Ficha Limpa, o Senador Arthur Virgílio discorreu sobre as razões que nos levam a postular a votação prioritária, e temos razões de sobra para esse pleito.

Tivemos, Srs. Senadores, desde a adoção dessa prerrogativa do projeto de iniciativa popular, três proposições aprovadas no Congresso Nacional. A primeira, o Fundo de Habitação Popular; a segunda, aquele projeto que apenas quem compra voto na campanha eleitoral; e o terceiro projeto torna crime hediondo o sequestro seguido de morte, esse projeto foi proposto em decorrência do crime contra Daniela Perez.

**Agora, o projeto Ficha Limpa, num cenário em que as instituições públicas brasileiras, os partidos políticos e os políticos de forma geral encontram-se desgastados diante da opinião pública, gerou uma expectativa extraordinária, mobilizou as entidades representativas da sociedade civil e promoveu um grande debate. Há que se oferecer resposta urgente a esse anseio popular. Retardar, protelar é afrontar uma aspiração coletiva do povo brasileiro. O projeto de iniciativa popular deve ter um tratamento diferenciado no Congresso Nacional. É por isso que se justifica essa postulação de se realizar uma sessão extraordinária, conferindo o regime de urgência à deliberação do projeto. A Comissão de Constituição e Justiça amanhã se reúne e certamente aprovará o relatório do Senador Demóstenes Torres, que propõe aprovação sem alteração, exatamente para valorizar a urgência. Nós temos de aprovar em tempo para que o projeto de lei possa se transformar em lei sancionada pelo Presidente da República e vigorar já, para as eleições deste ano.**

A expectativa da sociedade é esta: o povo brasileiro quer que o projeto vigore nas eleições deste ano, e nós não podemos frustrá-la. A expectativa extraordinária que o projeto gerou pode redundar em imensa frustração se não tivermos a sensibilidade política de superar esse impasse e votar com preferência, oferecendo perspectivas de que vigore neste ano. Esse preciosismo jurídico em debate: Vigora este ano? Não, não vigora este ano. Há que se aguardar um ano, pode ser naturalmente compreendido. Mas, acima desse preciosismo jurídico, devemos colocar as expectativas da sociedade, e a expectativa maior do povo brasileiro em relação ao Congresso Nacional nesta hora não é outra, é esta: é a votação do projeto Ficha Limpa para que possa vigorar já nas eleições deste ano.

Portanto, Sr. Presidente, eu louvo a postura de V. Ex<sup>a</sup> ao, de forma afirmativa, enfatizar o desejo da Presidência. V. Ex<sup>a</sup> não se omite, V. Ex<sup>a</sup> se afirma ao defender, como Presidente em exercício do Senado Federal e do Congresso Nacional, a aprovação prioritária do projeto Ficha Limpa.

É evidente que alguém poderia até desejar aprimorar a proposta apresentando emendas, o que resultaria em retorno à Câmara dos Deputados, mas nós estamos abrindo mão dessa perspectiva de aprimoramento para que, aprovado o projeto, suas determinações possam vigorar nestas eleições. E só vigorará para estas eleições se consumarmos este grande acordo político que estamos hoje arquitetando com essa proposta do Senador Arthur Virgílio; só poderemos fazer vigorar neste ano este projeto se consumarmos este acordo político, com o aval da Mesa e de V. Ex<sup>a</sup>, para que o projeto seja votado no dia de amanhã. Não teremos, se fizermos isso, pretexto para retardar a aplicação da lei. A lei poderá ser aplicada já para as eleições deste ano. É muito pouco ainda. Nós sabemos disso. É insuficiente. Mas é um passo adiante. É uma conquista. E essa conquista tem que ser consagrada pelo Senado Federal no dia de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, vou trazer, com o máximo de celeridade possível, dois temas hoje a esta Casa. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apresentei, na tarde de hoje, proposição de minha autoria objetivando disciplinar e aperfeiçoar os procedimentos relativos aos veículos apreendidos ou abandonados junto à Polícia Rodoviária Federal. A intenção inicial era oferecer um projeto que permitisse ressarcir os custos da Polícia Rodoviária Federal com a guarda dos veículos depositados em seus pátios e áreas anexas aos postos ao longo das rodovias; e, ao mesmo tempo, reparar os danos causados pelos acidentes em equipamentos públicos, usando para isso a venda dos veículos apreendidos ou abandonados. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, podemos constatar que, em qualquer dessas rodovias brasileiras por onde possamos trafegar, vamos encontrar, nas circunvizinhanças dos postos das polícias rodoviárias, uma montanha de veículos abandonados. E, nessas rodovias, vamos também encontrar danos causados por acidentes nelas acontecidos: *guard-rail* rompido, cercas de delimitação da rodovia danificadas; e aquilo passa anos e anos sem ser reparado, em função exatamente da falta de verbas específicas para isso.

Contudo, Sr. Presidente, ainda que o leilão do bem apreendido ou abandonado já tenha previsão legal no Código Brasileiro de Trânsito, a lei estabelece que, do montante arrecadado com a venda, serão deduzidas as multas, os tributos e os encargos legais que incidirem sobre o veículo, devendo ser o saldo repassado ao ex-proprietário.

Essa destinação do saldo de recursos decorrente do leilão afigurou-se incontornável, uma vez que a interpretação jurídica de qualquer destinação diversa é entendida como expropriação. Tal entendimento é amparado por normas constitucionais que consagram o direito do indivíduo à propriedade e determinam que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Entretanto, a realidade se impõe pelo fato comum, em todo o País, da grande quantidade de veículos apreendidos e removidos pelos órgãos executivos de trânsito que permanecem abandonados nos pátios ou depósitos das instituições. Como já relatei, essa cena é permanente em todo órgão responsável pelo controle de trânsito e nas circunvizinhanças de todos os postos das polícias rodoviárias federais das estradas do nosso País.

Independentemente das causas da apreensão, os serviços de remoção e armazenagem, assim como os procedimentos relacionados à devolução do veículo, implicam despesas significativas para aqueles órgãos, sem que haja recursos previstos para o seu ressarcimento. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece que a retirada do veículo por seu proprietário requer a quitação de débitos relativos a tributos, multas, taxas e encargos legais incidentes sobre o bem. Afirma ainda que, caso não regularizada a situação, o veículo será levado a leilão público, após o prazo de 90 dias, contados a partir da data da apreensão. Os recursos arrecadados com o leilão destinam-se prioritariamente ao pagamento dos débitos mencionados, cabendo ao antigo proprietário o recebimento do saldo porventura existente. Neste contexto, e tendo em vista as limitações estabelecidas pelo texto constitucional quando trata do direito à propriedade, apresentei a atual proposição, cujo mérito principal consiste em considerar que as despesas com remoção, depósito e procedimentos administrativos realizadas pelos órgãos de trânsito também devam ser adequadamente ressarcidas com os recursos advindos da venda do veículo, para o que se faz necessário estabelecer previsão em instrumento legal.

A matéria já se encontra disciplinada pela Lei nº 6. 575, de 30 de setembro de 1978, que “dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos em todo o

território nacional”. Ocorre que, embora não revogada explicitamente, essa lei faz referência a dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (o antigo Código Nacional de Trânsito), revogada pelo CTB, o que enseja insegurança jurídica para as demandas dos órgãos de trânsito quanto a essa questão.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com esta proposição, pretendi dar maior visibilidade às normas que regem a destinação dos veículos apreendidos por órgãos de trânsito e, dessa forma, contribuir para a sua efetiva aplicação. Sr. Presidente, esse é um tema que trago nesta tarde. Na verdade, gostaria ainda de ter a oportunidade de ler para V. Ex<sup>as</sup> um artigo de nossa autoria que foi publicada no jornal *Correio da Paraíba*, do dia de ontem, domingo, sobre exatamente o tema que V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, Senador Papaléo, tão brilhantemente trouxe a esta Casa minutos atrás. Então, pegando carona nesse tema que V. Ex<sup>a</sup> nos trouxe na tarde de hoje, eu me arvorei aqui para ler esse artigo que foi publicado por mim no jornal *Correio da Paraíba* de ontem.

**A “ficha é limpa, o jogo é sujo” Jean-Jacques Rousseau dizia já no século XVIII que os seres humanos tendem a defender seus interesses privados acima da vontade coletiva, um fenômeno humano que se repete (e como se repete) nas assembleias. O espaço de discussão onde os interesses individuais são postos em conflito e as vontades particulares deveriam ser eliminadas em proveito do interesse comum tem produzido (para além da imaginação do filósofo) peças legais eivadas de brechas por meio das quais se esvai o ideal coletivo e prosperam os mecanismos de proteção do eu. E é mais uma destas peças, e com essas motivações, que pode estar sendo gestado o projeto com o qual se pretende(?) barrar das disputas políticas os agentes condenados em tribunais de segunda instância.**

**A ficha é limpa, porém o jogo é sujo. A Câmara Federal, por exemplo, jogou para a plateia aprovando a matéria de forma célere. Também atentos ao ruído das ruas (ou urnas), os partidos se apressaram em garantias de que não acolherão em suas siglas os fichas sujas, declarações que, pelo menos no ninho tucano paraibano, não são ouvidas ou consideradas. A população, que vive este momento de expectativa, sugiro questionamentos importantes: a lei, se sancionada, estará em vigor já nesta eleição? Mais: a punição prevista será mesmo de oito anos? Tenho defendido que, se esta é uma lei séria, que seja aprovada do jeito que está e tenha o poder de barrar os fichas sujas já neste pleito. Do contrário, estaremos diante de mais um engodo, um simulado, onde os legisladores fingem concordar com os seus representados, mas atuam nos bastidores no sentido de ganhar tempo e condições de se defenderem da lei. A legislação brasileira, aliás, é pródiga em autoproteção. A inelegibilidade, por exemplo, tem punição prevista de três anos, o que credencia o gestor cassado a estar de volta à cena já na próxima eleição [as eleições são de quatro em quatro anos]. Por estes e outros exemplos é que proponho, desde já, uma faxina nesta ficha, para que de fato chegue limpa ao Código Eleitoral.**

Sr. Presidente, essas palavras nossas foram publicadas em um jornal de ontem e se acostam exatamente à filosofia do pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> fez na tribuna desta Casa há poucos minutos.

Trouxe com uma certa urgência, e até de forma inesperada, esse texto, que não fazia parte do meu pronunciamento, o meu desejo de aqui estar na tarde de hoje era abordar exatamente o projeto de lei a que dei entrada, mas não poderia deixar de contribuir, com esse artigo, acostando-me exatamente no pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> fez. Como estava presidindo a sessão, não podia apartear-lo de forma mais confortável. Eu o fiz de forma antirregimental e

peço desculpas, mas, na verdade, a intenção foi prestigiar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento!

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT - AM) Senador Roberto Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB - PB) Pois não.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT - AM) Desculpe o atraso em solicitar o aparte; eu estava concentrado em um documento. V. Ex<sup>a</sup> se expressou muito bem: a ficha é limpa, mas o jogo é sujo, porque a grande dificuldade em vencermos essa batalha na política, de termos políticos corretos, de termos políticos que defendam, realmente, o povo; de termos políticos que não estão atrás dos interesses pessoais, mas, sim, do interesse coletivo, é esse jogo sujo que está por trás de tudo isso. Infelizmente, hoje a maior parte das pessoas que participam da política estão dentro desse contexto. E a coisa vem se dando... Nós devemos trabalhar no sentido, acredito que o projeto passará e irá contribuir bastante para isto, assim como outras ações, de nos posicionar e fazer com que tais medidas sejam implementadas para que o Brasil possa ter representantes à altura do que o povo realmente merece. O povo, nós sabemos, não é culpado desse processo. Não acompanha como deveria acompanhar a política, muitas vezes é iludido, acha que aquele com o melhor discurso, que faz as melhores observações, é o que, realmente, irá representá-lo. Então, é um trabalho muito difícil, mas deveremos ter persistência, pois a política é uma das formas de oferecermos o melhor à população. Acho que quem se dedica à política como ela deve ser... Infelizmente, ela é percebida de outra forma por aqueles que não a conhecem como deveria ser. A política é muito importante para fazermos o bem às pessoas. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por fazer esta observação: a ficha vai ser limpa, mas o jogo continuará sujo. Como fazer com que o jogo se torne limpo? Parece até... Às vezes, eu gosto de dar este exemplo: pode não estar muito adequado, mas vou compartilhar o exemplo com V. Ex<sup>as</sup>: no jogo de futebol, todos nós sabemos que uma cotovelada ou uma puxada na camisa do adversário não são corretas. Desde que o juiz não as veja. Se o juiz não viu a cotovelada, está valendo; se o juiz não viu puxar o cabelo do adversário, o jogo está valendo. A torcida está vendo. Então, infelizmente, na política, muitas coisas acontecem assim. As declarações a respeito das eleições são as mais ridículas possíveis. Declara-se que o gasto foi de tanto, quando todo mundo sabe o valor estimado de uma campanha. E assim vai. Quer dizer, as pessoas percebem que aquilo não está certo, mas, infelizmente, o jogo ainda é muito sujo. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pela reflexão que faz sobre essa luta a fim de que tenhamos, cada vez mais, melhores representantes participando da política no nosso País. Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB - PB) Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e estendo os parabéns ao Senador Papaléo, porque foi graças ao tema trazido pelo Senador Papaléo Paes que eu incluí no meu pronunciamento o tema que V. Ex<sup>a</sup> destacou, honrando-me com esse aparte. Quero dizer muito claramente aos Senadores que eu me espanto, às vezes, talvez seja um pouco de ingenuidade, com o fato de que muitas vezes, nesta Casa e em outras Casas legislativas, haja uma série de pronunciamentos, todos se acostando a uma ideia, todos aprovando um determinado projeto que, antecipadamente, já se sabe que não será, na prática, executado. O meu medo em relação a esse projeto que estamos debatendo na tarde de hoje é que se saiba antecipadamente que ele dificilmente vai ser aplicado na íntegra e se crie um clima para enganar a opinião pública. Digo isso porque a sessão está sendo divulgada em canal aberto pela TV Senado e pela Rádio Senado. Fazem isso para enganar a opinião pública, para que todo mundo pose de bom moço. Aparentemente, aprovam o projeto, com urgência, por unanimidade, aqui, no plenário, mandam o projeto para sanção presidencial; porém,



sabendo-se que não se vai poder contornar um obstáculo da própria lei, que é a lei não retroagir, que é não atingir determinados crimes. Na verdade, vota-se sabendo que o projeto não se materializará para as próximas eleições. Então, finge-se uma celeridade e, na verdade, haverá alguns obstáculos para que a lei vingue para as próximas eleições. Então, alerta para esse debate, cujo âmago é: o projeto vale ou não vale para estas eleições? Se não valer, o que se está colocando, o que se está debatendo nesta Casa são palavras ao vento. Não terão valia. Então, estamos enganando a opinião pública com um projeto que é lindo, maravilhoso, que se acosta a quatro milhões de assinaturas, na verdade, talvez 200 milhões de brasileiros gostariam de subscrevê-lo, porém, na prática, não se materializará. Então, o meu alerta é o de que tomemos cuidados para não enganarmos a opinião pública. Muito obrigado, Sr. Presidente, por mais esta tolerância.

J

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu queria aqui apoiar a proposta dos partidos de Oposição do Democratas, do PSDB, feita aqui pelo Senador Arthur Virgílio com uma questão de ordem, no sentido de abrimos a sessão extraordinária e votarmos, em regime de urgência, o projeto Ficha Limpa. É um anseio da sociedade, é um projeto de origem popular que se transformou aqui na Casa num projeto de lei e que é importante para a sociedade brasileira. **Como há consenso na Casa, eu acho que é importante que nós atendamos ao clamor popular e votemos esse projeto com a máxima urgência, se possível amanhã, desde que antes votemos as quatro medidas provisórias que estão trancando a pauta dois créditos, o salário mínimo e o reajuste dos aposentados, que têm que ser votadas antes. Não haverá nenhum óbice regimental, já que há acordo de procedimentos para a votação.** Em relação a um dos projetos de créditos, deveremos votar contrariamente, mas isso não impedirá que os quatro sejam votados, e, portanto, que a pauta seja desobstruída.

Já que os projetos do pré-sal exigem mais discussão, mais debates, é importante que votemos imediatamente, com a urgência máxima, após as medidas provisórias, o projeto Ficha Limpa, dentro da proposta feita pelo Senador Arthur Virgílio, em nome dos partidos de Oposição. **Quero dar o meu apoio à proposta, e eu acho que é fundamental, para que a sociedade brasileira confie nesta Casa, que nós mostremos que, realmente, os anseios populares são transmitidos para cá, e nós reverberamos esses anseios populares.** Muito obrigado, Sr. Presidente.

JJ

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, para tratar do tema que foi levantado aqui pelos Líderes José Agripino e Arthur Virgílio, vou colocar em duas partes o encaminhamento do Governo. Primeiro, as medidas provisórias. Vamos votar hoje, por acordo, uma medida provisória relatada pelo Senador Jayme Campos e, amanhã, votaremos a medida relatada pelo Senador Eduardo Azeredo, de crédito; a medida relatada pelo Senador Jefferson Praia, que diz respeito ao salário mínimo; e a medida relatada por mim, que diz respeito aos aposentados.

Na medida dos aposentados, quero registrar que mantereí o índice de 7,71%. Farei a correção na tabela, que veio com erro de cálculo da Câmara dos Deputados no que diz respeito ao seu limite; e estou procurando uma solução para substituir o Fator Previdenciário. Temos duas ou três opções e, até o final do dia, fecho esse relatório e o entrego. Portanto, o relatório será votado, impreterivelmente, amanhã à tarde para que essa matéria possa voltar à Câmara dos Deputados para ser apreciada.

No que diz respeito à votação do projeto Ficha Limpa e do Pré-Sal, quero registrar que assinei a urgência para o projeto Ficha Limpa; estamos trabalhando pela urgência dele e pela urgência dos projetos do Pré-Sal. A ordem de votação será definida pela resposta à questão de ordem levantada pelo Senador Arthur Virgílio. Nós vamos verificar que tipo de ordenamento e que tipo de entendimento nós teremos com a Oposição no que diz respeito ao Pré-Sal e no que diz respeito ao Ficha Limpa.

A nossa posição é votar os dois com urgência, a nossa posição é votar os dois rapidamente. Queremos o Pré-Sal e queremos o Ficha Limpa. Portanto, será a resposta da questão de ordem que definirá a sequência da votação, mas ambas serão votadas, apoiadas pelo Governo e discutidas à exaustão, Sr. Presidente.

Essa é a posição da Liderança do Governo.

K1

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Muito bem, Presidente. Louvo a iniciativa do presidente e do secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Drs. Ophir Cavalcante Júnior e Marcus Vinícius Furtado Coelho, pelo lançamento do livro ***Ficha Limpa: a Vitória da Sociedade, que acaba sendo um roteiro sobre como se deve portar o eleitor.***

Historia tudo, historia todos os passos que levaram à aprovação do Ficha Limpa, até as consequências, que não são tão leves quanto pareceriam para alguns, que se verificam neste momento.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, eu aqui também me refiro pela milésima vez à refinaria de Manaus, a Refinaria Isaac Sabbá (Reman). O Ministro Márcio Zimmermann marcou, terça-feira, encontro, imagino que com toda a Bancada federal, mas com certeza com os Senadores do Amazonas (Senador Alfredo Nascimento, Senador Jefferson Praia e eu), e imagino que com os Deputado também, para esclarecer, e eu espero que ele esclareça, essa dolorosa dúvida quanto a se investir ou não se investir na refinaria de Manaus.

Se não se investe em Manaus, na refinaria de Manaus, se liquida uma obra de 60 anos, pioneira; se faz o Estado perder, de início, de 25% a 30% de ICMS, prejudicando o Estado, Capital e Municípios, e os Municípios do Amazonas já são bastantes pobres para sofrerem mais esse golpe; e se impede a consolidação do polo petroquímico do meu Estado. Portanto, espero sair da reunião de terça-feira com esclarecimentos suficientes. Prefiro a paz. Por outro lado, e isso não é segredo para ninguém, se não houver convencimento claro, se eu perceber que continua a ameaça à refinaria de Manaus, serei obrigado a partir para obstrução da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Já estou avisando isso com toda antecedência, com toda lealdade, até porque acho que deve haver lealdade até quando se está em situação de adversidade com alguém. Não aceito deslealdade com amigos muito menos,

nem com inimigos, e não somos inimigos do Governo. Não aceito deslealdade com adversários; não sou desleal com ninguém, quem quer que seja. Portanto, caso não saia convencido de que está salvaguardada a refinaria de Manaus e o polo petroquímico do meu Estado, eu partirei, repito, para a obstrução da LDO. É o que me resta fazer, é a arma que tenho. Mas confio que o Ministro, gentil, atento, cavalheiro, que prontamente respondeu à indagação que lhe fiz na Comissão de Minas e Energia, confio que ele haverá de mostrar documentalmente, com muita clareza, que essas ameaças não passam de falsas ameaças. Espero que seja assim.

Portanto, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e agradeço ao Senador Líder do PMDB pela gentileza de me ter cedido essa parte do tempo e encaminhado à Mesa os pronunciamentos que peço sejam publicados na sua inteireza, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

**O SR. ARTHUR VIRGILIO** (PSDB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, não posso deixar de registrar neste plenário efusivos cumprimentos ao presidente e ao secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante Junior e Marcus Vinicius Furtado Coelho, pelo lançamento do livro *Ficha Limpa: a Vitória da Sociedade*.

É uma pequena obra em número de páginas, apenas 136, mas grande pela importância que tem sobretudo nestas vésperas de eleições. Ela traz as informações que tanta gente quer e precisa saber a respeito desse notável avanço que demos no sentido da moralização da vida pública brasileira.

O livro, prefaciado por nosso colega Demóstenes Torres, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, historia, em linguagem acessível, a trajetória da proposição de origem popular, que sofreu modificações e aperfeiçoamentos em sua tramitação; e discorre sobre os principais pontos da nova lei.

No final, são anexados textos de leis anteriores sobre inelegibilidade; quadro comparativo sobre as modificações; o parecer do deputado Índio da Costa, relator do Grupo de Trabalho da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara; o parecer do deputado José Eduardo Cardozo, naquela Comissão; o parecer do senador Demóstenes Torres; e o voto do relator da matéria no Tribunal Superior Eleitoral, ministro Hamilton Carvalhido.

Traz a resposta do TSE à consulta que fiz, sobre se a lei se aplicaria ou não às eleições deste ano. E também a decisão do Tribunal sobre a controvertida interpretação que se estava dando para o alcance da lei no que se refere a situações passadas.

Enfim, o livro contém tudo de que precisam advogados, políticos, juizes, procuradores e todos quantos se interessem em saber o que é a Lei da Ficha Limpa.

Dizem os autores que a lei de origem popular muda a face política País. Muda mesmo. E não muda apenas pelo fato de estabelecer condições de elegibilidade que estabelecem uma barreira para quem tenha a ficha suja. Muda pelo fato de a sociedade ter dado forte

demonstração de que está decidida a agir. Mais de 1 milhão e 700 mil eleitores assinaram inicialmente essa iniciativa, que teve à frente, entre tantas entidades, a OAB e a CNBB. E o número de assinantes foi subindo, até passar dos 7 milhões.

Na Câmara dos Deputados, a proposição, como se sabe, encontrou certa resistência, que no entanto foi-se desvanecendo à medida que crescia a pressão por parte da OAB, da CNBB, de várias outras entidades e da imprensa. Quando aqui chegou, já estávamos sintonizados com a vontade do eleitorado. Suprimimos prazos e a aprovamos com facilidade e rapidez até surpreedentes.

Não podemos, porém, nós, políticos, ficar de braços cruzados, sob pena de novamente o Congresso vir a ser atropelado pela iniciativa popular.

Está aí, a nos desafiar, há tanto tempo, a necessária reforma política. Muito nela se fala, mas pouco se faz. Não poderá ser protelada por mais tempo. Deve ser uma das primeiras providências do próximo ano, sob novo governo. Se não a fizermos, certamente a sociedade a fará, com a apresentação de novas proposições de origem popular.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB - AM. Sem apanhamento taquigráfico.)** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, mais uma vez volto a esta tribuna para tratar de assunto muito relevante para meu Estado. Trata-se da Refinaria Isaac Sabbá, de Manaus.

Sabem os que já me ouviram que desde a semana passada venho transmitindo a minha preocupação, a preocupação do povo amazonense, com as notícias de que teriam sido cortadas verbas orçamentárias imprescindíveis à modernização daquela Refinaria. Se procedentes as notícias, a Refinaria entraria em progressivo declínio, até transformar-se em mero terminal de distribuição, em vez de ser a propulsora de um polo petrolífero baseado no óleo e no gás que vêm da bacia do rio Solimões, a partir de Urucu, no município de Coari. Logo depois que levantei a questão pela primeira vez, na Comissão de Infraestrutura, recebi telefonema do Ministro das Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Foi atencioso e gentil. Disse que iria convidar-me para reunião, esta semana, com ele e técnicos, no Ministério, para esclarecer o assunto.

Agora chegou ao meu gabinete o convite do senhor Ministro, e endereçado também aos outros dois Senadores do Amazonas, Alfredo Nascimento e Jefferson Praia, para a reunião que se realizará terça-feira, dia 29.

Com o convite, veio cópia do Plano de Negócios 2010/2014 da Petrobras, que por sinal mereceu severas críticas no principal editorial da edição de hoje do jornal O Estado de S.Paulo. Não vou, neste momento, entrar nessa discussão. Atenho-me ao objeto da nossa preocupação, da preocupação dos amazonenses.

Foi anexada também, com data do último dia 15, nota da Petrobras sob o título “Esclarecimento sobre Modernização da Refinaria de Manaus”, dizendo continuar em andamento o projeto de sua modernização.

Essa informação não trouxe nenhuma tranquilidade. Nem tampouco o Plano de Negócios da Petrobras, que não deixa claro o que se vai investir na Refinaria. Falam em R\$ 1,5 bilhão, o que é muito pouco, é nada praticamente, se levando em conta o anúncio de que serão de R\$

224 bilhões os investimentos aprovados para a estatal. Os próprios petroleiros de Manaus estão apreensivos.

Considero muito positivo o fato de o Ministro Márcio Zimmermann ter mantido sua promessa de realizar a reunião para esclarecimento. E espero dela sair com dados tranquilizadores muito concretos. Não admitiremos  $\zeta$  e isso deixei bem claro ao senhor Ministro  $\zeta$  que se mate uma Refinaria que, além de enorme importância para a economia do Amazonas, tem forte significado simbólico. Ela foi fruto da ousada iniciativa do empresário Isaac Sabbá, que a instalou, na década de 50, em pleno coração da selva amazônica. Foi proeza de tal ordem que ele ganhou até capa na Time Magazine. E seu nome foi dado à Refinaria, que depois foi estatizada, voltou à iniciativa privada e acabou incorporada à Petrobras. Para finalizar, quero dizer que iremos à reunião, nós, Senadores amazonenses, com muita esperança, mas sem baixar a guarda. Palavras não bastarão. De minha parte, farei o que já avisei aqui: se continuar a ameaça à Refinaria de Manaus, partirei para a obstrução da votação da LDO.

Era o que tinha a dizer.

K2

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador José Agripino já expôs muito bem qual é o ponto de vista da Oposição, se é para apressar a votação do Ficha Limpa, a nossa disposição de votarmos as quatro medidas provisórias. Não vejo dificuldades em votá-las, ainda que em uma delas nós votemos, no mérito, contra a proposta do Governo. Com certeza, queimando etapas para que se possa apreciar tanto a Medida Provisória nº 474, a do salário mínimo, quanto essa que é relatada pelo Senador Romero Jucá, a 475, que cuida do reajuste dos aposentados.

Mas o motivo que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é apresentar à Mesa uma questão de ordem, que julgo de bastante relevância para a definição de cada Senador, de cada Líder, neste momento que vive o Senado Federal.

É a seguinte a questão de ordem:

Sr. Presidente, nos termos do art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer a V. Ex<sup>a</sup> detalhamento mais específico sobre a tramitação de proposições legislativas quando houver o sobrestamento da pauta por medidas provisórias e projetos de lei em regime de urgência constitucional.

O Senado Federal vem adotando uma sistemática de trabalho na qual as proposições legislativas que não se transformam em norma jurídica ficam afastadas das regras do art. 62, § 6º, da Constituição Federal, não sofrendo a sua paralisação com o sobrestamento da pauta pelas medidas provisórias e projetos de lei em regime de urgência. Esses procedimentos têm

dado mais agilidade ao processo legislativo e vêm ao encontro dos anseios da sociedade, por um Parlamento mais dinâmico e eficiente.

A Câmara dos Deputados se tem posicionado de maneira mais ampla que o Senado Federal e tem aplicado a interpretação de que as medidas provisórias e os projetos de lei em regime de urgência somente sobrestam a pauta em relação aos projetos de lei ordinária, ou seja, qualquer outra proposição legislativa não sofre essa paralisação e pode, portanto, ser votada, normalmente.

O caso mais recente foi o Projeto de Lei Complementar nº 168, de 1993, já conhecido nacionalmente até por ser de iniciativa popular, contando com mais de quatro milhões de assinaturas a lhe corroborar os termos, mais conhecido como Ficha Limpa, que já foi votado naquela Casa, mesmo quando havia medidas provisórias já em regime de urgência sobrestando a pauta.

Nesse sentido, no escopo de se dar uma uniformização de interpretação sobre o trâmite das medidas provisórias e projetos de lei de urgência constitucional, venho solicitar a esta Presidência que adote o mesmo procedimento da Câmara dos Deputados e coloque na pauta para votação esses projetos, independentemente da existência de proposições em regime de urgência presente no Senado Federal.

É importante salientar que o Regimento Interno do Senado Federal também contempla a possibilidade de alterar trâmite de uma votação, conforme dispõe o inciso III do art. 412.

Art. 412 A legitimidade na elaboração da norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

III impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade, mediante voto nominal, resguardado quorum mínimo de três quintos dos votos do membro da Casa.

Por todo o exposto, venho solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que coloque em votação no plenário do Senado Federal o PLC nº 58, de 2010-Complementar, que é denominado de Ficha Limpa.

Sr. Presidente, o entendimento que tem a minha Bancada é o de que não havendo acordo de Líderes, obviamente, empaca, mas havendo acordo de Líderes e não sendo matéria transformável, conversível em medida provisória, é muito cabível, é muito possível, é necessário até que se faça uma sessão extraordinária para votar o chamado Projeto Ficha Limpa.

K3

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para esclarecer, com muita felicidade, que o artista Cláudio Andrade, que foi brutalmente agredido na sua casa, não faleceu. Então, não se justifica o voto de pesar. Eu fico feliz. Se há um erro que eu cometo com alegria é este. Sou muito atento às coisas da minha terra, e se há um erro que cometo com alegria é este. Fico muito feliz mesmo e espero que ele tenha plena recuperação, até porque precisamos da humanidade e da arte dele.

Mas, Sr. Presidente, a propósito do que acabou de relatar o Senador Eduardo Suplicy, eu faço aqui um adendo. Nós conseguimos hoje algumas vitórias da Casa, da autonomia da Casa. **Uma delas é que havia uma certa... Eu não diria um blefe, porque seria uma coisa grosseira, nem balela, porque igualmente não seria delicado; mas havia certo truque nessa história de se vincular a votação do Pré-Sal ao Ficha Limpa. E eu disse: ;Meu Deus, não é possível! Nós queremos discutir o Pré-Sal com pressa, mas com pressa prudente, com pressa consciente, e não sob o torniquete da urgência constitucional.**

Então, nós temos quatro medidas provisórias, e essas quatro medidas provisórias têm de ser analisadas numa sessão.

E o Pré-Sal será analisado. Se o Governo não quiser retirar a urgência, ele estará se defrontando conosco sem nós querermos. E eu tenho dito a todos os Líderes que nós temos condição de segurar essa votação, temos número para isso. É desgastante, vamos gastar energia boa em coisa ruim. O que propomos é um calendário para, até o final do semestre, com algumas audiências públicas, nós debatermos o pré-sal, para esclarecimento da Nação e para chegarmos a um consenso da Casa. Afinal de contas, é o que interessa a todo o País. Eu tenho dois objetivos: um é a emenda do Senador Jereissati, que pretende que parte disso vá para os Municípios, para a educação; e o outro é uma preocupação que eu tenho de que o próprio petróleo que neste século vai perder seu papel de protagonista, vai ceder vez a energias alternativas, a fontes limpas, verdes saiba fazer o seu enterro de luxo. Que o petróleo saiba se enterrar, pagando, custeando a troca das matrizes sujas, advindas dele, pelas limpas, que ele financiaria na pesquisa, na tecnologia, na ciência, no laboratório. Então, a nossa intenção é a melhor possível.

Eu não entendo... Hoje, o próprio Ministro de Relações Institucionais teria sido um pouco rude com a Casa, ou não conhece muito a Casa, dizendo que tem número para vencer. Não tem número para vencer. E nem nós queremos vencer o Governo. Nós queremos votar o Pré-Sal com rapidez, mas sem esse garrote, que é humilhante para a Casa, de não se permitir debate nas comissões.

Então, o que fiz hoje? Fiz uma questão de ordem à Mesa, tentando mostrar... E a resposta do Senador **Marconi Perillo** foi uma resposta muito clara, muito clarividente. Ele deu a opinião do pessoal dele, e amanhã, às 10h, dará a resposta definitiva. Eu perguntava o seguinte, eu dizia, para resumir: a partir do momento em que, veja bem V. Ex<sup>a</sup>, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado **Michel Temer**, foi ao Supremo Tribunal Federal indagar se matérias não conversíveis em medida provisória poderiam ou não ser votadas, mesmo com a pauta trancada, em sessões extraordinárias, a partir desse momento, houve uma resposta do Supremo: “Sim, pode”. Aqui no Senado, o Presidente Sarney, com muita prudência, disse: “Não, vamos manter a ortodoxia. Vamos votar com pauta trancada autoridades, embaixadores, diretores de Banco Central, empréstimos, e por aí afora”. Ressalvamos algumas, mas não fizemos ainda nenhuma dessas sessões extraordinárias. Havia aqui um certo temor, que também se dissipa hoje: “Puxa, a Oposição usa isso a favor dela em algumas matérias. Em compensação, o Governo vai usar a favor dele em algumas outras, o Governo vai votar o que quiser”. Não, porque se exige o consenso dos Líderes, se exige a anuência de todos os Líderes. Então, a sessão extraordinária para votar uma matéria com a pauta trancada exige a anuência de todos os Líderes. O Senador Suplicy, então, leu a lista de todos os Líderes da Casa. Eu fiquei muito feliz com isso.

**Agora, essa questão de ordem acaba de uma vez com a pendência, porque ninguém vai**

**poder dizer: “Ah, não votamos o Ficha Limpa porque tem o Pré-Sal, que está com urgência constitucional”; “Ah, não votamos o Ficha Limpa porque tem quatro medidas provisórias”. Não tem mais como se dizer isso. Nós podemos votar o Ficha Limpa amanhã, lá na Comissão de Justiça e aqui no plenário. Amanhã.**

**E devo dizer mais: para as pessoas que são imediatistas, que estão preocupadas com o que vai acontecer com elas ou não vai acontecer com elas na próxima eleição, eu quero fazer uma advertência muito clara: este Projeto Ficha Limpa, que não é perfeito, que tem defeitos, que poderia ter uma redação jurídica melhor, esse projeto é uma necessidade hoje, porque esta Casa não pode se dar ao luxo de virar as costas para quatro milhões de brasileiros que terminaram firmando a representação popular.**

Segundo: significa a atenção da sociedade brasileira sobre as atividades do Legislativo ela que tem que estar muito atenta também, e haverá de estar, sobre as atividades do Executivo, do Judiciário. Significa dizer que isso é o início de um processo, que a coisa mal está começando, que muita coisa vai mudar a partir daí.

Conversei com o Senador Pedro Simon, que tinha uma fórmula. A fórmula dele era aparelhar-se a Justiça para se poder ir até a última instância, mas antes da posse do candidato. Essa era a ideia do Senador Pedro Simon. Eu concordei com ela plenamente. Mas ele concorda comigo, e eu com ele: nós não temos a Justiça aparelhada para isso. Era preciso preparar a Justiça para isso. E esse seria o novo passo, dar prioridade... Eu sou a favor de se dar prioridade a julgamento de caso de corrupção, e prioridade a julgamento de caso de corrupção quando envolve candidato. Aí é que tem que ser célere mesmo. Aí é que tem que ser rápido. Não pode deixar o inocente pendurado dez anos na dúvida, nem pode deixar o culpado, à tripa forra, dez anos, beneficiando-se também ele próprio da dúvida, a que todo cidadão tem direito. Mas vamos decidir logo se é culpado ou se é inocente. Esse é o segundo passo. Ou seja, nós, amanhã, não temos razão nenhuma para não fazermos uma sessão extraordinária se de fato a Mesa disser o que eu imagino que ela vai dizer: que não tem, ela própria, a Mesa, outra decisão a tomar que não a de concordar com a questão de ordem que a Liderança do PSDB apresentou. Ou seja, dá para fazer a votação do Pré-Sal quando tiver que ser; a votação das medidas provisórias, que já estão na bica para serem votadas; e, à parte disso, a qualquer hora do dia ou da noite, uma sessão extraordinária do Senado para votar especificamente o Ficha Limpa. Aí, no dia seguinte, pode ser que haja outro consenso dos Líderes. Aí se faz outra sessão extraordinária e se vota. Se não houver consenso, não se vota.

**Mas o fato é que parece, assim, o ovo de Colombo. Nós descobrimos, nossa assessoria foi competente, quero homenagear minha assessoria, e ficou muito claro que nós podemos votar o Ficha Limpa, sim. Não tem mais como não se votar. Não é mais declaração de vontade: agora é uma obrigação, é um imperativo deste País.**

E segundo, Presidente, eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fiz também, como cidadão, claro que me qualificando como Parlamentar, mas o que importa não é nem isso, fiz como cidadão mesmo, uma consulta, com base nos artigos tais, tais, tais e tais, inclusive o art. 14, § 9º, da Constituição Brasileira, ao ilustre Ministro **Ricardo Lewandowski**, Presidente do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, perguntando a ele se já entra em vigor agora, neste ano. Se entra em vigor neste ano, ou se não entra. Por mim, entra, na medida em que não deveria valer o princípio da anualidade para uma mudança constitucional, muito menos para uma mudança dessa monta. E quem tem de interpretar a Constituição, e faz isso muito bem... Muitas vezes, a gente até aqui se omite e acha que o TSE legisla por nós. Não é verdade. Nossa omissão, eu



quero pagar qualquer preço por ela, pela nossa omissão. Agora, o TSE tem obrigação de interpretar a Constituição do ponto de vista do processo eleitoral brasileiro. Ele vai interpretar a partir da provocação que hoje lhe fiz como cidadão. Por mim, vale. Se dependesse de mim, da minha vontade de cidadão, aplicaria já para esta eleição, mas quem vai falar é a Egrégia Corte Eleitoral, a Suprema Corte Eleitoral do País.

**Foi, portanto, um dia, a meu ver, bastante vitorioso, porque nós não viramos as costas, não vamos virar as costas para quatro milhões de brasileiros, que são hoje apoiados pelos outros 196 milhões, eu acredito.**

**Já ouvi dizer assim: “É pouco. Quatro milhões é pouco? Onde? Quatro milhões não cabem nesta Casa, não cabem nesta sala. Nesta Casa, não cabem 10 mil pessoas. Quatro milhões são muita gente, e esses quatro milhões de pessoas, em nome dos outros 196 milhões, representando 200 milhões de brasileiros decentes, assinaram a sugestão. Já que nós não resolvemos isso aqui, o povo veio e fez: “Olha, nós queremos o início de uma depuração da vida pública brasileira”.**

Volto a dizer: se eu tivesse tempo, se não houvesse a urgência, eu teria críticas a fazer ao projeto. Vejo imperfeições nele. Eu vejo que ele teria de ser aperfeiçoado. Vejo que o passo seguinte, depois de implantado, será o seu aperfeiçoamento. Mas virar as costas à sociedade agora seria esta Casa virar um castelo de marfim, e nós virarmos poetas parnasianos, que não se preocupam com a realidade lá fora. É preciso mais realismo e menos parnasianismo aqui, e, desta vez, nós estamos sendo muito mais realistas do que parnasianos.

Portanto, quero parabenizar a Casa e, sobretudo, espero poder parabenizar a Mesa. Tenho certeza de que o farei, até porque confio muito na direção segura que imprime à Casa o Presidente interino deste Senado, que é o Senador **Marconi Perillo**, que foi muito claro, muito taxativo já na resposta preliminar à questão de ordem que apresentei como Líder do PSDB.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância. Peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, e ao Senador **Valdir Raupp** também, mas estou feliz porque vai acontecer. Vai acontecer, e vai acontecer muito mais rápido do que aconteceu na Câmara inclusive, não por culpa da Câmara, mas porque aqui pegamos um trabalho já feito e aqui nós vamos fazer algo que vejo que corresponde à vontade dos Líderes. Se corresponde à vontade dos Líderes, e sei que todos os Líderes são muito sinceros, então vamos votar o Ficha Limpa. E, se Deus quiser, vamos ver em prática, nesta eleição, os seus preceitos. É uma experiência, e os erros serão corrigidos. Agora, pior do que ter uma lei com erros que são sanáveis com o tempo é ficarmos como estávamos, sem lei nenhuma, ao Deus dará, com a política brasileira se desmoralizando, e com a democracia brasileira igualmente perdendo tonicidade, perdendo vitalidade. Em nome da democracia e em nome da justiça para este País, fico muito feliz com a sessão que praticamos no dia de hoje, Sr. Presidente. Muito obrigado.

K4

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, há momentos que são de encruzilhada e esse era um. Afinal de contas, se a matéria é aprovada lá, seja ela qual for, ela tem de ser enviada para

cá para que se cumpra esse ritual com limpeza. Senão, estamos concedendo, seja diretamente à Mesa de uma das Casas poderes ditatoriais, seja estaríamos concedendo nós poderes ditatoriais ao Executivo sobre o Poder Legislativo.

As regras têm que ser cumpridas; o Regimento está aí para ser observado. As leis têm que ser, elas próprias, também respeitadas. Matéria aprovada na Câmara vem para cá, matéria aprovada no Senado, quando de iniciativa do Senado, vai para lá. Não tem que se perder pelo caminho. Não tem uma grande distância. É simples: alguém traz, faz-se o procedimento burocrático rapidamente e se coloca a matéria em votação. Portanto, não há o que discutir. O Senador **Paim** disse que acredita que o pronunciamento de todos nós serviu para que se repusesse essa verdade tão simples. E aqui estou apenas cobrando que cada um de nós cumpra com o seu dever de consciência. Não cabe, portanto, nem pressão do Executivo nem deliberação protelatória por parte da Mesa da Câmara, como não caberia, numa eventual resposta do Senado, manobra protelatória da Mesa do Senado. **É uma coisa bem simples, simples como água. Para mim, as coisas acontecem como elas devem acontecer, de acordo com a lei. Respeitando a lei, as coisas andam melhor. Desrespeitando a lei, vira a lei do cão, vira a lei da selva, e isto não serve ao Parlamento.** O Parlamento se dignifica quando se faz respeitar. E para se fazer respeitar, ele precisa, por exemplo, impedir que quem quer que seja exerça sobre ele quaisquer influências que não sejam cabíveis.

Pressão dos grupos sociais, aqui nós temos, por exemplo, os aposentados, são legítimas. Pressão dos que vêm para cá reivindicar melhorias para as suas categorias são legítimas. Pressão daqueles que vêm nos alertar sobre possíveis equívocos que existam, Senador Paim, em projetos de lei são legítimas. Nós não estamos aqui para fugir de pressões. Ao contrário: estamos aqui para receber as pressões e considerá-las, levá-las em conta.

Por exemplo, hoje, algumas pessoas que estavam aqui talvez tenham estranhado, quando o Senador **Alvaro Dias** discorria, como Relator, de maneira muito competente, sobre a chamada Lei Pelé, sobre as mudanças que acontecerão na lei, provavelmente amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, e o aparte, de maneira corajosa, do Senador Tasso Jereissati ao Senador Alvaro Dias.

Poderia parecer estranho a alguém elitista que se trate de futebol aqui na Casa. Em primeiro lugar, o que podíamos votar nós votamos: embaixadores, autoridades. O Congresso tocou a sua parte. Em segundo lugar, eu pergunto: futebol é ou não é uma coisa próxima do povo? Por que o Congresso deveria estar apartado do povo, Senador Flávio Arns? Por que o Congresso deveria estar apartado de algo que é uma paixão popular?

Então, nada mais justo do que opinar sobre isso. Aqui eu posso fazer um voto de congratulação a um atleta amazonense vitorioso, o que faço sempre. Eu valorizo as conquistas dos atletas. Sou uma pessoa muito ligada ao esporte. Por outro lado, por que nós teríamos que ignorar? Para fingir austeridade? Austeridade se mostra com respeito ao dinheiro público. Não se mostra austeridade evitando, por exemplo, discutir assuntos populares. Se o Congresso não souber ocupar seu espaço, ele termina perdendo seu espaço para fundamentais entidades do terceiro setor. O Congresso tem que saber estar perto da população, tem que saber interpretar os anseios da população, tem que saber se conectar com a população. O Congresso, por exemplo, parece-me muito longe dos jovens. Volto agora: onde está a PEC da Juventude? Precisamos aproveitar a brecha e aprovar a PEC da Juventude, enfim, por uma razão bem simples: a juventude quer. Não vi nada de mal no que li ali. Não vi nada de mal. Então eu pergunto: por que não dar essa satisfação aos jovens que nos solicitaram para aprovar uma PEC que

é de interesse deles? **Tem o Projeto Ficha Limpa. Como é que podemos ignorar uma reivindicação que vem de 1,7 milhão de brasileiros? Nós temos quase duzentos milhões de brasileiros. Um milhão e setecentos mil é muito pouco. Mas nós somos apenas 81. Um milhão e setecentos mil é muito cidadão, é muita cidadã; parece que já passa de dois milhões, quatro milhões, enfim. E poderiam ser quinhentos mil, mas a lei pede um milhão. Não é isso? Se a lei pede um milhão, nós temos a obrigação de deliberar sobre uma proposta de iniciativa popular que visa melhorar os costumes políticos, visa extirpar da vida pública aqueles que não estiverem em capacidade de explicar suas próprias vidas.**

Sou contra projetos ditatoriais, que coloquem a vida de uma pessoa na mão de um mero juiz, enfim, que muito bem pode ser cooptado, não estou falando da maioria, estou falando da minoria, por um Governador de um Estado como o meu, ou de um Estado do Nordeste, onde eles têm poder demais. Não quero isso; quero algo equilibrado. E temos tudo para sair um projeto equilibrado, um projeto decente. Mas que seja um passo nosso na direção do respeito à boa ética na vida pública.

Portanto, Sr. Presidente, fico feliz e tenho certeza de que a palavra do Dr. **Mozart**, que conheço bem, fui Deputado, haverá de ser cumprida, e daqui a pouco estará aqui não só a medida provisória referente aos aposentados, mas a outra referente ao salário mínimo, porque é dever. E dever é para ser cumprido. Dever não é para ser negligenciado. É uma coisa que para mim é muito simples: o que não pode não pode; o que pode pode; e o que deve deve. Aquilo que deve é para ser feito, com muita clareza. E muitas vezes nem é remédio doce, às vezes é remédio amargo. E remédio amargo, se é devido, tem que ser feito. Ou seja, que venha para cá a matéria, sem mais delongas. Por que ganhar um dia, ganhar dois dias, esperar a festa de São João? Por que contar com essas coisas, com esses acidentes do calendário? Que dia que cai o feriado? **Por que não enfrentar a verdade? Por que, simplesmente, não enfrentarmos as verdades que estão postas? Cada Senador mostrando a sua face, cada Senador assumindo seu compromisso, cada Senador enfrentando seus próprios dilemas de consciência, enfim.** É isso que eu quero, apenas isso.

Quero, simplesmente, que a Câmara cumpra com o seu dever, e quero que os Deputados cobrem duramente do Senado se um dia, por qualquer razão, a Mesa negligenciar em enviar para lá, por quaisquer pressões, as matérias que são do Senado e que devem ir para a Câmara. Senador Paulo Paim, com muita honra.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) Senador Arthur Virgílio, quem está assistindo, e podem saber que o Brasil todo está assistindo à TV Senado neste momento e, quando digo, Brasil todo, é grande parte dos brasileiros, quer saber o que vai acontecer. E eu quero dar um depoimento sobre a fala de V. Ex<sup>a</sup> e o aparte que V. Ex<sup>a</sup> fez aqui, quando pediu somente que o Presidente da Câmara cumprisse o Regimento. Matéria votada naquela Casa, há um semana, não tem sentido não chegar aqui no Senado da República. E V. Ex<sup>a</sup> agora faz, nessa mesma linha, o seu pronunciamento. Podemos divergir sobre o mérito dessa ou daquela matéria...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Ou não.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) Ou não. Ou concordar. **Agora, que se cumpra o Regimento. A MP que vai vencer no dia 1º de junho, se não a remeterem para cá, é claro que dá a impressão, o povo brasileiro não é burro, de que isso é uma obstrução para que a MP caia por decurso de prazo. E os Senadores não querem isso. Os Senadores querem votar, com a sua consciência, e não se omitir num tema tão importante como esse. Gostaria de cumprimentar**

V. Ex<sup>a</sup> pela elegância no trato desse tema. V. Ex<sup>a</sup>, em nenhum momento, levou esse debate para o campo da Oposição e da Situação; só exigiu respeito ao Senado da República. E percebi que, depois da sua fala e de outros Senadores, enfim a Câmara decidiu. Que bom que a medida vai chegar aqui ainda esta noite e vai ser lida. Nós cumprimos também o nosso dever e vamos votar de acordo com o entendimento que vamos construir no colégio de Líderes. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM)** Muito bem, Senador Paim. Antes de conceder a palavra ao Senador Flávio Arns, meu querido companheiro e amigo, eu digo a V. Ex<sup>a</sup> que nós precisamos repor certas verdades aqui. Nós chegamos a um ponto, e esse não é um ponto agradável para quem faz política, não é um ponto agradável, não é um ponto que nos eleve, é um ponto que nos rebaixa, em que as pessoas lá fora escolhem alguns e dizem: “Esse é um homem honesto, esse é um homem de bem”. Isso para mim não é um elogio. Eu fui criado para ser uma pessoa de bem e procuro ser uma pessoa de bem; é um dever. Do jeito que as coisas andam, daqui a pouco, ser um homem de bem parece uma grande coisa, uma grande qualidade, como se não fosse um dever das pessoas, um pré-requisito, ou seja, para se fazer vestibular tem que completar o segundo grau. Ponto.

**Agora, se chegarmos a um ponto no Brasil em que uma pessoa de bem se baste a si mesma, ela pode então ser preguiçosa, ela pode não ser trabalhadora, ela pode não ser assídua no seu local de trabalho, ela pode não ser... Basta ela não ser malversadora de recurso público para ser endeusada...**

Perdoem-me, estou com um acesso de asma terrível. Basta isso para a pessoa ser endeusada. Eu acho pouco. Acho muito pouco. Temos que construir um Congresso e uma vida pública e Executivos onde isso seja um pré-requisito: não se discuta mais se é de bem ou se não é de bem, quando, excepcionalmente, acontecer de alguém não ser de bem, que o mecanismo seja extirpar essa figura do convívio das pessoas normais; e que as pessoas se distingam pela sua capacidade, pela sua coerência, pela sua consequência, pela sua inteligência, pela sua capacidade de trabalhar. Porque, senão, nós estamos afundando na maior mediocridade, dividindo as pessoas em boas e más, e as boas não precisam nem trabalhar porque são boas, e a más é como se fossem arder no inferno, enfim.

Eu entendo que certas regras têm que ser cumpridas com muita tranquilidade, com muita franqueza, com muita simplicidade.

**Vejo V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, vigilante na defesa das suas ideias, com muita persistência, honrando o seu mandato, e por isso me deu o ensejo de fazer essa observação, porque falta muito, ou falta pouco, não sei, para nós não precisarmos de um projeto como esse tal “Ficha Limpa”. Hoje, parece um cavalo de batalha. Eu espero o dia em que não precisemos mais disso; que a gente presuma que todo mundo que está aqui é limpo, como eu sei que limpa é a maioria esmagadora dos meus colegas, muitas vezes mal interpretados lá fora. Mas é fundamental nós resgatarmos o peso do Congresso, o peso do Senado, o peso da Câmara perante a opinião pública.**

Portanto, não vejo mistério: é chegar o projeto Ficha Limpa e votá-lo; é chegar essa questão dos aposentados e votá-la; é chegar o salário mínimo e votá-lo; é chegar não sei o quê e votá-lo; é chegar o pré-sal e votá-lo. Não fazemos nove horas com essas coisas. Portanto, eu queria agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim por tudo, sobretudo pela forma lisonjeira com que se referiu a minha fala, que foi uma fala despreziosa e modesta. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao meu prezado e querido amigo Senador Flávio Arns, que também é um exemplo de pessoa pública aqui neste Senado, e depois ao meu conterrâneo, Senador Jefferson Praia.

**O Sr. Flávio Arns (PSDB - PR) Agradeço, Senador Arthur Virgílio. Quero também ressaltar todos os aspectos que foram mencionados em sua fala, a começar pelo projeto Ficha Limpa, também como resposta a uma grande movimentação da sociedade, mais de um milhão, 1,5 milhão, 1,7 milhão de assinaturas, como V. Ex<sup>a</sup> disse. Então, é importante sempre lembrar à população que, além do projeto Ficha Limpa, o mais importante é o voto consciente: conhecer a pessoa, conhecer a história da pessoa, pedir informações, ver a contribuição que a pessoa pode dar ao Estado, ao País, na Assembleia, no Congresso. Isso é fundamental.** E quero também dizer da surpresa de ainda não termos recebido o projeto da revisão da legislação de aposentados e pensionistas pelo Senado. Então, folgo também em saber que, a partir dos pedidos da Mesa, esse projeto chegará ao Senado Federal no dia de hoje, para que possamos analisá-lo, como V. Ex<sup>a</sup> disse, com a mais absoluta tranquilidade. Quero ressaltar que já aprovamos isso dois anos atrás, mais ou menos, aqui no Senado Federal: aprovamos o fim do fator previdenciário e aprovamos o reajuste de acordo com as regras que foram aprovadas lá na Câmara dos Deputados. Nós já fizemos, há dois anos, com absoluta tranquilidade, por unanimidade, aqui no Senado Federal, a aprovação. Então, vamos ter que ratificar o voto já concedido, agora com a apreciação desse projeto. Quero também deixar a minha mensagem para aposentados e pensionistas, dizendo que estamos nessa discussão e que temos que fazer uma discussão permanente, inclusive para debater o propalado déficit da Previdência e tornar esses dados mais transparentes, com a participação muito maior da sociedade, para que cheguemos a uma conclusão do que realmente está acontecendo com a Previdência quando, no fator previdenciário, por exemplo, a pessoa tem direito a ter um teto de R\$3.400,00, paga sobre esse teto. A parte patronal é paga acima desse teto caso o salário na vida ativa seja maior do que esse teto. Então, não se entende também a conta que se faz neste momento para que tal tipo de cálculo continue a acontecer. Mas quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, que é sempre uma pessoa atenta, sinalizando para aquilo que é importante em termos de democracia, transparência e diálogo. E, como já disse em outras ocasiões, a fala e a presença de V. Ex<sup>a</sup> são sempre um orgulho para o Congresso Nacional.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) Obrigado, Senador Flávio Arns, tenho eu próprio um grande orgulho de ser seu amigo, seu companheiro de Partido e seu colega de Congresso. V. Ex<sup>a</sup> é uma figura sem jaça, sem arestas. V. Ex<sup>a</sup> é como uma expressão de Gilberto Amado, célebre filósofo brasileiro, um dos homens mais inteligentes que este País já produziu, Senador **Paim. Gilberto Amado** dizia que a inteligência completa tinha de ser redonda, sem nenhuma aresta. Ele pregava que a pessoa devesse saber línguas, filosofia, mas também matemática. Então, haveria inteligências fantásticas com arestas: aqueles especialistas, enfim. E a inteligência redonda seria a de alguém que dominasse a fundo os assuntos fundamentais, o que não é fácil. **Gilberto Amado** era desse tipo. Eu diria que a dignidade de V. Ex<sup>a</sup> é redonda. Ela não tem arestas. Tenho por V. Ex<sup>a</sup> uma grande admiração, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, a par de ter por V. Ex<sup>a</sup> um sentimento de gratidão, que é muito importante para mim.**

E, por falar em pessoa de bem, está aqui conosco o Deputado **Paulo Delgado**, que é, teoricamente, meu adversário, por ser Deputado pelo PT. Está aqui também o Deputado **Arnaldo Faria de Sá**, mas o **Arnaldo** está aqui na tribuna. Figura de enorme lealdade, o Arnaldo, figura de enorme perseverança, um dos amigos que com mais firmeza e com mais constância eu firmei na Câmara dos Deputados, até porque, numa das minhas legislaturas, numa das legisla-

turas dele, fui vizinho dele, mais ou menos vizinho, porque éramos inquilinos do 9º andar do Anexo 2 da Câmara. Eu saúdo, portanto, a presença do Deputado **Arnaldo Faria de Sá**, com o carinho que ele sabe que ele me merece. *(Palmas.)* Em relação ao Deputado **Paulo Delgado**, eu gostaria de dar um depoimento. Eu estava aqui numa sexta-feira quando havia aquela efervescência do mensalão. Era denúncia para todo lado, e a maioria delas com fundamento. E muitas das transações ilegais aconteciam naquele Banco Rural...BMG, um banco desses, enfim.

E lá houve comprovação de que muitas pessoas recebiam suas propinas por ali. E apareceu uma denúncia no jornal. Tomei um choque, quando acordei. Eu deixei de viajar para minha cidade e corri para cá na sexta-feira, porque estavam lá o nome do **Paulo Delgado** e o nome do advogado **Sigmaringa Seixas**. Eu não falei nem com o **Paulo Delgado** nem com Sigmaringa, porque, se eu fosse perguntar a eles o que era, eu estaria, no fundo, no fundo, talvez, passando a ideia de que eu estaria desconfiando de que aquilo pudesse ser verdade. Aí tomei aqui uma atitude de risco. Eu disse: sobre os demais acusados, que merecem todo o direito de defesa, eu não tenho nada a fazer, a não ser cobrar deles que se defendam e se expliquem. Eu não citei fulano, mas estavam os fulanos e beltranos todos lá. Eu disse, em relação ao Deputado **Paulo Delgado** e ao Deputado **Sigmaringa Seixas**, grande advogado, eu simplesmente estou aqui desmentindo, não é possível que seja verdade. E falei isso no escuro. Fomos ver depois se eu estava errado ou não. Os dois nada tinham a ver com aquilo, como a maioria dos correntistas daquele banco nada tinham a ver com aquilo. Um fez uma obra no seu apartamento, uma tolice, ou na sua casa; o outro mandou a empregada pagar não sei o que lá, enfim. Mas, quando eu falei isso, Deputado **Paulo Delgado**, eu não falei depois de consultar V. Exª e de procurar versão nenhuma. Eu fui no escuro e, no escuro, eu disse: é isso. Não é verdade. Ponto! Até porque eu não poderia trabalhar com a ideia de que fossem verdades, tamanha a confiança que sempre me mereceram tanto o Sigmaringa Seixas e o Deputado **Paulo Delgado**, que eu só não diria que são partidariamente perfeitos, porque pertencem ao seu partido, Deputado **Paim**, e não ao meu. Podiam ser mais redondos, enfim!

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) E merecem as nossas palmas! *(Palmas.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Mas figuras que a gente respeita muito! Senador **Jefferson Praia**.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT - AM) Senador Arthur, eu estava aqui fazendo uma breve reflexão, quando V. Exª traz essa questão de ser homem de bem. Para mim, ser homem de bem é não fazer ao próximo o que você não quer que façam consigo; não fazer ao próximo o que você não quer que lhe façam. Procurar cada vez mais o crescimento como pessoa, o crescimento espiritual neste plano. Essa é a minha percepção. Não quero ficar aqui falando do geral, mas fazer uma rápida abordagem muito específica sobre homens de bem, ou homens de bem na política.

Homens de bem na política são raridades. Não sei se V. Exª concorda. Quando vejo esse projeto ficha limpa é preciso vir um projeto, é preciso termos um projeto com diversos aspectos sendo observados, para que nós, que cuidamos de partidos, não aprovemos aqueles que já cometeram algum crime, alguma coisa que não esteja correta e, certamente, não têm em suas intenções representar a população. E me coloco aqui como dirigente partidário. Sou atualmente Presidente do PDT. Há uma semana, aprovamos uma resolução de que ficha suja não vai ser candidato pelo PDT. Mas foi preciso aparecer esse projeto. Então, a grande questão é por que razão hoje a política atrai tantas pessoas que não têm espírito público e os homens de bem estão muitos fora da política, e aqueles que são as raridades dentro desse processo têm maior dificuldade, lutam pelos interesses populares... V. Exª aqui toca dois pontos hoje importantís-

simos. Estamos aqui com a questão dos aposentados, estão aqui alguns representantes das pessoas idosas deste País, que têm todo o direito de terem seus reajustes, mas que esse projeto, que passou pela Câmara por algum tempo e ainda está lá, não chegou ao Senado; depende de decisão política para chegar aqui e aqui vai depender de uma decisão política para aprovarmos esse projeto e, depois, vai depender de outra decisão política, que é a do Presidente da República que, acredito, em minha avaliação, não irá vetar o projeto aprovado aqui no Senado. Então, a grande preocupação é esta: como fazemos com que pessoas de bem possam participar cada vez mais da política. Digo que muitos até se dizem honestos, até aparecer o primeiro cofre na sua frente. Acredito no honesto quando ele tem um cofre na sua frente, está ali o cofre, e não meteu a mão. Eu digo: esse aí é honesto. Porque honestos, muitos até nos discursos... Porque a honestidade, por exemplo, no setor público, vai por mais diversos campos. Ela começa, por exemplo, se você trabalha no setor público, pelo seu horário de chegada, no trabalho que você está fazendo. Como um servidor público, que começa às oito horas o trabalho dele, chega às nove e diz que não comete nenhum erro, que é uma pessoa de bem? Começa por esses pequenos detalhes. Portanto, é um desafio enorme que temos pela frente. Acredito que temos, sim, de falar um pouco sobre isso. É um exercício diário. V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo disso. Eu me esforço também. Somos exemplos disso, de crescimento, para sermos pessoas de bem, consolidarmos isso. Procurarmos não entrar em um mundo que não é o mundo das pessoas de bem. E, na política, neste momento que antecede uma eleição, isso é muito difícil. Quando você chega, Senador Mão Santa, em determinados lugares, de tudo aquilo que você prega de forma contrária, vêm pessoas falando outras coisas, que são as coisas erradas, que são comportamentos errados. E nós temos de passar essa mensagem sim, principalmente para as crianças, para os jovens, para os adolescentes. Muitos que já estão aí com certa experiência e com comportamentos errados, fica difícil você mudar. Mas acredito muito que teremos um dia, e com a aprovação do Ficha Limpa, que estamos lutando aqui, uma classe política muito melhor. E esse exercício, Senador Arthur, temos que começar a fazer nos nossos Partidos, verificar quem são as pessoas que são os candidatos, se têm realmente interesse público ou não, para que a população depois não fique aí reclamando quando propostas, projetos interessantes, que vão ao encontro do interesse da população, sejam tratados como nós estamos percebendo, como o caso aqui do projeto dos aposentados. Todos nós estamos caminhando para sermos pessoas aposentadas, se é que teremos essa sorte e Deus não nos leve antes do tempo. Agora todos nós queremos ter dinheiro, ter uma certa renda para ter uma aposentadoria, pelo menos que possa ter uma qualidade de vida desejável. Agora, quantos por cento do Brasil de aposentados têm uma aposentadoria que atende os requisitos mínimos para uma boa qualidade de vida? Quantos dos senhores e das senhoras aqui têm uma aposentadoria cuja maior parte de seus recursos, 30%, 40%, não seja gasto em remédios. Portanto, é um desafio enorme de termos bons representantes da população brasileira nos mais diversos campos, nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, Assembleia, Governo do Estado, aqui no Congresso Nacional, nos Ministérios, na Presidência da República. Isso é muito importante para que possamos ter um país melhor. Muito obrigado pelo aparte. *(Palmas.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Obrigado, meu prezado conterrâneo, Senador Jefferson Praia. Eu tenho algumas perguntas que são muito simples. Quanto se esvai do dinheiro público na corrupção? Quanto sai pelo ralo do desperdício, da falta de racionalidade? Quanto o aparelhamento que a gente vê do Estado com o excessivo número de cargos em comissão não atrapalha que se remunere bem quem está por concurso ou por tempo consagrado na vida pública? O dinheiro é um só, mas os desvãos terminam levando a injustiças sociais que nós presenciamos.

**Eu queria responder a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Praia, dizendo que eu não tenho dúvida de que a maioria esmagadora dos nossos colegas Congressistas são pessoas de bem, e eu me condeo muito quando vejo aqueles cidadãos que se dedicam menos ao trabalho de Plenário, acabam tendo menos visibilidade, se dedicam muito e brilhantemente aos trabalhos de Comissão e acabam não sendo tão bem identificados pela população pelas suas especialidades, pelos seus conhecimentos e pela sua própria honradez, pela sua retidão de comportamento. Esses são talvez aqueles que pagam, até nas urnas, um preço muito grave porque não se tornam conhecidos assim do grande público, mas fazem funcionar esta máquina com sua sabedoria, enfim. Eu queria fazer uma homenagem a esses companheiros que, por opção própria, optam por não terem a visibilidade que outros têm, mas que estão ali, nas Comissões, fazendo com que as Comissões funcionem, fazendo um trabalho decente, um trabalho direito.**

**Eu gostaria de dizer que nós tomamos a mesma providência no PSDB do Amazonas: a de não admitir que fichas comprovadamente sujas sejam candidatos pelo nosso Partido lá.**

**E V. Ex<sup>a</sup> fala das pessoas de má índole que entram na vida pública e que para mim são uma minoria, mas tão ruidosa que passam para a opinião pública a ideia que são maioria. A gente sente que elas farejam negócio, farejam dinheiro, uns estão querendo negócios e outros estão querendo trabalhar, cada um com a sua visão, com a qual lá fora as pessoas podem concordar ou não, mas querem trabalhar com a sua visão de mundo, sua visão de País. Esses são os verdadeiros homens públicos.**

Tem uma frase Disraeli sobre a Inglaterra em que ele diz que a Inglaterra, e o Brasil precisa imitar o Reino Unido, ele diz, pelo menos segundo a visão que o Reino Unido tinha de Disraeli. Ele diz que a Inglaterra sempre seria um grande país, uma grande nação, porque lá a ousadia dos homens de bem era tão grande quanto a ousadia dos canalhas. Nós não podemos permitir que no Brasil se inverta esse papel e que os homens de bem se intimidem e cedam espaço à ousadia daqueles que não se portam de acordo com as boas regras do trato da coisa pública.

Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> e quero dar o testemunho do apreço que eu próprio modestamente e o meu Estado temos pelo seu trabalho como homem público, como secretário municipal, como consultor de empresas, como presidente do Conselho Regional de Economia, como vereador da Câmara Municipal de Manaus, como dirigente do Partido Democrático Trabalhista, lá, um dos principais dirigentes do Partido no Estado, e desde o falecimento do nosso inesquecível Senador **Jefferson Péres**, um operoso e correto Senador, um Senador que cada vez mais se afirma e cada vez merece desse seu conterrâneo apreço, admiração e respeito. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB - MG) Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, tenho dito quando sou perguntado sobre esse projeto da questão dos aposentados que basta lembrar que quando um aposentado vai fazer seguro se pergunta qual a idade e se cobra mais caro pela idade; quando vai contratar um plano de saúde o mesmo ocorre, o preço é mais caro, os remédios aumentam em valor também superior a inflação. Com tantas injustiças que possamos ter, uma compensação, uma correção em relação aos índices de inflação que foram aplicados anualmente até aqui. Por outro lado, a questão do fator previdenciário, nós todos votamos aqui a favor, foi uma alternativa que foi tomada num momento em que o Brasil estava se reorganizando do ponto de vista financeiro, depois de toda aquela confusão enorme de 30 anos de inflação, de hiperinflação, 80% de inflação num mês, então foi importante, foi necessário na-



quele momento. Agora, entretanto, passados já 10 anos, o Brasil já mais estável, fruto exatamente dessas providências que foram tomadas desde a implantação do Plano Real, ou até mesmo antes, nós podemos fazer algumas correções. É evidente que ninguém defende as aposentadorias precoces, aqueles que se aposentam com menos de 50 anos, mas há que se buscar alternativas que possibilitem que apenas aquelas aposentadorias que realmente se justifiquem, se forem casos especiais, possam acontecer. E o fator previdenciário possa então ser eliminado já que ele foi uma alternativa a questão da idade. Isso que eu queria colocar. Nós conversamos hoje na hora do almoço, nessa questão de que o Partido, o PSDB, votou favorável, lá na Câmara a sua enorme maioria também votou favorável e será essa a nossa posição aqui também no Senado. Por outro lado, a questão também do chamado Projeto Ficha Limpa, é uma questão natural que realmente quem tem uma condenação não se candidate. Então, realmente existe toda uma discussão sobre isso, mas, por outro lado, não se pode correr riscos de precipitações, injustiças. V. Ex<sup>a</sup> lembrava bem o caso do nosso colega Paulo Delgado, de Minas Gerais. De maneira que é importante que essas questões sejam resolvidas dentro de um processo normal, sem exageros, sem excessos. Que os aposentados possam ter o que necessitam, o que merecem, o que desejam, e que também possamos ter eleições cada vez mais limpas, sem excessos, sem exageros e sem generalizações.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM)** Obrigado, Senador Azeredo. Eu anuncio também a presença, nesta tarde, do Deputado Sabino Castelo Branco, do meu Estado, aliás, um dos campeões de votos nas últimas eleições. É um Deputado extremamente operoso e trabalhador, que não abandona as suas bases sob nenhuma hipótese. Eu queria anunciar com regozijo a sua presença. Já anunciei o Deputado Paulo Delgado, o Deputado Arnaldo Faria de Sá e, agora, o Deputado Sabino Castelo Branco, neste fim de noite que está até bastante animado para o usual.

Senador Azeredo, V. Ex<sup>a</sup> tocou em um assunto, de fato, relevante. É precisamente na hora da velhice que as pessoas precisam de um pouco mais de dinheiro para comprar remédios, para tocar as suas vidas, enfim.

E V. Ex<sup>a</sup> falou com muito realismo. Eu tenho essa visão. Dá ideia de não perdermos o contato com a realidade. Ou seja, não confundirmos os velhinhos que precisam desse apoio com pessoas de 45, 47, 50 anos de idade, que podem perfeitamente trabalhar pelo País e que não devem pesar no orçamento da Previdência, até para podermos resolver a questão dos velhinhos, que são efetivamente os idosos verdadeiros. Temos que trabalhar isso com muita atenção.

Eu, por exemplo, pretendo trabalhar a vida toda. Enquanto eu tiver força pretendo trabalhar, e não acho que deva ser diferente com pessoas saudáveis, sobretudo aquelas que estão nessa faixa, enfim.

Então, as aposentadorias precoces não fazem bem à economia brasileira. Com muita tranquilidade eu digo isso. As aposentadorias que realmente consumiram a saúde, essas devem ser tratadas com respeito, com consideração, e é o que esta Casa está fazendo neste momento. Então, V. Ex<sup>a</sup> abordou com realismo, e é do seu estilo fazê-lo. Eu pretendo, portanto, responder na mesma moeda, entendendo que nós vamos nos debruçar sobre este assunto com enorme respeito, com enorme preocupação, levando em conta todos os fatores que envolvam isso. E a nossa preocupação fundamental é com os idosos, é com aqueles que, indo para o ocaso de suas vidas, precisam de amparo, de apoio, de recursos para tocarem suas vidas de maneira mais digna, mais decente. (*Palmas.*)

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, meu prezado Senador Eduardo Azeredo.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB - PA) Meu nobre Líder Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> vem, neste final de sessão, que eu acho que vai se prolongar bastante, porque a intenção nossa, em respeito aos aposentados e pensionistas, é nada mais nada menos que se cumprir o rito processual do Legislativo. Não há por que a Câmara Federal reter os projetos que lá foram votados sem fazer o encaminhamento para o Senado. E aqui, nesta Casa, tão logo ele chegue, tenho certeza de que, por acordo de Lideranças, nós vamos poder discuti-lo e votá-lo. Aqui cada um vota com a sua consciência. É bom lembrar que nós aprovamos o projeto por unanimidade. Foram 81 votos a zero. Já foi feita, até por acordo com o Executivo, uma redução, com a qual eu não concordava. Eu acho que a gente tinha que aprovar era o do Senador Paulo Paim. Agora, o que não pode é nós deixarmos os nossos aposentados do Brasil, a esta hora da noite, às 20:30 horas, esperando aqui nas galerias, na tribuna de honra, que o Presidente Michel Temer tome uma providência, que é obrigação dele. Não é favor que ele está fazendo, não. É obrigação, pela função regimental que ele exerce como Presidente da Câmara. (*Palmas.*) Então, ele não está fazendo favor para o Senador Paulo Paim, para o Senador Mário Couto, para o Senador Mão Santa, para o Senador Flexa Ribeiro, para o Senador Arthur Virgílio, não. Não estamos pedindo favor nenhum, Senador Mário Couto. Eu soube que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azeredo, esteve com o Senador Paulo Paim lá na Câmara para pedir ao Presidente que encaminhasse ao Senado o projeto já votado. Ora, é mais uma demonstração, Senador Paim, da boa vontade do Senado de ir até e dizer: olha, por favor, encaminhe o projeto. Deveria dizer: Presidente, cumpra o Regimento. Eles já seguraram o projeto por um tempo bem grande, sete dias já. Eu próprio, Senador Paim, participei de uma reunião, e V. Ex<sup>a</sup> estava lá, o Senador Mário Couto estava viajando para o Pará. Nós fomos, Senador Mário Couto, à Liderança do PDT, com os Deputados reunidos, inclusive o Líder Vaccarezza, que era o Relator. E nos acompanhou à reunião o Vice-Líder do Governo, Senador Gim Argello, autorizado pelo Líder do Governo, Romero Jucá, e pelo Líder Renan Calheiros, do PMDB, que fosse até lá e dissesse aos Deputados que votassem o que eles quisessem, nós não íamos interferir na votação deles, mas que eles ficassem certos de que, ao retornar o projeto para o Senado, o Senado iria manter aquilo que estava acordado, que era o reajuste de 80% do PIB de 2008, mais a inflação, que davam os 7,71%. Saí da reunião, o Deputado Vaccarezza disse que o Governo não concordava com mais do que já estava na Medida Provisória, que eram os seis vírgula alguma coisa. Eu vim aqui, pedi a palavra pela ordem. Disse ao Senador Jucá, ao Senador Renan e ao Senador Gim Argello o que era que o Líder do Governo estava dizendo na Câmara. E voltei lá, porque os três Senadores se pronunciaram em nome do Governo. Porque, em nome da Oposição, V. Ex<sup>a</sup> se pronuncia favorável, o Senador Agripino se pronuncia favorável, mas em nome do Governo os três se pronunciaram. Eu voltei à Câmara e disse lá: estou voltando porque os três Senadores disseram que, se voltar para o Senado, eles têm o compromisso de aprovar os 7,71%. E eles aprovaram. Só que até agora o efeito é nenhum, porque o projeto não chega aqui. Mas vai chegar. E, chegando, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup>, e sei que fará, que nós possamos, dentro do Regimento, encontrar uma fórmula para votá-lo imediatamente. Eu acho que nós cumprimos com a nossa obrigação. Podemos ficar de consciência tranquila, porque o que tem sido feito para os aposentados no Brasil não é tratamento digno para aqueles que ajudaram a construir este País e que agora, no momento em que eles precisam ter condições de vida, e pagaram para isso... O importante é que eles contribuíram para a Previdência dentro dos limites que querem se aposentar. Agora, a Previdência tem um rombo de 40 bilhões. Que rombo? Vamos abrir a Previdência, porque a Previdência paga com recursos dos trabalhadores, que bancam a Previdência, e dos aposentados, que mesmo aposentados continuam contribuindo com 11%; eles pagam a assistência social que o Governo faz, é justa para os trabalhadores rurais, que nunca contribuíram, para outras classes de necessitados, mas que têm direito

a um salário mínimo de aposentadoria. Mas, quem tem que bancar essa aposentadoria não é a Previdência, é o Tesouro, porque isso é assistência social. Aí eles colocam essa conta em cima da Previdência e mostram um rombo que não é verdadeiro. Então, Senador **Arthur Virgílio**, nós temos a segurança da sua Liderança no PSDB, temos a segurança do PSDB, de que nós vamos ficar cobrando permanentemente a remessa do projeto para o Senado e vamos acabar com esse novela. Vamos votar e vamos remeter para o Presidente Lula. O Presidente tem o poder de vetar ou sancionar. Eu espero que ele sancione. Se ele vetar, Senador Mario Couto, Senador **Paulo Paim**, Senador **Azeredo**, nós vamos começar outra luta para que se faça uma sessão do Congresso e se coloque o veto do Presidente em pauta. (*Palmas.*) Porque nós não vamos mais admitir... Se houver veto, e tenho certeza de que o Presidente Lula não fará isso, que o Presidente do Congresso convoque imediatamente uma sessão do Congresso só para apreciar esse veto. E aí, lá na hora, Senador **Paulo Paim**, Senadores e Deputados, nós vamos mostrar quem é a favor daqueles que construíram o Brasil e quem é contra. Como eu disse outro dia, quer ser o Herodes dos Idosos. Eu me referia ao Ministro da Saúde, que não queria liberar vacina para Belém, para os idosos, porque dizia ele que não era para vacinar todos os idosos, mas apenas aqueles que estavam com doença crônica. Aí eu até disse na tribuna que, pela idade, todos têm doença crônica.

Então, teria que vacinar todo mundo, e perguntei se ele queria ser o Herodes dos idosos. Aí eu vou perguntar para o Presidente Lula, se ele vetar, se ele quer ser o Herodes dos aposentados. E aí nós vamos derrubar o veto, com certeza absoluta, porque o Presidente **Sarney** vai fazer a sessão só com esse veto; só pode ser com esse, não pode ter outro, Senador **Paim**, porque nós estamos aguardando.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Senador Flexa, antes...

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB - PA) Estou concluindo e quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela firmeza da sua liderança nesse aspecto. Ainda hoje, na reunião de bancada, nós tratamos do assunto no PSDB e fechamos, Senador **Paim**, que vamos votar favoravelmente ao projeto, como fizemos na primeira votação aqui em plenário. E V. Ex<sup>a</sup>, Senador **Arthur**, nos lidera com competência, sabedoria e determinação e sabe que pode contar com a bancada, porque nós sempre seguiremos aqueles projetos que são a favor do Brasil e a favor dos brasileiros, como é o caso do projeto dos aposentados. (*Palmas.*)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Obrigado, Senador **Flexa**. Antes de ceder a palavra ao Senador Paulo **Paim**, eu queria dizer algumas coisas. Em primeiro lugar, essa medida provisória tem eficácia até dia 1º de junho. Fui alertado pelo Deputado **Arnaldo Faria de Sá**. Não adianta esse jogo, repito, de gato e rato e tentar ver o tempo correr. É preciso enfrentar a verdade dos fatos. Há tempo de sobra para se votarem esses projetos, e vamos votá-los.

Nós temos aqui, Senador **Paim**, quatro medidas provisórias, contando com essas duas. Uma que vai ser relatada pelo Senador **Eduardo Azeredo**, que vai, no seu relatório, dar uma grande demonstração de altivez e de independência. A Casa vai admirar o relatório que S. Ex<sup>a</sup> vai apresentar e que já é do meu conhecimento. A segunda é uma medida provisória muito fácil; não tem polêmica. É uma medida provisória que cuida da Lei **Kandir**, que beneficia os Estados, que abastece de recursos os órgãos públicos e que beneficia o Haiti. Não tem o que se discutir. A terceira medida provisória é a do salário mínimo, e a quarta é a dos aposentados. Ou seja, nós escalonamos para, entre terça e quarta, liquidarmos as duas primeiras e, em seguida, na outra semana, certamente votarmos as duas restantes. Não tem o que se discutir. O Senador **Flexa Ribeiro** repetiu aqui argumentos nossos, porque é uma coisa tão na face de todos, tão na cara de todos, que não tem por que esse subterfúgio. Esse subterfúgio não cabe. Ele diminui tanto a Câmara quanto o Senado: o Senado, se aceita, e a Câmara porque faz;

como o Senado se diminuiria se fizesse o subterfúgio, e a Câmara se o aceitasse. O Senador **Flexa Ribeiro** tocou num ponto, Senador **Paim**, que, para mim, é vital. E aqui eu queria novamente pedir a atenção do Presidente da Casa, Senador **José Sarney**, para este episódio.

O processo legislativo só se completa com a última palavra sendo dos Parlamentares, salvo quando se trata de emenda constitucional. Aliás, a última palavra é nossa mesmo, porque não vai a veto, nem vai a sanção. A decisão é aqui. Promulga-se emenda constitucional. As demais matérias vão ao veto ou à sanção presidencial. O veto pode ser parcial ou pode ser total. Agora, há prazos na Constituição para os Presidentes da República vetarem ou aprovarem e vetarem parcial ou totalmente um projeto. Há prazo para eles decidirem, e há prazo para o Congresso apreciar.

Ora, o Presidente não pode incorrer em crime de responsabilidade deixando de vetar um projeto se ele quiser vetar no prazo que a lei estipula. Agora, esta Casa está sendo absolutamente leniente, abrindo mão de um poder que é dela e permitindo que a última palavra do processo legislativo fique nas mãos do Presidente. Se ele tem de vetar, aí chega para cá, a culpa não é mais dele, nós temos de, no prazo que a Constituição manda, ter o veto apreciado. Não só esse, aquele ou aquele outro: todos os vetos. Nós aqui votamos, de vez em quando, vetos. As pessoas dizem: “Vamos ver quais são os vetos consensuais: A, B, C, D”. Chega-se a 50, 80 vetos consensuais. Então, é simples: todo mundo está de acordo, passa. Mas e os polêmicos? Os polêmicos têm de ser também discutidos aqui. Vou dizer que, com alguma experiência parlamentar que tenho, não é tarefa fácil derrubar um veto presidencial. Primeiro, porque a votação é secreta: segundo, porque governo que tem maioria pode fazer funcionar sua maioria nessa hora, embora também o voto secreto liberte algumas consciências de algumas pressões. É sempre uma faca de dois gumes. Não é uma tarefa corriqueira, Deputado Sabino, derrubar um veto. Mas acontece de a vontade majoritária do Parlamento se formar na direção da derrubada de um veto.

O que é absurdo é nós, Congresso, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Câmara e Senado, tolerarmos que os vetos não sejam apreciados. Isso é culpa só nossa. É culpa das duas Mesas. É culpa só nossa. É culpa das Mesas, que se omitem. É culpa nossa nos plenários, porque nós não estamos reivindicando que volte para darmos a última palavra. Estamos dizendo: “Somos incompetentes para dar a última palavra. Fica a última palavra com o Presidente, que passa a exercer poderes ditatoriais, porque deliberamos algo aqui, e o Presidente veta”.

Dou um exemplo que interessa muito à minha região e ao Nordeste: aqui trabalhamos esmeradamente a nova Sudam e a nova Sudene. Muito bem. Erraram numa coisa básica: os incentivos fiscais tinham de ser transferidos para pelo menos 2023. Em 2003, aprovamos, em 2007, sei lá, não havia tempo para maturar nenhum projeto. Então, foram criadas para inglês ver, e nenhum projeto funciona lá, porque não tem incentivo fiscal com prazo de validade necessário para a maturação econômica concreta de um projeto.

Ora, nós tínhamos que apreciar esse veto parcial do Presidente aqui, e tantos outros. Há vetos ligados a categorias de pessoas que já faleceram. Então, o que é justo? O justo é o Presidente, com a sua consciência livre, eu não quero entrar na cabeça do Presidente nem mandar na consciência dele; quem sou eu?, vetar ou sancionar aquilo que ele deseja vetar ou sancionar. Ponto. Aí o Presidente do Congresso tem que convocar sessão do Congresso, no prazo da Constituição, para apreciarmos todos os vetos. Podíamos fazer, digamos, cinco, dez, quinze sessões de vetos, porque tem veto aí do tempo da minha bisavó. Nós tínhamos que votar todos. Aquilo que já caducou, pronto, se resolve. Aquilo que está na ordem do dia, se vota. Agora, é lamentável que nós cedamos, nós todos vamos todos assumir essa culpa, à pressão

do Executivo. Ou seja, as Mesas não ofendem o Executivo, e nós, Líderes, e nós, Parlamentares, não reclamamos.

Então, aqui estou fazendo uma reclamação muito clara, pedindo ao Presidente **Sarney** que realmente cumpra com o seu dever também e coloque a voto todos os vetos, sem exceção. Se isso agrada ao Governo, é problema de quem quer que seja. Se desagrade, também não é problema meu. Se é bom, não sei; se é ruim, não sei; só sei que é da lei, que é da obrigação, e a lei e a obrigação têm que ser cumpridas, para nós não ficarmos nesse chove não molha. Senador **Paulo Paim**.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) Senador **Arthur Virgílio**, eu estou aproveitando o momento em que V. Ex<sup>a</sup> está na tribuna ainda para fazer um apelo ao Senador **Mão Santa**. Senador **Mão Santa**, V. Ex<sup>a</sup> está na Presidência, neste momento, aqui nesta sessão plenária. Esses companheiros que estão nas galerias vieram de São Paulo, vieram de ônibus, horas e horas; estão aqui desde as duas da tarde. O apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup> é que V. Ex<sup>a</sup>, no exercício da Presidência, libere o lanche para esses companheiros. Que fizessem o lanche aqui no cafezinho, como nós, Senadores, fazemos. E que o corpo médico do Senado, vejo aqui homens de 60, 70, 80 anos, ficasse também à disposição, se necessário. Essa decisão V. Ex<sup>a</sup> pode tomar, e eu faço este apelo em nome dos homens e mulheres que estão aqui nas galerias, aqui na tribuna de honra, na expectativa de que a sessão, se ela for a noite toda, vai ser a noite toda. Não sairemos daqui sem que a MP seja lida. Este é o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>. **O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Obrigado, Senador **Paulo Paim**! Senador **Mão Santa**!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Nós queremos responder e louvar a sensibilidade do Senador Paim, que sempre engrandeceu o Senado da República. Então, Zezinho, o amigo **Zezinho**, que serve, aprendeu com Cristo, veio ao mundo para servir, e o **Jonson**, que atendam, da melhor maneira possível, os representantes dos aposentados na nossa lanchonete. *(Palmas.)*

E também a mesma manifestação de preocupação quanto a qualquer problema de saúde. Aquele ambulatório a que os Senadores têm direito está franqueado aos presentes, diante desta bela luta que estamos fazendo.  
*(Palmas.) (Muito bem!)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Muito bem, Sr. Presidente, a medida é correta! A proposta do Senador Paulo Paim...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Só pedimos ao Arthur Virgílio licença para, traduzindo a grandeza da Câmara Federal, dizer que contamos em todas vigílias, desde o início, com o extraordinário Deputado **Arnaldo Faria de Sá**, do PTB de Getúlio Vargas, que sempre respeitou o trabalho e o trabalhador, e também com o Deputado **Paulo Delgado**, do PT de Minas Gerais. A grandeza de São Paulo e Minas juntas por essa campanha que hoje é liderada por **Arthur Virgílio**.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) O Deputado amazonense **Sabino Castelo Branco** também está presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) O Senador **Paulo Paim** está coordenando para

que desçam de dez em dez ou de vinte em vinte e sintam-se.... Esta tem que ser a Casa do povo. Continua com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM)** Sr. Presidente, passo agora a tratar de alguns assuntos do meu Estado, que julgo justos. Eu requeiro voto de aplauso do Senado à grande fotografa Ana Cláudia Jatahy, que foi escolhida para expor sua arte em Nova York na Galeria Brazilian Endowment. Requeiro que esse voto de aplauso seja encaminhado à ilustre fotógrafa, que tem muito tempo de trabalho, embora jovem. Do mesmo modo, requeiro voto de aplauso à secretária executiva bilíngue Fabíola Galvão, pelo lançamento do seu livro *Pétalas de Luz*.

Ela se refere à perda de um dos seus filhos e, depois, à compreensão que teve de que tinha de cuidar do outro filho, bem como ser companheira do seu marido. E voltou a viver. Escreveu o livro com relatos profundamente humanos a ela transmitidos por dez mulheres que perderam seus filhos.

Sr. Presidente, requeiro voto de aplauso ao nosso sempre colega, Relator da Constituinte, meu compadre, meu amigo, meu prezado amigo, Senador Bernardo Cabral, pela sua admissão como membro da Academia Internacional de Direito e Economia. É merecedor, meu compadre e amigo Bernardo Cabral, dessa honraria.

E agora, Sr. Presidente, requeiro voto de pesar, faço questão de lê-lo na íntegra, pelo falecimento, no dia 5 de maio de 2010, da Sr<sup>a</sup> Maria Amélia Buarque de Hollanda. Nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, requeiro que seja consignado nos *Anais* da Casa este voto de pesar.

Ela é viúva do grande intelectual, do notável historiador Sérgio Buarque de Hollanda e mãe do não menos notável compositor e escritor Chico Buarque de Hollanda. Justifico. Memélia, como era carinhosamente chamada pela neta Bebel, a Sr<sup>a</sup> Maria Amélia Buarque de Hollanda viveu cem anos. Viveu-os intensamente, até o último instante. De sua vida, fazia parte inclusive a militância partidária. Fundadora do Partido dos Trabalhadores, era muito estimada pelo atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que, em suas viagens ao Rio, ia visitá-la em sua residência em Copacabana. Seu ardor pelo PT levou-a a ser a primeira doadora para a campanha de Lula, em sua primeira tentativa eleitoral, supostamente em 1989. Ela doou integralmente o valor mensal da aposentadoria que recebia como viúva de Sérgio Buarque.

Na passagem do ano, em 31 de dezembro de 2009, Lula telefonou-lhe para lhe desejar “Feliz Ano Novo”. Apesar da amizade que a ligava ao Presidente, ela supôs que o telefonema pudesse ser brincadeira de alguém. E não era. E aí o susto e a alegria da ilustre dama. Ao requerer esta homenagem póstuma do Senado à Maria Amélia, recordo-me nitidamente dela, a quem sempre dediquei apreço, não a conheci pessoalmente, não tive essa ventura, da mesma que a seu marido, Sérgio Buarque, e após a Chico, o compositor que sempre encantou o País, seja com suas músicas de protesto contra o regime autoritário, seja com suas poesias tão bonitas. Algumas merecem ser lembradas, como *A Banda*, *Sabiá*, *A Praça* e uma música que, no fundo, inspirou pais como eu. Tenho uma filha chamada Ana Carolina, que tem muito a ver com sua música *Carolina*, poesia pura.

Essa encantadora figura vai fazer falta como bem avalia os brasileiros, especialmente os do Rio, sua terra natal, e os paulistas, terra em que nasceu seu marido, o historiador Sérgio Buarque de Hollanda. Ela morou por alguns anos na capital paulista, onde o historiador foi diretor

do Museu Ipiranga. Com a morte de Sérgio, Memélia voltou a morar no Rio de Janeiro. Eu me lembro de um episódio contado não sei se pelo próprio Chico Buarque ou por alguém, que ele se criou naquele ambiente de tanta efervescência intelectual, que, certa vez, não sei quem, não sei se o próprio Vinícius de Moraes, não sei quem, ele, muito pequenininho, estava sentado numa poltrona, e um adulto, não sei se próprio Vinícius de Moraes, quase sentou em cima daquele tiquinho de gente, que era Chico Buarque. Isso é exemplo de como sua casa era de uma efervescência enorme.

E volto a dizer: tenho direito de ter discordâncias da visão política de Chico Buarque, mas não tenho direito de discordar do seu talento como poeta, da sua capacidade enorme de nos sensibilizar com sua produção.

Já li alguma coisa do que ele romanceia. Gostei, mas eu o prefiro como compositor. Faço aqui uma homenagem a sua mãe por entender que ela viveu o bastante para dar muita alegria a sua família, mas viveu o bastante para também deixar uma saudade centenária. Sr. Presidente, eu digo ainda que, na próxima década, um terço da energia elétrica do País será proveniente de usinas hidrelétricas projetadas para a região Amazônica. Serão três usinas, com potencial somado equivalente ao da Hidrelétrica de Belo Monte. No total, a potência será de 10.907 megawatts no conjunto das três novas usinas, todas na bacia do Tapajós, no Pará. As iniciativas integram o Plano Decenal do Governo, agora divulgado. Até aí, aparentemente tudo bem, afinal, para suporte do desenvolvimento da área, a energia é fundamental. No entanto, um fato preocupa: as três usinas projetadas vão ocupar áreas de preservação ambiental, inclusive parques nacionais. Só isso sugere que o assunto deveria e deverá merecer estudos acurados, inclusive colocados à disposição do Congresso Nacional, não podemos ficar fora disso. Não sou contra hidrelétricas, sou a favor da construção de hidrelétricas, com todos os cuidados ambientais, com toda a preocupação que se deve ter para que as obras funcionem, Deputado Sabino, a contento e a bem do povo brasileiro.

Como mostra a matéria assinada pela repórter Marta Salomon, do *Estadão*, o Plano Decenal prevê que os futuros empreendimentos nacionais, necessários para assegurar o desenvolvimento, vão exigir reforço da ordem de mais 32 megawatts de energia elétrica. A estatal Empresa de Pesquisa Energética, EPE informa que, dos novos projetos para geração de energia elétrica, 66% localizam-se na Amazônia. Não sou contrário ao desenvolvimento nem devo opor-me a projetos como esse, no setor de energia elétrica. No entanto, devagar com o andor.

Os projetos são para a Amazônia e quando se fala nela, que é a nossa mais estratégica região, todo cuidado é pouco. Não se pode permitir que a floresta maior sofra devastação. Os técnicos sabem que é possível, sim, implantar projetos energéticos sem causar danos ao meio ambiente e esse é o objetivo, esse é o meio-termo que aqui proponho.

O que não pode é continuar o Parlamento com informações, terceirizadas, que só chegam ao nosso conhecimento depois inclusive de sua divulgação pelos meios de comunicação. Na matéria a que me refiro já se diz inclusive que a inauguração das usinas de Tapajós seriam para 2019, uma delas, a São Luiz do Tapajós, entraria em operação em novembro de 2016. É possível, insisto, pensar em desenvolvimento, traçar projetos de usinas hidrelétricas sem agredir a floresta amazônica. Esse meio-termo nós devemos buscar com consciência, ligando sempre a figura da economia à figura inadiável da ecologia.

A geração de energia não depende apenas do aproveitamento das águas dos nossos rios. No entanto, o Plano Decenal de Energia do Governo brasileiro nem ao menos indica indícios nem menciona indícios de planos para implantação de usinas nucleares, eólicas e outras. No má-

ximo, o que se diz é que o Governo prevê investimentos da ordem de R\$100 bilhões para usinas nucleares. Fica a advertência: muito cuidado ao se planejar usinas hidrelétricas na Amazônia. Eu sou a favor, mas com cuidado. E devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que vejo dois grandes objetivos do pré-sal: temos que tirá-lo do fundo do mar com muita rapidez, com muita presteza. Não é com a canga da urgência constitucional que vamos chegar a um bom projeto. Precisamos ter um bom marco regulatório. Entendo que o pré-sal deva servir para nós cumprirmos dois fins fundamentais. Um deles, colocando dinheiro na mão dos prefeitos, nos Municípios diretamente, fazer, como bem preconiza o Senador Tasso Jereissati, uma revolução educacional. Nós endossamos esse projeto. Segundo, como nós sabemos que o petróleo é a energia do século passado e que não vai vingar como energia fundamental ao longo de todo esse século XXI, até porque o clima não toleraria isso, nós temos que fazer o petróleo pagar o seu próprio enterro de 1ª classe. Ele tem que fornecer dinheiro para financiamento das pesquisas que implantem as novas matrizes. Por exemplo, energia eólica hoje, só temos tecnologia para que ela funcione em pequenas unidades; ora, o Nordeste é vento puro o tempo inteiro. Temos que investir em tecnologias que permitam uma expansão da capacidade de oferta de energia eólica.

A energia solar, aqui em Brasília, cidade luminosa como é, deve fazer a alegria dos fotógrafos. Em Manaus, Deputado **Sabino**, a nossa terra, o Amazonas, eu inaugurei, como Prefeito, escolas na zona rural e as pessoas diziam: “Aí não tem voto”. E eu digo: tem cidadãos. Se tem voto ou não, a gente vê na eleição. Tem cidadãos. E eu inaugurei escolas com tudo que as escolas precisavam de mais moderno à época e com energia feita pela empresa Amazonas Solar, ligada ao Grupo Felipe Dal, com energia solar. Não sei sequer se isso foi mantido por prefeitos que me sucederam, mas energia solar funcionando ali. A França funciona à base de energia atômica, e as pessoas dizem: Meu Deus! Pensam logo em bomba. Não tem nada a ver com isso. É muito pouco poluente, é extremamente eficiente, e a França funciona muito bem.

Há várias hipóteses. Algum Senador, em aparte outro dia disse, e não me recordo bem quem, disse que a Idade da Pedra Lascada não foi superada porque faltou pedra, mas sim porque o homem superou aquele estágio primitivo. Do mesmo modo o carvão, a era da energia movida a carvão não foi superada por falta de carvão. Foi superada porque o petróleo apareceu como fonte de energia mais eficaz do ponto de vista econômico.

Hoje, estamos discutindo a questão do clima. Então, sabemos que o petróleo pode ainda ser muito útil para nós, mas ele é a energia do século passado. As energias, as matrizes do século XXI têm de vir limpas, ecológicas, verdes. E elas têm que ser financiadas pela energia velha. Por isso, a nossa responsabilidade em fazer aqui projetos efetivamente bons. O Governo diz: “Já discutiram por muito tempo”. Não é verdade! Não discutimos sequer a fundo esse projeto. Não fizemos uma só audiência pública! E o Governo debateu isso, Senador Flexa, durante anos.

O Governo acha que ele reuniu toda inteligência do mundo? Eu queria dizer que não. Há gente inteligente na Dinamarca, há gente inteligente nas comunidades indígenas, há gente inteligente no Congresso, há gente inteligente no México, há gente inteligente na Rússia. Há gente inteligente fora do Palácio do Planalto com toda certeza! Eu não duvido da inteligência de ninguém de lá. Eu só digo que temos contribuições a dar e que, se o Governo se abrir para a nossa contribuição, ele terá um projeto melhor a oferecer à sociedade brasileira.

É o que nós queremos. Não queremos boicotar o projeto, queremos aprovar o pré-sal. Mas



aprovar o pré-sal sem a canga da urgência constitucional para podermos debater com a sociedade. Há cientistas, há brasileiros que têm muito o que oferecer para nós fazermos um belo projeto. Portanto, eu espero que o petróleo cumpra com o seu dever. Em relação a esta matéria, eu digo que nós temos que construir hidrelétricas, sim, até porque elas dão um ferimento inicial na natureza, mas depois só dão alegria, depois elas não custam nada. Elas são de funcionamento barato, elas são de funcionamento ecológico. Temos que saber onde fazê-las, como fazê-las, usando as tecnologias que permitam poupar a floresta. É o que nós queremos, é o que o Brasil deseja, é o que o Brasil espera. Portanto, que esses planos não venham como aqueles que vinham do tempo da ditadura, como *dictat*: está aqui o plano e pronto. Não é assim. O Congresso não pode se omitir de nada. Se ainda há pouco falávamos que o Congresso não pode se omitir do seu dever de votar as matérias que estão aqui, de cobrar apreciação dos vetos, como o Congresso pode ficar fora de uma discussão relevante como essa, que tem a ver com o futuro da economia brasileira? Como é que nós vamos ficar livres, isentos ou, ainda, omissos, melhor dizendo: não isentos nem livres, porque livre é uma palavra bonita; eu digo uma palavra feia: omissos, diante de uma questão tão relevante que afeta os destinos da nossa região mais estratégica, que é a minha região e a dos Senadores **Mário Couto** e **Flexa Ribeiro**, a região amazônica. Então, fica aqui o meu apelo e a minha advertência. Vamos discutir, vamos debater. A sociedade brasileira sabe o que fazer melhor. O coletivo é mais inteligente que a unicidade. O coletivo funciona mais que a inteligência mais brilhante. Coloquem o maior gênio do mundo e um coletivo de pessoas comuns a buscarem soluções. Elas acabam apontando um caminho melhor que o do gênio, porque o gênio tem limites, a criatividade das multidões não, a criatividade em multidões também não. Há muitos brasileiros que querem participar e devem ser ouvidos sobre toda e qualquer questão que tem a ver com o seu futuro, com o futuro dos seus filhos, com o futuro dos seus netos, com o futuro do seu País, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a generosidade do tempo que me concedeu. Só tenho mesmo palavras de amizade, de dedicação, de carinho a dirigir a V. Ex<sup>a</sup> e ao seu espírito democrático. Tenho muita honra, igualmente, em ser seu fraterno amigo. Muito obrigado, Senador Mão Santa, meu Presidente.

K5

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM. Como Líder. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, o seu papel foi inestimável nesse período também Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero deixar bem claro que o Projeto Ficha Limpa deve ser aprovado e deve ser aprovado a partir de uma condenação de 2<sup>a</sup> instância. Parece-me que esse é um consenso aqui na Casa para se evitar que um sobra regional manipule um juiz de 1<sup>a</sup> instância e obtenha uma condenação fictícia, falsa contra um adversário. Isso é bem possível num Estado como o meu; isso é bem possível nos Estados do Nordeste. É bom termos cuidado com isso.

**Mas seria lamentável se o destino do Projeto já denominado Ficha Limpa ficasse para as calendas, isto é, arquivado no Congresso Nacional sem deliberação. Afinal, a matéria, considerada um marco nos esforços do País contra a corrupção, de alguma forma já está contribuindo para mudar a cultura política medíocre há tanto tempo vigente entre nós. A cultura política de um povo, aliás, é medida pelo grau de conscientização em relação a todos os aspectos da vida nacional, a começar pela escolha de seus representantes no**

**Executivo e nas casas legislativas. Os parlamentares, por isso, deveriam apoiar, votar e aprovar projeto moralizante de indiscutível significado para o Brasil.**

**Lamentavelmente, não é o que ocorre. O que se sabe é que a proposição está parada na Câmara porque poderosas bancadas parlamentares a ela se opõem. Jogam fora a magnífica oportunidade de melhorar a representação política tanto no Legislativo quanto no Executivo. É preciso que todos nós entendamos que a opinião pública do País exige moralização e aperfeiçoamento institucional.**

Bem a propósito, o jornal *O Estado de S. Paulo* realizou, no dia 16 último, debate em torno do projeto. Dele participaram sete organizações não governamentais, todas da área de fiscalização da atividade política, além de representantes do Ministério Público.

Hoje, felizmente, já há entre a população maior interesse em fiscalizar a política nacional. Daí a importância do encontro promovido pelo referido jornal.

Mediada pelo jornalista Roberto Godoy, os participantes foram instados a opinar sobre as consequências de eventual arquivamento da proposição, diante das informações que dão como certa a protelação. Como consequência, nada do que ela prevê terá aplicação no pleito de outubro vindouro. O projeto, sabem os Senadores, sabe o País, que, é apoiado por 1,6 milhão eleitores, por meio de assinaturas entregues ao Congresso Nacional.

Hoje, é bom enfatizar, são numerosas as entidades que, pela Internet, pressionam os parlamentares pela moralização da vida pública, pelo que a acolhida do projeto seria, sem dúvida, um caminho vigoroso nessa direção.

**Os participantes do encontro no *Estadão* ressaltaram que, de qualquer forma, venha ou não a ser aprovado, o projeto amplia o debate político e, só por isso, já se revela iniciativa vitoriosa. Para Luciano Santos, representante do Movimento Eleitoral de Combate à Corrupção Eleitoral, não há outra resposta que não a aprovação do projeto pelo Congresso. A votação, como sabemos, deveria ter ocorrido há duas semanas, mas sucessivas manobras de fortes bancadas parlamentares, nas quais o PSDB não se inclui, atrasaram a deliberação. No encontro, ficou nítido ao menos um ponto: as consequências positivas do projeto, ainda que em compasso de espera. Trata-se, por exemplo, da decisão do Partido Verde de somente aceitar candidaturas de candidatos com ficha limpa.**

Para Cláudio Abramo, da Transparência Brasil, a acolhida da matéria significaria uma inovação no País. Outro a se manifestar, Chico Whitaker, da Articulação Brasileira de Combate à Corrupção e à Impunidade, lembrou que a indignação dos cidadãos brasileiros tem crescido muito ultimamente. Daí o apoio irrestrito de tantos à matéria.

O Procurador Eleitoral Pedro Barbosa, também presente ao encontro, observou que o conteúdo da proposição já existe na legislação do País. “O que se está fazendo agora é uma tentativa de corrigir uma mora do Judiciário”. Lembrou, a respeito, que o art. 14 da Carta Magna já fala em vida pregressa do candidato.

**Maurício Broinizi, do Movimento Nossa São Paulo, entende que o projeto oferece um marco político fundamental à política brasileira: constitui questionamento profundo dessa política que se instaurou no País, a ponto de necessitarmos que o candidato ao poder político demonstre não carregar currículo que o desabone.**

Rosângela Giembinsky, do Voto Consciente, sustentou que os parlamentares estão perdendo a oportunidade de reescrever a história deste País.

**Gilberto Palma, do Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia, afirmou esperar que o Congresso venha a aprovar a matéria. Para ele, seria marco com todas as características do antes e do depois da política brasileira.**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a simples realização desse encontro no auditório do *Estadão* revela que o País está, sim, preocupado com a eventualidade de virem a ser eleitos candidatos com “currículo sujo”.

**Além dessa iniciativa, a edição de hoje de *O Globo* publica artigo do advogado Lauro Schuch, com análise do mesmo tema.**

**Diz o articulista que “ninguém em sã consciência pode admitir que pessoas desonestas, corruptas ou envolvidas com o crime possam exercer mandatos eletivos”. Schuch refere-se ao Projeto Ficha Limpa, que, para ele, “tramita a passos de cágado”, sem possibilidade de aplicação já no próximo pleito. E sugere:**

**Até que a lei seja modificada, cabe aos partidos políticos cumprir o relevante papel de filtragem dos candidatos sob suas legendas, bem como à Justiça Eleitoral oferecer aos eleitores informações sobre suas trajetórias e antecedentes.**

Sobre isso, revelo que a Justiça Eleitoral já tomou essa providência e a internet disponibilizará as informações sobre todo e qualquer candidato já a partir do pleito vindouro. Diz ainda:

(...) Porém, se nada disso acontecer, a palavra final ainda é do soberano, o povo, a quem caberá escolher entre o convívio com os corruptos e seus crimes ou a limpeza ética da política no País.

É uma boa idéia essa conclusão do articulista de *O Globo*.

Senador **Alvaro Dias**.

**O Sr. Alvaro Dias (PSDB - PR)** Senador Arthur Virgílio, oportuna a abordagem. Não há momento mais adequado do que este, num ano eleitoral, para se debater o Projeto Ficha Limpa. É claro que precisamos de muito mais do que um projeto; precisamos de uma reforma política, de uma reforma eleitoral. **Nosso modelo político é ultrapassado, é retrógrado, é corrupto. Mas essa é uma exigência popular e não deliberar sobre um projeto que tem origem na população é desrespeitar o povo do País. Afinal, subscreveram esse Projeto Ficha Limpa um milhão e seiscentos mil brasileiros. Ainda neste final de semana a *Folha de S.Paulo* traz mais um escândalo: verbas do Ministério do Turismo, repassadas através de emendas parlamentares, portanto são parlamentares candidatos nesta eleição responsáveis por mais um escândalo, são repassadas a ONGs, ONGs aparelhadas para falcatruas.** Isso vai provocando uma descrença que se generaliza na opinião pública e o Congresso não toma providências aprovando um projeto dessa natureza. No ano eleitoral, a Câmara adota uma medida protelatória para não vigorar para essa eleição... Então, isso tudo desagrada, é claro que provoca uma revolta ainda maior no povo brasileiro. Por isso, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> é oportuno. É uma lástima não aprovarmos um projeto desse gênero. Que se altere, que se aprimore, que se eliminem eventuais inconstitucionalidades, mas que se

avance na direção de se estabelecer um modelo em que o larápio, o amante da falcatrua não seja candidato. Vamos eleger, certamente, alguns corruptos, e, depois das eleições, mais uma vez, as populações dos Estados, dos Municípios ficam aguardando uma deliberação da Justiça sobre aqueles que acabaram elegendo por não conhecerem determinadas informações que são fundamentais para a avaliação definitiva no momento do voto. Portanto, parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por não deixar esse assunto morrer. Esse assunto tem que ficar vivo, permanentemente vivo, convocando-nos, continuamente, à responsabilidade.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Eu não entendo é o medo de deliberarem sobre o projeto, porque há várias ideias. O trânsito em julgado é uma conquista da democracia. O Senador Pedro Simon disse que preferiria a fórmula, e é muito correto o que disse S. Ex<sup>a</sup>, de criarmos mecanismos na Justiça para que todos os processos que envolvessem denúncia de corrupção fossem julgados antes da diplomação ou antes da posse. Eu não sei bem qual foi a formulação de S. Ex<sup>a</sup>, mas, de qualquer maneira, não tomaria posse aquele que fosse condenado em última instância. Caberia à Justiça ter o necessário amparo para poder dar conta dessa exigência, desse recado. Por outro lado, tenho colocado aqui, com muita ênfase, e conheço o meu Estado, conheço os Estados do Nordeste, conheço os sobas regionais, que considero um pouco exagerado se dizer que a condenação em primeira instância já basta, porque pode ser que haja má-fé do juiz de primeira instância. É melhor darmos esse direito a um colegiado, Senador Flávio Arns, quem sabe aos desembargadores, em segundo grau, porque aí seriam mais cabeças pensando e mais difícil seria se perpetrar uma injustiça.

Mas, de qualquer maneira, é um tema que não pode sair da pauta, que não pode ser arquivado, não dar para sentar em cima, não se pode fingir que não existe. Não se pode ignorar um milhão e seiscentos mil brasileiros que pediram que nós deliberássemos sobre esse projeto ou, ainda, aceitar manobras de falsa esperteza que vão enrolando, enrolando, enrolando e, depois, fica para outra eleição, o que só desacredita o Parlamento perante a opinião pública. Eu agradeço o seu aparte e concedo um aparte ao Senador **Augusto Botelho**, com muita honra.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT - RR) Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> traz este assunto para cá realmente porque causa indignação nas pessoas. Um milhão e seiscentos mil assinaram aquele papel, mas tenho certeza de que mais de 70% ou 80% dos brasileiros são favoráveis a isso, porque todos são pessoas honestas, a maioria dos brasileiros é honesta. E essa permissividade de assumir cargos pessoas processadas dá a impressão de que esta é uma Casa para esconder contraventor, porque tem imunidade parlamentar. Então, há pessoas que ficam só mesmo se protegendo dentro da Casa. É muito injusto que um trabalhador aprovado num concurso público não possa assumir se estiver sendo processado, se tiver alguma coisa, e que nós aqui possamos assumir enquanto não haja trânsito em julgado. Então, sou favorável também que sejam condenados numa decisão colegiada, de várias pessoas realmente, pois pode um juiz não gostar da gente e criar um problema. Mas, quando for um conjunto de juizes, acho que a pessoa deverá ser impedida de se candidatar. É melhor cortarmos o mal sempre pela raiz. Na medicina, a prevenção é o melhor tratamento; aqui também será o melhor tratamento. E é um clamor popular, como V. Ex<sup>a</sup> falou. Todo mundo quer que se faça isso. E a maioria das pessoas, a maioria dos eleitores são pessoas honestas, graças a Deus. Nós precisamos acabar com essa história de as pessoas dizerem, principalmente lá na nossa região, falo pelo meu Estado de Roraima, que fulano é bonzinho, rouba mas faz. Já meteram isso na

**cabeça das pessoas. Não existe ladrão bom, não existe bandido bom. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Obrigado, Senador. Não percebem que, para o ladrão roubar, ele precisa ter feito. Se ele não fizer nada, ele vai roubar como? De onde é que ele vai fazer o caixinha? De onde é que ele vai pegar propina de empreiteiro? É preciso, primeiro, ele inventar uma obra, enfim, para chegar ao objetivo de abastecer seus próprios bolsos.

Em segundo lugar, o governante honesto, aquele que não roubasse, e o governante honesto é aquele que não rouba, obviamente, faz muito mais do que esse tal **“rouba, mas faz”**, que é algo tão velho... Isso vem do tempo de **Adhemar de Barros**. Parece que o Brasil não evolui, parece que continuamos naquela época do Cadillac rabo de peixe, do tempo do maiô Catalina, das misses do maiô Catalina. O Brasil tem de evoluir, evoluir na direção de um país mais sério, mais ético, de acordo com o que as pessoas clamam na sociedade. V. Ex<sup>a</sup> tem razão: é de indignar mesmo.

**Eu acho que, se o Congresso tiver coragem e entender que é para não aprovar esse projeto, que chegue aqui e reprove o projeto. Agora, ponha para votar e acaba com essa enrolação, com esse jogo de empurra, com esse chove-não-molha, porque isso está causando irritação em todo mundo que não se sente à vontade com esse jogo, que é um jogo contra o pensamento que o povo brasileiro tem de exigir de nós um comportamento justo e digno, à altura do que a sociedade tem de cobrar mesmo do seu Parlamento.**  
Senador **Flávio Arns**.

**O Sr. Flávio Arns** (PSDB - PR) Senador Arthur Virgílio, quero também concordar com o que o Senador Augusto Botelho acabou de colocar e com a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>. Um dos grandes debates que acontece hoje em dia na sociedade é justamente sobre o “ficha limpa”. Que haja, sim, mecanismos, para que haja celeridade nesses processos, julgamento, que a opinião dessas centenas de milhares de pessoas que assinaram o manifesto seja levado em conta e que isso possa ser avaliado, analisado e votado no Congresso, porque isso, de fato, repercute e é um dos grandes anseios da sociedade. Quer dizer, chega de malversação, chega de direcionamentos errados, equivocados, falcatuas. Vamos ver quem de fato está entrando na vida pública. Agora, ao mesmo tempo, concordando com isso, eu só quero dizer, Senador Augusto Botelho, que, antigamente, para o Deputado ou o Senador ser processado, havia necessidade de autorização da Casa legislativa, da Câmara ou do Senado. Não poderia haver abertura do processo sem autorização da Casa. Essa lei foi alterada há alguns anos e agora o processo pode ser iniciado, pode ter prosseguimento, pode ser concluído independentemente da autorização da Casa. Então, essa foi uma mudança significativa. A pessoa não pode ser processada por crime de opinião, de palavra, por externar um ponto de vista. Ela não pode ser processada por ter, como parlamentar, externado aquele ponto de vista, mas, em termos de crimes cometidos... Quer dizer, não existe mais essa coisa de imunidade parlamentar, de ele não ser processado por ser parlamentar. Não existe isso. Agora, ao mesmo tempo, a grande preocupação da sociedade é no sentido de haver mecanismos que impeçam que pessoas que estejam nessa demora de julgamento acabem sendo eleitas eventualmente com o que se chama de ficha suja ou a necessidade de a pessoa ter ficha limpa. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que isso seja debatido, discutido e votado no Congresso Nacional.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB - AM) Senador **Flávio Arns**, V. Ex<sup>a</sup>, já concedo um aparte ao Senador **Suplicy**, faz um registro muito importante, que é o avanço. Ou seja,

antigamente não se podia processar parlamentar sob título nenhum. Ele podia praticar o que praticasse, seja o chamado delito de opinião, que, para mim, não é delito, pois emitir opinião é obrigação até, delito é impedir que alguém emita sua opinião, seja o delito comum, ou seja, o bandido comum que, travestido de parlamentar, rouba, assalta, faz e acontece e ficar protegido pelo manto de uma imunidade, que, na verdade, era uma imunidade pela impunidade. Na prática, temos visto como é difícil alguém, mesmo flagrado, depois de processado, ser punido efetivamente. Mas o avanço já foi registrado. Agora, o outro avanço era nós votarmos este projeto, deliberarmos com coragem.

O Senador Pedro Simon tem o que colocar, nós temos a opinião que já foi colocada aqui. Eu não concordo com o juiz singular decidindo sobre a vida de alguém, acredito que deveria ser, no mínimo, a segunda instância, o Senador Pedro Simon diz que a Justiça deve se aparelhar para julgar até a última instância antes da posse do acusado eleito, enfim, mas o fato é que o Brasil já não aceita que as regras sejam as atuais.

É muito bom V. Ex<sup>a</sup> dizer que não há imunidade parlamentar e não há para crimes comuns. Há imunidade para o que chamam de delitos de opinião. Ou seja, se eu chego aqui e resolvo dizer qualquer coisa de quem quer que eu queira, eu tenho que ser protegido, porque esta é a tradição do parlamento anglo-saxônio: proteger aquele que defende os súditos contra possíveis arbitrariedades do rei, esse é o espírito da coisa, mas não para falcaturas, para negociações, para malversação de recursos públicos.

Enfim, é preciso avançarmos, está na hora de deliberarmos. O Congresso tem que ter coragem. Se acharem que o projeto é imprudente, que derrubem o projeto, pronto; se acharem que o projeto é bom, que aprovem o projeto. Agora, essa posição amorfa de ficar enrolando, de ficar dizendo “é hoje”, “é amanhã”, ficar nesse chove-não-molha, isso realmente está irritando setores fundamentais da opinião pública e irritando, Senador José Agripino, também setores fundamentais do Congresso que querem deliberar sobre o projeto. Eu, por exemplo, quero deliberar sobre esse projeto no Senado e anseio pelo momento em que a Câmara o mande para cá.

O Brasil não pode ser um país com uma política feita de pessoas que escondem a sua face. Cada um tem sua face, cada um deve exibi-la. Se as pessoas lá fora gostarem da face que se exhibe, muito bem; se não gostarem, muito bem também, mas cada um deve exibir a sua própria face como um dever cívico e até com uma certa naturalidade. Não deve ser nada excepcional, deve ser da vida comum de todos nós mostrarmos a nossa face, como, aliás, V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem, e V. Ex<sup>a</sup> tem uma face pública que considero das mais apreciáveis no País. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Suplicy e, finalmente, Senador José Agripino.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT - SP) Senador Arthur Virgílio, acho importante que os diversos Senadores se pronunciem a respeito desse projeto sobre a ficha limpa e V. Ex<sup>a</sup> aqui bem recorda que o Senador Pedro Simon foi um dos pioneiros nessa batalha que alcançou um respaldo muito grande da parte da CNBB e desse movimento popular que 1,6 milhão de pessoas, se não mais, já assinaram e conclamam para nós, membros do Congresso Nacional, que apreciemos e votemos o quanto antes esse projeto. Também quero aqui expressar que estou de acordo com a proposição de que, tal como já se avançou na Câmara, se a pessoa, além de ter sido condenada por um juiz, mas depois também por um órgão colegiado, que ela, então, deveria estar impedida de ser candidata a postos políticos em nosso País. É importante que nós, Senadores, venhamos a expressar o nosso ponto de vista, para que tenhamos a noção clara. Quando a Câmara dos Deputados aprovar essa matéria, nós vamos apreciá-la com a

maior rapidez possível, tendo em conta esse clamor popular mencionado por V. Ex<sup>a</sup> e pelos diversos Senadores que o apartearam.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM)** Muito obrigado. Eu não esperava de V. Ex<sup>a</sup> outra atitude que não essa, Senador Suplicy. E entendo mesmo que temos que cumprir o dever. **Cada um deve votar do jeito que a sua consciência mandar, inclusive, como disse muito bem o Senador Arns ou o Senador Alvaro, não sei bem, aperfeiçoando o projeto, se for o caso, mas não praticando essa dolosa omissão de fingirmos que não existe um projeto que é subscrito por 1,6 milhão de patrícios nossos.**  
Senador **José Agripino.**

**O Sr. José Agripino (DEM - RN)** Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> pronuncia um discurso extremamente oportuno. No meu Estado, na semana que passou, este assunto ficha limpa, ficha suja foi muito discutido, e da discussão sempre suscitam as dúvidas, e as dúvidas levam a esclarecimentos. **Eu não tenho nenhuma dúvida de que, em relação ao assunto ficha suja, ficha limpa, votado ou não o projeto, na consciência das pessoas que vão votar isso vai pesar. Quem tiver mácula na ficha nos tribunais vai ter um impeditivo, vai ter uma trava, dificultando o voto que lhe possa ser dado, até porque o assunto vai ser do conhecimento público. As fichas vão ser do conhecimento público. As pessoas vão se interessar pelo tema, porque a corrupção vai ser tema de campanha, queiram ou não, por conta de mensalão e de tudo que vem acontecendo.**

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. José Agripino (DEM - RN)** Por conta de tudo que vem acontecendo. A questão corrupção, que gera ficha limpa ou ficha suja, impedindo ou não o candidato de ser candidato, vai ser tema de campanha. Mas o que eu acho? A mais lúcida ideia que surgiu até agora foi a do Senador **Pedro Simon.** Só que eu vou um pouco mais longe: acho que a gente tinha de estabelecer como meta, antes do recesso de julho, fazermos um esforço especial para tentar mostrar ao Brasil que estamos querendo uma legislação correta, dando a oportunidade ao eleitor de votar corretamente em quem tenha ficha limpa. O que pode resolver o impasse? A Justiça existe e é travada pelo acúmulo de processos. O candidato vota pelo povo e se manifesta por milhares. Então, para ele ser eleito e falar por milhares, é bom que ele tenha boa ficha. Por que, então, não se dá prioridade absoluta a julgar os processos dos candidatos que porventura estejam em andamento...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. José Agripino (DEM - RN)** ...estejam em andamento, e só se façam os registros julgados os processos? Obriga-se. **A Justiça vai dar prioridade ao julgamento de pessoas que vão falar pelo povo. Vão falar ou não, porque eles podem ser eleitos ou não. Até porque existe uma dúvida, Senador Arthur Virgílio: uma pessoa pode ter dezenas de processos e dizer que, se não está julgado nem condenado, então não tem ficha suja nem limpa. Mas quem disse que aquilo não significa uma penalidade que está por acontecer, até porque o processo só se instala quando a denúncia é aceita? Se a denúncia não é aceita, o processo não se instala no TSE, no Supremo Tribunal, no STJ; não se instala na primeira instância, na segunda instância; não se instala no Tribunal Federal de Recursos. Então, há uma dúvida. Na cabeça do eleitor, o acusado pode dizer: eu não estou condenado, então eu não tenho ficha limpa nem tenho ficha suja; eu tenho uma ficha em dúvida. As pessoas deveriam estar alertadas, sim, é de um fato: quando o**

**processo se instala, é porque a denúncia é aceita. Ela só é aceita quando há fundamento para que a denúncia aconteça. Agora, entre isso e a condenação, existe uma distância. Mas eu acho que o grande caminho que deveríamos percorrer era a celeridade junto à Justiça, para que os processos dos candidatos fossem julgados a fim de que fosse efetivado depois do julgamento o registro da candidatura. Eu acho que deveria ser meta nossa, do Congresso, aprovar um projeto de lei nesses termos para que estas eleições já dessem ao eleitor a condição de votar sabendo quem é de verdade ficha limpa e ficha suja.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) Obrigado, Senador José Agripino. V. Ex<sup>a</sup> dá uma contribuição muito boa, e na linha do que prega o Senador Pedro Simon. Ou seja, a Justiça teria que estar aparelhada e pronta para dar conta dos seus processos, da primeira à última instância, sempre que o assunto se referisse à eleição e à corrupção. Creio que esse é um caminho. Só aqui nós já mostramos como é possível se travar um debate muito bom sobre essa matéria.**

**Não concordo com o que está havendo por parte de certos setores da Câmara dos Deputados: vão protelando, vão postergando, vão inventando pretextos e vão jogando para as calendas um projeto que precisa ser analisado com essa crueza e com essa sinceridade com que nós aqui estamos tentando tratá-lo.**

A mesma coisa acontece com a tal PEC nº 300 ou a tal PEC nº 446 referente aos salários dos servidores militares, policiais militares, civis e bombeiros.

De repente, vem o eufemismo: vamos deixar as PECs para o ano que vem. E digo: por quê? Eu não aceito. Eu tenho aqui uma PEC de minha autoria, que quero colocar na Ordem do Dia, e que prorroga os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Eu não aceito isso. Por que eu vou deixar para depois da eleição algo que pode ser decidido antes? Por que eu vou deixar para amanhã uma coisa que eu posso fazer agora?

Ou seja, a ideia de se trabalhar matérias nevrálgicas com sentido protelatório só desmoraliza a Casa perante a sociedade. Se se traz o debate para o caminho da franqueza, para o terreno da franqueza, explica-se ao povo, por exemplo, que um juiz pode ser cooptado por um Governador de um Estado como o seu, como o meu, e aí se condena um jornalista bravo que queria ser candidato, inventa-se algo contra ele, sem lhe dar a chance de se defender convenientemente.

Então não adianta nós irmos pela cabeça do juízo singular. Quem sabe uma hipótese fosse o juízo secundário, o juízo de segundo grau, os Tribunais de Justiça? Outra, nós criarmos as condições para realizarmos aquilo que é preconizado por V. Ex<sup>a</sup>, pelo Senador Pedro Simon, que é respeitarmos a ideia do trânsito em julgado, ou seja, irmos até a última instância, mas com rapidez coerente com a rapidez do processo eleitoral. Quer dizer, não tomaria posse aquele que, em última instância, fosse condenado, e a Justiça ainda teria que dar absoluta prioridade para esses casos. É como esse caso do mensalão. Está-se demorando um horror para se julgar isso aí. Era hora de se julgar isso tudo antes da próxima eleição, para nós termos certeza sobre em quem estamos votando.

**Então eu entendo que o debate já está instalado aqui. Estamos solicitando à Câmara que resolva a parte dela e mande para o Senado a fim de que este cumpra com o seu dever e decida, de acordo com a cabeça de cada Senador e depois, no conjunto dos Senadores,**



**sobre essa matéria. Não podemos fingir que ela não existe, Senador José Agripino, Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns, fingir que ela não existe, e jogarmos com o tempo, na base da “empurração” com a barriga. Isso não é aceitável, não é tolerável, não é justo, não é correto e não é decente em relação à sociedade brasileira.**

Sr. Presidente, encerro, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que aceite um requerimento de voto de aplauso, que endereço à Mesa, aos cinco novos afiliados do Amazonas e da Região Norte à Academia Brasileira de Ciências: João Vicente Braga de Souza, Marina Anciães e Noêmia Kazue Ishikawa, os três do Instituto Nacional de Pesquisa do Amazonas - Inpa; e Luís Carlos Bassalo Crispino e Marcelo Nazareno Vallinoto de Souza, estes pertencentes à Universidade Federal do Pará.

É um laurel, é um estímulo à ciência. E, na justificativa, que não lerei por inteiro, resumo a biografia do ponto de vista dos trabalhos científicos de cada um deles. São pessoas do melhor mérito e que merecem a homenagem do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

KK

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Presidente, estou falando aqui. Obrigado, Presidente. Eu apenas queria cumprimentar o Senador Arthur Virgílio pela iniciativa da questão de ordem e V. Ex<sup>a</sup> pela firmeza com que a recebeu e por já ter feito um discurso, prevenindo os Srs. Senadores, com a certeza de que encontraria o caminho correto, para votarmos com urgência o projeto Ficha Limpa. E, também, a Cláudia, que vi trabalhando ontem à noite e que hoje, cedinho, estava terminando o trabalho, para buscar os caminhos corretos, a fim de que V. Ex<sup>a</sup> pudesse realmente confirmar a votação que o meu Partido fará. O meu Partido, o Senador **Gim Argello** deverá falar, votará em bloco, em favor desse projeto.

Meus cumprimentos por essas possibilidades realizadas por V. Ex<sup>a</sup>.

LL

**A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI** (DEM - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Muito obrigada, Sr. Presidente **Romeu Tuma**. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de começar o meu pronunciamento, já que não foi possível fazer o aparte, eu gostaria, Senadora **Ideli Salvatti**, de dizer que fico muito feliz por ouvir que V. Ex<sup>a</sup> também concorda que tenhamos que votar urgente e já, antes que os prazos sejam encerrados, as propostas dos aposentados. (*Palmas.*) E quero aqui fazer um apelo à senhora, que é do PT, ao Senador **Suplicy** e a todos. Principalmente à senhora, que já foi Líder nesta Casa, que faz parte, claro, do Partido do Presidente, devo dizer que está se criando um fantasma com relação à questão dos aposentados: há um boato por aí dizendo que, se for aprovada a queda do fator previdenciário, o reajuste, como está na medida, poderá ser vetado. Eu espero que a senhora, com a responsabilidade que tem, com o interesse que tem, com a defesa que aqui fez de que também vai concordar conosco que somos Democratas, conosco que somos PSDB, com os demais Senadores que aqui estiveram, todos, quando do pronunciamento do Senador **Papaléo**, se colocando favorável à votação já, imediata, da matéria dos aposentados, que toda esta luta

que não é de agora, tenha a garantia de que não seja vetada nem seja procrastinada por nenhuma razão. É um direito justo e certo. Estamos em defesa dos aposentados e vamos continuar defendendo essa luta.

Com relação ao Ficha Limpa, eu já disse e volto a dizer: também parece que há uma unanimidade, graças a Deus, em respeito à vontade da população brasileira, que trouxe, que foi quem deu condições a que esse projeto pudesse chegar a esta Casa, já aprovado lá na Câmara dos Deputados.

Mas tem uma coisa, Senadora, com relação ao pré-sal. A senhora bem colocou que é preciso votar o pré-sal para que se tenham condições de explorá-lo. Mas nós queremos que a redistribuição seja também votada para os Municípios, como já existe a proposta colocada aqui para o Senado, para todos os Municípios brasileiros terem direito de receber royalties, e que aqueles que recebem não sejam prejudicados, não percam nada, havendo, claro, uma compensação através do Governo Federal. Essa é a nossa posição, é a minha posição, da qual não abrirei mão.

Eu queria colocar para os prefeitos de todo o meu Brasil que estamos com vocês, por entender que o *royalty* do petróleo, a riqueza do povo brasileiro tem que chegar a todos os Municípios. Eu sou de um Estado produtor de petróleo. Eu sou de uma cidade onde se produz a maior quantidade de petróleo em terra. Eu vi, analisei. Eu poderia estar aqui defendendo somente a forma como era antes distribuído, porque iria beneficiar somente os Municípios que até hoje foram beneficiados. O Rio de Janeiro recebe milhões e milhões. Não! Nós queremos uma distribuição para todos, que chegue ao Norte, ao Nordeste, ao Sul, ao Sudeste, ao Centro-Oeste, a todos os municípios, e que isso seja aplicado em questões que venham a valorizar, a estimular, a criar condições de um desenvolvimento econômico e social equilibrado, sustentável no nosso País.

Se nós vamos ter o pré-sal, se vamos ter o fundo social do pré-sal, que esse recurso do fundo social do pré-sal seja 60% destinado, obrigatoriamente, para as questões da educação, desde a creche até o ensino de pós-graduação, para que o Brasil possa, realmente, com a riqueza que é do seu povo, retirada do nosso chão, esse ouro negro, retirado do nosso chão e do nosso mar, fazer com que a população brasileira tenha bem acesa a luz da esperança de uma vida melhor. Nós estamos crescendo. É claro que existe um crescimento econômico devido à estabilidade econômica que os últimos Governos vêm mantendo, pela qual vêm lutando e na qual vêm trabalhando. Nós temos hoje um crescimento econômico porque não temos inflação. De certa forma, desde que foi criado o Plano Real, começamos no Brasil este processo de deter, de conter a inflação. Mas acontece que precisamos crescer também nas oportunidades de educação do nosso povo.

Quero, dirigindo-me ao meu Estado, que o meu Rio Grande do Norte, que o nosso Rio Grande do Norte, que todas as regiões do nosso Estado possam ter condições de desenvolvimento. Que não fiquem apenas na Capital as condições melhores de vida, mas que elas possam ser estendidas a todas as regiões. Mas isso só vai acontecer quando, em todas as regiões, a educação for de qualidade, quando aqueles que entram na escola... Hoje, entram no ensino fundamental, na educação infantil, praticamente todas as crianças. Só que apenas 50% delas terminam o primeiro grau. Saíram 50%, ou estão na repetência. Houve uma evasão imensa. Quando se termina, Senador Perillo, o segundo grau, não temos nem 20% dessas crianças que entraram para concluir o ensino superior. Apenas 15,7% no Rio Grande do Norte. Isso é o retrato do Brasil.

Para crescer, para termos competitividade, para que o trabalhador possa crescer com sua

renda, para que possamos gerar cada vez mais emprego e renda em nosso País, o motor, claro, do desenvolvimento, a força motriz, propulsora tem de ser a educação. Estou falando isto, porque, nesta semana, recebi, de uma escola na cidade de Grossos, na região salineira, às margens da praia, a seguinte denúncia de uma professora:

Há duas semanas, 140 alunos da Escola Estadual Coronel Solon, em Grossos, estão sem aulas. São crianças na faixa etária de 6 a 13 anos. As aulas foram interrompidas por falta de professores, e todo o turno vespertino parou. Já no turno matutino, ainda no Ensino Fundamental, não há quem lecionem Matemática, Artes e Ensino Religioso. Os estudantes do Ensino Médio são outros prejudicados pela falta de professores de três disciplinas: Matemática, Física e Biologia. A escola precisa de 15 professores, que, aliás, já foram solicitados pela direção repetidas vezes.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) Senadora Rosalba, permite-me um aparte?

**A SRª ROSALBA CIARLINI** (DEM - RN) Permito já, Senador Paim. Deixe-me só terminar de ler: Até o Ministério Público já foi acionado para resolver o problema da falta de professores em Grossos, que está angustiando a comunidade escolar e pais de estudantes. A escola tem 710 alunos. Isso é um retrato doloroso, no meu Estado. Uma escola estadual! Isso mostra o quanto nós precisamos avançar. É uma das metas do milênio, que é exatamente a melhoria do nível de alfabetização, da qualidade do ensino, isso nós precisamos atingir. E eu estou preocupada com o meu Estado, que precisa, sim, melhorar a qualidade do ensino. Pois não, Senador Paim. Depois eu voltarei a este assunto.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) Senadora Rosalba, eu quero aproveitar a presença de V. Exª na tribuna. Vemos aqui o Paulinho, Deputado e líder da Força Sindical, que foi o autor do acordo, realizado na Câmara, do 4,7. E foi permitido, na Medida 475, o reajuste de 7,72%. Senadora Rosalba, faço um apelo a V. Exª e, naturalmente, também ao Presidente da Casa. As duas MPs que estão na pauta em primeiro lugar tratam de dois créditos. Isso não tem polêmica alguma. A terceira trata do salário mínimo, que também é consenso. E aí a quarta MP trata do reajuste dos aposentados e também do fim do fator. Por isso, aproveito o aparte a V. Exª para pedir ao Presidente da Casa que coloque em votação as duas MPs dos créditos, a do salário mínimo, e a 475, que trata do reajuste do 7,72% e também do fim do fator previdenciário. (*Palmas.*)

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRª ROSALBA CIARLINI** (DEM - RN) Muito bem, Senador Paim. Muito obrigada pelo seu aparte e pela sua colocação. O Paulinho da Força Sindical é sempre bem-vindo. Estamos aqui todos. Se há algo que está unindo este Plenário é exatamente aprovarmos já, o mais rápido possível, os projetos que falam do reajuste e da queda do fator com relação aos aposentados.

Mas eu gostaria aqui, Senhoras e Senhores, de retornar exatamente a esse quadro que é realmente alarmante, triste, do Rio Grande do Norte. Para os senhores terem uma idéia do quanto, nesses últimos anos... O número de vagas eu reconheço que existe. Existem vagas e estrutura para receber e matricular todas as crianças também no ensino médio, mas nós não temos qualidade no ensino. Quem está dizendo isso não sou eu. Quem está dizendo isso é a Prova Brasil. O Rio Grande do Norte está entre os piores Estados na avaliação do seu ensino, e um Governo que vem de uma professora em oito anos. A nota na Prova Brasil, na quarta série, é de 148 pontos, quando, no Brasil, a média, que não é a ideal, que fica bem abaixo dos países mais desenvolvidos, mais competitivos, é de 178. Estamos 30 pontos abaixo.

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM - RN)** Em média, os alunos do Rio Grande do Norte estão duas séries atrás da média nacional, que já é muito baixa. A média dos alunos da oitava série do Rio Grande do Norte equivale à média dos alunos da quarta série de Sobral, Ceará. Estou comparando não é com o Sul, não é com as regiões mais ricas não. Estou comparando com uma região que é semelhante à nossa, mas cujo ensino está com a qualidade, na cidade de Sobral, melhor do que em nosso Rio Grande do Norte. Isso, realmente, é muito preocupante, porque nós temos um Estado com um potencial muito grande para desenvolver todas as suas regiões. Nós sabemos que se respeitarmos as vocações naturais e locais, associadas ao potencial das nossas matérias-primas, poderemos, sim, fazer com que o Rio Grande do Norte seja um celeiro de oportunidades, de geração de renda e de emprego. Mas para isso precisamos ter a população preparada, qualificada e capacitada. E nós lutamos pelo ensino profissionalizante, que eu defendo. E a prova é que já apresentei onze projetos para mais escolas de institutos técnicos federais em nosso Estado, que só tinha duas e hoje tem sete. Apresentei mais onze para as mais diversas cidades polo das regiões do nosso Estado. Precisamos de mais, de muito mais. E não se chega ao ensino superior, ao ensino médio, não se consegue manter o aluno na escola se não tivermos a preparação, que começa na base, na creche, na educação infantil de qualidade para preparar nossas crianças para um grande futuro.

Esse é o nosso pensamento. Precisamos regionalizar sim, precisamos capacitar profissionalmente, de acordo com a vocação de cada região...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM - RN)** ...de investidores, para fazer o nosso Estado crescer. Nós estamos com as ZPEs do sertão aprovadas. Para o Vale do Açu, foi projeto de minha autoria. Zona de Processamento de Exportação aprovada, esperando apenas que o Presidente Lula sancione. Está para ser aprovada uma segunda, em Macaíba, na grande Natal, e também há o compromisso do Presidente de ir ao nosso Estado e sancionar as duas. A de Açu já está com áreas disponíveis, investidores interessados. Mas o que precisamos ter? A capacitação, a preparação, a educação, alavancando esse desenvolvimento para que, na hora em que chegue a empresa, a indústria, na hora em que chegue o desenvolvimento do potencial econômico na região, o emprego seja dado àqueles que moram naquelas cidades, naquela região, não tenha que se importar...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ROSALBA CIARLINI (DEM - RN)** ...como já aconteceu no passado. Eu vivi esse momento. Quando foi descoberto o petróleo na nossa cidade, em Mossoró, na nossa região, os primeiros trabalhadores tiveram que vir de fora, porque a população ainda não estava preparada. Hoje, é outra realidade. Hoje, temos a Escola do Petróleo, as universidades também começaram a olhar para esse caminho de preparação. Já existe a escola técnica, que prepara também na área do petróleo, mas, no passado, os empregos que estavam ali, numa população de muitos desempregados, de muitos carentes e pobres, tiveram que ser dados a outros de fora porque eles não estavam capacitados. Por isso, defendo sempre: a educação em primeiro lugar, a educação, motor de desenvolvimento sim. E aqui eu quero deixar também os meus aplausos...

*(Interrupção do som.)*

A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI (DEM - RN) ...à *Tribuna do Norte* e à Fiemr, Federação da Indústria do nosso Estado, que vem promovendo lá em Natal, e segunda-feira foi o seminário da educação, vários eventos denominados “Motores do Desenvolvimento”, falando de infraestrutura, falando dos mais diversos aspectos para o desenvolvimento do nosso Estado. Mas segunda-feira eu considero que foi o momento mais importante, porque se tratou exatamente de analisar como estamos na educação, o quanto perdemos nesses últimos anos de oportunidade de crescer na qualidade, o quanto precisamos fazer, e fazer de forma rápida, para melhorar o índice de educação no nosso Estado, valorizando o educador, dando melhores condições estruturais e, mais do que nunca, criando as condições para que a escola possa bem receber os filhos e as filhas dos nossos irmãos potiguares. Era isso, Sr. Presidente, que eu queria colocar. E queria aqui, só para finalizar, cumprimentar a vice-Prefeita da cidade de Mossoró, Ruth Ciarlini, e a Prefeita da cidade de Messias, Shirley Targino. Inclusive, elas estão aqui em Brasília para participar da Marcha dos Prefeitos, mas também, amanhã, o Sebrae estará realizando o grande encontro para que seja feita a premiação dos prefeitos empreendedores do Brasil. Eu tive essa alegria por três vezes, quando fui Prefeita, inclusive por ter sido Prefeita Empreendedora do Brasil, além de ter sido, em outros momentos, lá do Rio Grande do Norte e da região Nordeste. E a Prefeita Shirley foi a escolhida, em primeiro lugar, no nosso Estado.

*(Interrupção do som.)*

A SR<sup>a</sup> ROSALBA CIARLINI (DEM - RN) E a vice-Prefeita Ruth aqui representa a Prefeita da cidade, Fafá Rosado, já que a cidade de Mossoró também está entre as cinco finalistas no *ranking* do Rio Grande do Norte.

Dessa forma, cumprimentando as duas que estão aqui em Brasília, também quero cumprimentar a todos os Prefeitos empreendedores do Brasil, que lutam com muita dificuldade, enfrentando a crise, mas com criatividade e com dedicação para realmente fazer do seu município um município empreendedor.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

M

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Presidente Mão Santa, mais uma vez, obrigado pela sua generosidade. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje eu gostaria de falar apenas de um tema, que é a melhor maneira de a gente deixar marcado o discurso, mas não posso deixar de fazer uma pequena introdução sobre o problema que, hoje, está dominando a mídia, está dominando os nossos contatos nas chamadas redes sociais. Refiro-me à mudança do tempo do verbo na Lei Ficha Limpa. Estou de acordo com o Senador Demóstenes, com o Senador Dornelles, de que essa mudança não pode, não deve e nem servirá para passar a mão na cabeça de ninguém. A lei, seja “foram”, seja “forem”, vai, sim, impedir a continuação de fichas sujas. Estou de acordo com eles, de que a gente não pode fazer um golpe linguístico, depois de termos feito os golpes militares neste País.**

**Eu quero deixar claro isso aqui. Mas quero também trazer um outro assunto: como é que nós, 81 Senadores, com centenas de assessores, não percebemos que essa mudança**

**geraria dúvidas, Senador Paulo Duque? Como foi possível isso? Como é que cochilamos ao ponto de não perceber que, mesmo com a convicção do Senador Dornelles, do Senador Demóstenes, de todos nós, eu acredito, essa mudança no tempo do verbo não iria macular a Lei Ficha Limpa? Como é que deixamos passar sem perceber os riscos que isso traria, não apenas do ponto de vista legal, que eu creio que não haverá, mas do ponto de vista da imagem da Casa, que ganhou um destaque tão positivo naquela noite ao aprovar por 76 votos a zero a Lei Ficha Limpa? Depois, no outro dia, já se levantaria a suspeita de que houve um golpe lingüístico e que, em vez de armas, usou-se o português? Quero deixar registrado isso.**

O outro assunto de que quero falar, Senador, é que, mais uma vez, trago aqui a posição desempenhada pelo Presidente Lula no cenário internacional, com o acordo que ele conseguiu, junto com o Primeiro Ministro turco, não foi só o Lula, nem só o Brasil, em relação ao Irã, Senador Paulo Duque. Muitos aqui sabem que lamento muito que o Presidente Lula não tenha escolhido ficar na história como o Presidente que erradicou o analfabetismo no Brasil. Ele poderia ter iniciado a revolução educacional e ter resolvido o problema do analfabetismo. É com a mesma convicção que lamento que o Presidente Lula não fique na história como o alfabetizador do Brasil, que eu digo que o Presidente Lula ficará como o Presidente que colocou o Brasil no cenário internacional, rompendo a barreira da hegemonia das grandes potências nos assuntos internacionais. O acordo que foi feito no dia 17, em Teerã, foi saudado, por exemplo, pelo *Le Monde*, como uma data a ser marcada na história. Porque, o *Le Monde*, que levanta desconfianças se o acordo vai ser cumprido ou não pelo Irã, diz que, independentemente de vir ou não a ser cumprido, o simples fato de um acordo desse porte ser feito por potências emergentes, quer dizer, então, não potências, ser feito por países que ficam à margem das grandes decisões, somente isso já põe aquele acordo como fato importante na história do Brasil.

Creio que isso não se pode diminuir. Desde sempre, mas especialmente a partir da II Guerra Mundial, o mundo todo é regido pela reunião de um pequeno grupo de países, as chamadas superpotências, que tomam as decisões, e nós seguimos atrás cumprindo. Essas decisões que essas potências tomam já nos levaram à beira da tragédia, da catástrofe, da hecatombe nuclear. Por pouco, nessas décadas, não tivemos uma hecatombe. Mesmo assim, tivemos o uso da bomba em Hiroshima e Nagasaki. As mesmas decisões ou omissões dessas grandes potências estão nos deixando hoje na beira da catástrofe ecológica, que pode fazer menos barulho do que a nuclear, mas pode ter consequências iguais e mais amplas até do que a catástrofe nuclear.

Chegou a hora de outras potências, algumas outras, emergentes ainda, assumirem também um papel importante no cenário mundial. Até aqui, as poucas Nações que não são parte das grandes potências e que assumiram posição de destaque foram aquelas que conseguiram explodir bombas atômicas de forma experimental. Foi o Paquistão; foi a Índia; foi a China; países que passaram a ser respeitados por explodirem bombas atômicas, por dominarem a tecnologia da produção das bombas. O Brasil, a Turquia são os dois primeiros que assumem posições de destaque pela luta contra a bomba atômica. E, nesse ponto, a gente não pode deixar de reconhecer o papel do Primeiro-Ministro Erdogan e do Presidente Lula. Os dois, e os seus Ministros das Relações Exteriores, conseguiram fatos surpreendentes, independentemente das consequências positivas que, espero, venham a ocorrer. Por isso, acho lamentável que a gente veja as grandes potências reagindo contra o acordo em vez de cobrarem realizações com base nesse acordo. Não estou querendo que as grandes potências saiam dizendo que está resolvido o assunto do Irã. Cobrem do Irã, mas cobrem conforme o

acordo que foi feito; coloquem novas condições de novos acordos e não apenas sanções no sentido de tentarem dobrar todas as outras Nações do mundo à vontade deles próprios. O Presidente Obama escreveu um livro magistral chamado *Audácia da Esperança*. Parece que ele não está hoje usando a palavra “esperança” nem a palavra “ousadia”, que o Presidente Lula teve e o Primeiro-Ministro da Turquia também.

Na verdade, o que vivemos hoje é uma espécie de esperança da ousadia no lugar da proposta do Obama, de ousadia da esperança. A esperança da ousadia de dois países menores de dizerem: “Nós existimos, nós queremos participar. E nós queremos participar não fazendo explodir bombas, como o Paquistão e a Índia fizeram, mas querendo impedir que haja novas bombas”.

Esse foi o papel fundamental que o Presidente Lula teve nesse 17 de maio, depois de um processo longo de negociações que ninguém ainda sabe como foi. Um dia vamos saber por livros que serão escritos e teses que serão defendidas para explicar como esses dois países puderam dizer: “Nós existimos, não porque explodimos bombas. Existimos porque lutamos pela paz”. Nesse sentido, quero, aqui, Senador Duque, trazer uma sugestão ao Presidente Lula. A ousadia dele ainda foi pequena. A ousadia deve ser agora a de liderar um movimento mundial pela não proliferação das armas, acordo que tem cinco anos parado, e que nem os Estados Unidos e as grandes potências empurram para que a gente avance. Está na hora de a gente fazer uma grande campanha mundial pela não proliferação, mas não apenas para que os que não têm deixem de fabricar a bomba, que devem, assim, não fabricar, mas para aqueles que têm bombas as destruam num grande acordo mundial.

O momento é este. Amanhã ou depois, surgem novas revoluções, novas potências começam a se afirmar e, mais uma vez, recomeça todo o problema que hoje está acontecendo em razão do Irã. A Coreia do Norte já tem. Daqui a pouco, vamos fazer de novo com a Coreia do Norte? Os outros vão ter. A África do Sul tinha tecnologia. Foi depois de 1994 que se decidiu parar. O Brasil já poderia ter. Foi a partir da Constituição. E o Presidente Collor teve um papel importante nisso quando mandou parar o que ainda se fazia de pesquisas de bomba. O Brasil poderia ter. A Argentina terá a bomba na hora que quiser; não num minuto, de um dia para outro, mas em alguns anos terá. Ninguém vai parar, porque é uma tecnologia que fica cada vez mais fácil, e a única forma de parar é pelo convencimento, pela audácia da esperança e pela esperança da audácia, que teve o Presidente Lula. Nós temos que lutar é pela não proliferação em todos os países, e isso só vai acontecer pelo entendimento. As sanções podem conseguir que um país pare, mas não conseguirão que outro pare. E se um dia alguém for usar uma bomba atômica no Irã para que o Irã não produza a bomba atômica? Como é que vamos explicar isso? Mas não está longe. Já há pessoas falando por aí no uso de armas nucleares para impedir que o Irã produza suas armas nucleares. Não é esse o caminho. O caminho é o que o Presidente Lula e o Primeiro-Ministro da Turquia juntos tiveram a competência e a audácia de levar adiante. Eu creio que precisamos ter esperança de que esse acordo pode dar certo, embora tenha a obrigação da desconfiança.

E aí eu quero lembrar que as pessoas não tomam conhecimento de que, no Irã, a lei que proíbe que não se faça a bomba atômica não está na constituição do Estado do Irã, mas está em documentos de leis religiosas, porque é um país que tem dois conjuntos legais. Tem as fátuas, que são as leis islâmicas, e tem as leis do Estado do Irã. Há uma fátua, uma lei religiosa do tempo do Aiatolá Khomeini, que diz que o Islã é contra a produção e uso da bomba atômica. Vamos explorar esse lado em vez de irmos dizer que eles estão fazendo a bomba. Agora, vamos desse lado de olho, fiscalizando. E aí, para ganhar credibilidade, a fiscalização tem que

ser sobre todos os países e não só sobre um ou outro. Por que a Rússia tem direito de continuar fazendo o que quiser do ponto de vista de bombas, e o Irã não? O Irã não deve ter; agora, os outros também não! Vamos abrir todas as experiências nucleares. O Senador Duque falou aqui há pouco: o Brasil tem todo o direito de dizer que não abre, porque são segredos. Vamos compartilhar a tecnologia nuclear no que se refere à saúde, no que se refere à energia e vamos fiscalizar para não permitir todas as pesquisas nucleares para as armas. As duas palavras são: compartilhar a tecnologia para a paz e não permitir a tecnologia para a guerra. Compartilhar entre todos os países e não permitir a nenhum. Esse é o caminho. É o caminho do entendimento; do entendimento com fiscalização; e do entendimento com força, quando for preciso, mas não antes da busca do entendimento.

Creio que o Presidente Lula tem toda a razão de ser, hoje, tratado como um Presidente que procura a paz e que usa a esperança da audácia, enquanto o Presidente Obama propôs a audácia da esperança. E, neste momento, é lamentável dizer: não dá para sentir como se ele estivesse usando essa audácia da esperança; não dá para sentir como se ele estivesse, e os demais países das grandes potências, usando um pingote de esperança em relação ao acordo conseguido por países que estão à margem das decisões. E é por isso que a gente precisa deixar claro: há suspeita, pode existir, de que o Irã está procurando a bomba. Claro, é uma suspeita positiva!

Mas nos dê o direito também de achar que as grandes potências não estão querendo o acordo feito apenas porque não foi feito por eles. A mesma suspeita que eles têm direito de ter em relação ao Irã nós temos o direito de ter em relação a eles. E não dizer também isso de que é o terrorismo que pode tomar aquelas bombas, porque o terrorismo poderia tomar as bombas dos outros países todos, inclusive comprando na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra. Mas, a coisa é mais complicada. O terrorismo não vai usar bomba atômica, que é uma coisa complicada. O terrorismo, quando quiser usar armas de destruição em massa, vai usar bombas químicas, bombas biológicas, que carregam em envelopes, que carregam em cápsulas, e que não necessitam de ser transportados com toneladas pelo ar, por navios. A preocupação com terroristas não deve ser em relação a bomba nuclear apenas, nem sobretudo, deve ser em relação a armas químicas, a armas biológicas, que, não vai demorar, estarão à disposição de quase todos que quiseram. Por isso, do terrorismo também. Além da repressão da fiscalização, a grande vitória nossa será por meio do entendimento. Esse entendimento, a impressão que se tem é de que os grandes países não o estão querendo procurar. Nem garanto que vamos conseguir e nem que eles conseguirão, mas temos a obrigação de procurar.

O Brasil precisa continuar na linha que o Presidente Lula trouxe, a esperança da audácia, e cobrar que o Presidente Obama se lembre do seu livro *Audácia da Esperança*. Lamento que o Presidente Lula não fique na história como o alfabetizador do Brasil. Lamento que não fique na história como o iniciador da revolução educacional brasileira. Mas tiro aqui o chapéu e, como brasileiro, orgulho-me de que, a partir de 17 de maio deste ano, o Brasil tenha mostrado que nós existimos no grande cenário mundial. Obviamente, como a primeira intervenção, talvez não dê os resultados que a gente espere, talvez ela nem se concretize de fato. Talvez, daqui a pouco, o Irã rasgue o acordo, porque sentiu que ele não foi levado a sério pelas grandes potências. Pode ser, sim. Mas mesmo assim, ninguém vai esquecer que o primeiro passo, aquele que às vezes a gente dá e tem que recuar porque não consegue continuar, foi dado. Primeiro passo no sentido de dizer que não há mais hegemonia para nenhuma potência sozinha no mundo; não há mais hegemonia para o controle da tecnologia nuclear e nem há mais hegemonia para o controle do poder político mundial. Esse poder hoje



tem que ser repartido ou ele não terá frutos ou deixará resultados. O Governo brasileiro, o Brasil inteiro, o Governo turco, a Turquia inteira, somos hoje povos que podemos dizer: “nós existimos e nós queremos participar”.

Parabéns ao Brasil, parabéns a Turquia, ao Presidente Lula, ao Primeiro-Ministro Turco, porque nós começamos a mostrar que a hegemonia já não existe, que o poder não é mais de uns poucos países. Outros têm a ousadia, têm a audácia da esperança.

MM1

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a Lei da Ficha Limpa gerou a expectativa de que um amplo saneamento poderia ser feito no universo político já a partir desta eleição. É exatamente isso o que pretendo analisar depois de reflexões que fiz sobre os termos desse novo diploma legal. De fato, a sanção de inelegibilidade tornou-se mais ameaçadora para quem cometeu deslizes com o Erário e foi responsabilizado por isso.**

**À primeira vista, o que se vislumbra é que a lei é abrangente e implacável, podendo suspender direitos políticos de um simples funcionário público ao mais influente Senador da República. No entanto, quem imagina que a nova regra vai promover todo esse saneamento poderá desapontar-se.**

Nesta intervenção, Sr. Presidente, não vou nem me ocupar na avaliação de supostos vícios de inconstitucionalidade, mas não tenho dúvidas de que questionamentos nesse sentido serão arguidos perante o Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões da Corte Constitucional, socorrendo candidatos que seriam atingidos já neste pleito, são sintomáticas e elas não seriam prolatadas se os magistrados não encontrassem, pelo menos, a fumaça do bom Direito. Porém, não é isso o que pretendo debater agora.

**Meu objetivo, neste momento, é mostrar que a redação da lei está distante da perfeição. Apesar da legitimidade que lhe fora dada por quase dois milhões de assinaturas, o projeto deixou brechas pelas quais alguns poderão escapar. É o caso de governadores de Estado, por exemplo, que respondem a ação penal. Acontece que as Constituições estaduais os contemplaram com uma espécie de imunidade funcional. Pela norma, eles só podem ser processados criminalmente mediante prévia autorização das respectivas Assembleias Legislativas. Ora, para quem conhece a relação estabelecida entre Executivo e Legislativo estadual, não sobra dúvida de que esse consentimento raia à ficção. Assim, se as Assembleias negam autorização prévia, os governadores não podem sequer ser investigados. Não sendo processados, jamais poderão ser condenados, quer provisória, quer definitivamente. Livres de processos, livres de condenação, pelo menos enquanto exercerem o mandato. Conclusão: estão todos eles imunizados contra a chamada Lei da Ficha Limpa.** Pode existir até alguma exceção, mas a regra geral é proteger a figura, a pessoa do governador.

No recente episódio do Distrito Federal, o afastamento só se deu em razão de uma inédita mobilização popular. Graças às pressões das ruas, que contagiaram até o Judiciário, foi decretada a cassação do Governador Roberto Arruda. Mas o afastamento dele não se deu pelas denúncias de improbidade ou por qualquer um dos crimes a ele imputados e que foram fartamente noticiados. Na verdade, a perda do seu mandato decorreu de uma sanção imposta

por uma falta menor, por um pecado venial. Foi uma punição por infidelidade partidária, circunstância que dificilmente se sustentaria numa Corte Superior. Como ele não recorreu da decisão, consolidou-se a cassação do Tribunal Regional do Distrito Federal.

O fato é que a proteção dada pelas Assembleias Legislativas a governadores é um privilégio injustificável nos dias atuais. Um privilégio que pode impedir a apuração de falcatruas e negar ao eleitor o direito de conhecer a verdadeira ficha de quem o governa. Com efeito, pode alcançar até quem foi governador, mas quem está no exercício do mandato, na prática, não pode sequer ser processado. Até a denúncia de grave crime contra a administração pública está fadada a permanecer congelada.

**Graças a essa blindagem, governadores podem concorrer à reeleição ou à eleição para cargo diferente sem ser molestado pelo Poder Judiciário. E o eleitor nem fica sabendo de nada, já que tais processos ensejam outra regalia, que também não é a regra geral, mas é concedida, sim: o chamado segredo de justiça! Assim, nem a mais peluda das denúncias terá o condão de macular a ficha protegida pela imunidade concedida pela Assembleia Legislativa.** Com certeza, os defensores dessa prerrogativa hão de proclamar que ela se insere na autonomia dos Estados, e é sobre isso que alimento sérias dúvidas. Inicialmente por entender que autonomia não se confunde, nunca se confundiu com soberania; e a soberania política só é e só pode ser exercida pela União. Os Estados são entes federados que desfrutam de autonomia, sim, mas ela deve obedecer os limites traçados pela Carta Magna do País.

A Constituição Federal prescreve que é privativa da União a competência para legislar sobre direito eleitoral. A norma está no art. 22. É elementar o juízo de que as condições de elegibilidade estão no coração do Direito Eleitoral. Dos diversos parágrafos que dispõem sobre esse título, no art. 14, da mesma Carta Magna, é importante atentar para a redação do § 9º, assim explicitada:

*Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.*

Já o inciso V do art. 15 prescreve a perda ou suspensão dos direitos políticos na hipótese de improbidade administrativa nos termos do art. 37, § 4º. Resta inquestionável, Sr. Presidente, que a antiga Lei nº 64/90, quanto aos termos que foram acrescidos a ela pela Lei da Ficha Limpa, tem o crisma da constitucionalidade. Nessas alturas, cumpre uma indagação: sendo a Constituição Federal a lei suprema do País, não estamos todos “indivíduos e instituições” subordinados aos seus ditames, aos seus comandos? Se a Carta Magna e a Lei Complementar não autorizam a aplicação dessa imunidade ao governador, o favor previsto nas constituições estaduais é uma usurpação aos Poderes da União. Mais do que um conflito de competência, é a frustração de sanções moralizadoras a maus administradores, cuja aplicação depende de investigações e de adequada ação judicial.

**Manter governadores imunes é transformar o poder num alvará para a rapinagem; a isonomia, num deboche; e a lei, em ficção do direito. Nossa lei estrutural já reserva aos governadores uma relevante prerrogativa de função: o foro privilegiado, está no § 1º do art. 105 da Carta Magna.**

Por seu turno, de que adianta a Constituição Federal proteger a probidade administrativa e a

moralidade, no exercício do mandato, se são mantidas intactas tais restrições impostas pelas assembleias estaduais? E vejam que o legislador constituinte, quando deu ao governador o foro privilegiado do Superior Tribunal de Justiça, automaticamente já deu o sinal de que o julgamento tem que ser feito aqui. Se o julgamento tem que ser feito aqui, pelo STJ, por que é que a assembleia tem que autorizar?

A Secretaria da Corte Especial do STJ revela o que isso tem representado. Em março de 2009, havia 110 ações penais contra autoridades que têm foro especial, entre as quais 11 governadores. Eles respondem a 26 ações penais, 20 das quais aguardam autorização das Assembleias Legislativas para ter seguimento e outras já estão arquivadas, porque as Assembleias já negaram autorização. **Enquanto governadores não forem tratados como os demais mortais, a busca por essa tarefa saneadora será incompleta.** Um passo importante nesse sentido foi dado pelo ilustre Procurador-Geral da República, jurista Roberto Gurgel. O diligente representante do Ministério Público propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade, que aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal.

**A iniciativa merece aplauso não só do Congresso, mas de toda a sociedade organizada, já que vai na trilha da transparência e do respeito à coisa pública. No passado, o próprio Congresso já foi beneficiário da imunidade parlamentar. Em momento de grande lucidez, Deputados e Senadores cortaram a própria carne e acabaram com o privilégio. Foi através da Emenda Constitucional nº 35, de dezembro de 2001, que o Parlamentar deixou de ser intangível. O mesmo destino precisa ser dado a idênticas regalias que ainda beneficiam uns poucos príncipes recalcitrantes.**

Aqui no Senado Federal, Sr. Presidente, ainda hoje, numa discussão na Comissão de Constituição e Justiça, nós tivemos conhecimento de que o Senador Demóstenes Torres é autor de uma PEC que tem o objetivo claro, direto de acabar com esse privilégio. E aqui, neste pronunciamento, quero falar do nosso apoio e do nosso engajamento, porque essa será também a contribuição do Congresso para que a nossa sociedade seja mais igualitária, para que a nossa sociedade trate com mais igualdade os atores que fazem a política e que tomam as decisões neste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

MM2

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Jesus também é o Pai. Sr. Presidente, na quarta-feira passada, este Plenário aprovou o PLC nº 58, de 2010, de iniciativa popular, que ficou conhecido como Ficha Limpa. Para os mais céticos da vida pública, é a sobeja demonstração de que o Congresso, sempre que pressionado, se curva à vontade da Nação. Pela segunda vez, a população se mobilizou com o objetivo de tentar sanear o processo eleitoral e promoveu mudanças nas duas ocasiões. Na primeira empreitada, ocorrida em 1999, conseguiu importantes alterações na Lei nº 9.504, que só tinha dois anos de vigência. A essa lei foi acrescentado, em setembro daquele ano, o famoso art. 41-A (mediante aprovação da Lei nº 9.840). O foco naquela ocasião foi punir a compra de votos. Para tanto, a sanção imposta foi abater os infratores em plena campanha, afastando-os da disputa eleitoral, cancelando o registro da candidatura ou mesmo o registro do diploma.**

Inquestionavelmente, as mudanças reduziram, mas não acabaram com essa modalidade de infração já que a compra de votos continua influenciando nas decisões eleitorais. Essa prática está tão arraigada nos costumes políticos, Sr. Presidente, que até em eleições prévias ela está sendo adotada. Refiro-me àquelas eleições internas de que os partidos políticos se valem para escolher nomes, para escolher possíveis candidatos que vão representá-los nas disputas eleitorais. Há alguns meses, aconteceu umas dessas prévias em Mato Grosso do Sul, e essa prática apareceu lá. Embora a compra de votos tenha recebido uma tipologia própria, denominada captação lícita, ela é efetivamente uma das modalidades de um gênero conhecido como corrupção eleitoral. Problema dos mais cruciais para controlar esse gênero de ilicitudes é a pluralidade de formas que, efetivamente, contamina o processo. O fato é que o motor desses males está na força do poder econômico ou no poder avassalador da máquina pública.

Na primeira hipótese, a cooptação ocorre mais na penumbra, embora haja muitos registros de compras escancaradas de apoios e de votos. Já no abuso do poder político, a troca de favores vem se dando explicitamente, em plena luz do dia. Ocorre na distribuição de obras e serviços em troca de apoios e de votos. Na mesma Lei nº 9.504, foi introduzido o art. 73, para combater esse tipo de abuso, tão difícil de controlar. Afinal, grande parte dessas benesses são concedidas por meio de convênios e repasses que sempre atendem a algum tipo de necessidade, cuja prioridade é de livre arbítrio de quem possui a chave do cofre. A maioria desses casos a lei não consegue conter, embora até faça previsão. E essa previsão está no art. 73, inciso VI, letra “a”, dessa Lei nº 9.504/97. Seu texto proíbe a transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios. Os Estados, também, ficam impedidos de promover idênticas bondades aos Municípios. O problema é que a regra só vale para os três meses que antecedem as eleições. E essa proximidade é uma verdadeira tentação aos conchavos e trocas de favores. Na minha opinião, Sr. Presidente, o permissivo para a União e Estados promoverem tais benesses deveria limitar-se ao dia 31 de dezembro do ano que precede a eleição. Aliás, foi esse o prazo que a Lei nº 11.300, de 2006, fixou para concessão de bondades pessoais. Essa norma foi introduzida no parágrafo 10 do art. 73 da Lei 9.504/97, nos seguintes termos:

No ano em que se realizar a eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

Mesmo assim, Sr. Presidente, é preciso reconhecer que a legislação que estou analisando já avançou em relação às anteriores. Na verdade, a redução de proveito eleitoral de quem exerce cargo público não tem parado. Agora mesmo, em 2009, aprovamos outras medidas nessa direção. Veja, por exemplo, a norma que demos ao art. 77 da Lei 9.504/97: “É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que procedem o pleito, a inaugurações de obras públicas”. Antes, a norma alcançava apenas os ocupantes de cargos do Poder Executivo. Como se vê, nenhum candidato poderá fazer inaugurações, comícios. Pelo menos nessa fase estipulada pela lei. Apesar de reconhecer tantos avanços, o combate aos maus costumes reclamam medidas mais fortes. No caso da máquina pública, nada mais forte para reduzir o seu uso do que extinguir a reeleição. Prefeitos, governadores e presidente da República podem até precisar de um mandato maior, mas a reeleição precisa ser banida. É curto o mandato de 4 anos para conciliar planejamento e execução de diretrizes de um novo governo? Então, vamos

aumentá-lo para 5 ou 6 anos. Se o tempo é longo demais para suportar uma hipotética administração de desmandos e crises, é só aprovar, também, o *recall* dos mandatos na metade de sua vigência. A verdade é que o instituto da reeleição trouxe para a cena política brasileira o perfil mais perigoso do jogador trapaceiro, que é o de ganhar a qualquer preço. E isso tem feito muito mal à representação política.

**O projeto alcunhado de Ficha Limpa chegou ao Congresso a bordo de 1 milhão e 600 mil subscrições manuais e cerca de 3 milhões de assinaturas eletrônicas. Tendo em vista que é a segunda vez que a sociedade se vale dessa iniciativa para atacar o mesmo mal, é preciso enxergar nela a ligação de um pisca alerta. É o sinal amarelo contra a tibieza do Congresso. A tibieza, a preguiça ou a omissão diante de decisões estruturais, como a reforma política. Quantas vezes o Judiciário não tem substituído o Congresso na normatização de assuntos de alçada do Legislativo, em razão da nossa inércia? Nas duas iniciativas populares, não foi diferente. O Congresso absteve-se de enfrentar problemas delicados na hora certa. Veio a mobilização, a pressão da sociedade...**

*(Interrupção do som.)*

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB - MS) Já estou concluindo, Sr. Presidente (fora do microfone): e todos nós nos curvamos! A proposta do Ficha Limpa objetiva operar na prevenção, banindo no nascedouro o candidato de maus antecedentes. É um foco que tem todo sentido, porque o mandato eletivo não deixa de ser um escudo para quem precisa de proteção. Apesar dos avanços que o projeto traz, sua aplicação corre o risco de ser adiada para as eleições de 2012. Ocorre que o Congresso foi açodado a aprovar-lo a fim de ficar em paz com a população e com a mídia, esquecendo-se de que a pressa é inimiga da perfeição. A palavra de ordem de todos os partidos era impedir o adiamento e evitar emendas, já que qualquer mudança implicaria sua reanálise pela Câmara dos Deputados. Em consequência disso, restaram defeitos e dúvidas que poderão torná-lo ineficaz para as eleições deste ano. Sr. Presidente, encerro as minhas palavras com essa advertência, mas prossigo, na próxima sessão, falando sobre o mesmo assunto, já que nós perdemos uma grande oportunidade, na aprovação desse projeto, de aprovar coisa melhor. Muito obrigado.**

N1

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO.** Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho hoje falar aqui da tribuna para lamentar a decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da chamada Lei Ficha Limpa ou Lei da Ficha Limpa. Lamentar de forma respeitosa, reconhecendo que o Supremo Tribunal Federal decide sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade dos atos tomados em todo o Brasil pelo Poder Legislativo e pelas normas regulamentares também, mas lamentar principalmente porque, até o presente momento, desde a primeira eleição direta para Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal vinha dizendo que as regras de inelegibilidade são regras alheias ao processo eleitoral. É óbvio que a Constituição Federal diz, com todas as letras, em seu art. 16:

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não

se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Então, para recapitular, essas decisões do Supremo Tribunal Federal sempre foram tomadas por maioria, e inclusive algumas decisões chegaram a ser tomadas por seis votos a cinco, mas sempre pela aplicação imediata do quesito inelegibilidade. Ouvi diversas críticas nesse período, especialmente do Poder Judiciário, especialmente de alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal, de que o Poder Legislativo tinha agido de forma leviana, ao aprovar aquela lei e querer induzir a sociedade contra o Supremo Tribunal Federal, porque ao Supremo não caberia outra medida, a não ser dizer que a lei só poderia valer para o pleito seguinte, uma vez que ela foi definitivamente sancionada no mês de junho, portanto, sem obedecer àquele prazo de um ano, anterior à eleição. Mas quero repetir: o Supremo Tribunal Federal, após a edição da Constituição de 1988, portanto, desde a primeira eleição, que, se não me engano, aconteceu em 1989, portanto há 21 anos, tem obedecido exatamente a esse critério. Assim sendo, fomos buscar alternativas, para que pudéssemos cumprir o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, que diz o seguinte:

Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade [além de trânsito em julgado, dos inalistáveis, do voto do analfabeto], e os prazos de cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato [...].

Então, vejam bem, diante disso fomos editar essa lei; buscamos uma série de novas alternativas que não estavam contempladas na Lei Complementar nº 64. Para se ter uma idéia, incluímos alguns crimes que estavam fora. Por exemplo, o crime contra o patrimônio privado, o roubo, a extorsão mediante sequestro, o furto não faziam parte desse rol de crimes. Também aqueles que praticam crimes contra o mercado de capitais estavam fora; lei de falência, aqueles que vão à falência fraudulentamente; crimes contra o meio ambiente; crimes contra a saúde pública; aqueles crimes eleitorais com pena de prisão; o abuso de autoridade; a lavagem de dinheiro; uma série de outros crimes e hipóteses, como a improbidade administrativa. Tenho ouvido, com muito desgosto, Senador Pedro Taques, até alguns comentários de que o Supremo restringiria novamente as hipóteses ao trânsito em julgado de determinadas sentenças criminais e de determinadas situações de improbidade.

**Mas veja bem, se isso acontecer, o art. 14, § 9º, da Constituição estará morto. Qual a lei complementar que pode dispor sobre a vida pregressa do candidato e que, eventualmente, também não possa dispor sobre o trânsito em julgado em determinadas situações? Ora, os tribunais começaram a aplicar a Ficha Limpa mesmo sem a lei, na eleição passada. Não nessa imediatamente passada, mas na outra. Muitos dos Ministros vieram dizer o seguinte: nós precisamos de uma lei, justamente para enfrentar o trânsito em julgado, porque, sem uma lei que diga que o candidato condenado em segundo grau de jurisdição, mas com recurso no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal não pode ser condenado, não podemos dar provimento às decisões dos tribunais ordinários, dos Tribunais Regionais Federais, justamente porque o § 9º da Constituição exige uma lei complementar. Então, é preciso deixar claro o seguinte: o Congresso Nacional agiu de acordo com a tradição do Supremo Tribunal Federal. Quem mudou as regras da interpretação não foi o Congresso Nacional, não foi a Câmara dos Deputados, não foi o Senado Federal. Quem mudou a sua orientação foi o Supremo Tribunal Federal, porque, até a data de ontem, após a edição da Constituição de 1988, vinha o Supremo Tribunal Federal dizer que a inelegibilidade não era matéria eleitoral. Então, é preciso deixar bem claro isso.**

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM - GO) Só para encerrar, Sr. Presidente. Lamento não poder dar aparte, porque é uma comunicação inadiável. Agora, repito, e vamos tratar ainda desse tema em diversas outras oportunidades, temos de zelar, para que também o Supremo Tribunal Federal possa, doravante, dar aplicabilidade à lei. A lei, para a eleição passada, já morreu; só nos resta lamuriar. Mas vamos pegar o exemplo do Ministro Fux, que elogiou a lei, que disse que a lei é um espetáculo, que a lei é maravilhosa, mas que entende que ela feriria o processo eleitoral, por ter sido editada antes daquele prazo de um ano. **Então, esperamos, também do Ministro Fux, que considera a lei constitucional; o Supremo decidiu por unanimidade que ela é constitucional, que, nos casos pontuais, sejam devidamente mantidas essas regras, porque senão vamos ver a morte da Lei da Ficha Limpa. Se ela não pôde ser aplicada na eleição passada, queremos que o seja na eleição de 2012. Mas queremos que ela seja aplicada em sua inteireza.**

Se todos elogiaram a lei, se foi o Supremo Tribunal Federal que mudou o seu critério e não o Congresso Nacional, lamentamos primeiro a perda de substância, porque estaremos perdendo pessoas com reputação ilibada, que participaram de um jogo limpo, e estaremos empossando aqueles que, infelizmente, a população não desejava ver aqui, pelo critério da sua vida pregressa maculada. **Mas, uma vez que assim é, que assim seja. Uma vez que assim é, que o Supremo Tribunal Federal dê vazão às suas próprias críticas e reconheça, como muitos Ministros ali disseram, que a lei é boa, constitucional e que deve valer para o processo de 2012.**

Assim espero, e vamos para o combate, a fim de fazer valer esses preceitos, sempre respeitando as decisões do Supremo Tribunal Federal, mas as criticando, principalmente quando entendemos que elas ferem interesses legítimos da população e, principalmente, o Congresso Nacional, que acaba votando as leis de acordo até com as orientações do Supremo Tribunal Federal. E, quando o Supremo muda a sua orientação, que sua carga não fique sobre os nossos ombros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

N2

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, apenas para fazer um registro em relação ao Ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal. Na semana passada, apareceram algumas notícias de que o genro do Ministro Carlos Ayres Britto teria tentado extorquir um candidato usando-se da sua influência com o Ministro, ou tentado angariar o patrocínio de uma causa dando a entender que a sua proximidade com o Ministro poderia facilitar a causa, ou mais: que o Ministro, ético que é, se afastaria da causa e o candidato nominado ficha suja poderia, então, conseguir um beneplácito no Supremo Tribunal Federal e ver a sua pretensão deferida. Eu não duvido de que isso tenha acontecido em relação ao genro do Ministro. Nenhum de nós pode responder pelos parentes, tanto que a lei é claríssima: a pena não passa da figura do transgressor, do criminoso, do agressor, daquele que cometeu o ato ilícito. Todos nós sabemos disto. Eu conheço o Ministro Ayres Britto desde a época em que eu era membro do Ministério Público, depois, chefe do Ministério Público do meu Estado e Presidente do Conselho

Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Brasil, e o Ministro Ayres Britto sempre teve uma conduta ética, honrada, decente; professor emérito, figura ilustríssima. Narro para V. Ex<sup>as</sup> um episódio que aconteceu logo quando foi indicado pelo Presidente da República para ocupar o cargo de Ministro da Justiça. Questionou-se muito pelo fato de ele ter sido filiado ao PT, Partido dos Trabalhadores. Questionavam se ele teria isenção política suficiente para ir para o Supremo Tribunal Federal. E lembro, com todas as letras, que disse a ele: “Olha, Britto”, naquela época, ele ainda não era Ministro, “posso lhe dizer com tranquilidade que vários saíram daqui do Parlamento, da Câmara ou do Senado, para comporem o Supremo Tribunal Federal e foram grandes Ministros”. Lembrei o exemplo de vários e dizia-lhe ainda que um deles, inclusive hoje, está na Suprema Corte, que é o Ministro Nelson Jobim, hoje já não se encontra mais. E o Ministro Nelson Jobim jamais desonrou a Corte por ter pertencido a um partido político. Mas o fato é que esse genro do Ministro Ayres Britto foi filmado por um candidato a governador, então candidato, que tinha um processo no Supremo Tribunal Federal e esse processo não foi concluído porque a votação foi interrompida em decorrência de sua renúncia. O objetivo era afastar o Ministro Ayres Britto do julgamento. Com o afastamento do Ministro Ayres Britto, o Supremo Tribunal Federal tem cinco Ministros que dizem que a lei deve obedecer ao princípio da anualidade, que, embora seja uma alteração à Constituição, a lei da inelegibilidade deve obedecer ao princípio da anualidade, mudando uma tradição na jurisprudência remansosa do Supremo Tribunal Federal. E outros cinco ministros dizem que a lei deve entrar em vigor imediatamente, inclusive o Ministro Ayres Britto. Aliás, foi uma votação singular. O Presidente do Supremo tentou levantar a tese de que a alteração feita no Senado ensejava o retorno para a Câmara, que o processo legislativo não estava pronto, não estava completo. E foi fragorosamente derrotado por oito votos a dois. E é óbvio, a Lei Complementar nº 95 é claríssima: diz que os verbos têm de estar no mesmo tempo. E fizemos alteração de cinco tempos verbais para ficar em consonância com todos os outros verbos da lei. O Supremo derrubou essa tese.

**O Supremo também disse que a lei era constitucional, por seis votos a quatro. O Ministro Toffoli, embora votando a favor do princípio da anualidade, reconheceu que a lei era constitucional. Portanto, algum outro dispositivo poderia ou não ser aplicado, mas a lei como um todo era constitucional. E, finalmente, o empate de cinco a cinco no princípio da anualidade. Ora, procurado ou armado, não sei como foi, mas admito, acho, entendo que o genro do Ministro foi, no mínimo, imprudente. Mas qual era o objetivo do candidato? Afastar o Ministro Ayres Britto e derrubar a Lei da Ficha Limpa. Tanto é verdade que o próprio advogado já disse claramente que também vai contestar os despachos do Ministro Lewandowski, para dá-lo como suspeito, porque ele teria também sido parcial nos seus despachos. O Ministro Ricardo Lewandowski nada mais é do que também alguém que é a favor da entrada imediata da vigência da dita Lei da Ficha Limpa. Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é óbvio que há uma grande armação para tentar afastar algum julgador que é favorável à entrada em vigor, imediatamente, da Lei da Ficha Limpa, que, aliás, está valendo. São quantos os candidatos aí que tiveram as suas cabeças decepadas em decorrência dessa lei. É uma lei que deve ser decidida se entra em vigor ou não este ano, em decorrência já dos votos declarados, cinco a favor do princípio da anualidade, cinco contra e, com o novo Ministro, que, aliás, nós vamos escolher aqui. O Presidente vai indicar e nós vamos escolher. Mas o que eu quero dizer é o seguinte. Se tem alguém que eu coloco a mão no fogo por ele, e olha que eu coloco a mão no fogo por pouquíssimas pessoas, é o Ministro Ayres Britto. Não há nada que leve a crer que ele esteja envolvido com esse ato hediondo do seu genro. Nada! Repito. Ninguém pode responder por uma pessoa próxima de nós. Eu não posso responder pelo meu filho, embora responda. Eu adoro o meu filho. Ele é**



**um menino exemplar, mas, se em algum momento, ele fizer algo errado na vida, eu tenho de pagar por ele? Eu tenho de pagar por um irmão? Alguém tem de pagar pelo pai? Feio é quando há um conluio: o pai e o filho praticando corrupção. Mais feio ainda é quanto é mãe e filho. Aí é horrível, não é? Junta mais uns dois e dá formação de quadrilha, aí desviando a pessoa para o mal caminho. O Ministro foi extremamente digno, como o é. Ele pediu abertura de investigação contra ele mesmo, na Procuradoria Geral da República. Não precisava tomar essa atitude. Nada vai ser apurado contra ele.**

**Mas eu peço ao Ministro Ayres Britto e peço também ao Ministro Lewandowski: não se deixem atemorizar por esse tipo de atitude. É muito comum aquele que está enlameado tentar buscar os outros para essa lama. Quantas vezes nós já enfrentamos essa situação aqui, não é verdade? Alguém que está completamente sujo começa a espalhar boato de que também os outros estão sujos. Essa é uma situação comum. É a história do porco que tenta buscar para dentro do chiqueiro todos que estão fora.**

Então, o Ministro Ayres Britto não deve se encabular com isso. Pague pelo erro aquele que cometeu o erro. O Ministro Lewandowski não deve se intimidar com a tentativa de colocarem-no como suspeito porque deu um despacho mais duro quanto a determinado candidato. Ministro tem de dar despacho duro mesmo, ou leve, de acordo com a sua consciência. E nós aplaudimos o Ministro Lewandowski, homem claro, correto, decente. E aplaudimos também o Ministro Ayres Britto.

Agora, vamos lembrar que o Ministro Ayres Britto, quando entrou aqui, tinha essa pecha de que tinha pertencido ao PT, de que era amigo do Presidente Lula, que iria cometer vários desatinos em favor da causa petista, e, hoje, não vou dizer que é um desafeto do Palácio do Planalto, mas, hoje, é considerado uma pessoa não grata lá, eu acredito, porque foram várias as decisões que desagradaram o Palácio do Planalto.

Mostrou ele que Ministro do Supremo não é preposto de quem quer que seja, assim como o Senador também não deve ser preposto de quem quer que seja. Nós também fazemos parte de um poder, nós também temos a altivez necessária para concordar ou discordar de qualquer coisa que nos é trazida. Então, neste momento, eu não tenho nada haver com isso, mas eu quero deixar aqui a minha posição claríssima, reconhecendo a dignidade, a decência, a probidade, a competência do Ministro Ayres Britto e dizer que se o genro dele utilizou-se do seu nome, utilizou-se da sua figura, do seu poder para angariar vantagem, que pague o genro. A OAB vai investigar, o Ministério Público vai investigar, mas o Ministro Ayres Britto tem de continuar com a cabeça erguida, com a sua altivez, continuar com a sua história de dignidade, não se deixar abater.

Contra ele não pesa nada, nenhuma suspeita. E, repito, não pela amizade de longos anos, não pela posição favorável a um projeto a que eu também sou favorável e tive oportunidade de relatar e que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, mas pela história de vida que ele tem. O Ministro Ayres Britto é um homem honrado, é um homem decente, é um homem bom de coração, é um homem de virtude, é um homem competente que engrandece o Supremo Tribunal Federal e engrandece o Brasil, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) Agradeço a sua atenção, Presidente Senador **Acir Gurgacz**. Permita-me pronunciar corretamente o seu sobrenome, Senador Acir...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. PDT - RO) Gurgacz.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT - SP) Gurgacz. Está certo? Está bem.

Agradeço a atenção, porque V. Ex<sup>a</sup> teria precedência, mas resolveu, gentilmente, inverter a ordem comigo. Quero, nesta tarde, dentre outros temas, falar sobretudo da recente evolução da reforma agrária no Brasil. Já tratei, em pronunciamento no dia 24 de fevereiro, deste tema, mas quero aqui aprofundá-lo, sobre a evolução da reforma agrária nos últimos anos. O Brasil rural convive com extremos de pobreza e de riqueza. As técnicas de cultivo e de criação também variam do rudimentar ao agronegócio moderno. Nas últimas décadas, a modernização do setor agrícola não foi acompanhada de um movimento em direção a maior equidade na distribuição da propriedade fundiária. Deslocou a população do campo para as cidades em busca de emprego ou para outras regiões do País em busca de terras para recomeçar uma nova vida. Tanto uma opção como outra contribuíram para agravar os problemas sociais que ainda persistem no Brasil atual.

No entanto, não é possível menosprezar os inúmeros impactos positivos da produção agropecuária para a economia brasileira. Mas é necessário analisar a situação do campo com maior acuidade, pois o Censo Agropecuário de 2006, divulgado em setembro último e elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a concentração de terras ainda persiste em nosso País.

A manutenção da desigualdade na distribuição de terras se expressa na comparação das informações nos 3 últimos censos agropecuários: na comparação entre 1985, 1995 e 2006, de acordo com o censo agropecuário de 2006, as propriedades com menos de 10 hectares ocupavam apenas 2,7% da área total dos estabelecimentos rurais, enquanto os estabelecimentos com mais de 1 mil hectares concentravam mais de 43% da área total nos 3 censos agropecuários. Focalizando-se o número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1 mil hectares representavam em torno de 1% do total nos censos analisados.

Essa pesquisa do IBGE revela também um aspecto positivo da evolução do campo brasileiro: o crescimento da agricultura familiar. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos dessa forma de produção, que representam 84,4% do total dos empreendimentos agropecuários brasileiros, mas ocupam apenas 24,3% da área desses estabelecimentos.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção agrícola. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, esses agricultores produzem aproximadamente 70% dos alimentos da cesta básica e respondem por 32% do PIB das cadeias produtivas do agronegócio ou 10% do PIB do País. Portanto, os 24,3% da área dos estabelecimentos da assim chamada agricultura familiar respondem por 70% dos alimentos da cesta básica.

Registro que a preocupação com este quadro de desigualdade está contida na Resolução sobre as Diretrizes do Programa 2011/2014, do Partido dos Trabalhadores, aprovada pelo 4º

Congresso Nacional do PT, de fevereiro último, e deverá estar presente no programa de governo da candidata Dilma Rousseff. A resolução afirma que:

O crescimento acelerado e o combate às desigualdades raciais, sociais e regionais e a promoção da sustentabilidade ambiental serão o eixo que vai estruturar o desenvolvimento econômico. Em relação às desigualdades no campo, o futuro Governo Federal [que acreditamos será daquela que se tornará Presidente, Dilma Rousseff, pela nossa expectativa e vontade] deverá continuar a intensificar e aprimorar a reforma agrária de modo a dar centralidade ao programa na estratégia de desenvolvimento sustentável do país, com a garantia do cumprimento integral da função social da propriedade, da atualização dos índices de produtividade, do controle do acesso à terra por estrangeiros, da revogação dos atos do Governo Fernando Henrique Cardoso, que criminalizaram os movimentos sociais, e, com a eliminação dos juros compensatórios, nas desapropriações e das políticas complementares de acesso à terra, entre outras medidas, implementação de medida prevista no PNDH-3, de realização de audiência pública prévia ao julgamento de liminar de reintegração de posse.

A reforma agrária também foi um dos temas debatidos no primeiro encontro dos candidatos à Presidência da República Dilma Rousseff, pelo PT; José Serra, do PSDB; Marina Silva, do PV; e Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, promovido em 5 de agosto último pela *TV Bandeirantes*, com transmissão ao vivo.

Quero aqui cumprimentar as emissoras, como a *Bandeirantes*, como a *Folha*, *UOL*, as emissoras católicas, como *TV e Rádio Aparecida* e outras, em cadeia, a *TV Gazeta*, a *Rede Vida*, que estão promovendo esses debates, com a *Rede Globo de Televisão*, que também irá proporcionar um importante debate. Mas considero que esses debates constituem a melhor forma possível para que os eleitores possam comparar o confronto dos candidatos, a sua postura, os seus valores e as suas proposições.

Então, é muito importante que tenhamos esse processo de debates pelos meios de comunicação. Naquele debate da *TV Bandeirantes*, o candidato Plínio de Arruda Sampaio criticou a forma como os dois últimos Governos, dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, conduziram o processo de reforma agrária no Brasil, chegando a enfatizar que, no Governo Fernando Henrique Cardoso, tivemos maior eficiência no processo, quando comparado com o Governo do Presidente Lula.

Ora, tais críticas merecem ser analisadas com atenção, pois a vida pública de Plínio está vinculada ao tema da reforma agrária. Ao longo de anos, ele foi Presidente e ainda é da Associação Brasileira da Reforma Agrária, entre outras atividades. Ademais, uma das suas proposições como candidato do PSOL é acelerar a reforma agrária. Em várias ocasiões, ele disse que, se eleito, pretende multiplicar o número de assentamentos com o aumento das desapropriações, inclusive se colocando favoravelmente ao plebiscito que está por ser realizado proximoamente, em que uma das perguntas refere-se a se deveria ou não haver a desapropriação das áreas de mais de mil hectares.

Então, avalio como oportuno tecer alguns comentários sobre a realidade do que tem sido a evolução dos assentamentos e das desapropriações havidas durante o Governo do Presidente Lula, ao longo desses últimos sete anos, de 2003 até 2009, e o início de 2010; e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, à luz dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, até para que, nestes próximos debates e, sobretudo, por exemplo, o próximo que será realizado na *Rede Viva* e, depois, na *Globo*, este assunto seja colocado nos devidos termos.

Ressalto que a ausência de Plínio de Arruda Sampaio no debate da *Folha/Uol* acabou ensejando que não tivesse sido levantado o problema da reforma agrária.

Nesse sentido, um tema tão importante como este deixou de ser colocado, pois os que lá estavam presentes, Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva e mesmo os jornalistas, não levantaram questões sobre este tema.

Atualmente, o Brasil conta com 8.562 assentamentos atendidos pelo Incra. Essa ação já beneficiou 906.878 famílias instaladas em mais de dois mil Municípios. Os assentados ocupam uma área de 84,3 milhões de hectares.

O Incra assentou, nos últimos sete anos, 574,6 mil famílias de trabalhadores rurais, bem como foram instalados 3.348 assentamentos em 46,7 milhões de hectares. Isso representa quase 60% do total de terras destinadas à reforma agrária, nos 40 anos de existência do Incra. Traduzindo em outros números, entre 2003 e 2009, a política de criação de assentamentos foi destinado um montante de terras equivalente a duas vezes o Estado de São Paulo. Dos 46,7 milhões de hectares incorporados à reforma agrária pelo Incra, entre 2003 e 2009, 40,9 milhões foram transformados em projetos ambientalmente diferenciados, que se caracterizam pelo uso irracional e sustentável dos recursos naturais. Isso corresponde a 87% da área incorporada à reforma agrária no período em todo o País. A maioria destes assentamentos está na Amazônia Legal.

Vale notar que, no período 1995/2002, o Governo Federal, na época de Fernando Henrique Cardoso, desapropriou cerca de 21,1 milhões de hectares de terra, sendo que, até 1994, eram 16,4 milhões de hectares de assentamentos. Ou seja, houve um avanço naquele período. Mas, no Governo Lula, conforme já citei, nos últimos sete anos, houve 46,7 milhões de hectares de assentamentos, portanto maior do que os 21,1 milhões alcançados durante os oito anos do Fernando Henrique Cardoso.

Nesse período do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Governo criou 4.280 assentamentos com 540.704 famílias. Neste caso, a comparação em número de assentamentos é favorável ao do Governo Fernando Henrique Cardoso, porque, no Governo do Presidente Lula, foram 3.348 assentamentos em sete anos, até agora, pois falta ainda completar com este ano e, talvez aí, os dados sejam ultrapassados, e, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, foram criados 4.280 assentamentos, com 540.704 famílias *versus* 574.600 famílias durante o Governo do Presidente Lula. Então, em número de famílias, nos sete primeiros anos, o Governo do Presidente Lula fez mais, mas, em número de assentamentos, faltando ainda contabilizar o que está sendo feito neste oitavo ano, em comparação aos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, há que se reconhecer que houve um número menor de assentamentos.

Todavia, os recursos do Incra, na verdade, triplicaram. O seu orçamento geral tem sido sistematicamente incrementado desde 2003, passando de R\$1,5 bilhão, em 2003, para R\$4,6 bilhões em 2009, um incremento de mais de 207%. Com respeito às linhas de crédito destinadas à reforma agrária até 2003, no Governo Fernando Henrique, o Incra disponibilizava duas linhas de crédito para assentados da reforma agrária, com o máximo de R\$4,5 mil por família. Hoje, são nove modalidades, e os valores das linhas existentes foram ampliados. Cada assentado pode receber até R\$42,2 mil em crédito para o desenvolvimento um incremento de 838% do crédito por família.

Em sete anos, 741 mil famílias foram atendidas com obras de infraestrutura pelo governo federal, que incluem a instalação de energia elétrica no programa Luz para Todos, abastecimento de água e construção de estradas (mais de 22 mil Km de estradas em sete anos), o que corresponde a percorrer mais do que todo o litoral brasileiro entre o Cabo Orange, no Amapá e o Arroio Chuí, no Rio Grande do Sul.

Entre 2003 e 2009, o Incra destinou R\$664,6 milhões para qualificação e orientação técnica

da produção agrícola de assentamentos em todo o país. As ações são realizadas por meio do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), em parceria com entidades públicas e privadas, que atendem 3.714 assentamentos em todo o país.

Por meio do Manejo de Recursos Naturais, o Incra destinou, em 2009, R\$146,6 milhões em projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais, com foco na preservação da biodiversidade.

O Programa de Regularização Fundiária do Incra assegurou títulos de propriedade a 104,6 mil famílias nos últimos sete anos. A área regularizada permitiu o combate à grilagem e a garantia de segurança jurídica da posse. Com isso, as famílias podem acessar crédito agrícola e receber assistência técnica, melhorando a qualidade de vida daqueles que estão assentados. Os assentamentos são desenvolvidos em parceria com os governos estaduais e, de forma republicana, com os governadores de todos os Estados e Partidos. Estão em andamento processos para atender mais de 100 mil famílias.

Assim, Sr<sup>a</sup> Presidente, Niura Demarchi, o Governo do Presidente Lula, conforme ele próprio tem afirmado desde o início, tem procurado realizar a reforma agrária não apenas do ponto de vista de fazer desapropriações de áreas improdutivas e aquelas destinadas aos assentamentos, colocando ali os assentados, mas também com a preocupação de qualidade no sentido de prover a devida assistência creditícia e técnica à energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos e outras iniciativas aqui ressaltadas.

Desde novembro de 2003, o Incra pode efetivamente identificar, demarcar e emitir o título que garante o domínio coletivo de terras a comunidades quilombolas. Desde então, foram emitidos 60 títulos, regularizando 174,4 mil hectares, onde estão localizadas 82 comunidades quilombolas. Somente em 2009, foram publicados 30 decretos desapropriatórios, beneficiando 3.896 famílias quilombolas, que vivem numa área de 350,8 mil hectares. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do qual faz parte, o Incra promove o acesso à cidadania de mulheres que vivem no meio rural. Desde 2004, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), já emitiu, gratuitamente, 1,2 milhão de documentos civis e trabalhistas, por meio de 2.098 municípios de todas as regiões do país.

Com o apoio de governos estaduais, foram atendidas cerca de 550 mil mulheres que garantiram acesso a políticas públicas com benefícios previdenciários, Bolsa Família e crédito rural. A partir de 2003 o Incra ampliou os direitos das mulheres que vivem no meio rural com a portaria que estabeleceu a Titulação Conjunta Obrigatória da Terra nos lotes de assentamentos da reforma agrária.

Os procedimentos passaram a incluir, em caráter obrigatório, a mulher e o homem independentemente do estado civil. Entre 2003 e 2007 o índice de mulheres titulares de lotes da reforma agrária avançou de 24,1% para 55,8%. Presidente Niura Demarchi, então as mulheres estão em maioria agora em termos do avanço da reforma agrária, o que é preciso saudar.

Desde 2004 o Incra incentiva a criação de novas fontes de renda em assentamentos de todo o país. Isso é feito por meio do Programa Terra Sol, que estimula a implantação de agroindústrias e valoriza características regionais com atividades de turismo rural, comercialização e agroecologia. Em seis anos, o Terra Sol destinou R\$62,7 milhões em projetos para 165,7 mil famílias.

Vale registrar um dado significativo: de 2003 a 2009, houve redução de 76,2% no número de assassinatos no campo. A política de assentamentos do Incra se reflete na diminuição do número de ocupações de terra e de assassinatos na área rural. Em 2009, foram 173 ocupações, índice 22% menor do que em 2003, quando foram registradas 222 ocorrências. O conjunto de

ações do Governo Federal na implantação da reforma agrária reduziu a tensão no campo. As mortes decorrentes de conflitos agrários caíram significativamente. Em 2003, 42 pessoas foram assassinadas em função de disputas por terras. Em 2009, foram registradas dez mortes, que lamentamos muito, mas houve um decréscimo, e isso é importante assinalar. Todos nós avaliamos que a reforma agrária é muito importante no Brasil. Ela é uma necessidade urgente, ainda é urgente, e tem o potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça.

Ainda que tenhamos melhorado a desigualdade social nos últimos anos, o Brasil é ainda um País desigual. Entre as razões que colocam a Nação nesse lugar está o fato da concentração da propriedade rural.

De acordo com o Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o coeficiente Gini de desigualdade da renda familiar *per capita*, que atingiu 0,599, em 1995, e 0,581, em 2003, diminuiu gradualmente a cada ano, de 2003 para 2004, para 2005, para 2006 para 2007, para 2008, chegando a 0,544, em 2008.

Mas, quando observamos o campo brasileiro, o índice Gini da concentração fundiária, calculado pelo IBGE para 2006 (último dado oficial disponível), é da ordem de 0,854, muito alto, o que demonstra que temos, ainda, um alto grau de desigualdade da propriedade rural. Por sua vez, esse número mostra que, do ponto de vista da concentração fundiária no País, tem havido uma certa estabilidade em que pese a realização da reforma agrária nesses últimos 16 anos. Pelo menos, nos últimos 20 anos, como o índice de 1985 era de 0,857 e o de 1995/1996 era de 0,856, e estarmos agora com um valor de 0,854, isso indica que nós ainda temos uma estrutura fundiária extremamente desigual, com forte concentração da propriedade da terra. Ora, se nós queremos evoluir na direção de uma melhor distribuição de renda monetária, precisamos compreender que ela está de alguma maneira relacionada à estrutura da riqueza, da forma como a riqueza é distribuída no Brasil.

Uma das formas de riqueza é a propriedade fundiária. Claro que há a propriedade do capital em termos da propriedade das fábricas, das lojas, dos hotéis, dos restaurantes, dos imóveis urbanos, dos títulos financeiros e todas as demais formas de propriedade, porém uma das mais importantes, Senadora Niura Demarchi, é justamente a propriedade da terra no meio rural. E se a propriedade da terra no meio rural é ainda muito concentrada, o fluxo de rendimentos que é proveniente da renda da propriedade da terra tende a ser ainda muito concentrado. Daí por que é importante acelerarmos o processo de desapropriação e de realização de assentamentos, claro que respeitando o que diz a Constituição e a lei. É fundamental ouvirmos os movimentos sociais, sobretudo no campo.

Por isso estamos tendo o diálogo, como o Governo do Presidente Lula tem dialogado com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Via Campesina, a Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Associação Brasileira da Reforma Agrária e os representantes dos empreendimentos de economia solidária, pois sabemos que os assentamentos, em grande parte, resolvem organizar a sua produção por formas cooperativas. É importante que venhamos a dar ouvidos também aos que trabalham com as formas cooperativas de produção. Esses movimentos sociais e entidades como a Abra, há muitos anos, têm procurado chamar a atenção do Governo com o objetivo de mudar a atual estrutura fundiária e de realizar mais rapidamente a reforma agrária.

Sendo assim, avalio como muito oportuna a colocação do tema da reforma agrária na

discussão dos candidatos à Presidência da República. Há muito ainda por evoluir, mas considero que não podemos deixar de reconhecer o esforço importante desenvolvido pelo Governo do Presidente Lula nesses últimos anos.

É importante que possam os candidatos cobrar maior ação, maior eficiência. Inclusive, Plínio de Arruda Sampaio, no debate da TV Bandeirantes, ressaltou que foi aquele que escreveu o primeiro plano de reforma agrária para o Governo do Presidente Lula, mas depois, na expressão dele, que acho um exagero, porque tenho aqui os números objetivos, chegou a dizer que o que foi realizado seria uma porcária. Não concordo com isso e acho que, diante desses dados, vou mandar para Plínio de Arruda Sampaio o meu pronunciamento como uma forma de contribuir para que ele possa estar bem informado.

Eu gostaria de aqui fazer um registro, Presidente **Níura Demarchi** e Senador **Acir Gurgacz**, com respeito a uma decisão importante tomada ontem, 25 de agosto, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no julgamento do primeiro caso concreto sobre a Lei da Ficha Limpa. O TSE concordou com o que nós, integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, tínhamos como interpretação clara do texto, qual seja, todos os políticos condenados por decisão colegiada antes ou depois da publicação da Lei da Ficha Limpa estão impedidos de se candidatar no pleito de outubro, como também ficam inelegíveis todos aqueles que renunciaram para escapar da cassação e os cassados pela Justiça Eleitoral por irregularidades cometidas.

O Presidente do TSE, Ministro **Ricardo Lewandowski**, em seu voto, afirma que não há que se falar em inconstitucionalidade da lei, uma vez que, não se trata, pois, de hipótese de retroatividade. Isso porque, por ocasião do registro, considerada a lei vigente naquele momento, é que serão aferidas as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade. Serão, portanto, levadas em linha de conta, no momento oportuno, o fato, ato ou decisão que acarrete a pecha de inelegibilidade. As causas de inelegibilidade, enquanto normas de ordem pública, aplicam-se a todos indistintamente, contemplando, inclusive, situações jurídicas anteriores à publicação da Lei Complementar nº 135/2010, cabendo à Justiça Eleitoral verificar, no momento do pedido de registro de candidatura, se determinada causa de inelegibilidade em abstrato prevista na legislação incide ou não em uma situação concreta. Ao cumprimentar os membros do Tribunal Superior Eleitoral, externo a minha firme expectativa de que o Supremo Tribunal Federal, do qual faz parte o Ministro **Ricardo Lewandowski**, acompanhará essa histórica decisão, que pretende moralizar os pleitos eleitorais em nosso País.

Na Comissão de Constituição e Justiça, nós, inclusive o Presidente **Demóstenes Torres**, lembramo-nos do que havia sido explicitado por uma professora de português e colocado em comentários de jornalistas como **Elio Gaspari** e outros, quando lembraram a famosa frase de Duque de Caxias: “Os que forem brasileiros, sigam-me”, ou seja, os que foram condenados em instância colegiada, o português indica corretamente, não poderão ser candidatos. Então, acho que o TSE lembrou coisas assim.

Quero também saudar aqui o último índice de desemprego para o mês de julho, que foi de 6,9%, o menor índice desde dezembro do ano passado e o menor para o mês de julho desde o início da série histórica de 2002. Tenho a confiança, Sr<sup>a</sup> Presidente e Sr. Senador **Acir**, em que a Receita Federal está, juntamente com as autoridades da Polícia Federal e do Ministério Público, acompanhando de perto se houve, por parte de quem quer que seja, na Receita Federal um comportamento inadequado ao quebrar o sigilo fiscal de alguns membros importantes do PSDB. Isso, certamente, não é política nem diretriz aprovada pelo Governo do

Presidente Lula, pelo Presidente Lula e muito menos pela nossa candidata Dilma Rousseff. Agradeço a atenção e a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, Senadora **Níura Demarchi**. Muito obrigado.

O2

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Quero informar que estou encaminhando oficialmente à Mesa o requerimento de urgência de todos os Líderes da Casa, a que me referi na tarde de hoje, para tramitação do Projeto Ficha Limpa. Assinam este requerimento os Senadores Aloizio Mercadante, do PT; eu próprio, como Vice-Líder do PT; Renan Calheiros, do PMDB; Valdir Raupp, Vice-Líder do PMDB; Francisco Dornelles, do PP; Gim Argello, do PTB; Osmar Dias, do PDT; João Ribeiro, do PR; Antonio Carlos Valadares, do PSB; Marcelo Crivella, do PRB; Inácio Arruda, do PCdoB; José Nery, do PSOL; José Agripino, do DEM; Arthur Virgílio, do PSDB; Romero Jucá, do PMDB. A Senadora Marina Silva está em licença do Partido Verde, e o Senador Mão Santa, do PSC, está em viagem. Portanto, dos presentes na Casa, Sr. Presidente, houve consenso para que haja tramitação em urgência do Projeto Ficha Limpa. Também o Senador Flávio Arns assina o requerimento neste instante.

Assim, Sr. Presidente, encaminho-o à Mesa.

O3

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Muito obrigado, prezada Senadora **Rosalba Ciarlini**. Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, prezados estudantes que nos visitam, gostaria hoje de ressaltar a apreciação, pelo Congresso Nacional, do projeto denominado Ficha Limpa, que obteve nada menos do que 1,6 milhão de assinaturas de pessoas em todo o Brasil, que conclamam que aqui venhamos a tomar uma decisão importante, relativamente à possibilidade de pessoas que porventura tenham sido condenadas na Justiça, não apenas em primeira instância, segundo aquilo que primeiramente havia sido apresentado, mas desde que um órgão colegiado da Justiça tenha condenado alguma pessoa, esta, então, não teria mais a possibilidade de se candidatar a cargo eletivo, seja para o Parlamento, seja para o Poder Executivo. Portanto, seja para Vereador ou Prefeito, para Deputado Estadual ou Governador; seja para Deputado Federal, Senador ou Presidente da República.

Aguardava-se hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, que fosse apreciado e votado o parecer do Deputado **José Eduardo Martins Cardozo**, do Partido dos Trabalhadores, uma pessoa de grande conhecimento jurídico, e assim considerado, que inclusive é o Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores.

**Foi, entretanto, apresentado um pedido de vista coletivo naquela Comissão. O Deputado Regis de Oliveira, um dos autores do pedido, afirmou não ter a intenção de adiar a votação do projeto, mas sugeriu que a CCJ analise a proposta na próxima terça-feira. Muito possivelmente deverá ser analisada até amanhã. Entretanto, ponderou o Deputado Regis de Oliveira que não se poderia votar sob pressão, uma vez que há questões constitucionais que precisam ser analisadas, e nenhum projeto pode passar por cima da Constituição. Mas, por outro lado, há o compromisso de se votar essa matéria**



**até o próximo dia 5, compromisso que não poderá ser desfeito, segundo o entendimento de muitos dos Parlamentares. Inclusive há o compromisso dos Srs. Líderes de apreciar e de aprovar a urgência para o projeto, o que o levaria à votação direta em plenário, independentemente do resultado na CCJ.**

Há já um conhecimento bastante acentuado do projeto. Inúmeros líderes já assinaram o pedido de urgência, mas ainda não há votos suficientes para aprovar esse regime. Mas, ainda hoje, o próprio vice-líder do Partido dos Trabalhadores, Sr. José Genoíno, disse que o PT apoia a medida e assinará esse pedido de urgência, caso a Comissão de Constituição e Justiça não analise o projeto a tempo.

Quero ressaltar que o Projeto Ficha Limpa, que teve aqui no Senado Federal um grande defensor, que inclusive apresentou um projeto de lei nesse sentido, o Senador Pedro Simon, é aguardado aqui com muita atenção. Tenho a convicção de que nós, Senadores, os 81 Senadores, iremos examinar com muito carinho e atenção, e espero que sem delongas, para que este projeto possa, na medida do possível, ser apreciado e votado de maneira a já produzir resultados nas eleições de outubro deste ano.

E, apesar de receberem o apoio da maioria dos Líderes partidários, houve alguma polêmica em relação às mudanças feitas pelo relator do projeto, o Deputado **José Eduardo Martins Cardozo**. A principal alteração introduzida pelo Deputado refere-se ao efeito suspensivo dos recursos. Um político condenado em segunda instância, em decisão colegiada, poderá registrar candidatura se apresentar recurso da condenação ao Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal conceder efeito suspensivo a esse recurso. Já o texto do Relator **José Eduardo Martins Cardozo** abrandou essa medida, pois, no caso de recurso suspensivo, o processo sobre o qual a pessoa pediu recurso passa a ter tramitação prioritária, o que resulta em um julgamento mais rápido.

E justamente o Sr. **Francisco Whitaker, o Chico Whitaker**, que é do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, um dos que organizou a coleta de assinaturas no Brasil, diz que: “Na prática, o que acontece é que quem tem culpa no cartório não vai se arriscar e não vai pedir recurso. Porque daí ele não só perde o mandato, como vai para a cadeia”. Ora, o texto original do projeto de iniciativa popular, apresentado ano passado, previa que o candidato perderia o direito de concorrer já na condenação em primeira instância. Mas o parecer do Deputado **Índio da Costa**, do DEM, do Rio de Janeiro, mudou a regra, prevendo que a inelegibilidade só estaria configurada com a condenação colegiada.

Estou de acordo com esse ponto de vista. Parece-me que é de bom senso, sobretudo com base na experiência de muitas pessoas, que, por vezes, acabaram sendo condenadas em primeira instância, em vista da eventual atitude de algum magistrado, de um juiz que, por razões as mais diversas, poderia ter uma atitude de perseguição com respeito àquela pessoa. Mas, justamente na medida em que um órgão colegiado confirmar essa condenação, aí sim, aquela pessoa que teria a intenção de se candidatar ficaria proibida de fazê-lo. Avalio que se trata de uma medida saudável, mais de acordo com o senso comum. Acredito que mesmo aqueles que como Chico Whitaker, do movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, e a própria CNBB, que deu apoio a este projeto de origem popular, estão de acordo com essa formulação.

Houve ainda três alterações de conteúdo em relação ao texto do Deputado **Índio da Costa**, Relator da proposta do Grupo de Trabalho Ficha Limpa, que teve boa aceitação por parte das entidades e parlamentares favoráveis ao projeto. De acordo com o relatório, pessoas

condenadas por fazer doação ilegal a campanhas eleitorais também se tornarão inelegíveis. O texto do Relator **José Eduardo Martins Cardozo** estende a inelegibilidade também para praças da Polícia Militar condenados pelos crimes previstos no projeto e para magistrados que tiverem como pena a aposentadoria compulsória.

Teremos a oportunidade de examinar, com maior atenção, esse projeto quando vier ao Senado Federal. Mas, quero registrar que o Projeto Ficha Limpa avança, ainda que tenha havido esse pedido de vista regimental na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Aguarda-se a sua votação para o dia 5 de maio, quando, então, deverá vir para o Senado Federal.

Obviamente, esse projeto poderá tramitar até com maior celeridade no Senado Federal na medida em que este assunto está sendo objeto de grande reflexão, de repercussão na imprensa, e todos nós, Senadores, estamos acompanhando a sua tramitação com atenção. Até porque são muitas as pessoas no Brasil inteiro que têm se dirigido a nós e transmitido a sua preocupação e o seu apelo para que examinemos o Projeto Ficha Limpa com a devida celeridade. E nós aqui, que tantas vezes fomos alertados sobre esse tema pelo nosso colega eminente Senador **Pedro Simon**, todos nós estamos em condições de apreciar esse projeto com toda a atenção.

Quero até transmitir ao Senador **Demóstenes Torres**, da Comissão de Constituição e Justiça... Não é bem o costume se fazer isso, ele tem toda a liberdade para sempre designar um Relator, mas eu quero aqui transmitir que me disponho, entre outros colegas, a estudar essa matéria, até como Relator, mas acho que, aqui no Senado Federal, se há um Senador que tem estudado esse assunto e mereceria até ser designado Relator, acredito, seria o Senador **Pedro Simon**. Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador **César Borges**.

P

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM - PB. Pela liderança. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> é humano, errar é humano, e V. Ex<sup>a</sup> apenas se enganou. Para mim, foi um prestígio ouvir ainda mais a palavra desse grande Líder, **Paulo Paim**, que nos dá uma verdadeira lição, principalmente quando se trata do assunto relativo aos aposentados. Nós somos seus seguidores. Então, é importante para todos nós que possamos ouvi-lo.

Eu trago exatamente duas questões: uma relativa a essas polêmicas que estão acontecendo, no que diz respeito à votação dos aposentados e dos fichas limpas, e depois falarei sobre um problema que é importante. Espero ter tempo, Sr. Presidente, porque vou fazê-lo rapidamente.

Eu ouvi atentamente as palavras do Senador **Pedro Simon**, que se referiu ao projeto dos fichas limpas, matéria da maior importância que deverá ser votada hoje à tarde no plenário da Câmara dos Deputados. Parece-me que ainda faltam nove destaques a serem votados. O texto principal já foi votado. E a questão dos aposentados.

Então, vejam bem V. Ex<sup>as</sup>, vamos falar dos fichas limpas logo. Estamos todos torcendo para que isso aconteça. Mas está aqui a manchete do *Jornal da Câmara* de hoje. Ela é estranha, porque está dito aqui: “Ficha Limpa só valerá para as eleições de 2012, avalia líder do governo”.

Está aqui. Está na manchete do jornal, Senadores e Senadoras: Ficha Limpa só valerá para as eleições de 2012, avalia líder do governo Deputado **Cândido Vaccarezza** argumenta que

novas regras precisam ter um ano de antecedência para entrar em vigor e não podem interferir no pleito de outubro.

Então, está aqui uma manchete estranha e uma declaração estranha do líder do Governo, dizendo, Senador **Paulo Duque**, que este ano não. Só nos próximos anos, ou seja, em 2012, quando nós teremos eleições municipais. Muito bem. Está dito, estão votando, e eu estou lendo a manchete.

Em seguida, nós estranhamos, exatamente aquilo que o Senador **Paulo Paim** e outros Senadores, como o Senador Mário Couto, que tratou logo no início da sessão dessa matéria, que, lamentavelmente, os autógrafos da MP nº 475, exatamente a que trata dos aposentados, do reajuste dos aposentados e do fator previdenciário, não chegou à Mesa do Senado Federal. E foi votada na última terça-feira, o que significa dizer que hoje são oito dias, e simplesmente para sair da Câmara dos Deputados e para chegar aqui, ao Senado Federal, estranhamente, não chegou essa matéria para que possamos votá-la.

Muito bem. Ao mesmo tempo, tem uma manchete no *Jornal do Senado* de hoje, que diz: “Líderes da oposição decidem obstruir as votações no Plenário”.

O que o Governo pretende? O Governo pretende que sejam votados os quatro projetos do marco regulatório do pré-sal. Caráter de urgência. Mas a própria Constituição diz que prevalecem as MPs. E, estranhamente, temos duas medidas provisórias trancando a pauta. Hoje, participei, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de reunião da minha Bancada. Daqui a pouco, o meu Líder irá detalhar essa questão, mas adianto a V. Ex<sup>as</sup> que os Democratas fecharam questão no que diz respeito à questão dos aposentados e do ficha limpa. Ou se prioriza ou se dá urgência à votação dos aposentados e dos fichas limpas ou então não vamos votar pré-sal, pré-açúcar, qualquer coisa. Ou votaremos essa matéria... Meu Líder vai detalhar esse fato, mas o que é verdadeiro é que o Democratas, por unanimidade da sua Bancada, de Senadores e Senadoras, vem, daqui a pouco, pela palavra do Líder, dizer: nós queremos deixar bem claro que este Plenário não votará nada antes de votar a MP nº 475, que trata do reajuste dos aposentados, e também a questão dos fichas limpas, que esperamos que seja concluída hoje.

**O Sr. Mário Couto (PSDB - PA)** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Efraim?

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM - PB)** Pois não, Senador Mário Couto.

**O Sr. Mário Couto (PSDB - PA)** Senador Efraim, como de costume, V. Ex<sup>a</sup>, quando vai à tribuna, é para abordar temas de alta importância para a Nação. Então, mais uma vez, quero parabenizá-lo. Fico entusiasmado quando V. Ex<sup>a</sup> vai à tribuna, porque V. Ex<sup>a</sup> é um Senador contundente, firme, forte. E vou para a minha casa rezar hoje à noite por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM - PB)** Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Mário Couto (PSDB - PA)** V. Ex<sup>a</sup> entrará nas minhas orações de hoje à noite.

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM - PB)** Muito obrigado.

**O Sr. Mário Couto (PSDB - PA)** Principalmente quando afirmou que só votaremos qualquer matéria se antes votarmos o Ficha Limpa e o projeto dos aposentados. Isso me causa uma sensação de bem-estar tamanha. V. Ex<sup>a</sup> não calcula como fiquei feliz quando ouvi essas palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Meus parabéns e o meu muito obrigado pela postura de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM - PB)** Obrigado. V. Ex<sup>a</sup> agradeça a toda a Bancada do Democratas, porque não foi uma decisão pessoal do Senador Efraim Morais, foram os

Senadores e Senadoras do Democratas que se reuniram pela manhã e tomaram essa decisão. Além disso aqui, pedimos para que fosse...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Senador Efraim.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM - PB) Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Acabo de solicitar à nossa Secretária-Geral da Mesa, Dr<sup>a</sup> **Cláudia Lyra**, para entrar em contato com o Presidente da Câmara, já que oito dias de lá para cá está demorado, não é?

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM - PB) Eu agradeço e parablenizo V. Ex<sup>a</sup> pela decisão da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC - PI) Então, a nossa Secretária-Geral da Mesa vai fazer essa ligação. (*Palmas.*)

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM - PB) Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Quero ainda comunicar às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que um outro tema foi incluído nessa reivindicação nossa. Primeiro, Senador **Paulo Paim**, um apelo, mais um apelo à Câmara dos Deputados, para que a Câmara dos Deputados também agilize a votação da PEC nº 300. Porque está aqui, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a manchete do jornal *Correio Braziliense*, do dia 5 de maio: “PM libera tropa para fazer bico”. Vejam bem, está aqui, manchete do *Correio Braziliense*: “PM libera tropa para fazer bico”. E diz que o PM que não estiver coincidindo com horário de trabalho pode fazer um extrazinho. Meus amigos, quem melhor ganha no Brasil é o policial militar do Distrito Federal, Senador Mão Santa. Ganha R\$4.500,00 e está sendo liberado para fazer bico. Imaginem os PMs do Piauí, da Paraíba e de outros Estados. Vejam bem que situação difícil. Por isso nós os Democratas também priorizamos a PEC nº 300, que está dependendo de complementação de votação dos destaques na Câmara dos Deputados. Senador Paulo Paim, escuto V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) Senador **Efraim Morais**, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento em defesa dos aposentados e do fim do fator. V. Ex<sup>a</sup> mostra a mesma coerência de quando ainda era Deputado Federal e eu também. V. Ex<sup>a</sup> não está fazendo deste um debate partidarizado ou com o olhar na disputa a Presidente da República, em que estamos em partidos e com candidatos diferentes. V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um pronunciamento em defesa dos aposentados e dos pensionistas, que são mais ou menos 26 milhões, e também dos 40 milhões de brasileiros que estão esperando a queda do fator previdenciário. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela coerência histórica. Quero também dizer que concordo sim com a PEC nº 300. Para ter uma idéia, no Rio Grande do Sul, eu me reuni ainda no fim de semana com os policiais militares não chega a mil reais, enquanto que em Brasília, R\$4.500,00 e a PEC 300, pelo menos, busca um piso de R\$3.500,00. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM - PB) Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, até porque, naquele momento, nós estávamos de lados opostos. V. Ex<sup>a</sup> era Oposição na Câmara e eu era Governo. A minha posição foi a mesma de hoje e V. Ex<sup>a</sup> hoje é Governo e eu sou Oposição. E V. Ex<sup>a</sup> continua com o mesmo ponto de vista, graças a Deus. Nós saímos da Câmara, chegamos aqui. Eu, pela vontade do povo paraibano, e V. Ex<sup>a</sup>, pela vontade do povo gaúcho. E o que acontece é que nós continuamos atendendo a mesma coisa: em defesa dos aposentados, dos pensionistas, das nossas viúvas, não é? E de tantos outros funcionários públicos deste País.

Então, senhoras e senhores, fica bem clara a posição dos democratas. O meu Líder vai detalhar. Nós não votaremos nada que diga respeito a pré-sal, crédito, abertura de crédito, antes que se vote a medida provisória que diz respeito ao reajuste dos aposentados e do fator do previdenciário, da questão do ficha suja, porque nós temos tempo, se nós quisermos temos tempo para votar esse ano para a ficha suja ou ficha limpa, como queira, seja aplicável nas eleições de 2010, e não de 2012, como está querendo o Líder do Governo. Está aqui. É manchete do jornal da Câmara. Pois bem, meus amigos ! E depois a questão da PEC 300. Para que fique bem clara essa questão: ou nós votamos essas três matérias, ou nós não podemos ter nossa consciência tranquila e nem autoridade para ir a praça pública pedir voto de nenhum brasileiro ou brasileira.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu caro Presidente **Mão Santa**, feita essa posição, eu queria entrar numa questão aqui que diz respeito ao meu Estado e que é um assunto que, na realidade, merece a atenção dos Srs. Senadores e Senadoras porque a situação da segurança pública da Paraíba é um verdadeiro caos.

Eu quero aqui, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, registrar o seguinte: o aumento da violência na Paraíba, especialmente na nossa capital, João Pessoa, motivou a Vereadora, e aqui eu parabeno a **Vereadora Raíssa Gomes Lacerda**, nossa **Raíssa Lacerda**, que é filha do nosso ex-Deputado estadual por 12 legislaturas, nosso **José Lacerda Neto**, que era Vice-Governador da Paraíba, que é do meu partido, Democratas, a convocar sessão especial com a presença de autoridades governamentais, principalmente os responsáveis pela segurança pública, para buscar soluções para o enfrentamento desse grave problema.

A iniciativa da Vereadora é louvável e muito oportuna e faz-se urgente a adoção de medidas que visem a minimizar a dramática situação de insegurança no meu Estado, a Paraíba. O aumento da violência, atrelado à falta de investimento da área de segurança pública, é preocupante.

Vejam bem V. Ex<sup>as</sup>, Senador **Mário Couto**. V. Ex<sup>a</sup>, que fala tanto da segurança do seu Estado, veja bem a situação do meu.

De acordo com dados oficiais, nos últimos 15 meses, na grande João Pessoa, área de cobertura do 1º e 5º Batalhões da Polícia Militar, foram registrados 587 homicídios, 28 sequestros, 554 tentativas de homicídio e 44 latrocínios. O que é lamentável, digo desde já, é que isso não aparece na imprensa. O Governo do Estado está amordaçando a imprensa paraibana para que não se publique o desgoverno que vive a Paraíba.

Foram registradas, atente bem, Senador Mão Santa, 11.594 ocorrências na área de crimes contra o patrimônio, tais como furtos a pessoas, furtos a veículos, furtos em residências, bancos, lotéricas, ônibus, escolas, igrejas, postos de combustíveis, hotéis, estabelecimentos e outros locais.

Na área de crimes contra os costumes e a incolumidade pública foram registrados 47 estupros, 20 atentados violentos ao pudor, 13 atos de corrupção de menores, 301 tráficos de entorpecentes, 55 tentativas de estupro, e tantas outras formas de violência a frequentar jornais, quando se publica a notícia, e a indignar pessoas.

Lamentavelmente, o funcionamento do setor de Segurança Pública da Paraíba é ineficiente. Não por culpa do policial, que arrisca sua vida para defender o cidadão, mas por falta de planejamento estratégico para enfrentar essa demanda de violência.

O Governo da Paraíba possui armas sofisticadas em seu arsenal, atente bem para este detalhe, Senador **Mão Santa**, no Departamento de Apoio Logístico da Polícia Militar. Mas essas armas não estão sendo usadas por falta de treinamento técnico de manuseio pelos policiais. A 4ª Companhia do Primeiro Batalhão, sediada na cidade portuária de Cabedelo, possui apenas 14 policiais e seis viaturas para atender a toda a área comprometida entre Cabedelo e o Alto Plano Cabo Branco, em João Pessoa, que compreende vários bairros da Capital. Mas o

mais grave é que esses policiais trabalham individualmente com um revólver Rossi com apenas seis cápsulas, uma espingarda 12 com cinco cartuchos e um fuzil com 15 munições para enfrentar o bandido que possui armamento sofisticado e muita munição. Os coletes são obsoletos e antiquados.

O que causa espanto é que o Governo do Estado faz de conta de que nada disso é com ele. De vez em quando, promove desfile de viaturas, exhibe armamentos, mas não executa um plano efetivo de combate à violência. Essa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é a fotografia das vísceras da segurança pública na Paraíba. É o retrato de uma sociedade acuada, de cidadãos de bem que se tornaram reféns da falta de políticas públicas eficazes.

A pergunta, Senador Mão Santa, é: o que fazer? Não temos a solução pronta, mas sabemos que terão de ser adotadas mudanças estruturais. E tem de ser rápido. Poder-se-ia começar, por exemplo, pela capacitação dos policiais, por proporcionar armamentos adequados e eficazes no combate à criminalidade. É urgente repensar os instrumentos que vêm sendo adotados para a contenção da criminalidade, quer seja quanto às normas legais ou quanto às filosofias que têm norteado as políticas de segurança pública, ou ainda quanto às estratégias preconizadas, as ações táticas implementadas.

A Paraíba foi assombrada por uma criminalidade insana motivada pela falta de ações eficazes do poder local. Pode-se dizer que há uma guerra civil na minha Paraíba. Enquanto isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o cidadão, o homem de bem que trabalha para sustentar a sua família, que estuda à noite e trabalha de dia, que se sacrifica para melhorar de vida e para melhorar as condições da sociedade, está acuado. É refém de uma segurança pública decadente, inoperante e esvaziada, sob a alegação de que não há recursos para esse fim. Vou repetir: sob a alegação de que não há recursos para esse fim. Os Srs. Senadores sabem quanto o Governador José Maranhão, da Paraíba, gastou nos meses de novembro e dezembro com propaganda? Propaganda falsa? Mais de R\$18 milhões! As notas fiscais estão publicadas: R\$18 milhões! E vai gastar até o mês de junho quase R\$40 milhões. E vem dizer que estão faltando recursos na Paraíba? Sr. Presidente, eu peço a paciência de V. Ex<sup>a</sup>. Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem paciente, principalmente quando se trata de matéria dessa natureza. Multiplicam-se, Sr. Presidente, os Municípios sem delegado de polícia, agentes, escrivães, viaturas e combustível, material de consumo, e as instalações encontram-se em deplorável estado, e, em contrapartida, crescem também os índices de criminalidade. Saiba V. Ex<sup>a</sup> que são mais de cem Municípios paraibanos onde inexistente a presença do aparelho da segurança estatal. Significa dizer que mais de cem municípios paraibanos, dos 223, não têm delegado nem policiais civis ou militares.

**O Sr. Mário Couto (PSDB - PA)** Posso apenas, Senador...

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM - PB)** V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mário Couto (PSDB - PA)** Posso apenas dar uma sugestão ao Governador da Paraíba? No meu estado não é diferente. Tudo o que V. Ex<sup>a</sup> falou aí acontece no Estado do Pará. Mas lá a Governadora tomou uma atitude que melhorou a segurança, que V. Ex<sup>a</sup> podia levar ao Governador da Paraíba. Sabe o que ela fez, Senador? Ela mudou a cor da farda do policial. Esse foi o grande planejamento dela. Ela mudou da cor natural, daquela cor que V. Ex<sup>a</sup> conhece, a cor do policial...

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM - PB)** Cáqui.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB - PA) ... para um abóbora clarinho, da cor do policial. Qual é a concepção dela? Aí é uma polícia meio secreta. Ela e seus coronéis entendem que a cor da pele parecida com a cor da farda torna o policial invisível, e o policial invisível fica mais fácil de combater o criminoso. Leve essa tática da nossa Governadora do Pará ao Governador lá da Paraíba. Pode ser que venha diminuir a criminalidade, Senador!

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM - PB) Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> quer bem à Paraíba e não me daria um conselho desse como verdadeiro. V. Ex<sup>a</sup> registra o caso do Pará. Mas o que eu queria deixar bem claro, Sr. Presidente, é que os governistas vão querer argumentar que herdaram essa situação do Governo **Cássio Cunha Lima**, o que é inverídico. O Governador Cássio Cunha Lima promoveu concurso para delegado, agente de polícia e agente penitenciário, mas o atual Governo teima em não contratar esses profissionais só para não dizer que deu continuidade à ação do Governo anterior. Ou seja, foram feitos treinamentos, foram feitos concursos, estão lá para ser convocados, principalmente os nossos agentes de polícia e agentes penitenciários. Sr. Presidente, o resultado disso é pilhas de inquéritos policiais que não são concluídos e, por isso, não são avaliados pela Justiça, aumentando, dessa forma, a impunidade e acarretando um aumento de números. Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que homicídios, assaltos, execuções, arrombamentos, sequestros, furtos e outros tantos delitos estão se repetindo como nunca se viu. Nunca se matou tanto em tão pouco tempo na Paraíba. Nunca se matou tanto em tão pouco tempo na Paraíba. Diante disso, a população está revoltada e com medo perante tanta violência.

Eu diria, Sr. Presidente, para encerrar que, se os governistas argumentarem que o Estado não tinha condições de fazer esse trabalho, o Governador José Maranhão está próximo de fazer empréstimos, depois que assumir o Governo, de um bilhão de reais autorizados pela Assembléia Legislativa e por este Senado, para que nós possamos dizer e receber o quê? Só pode fazer empréstimo, Sr. Presidente, quem tem o Estado em boas condições, quem tem o Estado equilibrado, e o Governador Cássio Cunha Lima deixou o Estado da Paraíba equilibrado e em condições para o próprio Governador, que não foi eleito, que perdeu a eleição no primeiro e segundo turnos. Consequentemente, não é um Governo legítimo. É um Governo que não ganhou as eleições, está imposto por uma decisão judicial. Então, quem não governa com a maioria não pode fazer um grande governo. Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a população da minha Paraíba, a população paraibana clama por socorro, clama pela implantação de uma política pública que lhe possibilite viver com segurança e dignidade. Eu quero, desta tribuna, Sr. Presidente, saudar a Vereadora Raíssa Lacerda, que, repito, é do meu Partido, o Democratas, uma jovem que, sem dúvida, surge como uma das boas revelações políticas da Paraíba e da Câmara de Vereadores de João Pessoa, que soube promover esse debate sobre esse problema recorrente da vida do cidadão paraibano. E o que é mais interessante, Senador Mão Santa... Vou concluir. Sei que V. Ex<sup>a</sup> está olhando para o próximo orador, mas vou concluir. Quero dizer que lá se encontrava o Secretário de Segurança, lá se encontravam outros Secretários de Estado, autoridades, e a Vereadora Raíssa fez a seguinte pergunta: “Eu estou falando algo errado? Eu estou aumentando algumas coisa?” E o Secretário confirmou que não. O próprio Secretário confirmou que as palavras da Vereadora eram corretas. Porque ela teve o cuidado também de levar esse mapa que aqui se encontra, onde cita cada um dos casos da polícia da Paraíba, onde, lamentavelmente, chegamos a um clima de terror, a um clima de total falta de segurança, onde a Paraíba está entregue à bandidagem.

Por isto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, deixo aqui este registro. Poucas dessas palavras que acabei de dizer são minhas; a maioria é do próprio discurso da Vereadora Raíssa, que

endosso totalmente, pela sua luta, pela sua posição. E o que é lamentável: na hora de iniciar o debate, foram convocados o Secretário de Segurança e os outros Secretário de Governo e eles se retiraram do plenário e não responderam a uma única pergunta dos Vereadores de João Pessoa. Mais um prova de que falta respeito ao povo paraibano. Era isto que eu queria dizer, como também da minha alegria de trazer um anúncio daquilo que o meu Líder fará daqui a pouco, quando dirá as condições para que possamos votar os quatro projetos do pré-sal, as outras medidas provisórias de abertura de crédito, e a condição solicitada pelo Democratas é que seja, primeiro, dado caráter de urgência à questão dos aposentados, dos “fichas limpas” e da PEC 300, que, sem dúvida, irá combater a criminalidade neste País.

Por isto, Senador **Mão Santa**, meu agradecimento a V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância, não só a de V. Ex<sup>a</sup>, como a dos meus companheiros que aqui se encontram. Então, espero, espero e peço a Deus que o Governador da Paraíba entenda que segurança pública na Paraíba é responsabilidade dele.  
Muito obrigado.

Q

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT - RO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) Boa tarde, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup> Senadora Presidente **Serys Shhessarenko**, venho a esta tribuna na tarde de hoje, inicialmente, para saudar a realização, pela Prefeitura de Porto Velho, no dia 30, segunda-feira passada, a organização de uma reunião para criação do Comitê Gestor do Polo Moveleiro de Porto Velho. É um colegiado que ficará responsável para agilizar o processo de instalação do polo industrial idealizado pela Prefeitura, que atuará como alternativa econômica na geração de emprego e renda para suprir o desaquecimento com a conclusão das hidrelétricas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau. Infelizmente, essa tarefa tem sido a grande preocupação da Prefeitura de Porto Velho, apenas. E eu digo, infelizmente, porque é uma tarefa que deveria estar sendo realizada há muito tempo pelo governo do Estado, mas como o governo do Estado nada faz além de propaganda, o Prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, deu um passo à frente, chamou o BNDES, chamou a Susfor, que é a empresa americana que adquiriu a madeira e, desta forma, está fazendo um trabalho articulado para garantir que o aproveitamento da madeira retirada das áreas que serão alagadas, cerca de oito mil metros cúbicos, reverta-se em desenvolvimento, em emprego e geração de renda na cidade de Porto Velho para a sua população. A implantação desse polo, Sr<sup>a</sup> Presidente, foi o assunto principal do fórum “Organizando o Polo Industrial Moveleiro de Porto Velho”, que, realizado pela Prefeitura, aconteceu no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, Fiero, e contou com a participação de empresários dos setores moveleiro e madeireiro da capital. Participaram também desse debate o Secretário de Planejamento e Gestão, Sérgio Pacífico; o Presidente da Fiero, Denis Baú; o representante do BNDES, Antonio José Alves, que é Chefe do Departamento de Relações com os Governos; o vice-Presidente da Susfor para a América do Sul, Francisco Macedo; o Presidente dessa mesma empresa para a América do Sul, Leandro Guerra; o Presidente do Sindicato dos Madeireiros de Rondônia, José Carlos Moura; e o Presidente do Sindicato das Indústrias Extrativistas, Pedro Teixeira, que também é Diretor-Presidente do Sebrae.

Sr<sup>a</sup> Presidente, nosso País está imerso em um profundo e construtivo debate político. Apesar daqueles que reclamam a falta de propostas, é evidente que está à disposição dos eleitores dois projetos já conhecidos da população brasileira. Os resultados das pesquisas de opinião e da popularidade do nosso Presidente Lula são a demonstração cabal de que os eleitores



brasileiros já sabem a diferença entre o discurso e a prática. Votam pelo que conhecem na prática e discurso algum é capaz de ludibriá-los, como querem fazer agora criando mais um fato para transformar em escândalo essa questão acontecida na Receita Federal. Eu quero discordar de algumas afirmações feitas aqui anteriormente de que o Governo está utilizando-se de meios ilícitos para perseguir as pessoas. Com relação a esse fato ocorrido na Receita Federal, como já citou aqui o Senador Roberto Cavalcanti, o órgão já se pronunciou em nota pública. Quero dizer que o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, também já se pronunciou sobre o fato, inclusive afirmando que responsabilizará aqueles que se utilizam de afirmações que buscam apenas tentar aterrorizar o País. Nesse sentido, Sr<sup>a</sup> Senadora, eu queria dizer que a campanha política prossegue. Essa campanha política envolve a renovação do Poder Executivo federal, estadual, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas e da maior parte desta Casa do Senado Federal. **Mas essa campanha conta com uma grande novidade: a Lei da Ficha Limpa. Mesmo quando não ocorre a impugnação de candidaturas, a manifestação dos tribunais por si só já reverbera na opinião pública, que espera que realmente seja feita justiça. Estamos construindo uma nova cultura, a cultura da responsabilidade política.** E responsabilidade, Sr<sup>a</sup> Presidente, implica também compromisso. Os compromissos frente ao povo nos embates eleitorais devem ser assumidos com responsabilidade, com a certeza de que iremos responder por eles durante o nosso mandato e no maior legado da honra pessoal, em nossa biografia.

Digo isso, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, porque ontem, dia 31 de agosto de 2010, pela manhã, foi apresentada a Carta-Compromisso: Pela Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Uma convocação aos futuros governantes e parlamentares do Brasil. Essa apresentação foi feita no Conselho Nacional de Educação. Trata-se de um documento elaborado por 26 entidades.

Os candidatos desta eleição, ao assinarem a Carta-Compromisso, comprometer-se-ão a construir uma agenda de promoção e fortalecimento de políticas públicas e educacionais no Brasil. As deliberações da Conferência Nacional de Educação ocorridas no início deste ano, a Conae, são inequivocadamente a inspiração do conteúdo dessa importante iniciativa da sociedade brasileira.

Uma iniciativa que reúne movimentos sociais, sindicais, gestores públicos e privados na construção de uma plataforma mínima, que certamente sintonizada com a construção do Plano Nacional de Educação, virá à tona nos debates logo após a eleição. A Carta-Compromisso apresenta quatro compromissos fundamentais, que são: a ampliação adequada do financiamento da educação pública; a implementação de ações concretas para a valorização dos profissionais da educação; a promoção da gestão democrática e o aperfeiçoamento das políticas de avaliação e regulação. Em cada um desses compromissos, a Carta reafirma as posições que temos defendido no plenário desta Casa.

A Carta encerra dizendo:

*Por fim, a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020 é uma grande oportunidade de avanço no marco legal educacional, podendo transformar em metas e estratégias todos os desafios e compromissos propostos nesta Carta-Compromisso. Por todos esses aspectos, um novo projeto de educação para o Brasil tem de ir além do tempo de um governo, incorporando toda essa energia crítica e criativa e aproveitando as oportunidades políticas para avançar na perspectiva dos direitos sociais. Os proponentes reconhecem que tanto a institucionalização do Sistema Nacional de Educação, como os desafios prioritários apontados e os quatro compromissos fundamentais para a superação dos mesmos (sic) devem contribuir de maneira decisiva para a efetivação de um país mais justo e menos desigual, assegurando às atuais e às futuras gerações uma educação de qualidade para todos e todas.*

É por isso, Sr<sup>a</sup> Presidente, que solicito que o conteúdo da Carta-Compromisso seja apensado ao meu pronunciamento e apelo para que todos os candidatos e candidatas de nosso País sejam signatários e participes desse grande movimento da educação brasileira no século XXI. Quero por fim, Sr<sup>a</sup> Presidente, parabenizar também, de vez em quando a gente tira alguma coisa muito interessante, a *Folha de S.Paulo* pelo editorial do dia de ontem, “Por um ensino melhor”. Esse editorial também se refere ao lançamento da Carta-Compromisso Pela Garantia do Direito à Educação de Qualidade. E a conclusão do editorial é muito interessante. Também é uma conclamação para que todos os candidatos subscrevam esse compromisso. O editorial diz o seguinte: “*Todos os candidatos deveriam subscrever o compromisso, ainda que fazendo as ressalvas cabíveis no que respeita à aplicabilidade e explicitando que interpretação dariam aos princípios sujeitos a controvérsia*”.

Era isso, Sr<sup>a</sup> Presidente, eu gostaria de solicitar que tanto a Carta-Compromisso quanto o editorial da *Folha de S.Paulo* sejam apensados ao meu pronunciamento nesta tarde. Meu muito obrigada.

\*\*\*\*\*

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR<sup>a</sup> SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

\*\*\*\*\*

Matéria referida:

Editorial da *Folha de S.Paulo*, “Por um ensino melhor”: Carta-Compromisso Pela Garantia do Direito à Educação de Qualidade.

S

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Senador **Marco Maciel**, Senador **Roberto Cavalcanti**, senhoras e senhores, estou hoje aqui para me perfilar junto àqueles que defendem ardorosamente uma tramitação célere do projeto que já recebeu a denominação de Ficha Limpa, ou Ficha Suja, dependendo do ponto de vista, aqui, no Senado Federal. Há notícia de que ele poderá ser apreciado quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça, e há notícia também de parlamentares que se comprometeram a pedir urgência para que ele possa vir, na quarta-feira ainda, ao plenário do Senado. E, quem sabe, poderemos apreciar tão importante matéria.

Eu, coincidentemente, trago ao Senado Federal uma proposta, vou protocolar ainda hoje, que, ao lado do Ficha Limpa, eu denomino de Projeto da Conta Limpa. Ele se refere, Senador Marco Maciel, à questão das doações para campanha eleitoral.

O Ficha Limpa, o que objetiva? Impedir que pessoas, com mandato ou não, possam ser candidatas tendo sido condenadas por colegiados do Judiciário, digamos. Esse projeto alcançará muito pouca gente, acredito, mas já é um avanço. Hoje eu trago aqui, Senador Marco Maciel, uma proposta da Conta Limpa, se é que a gente pode tratar assim da questão. É a questão das doações para campanha eleitoral, uma coisa terrível no nosso País. É terrível para os partidos, os candidatos, os doadores. É algo ainda nebuloso. E trago aqui uma

sugestão, uma proposta que vou protocolar ainda hoje no Senado Federal. Eu vou ler o dispositivo e depois comentá-lo.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º - A doação em dinheiro, feita por pessoas físicas e pessoas jurídicas, observados os limites de que tratam, respectivamente, o § 1º do art. 23, o art. 24 e o § 1º do art. 81 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, serão depositados pelos doadores, obrigatoriamente, em conta especial aberta pelos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados e do Distrito Federal.

Art 2º - Os recursos a que se refere o art. 1º desta Lei serão distribuídos aos Partidos e coligações partidárias, na mesma proporção do Fundo Partidário, prevista no art. 41-A da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Art. 3º - O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o disposto nesta lei, no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação, data em que entrará em vigor.

O que estou propondo aqui, Senador **Marco Maciel**? É que pessoas físicas ou jurídicas, em vez de doarem para candidatos e/ou partidos, doem para o processo eleitoral, façam doações para o processo eleitoral. Só aí já estabelecemos uma diferença fundamental: as pessoas físicas ou jurídicas como que se desvincularão de candidatos ou partidos e, patrioticamente, contribuirão para o processo eleitoral em si.

A distribuição desses recursos. Temos critérios que norteiam a distribuição dos recursos do Fundo Partidário. São aqueles recursos que os partidos utilizam e por eles são contemplados para a administração da máquina partidária. Esses recursos, não. Esses recursos seriam especificamente para financiar, custear o processo eleitoral em si. Em vez de a empresa tal doar milhares ou milhões de reais para o partido ou para o candidato tal, a empresa doa para o processo eleitoral. E esses recursos serão depositado em uma conta do Tribunal Regional Eleitoral da sua jurisdição, e, juntamente com outras contribuições e doações, serão repartidos conforme os critérios que norteiam a distribuição dos recursos do próprio Fundo Partidário. Isso traz uma mudança, na relação, muito profunda. Por exemplo, é uma situação clara. Chega esta época, o partido que está no poder, por exemplo... Vou ser muito franco, vou dar como exemplo o que acontece na minha própria terra. Lá ocorrem fenômenos tais como: o empresariado, é algo incipiente, mas existe, é praticamente obrigado a doar. A verdade é essa. Se não fizer a doação, pode sofrer represálias. E tem mais, Senador Simon: o empresário que doa para o partido da oposição talvez sofra represália maior se quem estiver no poder souber daquela doação.

Então, fica uma situação muito complicada. V. Ex<sup>a</sup> chegou agora e eu estava aqui anunciando à Casa que vou protocolar ainda hoje... E, logicamente, conversarei com V. Ex<sup>a</sup> a respeito desse assunto, porque tenho acompanhado a sua luta em prol da tramitação célere, aqui, na nossa Casa, do **projeto Ficha Limpa, ou Ficha Suja**, dependendo da visão. E trago aqui uma contribuição que pode casar com isso: é a mudança do procedimento com relação à doação para a campanha eleitoral. Estou propondo aqui, Senador **Simon**, que, em vez de a pessoa física ou jurídica doar para o partido ou o candidato, faça a sua doação para o processo eleitoral, depositando a quantia numa conta que será aberta pelo Tribunal Regional Eleitoral da sua jurisdição. E o Tribunal, por sua vez, reunindo todos esses recursos, essas doações, fará a partição dessas quantias aos partidos, com o mesmo critério com que é repartido o dinheiro do Fundo Partidário.

Então, eu acho que moralizamos sim, sobremaneira, essa questão do financiamento da campanha eleitoral em nosso País, porque aí teremos transparência total. Ora, o recurso será

depositado numa conta aberta pelo Tribunal Regional Eleitoral, que terá, logicamente, a obrigação de transmitir à sociedade o que foi depositado, como foi essa distribuição, para quem e para que partido foi a quantia tal, para que partido foi a outra quantia. Então, veja, na medida em que procuramos estreitar a possibilidade de pessoas que se valem da política...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB - RS) O contribuinte dá para quem quer, mas tem que ser na Justiça Eleitoral o registro? Como é que é?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB - AC) Não, não. O contribuinte, em vez de entregar sua contribuição para o candidato tal ou qual, ou para o partido tal ou qual, ele doa para o processo eleitoral. A coisa muda completamente de configuração, Senador **Pedro Simon**. Entende? E eu estava dando o exemplo, inclusive, da minha terra, o que isso traria de conforto para as pessoas de maneira geral, que, por vezes, pela pressão do poder, se sentem obrigadas a doar. Se não doarem, sofrem represálias. Esse processo, em nosso País, envolve muita complicação; envolve corrupção, inclusive. Nós retirariamos essas questões. Veja um exemplo claro: a empresa X quer destinar R\$1 milhão para a campanha do candidato ao Senado fulano de tal. Até a vigência da atual lei, ele faria assim: depositaria na conta que o comitê financeiro do candidato teria aberto. Se aprovado esse projeto, Senador **Simon**, ele vai fazer a mesma doação, porém para o processo eleitoral como um todo. Então, veja a situação do... O empresariado, por exemplo, principalmente, que é que...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB - RS) Não para o candidato que ele quer.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB - AC) Não.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB - RS) Para o processo em geral.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB - AC) Para o processo eleitoral como um todo. E o recurso será distribuído, repartido, pelos mesmos critérios com que é repartido o Fundo Partidário, por exemplo. Porque há critério para a repartição do Fundo Partidário.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB - RS) Permite-me, Senador?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB - AC) Com todo prazer.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB - RS) Senador Marco Maciel, é o projeto mais romântico que eu já vi.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB - AC) Pode ser...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB - RS) É sensacional. Eu felicito V. Ex<sup>a</sup>, mas acho que nem milagre faz um projeto desse passar. Ele é bom demais. Ele é puro. Ele é excepcionalmente bom demais. É a perfeição. Realmente, se nós quisermos algo de correto, de concreto, buscar a verdadeira democracia, o verdadeiro debate, vamos proporcionar. Quer dizer, o cidadão dá uma contribuição para uma espécie de Fundo Partidário. Todo mundo ficaria sabendo que a empresa tal deu tal dinheiro para o Fundo Partidário, para abrir o debate para que todo mundo conheça o pensamento de todo mundo. São 180 graus de diferença do que está acontecendo. Quer dizer, o que está acontecendo é que estão liberando para darem dinheiro, diretamente das empresas, ao cidadão, ao candidato... O que estão liberando são os fundos de pensão das grandes empresas, que estão... Os partidos estão feito doidos em cima deles para pegar o comando deles. Olha, seu projeto é a perfeição. Não existe em lugar nenhum do mundo. Eu voto com ele, mas acho difícil. Sinceramente, acho sensacional seu projeto, mas não é fácil.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB - AC) Eu acho que nós deveríamos conversar mais sobre ele, Senador Pedro Simon, porque, sinceramente, eu tinha a expectativa da sua empolgação com relação a esse projeto, assim como V. Ex<sup>a</sup> se

**empolgou com o projeto Ficha Limpa.** Isto aqui é o meio termo na discussão entre financiamento público e financiamento privado. Não seria público nem privado, mas essas doações teriam um controle de natureza pública muito grande.

Eu tenho a impressão que o empresariado acharia ótimo um projeto desse ser aprovado. Sabe por quê, Senador Pedro Simon? Porque o governante que está no poder, ou o candidato, chega lá e, às vezes, até de forma extorsiva mesmo, diz: “Olha, eu quero. Você tem que dar”. Eles dizem: “Olha, eu não posso, porque a lei não me permite mais. Eu vou doar para o processo eleitoral”. Então, isso muda completamente de figura. Nós liberamos as pessoas, por vezes, daquela pressão indevida mesmo, que todos nós sabemos que acontece, e as pessoas, patrioticamente, vão doar para a realização do próprio processo eleitoral em seu País. O Tribunal Superior Eleitoral regulamentaria tudo isso, prevendo inclusive, quando houver eleição nacional, eleição para Presidente da República, qual o percentual que caberia no processo eleitoral para os candidatos à Presidência da República, para governadores... Enfim, a Justiça Eleitoral regulamentaria tudo isso. Estabeleceria os critérios para a repartição desses recursos. E eu creio que teríamos tranquilidade nessa área, teríamos segurança e publicidade com relação à origem e ao destino desses recursos. As pessoas não poderiam mais doar diretamente aos candidatos ou aos partidos. Fariam, repito, para o processo eleitoral como um todo, destinando doações e depósitos em contas abertas pelo Tribunal Regional Eleitoral. Eu creio que daríamos um passo significativo no sentido de moralizar a política nesse campo, o financiamento das eleições em nosso País, o financiamento do processo eleitoral em nosso País.

E estou falando aqui, Senador **Marco Maciel**, de muito dinheiro. Em 2006, por exemplo, a Receita Federal, pela primeira vez, divulgou quanto deixou de arrecadar, para cobrir a renúncia fiscal das empresas de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito, que atingiu, naquele ano, R\$191 milhões. Somados aos gastos dos candidatos, de R\$1,369 bilhão, o pleito, naquele ano, Senador **Pedro Simon**, chegou à cifra de R\$1,560 bilhão. Portanto, não estamos falando aqui de pouca coisa, de pouco dinheiro. E há participação de grandes, médias e pequenas empresas, de pessoas físicas, de uma maneira geral, por todo o País.

Essa é a contribuição que trago ao debate do tema específico, financiamento de campanha eleitoral. Vou protocolar, ainda hoje, no Senado. Espero que, pelo menos, o projeto provoque, mais uma vez, um grande debate sobre essa questão.

Era o que tinha a trazer nesta tarde.

Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

T1

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero trazer a esta tribuna um assunto que tomou, de maneira espalhafatosa e indevida, manchetes da grande imprensa brasileira no final da semana passada. O assunto se refere a uma possível inclusão de meu nome no rol dos candidatos que não teriam sua ficha limpa. Eu quero esclarecer, por zelo à minha vida pública, que os fatos não são como foram divulgados. Corre uma ação, que é uma ação popular, Senador Arthur Virgílio, há 20 anos, movida por um então vereador do PCdoB, em Teresina, e essa ação era a seguinte, e vou explicar para que fique bem claro para todos que estão nos ouvindo.**

Fui prefeito no período subsequente à promulgação da Constituição. O *slogan* da minha administração era “Unidos seremos mais fortes” e um elo, uma corrente. O vereador achou

por bem entrar com uma ação popular, alegando que aquela propaganda, ao invés de ser uma propaganda institucional, era uma propaganda pessoal. Ao receber do juiz a notificação do fato, imediatamente mandei suspender as placas de obras, as placas de toda a propaganda constante da prefeitura com aqueles dizeres. O assunto foi corrigido. Ocorre que a ação popular não é suspensão, tem que ter o seu final. Esse fato data de 20 anos atrás. Até hoje a Justiça não deu uma solução.

Bom, esse é um ponto. Mas o ponto principal, e que é preciso que seja esclarecido, é o seguinte: ação popular não está incluída na Lei Complementar nº 135, que é a Lei da Ficha Limpa. É uma questão completamente diferente. Além do mais, no caso em tela, não houve desvio de recurso público, não houve apropriação; houve apenas uma interpretação de uma norma constitucional que chegava com a promulgação da Carta de 1988. O fato que aconteceu na semana passada foi um fato eminentemente político. Senador **Arthur Virgílio**, eu entrei com a liminar por um motivo muito simples: existem adversários políticos que, sabendo das suas fraquezas, querem ganhar embates eleitorais em contendas jurídicas e já haviam anunciado previamente que entrariam na justiça questionando este fato, que, embora não tivesse correlação com a Lei da Ficha Limpa, poderia me causar prejuízos quando do início da campanha. Então, em caráter preliminar, entrei preventivamente com este pedido de uma liminar para não sofrer os danos e as consequências naturais de um início de campanha. E o Ministro, Relator da questão no Supremo Tribunal, vendo que não puderam julgar em tempo hábil, usou do expediente justo e lógico que foi o de conceder a liminar até que o caso fosse julgado, muito embora, de antemão, já soubesse que não é um caso que se possa enquadrar na questão da Ficha Limpa.

Quando fui procurado por repórteres no dia do fato, mandei, inclusive, para uma emissora de televisão, para o seu redator, uma cópia da certidão do Supremo Tribunal que me assegurava o registro da candidatura, mas, infelizmente, não quiseram fazer uso daquele documento. Dessa forma, faço esses esclarecimentos a todos os brasileiros, mas, de uma maneira muito especial, aos piauienses, que me acompanham há quase 30 anos de mandato, para que não pare dúvida sobre o caso. Além do mais, a ação popular não trata de inelegibilidade. Assim, são duas questões completamente diferentes.

Senador **Arthur Virgílio**, V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra?

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB - AM) Só para dizer, Senador Heráclito, que a justa sede da sociedade por justiça e contra a corrupção é tanta que ela quase que exige que todos os nomes que são levados a julgamento sejam condenados. Isso, depois, acalma. No caso de V. Ex<sup>a</sup> foi nitidamente isso: uma ação que não tem nada a ver com o que está capitulado ali. Mas a gente vê, no próprio Twitter no Facebook, nos blogs, pessoas bem-intencionadas dizendo: “Puxa vida, a impunidade voltou, não adiantou a Ficha Limpa”. Eu tento explicar que nem todo mundo que é apontado é culpado, que temos de pegar os verdadeiros fichas-suja. Justiça não é condenar todo mundo aleatoriamente; justiça é condenar quem é culpado, é tirar da política aqueles que têm suas fichas sujas e suas vidas igualmente sujas, igualmente pouco assépticas.** Então, vi que V. Ex<sup>a</sup> tomou a atitude correta. O Ministro do Supremo Tribunal Federal que lhe deu a declaração de inocência é uma figura da seriedade do Ministro **Gilmar Mendes**. Já vi críticas ao Ministro Toffoli, que é uma figura que também se porta com a maior seriedade. Condenar por condenar não é papel do juiz. Juiz deve condenar implacavelmente quem é culpado, mas deve ter coragem de resguardar os inocentes e de não misturá-los com os que são culpados. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> dá uma explicação que, para mim, não era necessária, mas que era necessária para a Nação, e faz muito bem. Não era necessária também para o Piauí. V. Ex<sup>a</sup> está dando uma explicação para fora do Piauí, para o País, que o conhece e o respeita. Para mim, não precisava nem precisava

para o Piauí, que o conhece também. É isto: é sabermos separar o joio do trigo, porque, se se mistura todo mundo e se qualquer açozinha é interpretada como se fosse ficha suja, aí, os fichas-sujas escapam. Nós temos de centrar o foco neles, para que eles fiquem fora da política. Esse foi o objetivo da CNBB, esse foi o objetivo da OAB, esse é o objetivo da Nação brasileira. Muito obrigado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI)** Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Quero só lembrar aqui um fato. Adversários que se lançaram, de repente, candidatos ao Senado resolveram achar um caminho mais rápido de conquistar uma vitória, por meio de expedientes dessa natureza. E foram eles próprios que bateram com a língua nos dentes e fizeram comentários em locais de encontros em Teresina, o que me fez, inclusive, e agradeço a eles, tomar essa providência, porque senão, Presidente Mozarildo, eu poderia ter sido surpreendido com o pedido da impugnação.

Mas a coisa foi politicamente tão perversa, que às sete e meia da noite a sentença foi dada. Antes de distribuída, o *blog* de um adversário tradicional meu no Piauí já trazia o texto completo da sentença exarada pelo Ministro **Gilmar Mendes**, sem que esta sequer estivesse disponível no *site* do Tribunal, o que mostra e o que demonstra que pessoas interessadas pelo episódio estavam à procura disso no Tribunal. Tanto é verdade que os mesmos *blogs*, no dia seguinte, mostram-se frustrados com a decisão que tomei de me antecipar aos fatos.

Fiz, Sr. Presidente, o que qualquer um faria. E quero dizer que feliz é o país que tem homens que tomam decisões justas em casos como esse.

A minha vida pública, o Piauí, como disse bem o Senador **Arthur Virgílio**, conhece. Não sou homem de subterfúgio, não uso “laranjas” para posições políticas. Eu tenho uma posição destacada aqui por comandar e por enfrentar em CPIs das quais participei na Casa. Nunca usei “laranja” para extorquir setores, como o setor elétrico no País, com CPIs caça-níqueis, que o Brasil todo conhece.

Não negocio emendas parlamentares. Não negocio emendas parlamentares, não tenho empreiteira, não tenho construtora minha nem de família para condicionar liberação de obras, para condicionar a feitura de obras a determinadas empreiteiras. **A minha vida é uma vida aberta. Não sou homem de outra atividade política a não ser esta. Estou dizendo isso porque começa a se delinear no Piauí um jogo eleitoral sujo, que eu quero abominar. Quero dizer que, para mim, é decepcionante, porque não se pode propor mensagem de renovação praticando atos que já deveriam ter sido banidos da política brasileira. Mas não fujo da luta. Não fujo da luta e vou enfrentar com destemor, com muita garra e, acima de tudo, com coragem, essas provocações e expedientes desta natureza.** Não temo que estrutura do palácio esteja montada para eleição de candidato, Senador Arthur Virgílio. Não temo que eu tenha sido citado constantemente na lista dos candidatos marcados para morrer pelo Palácio do Planalto. Isso, no Piauí, é voz corrente, espalhada pelos que querem um lugar nesta Casa, mas este lugar tem que ser conquistado pelo voto do povo, pelo voto soberano do povo do Piauí, e não por métodos inaceitáveis.

Estou trazendo este assunto à tribuna e prometo, se necessário, fazê-lo outras vezes, mas eu tinha a obrigação e o dever de prestar estes esclarecimentos. O Ministro **Gilmar Mendes**, ontem, numa palestra no Rio Grande do Sul, vejam a repercussão do fato, citou esse caso, e ele demonstrou, de maneira clara, a grande diferença que existe entre o meu caso e os demais que tramitam nos tribunais, envolvendo esse capítulo da história recente da nossa política. Daí por que presto ao meu Piauí, ao meu Brasil, estes esclarecimentos, na certeza de que a Justiça, quando reabrir, em agosto, de uma vez por todas, vai dirimir todas as dúvidas sobre

esse caso.  
Muito obrigado.

T2

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM - PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador **Mozarildo Cavalcanti** trouxe à tribuna desta Casa um assunto que precisa ser repercutido. Aliás, meu caro Senador **Mão Santa**, perdemos uma grande oportunidade: **nós devíamos ter cantado como vitória da democracia o gesto unânime do Senado da República ao aprovar o projeto Ficha Limpa. Lamento que alguns Deputados, com intuito de promoção pessoal, tenham tentado diminuir o que aqui foi votado. Vai ver, Senador Mozarildo, que dentre esses estavam os que no fundo não queriam a aprovação, em tempo recorde e por unanimidade, como ela se processou no Senado da República. Mas existem pessoas que são assim, é da própria natureza: preferem enodoar um ato coletivo em benefício de uma vaidade descabida. A verdade é que, se há alguma imperfeição na redação final, a interpretação da Justiça, que virá no tempo oportuno, irá dirimir qualquer dúvida.** E, se esta Casa não tivesse votado o projeto, como estaríamos nós hoje aqui? Aliás, não se soube aproveitar essa fantástica interação entre Poder Legislativo e sociedade civil organizada. Senador **Adelmir Andrade**, V. Ex<sup>a</sup>, que é um dos representantes de uma facção importante dessa sociedade, deve ter-se sentido profundamente feliz e orgulhoso em ver que uma iniciativa popular com coleta de milhões de assinaturas chegou ao Poder Legislativo, como uma demonstração da participação do homem simples, do cidadão comum nas decisões desta Casa. Nada mais democrático, nada mais salutar do que a iniciativa popular para atos dessa natureza. Aliás, a Ordem dos Advogados está de parabéns pela condução pacífica com que coordenou esses trabalhos.

Portanto, meu caro Senador **Mozarildo**, V. Ex<sup>a</sup> tem razão, mas nós não precisamos no Brasil somente de leis; nós precisamos da execução dessas leis. As leis existem, mas não são executadas. **O que leva e o que anima o homem público à prática da corrupção é nada mais nada menos do que a certeza de que os corruptos não são punidos.** Senão vejamos, aparece o Delúbio, aparecem os aloprados e esses não são punidos. Muito pelo contrário, são absolvidos nas suas instâncias partidárias e voltam à militância. Estímulo a outros Delúbios, a outros aloprados.

Se nós estamos há quatro anos daquela cena triste dos aloprados, com malas cheias de dinheiro num hotel em São Paulo para compra de um dossiê, e, após quatro anos, não se tem uma punição, não se tem uma decisão com relação àqueles fatos, isso faz com que novos homens corajosos, novos aloprados se estimulem à prática desse delito. Nós temos um caso clássico: aquele cidadão que tentou sair do aeroporto de São Paulo carregando dólar na cueca e depois, de uma maneira cínica, disse que era a venda de verduras que tinha levado do Ceará para São Paulo. Cadê a punição? O seu mentor virou Deputado Federal.

Portanto, é preciso que esses fatos sejam punidos. Aliás, vou citar, vou repetir o que acontece no meu Estado, o Piauí. Nunca a corrupção correu tão solta. O Estado do Piauí tem uma tradição de Governos honestos, mas tivemos agora 7,5 anos de um profundo desrespeito às



leis, a começar de uma ONG que foi ao Piauí, no começo do Governo, fazer um plano para o Governador cujo mandato se iniciava e era um plano fantasma. Até hoje, nada foi apurado. O ex-Prefeito Lindenberg Farias foi condenado por igual prática com a mesma empresa. No Piauí, o caso está abafado.

Temos o caso da Emgerpi. Criou-se uma supersecretaria para dar poderes a uma apaniguada do Governador para que praticasse, através do centralismo, corrupção através de obras sem concorrência. As denúncias foram feitas. Os superfaturamentos estão aí a olho nu. Basta ver as cidades do interior onde há obras coordenadas por esse famigerado Emgerpi. Nada sequer foi apurado até agora. O jovem denunciante padece sob ameaça inclusive física. Recentemente, houve o desvio de recursos para a compra de medicamentos para doentes de causas excepcionais. O ex-Secretário, Deputado poderoso, vem à tribuna da Assembléia, ataca a procuradora, a promotora, a Justiça e diz que tudo é perseguição, que nada é verdade, mas não diz que existe, inclusive correndo no Tribunal de Contas do Estado, um processo para apurar os fatos. Há a questão dos carros alugados: R\$5 milhões por mês. É um absurdo para um Estado como o Piauí. E tudo fica por isso mesmo.

A Agespisa, que tinha um patrimônio fantástico, está hoje à bancarrota, porque foi transformada em um trampolim de obras eleitoreiras, de fazer pequenas cisternas, obras em povoados. Vejam o caso de União, Srs. membros da Justiça do Piauí. Vejam as obras da Agespisa no Município de União para atender candidaturas ou desejos de candidaturas. Vejam os terceirizados da Agespisa. Vejam os terceirizados no Piauí. No Piauí, prometeu-se tudo. Tivemos debates, embates aqui, Senador **Pedro Simon**, V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, é testemunha, sobre a famosa questão do aeroporto de São Raimundo Nonato. Chegou-se a passar para esta Casa a informação mentirosa e falsa de que já existia uma linha regular, fazendo o vôo de Petrolina a São Raimundo Nonato e Teresina. O aeroporto não está sequer concluído. Semana passada, o Governador do Estado teve que ir para lá, e eu testemunhei o constrangimento de se ter que procurar um iluminador de pista para ligar um gerador. Que aeroporto internacional é esse? Onde está a Anac, que não autoriza ou então que permite vôo noturno clandestino no aeroporto de São Raimundo Nonato? Onde está a Anac, Dr<sup>a</sup> Solange Vieira, por quem tenho o maior respeito? O aeroporto de Parnaíba também foi inaugurado numa solenidade com vôo noturno. Por que não funciona? Que propaganda enganosa e eleitoreira é essa? E não se toma nenhuma providência. É um desrespeito, é um deboche para com o povo de Parnaíba. Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o Estado do Piauí é o Estado onde as estradas foram começadas para atender convênios eleitoreiros ou os asfaltos na zona urbana. E o ex-Governador hoje é levado no deboche, no desrespeito. Os prefeitos estão com as mãos cheias, Senador Pedro Simon, de ordem de serviço assinada pelo então Governador, com data marcada de liberação. E vejam os senhores a gravidade do fato. Recursos que não existem! É um cheque sem fundo passado por um chefe de Estado em um desrespeito àqueles Municípios.

Pois bem, os prefeitos hoje andam com essas ordens de serviço na mão a fazer chacota. E manuseiam-nas como quem manuseia um baralho. E um chega à frente do outro: “Você quer trocar essa por aquela, aquela por aquela outra?” São ordens de serviço que são verdadeiros cheques sem fundo.

Eu quero fazer um apelo aqui a essa Polícia Federal, para que desengavete os processos que estão tramitando no Estado do Piauí; que desencante o caso da Emgerpi; que seja apurado, em homenagem às vítimas e seus familiares, o caso de Algodão. O caso da Barragem de Algodão, Senador Mão Santa, não pode ficar impune.

Sr. Presidente, o Piauí perdeu sete anos e meio na brincadeira, no deboche, nas promessas de hidroelétricas que nunca existiram. O Piauí perdeu muito tempo. É de maneira triste que vemos o Maranhão e o Ceará avançarem com investimentos maciços do Governo Federal, e o Piauí na mais completa das estagnações.

O ex-Governador, quando comemora alguma coisa, são avanços da iniciativa privada. Posa com a Empresa Suzano, que se está instalando no Piauí, como se fosse uma obra sua. É um verdadeiro gigolô das ações privadas, porque não tem, no bojo do Estado, nada a mostrar. Meu caro Senador **Mozarildo**, o Piauí precisa de uma estrada fundamental para o seu desenvolvimento, que é a Transcerrados, que rasga o coração do Piauí na sua zona de maior produção. E ele prometeu ano a ano, não o início, mas a conclusão da Transcerrados, e ela continua como está. Se nós formos para a BR-020... Aliás, Senador **Mão Santa**, é a única obra iniciada por Juscelino Kubitschek e não concluída mais de 50 anos depois. O ex-Governador prometeu todos os anos recurso para a BR-020, e ela continua como está, continua exatamente como está. Ninguém sabe, por exemplo, o fim dado aos R\$180 milhões recebidos pelo Governo do Estado do Piauí na federalização do Banco do Estado. Para onde foi esse dinheiro? Com que se gastou? Hoje, o Governador que assumiu está com a batata na mão: o Estado endividado, limitando as suas ações, e a ser cobrado por onde passa o cumprimento das promessas do Governador. Mas a arrogância, esses remanescentes do PT que insistem em ficar no atual Governo não perderam.

Imagine, Senador **Mão Santa**, que, ontem, o Secretário foi à televisão dizer que nós dois, diante dos argumentos ouvidos no porto de Luís Correia, vimos que estávamos errados, mas, no entanto, não mudamos de opinião. Ou é arrogância, ou despreparo, ou má-fé. Em nenhum momento, mudei minha opinião com relação ao porto de Luís Correia. Aliás, tive mais convicções e mais firmeza. A única coisa que mudei foi o fato de compreender que duas empresas nanicas estão fazendo uma obra daquele porte. Mas não tinha outra saída; as grandes não quiseram assumi-la porque o Governo a picotou.

Imagine uma obra de R\$60 milhões! Fizeram a primeira concorrência de apenas 11 e vão fazer outra de 15 e outra de não sei quanto. Isso, Senador **Mozarildo**, é o que se chama vocação para aumentar preço de obra, para dificultar preço de obra e, acima de tudo, má-fé. E não posso, por dever de justiça, acusar as duas empresas que aceitaram fazer aquela obra e que estão capengando, primeiro, pela dificuldade das liberações, segundo, pelas limitações dos seus equipamentos. Foi o possível. E eu não iria, se era isso o que o Secretário queria, de maneira nenhuma, ser injusto, porque não tenho, de maneira nenhuma, esta vocação. Agora, tem outro detalhe.

O engenheiro encarregado da obra, V. Ex<sup>a</sup> presente, o Senador **Mão Santa**, foi de uma franqueza franciscana. Mostrou-nos que não sabia qual era a destinação do porto, para que o porto serviria; mostrou-nos que o porto precisava de um investimento vultoso para o assoreamento, coisa que nós já discutimos. Mostrou-nos que o Governador do Estado mentiu quando veio ao Senado da República, e os Anais estão aí para provar, dizer que o porto não teria mais 10 metros de calado, mas que ele iria fazer um porto de 17 metros. Veja a irresponsabilidade. Mostrou-nos que um grande empresário propôs a um Secretário do Piauí transformar o porto numa marina, e que, graças a Deus, aquilo não aconteceu. Usou estes termos: “Graças a Deus, isso não aconteceu”.

Portanto, ou o Secretário foi mal informado, ou está debochando do povo de Parnaíba e do Porto de Luís Correia. O porto nós queremos, mas nós agora resolvemos encampar essa luta e

não permitir que as coisas sejam conduzidas da maneira que estão sendo. O Senador Mão Santa, num gesto de desprendimento, uma vez que sempre foi adversário do então Governador, colocou quase 50 milhões de suas emendas para o Porto de Luís Correia. Só liberaram 11. Aliás, PAC para o Piauí não existe. O PAC no Piauí é uma obra de ficção e, se nós abrirmos a Cartilha nº 8 dedicada ao Piauí sobre o PAC, nós vamos nos deparar, Senador Pedro Simon, com a capa, que é a transposição do Rio São Francisco, que passa a pelo menos 400 Km da fronteira do nosso Estado.

É deboche, é desrespeito, Senador Mozarildo! O mau trato não é privilégio de Roraima. Nós somos campeões em sofrimento por parte do Governo Federal. Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB - RR) Senador Heráclito, acho muito importante que estejamos debatendo hoje aqui esses aspectos, digamos assim, da conduta dos Governadores, dos candidatos nessa época de eleição, às vezes, com antecedência, como é o caso no seu Estado. No meu também, desde 2007, o atual Governador, que era Vice e assumiu o Governo, não faz outra coisa a não ser campanha. Mas o Presidente Lula dá um mau exemplo. Primeiro, desrespeita o próprio Tribunal Superior Eleitoral, fazendo campanha aberta para a candidata a ser sua sucessora, e faz essas firulas com o chamado PAC, que, na verdade, em vez de ser Plano de Aceleração do Crescimento, para mim, devia ser chamado de “Plano, ou Programa, de Aceleração da Campanha”, porque nem se fizeram 40% do PAC I e já se lançou o chamado PAC II.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM - PI) Há quem o chame de “Plano para Agradar Construtoras”.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB - RR) Exatamente. De qualquer maneira, é para acelerar a campanha deles. O certo é que, mentindo para o povo, afrontando a Justiça Eleitoral, está dando o Presidente da República um mau exemplo a ser repetido pelos Governadores, a ser repetido por qualquer candidato, principalmente aqueles que são seus aliados. Mas essa reunião dos Prefeitos em que o Presidente Lula faz sempre promessas e falsas bondades para eles também nada mais é do que campanha nos Municípios a favor de sua pré-candidata ou da sua já oficialmente candidata. Então, é preciso, realmente, que façamos essas denúncias aqui, debatamos esses temas e convoquemos a sociedade para participar disso e fiscalizar. Repito: se apenas esperarmos, Senador **Heráclito**, que ajam os organismos de Estado “Polícia Federal, polícias estaduais, Ministério Público, Tribunais Regionais Eleitorais e TSE”, realmente, como disse V. Ex<sup>a</sup>, a impunidade continuará, porque não há tempo hábil para isso. Então, é importante que nos mobilizemos e convoquemos principalmente a sociedade para que tome conhecimento desses fatos que estão ocorrendo, mostrando que essas ações são nefastas para as pessoas, por exemplo, do seu Estado, do meu Estado, que querem fazer com que lá seja um lugar seguro e bom para viver e não um paraíso para meia dúzia de pessoas roubarem o dinheiro do Estado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM - PI) Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que foi bem claro. Essa 13ª Marcha dos Prefeitos a Brasília foi mais um clube de falsa felicidade, um oba-oba. Na penúltima vez, colocaram os Prefeitos que quiseram para posar numa foto ao lado do Presidente e da sua candidata. Bonito! Aí distribuíram pelo Brasil afora. Os que quiseram fizeram isso. Agora, não. Mas os Prefeitos saíram daqui conscientes, Senador Mão Santa, de que a candidata oficial tem um projeto em mente: o aumento de impostos. Defendeu a recriação da CPMF. E o Presidente Lula foi no mesmo diapasão ontem, falando na criação de novos impostos.

Para que criar novos impostos no Brasil? Ninguém aguenta mais a carga tributária. Até porque o que fez com que a CPMF se desgastasse e fosse à morte foi a falta de sua chegada ao destino. O Senador Mozarildo, que é médico, sabe disso. As ações de saúde no Brasil não melhoraram porque a CPMF era manipulada.

Querer aumento de carga tributária para saciar desejos localizados é uma brincadeira de mau gosto. Imaginem que, em plena campanha, quando os candidatos devem procurar agradar seus eleitores, principalmente os eleitores em potencial, já ameaçam a criação de novos impostos. Durma-se com um barulho desses.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou encerrar o meu pronunciamento, mas deixo aqui um apelo à Polícia Federal do Brasil. Nós, nesta semana, fizemos a nossa parte votando o Ficha Limpa. Que a Polícia Federal faça a sua, limpando as gavetas com esse processos, com esses inquiridos cabeludos que estão aí e que precisam de uma explicação para a sociedade. O Brasil está cheio, mas peço, humildemente, à Polícia Federal que olhe os processos que estão tramitando no Piauí e que têm deixado a sociedade impaciente, descrente com o engavetamento deles.

Muito obrigado.

U

**O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, às vezes, fico imaginando qual não teria sido a reação de triunfo, felicidade e alívio cívico do meu dileto amigo, mestre e ilustre antecessor, **Jefferson Péres**, tivesse ele vivido um pouco mais para testemunhar a promulgação em lei do projeto da Ficha Limpa, bem como os primeiros resultados da sua aplicação. Justo ele que dedicou sua vida pública à causa da ética na política e da moralização dos nossos costumes cívicos. **Mas tenho certeza que, de onde quer que ele esteja, Jefferson Peres, já disse isso anteriormente, comemora esses avanços, neles encontrando como que uma vindicação da sua luta incessante e também um consolo pelos não raros momentos de angústia em que chegou a pensar em desistir de tudo, embainhar suas armas, que eram a oratória e a palavra escrita, recolher-se ao convívio da família, dos amigos, da sua biblioteca, talvez lembrando das desiludidas palavras de Simon Bolívar, em seu ocaso, para quem a obra de edificar na nossa América uma civilização livre e justa equivaleria ao inútil esforço de arar o próprio mar.**

Sr. Presidente, graças a Deus e a despeito de todos os impasses interpretativos que acometeram os primeiros momentos da sua aplicação, a nova lei, nascida de um projeto de iniciativa popular, encontra nesse mesmo povo sua grande e definitiva consagração durante o ciclo eleitoral de 2010.

**A Lei da Ficha Limpa foi sem dúvida a maior e mais positiva inovação institucional no rumo das reformas políticas que há tantos anos o Congresso Nacional busca alcançar, quase sempre com resultados tão parcos. Esta foi à frente, prosperou, repito, porque impulsionada pelo forte e contínuo clamor de uma população já exausta de tanta mentira, tanta corrupção, tantas malfetorias praticadas por pessoas que, em eleições anteriores, juraram honrar seu voto e zelar pela criteriosa aplicação de cada centavo dos seus impostos.**

Sr. Presidente, meus queridos Senadores e Senadoras aqui presentes, estou convicto de que nossa presente celebração da Ficha Limpa só se tornou possível graças ao pioneirismo e à pregação incessante de líderes como Jefferson Péres. Portanto, nada mais justo que aproveitar o ensejo para homenagear a sua memória.

Para isso, Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> e também aos Senhores Líderes partidários desta Casa que enviem esforços para a rápida votação de três projetos de lei complementar de autoria do nobre Senador Jefferson Péres: Projetos n<sup>os</sup> 269, de 2005; 363, de 2005; e 261, de 2006. Projetos que tratam, respectivamente, da inelegibilidade nas eleições subseqüentes de Parlamentar que renuncie ao mandato e do Chefe do Poder Executivo que, réu de processo de crime de responsabilidade, renuncie ao cargo; da inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública; e, finalmente, da alteração do prazo de cessação de inelegibilidade de registros.

Bem sei que poderão alegar alguns que trata-se de iniciativa dispensável porque tornada redundante depois do advento do Ficha Limpa. A isso, Sr. Presidente, sem querer me estender em polêmicas estéreis, responderei apenas que os percalços iniciais verificados na aplicação da lei, em razão das controvérsias interpretativas que há pouco referi, poderão vir a ser evitados futuramente, caso os projetos de lei complementar do meu saudoso antecessor encontrem o seu caminho para o ordenamento jurídico pátrio. E isso porque o autor dos mesmos esmerou-se na cristalina explicitação das situações merecedoras desse tipo de disciplinamento legal, não tivesse ele sido notável, também, pelos seus profundos conhecimentos jurídicos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com estas palavras e com este apelo, concluo minhas palavras, agradecendo a atenção com que Vossas Excelências sempre me distinguiram. E repito, Sr. Presidente, para que tenhamos uma posição da Mesa e também dos Líderes, em relação a esses três projetos do Senador Jefferson Péres: 269, de 2005; 363, de 2005; e 261, de 2006.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

V

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, a fala de V. Ex<sup>a</sup> nos estimula. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que nós nos reunimos no começo da tarde, o Senador **Arthur Virgílio**, o Senador **Romero Jucá** e eu, pelo PSDB, pelo Democratas e pelo Governo, estabelecendo um plano de trabalho exequível, racional, para esta semana, sob a Presidência de V. Ex<sup>a</sup>.

Nós temos, nós, Democratas, os tucanos também o pensam e evidentemente o Governo aqui falará, um pensamento. O Senador **Suplicy** está passando na minha frente com o papel que eu já assinei: o requerimento de urgência, assinado pelos Líderes, de consenso, solicitando que seja votado, por acordo de lideranças e em regime de urgência, o projeto da Ficha Limpa. Sobre este assunto, o Senador Arthur Virgílio apresentará uma questão de ordem à Presidência para dar guarida regimental à votação dessa matéria, tendo em vista que temos pela frente quatro medidas provisórias e quatro matérias em regime de urgência constitucional, que são os projetos do pré-sal.

Os Líderes se reuniram em busca de um entendimento que ainda não aconteceu, mas, de qualquer maneira, o diálogo está estabelecido. Em política diálogo conta muito. O que acertamos? Acertamos que, hoje, nós votamos a primeira medida provisória, que está com o Senador **Jayme Campos** para apresentar o relatório; já foi entregue à Mesa, e essa matéria pode ser votada sem dificuldade maior. E, amanhã, e é preciso que amanhã isso aconteça, vamos votar a medida provisória que trata do reajuste dos aposentados e do fator previdenciário. (*Palmas.*)

Por que não se vota hoje? Porque só se pode votar uma matéria com o relatório. O relator é o Senador **Romero Jucá**. O relatório não está pronto e não foi entregue ainda. Nós vamos fazer um acordo único de votar amanhã, mesmo sem aquele prazo de duas sessões, em busca de entendimento, porque essa matéria já é do nosso entendimento. A garantia aos aposentados do reajuste de 7,72% e estabelecimento do fim do fator previdenciário já são entendimento nosso, mas não podemos votar sem apresentação do relatório. E o Relator só vai entregar o relatório amanhã. É um direito que ele tem e que nós respeitamos. Mas ele tomou o compromisso de apresentar o relatório amanhã e, amanhã, impreterivelmente, os aposentados do Brasil terão a garantia do reajuste de 7,72%.

Segundo, a medida provisória que trata de concessão de crédito, cuja relatoria está entregue ao Senador Eduardo Azeredo, igualmente será votada amanhã; bem como a medida provisória que estabelece R\$510,00 como o novo valor para o salário mínimo no Brasil. **Muito bem. Votadas as quatro MPs, aí incluída a MP que trata dos aposentados, se ensinará a oportunidade de se votar o Projeto Ficha Limpa, que para nós é questão fundamental, diz respeito à sociedade. É talvez a grande vacina que o Congresso possa oferecer à sociedade contra a prática da corrupção na vida pública brasileira. É um instrumento duro, é um projeto referência, que acredito vá ser no futuro modificado, reparado, consertado, mas tem que ter uma referência, e a referência é o Projeto de Lei Ficha Limpa, que eu não considero nem perfeito nem acabado, mas que eu vou votar, mesmo sem ser perfeito ou acabado, porque é a referência que se põe para se começar uma prática decente de fazer vida pública, em respeito à sociedade do Brasil.**

O pensamento de V. Ex<sup>a</sup> é o pensamento dos democratas. A forma de fazer o Senador **Arthur Virgílio**, que já expôs ao Democratas, já expôs ao Líder do Governo, fará questão de ordem para que nós possamos pactuar a forma de votar. Em seguida, restarão os projetos do pré-sal. **Eu pedi ao Líder do Governo que não condicionasse a votação do Ficha Limpa aos projetos do pré-sal. Fiz até um apelo a S. Ex<sup>a</sup>. Por uma razão simples: não há entendimento concluído em torno dos projetos do pré-sal. Quanto ao Ficha Limpa há; e do Plenário o há, haja vista que o documento assinado por todos os Líderes retrata posição consensual dos partidos políticos querendo votar logo o projeto Ficha Limpa, o que não é fato para os projetos do pré-sal. A disposição do Democratas e do PSDB é de sentar à mesa e dialogar com o Líder do Governo, a fim de estabelecer um calendário, precedido do debate devido, para que possamos votar, ainda antes do recesso, a essência do que o Governo oferece a debate ao Congresso em matéria de pré-sal. Foi o apelo que fiz ao Líder do Governo, que, evidentemente, vai fazer as suas consultas e tratativas, mas sabendo da disposição da Oposição em não juntar pré-sal com Ficha Limpa. Ficha Limpa é uma coisa, é consenso do Plenário, é interesse da sociedade e urge que se vote isso, se possível, amanhã. Para isso votamos todas as MPs para desobstruir a pauta; em seguida, fica o entendimento de que haverá um esforço dos Partidos de Governo e Oposição pela votação do possível e da essência dos projetos do pré-sal.**

Era o que tinha a comunicar à Casa.

X

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Presidente Senador **Marconi Perillo**, eu pedi a palavra pela ordem, para falar em nome da bancada do PDT. Falo em meu nome e em nome de todos os Senadores que compõem a bancada do PDT. São seis Senadores.

**O que nós estamos propondo, Sr. Presidente, em relação ao Projeto Ficha Limpa? Ele não pertence a nenhum Parlamentar. Ele não pertence nem a um Deputado nem a um Senador, ele pertence à sociedade brasileira. Nós não temos o direito de postergar, de adiar a votação desse Projeto Ficha Limpa, como também não temos o direito de votar com a interpretação de que esse projeto vai entrar em vigor apenas em 2012. Esse projeto tem de valer para 2010, para este ano, para esta eleição, para começar a faxina. Se é para começar a faxina, vamos começar nesta eleição.**

**Não há por que ficar com essa conversa de “não dá para entrar em vigor agora”. A verticalização, quero lembrar, entrou em vigor no ano da eleição, a verticalização que, em 2006, impediu-me, inclusive, de realizar alianças com partidos importantes em meu Estado, como o PSDB, do Flávio Arns e do Alvaro Dias, e como o PFL na época, agora DEM. Eles não puderam fazer alianças comigo porque a verticalização entrou em vigor no período da eleição.**

**Essa proposta de ficha limpa veio muito tarde para o Congresso Nacional. Nós já deveríamos ter votado isso há muito tempo. Aliás, aqui no Senado já votamos isso. Mas agora estamos votando uma proposta que veio da sociedade. E eu não vejo como o Senado não votar isso nesta semana, Presidente.**

**V. Ex<sup>a</sup> propôs que votássemos hoje. Parece que não vai ser possível, mas que não passe de amanhã e que seja válida essa proposta para a eleição de 2010, para que tenhamos, disputando as eleições, aqueles que se enquadrarem nas restrições feitas pelo Projeto Ficha Limpa.**

Sr. Presidente, eu ia apresentar uma emenda para tornar mais clara a aplicabilidade desse projeto para 2010, mas não vou fazer isso porque senão ele volta para a Câmara, e aí sim, é que ele não vai valer para 2010. Então, apenas justificando por que não apresento a emenda: para que ele tenha validade em 2010.

E, quanto aos aposentados, tenho ouvido algumas autoridades do Governo dizerem o seguinte: “Votando 7,71%, ah, vai dar problema”. Mas eu ouvi também as mesmas autoridades do Governo dizendo que a economia brasileira vai crescer este ano entre 5% e 7%; portanto, a arrecadação vai crescer.

Tenho em mãos dados enviados pelo Ministro Carlos Lupi de que nós tivemos já a geração de 900 mil empregos neste ano. A meta ou a previsão para este ano é a geração de cerca de 2,6 milhões de empregos. Haverá, portanto, um aumento no número de contribuintes do INSS; haverá, portanto, aumento da receita e não há por que negar esse aumento de 7,71% aos aposentados. O PDT está na base do Governo e vai votar a favor do aumento para os

aposentados brasileiros, que é o mínimo que este Senado pode fazer, e nós queremos votá-lo amanhã também, assim como o fim do fator previdenciário.

Senador Paulo Paim, eu havia assumido um compromisso com V. Ex<sup>a</sup> de que acompanharia a sua proposta. Semana que passou, relatei um projeto de V. Ex<sup>a</sup> que estabelece obrigatoriedade para que empresas com mais de cem empregados, com trabalhadores, sejam obrigadas a fornecer uma bolsa de estudo para um curso profissionalizante na relação de cem para um.

Relatei com muito orgulho aquele projeto, porque é uma proposta decente, uma proposta para criar mais um instrumento de capacitação profissional para os nossos trabalhadores. E, agora, acompanho V. Ex<sup>a</sup> também na defesa do direito dos aposentados brasileiros, votando, Sr. Presidente, o PDT inteiro, é o que vou pedir para os Senadores do PDT, para aprovarmos esse reajuste aos aposentados e o fim do fator previdenciário. E aí, Sr. Presidente, que seja pelo menos amanhã, no mais tardar, amanhã.  
Obrigado, Sr. Presidente.

Z1

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu trouxe uma discurso formalizado para apresentar à Casa nesta tarde. Após a brilhante sessão em que se homenageou a Rede Vida, estamos, agora, na segunda parte da sessão da tarde.

**Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, o movimento popular pela moralização da política, de que resultou a proposição conhecida como Ficha Limpa, acaba de nos dar uma lição, a nós Parlamentares, principalmente, e de apontar uma nova direção na participação ativa dos eleitores na política. Mais que somente comparecer, a cada pleito, às sessões eleitorais, o brasileiro começa a manifestar ativamente sua preocupação com a lisura de comportamento de seus representantes.**

**A importância dessa mobilização, enfim vitoriosa com a aprovação da lei no Congresso Nacional e com a decisão do TSE de fazê-la vigorar já para o pleito deste ano, não deve ser diminuída pela atitude cínica dos que pensam que, no fundo, nada mudará. Foi vencida a interpretação, aliás reacionária, segundo a qual se está a perpetrar uma violação do princípio jurídico da não retroação da lei contra o réu. Não somente se trata de legislação eleitoral, e não penal: a possibilidade da busca de abrigo na imunidade parlamentar, muitas vezes disfarce da impunidade parlamentar, e do foro especial constitui, na verdade, um abuso do direito de plena defesa, uma forma espúria de protelar condenações e achincalhar a moral política.**

**É até lugar-comum, Sr. Presidente, a noção de que o brasileiro “não sabe votar”, na expressão infeliz de famoso atleta, e de que somente participa na urna, esquecendo-se, em seguida, até dos nomes que acabou de sufragar. De fato, por inúmeras razões, ligadas à nossa legislação eleitoral, à nossa ainda incipiente experiência democrática e ao nível de informação de parte de nossa população, a atividade política parece distanciada do cidadão-eleitor.**

**Políticos se afiguram, para muitos brasileiros, como existindo apenas durante as campanhas eleitorais, quando fazem promessas e concedem pequenas benesses em troca dos votos. No interregno entre eleições, ao longo das legislaturas, quando são notícia, é de caráter negativo: corrupção, defesa de interesses pessoais ou corporativos, nepotismo, enfim, só notícias negativas.**



A discussão das formas de se aperfeiçoar a representação constitui o debate interminável da reforma político-eleitoral, com que se gasta papel nas publicações e a voz nos parlamentos, sem avanço. Interesses contraditórios de partidos, de regiões e de indivíduos impedem a obtenção de consenso entre os membros do Congresso Nacional. **Por isso, é saudável que iniciativas como a do Ficha Limpa partam dos eleitores, dos cidadãos cujos impostos sustentam o Estado e cujos interesses maiores somos trazidos até aqui para defender. Entretanto, Sr. Presidente, a população não deve, agora, dormir sobre os louros dessa conquista. Ao contrário, é necessário que se mantenha mobilizada para fiscalizar tanto nossa atuação no Congresso quanto a lisura do processo eleitoral. Cobrar dos partidos o cumprimento da lei e dos tribunais eleitorais a punição de seus eventuais violadores.** Mobilização popular significa manter-se atento aos crimes eleitorais e, mais importante, significa denunciar às autoridades qualquer irregularidade. **Democracia significa a prevalência da vontade da maioria do povo. Por isso, o eleitor é, em princípio, o elo mais forte do Estado de Direito. Mas, para exercer a soberania, o povo precisa se manifestar continuamente, cobrando de governantes e parlamentares uma atuação condizente com o seu papel de gestores da coisa pública e de representantes da população; dos tribunais, o processo expedido deve ser sempre a favor do povo. Não pode permanecer alheio ao que acontece nos gabinetes, plenários e salas de juízo.**

O abuso do poder econômico, seja oriundo do controle do Erário pelos que estão em cargo executivo, seja das posses dos que detêm fortuna pessoal, deve ser confrontado diuturnamente pela população. Não tenho ilusões de que o exercício pleno da cidadania possa ser efetivado enquanto muitos eleitores brasileiros seguirem vivendo no limiar da pobreza e da miséria, na dependência do assistencialismo do Estado ou de benefícios ou benfeitores mal-intencionados. Não tenho ilusões de que, sem uma educação e uma saúde pública de qualidade, essas populações mais desassistidas possam, efetivamente, se mobilizar pela moralização da atividade política. Mas o que o episódio do envio do projeto Ficha Limpa demonstra, como antes sucedeu com o Movimento Diretas Já, é que uma parcela ampla da opinião pública, conscientizada, pode e deve, em seu nome e no nome das massas, dizer aos governantes que não aceitam mais abusos. Com muita honra, Senador **Mozarildo Cavalcanti**, concedo a V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB - RR) Senador **Papaléo Paes**, V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso muito oportuno a 103 dias da eleição. É muito importante o que V. Ex<sup>a</sup> frisou. Essa lei, embora tenha tido já uma iniciativa anterior do Senador **Pedro Simon**, não estava andando. Com a iniciativa popular, digamos assim, articulada pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela Associação dos Magistrados Brasileiros e outras instituições, conseguiu colher, como disse V. Ex<sup>a</sup>, mais de 1,6 milhão de assinaturas no papel e mais outras tantas via Internet. Então, a mobilização popular foi fundamental para que a legislação fosse aprovada. Agora, lei por lei, nós temos lei para um lado e lei para outro. Não está distante ainda, na minha cabeça, a Lei Falcão, que, sob o pretexto de calar a oposição, proibiu a participação ao vivo, quer dizer, a fisionomia do candidato, mas apenas fotografia do candidato e a sua biografia. Ao mesmo em que proibiu que fosse candidato qualquer pessoa que estivesse sendo processada. Aí temos de fazer uma diferenciação entre direito e a famosa inquisição do passado. Então, fabricar pessoas processadas é fácil, e a legislação que saiu daqui é perfeita ou quase perfeita quando diz que só aqueles que forem condenados por um colegiado de juízes, porque até um juiz sozinho, uma cabeça só, pode cometer um equívoco. Então, é importante que... O mecanismo jurídico nós temos; o TSE disse que vale para esta eleição, o que está faltando, Senador **Papaléo**?

Exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> colocou: é a participação popular agora, na hora de votar, daqui a 103 dias. Que votem de acordo com a sua consciência, que não sofram com ações, não sejam corrompidos ou comprados, como costumamos dizer, por quem está no poder, por quem está na máquina, por quem tem dinheiro. O Governador de Roraima disse para mim, claramente...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB - RR) ...quando fui argumentar com ele sobre alguns equívocos que ele estava cometendo. Ele disse: “Olha, quem ganha eleição, principalmente aqui em Roraima, é quem tem o poder e quem tem dinheiro. Portanto, não tenho medo de perde esta eleição”. Porque? Ele quis dizer, que ele ia pressionar os funcionários concursados, muito mais os comissionados, os terceirizados, que ele ia pressionar e, de alguma forma, coagir os empresários, e que ia, portanto, com aqueles que não pudesse fazer nenhuma coisa nem outra, comprar.

**Então, é por isso que é importante que o povo saiba que o voto que ele dá sozinho, na frente da urna, individualmente, é muito importante para mudar essa realidade de alguns setores da política do Brasil. Infelizmente, é a minoria, mas uma minoria que contamina todos, porque dificilmente alguém diz: ;Ah, é o Senador A, B ou C que é corrupto!;, mas dizem: ;Os Senadores são corruptos; o Senado é corrupto!;, como dizem da Câmara, como dizem das assembleias. Agora, os governadores que têm o poder na mão, a caneta na mão, como se diz, fazem como esse meu Governador de Roraima atual ; meu, não; infelizmente, o Governador de plantão ;, que disse: ;Quem tem poder e dinheiro não perde eleição;. Isso só o povo pode mudar. Não vai ser legislação, não vai ser Polícia Federal, não vai ser Ministério Público Federal, não vai ser Justiça Eleitoral que conseguirá mudar essa coisa que ele próprio já acha que é a mentalidade do povo. Então, eu confio no povo de Roraima, como eu confio no povo brasileiro como um todo, que nós poderemos dar uma grande mudança nesta eleição, daqui a 103 dias.**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Muito obrigado, Senador **Mozarildo**. V. Ex<sup>a</sup> toca em pontos que realmente acontecem lá pelos nossos lados e acontecem também no restante do Brasil. Mas lá é que nós assistimos mais a isso. Nós já vimos, em campanhas onde o governo é envolvido, que os cabos eleitorais daqueles que estão no poder são servidores nomeados por DAS. Humilham até essas pessoas lá, que nos conhecemos uns aos outros. Humilham. De repente, você vai até uma esquina, na qual há aqueles bandeiraços, e lá estão aquelas pessoas que ganham um DAS, porque precisam, submetendo-se àquilo. Então, essa submissão é consequência da necessidade, vejam, dessas pessoas. Imaginem aquelas que não têm salário nenhum! Mas sempre digo: percam um DAS, mas não percam a sua dignidade. Denunciem, lá no Tribunal Eleitoral, pelo amor de Deus, todos esses casos de submissão a favor de um voto. Denunciem à Justiça Eleitoral, senão não conseguiremos alcançar o objetivo de todas as pessoas de bem.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB - RR) Denunciem e, preferencialmente, não votem nessas pessoas, porque o voto é secreto.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Ah! Denunciem e não votem! Ah! Isso é uma verdade! O voto é secreto. Quem é que gosta de ser invadido na sua intimidade democrática, para dizer: olha, tu tens que votar...? Sabe, o que eu faço, Senador **Mozarildo Cavalcanti**? Sinceramente. Encontrei com um grupo de colegas, são muito simpáticos comigo, meus

colegas, gostam de mim e confiam em mim, mas, **Mozarildo**, não tenho coragem de pedir um voto para eles. Sabe por quê? Eu peço com tanta, assim tão encabuladamente, porque eles são pessoas esclarecidas, olha só o que eu peço, são pessoas esclarecidas, que me conhecem e sabem quem eu sou, então têm a liberdade para escolher o candidato. Entendeu? Eu preciso deles, mas fico muito inibido para pedir, exatamente para não ferir a liberdade de escolha. Então, nesses que obrigam, não votem, não votem e denunciem!

Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de convocar os tribunais eleitorais, os TREs das 27 Unidades Federadas e o TSE, para o exercício imparcial de seu papel de fiscalizar as eleições. O princípio da independência entre os Poderes adquire, por ocasião das eleições, talvez seu caráter mais necessário e urgente. Nada pode ser pior que tribunais eleitorais sobre os quais os ocupantes do Executivo tenham alguma influência ou injunção. **Com eleitores e juízes atuantes, tenho a certeza de que teremos pleitos limpos e de que serão empossados governantes e parlamentares mais comprometidos com a moralidade pública e com os interesses desta Nação.**

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores.

Z2

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o que me traz hoje à tribuna é um assunto muito importante que se refere à questão dos mototaxistas. Mas, antes, quero fazer dois registros aqui de matérias que li hoje. Uma delas está no jornal *O Liberal*: “Greenpeace vai reagir a Belo Monte”. É matéria da Sucursal de Brasília, assinada pelo jornalista Thiago Vilarins. E se diz o seguinte:

*O aproveitamento da energia hidrelétrica pode ser extremamente eficaz para suprir a demanda de energia elétrica do País. O problema é utilizar a região frágil da Amazônia para a construção de hidrelétricas. O grande empreendimento da usina hidrelétrica de Belo Monte representa justamente isso: destruição da floresta, deslocamento de populações tradicionais, desperdício de dinheiro, impactos sociais, entre outros problemas. E, mesmo assim, ainda não será capaz de produzir ao longo de todo ano a energia prometida pelo governo. As críticas são do responsável pela Campanha de Energia do Greenpeace, Ricardo Baitelo. Em entrevista exclusiva a O LIBERAL, o técnico afirmou que a ONG internacional irá reagir a qualquer empreendimento dessa ordem na região amazônica. Baitelo ainda confronta a energia hidrelétrica produzida por Belo Monte com a de outras fontes, como a eólica e a de biomassa. Crítico à postura do presidente Lula, de "enfiar goela abaixo" o projeto, o ambientalista aponta também o interesse político por trás dessa ação. "Fica clara aí a finalidade da construção da hidrelétrica: para conseguir catapultar a sucessão presidencial dentro desse acordo, que seria de oferecer a energia para alguns grupos econômicos e industriais a preços vantajosos".*

Depois, pede-se para o leitor conferir a entrevista do presidente da ONG relacionada com a energia. Faço apenas uma observação. Não sei, sinceramente, se não estou sabendo procurar na imprensa ou se realmente está muito arrefecida ou empanada a questão desse gravíssimo acidente ecológico que, até hoje, está acontecendo no mar próximo aos Estados Unidos. Ainda não vi uma notícia firme e determinada sobre essa questão pelo Greenpeace, que é uma ONG extremamente respeitada por todos nós.

Muitos daqueles por quem temos muito respeito também têm seus subterfúgios, e queremos saber qual é o subterfúgio no caso relacionado à usina de Belo Monte. Há outro assunto de

que quero tratar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores servidores da Casa. É que, na página Notícias Sindilegis do dia 14 de junho, li o seguinte conteúdo:

*Plano de Carreira do Senado. Sindicato é surpreendido com nova proposta de plano de carreira apresentada pela Mesa Diretora do Senado. O Sindilegis foi surpreendido com o texto do plano de carreira encaminhado pela Mesa Diretora do Senado Federal na última semana. A minuta não coincide, na íntegra, com a proposta originária consensuada entre os setores da Casa que beneficiava todos de forma igualitária.*

É claro que isso é incontestável! Não temos de fazer discriminação de servidor dentro desta Casa. Todos têm de ser beneficiados de forma igualitária. Ninguém é melhor do que ninguém aqui. Todos são servidores, e cada um na sua função, desempenhando sua função, é que faz esta Casa ser grande e grandiosa como é. Continuo a leitura:

*A nota técnica datada de 9 de junho de 2010, na qual figura o Sindicato como apoiador do plano de carreira, diz respeito a uma situação de fato anterior à reunião da Mesa. O texto se refere ao momento em que o Sindilegis defendeu o seu entendimento perante a subcomissão de Reforma Administrativa, ocasião em que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) também se manifestou quanto ao teor do plano de carreira encaminhado pelo Sindicato de forma favorável. Não é, portanto, verdadeira a informação de que o Sindilegis é um dos responsáveis pela fórmula apresentada pela Mesa. Isso porque, na proposta de consenso, os percentuais de Gratificação e Desempenho eram outros (45%, 60% e 80%), bem como, mantinha o Adicional de Especialização para aplicação imediata com a aprovação do Plano.*

Na Câmara, há esse Adicional de Especialização. E, aqui, querem tirá-lo? Que história é essa?

*Dessa forma, ante a existência da proposta da Mesa Diretora, o Sindilegis soma-se a diversos setores da Casa no sentido de aprimorá-la e que, aos olhos do Sindicato, deverá ser estendida à totalidade dos servidores. Nesse sentido, a entidade está efetuando contato com senadores e membros da Mesa pleiteando as correções necessárias.*

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqui, vejo que ficamos caladinhos, caladinhos, e, de repente, alguém puxa o assunto sobre esse Plano de Carreira dos Servidores. Aí, já começa uma discussão aqui que nos traz a nítida impressão de que essa discussão é puramente política e de que, nessa discussão política, não podemos deixar de lado a visão técnica. Senador **Mão Santa**, este ano, 54 Senadores vão à reeleição. Os servidores desta Casa não podem ficar prejudicados por uma crise pela qual o Senado passou. Aquela foi uma crise política. Foi briga de poder mesmo, briga de grandes personagens deste País, que são Senadores. Foram brigas de pessoas que realmente relacionavam as questões partidárias, questões de poder na Casa. Mas os servidores da Casa não podem sofrer consequências. Este aqui é um dos três Poderes da República, tem o mesmo poder do Executivo e do Judiciário. É um dos Poderes: o Poder Legislativo. Não nos podemos apequenar. A maioria fica com medo, porque vai submeter-se a uma eleição agora, e, no final, quer votar aquilo que realmente venha até a desmerecer o valor dos nossos servidores. Peço a todo e qualquer servidor da Casa que lute pelos seus direitos e peço também a todos os Senadores que tenham orgulho do Senado Federal, que tenham orgulho do Congresso Nacional. Quanto àqueles poucos que envergonham o Senado e a Câmara, teremos agora a oportunidade de tirá-los daqui, pois, no voto, é a vontade do povo que prevalece. Senador **Cristovam Buarque**, no sábado, eu estava fazendo compras no comércio, ando pelo comércio normalmente, como sempre fiz na cidade, e uma senhora recém-chegada no Amapá que fez um comércio lá disse assim: “*Eu estou reconhecendo o senhor. Como é seu nome?*”.

*“Papaléo”. “Mas o senhor não é o Senador Papaléo?” “Sou”. “Como é que o senhor anda sozinho por aqui?” “Não, minha senhora. Eu sempre andei por aqui. Nasci aqui, vivo aqui no meio do povo e tal”. “O senhor vai se candidatar?” Eu disse: “Vou. Preste atenção: se eu merecer, quero seu voto”. Aí, ela me respondeu: “Vou ouvir, primeiro, as propostas”. Aí respondi: “Mais importante que as propostas é você saber quem está apresentando aquelas propostas. É o mais importante. Quem vai se candidatar, subir no palanque e apresentar propostas inadequadas a quem ele vai pedir o voto?”. Então, Senador, nossa campanha tem de ser a seguinte: “Conheça quem está fazendo as propostas, para, depois, você analisar as propostas”. Eu disse isso, e ela respondeu: “Senador, o senhor tem razão. Realmente, vemos tanta coisa boa durante a campanha. Durante a campanha, este é o país das maravilhas, vão resolver todos os problemas dos Municípios, dos Estados, do País. Ninguém diz algo que não agrade às pessoas que estão ouvindo. Agora, depois que passa, como se diz lá para o nosso lado: babau! Até a próxima! Vamos esperar as próximas ilusões”.*

Então, senhores, temos de ter responsabilidade, não nos vamos preocupar com nada além de fazermos justiça com os servidores desta Casa. Não nos podemos apeguar. Vejo que, nos três Poderes, deveria haver salários equitativos, não deveria haver diferenciações. Vejo que os salários do Poder Judiciário estão extremamente além dos do Senado Federal. Vejo questões relacionadas a nós, que estamos expostos. Dei até uma entrevista em que disse: “Infelizmente ou felizmente, dos Três Poderes, somos os únicos que damos a cara a tapa. É por isso que a crítica vem toda em cima de nós”. Eles se esquecem de que o Governo Lula, por exemplo, criou quase quarenta mil cargos de confiança, esquecem isso ou, então, não falam nisso, cargos que não precisam de concurso público. E, quando vamos fazer justiça aos servidores do Senado Federal, começam a tentar passar para a opinião pública que os salários desses servidores estão acima da média dos salários verificados nos outros Poderes. Não admito isso, não gosto de injustiças. Eu já disse que posso ficar sozinho aqui, defendendo uma pessoa, seja ela quem for, e todo mundo virar as costas para essa pessoa. Mas, se na minha consciência eu achar que essa pessoa está sendo injustiçada, vamos ficar eu e ela abraçados aqui. Vou até o fim.

Senador Cristovam Buarque, por favor, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT - DF)** Senador Papaléo, fico satisfeito em ver que o senhor está fazendo justiça, corretíssima, ao chamar a atenção do Brasil inteiro para o fato de que a crise que a gente vê no Senado é uma crise criada e provocada por nós, os 81 Senadores, não pelos servidores desta Casa. Fico muito feliz em escutá-lo falar isso, porque, de repente, a crise que criamos, e, aqui, não excluo nenhum de nós, somos 81, espalha-se na credibilidade, na maneira como os servidores podem ser vistos, por um equívoco das pessoas que confundem os Senadores com os servidores. O interessante é que tudo de bom fica só como bônus dos Senadores. As leis que criamos aqui não levam o nome dos servidores: é lei Senador fulano, é lei Senador sicrano. Nenhum de nós seria capaz de elaborar, com detalhes, um projeto de lei sem a ajuda da nossa consultoria e dos outros servidores. Essa é a verdade. E alguém, se fosse capaz disso, não teria tempo, porque, para fazer isso, deixaria de fazer muitas outras coisas necessárias para aprovar o projeto de lei. Aliás, vivi isso esta semana. Conseguimos, eu e o Senador Tasso Jereissati, que um conjunto de assessores e de consultores elaborasse um excelente projeto de lei para o uso dos recursos do pré-sal, e nós dois, Tasso Jereissati e eu, não fizemos a parte que era nossa, de ir atrás dos votos dos Senadores, de conseguir que o projeto passasse e entrasse na pauta. Nós falhamos. Se tivesse dado certo, o mérito seria de nós dois. Mas os servidores o prepararam, obviamente por sugestão, por instrução nossa. Então, fico satisfeito que o senhor esteja trazendo isso. Não podemos deixar que os servidores paguem o preço dos nossos erros. Lembro que nenhum

médico salva um doente se o motorista da ambulância for ruim e se o doente chegar morto ao hospital. Não há médico que cure a morte provocada por um motorista ruim, e a gente se esquece do motorista na hora de falar das vantagens da cura. Então, a gente precisa descobrir aqueles que, de maneira discreta, fazem o trabalho que leva ao resultado geral. E esta Casa tem, entre seus servidores, os melhores quadros que já conheci em todos os lugares por onde passei. Por isso, eles merecem um tratamento de acordo com a competência e a dedicação deles, que são bastante elevadas. Fico feliz de escutá-lo defendendo nossos servidores e fazendo a diferença: quando há crise, somos nós quem a estamos provocando; e, quando há vitórias nossas, isso foi graças, pode ficar certo, aos inúmeros servidores que nos ajudaram. **O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP)** Muito obrigado, Senador Cristovam. Fico extremamente feliz em ouvir de V. Ex<sup>a</sup> esse reconhecimento, como sempre V. Ex<sup>a</sup> fez, ao quadro de servidores, que dá exatamente a sustentação técnica para o nosso trabalho. Muito obrigado. Incorporo, com muita honra, suas palavras ao meu discurso. Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB - RR.** *Fora do microfone.*) Eles falarão antes.

**O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP)** Ouço o Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT - RR)** Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup> estava puxando o assunto da eleitora que falou com V. Ex<sup>a</sup>, que queria ouvir as propostas. **Realmente, fazem propostas mirabolantes e também usam muito aquela frasezinha: “Ah, o Fulano rouba, mas faz”. Essa é uma frase que ouvimos tanto na nossa região! É uma vergonha! Sabemos que eles compram votos. E, quando vão comprar votos, gosto de frisar bem isto, o eleitor deve olhar bem para o rosto do cara que vai dar o dinheiro para ele. Ele não está comprando, ele está devolvendo o dinheiro que roubou dele. É dinheiro que roubou! E ainda digo mais: pegue o dinheiro e não vote, nem fique com raiva daquele que lhe está dando dinheiro, não, porque aquele ali é um preposto. É um intermediário dele que está ganhando dinheirinho também para comprar sua honra. Por incrível que pareça, dizem: “Mas um voto não vale nada”. Vale, sim! É o voto que coloca uma pessoa aqui dentro; é o voto que tira a pessoa daqui de dentro. A hora do voto é a hora de o eleitor escolher a pessoa que tenha compromisso com ela. Além do mais, o que devolveu o dinheiro ; que roubou e devolveu um pouquinho ; acha que já pagou o voto e que nada mais tem a fazer por aquele eleitor. Então, é muito importante que as pessoas tomem consciência de que vender voto não é o correto. Mas acho correto pegar o dinheiro do que está querendo vender o voto, porque está devolvendo o dinheiro, é dinheiro roubado. Não sei se, no seu Estado, há essa história de ;rouba, mas faz;.**

**O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP)** Há, sim.

**O Sr Augusto Botelho (Bloco/PT - RR)** No meu Estado, é muito famosa essa frase. É comum eles dizerem: “Fulano roubou, mas ele fez”. Os cabos eleitorais dizerem: “Fulano rouba, mas faz”. Não existe ladrão bom. Ser bandido é uma opção. Quem leu aquela reportagem sobre Fernandinho Beira-Mar sabe que ele era de uma turma de quarenta alunos na favela e que só ele virou bandido. Por quê? Porque ele optou por ser bandido. Não há bandido bom. Não há ladrão bonzinho. Quem é ladrão é ladrão. Digo para os meus eleitores, para os meus amigos de Roraima, que corrupto é um apelido, um sinônimo de ladrão. Como não querem chamar de ladrão, chamam de corrupto. Mas quem é corrupto, quem pega 1%, 2% ou 10% de emenda parlamentar, de obra do Governo, quem rouba dinheiro da merenda escolar e dos medicamentos é ladrão da pior espécie.

**O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP) Muito obrigado, Senador Botelho. Acredito que nós, por nossa formação de médico, e, aqui, há quatro médicos, temos uma doutrinação que nos diferencia na questão social. Não é que sejamos melhores do que os outros, mas**

**é que, fundamentalmente, lidamos, desde o nosso início na Medicina, principalmente com os pobres, com as pessoas mais pobres, com as pessoas que sofrem as maiores injustiças sociais, que moram em condições desumanas, que sofrem com a falta de alimentos, que sofrem com um maior número de doenças.**

**Então, realmente, essa questão é muito séria, esse “rouba mas faz”. Isso aí parece que está entranhado. Isso aí é um ensinamento, um costume que se faz, para as pessoas dizerem: “Pelo menos, esse rouba, mas faz”. Quer dizer, aquele que é honesto e que não teve oportunidade de fazer mais do que o que roubou acaba ficando para trás. É muito triste vermos nossa sociedade dizer: “Olha, pelo menos esse me deu alguma coisa”. Isso a gente ouve muito, não é, Senador? Então, somos responsáveis em tentar esclarecer as pessoas. Temos de mostrar para as pessoas que vivemos de salário. Quando alguém, um assalariado, como somos, apresentar uma... Como é que a gente diz? Apresentação de riqueza. Como é que a gente diz, Senador? Quando houver uma aparente riqueza, vejam que está acontecendo alguma coisa de anormal ali, porque não ganhamos hora extra aqui, não ganhamos por trabalho executado, não ganhamos por projeto que apresentamos, ganhamos só nosso salário. Então, não adianta, o salário não pode passar daquilo.**

O que eu quis dizer para essa senhora foi exatamente isto: “Minha senhora, veja quem está fazendo a proposta. Primeiro, tente conhecer a pessoa. Esta é uma cidade pequena. Conheça-a! Pergunte: ‘Quem é esse fulano aí? Quem é esse Dr. Papaléo? Você sabe algo sobre a vida dele? Diga-me um pouquinho da vida dele’. Vão lhe dizer: ‘Ele foi Prefeito’. E você pergunta: ‘Que foi que ele fez na Prefeitura? Ele foi Secretário de Saúde? O que foi que ele andou fazendo por lá?’ Pergunte mesmo e, depois, veja se a proposta é boa ou não”. Antes da proposta, analiso, primeiro, o caráter daquela pessoa, a personalidade daquela pessoa, o passado daquela pessoa, porque o político, quando assume sua função, não se transforma dentro do Senado, da Câmara, de uma Câmara Municipal, de uma Assembleia Legislativa. Não! Ele não passa a ser corrupto lá dentro. Ele já tem a intenção da corrupção quando ele passa a ser político.

Por isso, é deplorável quando ouvimos dizer essa questão de querer colocar os políticos num baixo nível só. Não admito isso, aqui, na nossa Casa, temos qualidade, pessoas de respeito. Por isso, sempre defendo os bons e, logicamente, o povo saberá punir os maus. Senador Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB - RR)** Senador Papaléo, pronunciamentos como o de V. Ex<sup>a</sup> deveriam ser realmente bastante ouvidos e se deveria refletir sobre eles, porque é importante que, agora, a 110 dias da eleição apenas 110 dias nos separam do dia 3 de outubro, que o eleitor esteja muito atento, porque, como disse essa sua amiga de Macapá, deve ouvir as propostas. O programa eleitoral da televisão, do rádio é feito, a maioria deles, é verdade, não são todos, por grandes especialistas de publicidade, de *marketing*, de forma que não aparece ninguém que não seja com propostas muito bem elaboradas, fruto de pesquisa que se faz inclusive para ver o que a população mais quer. Então, vender essa imagem na hora da política é muito fácil. Por isso, a observação de V. Ex<sup>a</sup> é muito pertinente e muito oportuna para que o eleitor pense e vote realmente em função das propostas. Agora, vamos olhar se essa pessoa, caso esteja se candidatando pela primeira vez, vivia, como era a vida dela, que tipo de credibilidade ela tem. Se é candidata pela segunda, terceira ou quarta vez, como é que tem sido a trajetória dela? O que, de fato, ela tem sido? V. Ex<sup>a</sup> colocou aí. Conheço lá em Roraima políticos que, por exemplo, só exercendo cargo público, não tendo nenhum outro tipo de renda, têm duas televisões, rádios, fazendas, aviões etc. Como? Evidentemente não foi de maneira honesta. Então, é muito importante que o eleitor faça essa separação, essa peneira,

neste momento, olhando não só, repito, as propostas e idéias, seria muito interessante se fosse somente um debate de propostas, de idéias, mas indo fundo para ver. Quem está fazendo essa proposta merece fé? Quem está defendendo essa tese? Como é a sua vida? Como diz o Senador **Augusto Botelho**: quando uma pessoa é corrupta é porque fez uma opção de ser ladrão, de ser desonesto, fez uma opção. Porque não conheço nenhuma escola de formação de bandidos não. **A pessoa é bandido por uma questão de falha de caráter, por opção, porque quer enriquecer de maneira rápida, ilícita, às custas da população. Então, é importante mesmo que haja essa análise. E é bom que o debate seja nesse rumo. Quer dizer, muito bem, uma pessoa já tem uma administração, fez boas obras, etc. O outro só diz que fez, alardeia, às vezes, coisas que não fez ou que vai fazer, vende uma imagem que não tem. E essa é a questão do voto consciente, quero repetir aqui. Eu queria ver a mobilização que fez a CNBB, que fez a OAB, que fez a AMB, que espero outras instituições façam para de fato ir de bairro em bairro, esclarecendo à população que o voto é contado um a um. Portanto, o voto dela é muito importante para mudar a realidade. A população, de um modo geral, diz hoje que todo administrador, seja o Prefeito, seja o Governador, seja o Vereador, seja o Deputado Estadual, seja o Deputado Federal ou o Senador, o Presidente da República, são corruptos. Então, por que estão assim? Porque o eleitor está colaborando para que isso aconteça. Então, o eleitor tem que mudar isso. Só quem pode mudar é o eleitor. Porque não adianta, Senador Papaléo. Lei não adianta; Polícia Federal, não adianta; Ministério Público, não adianta; Justiça Eleitoral, não adianta se o eleitor não quiser mudar. O eleitor tem que querer mudar. É por isso que eu tenho dito, me dirigindo ao eleitorado de Roraima, que a hora é de mudança. E nós não podemos entrar o ano de 2011 da mesma maneira que estamos lá hoje. Nós temos que mudar, realmente, para melhor, para que nós possamos todos, toda gente que lá vive, viver melhor, com mais dignidade e com mais respeito.**

**O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP)** Muito obrigado, Senador Mozarildo. Eu concordo, plenamente, com suas sábias palavras. E essa questão que nós festejamos outro dia aqui, Ficha Limpa. Ah, fizemos uma festa. Muito bonito. É simbólico? No momento é simbólico. Mas é de um simbolismo muito forte. Porque a Igreja Católica fez uma carta à população do Amapá, muito bem feita, muito bonita. Agora, não pode deixar essa carta circular só na elite. Tem que circular em toda a população, para esclarecer, chamar a atenção para a questão do voto comprado, que já tirou mandato de muitos parlamentares; há a questão do “rouba, mas faz”, que é muito séria.

**O Ficha Limpa. Só vai valer depois da promulgação? Só vai valer para crimes a partir daquela data, da promulgação? Mas para isso nós não precisamos de lei Senador Cristovam, não precisamos de lei. Precisamos que a imprensa principalmente, que os religiosos, que os católicos, os evangélicos, façam pregações em suas igrejas chamando atenção para o fato de que a lei é uma formalidade de um processo e que o povo é que é responsável por isso. Então, o passado pode não servir para a lei, para amparar a lei, porque esses crimes só passam a vigor a partir da promulgação. Mas o passado serve para chamar a atenção da lei do povo, da vontade do povo. Não é isso que o povo quer? Não eleger pessoas que foram condenadas já pela justiça, por um colegiado? Não é isso que o povo quer? Então, não precisa ser de agora. Mande o povo buscar o passado dessas pessoas e ver se merece ou não ser votado e seleciona por aí.** Senador Alvaro com muita honra.

**O Sr. Alvaro Dias (PSDB - PR)** Senador **Papaléo Paes**, esse tema é essencial no processo eleitoral. Há algum tempo o Presidente Lula disse que a oposição faria o discurso da moralidade e que esse discurso não leva a lugar algum. Nós pensamos diferente. Achamos



que esse é um discurso fundamental num País como o nosso, comprometido pelo excesso de corrupção. Já repeti inúmeras vezes que a renda *per capita* do povo brasileiro seria 70% maior se tivéssemos o mesmo índice de corrupção que tem a Dinamarca, por exemplo, É um dado da Transparência Internacional, que tem sede na Alemanha. Então, é muito importante. **Há a história do “rouba, mas faz”. Ocorre que quem não rouba faz muito mais. Quem rouba pode fazer, mas quem não rouba faz muito mais, porque o produto do roubo é investido em obras, ações, realizações. O Projeto Ficha Limpa promoveu esse debate, conferiu-lhe a importância necessária. A desimportância que quiseram conferir ao tema ficou num segundo plano, porque a sociedade empalmou a bandeira do Projeto Ficha Limpa, e essa discussão ganhou espaço. Portanto, mais importante do que o projeto, disse V. Ex<sup>a</sup>, são as ações dos partidos, por exemplo, que anunciam, muitas vezes, que não permitirão candidatos “fichas sujas”, mas eles são inscritos e disputam as eleições, e fica apenas na promessa; e da Justiça, que tem de oferecer celeridade, preferência, prioridade ao julgamento daqueles que disputam eleições, para que a população tenha a exata noção do que se trata antes do voto, para evitar o risco de eleger e de o eleito ser cassado posteriormente.** Portanto, essa celeridade... Quando vejo campanhas, a OAB organizando, por exemplo, no meu Estado, o Paraná, manifestação de rua, aliás, muito bem-sucedida essa manifestação na Boca Maldita, Senador **Mão Santa**, com muita gente, observo que a principal pregação deveria ser esta: um apelo ao Poder Judiciário, para julgar com celeridade e impedir que alguém que venha a ser condenado depois se eleja e crie um vácuo, como ocorreu, inclusive, nas últimas eleições, em várias localidades do País, com o eleito sendo cassado, gerando-se o impasse, porque não se sabia se haveria nova eleição ou se assumiria o segundo colocado. Enfim, é essencial que esse tema seja colocado, como V. Ex<sup>a</sup> coloca, com simplicidade, pedagogicamente, fazendo com que as pessoas entendam a importância dele. Que ele seja colocado e que as ações sejam consequência do debate, especialmente as do Poder Judiciário. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo enfoque.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Muito obrigado, Senador **Alvaro Dias**, pelas suas palavras, que incorporo ao meu discurso e que realmente engrandecem o nosso raciocínio. Quero deixar bem claro o seguinte, Senador **Mão Santa**: o apelo que faço ao povo brasileiro, que passou meses e meses... e que apresentou, na primeira coleta, mais de 1,5 milhão de assinaturas pelo projeto Ficha Limpa, depois houve assinaturas virtuais, que chegaram a cinco milhões, sobre o Ficha Limpa.

**O Congresso votou a favor, mas o povo é que vai fazer esse projeto ser executado. Se formos levar ao pé da letra da lei, só vai valer a não permissão de candidatura para aqueles que cometeram o crime a partir da data de promulgação da lei. Muito bem, é uma anistia que a lei dá para o passado. Essa anistia o povo é que tem de resgatar.**

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Papaléo, parece-me que o TSE responderá a essa indagação nesta semana, o alcance da Lei Ficha Limpa.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) O TSE já diz que a lei vigora neste ano. Agora, se vai ser retroativa a questão dos crimes...

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) É uma decisão de agora, desta semana.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) O TSE, o Tribunal Superior Eleitoral já deu que vigora este ano. Agora, quanto às penalidades...

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Quanto à retroatividade, a decisão ocorrerá nessa semana.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) É, mas já vi o Ministro Marco Aurélio Mello dar o parecer de que retroatividade para prejudicar a lei não permite. Mas não vai prejudicar

ninguém, porque não vai tirar emprego de ninguém. Então não vai prejudicar: realmente vai favorecer o povo no sentido de que vote em pessoas de bem, nas quais realmente possa dedicar sua confiança.

Então, agradeço a todos. O tema de que eu ia falar, Senador **Augusto Botelho**, era o da regulamentação dos mototaxistas. Mas quero avisar ao Alex Bitencourt, que é um dos dirigentes lutadores dos mototaxistas do meu Estado, que amanhã vai haver sessão às 10 horas da manhã, Senador **Mão Santa**, que sou o primeiro inscrito e que falarei sobre esse tema, que é o dos mototaxistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Senadores.

Z3

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, que tem tudo a ver com nossos prefeitos, quero fazer uma saudação a todos os aposentados do Brasil e a seus representantes aqui presentes (*Palmas*). E quero dizer que realmente estamos lutando e esperando que façamos logo justiça aqui nesta Casa. Acredito que não vá haver problema nenhum, porque aprovamos, por unanimidade, a proposta, antes de ir à Câmara. Então, não há por que demorarmos a votar nesta Casa. É um dos projetos que temos que aprovar imediatamente.

O outro é a questão do Ficha Limpa, do qual tive oportunidade de falar ontem, Senador Paim, Senador **Alvaro Dias**. Nós temos que realmente não permitir qualquer tipo de protelação para não atrasarmos a aprovação desse projeto.

E, logicamente, vou falar hoje sobre os prefeitos, os nossos queridos prefeitos, e falo assim porque já fui prefeito e sei como é duro ser prefeito neste País. Mas, antes, eu vou conceder um aparte ao Senador **Alvaro Dias**.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB - PR) Senador **Papaléo**, eu quero cumprimentá-lo pela introdução do seu pronunciamento, porque abordou, sinteticamente, dois assuntos fundamentais com exigência de resposta imediata por parte do Senado Federal. (*Palmas*.) Um deles, o dos aposentados, eu acho que é inevitável essa discussão. Eu poderia dizer a V. Ex<sup>a</sup> aquilo que é o óbvio. Quando há vontade política, nós superamos todos os obstáculos e votamos rapidamente. Quando o Governo tem interesse em determinada matéria, aqui há quebra de interstício, o Regimento é atropelado, prevalece sempre o acordo de liderança. Quando há compreensão da Oposição em relação ao Governo, há o atropelamento do Regimento, nisso temos precedentes, e, imediatamente, aprovamos matérias que digam respeito ao interesse público. Portanto, neste caso dos aposentados e do “ficha limpa”, temos a oportunidade, se houver boa vontade, manifestação de vontade política do Governo, de liquidar isso rapidamente, resolvendo os problemas que existem em relação ao projeto dos aposentados, solucionando esses problemas e aprovando. Em relação ao “ficha limpa”, da mesma forma. Podemos, amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, deliberar, aprovar o projeto e aprovar o regime de urgência. E encaminhar imediatamente ao plenário do Senado Federal. Alguém poderá argumentar “mas é antirregimental”. Temos precedentes. Há jurisprudência firmada nesta Casa. Com acordo de lideranças, isso é possível. O projeto tem que vir imediatamente para o plenário e temos que aprová-lo. Trata-se de um projeto de iniciativa popular. É um fato, eu diria, inédito. Nós não temos a repetição desse fato. É um fato que gerou uma enorme expectativa, mobilizou entidades da sociedade civil. É um projeto que promoveu o debate e que exige agora uma resposta do Senado Federal a essa aspiração

coletiva da sociedade, que é um passo adiante no caminho da moralização do processo eleitoral no Brasil. Não é ainda suficiente, mas é seguramente um passo importante adiante e temos que deliberar rapidamente para que se discuta depois a vigência da lei. A meu ver, ela pode vigorar para essa eleição. Há aqueles que entendem diferente, mas que se debata isso depois. Aproveemos em regime de urgência exatamente para que possa ter tempo de vigorar para a eleição de 2010. Isso é o mais importante, é nosso dever. Temos que dar essa resposta. Retardar é afrontar uma aspiração legítima do povo brasileiro.

**O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP) Senador Alvaro, ontem tivemos oportunidade de discutir aqui, até com mais tempo. Estavam presentes o Senador Roberto Cavalcanti e outros Senadores, o Senador Geraldo Mesquita, e discutimos. Infelizmente, não tínhamos outras discussões nem outros companheiros Senadores para discutir, mas o certo é o seguinte: temos que falar nesta tribuna de uma maneira clara, com o coração da gente, com toda a honestidade que se tenha na nossa consciência, para saber que não precisamos só aprovar o “ficha limpa” imediatamente. Temos que lutar com todas as armas possíveis que este Parlamento possui para que façamos vigor este ano porque não altera nenhuma regra eleitoral. O que é que vai alterar? Não deixar um “ficha suja” ser candidato vai alterar alguma regra? Quer dizer que antigamente podia? Qualquer um podia se esconder de um crime atrás de um mandato? Não. Não altera regra nenhuma. Então, temos que aprovar e fazer vigor este ano, senão vamos ser analisados, pelo povo que nos assiste, como se estivéssemos fazendo jogo de cena. Jamais eu usaria esta tribuna para fazer qualquer tipo de insinuação hipócrita para salvar, vamos dizer, politicamente a minha pele e deixar de solicitar a todas as lideranças dos partidos políticos nesta Casa que, por exemplo, hoje, cada um dê o seu depoimento aqui assumindo o compromisso de aprovar já e, principalmente, fazer com que possamos ter este ano essa regra já incorporada na análise dos pré-candidatos.**

Senadora Rosalba.

A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini (DEM - RN) Senador Mozarildo, V. Ex<sup>a</sup>, com muita sinceridade, muita competência...

**O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP) É o Presidente.**

A Sr<sup>a</sup> Rosalba Ciarlini (DEM - RN) Desculpe-me, o Presidente é o Senador Mozarildo. Ambos são médicos, têm sempre muita competência, muito equilíbrio, muita responsabilidade, na defesa dos interesses maiores da Nação. Senador Papaléo, V. Ex<sup>a</sup> traz a questão e, na realidade, sabemos que não é mérito, é obrigação do político ter ficha limpa, mas, infelizmente, muitos não cumpriram o dever, e a população se pronunciou. Pronunciou-se, trazendo o projeto com mais de um milhão de assinaturas para o Congresso Nacional. Então, o que temos que fazer, mais do que nunca, é obedecer a essa decisão que já vem do povo, soberana, e agilizar sim. Concordo plenamente com o senhor, Senador Papaléo. Nós temos que agilizar, votar logo, para valer ainda nesta eleição. E também não podemos esquecer que temos a medida provisória dos aposentados. (*Palmas nas galerias.*) E essa medida provisória é anterior, vem na frente do Ficha Limpa. Então, precisamos de agilidade. Tenho certeza, convicção da posição do meu Partido em defesa da MP dos aposentados; posição minha, pessoal, que já externei aqui por diversas vezes, naquelas vigílias, nos movimentos que fazemos na defesa intransigente do reconhecimento aos trabalhadores que estão aposentados e que estão passando por muitas necessidades. Temos que fazer valer, sim, a queda do fator previdenciário, fazer valer o reajuste de acordo com os percentuais que são dados àqueles que recebem salário mínimo. Então, chegou a hora. Não podemos deixar para

depois. Existe aquele ditado: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Temos que fazer essa hora, temos que fazer acontecer algo que é justo para os aposentados e também fazer justiça ao direito que tem o cidadão de escolher como seus representantes pessoas que realmente tenham, durante toda a vida, uma postura íntegra, para bem representá-lo, para que possam cuidar dos recursos que são do povo, para que possam merecer realmente o pagamento, porque nós somos funcionários do povo, quem nos paga é a população brasileira por meio dos seus impostos. Então, nada mais justo do que o Ficha Limpa ser votado em regime de urgência. Mas há um trâmite que V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem: para o Ficha Limpa ser votado temos aí o pré-sal, que está no meio. Quero dizer que, também na questão do pré-sal, não abrirei mão de que seja votada a distribuição dos *royalties*, que o Governo pode querer deixar para depois, alegando que estamos em época de eleição, para que os Municípios, que estão sofrendo uma crise que ainda não acabou, este ano muitos estão dizendo que está pior do que o ano passado, possam receber, justamente, esses *royalties*, que virão para aliviar um pouco tantas dificuldades que eles estão tendo. Então, são três pontos de que não abrirei mão: os aposentados, o Ficha Limpa e a redistribuição dos *royalties* para todos os Municípios brasileiros. Essas são questões em que espero sensibilizar a todos para que possamos estar unidos nessa luta, porque todas são justas e vêm para beneficiar o povo brasileiro e para dignificar mais ainda o povo no sentido de que os seus representantes realmente tenham a ficha limpa.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Muito obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini. V. Ex<sup>a</sup> colabora exatamente com esse tema de uma maneira bastante clara, e é assim que esperamos que esta Casa sempre se posicione.  
Senador Paulo Paim, por favor.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) Senador Papaléo Paes, eu queria, primeiro, cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, que, de forma muito tranquila, mostra que esta Casa tem a obrigação de votar o que já votou. Votou o fim do fator e votou o reajuste dos aposentados, inclusive mais avançado do que voltou da Câmara. (*Palmas nas galerias.*) Não há por que não votar. Senador, estão dizendo que há um erro de redação. Ora, se o art. 1º da 475 diz que o reajuste é 7,72%, consequentemente, o teto vai ter de acompanhar os 7,72%.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Claro.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) E a tabela daqueles que se aposentaram ao longo do ano também. É uma emenda de redação. Nós já fizemos isso diversas vezes aqui no Senado. Não há motivo nenhum de quererem dizer que é um erro técnico e fazer uma emenda de mérito para retornar para a Câmara dos Deputados. Temos de fazer a emenda de redação e remeter para a sanção do Presidente da República. (*Palmas nas galerias.*) Não há motivo nenhum para essa matéria voltar para a Câmara dos Deputados. Senador Papaléo, quero concordar com V. Ex<sup>a</sup>, também, na questão do Ficha Limpa. Quando esta Casa quer, vota MP, vota emenda constitucional em uma noite.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Faz cinco sessões, seis em um dia só.  
**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) Faz cinco sessões em uma noite. Rompem-se todos os interstícios se há vontade política. Temos de submeter essa decisão ao Plenário. Nós temos de votar, sim! Votar a MP do mínimo, votar a dos aposentados, votar o Ficha Limpa e votar o pré-sal. Podemos votar tudo isso em uma noite, se houver vontade política. Agora, se houver vontade de enrolar e não aprovar nada, daí se criam mil obstáculos. Estou no Congresso,

Senador **Papaléo**, permita-me, com a tolerância do Presidente, que eu sei que vai ser tolerante, há 24 anos e já vi de tudo aqui, na Câmara e no Senado, quando a vontade política existe. Espero que haja vontade política para votar a MP dos aposentados, garantindo os 7,72% e também o fim do fator previdenciário. Se houver essa vontade, vota-se ainda hoje. Não é preciso nem esperar para amanhã. Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim, que realmente é um homem que representa o seu Estado aqui neste Senado. Logicamente V. Ex<sup>a</sup> tem o respeito de todos nós pela experiência que tem ao lidar com o tema trabalhador. A questão dos aposentados, para mim, é um fato consumado. Será uma grande vergonha para todos nós encontrarem uma vírgula fora do lugar e mandarem esse projeto de volta à Câmara. Isso será altamente decepcionante para mim, que estou nesta Casa há sete anos e alguns meses.

Já vi que, quando há interesse, principalmente do Governo, em votar matérias que acha relevantes, mandam para cá, e matérias que deveriam ser votadas em cinco sessões são votadas no mesmo dia. Faz-se uma sessão, encerra; um minuto depois, começa outra, encerra; um minuto depois, outra, até alcançar o Regimento. Então nós não podemos deixar esse assunto ir passando sem a nossa observação.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Não adianta dizer que os Líderes ou, sei lá, os mais antigos são melhores que nós, porque ninguém aqui é melhor que ninguém. Nós temos os mesmos direitos, os mesmos deveres, as mesmas obrigações, inclusive a obrigação de estarmos os 52 não só registrados no painel, mas estarmos presentes, porque hoje é dia de uma grande discussão. E essa discussão é a aprovação do reajuste dos aposentados aqui, nesta Casa. *(Palmas.)*

**E não deixar esconder a questão da aprovação do Ficha Limpa. Lamento profundamente. Ouvi do Governo, por meio do seu Líder aqui, nesta Casa: “Bem, o Governo tem os seus projetos de grande interesse, projetos que são os que interessam a ele. O Ficha Limpa veio do povo”. Ora essa. Não esqueçamos nenhum de nós que o povo está aqui representado por nós. Nós somos representantes do povo. Nós não somos representantes de nós mesmos. Somos do povo. Então, temos um projeto assinado por mais de 1,6 milhão de pessoas, e agora já subscrito por mais de 4 milhões, o que é mais importante do que isso? É esse projeto ou é um projeto que o Governo manda para cá, programado no escritório, entre quatro paredes e tal? Não. Nós queremos que o projeto do povo seja aprovado aqui. Já foi aprovado na Câmara, onde eu achava que seria mais difícil. E agora protelar aqui no Senado? Não há desculpa nenhuma. Aposentados, sim. Ficha Limpa, sim. Pré-sal, sim, mas os dois na frente do pré-sal.** *(Palmas.)*  
Concedo um aparte ao Senador **Augusto Botelho**.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT - RR) Senador **Papaléo**, V. Ex<sup>a</sup> sempre foi um Senador que lutou pela saúde, defende a saúde como nós que somos médicos, mas hoje V. Ex<sup>a</sup> é um Senador da justiça. Os dois temas que V. Ex<sup>a</sup> está abordando se referem principalmente à questão de justiça. O primeiro, justiça com os homens que construíram esta Nação, com as pessoas que construíram esta Nação, que são os aposentados. O segundo, também de justiça, mas num sentido totalmente oposto, justiça com as pessoas que estão destruindo a Nação, que são os fichas-sujas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por trazer esses dois temas aqui nesta hora.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Muito obrigado, Senador Augusto. V. Ex<sup>a</sup> definiu em

poucas palavras, V. Ex<sup>a</sup> foi extremamente feliz. Parabéns pelas suas colocações que são realmente de enriquecer o meu pronunciamento. Muito obrigado.  
Senador Roberto Cavalcanti.

**O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB - PB)** Sr. Presidente, vou tentar ser bastante sintético nesta abordagem. Quero registrar a presença do nosso querido Senador **Wellington Salgado** que nos honra com a sua presença aqui no plenário. **Wellington Salgado** é uma pessoa muito bem-vinda a esta Casa e marcou realmente presença de forma muito competente. Segundo, voltar àquele debate que travamos ontem, no sentido de que não se cometa uma fraude perante a opinião pública, não se aprove um projeto sabendo que ele não vai ser implantado este ano. **O Projeto Ficha Limpa tem grandes problemas de ordem técnica, no sentido de se fazer valer já nas próximas eleições. Assisto a determinadas Lideranças dizerem: “Vamos aprovar, depois nós vamos discutir se vai valer ou não vai valer para a próxima eleição”. Eu acho isso de uma extrema irresponsabilidade. Então, acho que nós não podemos enganar a opinião pública. E se formos votar, como deveremos votar, eu sou um dos apologistas e votarei a favor desse projeto. Mas, na verdade, que se tenha um embasamento jurídico que dê a tranquilidade e a certeza, principalmente para a opinião pública, de que não estamos cometendo um engodo, fazendo aqui toda uma fantasia dizendo que vamos votar, vamos votar, sendo que se vota e depois não vale para as próximas eleições. Só adianta votar isso se realmente tivermos a certeza jurídica de que vai valer para essas próximas eleições; caso contrário, estamos cometendo uma fraude perante a opinião pública. Estamos nos enganando a nós próprios. Então, era exatamente sobre esse tema que V. Ex<sup>a</sup>, ontem, tão brilhantemente expôs.** Muito obrigado.

**O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP)** Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> condiz com uma realidade que nós temos que enfrentar. É exatamente aprovar e fazer vigor, este ano, esse projeto, já que nós estamos nos abstendo de qualquer tipo de alteração, para não fazer voltar para a Câmara, para ser aprovado logo. E o objetivo dessa aprovação é exatamente fazermos, neste ano, com que já tenhamos esse pré-requisito para as eleições. Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, dizer que outro assunto que trouxe para discutir seria a questão das Prefeituras, dos Prefeitos que fazem a 13<sup>a</sup> Marcha em Defesa dos Municípios hoje, mas que eles entendam que ficam simbolizadas as minhas palavras destinadas a todos os Prefeitos na discussão que tivemos sobre a aprovação da medida provisória do projeto dos aposentados e aprovação do Ficha Limpa. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero também fazer uma referência ao nosso querido Senador **Wellington Salgado**. Caro Senador, meus respeitos. Seja bem-vindo sempre a esta Casa e muito obrigado pela sua presença.

**Z4**

**O SR. PAPALÉO PAES (PSDB - AP.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) Acredito que seja o próximo orador inscrito mas, antes da usar a tribuna, quero fazer um registro do falecimento de um grande amapaense e quero que V. Ex<sup>a</sup> inclua, inclusive, no tempo que irei usar posteriormente. Quero enviar um voto de pesar à família do Dr. Odir Macedo, advogado aposentado da União e Conselheiro do jornal *A Gazeta*, que faleceu no último dia 11, às 6 horas da manhã, no CTI de um hospital em Belém do Pará. Odir Macedo, chamado por todos nós, com muito carinho, como Odir, completou 41 anos de profissão. Formou-se pela

Universidade Federal do Pará e é um dos sócios fundadores da Seção Amapá da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Também comemorava 47 anos como jornalista. Foi Vereador de Macapá entre 1992 e 1998, como integrante do PDS, que mais tarde virou PFL e, agora, Democratas. Entre 1985 e 1987, Odir Macedo fez parte da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Macapá na condição de 2º Vice-Presidente, ao lado de Jarbas Gato, então Presidente; de seu filho, 1º Vice-Presidente; e do saudoso Humberto Santos e de Redmilson Nobre. Odir foi também Procurador do Estado do Amapá por 14 anos, na gestão do então Governador Aníbal Barcellos. Mesmo aposentado, atuava como advogado da União na Procuradoria do nosso Estado. Apaixonado por comunicação, atuou em vários jornais impressos de Belém, como a *Folha do Norte*, ao lado do amigo Sillas Assis, e *Voz de Nazaré*, onde foi editor e, também, no jornal *O Liberal*. Passou, também, por emissoras de rádio e televisão. Aposentou-se na advocacia mas não largou o jornalismo. Era Conselheiro Editorial do jornal *A Gazeta* e assinava, aos domingos, a coluna *Gazetadas*. Sempre pontual na redação, com suas experiências ajudava os jornalistas mais novos. Pai de quatro filhos e avô orgulhoso de oito netos, Odir Macedo escolheu Milnéa para dividir a vida. Foram 42 anos de uma feliz união.

Sr. Presidente, quero, aqui, testemunhar porque eu conheço o casal desde 1980, quando cheguei ao Amapá para exercer minha profissão de médico, e, realmente, isto é uma realidade.

Vou, aqui, encerrar essas palavras ao Odir, transmitindo os meus pêsames à família, com as palavras da Drª Milnéa, sua esposa: “Odir era um pai apaixonado pela vida, pelo Direito e pelo Jornalismo. Um cidadão exemplar, um grande pai e meu companheiro de toda uma vida”. Foram as palavras emocionadas da Drª Milnéa, que teve este grande companheiro ao seu lado e de seus filhos e netos por 42 anos. Meu voto de pesar à família do nosso querido Odir Macedo, que já se foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB - AC) Senador Papaléo, a Mesa se associa a V. Exª e envia à família do saudoso Odir os pêsames. Concedo a V. Exª a palavra. **O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Srs. Senadores, antes de fazer uso da palavra para expor o tema que trouxe à tribuna hoje, quero registrar aqui, com muita honra, muita satisfação, a reunião que fizemos, em Porto Grande, do PSDB, para a inauguração do nosso diretório naquele Município. E, quando se fala em Porto Grande, não podemos nos esquecer das grandes lideranças de Porto Grande. Quero mandar registrar o meu abraço ao Sr. Jurueno Repolho, que é o Presidente da Associação dos Taxistas de Porto Grande; ao Sr. Vicente, que é sogro do grande Vereador Luiz, lá em Porto Grande; à professora Zelita também, que é uma educadora que dedica a sua vida profissional àqueles jovens de Porto Grande; e também um abraço à minha afilhada, Thaylane Brito, que é uma estudante que realmente representa aquele povo jovem de Porto Grande e que está fazendo curso de Direito em Macapá.

Mas, Sr. Presidente, daqui a pouco terei oportunidade de fazer um breve comentário sobre o discurso de V. Exª, a que, infelizmente, não tive condições de fazer um aparte.

**V. Exª fez uma proposta extremamente, eu digo, feliz, porque nós estamos em busca dessa felicidade na política. Pode ser a maior utopia do mundo, mas nós não podemos deixar de sonhar com qualidades para melhorar a política brasileira. Nós precisamos, realmente, de homens de bem, de homens que pensam e acreditam, ainda, num futuro melhor para a política brasileira. Que, realmente, os cidadãos possam escolher seus candidatos pelas virtudes desses candidatos e que os defeitos dos candidatos maléficos à**

**prática política sejam expostos e colocados à visão de todos aqueles que votam, porque somos nós que votamos, que elegemos ou não o candidato.**

Então, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Geraldo Mesquita, com relação à questão da doação para a campanha política. Eu, se entendi bem, compreendi que a sua proposta tem um sentido que vou tentar deixar bem claro, bem evidente aqui. Todo doador, fosse ele pessoa física ou pessoas jurídica, no período legal de doação para ajudar as campanhas políticas, faria a doação numa conta própria, em cada Tribunal Regional Eleitoral dos Estados e do Distrito Federal. Ali, o doador faria a sua doação. Por exemplo: um grande empresário decide doar R\$200 mil para a campanha do Estado do Acre. Ele doaria os R\$200 mil para o Tribunal Regional Eleitoral e, daí em diante, esse Tribunal usaria a proporcionalidade que é usada, hoje, para distribuir o fundo partidário.

Senador Roberto Cavalcanti, a minha experiência faz com que eu seja favorável ao Senador Geraldo Mesquita. Nós somos de Estados pequenos, Estados onde o poder de um Governador, por exemplo, interfere radical e profundamente no processo eleitoral. Nós ainda temos, nos nossos Estados, a possibilidade de um grande empresário, de um grande comerciante, um grande industrial ser obrigado a fazer doações a determinados Partidos ou candidatos, sob pena de, depois, se não o fizer, ele ser massacrado pelo Fisco. “Não faz, é contra o Governo” Então, manda fiscalizar até o último fio de cabelo desse cara, porque deve ter alguma coisa errada. Nós passamos por isso, Senador Geraldo Mesquita. Eu lhe digo que acontece isso. Eu não posso dizer nos grandes Estados como funciona, mas nos pequenos Estados funciona exatamente assim.

Eu tive um grande amigo, que já faleceu, um grande amigo, cujo nome vou omitir, mas um homem que conheci, que foi pioneiro no Estado do Amapá e que todo mundo conhece lá. Ele fez um patrimônio através do seu suor, não com negociata com Governo, não. Há esses que fazem uma firma hoje e, daqui a um ano, estão ricos. Quando acaba o Governo, ficam pobres. Aí, entra outro do lado deles e eles ficam ricos de novo. Esse, não. Mantinha sua estabilidade financeira.

Aconteceu... Vou dizer uma situação que aconteceu com ele. A partir daí, coitado... Minha primeira experiência política foi me meter a ser candidato a Governador. Primeira experiência política. De repente, esse senhor foi visitado por um outro candidato ligado ao Governo e tal, pedindo apoio para a sua campanha. Ele disse que dava apoio. Antes de sair, ele disse: “Olha, mas eu não queria só seu apoio. Eu queria seu voto”. Eu era um jovem de trinta e poucos anos, de 37 anos, e ele, para mim, era um verdadeiro pai, porque eu era médico dele, da família dele. Era de dentro da casa dele. Era uma questão de empatia mesmo, de amor. Ele disse: “Olha, infelizmente, eu lhe ajudo no que for possível, mas o voto é do Papaléo”. Daí em diante, meu amigo, começou uma perseguição em cima desse homem que levou a uma fatalidade terrível.

Então, acontece isso, Senador Geraldo. Vamos deixar de hipocrisia, porque o povo, o povo, o povão nem imagina que isso possa acontecer. Mas acontece. Então, o projeto de V. Ex<sup>a</sup> é extremamente inteligente, é o projeto dos nossos sonhos, é o projeto que ajuda, que vem até completar essa questão do Ficha Limpa, sobre o qual vou falar daqui a pouco, e que faz com que nós, que não temos recursos, que não... Eu sou médico, só. V. Ex<sup>a</sup> é da área do Direito. V. Ex<sup>a</sup> tem um salário fixo, eu tenho um salário fixo, não temos fundos para campanhas, não temos cara, como ainda agora estávamos falando, nós não temos cara para pedir a ninguém recursos. V. Ex<sup>a</sup> não tem e eu não tenho. Não tenho coragem para chegar e dizer a alguém: “Olha, ajude-me financeiramente na campanha”. Não tenho coragem! Sempre ajudam, mas não tenho coragem para pedir. Então, isso vem beneficiar a nós e ao povo, porque, hoje, estamos vendo que o processo político, neste País, está acontecendo em cima de uma seleção pelo dote. Hoje, se não tivermos cuidado, só vem rico para cá, porque quem tem dinheiro se



elege; quem não tem dinheiro rói uma pupunha, uma fruta lá da minha região, até o caroço, vai até o caroço para tentar se eleger. Então, Senador **Geraldo Mesquita**, isso vem atender os anseios da população. Nós precisamos ter, nas Casas de lei, nas Assembleias, nas Câmaras de Vereadores, no Senado, na Câmara dos Deputados, representantes do povo! Representantes do povo, o povo deve-se sentir representado aqui, e não representantes de grandes grupos financeiros. Não precisamos disso aqui! Nós abominamos isso aqui!

Por isso, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela sua grandeza. V. Ex<sup>a</sup> sabe que tenho uma admiração por V. Ex<sup>a</sup>, exatamente pela qualidade de ser humano, de homem probo, honesto que V. Ex<sup>a</sup> é.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB - AC) Permite-me um aparte, Senador Papaléo Paes?

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB - PB) Senador Papaléo, com a permissão do Senador Geraldo, eu gostaria só de fazer o registro da presença dos estudantes do 3<sup>a</sup> ano do Ensino Fundamental do CAIC Santa Paulina, Paranoá, Distrito Federal. Parabéns pela presença de vocês. Vocês serão os futuros cidadãos deste País e um de vocês deverá estar sentado aqui um dia.

**O SR. PAPANÉO PAES** (PSDB - AP) Então, eu quero agradecer a presença dessas crianças, desses jovens adolescentes e seus instrutores, professores, que estão aqui. Façam isso, porque isso é importante para que eles conheçam o que significa este Senado Federal, o que significa a Câmara Federal, o Congresso, a Câmara Distrital. Interessem-se por isso, porque vocês é que vão... Se Deus quiser, ainda teremos... Quando vocês estiverem na idade de votar, eu acho que nós ainda estaremos no processo democrático. Continuem se interessando, para preservar a democracia no País, que depende de nós que votamos e que somos povo. Obrigado pela presença de todos.

Senador **Geraldo**.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB - AC) Senador **Papanéio**, caro amigo, nem eu, que sou autor do projeto, coloquei com tanta clareza como V. Ex<sup>a</sup> o objetivo do projeto. V. Ex<sup>a</sup> foi muito claro, muito retilíneo, cristalino com relação ao que pretendemos com esse projeto. De fato, é isto mesmo: é diminuir sensivelmente, Senador **Papanéio**, a influência do poder econômico no processo político brasileiro. O processo político brasileiro, hoje, é refém do poder econômico. A verdade é essa! É refém. Eu sou daqueles, ainda, como V. Ex<sup>a</sup>, que acreditam que a política precisa continuar sendo um instrumento de realização de sonhos, de utopias; a política não pode ser instrumento de captação de recursos. Porque ela está se tornando isto: um instrumento de captação de recursos, um instrumento de apropriação de recursos. E não deve ser assim. Quando eu proponho que as doações sejam feitas ao processo eleitoral, por meio de depósitos realizados em contas abertas pela Justiça Eleitoral, eu estou propondo que a gente diminua, sensivelmente, a influência do poder econômico no processo eleitoral. Porque o depósito será cristalino, de conhecimento público; a distribuição desses recursos será, também, cristalina, de conhecimento público. Eu acredito, assim, que nós daríamos uma contribuição expressiva à moralização do processo eleitoral e, por que não dizer, do próprio processo político em nosso País. Obrigado pela referência que V. Ex<sup>a</sup> faz. E fico satisfeito de contar, desde já, com o voto de V. Ex<sup>a</sup> pela aprovação desse projeto.

**O SR. PAPANÉO PAES (PSDB - AP) Tenha certeza absoluta de que nós, se Deus quiser, vamos aprovar este projeto nesta Casa para mostrar a boa intenção que o Senado Federal sempre teve de corrigir as incorreções no processo eleitoral. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como todos sabemos, chegou a esta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2010-Complementar, mais conhecido como projeto Ficha Limpa. O assunto**

**está sendo amplamente discutido pela opinião pública, e nós, no Senado, não podemos deixar passar a oportunidade de também debater e aprovar esse importante projeto com a celeridade e atenção que ele merece.**

O projeto, Sr. Presidente, além dos seus méritos próprios, intrínsecos, vem com o aval de 1,6 milhão de assinaturas de cidadãos brasileiros, o que é suficiente para demonstrar a enorme mobilização que o tema provoca na sociedade. Infelizmente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa mobilização da sociedade civil não é suficiente para sensibilizar o Governo Federal, que tem insistido no ponto de que o projeto, por não ser do Governo, não tem prioridade. Quero destacar aqui, de forma especial, a importância que tem a participação popular na iniciativa desse projeto, participação que fica minimizada, desprezada mesmo, quando o Governo Federal diz, pela voz de seu Líder, que não se trata de uma prioridade. São pouquíssimos os exemplos de projetos de lei que tiveram esse tipo de respaldo na mobilização cidadã. Contam-se nos dedos de uma mão. Mas, além disso, Sr. Presidente, além da respeitabilidade que vem de sua origem, o projeto traz uma contribuição de grande relevância para o aprimoramento de nossas instituições políticas. Nós, parlamentares, políticos, deveríamos ser os primeiros a aplaudir essa manifestação da vontade popular, a acolher e avaliar essa proposta, que representa, no final das contas, a assunção de um compromisso por parte daqueles que pretendem se lançar na carreira política.

Esse compromisso implica mais do que simplesmente manter suas reputações ilibadas. Implica, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o compromisso de que a candidatura não esconde nenhum interesse escuso, nenhuma intenção de usar o cargo eletivo para resolver pendências particulares. Implica, em suma, mais transparência, mais clareza sobre as motivações e sobre os reais compromissos políticos dos candidatos. E, por implicar mais transparência, reforça a confiança, que é a base sagrada em que deve repousar a relação entre os representantes e os seus representados.

**Houve quem tentasse, ainda lá na Câmara, desfigurar e descaracterizar o projeto, já que simplesmente rejeitá-lo passaria uma mensagem muito negativa para a opinião pública, que acompanha de perto e com grande interesse a tramitação dessa proposição. A estratégia não vingou lá e, tenho certeza, não tem espaço aqui nesta Casa. Acredito que podemos fazer uma tramitação rápida, como é o desejo manifesto do Presidente da Casa, Senador José Sarney, de modo a que, quem sabe, as regras já valham para as eleições deste ano. Se conseguirmos fazer isso antes das convenções partidárias, não haveria razão nenhuma, assim me parece, para que as regras não valessem já este ano.**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não podemos simplesmente ignorar o apelo de milhares de brasileiros que nos enviam mensagens diariamente pelos canais de comunicação do Senado. São cidadãos e cidadãs que, com esse projeto, nos mandaram uma mensagem explícita e direta, manifestando sua aspiração legítima por uma política mais transparente, mais fiel aos ideais da honestidade e da improbidade, que dizem respeito a todos e que se aplicam de forma especial a nós, representantes eleitos pelos cidadãos.

Faço aqui minhas as palavras que nosso Líder no Senado, o Senador Arthur Virgílio, proferiu, na semana passada, ao apoiar o apelo de um grupo de Deputados Federais e de representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral: “Não podemos permitir que no Brasil os homens de bem se intimidem e cedam espaço à ousadia daqueles que não se portam de acordo com as boas regras no trato da coisa pública”.

Sábias palavras, Sr. Presidente. Os desonestos são sempre muito ativos, engenhosos, ousados, enquanto os bons, Senador Simon, muitas vezes deixam de se impor pela timidez. Não estamos em um momento de timidez. Não temos o direito, diante da veemência e da clareza com que a sociedade manifestou seu desejo e sua aspiração, de nos deixar intimidar. Devemos pôr a matéria em discussão o mais rapidamente possível e aprová-la.

Com muita honra, Senador **Simon**, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB - RS) Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento que está fazendo. Acho que é muito oportuno, nesta segunda-feira, em uma semana que praticamente será decisiva, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente quando V. Ex<sup>a</sup>, com muita competência, traz o pensamento do Líder do seu partido, que, inclusive, aqui no plenário, em aparte, também se manifestou no sentido de que a sua bancada estaria totalmente solidária com esse projeto. Na vida existem momentos. Nesta Casa, principalmente, muitas e muitas vezes a gente não consegue andar; os projetos ficam nas gavetas, decisões importantes não são tomadas, e não adianta, o tempo passa e não se consegue resolver. Já debatemos muitas matérias dessa natureza. Muitas, inclusive, já votamos nesta Casa, estão lá na gaveta da Câmara. Não voltaram e nem foram homologadas. Esse projeto vem em um momento importante. Em primeiro lugar, além de 1,5 milhão de assinaturas que deram início a esse projeto, hoje já há 4 milhões de assinaturas virtuais de solidariedade a esse projeto. Portanto, não é um projetinho. Não é um projeto de um senador, de um deputado, de um partido. É um projeto da sociedade brasileira, tendo à frente a OAB e a CNBB. Esse projeto conseguiu um milagre: passou por unanimidade na Câmara dos Deputados. Esse projeto, para mim, não é o que eu gostaria que fosse. Se dependesse de mim, apresentaria uma série de emendas que acho necessárias. Mas temos que ser claros: esse projeto tem que ser votado sem emenda e tem que ir à sanção da Presidência da República, para quem quer vê-lo realmente aprovado.**

Apresentar emenda significa o projeto não ser votado até o dia 10, significa que ele não tem mais valor este ano, nem para a eleição do ano que vem. Então, vamos discutir, daqui a dois anos, o que pode acontecer. Por isso, é muito importante quando o seu Líder, o Senador **Arthur Virgílio**, diz que quer vê-lo votado imediatamente, sem emenda; quando o Presidente do Senado, o Senador **José Sarney**, diz, com todas as letras, que ele será votado com urgência urgentíssima, sem emendas. O Senador **Renan Calheiros**, Líder do meu partido, a mesma coisa. O Senador do PT, Líder **Mercadante**, a mesma coisa! Então, há um pensamento, quase unânime, no sentido de que devemos votar esse projeto sem emendas. O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador **Demóstenes**, em uma decisão de muita competência, ficou com a relatoria, para que não levasse tempo para a fulano, para o beltrano. Não! Ele ficou com a relatoria e está comunicando que quarta-feira, depois de amanhã, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, ele dará o seu parecer. E há o entendimento unânime de que nós devemos votá-lo imediatamente! E votando imediatamente a matéria, sendo aprovado como se imagina, devemos pedir urgência para que o projeto venha ao plenário. E aí se dirá, meu caro Senador: “Ah! Mas há os Projetos do Pré-Sal, que estão em regime de urgência. Ah! Mas há medidas provisórias que estão trancando a pauta”. V. Ex<sup>a</sup>, eu, a Casa, o Brasil sabe que, nesta Casa, o que o Presidente e os Líderes querem fazer eles fazem. É só fazer o que Presidente da Câmara vem fazendo quando há esse tipo de matéria que tranca a pauta: pede-se a convocação de uma reunião extraordinária e, nessa reunião extraordinária, vota-se essa matéria que está fora de qualquer tipo de votação normal dentro da Casa. Eu tenho certeza de que o Líder do Governo, o Senador Jucá, quando diz “essa matéria é de interesse da sociedade, não é o do interesse do Governo”, ele está fazendo seu papel no sentido de que, se depender dele, quando ele vir que está todo mundo

**interessado em aprovar o projeto Ficha Limpa, ele quer empurrar também o Projeto do Pré-Sal, do qual a oposição está querendo retirar a urgência. Que ele queira fazer isso, não discuto; que ele queira usar essa tática, não discuto; mas não que ele entre com emenda e que impeça de se votar o projeto. Aí é diferente! Aí é diferente!** Ele usar de todas as táticas, e ele é muito competente para tentar votar o Projeto do Pré-Sal, e estou com ele, eu voto o Projeto do Pré-Sal junto com o Líder do Governo, é uma coisa. Mas não querer atrapalhar! Nós votamos quarta-feira, na Comissão. Podemos até votar quarta-feira, neste plenário, e podemos votar em votação de líder, de bancada, ou em votação nominal, não importa. Mas é a hora de cada um mostrar o que quer e o que deseja. V. Ex<sup>a</sup> é um homem de dignidade, correto, está mostrando a sua posição, e acho que está fazendo muito bem. Cada um de nós tem que mostrar a sua posição. **Esse é um daqueles projetos que vão muito além do senhor, de mim, de qualquer um. É o conjunto do Senado. O Senado está na vitrine. Ontem, nas caminhadas, nas passeatas que fizeram contra a corrupção, no Rio de Janeiro etc. e tal.. Normalmente era lá na Câmara. Ontem foi para o Senado. Todos se dirigiram ao Senado, olhando para o Senado. Como é que o Senado vai votar? Agora, a Câmara, com toda aquela confusão, com todos aqueles quinhentos e tantos Deputados votar por unanimidade e nós não votarmos... Olha, pelo amor de Deus, que os Senadores, alguns, nos impeçam, nos livrem dessa vergonha.**

Eu felicito V. Ex<sup>a</sup> pela importância do discurso, pelo momento em que V. Ex<sup>a</sup> faz esse discurso, que é exatamente esta semana decisiva, e dou a minha solidariedade. Estou com V. Ex<sup>a</sup>. Vamos votar logo, sem emenda, o que não quer dizer que somos favoráveis totalmente ao projeto. Não! Queríamos mudar, mas agora é hora de votar.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Senador **Simon**, muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Sinto-me muito honrado por ter V. Ex<sup>a</sup> feito o seu aparte sobre o meu discurso. Na sexta-feira... Já vou encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB - PB) Eu quero só pedir permissão a V. Ex<sup>a</sup>, contrariando até o nosso Regimento Interno, porque estamos aqui em quatro, um falando, um presidindo e um aparteando, para também apartear-lo.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB - RS) Mas nós podemos ficar com o tempo passando. Enquanto nós quatro estivermos aqui, não tem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB - PB) O assunto merece essa observação.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB - PB) Eu gostaria de me acostar a tudo que V. Ex<sup>a</sup> falou até agora e ao aparte brilhante do Senador **Pedro Simon**, que é um apóstolo da decência e da correção no País e no Senado Federal e que automaticamente se acosta ao Projeto Ficha Limpa, que poderia ser “Ficha Suja”. Na verdade, concordo com a filosofia, parablenizo a Câmara dos Deputados pela celeridade e tal. **Agora, eu tenho um grande temor, Senador Papaléo Paes. É o seguinte: existem muitas pessoas, não é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, porque V. Ex<sup>a</sup> traz o tema à luz do entendimento, que estão jogando para a plateia. O Brasil assiste e deseja que esse projeto seja sacramentado. Todas as lideranças têm externado essa intenção. Mas, na prática, nós sabemos de uma grande dificuldade que vamos ter para que ele tenha validade para estas próximas eleições. De que adianta jogar para o público, pedindo celeridade, fazendo com que seja aprovado, se ele não valer para as próximas eleições? Nós estamos jogando para a**

**plateia. Nós estamos aparentando boas intenções. Convocamos todos, votamos aqui por unanimidade, para que seja aprovado; porém, o âmago da história é que ele seja validado para estas eleições. Se não for válido para as próximas eleições, não teria valia essa urgência. Aí, melhor seria corrigir o projeto. Mas não! O grande temor que eu tenho é que se esteja dando a celeridade necessária e que não se coloquem as salvaguardas para que ele valha para as próximas eleições, o que significa que as eleições de 2010 estariam... Os partidos jogam também para o grande público. Os partidos dizem que, se o projeto for aprovado, não vão permitir.** Existem dois detalhes. Primeiro, essas palavras, muitas vezes, não são configuradas. Se perguntarmos a presidentes de determinados partidos sobre determinados parlamentares que foram cassados recentemente, verifica-se que: “Não, sobre esse caso nós temos que repensar, temos que verificar, porque não é o caso que se aplica”. Por trás da verdade, tem sempre escondida a real mentira. Segundo, existe legalmente o impedimento, eu não sou jurista, mas sempre ouvi falar, de que a lei não pode ter efeito retroativo, ou seja, não pode punir para trás os crimes que nela estão previstos. Eu desconheço sim, é verdade, mas isso me preocupa. Preocupam-me duas coisas: se nós podemos aprovar um projeto aqui em que a lei possa valer retroativamente, o que significa que crimes que foram praticados anteriormente possam entrar em vigor sob a tutela da lei que entrará em vigor após o dia de hoje, e se os partidos que dizem, de boca, que, nos seus quadros, se houver políticos “ficha suja”, não permitirão a sua inscrição, na verdade, vão abrir as exceções, porque vão dizer que determinados crimes, tendo em vista que foram crimes eleitorais, que foram crimes “x” ou “y”, não estão inseridos nesse bojo, nesse conteúdo. Então, preocupa-me muito, Senador **Papaléo**, se nós não estamos jogando para a plateia, para o público, para dizer que vamos aprovar, vamos aprovar, e, quando aprovarmos, a prática mostrará que vai ser uma grande decepção para o País. Desculpe-me o aparte.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Ou seja, uma “meia-boca”, como se diz: o projeto sofrer, digamos, danos significativos e não atender ao que realmente imaginamos, ao que queremos. Antes, Senador **Adelmir**, eu quero dizer ao Senador **Pedro Simon**... Muito obrigado, Senador **Roberto Cavalcanti**. Muito interessante, porque essa discussão já começou. “Ah, mas se não aprovar até o dia tal...” Mesmo aprovando até o dia 6, acho que não vai valer para esta eleição. Ninguém está mexendo na regra da eleição. Nós apenas estamos moralizando, dizendo que aqueles já condenados em primeira instância, aqueles que realmente querem, podem até não querer, mas eu vou dizer que querem, um mandato para se proteger, não vão mais poder fazer isso. É só isso. Ninguém está alterando idade de candidato, ninguém está alterando qualquer outro pré-requisito do candidato. Ninguém está impedindo este, aquele ou aquele outro cidadão que realmente tenha cumprido a sua obrigação de cidadão. Esses aí não vão deixar de ser candidatos.

Mas, Senador **Simon**, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>. Na sexta-feira, ouvi V. Ex<sup>a</sup> fazendo um discurso sobre esse tema. Realmente, V. Ex<sup>a</sup>, por suas qualidades intelectuais, pelo preparo na área do Direito, pela experiência de ex-Governador, de Senador da República, com repetidos mandatos aqui, foi irretocável. E peço a V. Ex<sup>a</sup> que... Vi V. Ex<sup>a</sup> pessoalmente, pela primeira vez, em uma das semanas em que vim aqui, antes de tomar posse no Senado, no corredor. O senhor, simples como sempre foi, andando no túnel do tempo. Eu não tenho por que esconder isso, porque sou um cidadão comum, como qualquer outro, tenho emoção, tenho meus ídolos. E vi V. Ex<sup>a</sup>. O preparo da minha visão sobre V. Ex<sup>a</sup>, a imagem de V. Ex<sup>a</sup>, àquela época, emocionou-me muito. Fiquei emocionado, entendeu? Eu estava vendo um ídolo na minha frente. E essa convivência, nós passamos a conviver, fez com que eu realmente não tivesse um mínimo de desvio daquilo que eu projetei sobre V. Ex<sup>a</sup>. Muito ao contrário, a cada dia,

reforça aquilo que eu imaginava.

Então, pela admiração que tenho pelo senhor, que representa esta Casa com extrema dignidade, que representa o respeito que esta Casa merece, a confiança que a Casa merece, a nossa admiração, tenho certeza, quero pedir a V. Ex<sup>a</sup>, por todos nós, principalmente os novatos como eu, que use de toda a sua influência, de todo o seu poder de convencimento, de todo o seu poder de justiça, de todo o seu poder de cidadão de bem deste País, para que nós possamos ter esse projeto aprovado em prazo legal, a fim de possa ser aplicado já este ano. Já este ano. E que as manobras que possam ser feitas, politicamente falando,... O Líder do Governo pode fazer qualquer tipo de manobra, mas, pelo amor de Deus, que não venha fazer manobra no sentido de que esse projeto possa passar por outro tipo de discussão, a não ser a da sua aprovação.

Quero fazer essa referência, Senador **Pedro Simon**, porque já era para ter feito há muito tempo. Mas hoje faço, depois de sete anos e meio, praticamente, de convivência e de honra por saber que pertenço a uma legislatura que V. Ex<sup>a</sup> pertence também. Muito obrigado ao senhor pela sua participação, pelo apoio que deu ao meu pronunciamento. Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana.

**O Sr. Adelmir Santana** (DEM - DF) Naturalmente, não ouvi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, mas estou vendo a temática. Tenho acompanhado as discussões, mesmo a distância, dessa matéria. Acho que é chegado o momento. Na verdade, também não sou jurista, como disse o nosso Presidente, mas o que está em colocação não é o processo eleitoral, não é o processo passado, mas o processo futuro. Costumo fazer uma analogia dessas questões. Quando nós, ao fazermos a escolha de alguém para trabalhar em nossas empresas ou em nossas residências, enfim, dos empregos mais simples aos mais graduados, todos nós temos preocupação em ver a qualificação, em saber de onde vem, o que fez essa pessoa. Muitas vezes, nesses processos seletivos, chegamos ao ponto de fazer exames psicológicos e exames médicos para evitar a admissão de uma pessoa que tenha problemas mentais ou problemas de saúde. Por que não para a escolha de dirigentes do nosso Município, do nosso Estado, da nossa Nação? Ou para representantes nas nossas Câmaras de Vereadores, Deputados, Deputados Federais e Senadores as pessoas não têm que ter uma ficha limpa? Têm sim. Acho que têm que ter a ficha limpa e têm que estar aptos a oferecerem seus nomes para análises. Tudo que ocorre na política brasileira, todos nós, como eleitores, somos responsáveis por isso. **Hoje, com a tecnologia da informação, é muito fácil você saber quem é quem. E, naturalmente, entram aí, Senador Papaléo, as instituições da sociedade civil, não somente os partidos políticos, os sindicatos, as associações de classe, mas também as igrejas, as escolas, que têm que imprimir o princípio da análise, da análise dos nomes. Não é possível que as pessoas ainda, como colocou V. Ex<sup>a</sup>, busquem o mandato para esconder alguns pecados ou algumas dificuldades. Não é por aí. A política, na minha visão, é a igreja da Nação brasileira e precisa ter bons pregadores, bons sacerdotes na defesa dessa igreja. E cabe a nós eleitores fazer esse processo seletivo, sim, através do voto. Democracia é bom por isto: porque permite essa reavaliação a cada mandato ou a cada eleição, mesmo que demore quatro anos, mas, dentro da história, quatro anos é muito pouco, é um período muito curto, que permite a revisão, ou a confirmação das nossas escolhas ou a revisão dos nossos erros. Então, é por isso que há as eleições sucessivas, que permitem esse tipo de atuação do nosso eleitor.** Cabe a nós todos, a nós todos, instrumentalizar essas instituições que são os partidos políticos, e a Justiça eleitoral também, para evitar que pessoas criminosas busquem esconder seus crimes através do exercício de um mandato, seja ele qual

for, tanto de Vereador, de Deputado, de Prefeito, enfim, qualquer mandato eletivo. Então, eu quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> e, ao mesmo tempo, dizer que faço parte daqueles que acham que temos que votar. Se não há tempo nem mesmo para modificações, que votemos o projeto da forma como ele veio da Câmara, para que entre em vigor imediatamente, já nas próximas eleições. Nós, os democratas, por exemplo, temos uma resolução que é, mais ou menos, o que diz a lei. Nós já temos uma resolução de 2008 que leva em conta a questão da ficha limpa. Mas, como bem disse o nosso Presidente, é preciso que haja lei, é preciso que haja uma determinação, porque naturalmente os partidos, no Brasil, quase sempre alguns são até mesmos patrimônio de pessoas, o que é horrível. Nós temos um contingente aproximado de 30 partidos, mas há o partido de fulano, o partido de cicrano, o que é um erro. O partido é de todos, desde que aquelas pessoas busquem filiar-se a essa agremiação partidária. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>, portanto, nessa temática e estou entre aqueles que deseja que essa matéria seja imediatamente submetida a voto e que seja, certamente, aprovada por todos nós, Srs. Senadores. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade que me dá.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB - AP) Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Adelmir Santana. Realmente, V. Ex<sup>a</sup> foi muito claro, muito didático, ao falar no objetivo tanto do projeto apresentado, quanto da votação, que deverá ser feita sem nenhuma emenda. Qualquer emenda feita fará com que o projeto volte para a Câmara e aí acabou-se a história dessa esperança do povo, que precisa alcançar o resultado.

Vejo que é extremamente importante esse Projeto Ficha Limpa. Ele vem favorecer a possibilidade de termos uma seleção feita por meio do voto. Que seja uma seleção mais bem qualificada no sentido moral, para que o cidadão venha a ser representado e tenha orgulho, honra de dizer: “Meu Senador, meu Deputado, meu Vereador”. Que tenha orgulho de dizer isso e não fique, depois, com vergonha, escondendo o voto, porque o seu representante o decepcionou plenamente.

Por isso, Sr. Presidente **Roberto Cavalcanti**, Senador **Adelmir Santana**, Senador **Jefferson Praia**, tenho certeza de que esta Casa não se furtará a sua responsabilidade e saberá responder à altura ao anseio popular. Espero que o Governo reveja sua posição e que o Presidente Lula, uma vez aprovado o projeto, sancione tempestivamente a lei, de modo que as novas regras entrem em vigor o mais rapidamente possível. É isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o povo brasileiro espera de nós. E, se é assim, dado que a resposta tem méritos inequívocos, nós, seus representantes, deveríamos, também, mobilizar-nos para dar concretude a essa aspiração. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.